



XV SARU

SEMANA DE ANÁLISE REGIONAL E URBANA

DIREITO À CIDADE



UNIFACS

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS

ANAIS DA XV SEMANA DE ANÁLISE REGIONAL E URBANA

SALVADOR EDITORA UNIFACS

2018

© 2018 - Direitos dessa edição cedido à Universidade Salvador – UNIFACS



UNIFACS
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

PRESIDENTE:

Eduardo Araújo

CHANCELER:

Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho REITORIA:

Marcia Barros

COORDENADORA DO CENTRO CULTURAL ADELMAR CARDOSO
LINHARES:

Gismália Mendonça

COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO:

Carolina de Andrade Spínola

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Sistema de Bibliotecas da
Universidade Salvador – UNIFACS) S471a

Semana de Análise Regional e Urbana (15. : 2018 : Salvador, BA)
Anais da XV Semana de Análise Regional e Urbana: direito à cidade
Salvador 29 de outubro a 01 de novembro de 2018. Salvador: UNIFACS, 2018.
Cd Rom
ISSN 22-375584
Evento realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Urbano – PPDRU da Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador,
BA.
1. Direito à cidade. 2. urbanismo. 3.desenvolvimento. 4.direitos sociais. I. Título
CDD: 338.9

EXPEDIENTE

Artigos e Resumos da 15ª Semana de Análise Regional e Urbana, Salvador, 29 de outubro a 01 de novembro de 2018/ org. Universidade Salvador - UNIFACS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional PPDRU. – Salvador, 2018.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA XV SEMANA DE ANÁLISE REGIONAL E URBANA

Prof.^a Dra. Márcia Maria Couto Mello
Prof. Dr. Laumar Neves de Souza
Danillo Felix de Santana
Débora Lomba Pinto Fonseca
Gonçalo de Amarante Santos Queiroz Filho
Lair Oliveira Mendes
Manuela Tobio Claro
Marialva Costa de Araújo
Raiany Sandhy Souza Santos
Ms. Joanna Lima de Almeida Milanez
Ms. Leonardo Moura Lima Calmon de Siqueira
Ms. Cristiane Sarno Martins dos Santos
Ms. Maria Sacramento Oliveira Guimarães
Prof. Ednilson da Silva Andrade

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof.^a. Dr.^a. Ana Licks Almeida Silva (UNIFACS)
Prof.^a. Dr.^a. Carolina de Andrade Spinola (UNIFACS)
Prof. Dr. Ícaro Thiago Andrade Moreira (UNIFACS/UFBA)
Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes (UNIFACS)
Prof. Dr. Laumar Neves de Souza (UNIFACS)
Prof.^a. Dr.^a. Márcia Maria Couto Mello (UNIFACS/UFBA)
Prof. Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros (UNIFACS)
Prof. Dr. Noélio Dantaslé Spinola (UNIFACS)
Prof. Dr. Paulo Sérgio Rodrigues de Araújo (UNIFACS)
Prof. Dr. Renato Barbosa Reis (UNIFACS)
Prof. Dr. Thiago Henrique Carneiro Rios Lopes (UNIFACS)
Prof.^a. Dr.^a. Liliane Ferreira Mariano da Silva (UNEB)
Prof.^a. Dr.^a. Ariadne Moraes Silva (UFBA)
Prof.^a. Dr.^a. Aliger Pereira dos Santos (UNEB)
Prof. Dr. Josias Alves de Jesus (UESB)
Prof.^a. Dr.^a. Marília Moreira Cavalcante (UNIFACS/UNEB)
Prof. Dr. Helcio de Medeiros Júnior (IPP)

SUMÁRIO

EIXO 1 - OS DILEMAS DO URBANISMO NA CONFIGURAÇÃO DAS CIDADES PARA TODOS

GEOTECNOLOGIA NO MONITORAMENTO AMBIENTAL DO BAIRRO PONTA NEGRA EM MANAUS/ AM	02
Ronaldo Tavares da Silva	
Jucélia da Silva	
ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO RODO-FLUVIAL ENTRE MACAPÁ E SANTANA: UMA PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO LOGÍSTICO URBANO	17
Thiago Dos Santos Damasceno	
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	
ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU-SE	31
Danillo Felix de Santana	
José Carlos Santos Cunha	
AVALIAÇÃO DE RISCOS E A GESTÃO DE MUDANÇAS DE PROJETOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL ISO 90012015 COMO GARANTIA DA QUALIDADE E SEGURANÇA PARA AS NOVAS MORADIAS	45
Cristina Passos Silva	
Edilmar Ribeiro Sousa	
BRT EM SALVADOR VISÕES OPOSTAS PARA O MESMO PROJETO	59
Raiany Sandhy Souza Santos	
Manuela Tobio Claro	
Ana Licks Almeida Silva	
CIDADE PARA TODOS O PAPEL DA ARQUITETURA PARA QUALIDADE DE VIDA DE TODOS	76
Amanda Carolina Baragiola	
Maria Sacramento Oliveira Guimarães	

DIREITO À CIDADE POR MEIO DA ARTE OBSERVAÇÃO E PERSPECTIVAS DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS NA ARQUITETURA DE SALVADOR	91
Alyne Cosenza Castro	
Márcia Maria Couto Mello	
DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL CIDAD(E)(ANIA) (IM)POSSÍVEL	104
Laíze Lantyer Luz	
ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO - LOTEAMENTO, INVASÃO OU BAIRRO	116
Tiago Silva Santos	
Maria Helena O. Flexor	
ESTATUTO DA CIDADE E A DISCUSSÃO DA GEOGRAFIA URBANA	131
Joel Outtes	
HABITAÇÃO PLANEJADA NO SUBÚRBIO DE SALVADOR RECONSTRUINDO A TRAJETÓRIA DA URBIS	142
Cássio de Jesus Viana	
Juliana Pereira Petronílio dos Santos	
Plínio Martins Falcão	
MUROS, GRADES E “RUAS-CONDOMÍNIO” REFLEXOS DA SEGREGAÇÃO URBANA NA PAISAGEM PERIFÉRICA EM SALVADOR – BA	159
Patrick Passinho Silva	
Priscila Nascimento Ladeia de Almeida	
Josiane da Silva Souza	
O BAIRRO DA PITUBA E AS AÇÕES DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DESSE ESPAÇO URBANO	176
Marta Alves de Almeida	
O DIREITO À IMAGEM CULTURAL DA CIDADE NAS TRANSFORMAÇÕES IMAGÉTICAS DA BARRA	194
Márcia Maria Couto Mello	
Luan Britto Azevedo	
Lays Britto Azevedo	

PLANEJAMENTO URBANO DE TERESINA (PI) CONSIDERAÇÕES SOBRE DIREITO À CIDADE E EMPRESARIAMENTO URBANO NA AGENDA TERESINA 2030	211
Thiago de Souza Costa	
Décio Estevão do Nascimento	
PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO: FORTALEZA-CE COMO POSSÍVEL APLICADOR DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (PPGIS)	222
Gislleidy Uchôa Tavares	
Jéssica Mesquita Barbosa	
Alexandre Queiroz Pereira	
POTENCIALIDADES DO IPTU PROGRESSIVO E O DIREITO À CIDADE O CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	237
Bianca Siqueira Gonçalves	
José Luis Vianna da Cruz	
O REGIONALISMO NA INTERNACIONAL URBANA: A QUESTÃO REGIONAL NA IFHP- FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO) E NA UCLG- UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS (CIDADES E GOVERNOS LOCAIS) EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA (1913-2018)	254
Joel Outtes	
UM DARWINISTA SOCIAL INSPIRADO PELO MOVIMENTO CIDADE- JARDIM OU O INIMIGO DOS ARRANHA-CÉUS- ARMANDO DE GODOY E SUAS IDÉIAS (1923-1943)	270
Joel Outtes	
UM OLHAR PARA AS CALÇADAS CENTRAIS UM ESTUDO DE CASO SOBRE A MOBILIDADE DE PEDESTRES EM SANTO ANTONIO DE JESUS -BAHIA	289
Valdiléia Fabrício Gomes	
Milena Andrade Magalhães	
Judiaria Azevedo Santos	

CIDADES GLOBAIS, PARA QUEM? REFLETINDO SOBRE O PLANEJAMENTO E O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DAS CIDADES	305
Bárbara Carole Passos Alves	
O BRASIL NO PANORAMA DO ECOTURISMO MUNDIAL: UMA BREVE ANÁLISE DA PERFORMANCE DO DESTINO EM SITES ESPECIALIZADOS	318
Lorraine Santos	
O DIREITO À CIDADE INTELIGENTE: A INCLUSÃO DIGITAL COMO REQUISITO À CIBERCIDADANIA	324
Patrícia Borba Vilar Guimarães	
Douglas da Silva Araújo	
O ESPAÇO EDUCACIONAL DO SENAI CIMATEC EM SALVADOR COMO FORMA DE (RE)CONSTRUÇÃO DO SUJEITO IMPLICADO	329
Wheliton Chiang Shung Moreira Ferreira	
Luzinete Barbosa Lyrio	
Martha Santana Martins	
DIREITO À CIDADE, DIREITO À SAÚDE: ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER	334
Ana Luiza Pitta Lima	
Cristiane Sarno Martins dos Santos	
ARQUITETURA SUSTENTÁVEL: DIREITO À CIDADE A PARTIR DA PROMOÇÃO DE INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS NO CAMPO HABITACIONAL	339
Alyne Carneiro Mesquita Siffert Lemos	
Laumar Neves de Souza	

EIXO 2: DESAFIOS DA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

ANÁLISE DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO LEGAL DE NOVAS EMPRESAS NA CIDADE DE SALVADOR/BA: Uma percepção do empreendedor	345
Jader Sá Teles Silva Araújo Paulo Márcio da Silva Melo Manoel Joaquim Fernandes de Barros	
O QR CODE como ferramenta de comunicação na valorização CULTURAL EM Salvador (BA)	361
Ives Emídio Gutierrez Jonathan Bastos Cruz Mariana Namen Jatobá	
DESENVOLVIMENTO E RENDAS PETROLÍFERAS: os desafios do planejamento na escala local.	380
Irenice Aparecida Nunes de Souza Deodato Valdir Júnio dos Santos	
FENÔMENO URBANO: O OLHAR DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	397
Marcus Amany Castellar Pinheiro Alessandro Leboreiro de Souza Renato Reis Barbosa	
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E GOVERNANÇA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA	413
Eduardo Maia Carneiro Patrícia Dias Santos	
O PANORAMA DA VIOLÊNCIA EM SALVADOR E A TEORIA DO STATUS CRIMINÓGENO – UMA APLICAÇÃO DA ANÁLISE CRIMINAL	428

Carlos Augusto Alves Marx

Carolina de Andrade Spinola

José Gileá de Souza

**OBJETIVOS DO PARQUE TECNOLÓGICO DE
SALVADOR: DO CENÁRIO DESENHADO À
REALIDADE DOS FATOS** **444**

Bárbara Carole Passos Alves

Laumar Neves de Souza

Carolina Andrade Spínola

**COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO
E ITABORAÍ: A GUERRA DOS LUGARES NA
REGIÃO METROPOLITANA APÓS CRISE
POLÍTICO-ECONÔMICA DE 2014** **463**

Wander de Souza Dias Guerra

**BIOMETANO, A PARTIR DE RESÍDUOS SÓLIDOS
URBANOS: VIABILIDADE TÉCNICA DO PROCESSO PRODUTIVO** **479**

Rayme Vasconcellos Soares

Jerisnaldo Lopes Matos

**DIREITO À CIDADE ATRAVÉS DO ESPAÇO GAYFRIENDLY
NO CARNAVAL DE SALVADOR** **491**

Alyne Cosenza Castro

José Euclimar Xavier de Menezes

**EXPERIÊNCIA DE MICROCRÉDITO NA MAIOR
“CIDADE INTERNA” DA METRÓPOLE BAIANA** **503**

Carlos Moisés Oliveira Chaves

Agda Sueid Andrade Magalhães

Laumar Neves de Souza

**DESCARACTERIZAÇÃO DOS MODOS DE VIVER E DO
COMÉRCIO DA PRAIA DO FORTE** **520**

Joannna Milanez

Márcia Maria Couto Mello

LEGISLAÇÃO, DINÂMICA URBANA E OS **536**

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

Mariane Reis Vila Verde

Leonardo Silvério Gonçalves de Santana

URBANIZAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO E A PERCEPÇÃO 550

DOS RISCOS EPIDEMIOLÓGICOS

Mariane Reis Vila Verde

CIDADES DIGITAIS: A CIDADE A SERVIÇO DO CIDADÃO. 564

UM OLHAR SOBRE LAURO DE FREITAS - BA

Denise Lefrançois

Edvaldo Machado Boaventura

Manoel Joaquim Fernandes de Barro

OS INSTRUMENTOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 571

E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Lianna Sousa de Aras

Núbia Mara Pereira Barbosa

CIDADANIA NA BAHIA: UMA VISÃO A PARTIR DO 591

MAPEAMENTO DA OFERTA DE ALGUNS DOCUMENTOS

CERTIFICADORES

Vaner José do Prado

Laumar Neves de Souza

Renato Reis Barbosa

Carolina Andrade Spínola

OS DESAFIOS DA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO 610

EM SALVADOR (BA): A CRISE ECONÔMICA

E O SEGMENTO DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Fábio Da Silva Santos

Luisa Maria Peixoto Talento

Lorraine Da Silva Santos

A LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO 626

DO SUL DO AMAPÁ: BR 156 TRECHO NÃO PAVIMENTADO

Thiago Dos Santos Damasceno

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

A GESTÃO LOGÍSTICA DO TRANSPORTE	640
EM FACE AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO AMAPÁ	
Thiago Dos Santos Damasceno	
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	
A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, A INTELIGÊNCIA	645
ARTIFICIAL E AS IMPLICAÇÕES PARA A	
MANUFATURA E SOCIEDADE	
Igor Carvalho Simões Santana	
Ilana Elen Cavalcante Sampaio	
Vaner José do Prado	
ESCASSEZ DE ÁGUA POTÁVEL NOS CENTROS	651
URBANOS: UMA FRAGILIDADE PARA O NOSSO FUTURO	
Alyne Carneiro Mesquita Siffert Lemos	
Ícaro Thiago Andrade Moreira	
ARQUITETURA SUSTENTÁVEL: DIREITO À CIDADE	664
A PARTIR DA PROMOÇÃO DE INICIATIVAS	
SUSTENTÁVEIS NO CAMPO HABITACIONAL	
Alyne Carneiro Mesquita Siffert Lemos	
Laumar Neves de Souza	

SESSÃO ESPECIAL - EXPEDIÇÃO CHAPADA DIAMANTINA

ADEQUAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE MUCUGÊ 670
À VISITAÇÃO PÚBLICA: AVALIAÇÃO DO RISCO DA
TRILHA DO TIBURTINO SEGUNDO A NBR 15.505

Lair Oliveira Mendes

César Aparecido dos Santos

Carolina de Andrade Spínola

BUSCA, RESGATE E SALVAMENTO NOS PARQUES 686
NACIONAIS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DOS
PLANOS DE MANEJO

Sylvia Dalcom Bastos Barreto

Dandara Silva França

Carolina de Andrade Spínola

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE AGROTÓXICOS: 692
UMA INVESTIGAÇÃO NAS ÁGUAS DA
CHAPADA DIAMANTINA – BA, BRASIL

Letícia Prado Lima

Laumar Neves de Souza

Renato Reis Barbosa

Carolina de Andrade Spínola

Ícaro Thiago Andrade Moreira

INVESTIGAÇÃO DA EFICIÊNCIA NO TRATAMENTO 712
DE EFLUENTES DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO
DE MUCUGÊ- BAHIA, BRASIL

Adna Caroline de Oliveira

Isadora Machado Marques

Tuane Nascimento Mendes Aragão

Laumar Neves de Souza

Renato Reis Barbosa

Carolina de Andrade Spínola

Ícaro Thiago Andrade Moreira

OS EFEITOS DO GARIMPO SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA 726

CONCENTRAÇÃO DE METAIS EM SÓLIDOS SUSPENSOS

Winnie Alice Pereira Gomes

Laumar Neves de Souza

Renato Reis Barbosa

Carolina de Andrade Spínola

Ícaro Thiago Andrade Moreira

QUALIDADE DA ÁGUA EM PONTOS TURÍSTICOS DA CHAPADA 740

DIAMANTINA - BA UMA ANÁLISE DA SAÚDE AMBIENTAL

Raiany Sandhy Souza Santos

Milton Santos Cardoso Filho

Laumar Neves de Souza

Renato Reis Barbosa

Carolina de Andrade Spínola

Ícaro Thiago Andrade Moreira

UNIDADES DE SAÚDE DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DA 757

CHAPADA DIAMANTINA E SUAS REDES DE APOIO: UM

DIAGNÓSTICO DOS MUNICÍPIOS DE LENÇÓIS,

PALMEIRAS E MUCUGÊ

Sylvia Dalcom Bastos Barreto

Brenda Laudano Lima

Edenita Souza

INVESTIGAÇÃO DA QUALIDADE DO SEDIMENTO 764

POR METAIS PROVENIENTES DE ATIVIDADE MINERADORA

NA BACIA DO PARAGUAÇU, CHAPADA DIAMANTINA – BA

Sâmara Matos

Guilherme Silvia Mesquita

Laumar Neves de Souza

Renato Barbosa Reis

Carolina de Andrade Spinola

Ícaro Thiago Andrade Moreira

EIXO 1

OS DILEMAS DO URBANISMO NA CONFIGURAÇÃO DAS CIDADES PARA TODOS



A GEOTECNOLOGIA NO MONITORAMENTO AMBIENTAL DO BAIRRO DA PONTA NEGRA EM MANAUS/AM

Ronaldo Tavares da Silva¹

Jucélia da Silva²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar a análise ambiental, por meio de mapeamento digital e incorporar a dinâmica do desmatamento na visualização da expansão urbana do Bairro da Ponta Negra, no município de Manaus, no Amazonas, usando, para isto, a geotecnologia como ferramenta. Dessa forma, demonstrar o processo de degradação ambiental gerado na expansão de um bairro nobre quebrando a visão determinista e preconceituosa que só a expansão espontânea na periferia provoca impacto ambiental. As imagens utilizadas correspondem às órbitas/pontos 231_062 Landsat disponibilizadas, via download, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (INPE, 2018). Os dados são referentes aos anos de 1984, 1999 e 2011, dos meses de Julho, Agosto e Novembro respectivamente. Conforme figura 02, página 07.

Palavras-chave: Geotecnologia, degradação ambiental, Manaus, Ponta Negra.

ABSTRACT

This project aims to carry out an environmental analysis by means of digital mapping and incorporate a visualization dynamics in the urban expansion of the Ponta Negra neighborhood, in the city of Manaus, in Amazonas, using, for this, a geotechnology as a tool. In this way, the process of environmental degradation is enlarged in the periphery breaking the deterministic and prejudiced vision that is a spontaneous expansion in the periphery causes environmental impact. As images can be obtained in Landsat / 231_062 available, via download, by the National Institute of Space Research - INPE. The last ones are 1984, 1999 and 2011, of the months of July, August and November respectively.

Keywords: Geotechnology, environmental degradation, Manaus, Ponta Negra.

¹ Mestre, Professor Colégio Militar de Salvador. E-mail: chutebolageo@yahoo.com.

² Mestre. Professora do Instituto Federal do Ceará.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o monitoramento da cobertura florestal na Amazônia, é realizado desde o final da década de 1970, como se remete Duarte (2015), com imagens do satélite Landsat.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) conduz o mapeamento das áreas desmatadas na Amazônia através do projeto Prodes (Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite) e gera estimativas de taxa de desflorestamento anual para esta região. Informação sobre esta taxa é importante para planejar ações de combate ao desflorestamento em escala regional.

Desde 1988, o sistema PRODES mede as taxas anuais de corte raso para os períodos de agosto do ano anterior a julho do ano corrente, considerando desmatamentos com áreas superiores a 6,25 hectares. (INPE – COORDENAÇÃO GERAL DE OBSERVAÇÃO DA TERRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2008)

Contudo, apenas informações sobre a taxa de desflorestamento são insuficientes para o monitoramento e controle da área degradada em escala local – faz-se necessário também, saber onde a conversão florestal ocorreu (área urbana ou rural: se se urbana, tipos de ocupação; se para moradia, que tipo de moradia, popular, condomínios de luxo; entre outros fatores) e acompanhar as tendências do desflorestamento.

As técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto aliadas com Sistema de Informação Geográfica (SIG) vêm sendo aplicados em mapeamento do uso e cobertura do solo (RODRIGUES, 2001). Estas técnicas têm papel fundamental no entendimento das transformações atuais e futuras na paisagem amazônica.

O mapeamento de uso e cobertura do solo é de grande importância, visto que o uso de forma não planejada degrada o meio ambiente, o meio ambiente entendido como o que nos cerca, ou seja, o meio em que vivemos. Com este mapeamento facilita a detecção de áreas exploradas de forma inadequada e, com sua localização precisa, promove-se a tomada de

decisões pelos órgãos competentes encarregados de planejamento e fiscalização.

Este trabalho buscará apresentar a intensidade dos efeitos do desmatamento no bairro da Ponta Negra, na cidade de Manaus tendo a geotecnologia como ferramenta, usando a técnica de processamento digital de imagens (PDI), interpretação e classificação visual de imagens e mapeamento de áreas desflorestadas.

1. Manaus: a porta da floresta

Salienta-se que Manaus é considerada a porta de entrada para a floresta amazônica. *Sugeneris*, a cidade é cercada pela vegetação ombrófila densa (AB'SABER, 2002), Não ocorre, assim, conurbação com cidades vizinhas. Outros aspectos são relevantes na análise e comparação de Manaus com outras metrópoles do Brasil: a cidade, apesar de estar cercada pela maior floresta equatorial do mundo, apresenta uma área urbana intensamente impermeabilizada com deficiência em arborização pública e áreas verdes em geral e; para um agravamento da situação ambiental, não cessou o processo de migração para Manaus. Todos os dias chegam à cidade pessoas vindas dos municípios do interior do Estado, de outras regiões do Brasil e, até mesmo do exterior, como é o caso dos haitianos e venezuelanos, deixando assim, a cidade macrocefálica (G1.globo.com, Manaus, 24/10/2017).

A falta de arborização traz consequências negativas ao bem-estar das pessoas. As chamadas ilhas de calor afetam o nível de stress provocando uma série de efeitos diretos e indiretos. A intensa impermeabilização, sem um sistema de coletas de águas pluviais adequado, provoca enchentes e desgaste no asfalto das estradas.

1.1 OBJETO DE ESTUDO

A área de estudo compreende o bairro da Ponta Negra. Bairro de classe média alta da cidade de Manaus. Segundo Monteiro (1998) este bairro não apresenta nenhum registro da data do início de sua ocupação, porém, os

índios já ali viviam desde 1650. Hoje, o bairro encontra-se sobre a ação da especulação imobiliária, que, diferente de outros bairros da cidade, apresenta ainda uma área verde considerável, mas em processo acelerado de desmatamento.

1.2 AMAZÔNIA: A REGIÃO, O ESTADO, A CIDADE E O BAIRRO

Ao ouvir falar de região Amazônica, uma pessoa qualquer imagina um lugar exótico. De maneira ideológica, a criação de um estereótipo geográfico, leva-se a uma comparação ao planeta Pandora, do filme do cineasta James Cameron, Avatar, reproduzido nos cinemas brasileiros em 2009. Apesar de saber da grandiosidade da floresta, estando nela, a região impressiona. Não há nada mais errado que esta visão utópica de paraíso verde. Pode-se dizer, até mesmo, inocente. Complexa e superlativa são os sinônimos mais adequados.

É no espaço amazônico, de fronteira, que ocorre às mudanças aceleradas. Primeiro por não encontrar instituições endógenas capazes de conter essas mudanças e segundo por ser inserido no sistema global de forma periférica. A Amazônia é superlativa por apresentar sempre números que impressionam em todos os sentidos; sociais, econômicos e ambientais. Outro detalhe importante é o fato de a região amazônica não ser singular, são várias “Amazônias” (PORTO GOLÇALVES, 2000) que se misturam sem ser a mesma coisa: Amazônia Legal, Amazônia Internacional, Amazônia Brasileira, Amazônia Geopolítica e Região Norte.

O Estado do Amazonas, que chega a se confundir com a própria Região, recebe todas as incumbências que a presença florestal impõe na atualidade. Este é o maior em território de todas as demais unidades da federação. Apresenta a maior porcentagem de floresta intacta de todos os demais. Tem riquezas minerais a serem exploradas ou a serem descobertas. Sua população encontra-se concentrada na capital de maneira macrocefálica.

No interior, a população apresenta um grau de abstinência material e isolamento impensado para qualquer cidadão urbano de classe média do mundo. A pauperização dos ribeirinhos é tanto mais dramática quanto mais a “modernidade” se insere no ecossistema. Os processos de migrações do

interior para a capital faz com que a cidade cresça como uma grande mancha, para os lados, no lugar da floresta.

Manaus é conhecida como a cidade da floresta. Na imagem de satélite é possível confirmar esse epíteto; Essa aparece como uma mancha vermelha tendo em volta uma imensidão de floresta e rios, conforme figura número 1, abaixo.

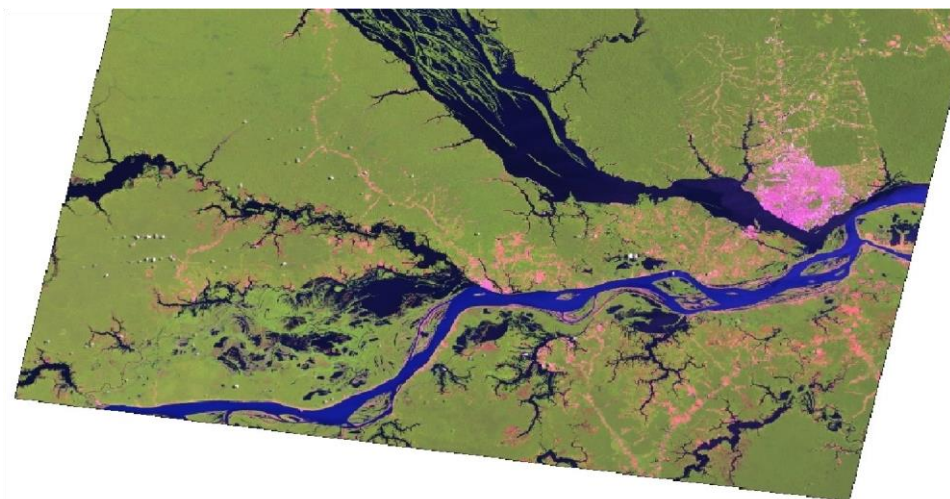


Figura 1 - ManausImagens Landsat TM/5 do ano de 2011: Orbita/ponto 231_062.
Fonte: INPE 2018.

Apesar de cercada pela floresta, a cidade em si, é extremamente carente de arborização. A total falta de percepção da manutenção do verde, na cidade, traz como consequência imediata o aumento do calor (ilhas de calor) e as enchentes que ocorrem com o período das chuvas.

Observando a imagem de satélite percebe-se uma tendência de urbanização para o norte em forma de mancha e, o que é interessante, a intensa impermeabilização do solo visível nessa imagem de satélite. O que diferencia Manaus das outras metrópoles brasileiras é a imensidão do verde em seu entorno e, justamente o que poderia diferenciar dentro de um aspecto positivo, o de manter uma cobertura verde ideal com o bem-estar de sua população, não ocorre. Para piorar, ocorre o inverso de maneira acelerada, uma intensa impermeabilização do solo.

O bairro da Ponta Negra, fonte deste estudo, é um bairro considerado de classe média alta com uma valorização imobiliária exponencial. Ao mesmo tempo em que valoriza e exclui, atrai população de baixa renda que se

concentra nos bairros entorno como o da Compensa. A construção, ao longo das três últimas décadas (1980, 1990 e 2000) de condomínios de luxo, investimentos do setor público (inclusive de lazer) e, mais recentemente, a construção do Shopping Ponta Negra (2013), trouxe um processo de degradação ambiental acelerado. A cobertura vegetal, na última década citada, perdeu mais de 50% da cobertura vigente na década anterior.

2. As consequências da impermeabilização do solo

A impermeabilização do solo, de forma intensa, realizada pelas instituições públicas e particulares, traz graves consequências para o meio ambiente (o meio que nos cerca). As áreas sem impermeabilização apresentam diferentes coberturas, áreas cobertas por gramíneas, por vegetação esparsa, área desnuda, área com vegetação exuberante, área ocupada por recursos hídricos (que podem estar poluídos ou não). Cada área dessas tem um albedo diferente, ou seja, uma capacidade de reflexão diferente. Essa diferença na superfície define uma maior ou menor infiltração das águas pluviais.

O que possibilita o maior nível de infiltração é o ocupado por vegetação densa, quanto maior a cobertura vegetal, maior a infiltração. Isso possibilita a alimentação dos lençóis freáticos e das nascentes. Pode-se deferir que quanto maior o nível de impermeabilização, menor a infiltração e, conseqüentemente, maior escoamento superficial com maior capacidade de erosão. Com as chuvas ocorrem constantes alagamento na área urbana da cidade de Manaus, justamente devido ao fluxo do escoamento superficial. Essas enchentes trazem grandes transtornos para a população.

Outro aspecto relevante sobre o processo de impermeabilização da cidade de Manaus é o do surgimento de ilhas de calor dentro da área urbana. Manaus é uma cidade que apresenta médias de temperaturas acima dos 28°C durante todo o ano. As chamadas ilhas de calor são pontos da cidade que, devido à impermeabilização e a contenção da circulação do ar,

apresentam alguns graus acima do entorno. Esse calor leva a um imenso desconforto físico e o aumento do estresse urbano.

3. Os métodos e a metodologia de geoprocessamento utilizados

Definem-se Sistemas de Informação Geográfica (SIG) como um sistema com capacidade para aquisição, armazenamento, tratamento, integração, processamento, recuperação, transformação, manipulação, modelagem, atualização, análise e exibição de informações digitais georreferenciadas, topologicamente estruturadas, associadas ou não a um banco de dados alfanumérico (ROCHA, 2000).

Ainda, é considerado como um conjunto com quatro partes básicas: hardware, software, dados e operador humano. O hardware é composto por um computador com capacidade de processamento e de armazenamento. O software, um conjunto de operações e procedimentos que podem ser aplicados a determinado problema. Os dados geográficos são atributos alfanuméricos computadorizados, de variados formatos. O operador humano é o indivíduo que interagirá com os elementos referidos tendo em vista a resolução ou esclarecimento de determinada questão.

Os principais produtos do geoprocessamento são em forma de mapas temáticos. Possibilita a confecção de mapas para diferentes finalidades, através do manuseio de informações vetoriais e matriciais. O formato vetorial armazena dados geográficos como pontos, linhas e áreas como uma série de coordenadas e identificadores de cada dado, um tipo de arranjo onde os dados podem ser descritos sob a forma de duas coordenadas geográficas. O formato matricial é aquele onde o armazenamento da informação geográfica está na estrutura de matricial, onde as células com os valores são chamadas de pixels (APARÍCIO, 2001).

O método adotado para o mapeamento do desmatamento no Bairro da Ponta Negra foi à interpretação visual de imagens Landsat 5/TM em composição colorida falsa-cor RGB-543, baseando-se no uso de parâmetros de reconhecimento de padrões citados acima. A análise visual foi realizada para

quinze e doze anos monitorados (1984, 1999 e 2011). Durante o procedimento de criação dos polígonos referentes às áreas desmatadas, utilizou-se como escala padrão de visualização a escala de 1:30.000. Tal procedimento foi realizado de forma manual nos softwares ENVI 4.5 e ArcGis 9.2.

4.Processamentos

Do bairro da Ponta Negra; mapear e quantificar as áreas desflorestadas usando imagens Landsat TM 5 dos anos de 1984, 1999 e 2011; criar arquivo vetorial das áreas desflorestadas do Bairro. Além disso, propor uma gestão para o bairro visando uma melhor qualidade de vida. Os procedimentos de georreferenciamento se resumem nos seguintes processos: processar, georreferenciar e recortar imagem para o mapeamento de áreas desflorestadas seus habitantes.

4.1 PROCESSAMENTO DIGITAL DAS IMAGENS

A imagem utilizada corresponde às órbitas/pontos 231_062 disponibilizadas, via download, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Os dados são referentes aos anos de 1984, 1999 e 2011, dos meses de Julho, Agosto e Novembro respectivamente.

Tabela 01: Cenas de Manaus obtidas do INPE

LANDSAT-TM/05		
OrbitaPonto	Data da imagem	Anos
231_062	24 de novembro	1984
	13 de julho	1999
	31 de agosto	2011

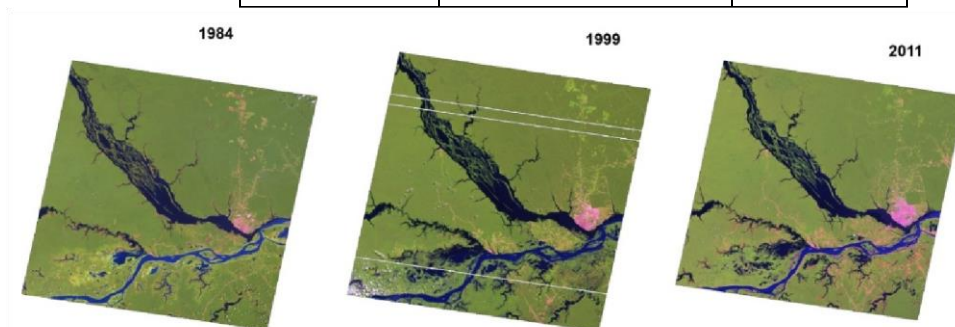


Figura 2 - Imagens Landsat TM/5 dos anos de 1984, 1999 e 2011: Orbita/ponto 231_062.
Fonte: INPE 2018.

Após aquisição dos dados foi realizada a composição de bandas e ajustes de contraste, para fins de interpretação dos alvos. No processo de georreferenciamento foi utilizada como base uma imagem ortorretificada, disponibilizada via download no site do GLCF (*Global Land Cover Facility*). No final do processo as imagens foram projetadas para sistema de coordenadas geográficas Lat/Long e Datum WGS 84.

Através dos Elementos de Interpretação ou Elementos de Reconhecimento de imagens, podemos fazer a identificação dos objetos. Não há consenso sobre todos os elementos que devam ser considerados na análise visual de imagens, sendo os mais comuns: Tonalidade e Cor, Textura, Forma, Padrão, Tamanho, Sombra e Localização.

O método adotado para o mapeamento do desmatamento no Bairro da Ponta Negra foi à interpretação visual de imagens Landsat 5/TM em composição colorida falsa-cor RGB-543, baseando-se no uso de parâmetros de reconhecimento de padrões citados acima. A análise visual foi realizada para quinze e doze anos monitorados (1984, 1999 e 2011). Durante o procedimento de criação dos polígonos referentes às áreas desmatadas, utilizou-se como escala padrão de visualização a escala de 1:30.000.

Tal procedimento foi realizado de forma manual nos *software*s ENVI 4.5 e ArcGis 9.2.

4.2 PONTA NEGRA

O Bairro Ponta Negra está localizado no Município de Manaus, especificamente na Zona Oeste entre os paralelos 60°7'30" e 60°2'30" de longitude oeste e de 3°5'0" a 3°0'0" de latitude Sul (Figura 1).

A Ponta Negra tem como função principal o turismo, além de ser um dos cartões-postais do município e de ser o bairro mais nobre da cidade, ocupa quase 2.000 km do município. Nela, também localiza-se a Base aérea, importante área de interligação com outras regiões.

4.3 A DIMINUIÇÃO DA COBERTURA DO BAIRRO DA PONTA NEGRA

A área total do Bairro da Ponta Negra é de aproximadamente 2.413,04ha. Pode-se observar que, no ano de 1984, a área desmatada estava em torno

de aproximadamente 682,72ha, que corresponde o histórico acumulado de desmatamento na área até essa data. A partir do mapeamento do incremento referente ao período da imagem de 1999 foi percebido aproximadamente 741,09ha, ou seja, um aumento de 58,37ha.

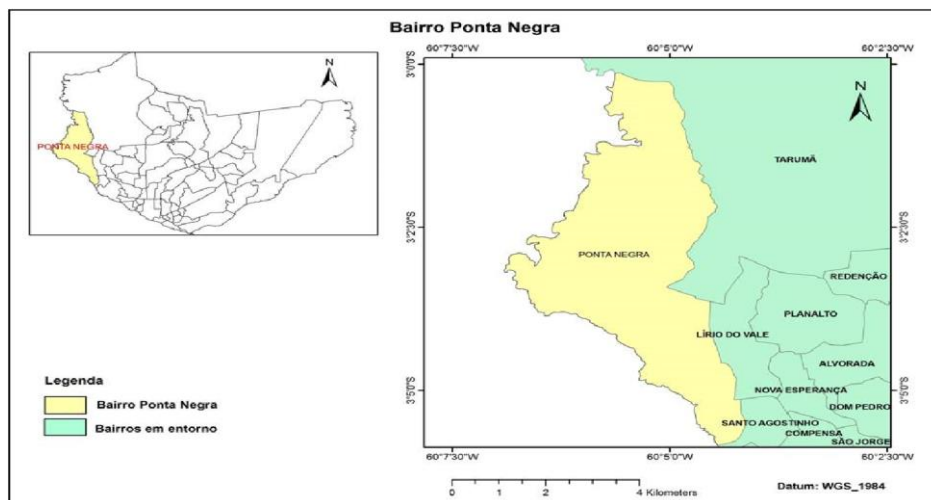


Figura 1: Área estudo, Bairro de Ponta Negra, localizado na Zona Oeste de Manaus/AM.
Fonte: mapa do autor 2016.

Já na imagem do ano de 2011, o desmatamento chegou aproximadamente 1.339,39ha, o que corresponde a 598,30ha a mais da imagem de 1999. Um aumento de aproximadamente 1000% da área desmatada no bairro, atingindo mais da metade do total do bairro. (Figuras 4, 5 e 6).

O processo de desmatamento no Bairro, de acordo com algumas análises realizadas na área de estudo, aumentou de forma exponencial nos últimos anos. Isto ocorreu devido o aumento de novas construções de vias e imóveis que facilitaram as várias atividades urbanas. Com referência à área total do Bairro obteve-se em percentuais 28,29%, 30,71% e 55,51% para os anos de 1984, 1999 e 2011 respectivamente. A análise das imagens de satélite revela que o desmatamento total ocorrido no período investigado aconteceu de forma significativa, a qual aumentou em 27,22%.

Os resultados apresentados foram obtidos através do processo de quantificação dos polígonos de desmatamento ocorridos no período dos anos analisados, os valores relativos às áreas desmatadas entre os anos de 1984, 1999 e 2011, com seus respectivos percentuais, podem ser observados no Tabela 1.

Tabela 2: Dados de antropização do Bairro da Ponta Negra referente aos anos de 1984, 1999 e 2011 (INPE, 2011).

Dados de Antropização do Bairro			
Anos estudos	1984	1999	2011
Total da área Antropizada (ha)	682,72	741,09	1.339,39
Porcentagem (%) por ano	28,29	30,71	55,51

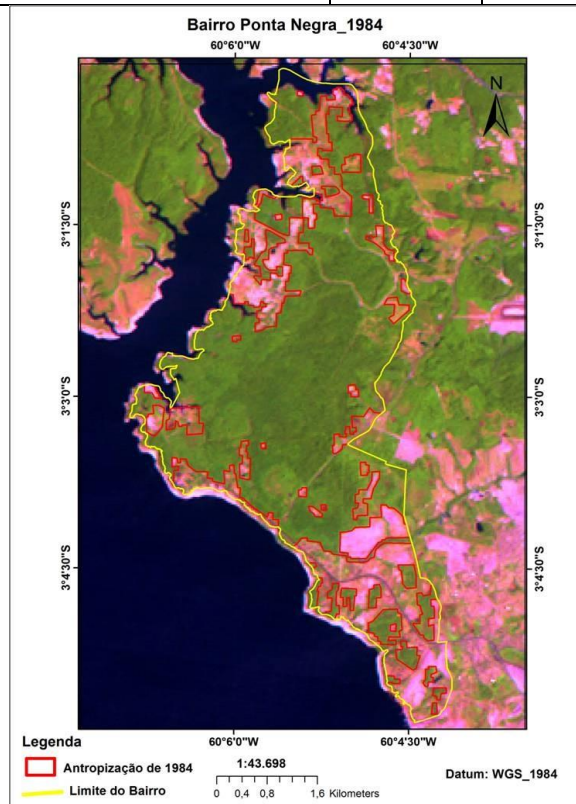


Figura 4 – Imagem de satélite: Desflorestamento no Bairro da Ponta Negra referente ao ano de 1984. (Imagem LANDSAT/TM 5). Fonte: INPE 2018.

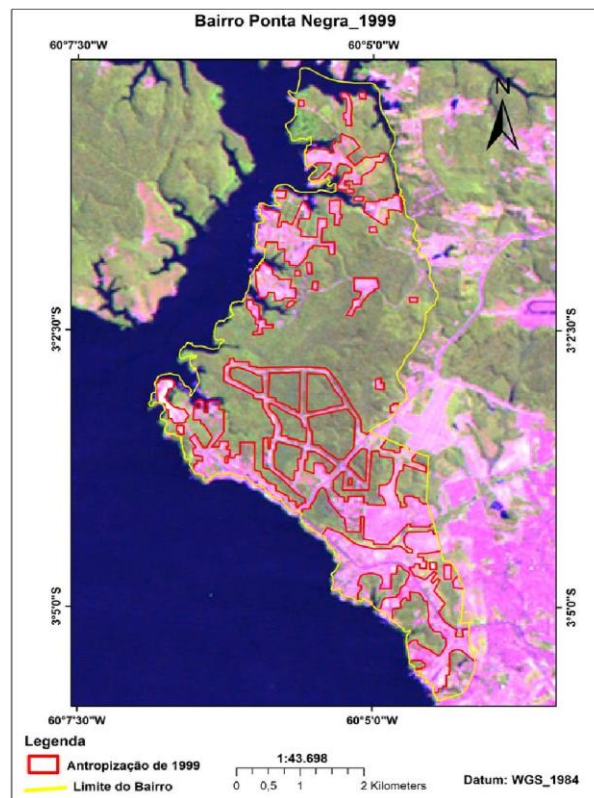


Figura 5 – Imagem de satélite: Desflorestamento no Bairro da Ponta Negra referente ao ano de 1999. (Imagem LANDSAT/TM 5). Fonte: INPE 2018.

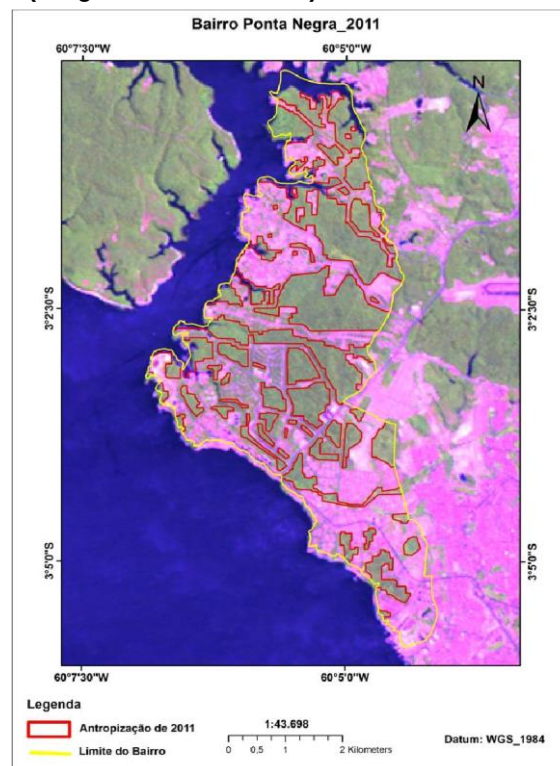


Figura Imagem 6 – Imagem de satélite: Desflorestamento no Bairro da Ponta Negra referente ao ano de 2011. (Imagem LANDSAT/TM 5). Fonte: INPE 2018.

Conclusão

Manaus, como foi referida na introdução, é considerada a porta de entrada para a floresta amazônica. Percebe-se, pela imagem de satélite que a cidade se encontra imersa no verde da vegetação. Os bairros da cidade se diferenciam por vários aspectos: por tempo de ocupação (antigos ou recentes), por nível de poder aquisitivo da população (baixa renda – onde predomina as ocupações chamadas popularmente de comunidades; alta renda – onde predomina os condomínios de luxo). Pode-se acrescentar na diferenciação dos bairros a proximidade com o centro (bairros distantes e bairros próximos). O bairro de estudo se caracteriza por ser de ocupação recente, alta renda e próximo do Centro.

Esses aspectos conjugados trazem uma especulação imobiliária para o bairro que chega a irracionalidade do valor do solo. Um dos predicados utilizados para atrair a população de alta renda é justamente a proximidade com o verde. Uma contradição, visto ser a ocupação acelerada o fator principal para diminuição da cobertura vegetal.

O planejamento conjunto entre a iniciativa privada e as instituições públicas poderia estabelecer, dentro da lei ambiental, um plano de compensação das áreas desmatadas por empresas imobiliárias, o que possibilitaria um modelo para outros bairros recentes de ocupação, tanto de baixa como de alta renda.

Dessa forma, Manaus poderia aproveitar o que tem nas mãos, a vegetação primária e em abundância, para servir de modelo de cidade ambientalmente consciente, tanto para o Brasil quanto para o mundo.

A escolha do bairro da Ponta Negra se deu por facilidades práticas de pesquisa, sendo que a análise da cobertura vegetal e o histórico do desflorestamento, nos bairros de ocupação recente e antiga, poderá ser uma proposta de estudo para outros pesquisadores que queiram contribuir e aprofundar o estudo das condições ambientais da cidade de Manaus.

A informação sobre a taxa de desflorestamento é importante para planejar ações de combate a esta degradação de origem antrópica em escala regional. Contudo, apenas informações sobre a taxa de desflorestamento são insuficientes para o monitoramento e controle da área degradada em escala local – faz-se necessário também, saber onde a conversão florestal ocorreu e acompanhar as tendências do desmatamento.

As técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto aliadas com Sistema de Informação Geográfica (SIG) vêm sendo aplicados em mapeamento do uso e cobertura do solo. Estas técnicas têm papel fundamental no entendimento das transformações atuais e futuras na paisagem amazônica.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz N. *Bases Para o Estudo dos Ecossistemas da Amazônia Brasileira*. Estudos Avançados 16 (45), 2002.

ALENCAR, Ane [et. al]. *Desmatamento na Amazônia: indo além da "Emergência Crônica"*. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2004. 85 p.

APARÍCIO, C. *Utilização de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto Orbital para análise espacial de paisagem com incidência de Leishmaniose Tegumentar Americana*. 2001. 104p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BATISTELLA, Mateus. *Contribuições para a classificação e monitoramento do uso e cobertura das terras na Amazônia*. XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2005, Goiânia. XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2005. p. 2859-2861.

CAVALCANTI, Clóvis. Org. *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

LAGO, Antônio. Pádua, José Augusto. *O que é ecologia*. 9ª ed. Col Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA INSTITUTO NACIONAL DE

PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. *Monitoramento da Cobertura Florestal da Amazônia por Satélites*. SISTEMAS PRODES, DETER, DEGRAD E QUEIMADAS 2007-2008.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Roteiro Histórico de Manaus*. Manaus: EDUA, 1998.

ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

PENA-VEGA, Alfredo. *O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. Col Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ROCHA, César Henrique Barra. *Geoprocessamento: Tecnologia Transdisciplinar*. Juiz de Fora: Editora do Autor, 2000.

RODRIGUES et al. *Utilização de Sistema de Informação Geográfica na Avaliação do Uso da Terra em Botucatu (SP)* Revista Brasileiras de Ciência do Solo, 25:675-681, 2001.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3ª ed. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHEURMANN, Erich. *O papalagui, discurso de Tuiavii, chefe de tribo de Tiavéa nos Mares do Sul*. Trad. Samuel Penna Aarão Reis. São Paulo: Marco Zero, 2003.

STEPHAN, Faris. *Mudança climática: as alterações do clima e as consequências diretas em questão morais, sócias e políticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Sites Consultados

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em <<http://ibge.org.br>>. Acesso em: 20/06/2013.

Cidades, Manaus. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br>>.

Manaus de todas as cores. Disponível em <[ha-quase-10-anos-manaus-e-rotade-refugiados-vitimas-da-fome-e-catastrofes-naturais.ghml](#)>. Acesso em: 18/06/2013.

Tropical Manaus. Disponível em <<http://ecoviagem.uol.com.br>>. Acesso em: 20/10/2017.



ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO RODO-FLUVIAL ENTRE MACAPÁ E SANTANA: uma perspectiva do planejamento logístico urbano

Thiago Dos Santos Damasceno³
 Antônio Sérgio Monteiro Filocreão⁴

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise na infraestrutura da integração logística rodo-fluvial entre Macapá e Santana, além da compreensão do planejamento urbano nos diferentes contextos socioeconômicos desenvolvidos nos municípios. Buscou-se salientar a lógica do sistema rodoviário e hidroviário e os reflexos no fluxo de bens e serviços. É observada a pluralidade dos locais que possuem atividades no entorno de rodovias, portos e atracadouros. Destaca-se o plano plurianual de 2015 do governo do estado, o plano mestre do porto de Santana, o plano diretor do município de Santana. A importância do objeto em estudo foi evidenciada através das possibilidades e oportunidades em face a implantação da zona franca verde, de melhor aproveitamento da área de livre comércio, da região metropolitana e melhor uso do distrito industrial.

Palavras chaves: Fluxos urbanos; Multimodal; Políticas de integração urbana.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the logistic integration between Macapá and Santana, as well as the understanding of urban planning in the different socioeconomic contexts developed in the municipalities. It was sought to emphasize the logic of the road and waterway system and the reflexes in the flow of goods and services. A plurality of sites are observed that have activities around highways, ports and berths. The multi-year plan of 2015 of the state government, the master plan of the port of Santana, the master plan of the municipality of Santana. The importance of this type of study is evidenced by the possibilities and opportunities in view of the establishment of the free zone, the best utilization of the commercial area, the metropolitan region and the best use of the industrial district.

Keywords: Urban flows; Multimodal; Urban integration policies.

1 INTRODUÇÃO

As interações socioeconômicas entre a região que hoje compreende os municípios de Macapá e Santana foram intensificadas, após a criação do

³ Mestrado em desenvolvimento regional - UNIFAP. E-mail: thyo.engprod@hotmail.com

⁴ Doutor, Professor/ coordenador do PPGMDR. E-mail: filoucreao@unifap.br

território federal do Amapá. Devido, principalmente, à implementação de políticas setoriais que culminaram com a implantação de empreendimentos empresariais, extrativistas e industriais, que atraíram, vigorosamente, um contingente de mão de obra para compor a crescente força trabalhista que se constituía, formados por migrantes, principalmente, nordestinos e paraenses, que em sua grande maioria estabeleceu moradia fixa em um dos municípios.

Estes municípios desenvolveram atividades econômicas e moldaram demandas estruturais relacionadas ao aprimoramento do fluxo de bens e serviços entre si que produziu aos municípios uma interessante integração logística. Avalia-se que pode haver uma frágil concepção de planejamento e na execução das políticas integradas ou consorciadas entre os agentes municipais, com o intuito de estabelecer operações conjuntas e eficientes, que proporcione fluidez nas atividades de integração logística dos municípios.

Este trabalho tem como objeto uma análise no eixo logístico rodo – fluvial entre Macapá e Santana, observando a atual infraestrutura, além das características estratégicas.

2 METODOLOGIA

A metodologia estabelecida foi à análise da literatura acadêmica e documental de projetos, planos, relatórios, pesquisas e ações propostas pelos os entes públicos e instituições privadas, com o intuito de alavancar o processo de integração em face às demandas isoladas, assim como também aquelas que promovem a convergência logística urbana entre Macapá e Santana.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EIXO MACAPÁ E SANTANA

As singularidades observadas na formação espacial e na construção socioeconômica dos municípios expõe uma relação, que diversifica a integração viária e adentra no âmbito do planejamento da infraestrutura entre esses dois municípios. Isto permeia diferentes contextos históricos, que

influenciaram as características urbanas. Neste sentido, Santos e Amorim (2017, pág.6) afirmam que:

As relações estabelecidas possuem um elemento importante: Santana foi distrito de Macapá até 1987, quando, por desmembramento de Macapá, tornou-se município. Esse aspecto político não é a razão exclusiva de se pensar a sede dos dois municípios como um aglomerado urbano, mas fornece uma linha de reflexão para se compreender parte das relações próximas entre as duas cidades.

Dentre os inúmeros fatores que afetaram a dinâmica urbana contemporânea do Amapá, a Estadualização do Amapá em 1988; e a implantação da área de livre comércio de Macapá e Santana (ALCMS), com a consequente implantação de novas estruturas administrativas que atraíram um número considerável de pessoas para o Estado, como as ações que mais contribuíram para intensificar a ampliação da população das cidades de Macapá e Santana (SANTOS, 2010).

O desafio posto estabelece a necessidade da integração não só do planejamento dos dois espaços em uma visão de continuidade e conectividade, mas também de estabelecer ações que integrem o conjunto de fragmentos percebidos no espaço urbano (SOUZA, 2014).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A infraestrutura viária de transportes

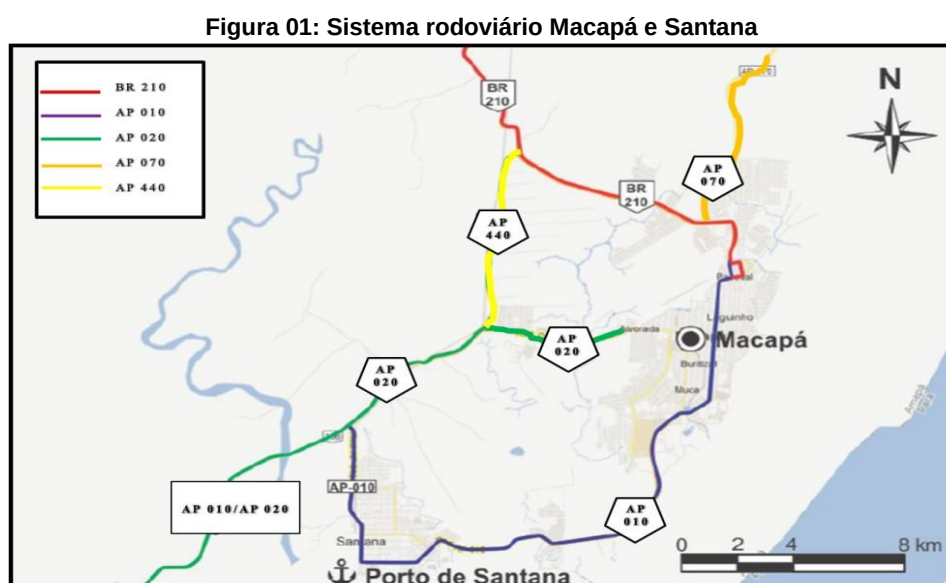
Identificou-se, desta maneira, a necessidade de investir nos eixos viários para atender à demanda do sistema produtivo, na medida em que o transporte tornou-se um instrumento importante na expansão dos eixos de desenvolvimento nacional, regional, e/ou local. Outra diretriz básica é garantir eficiência à matriz de transportes e a redução dos custos sistêmicos da economia brasileira, o chamado custo Brasil, (BRASIL, 2001).

A logística de transportes tem, portanto, profundas implicações no processo econômico nas dimensões temporal e espacial assim, a definição das políticas pública e a seleção dos instrumentos de planejamento de médio e longo prazo (BARAT, 2007).

a) Modal rodoviário

Em face à expansão urbana nas cidades de Macapá e Santana nos anos 1980, houve uma forte influencia na ocupação e uso dos espaços referentes às duas rodovias de conectividade das duas cidades, ambas experimentando alterações nas concepções propostas por diferentes planos urbanos elaborados para as cidades.

Na figura 01 apresenta a atual disposição do sistema rodoviário entre Macapá e Santana, observa-se a interligação geométrica que possibilita um interessante dinamismo logístico para este eixo em estudo.

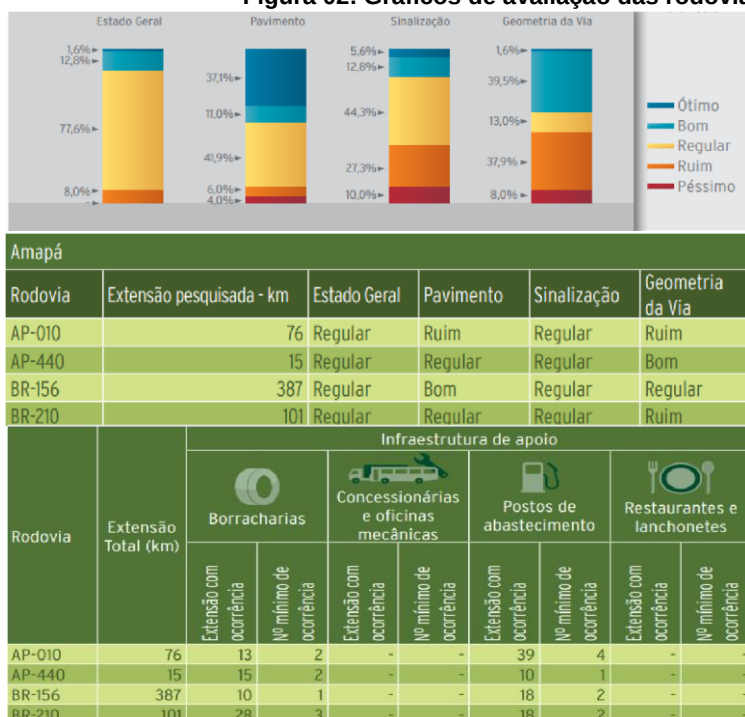


FONTE: CNT, 2013.

Atualmente está sendo implantada a rodovia linha verde antiga linha E da rodovia AP 440, em um total de quatro quilômetros e meio, que servirá de corredor de acesso pelos os bairros de Açai, Buritis e Infraero I e II, até as rodovias norte-sul interligando à AP 020, a AP 070 e BR 210. Ao avaliar o estado das principais rodovias do Amapá, a pesquisa CNT (2016) seguindo a avaliação dos seguintes itens: estado geral, pavimento, sinalização e geometria da via, de modo geral foram caracterizados de maneiras negativas.

Observa-se na figura 02 o desempenho e os resultados obtidos, que demonstram, apesar de volumes de tráfego relativamente mediano, os níveis de serviço são ruins, pois ao longo das rodovias são detectados poucos pontos de apoio aos condutores, no que diz respeito à oferta de postos de combustíveis, borracharias, restaurantes, dentre outros presentes nas rodovias analisadas.

Figura 02: Gráficos de avaliação das rodovias do Amapá



FONTE: CNT, 2016.

O resultado visto na figura acima se deve principalmente à infraestrutura deficitária e da manutenção inadequada das vias pesquisadas. Tal fato implica em tempos maiores e menores velocidades de viagem, fator que mais contribuiu para que o nível de serviço não alcançasse patamares melhores. Na ocorrência elevada de acidentes, principalmente onde há o fluxo pesado de caminhões bitrens e não há ciclovias, acostamento e sinalização nas rodovias, são fatos corriqueiramente, observados nas APs 010, 020 e 440.

b) Modal Hidroviário

Comparativamente aos demais modos de transporte, a cabotagem apresenta como vantagens: maior eficiência energética, maior capacidade de transporte, maior vida útil da infraestrutura, maior vida útil dos equipamentos e veículos,

maior segurança da carga, menor emissão de poluentes, menor número de acidentes, menor nível de avarias, menor custo operacional e menor impacto ambiental (CNT, 2013). Neste sentido Barat (2007, pág. 67) afirma que:

“O Brasil possui uma grande malha hidroviária (cerca de 28 mil quilômetros navegáveis), em grande parte subutilizada. A utilização do transporte fluvial aumentaria expressivamente a competitividade dos produtos transportados, pois o custo é significativamente menor do que qualquer outro modal”.

Ao avaliar as informações tanto no que diz Barat (2007) quanto da pesquisa CNT (2013) que amplia seu conteúdo, mostrando através da figura-03 a lógica funcional da localização das principais operações efetivamente ligadas às atividades hidroviárias do país, pautadas na infraestrutura existente, no que concerne aos portos pelo o Brasil, percebe-se em que contexto estratégico está inserido o eixo urbano de Macapá e Santana, dentro de uma conexão macro integrada, como se visualiza a seguir:

Figura 03: Conexões de portos no Brasil, transporte hidroviário



FONTE: CNT, 2013.

A posição geográfica de Macapá e Santana, como já mencionado anteriormente, é bastante privilegiada, e tornou-se uma das principais rotas marítimas de navegação, pois permite conforme se verifica na figura 03, tal conexão com os outros portos brasileiros via rio ou oceano atlântico, além de

outros países e continentes, tendo em vista a proximidade com o platô das Guinas, Caribe, Estados Unidos e União Europeia, servindo como porta de entrada e saída da região amazônica e acesso ao centro/sul do Brasil. Percebe-se que as características dos Rios Amazonas, Matapí, igarapé da Fortaleza, canal das pedrinhas, do igarapé das mulheres e canal do Jandiá permitem uma dinâmica, extramente fluida no eixo Macapá e Santana, permitindo assim diferentes tipos de interações logísticas tanto em uma análise micro, meso quanto macro socioeconômica.

Neste sentido ao analisar essas diferentes óticas estabelecidas nesta morfologia urbana que integra o rio e o continente, através da infraestrutura de portos e atracadouros, vias, e locais transitórios, visualiza-se uma divisão entre a formalidade e constituição dos portos ditos oficiais, onde há uma infraestrutura de apoio e suporte técnico com um nível de planejamento e gestão afinados, e os locais que não há uma constituição formal, ou seja, as atividades acontecem sem que haja muito controle e gestão em suas dinâmicas.

Estas interações estabelecem ao entorno de determinadas áreas a formação de relações comerciais intensas e distintas, tendo em vista as demandas decorrentes ao tipo de construção urbana existente nestes locais, pois em se tratando dos elementos de transportes fluviais encontrados em Macapá, há a constante variação da maré, o baixo nível do calado e ao intenso assoreamento dos canais e igarapés. Nestas regiões ocorrem simultaneamente às atividades de atracação, transbordo e comercialização, somado a falta de infraestrutura é visualizado, diariamente, a formações de gargalos que dificultam o desenvolvimento do próprio local, visto que há perigo de incêndios, roubos, péssimas condições de trabalho, trânsito caótico e uma área operacional insuficiente para a realização das atividades de forma eficiente, de modo a agregar valor aos produtos que ali chegam e saem.

Cria-se uma forte vertente voltada para a informalidade, onde a contabilização de quantidades e volumes acontece de forma frágil e pouco analítica, fato que pouco contribui para o fomento de políticas voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura, sob os aspectos da expansão ou do

melhoramento das atividades. No entanto, ressalta-se a importância destes locais para a microeconomia local, pois através da difusão de produtos em uma rede logística pouco estruturada, mas que distribui produtos e alguns serviços destes locais para feiras, comércios, mercados, estâncias, enfim, evidencia-se a consistência e o papel de contribuição para o dinamismo da economia informal destes locais como: Canal do Jandiá; Igarapé das mulheres; Rampa do Santa Inês; Canal das pedrinhas; Igarapé da fortaleza; Canal do bueiro.

Locais estes que pela sua informalidade não são considerados portos e sim como atracadouros, no entanto, realizam função semelhante, salvo as escalas de volume e controle e planejamento da gestão, e da própria infraestrutura de suporte existente, mas realizam o transporte fluvial de carga e passageiros diariamente.

Os portos organizados, há menos interações econômicas diretas com a população do entorno, porém a disposição da configuração urbana causada pela chamada região portuária que precisa de áreas operacionais extensas, para realizar o armazenamento e concentração de materiais em um lugar (minério de ferro, minério de zinco, manganês, combustíveis) requer determinados cuidados, e restringem ao acesso ou causam problemas de ordem ambientais nos rios ou no centro urbano. Os principais portos com uma infraestrutura consolidada são: Companhia Docas de Santana – CDSA; porto do Grego; porto ZAMIN; porto NORTELOG; porto TBL; porto Tramontina e o porto Petrobras.

O quadro 01 foi elaborado no sentido de expor o quanto é diversificada, intensa, e interessante é a dinâmica dos produtos que fluem nos portos e atracadouros elencados, foram mostrados também os possíveis acessos correlacionados aos aspectos de integração rodo-fluvial.

Um dos mecanismos que poderia facilitar este tipo de integração deste eixo, para permear as estratégias em escala maior se for o caso de expansão urbana e no aumento do volume do fluxo logístico, seria o melhor aproveitamento do distrito industrial em Santana, que já possui uma área extensa com esta finalidade de implantação e estabelecimento de empresas

com objetivos industriais, comerciais e serviços de logística (armazenamento, distribuição e transporte), no entanto, tem sido subutilizado.

QUADRO 01 - Integração Rodo - Fluvial entre Macapá e Santana

Local	Município	Área e influência	Produtos/ Serviços	Navegação	Acesso	Tipo de embarcação
Canal do Jandiá	Macapá	São Lázaro Pacoval Cidade nova	Madeiras Combustível Aviamentos	Interior	BR 210, BR 156 AP 070, 440 e 020	Barco de pequeno porte
Igarapé das mulheres	Macapá	Perpétuo socorro Centro	Pescados, Combustível Aviamentos Verduras Farinha	Interior	AP 010	Barco de pequeno porte
Rampa do Santa Inês	Macapá	Santa Inês Centro	Passageiros	Interior	AP 010	Barco de médio porte
Rampa do Açaí do	Macapá	Santa Inês Centro	Açaí Abacaxi Verduras	Interior	AP 010	Barco de pequeno porte
Canal das Pedrinhas	Macapá	Pedrinhas Muca Beiol Araxá Aturiá	Madeiras Combustíveis	Interior	AP 010	Barco de pequeno porte
Igarapé da fortaleza	Santana	Área portuária	Passageiros, Açaí verduras combustível	Interior e cabotagem	AP 010, 020 e 440	Barco de médio e grande porte
Porto CDSA	Santana	Área portuária	Soja Cavaco para celulose Minérios	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	Navios de médio e grande Porte
Porto do Grego	Santana	Área portuária	Passageiros	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	Barcos de médio e grande Porte
Porto Zamin	Santana	Área portuária	Minérios	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	-
Porto nortelog	Santana	Distrito industrial	Veículos Eletrônicos Graneis Alimentos Animais	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	Balsa de médio e grande porte
Porto TBL	Santana	Distrito industrial	Veículos Eletrônicos Graneis Alimentos Animais	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	Balsa de médio e grande porte
Porto Tramontina	Santana	Distrito industrial	Produtos manufaturados	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	Balsa de médio porte
Porto Petrobras	Santana	Área portuária	Combustíveis Granéis líquidos	Cabotagem	AP 010, 020 e 440	Navios de médio porte

FONTE: elaborado pelo o autor, 2017.

Localizado às margens do delta do rio Matapí com o rio Amazonas, sendo cortado pelas APs 010 e 020 com rápido acesso através da AP 440 as BRs 210 e 156, ou seja, tem ligação direta com as regiões sul e norte do estado, e a todos outros catorze municípios, o que impulsiona o dinamismo do fluxo de produtos de entrada e saída no eixo. Observa-se a proximidade do distrito industrial com os centros comerciais de Macapá, Santana e Mazagão, este último é o terceiro município componente da chamada área metropolitana de Macapá. Atualmente encontra-se com acesso integrado, outrora realizado por balsas sob a administração do Estado, o que era literalmente um gargalo acarretando constantes filas de veículos, após a inauguração da ponte sobre o rio Matapí, fato que poderá promover novas interações logísticas e com isso pesquisas complementares, pois houve um aumento na fluidez de bens e serviços que possibilita uma interessante reconfiguração do espaço e de fatores socioeconômicos.

Observa-se que a configuração da infraestrutura nos espaços urbanos, fomentada para atender aos propósitos que vinculem, em particular, uma atividade econômica específica, geralmente, ocasiona problemas e conflitos associados a invasões às áreas públicas, a construções de moradia de forma irregular, como ocorrem, por exemplo:

Invasão e construção de moradias e empreendimentos dentro da faixa de domínio das rodovias, impedido ou dificultando obras de melhoramentos, fato observado na rodovia AP 010 (JK), que demanda por acostamento e ciclovias em seu percurso, onde se tem forte processo de conurbação e por isso já uma concentração populacional elevada;

Processo de favelização do entorno do igarapé das mulheres, no centro de Macapá, local utilizado como atracadouro e realização de comércio com baixa estrutura para e tal, e de espaço operacional;

Porto da CDSA tem em seu entorno poucas áreas para ampliação, devido também ao processo de invasões e favelização;

Problemas relacionados ao meio ambiente com o despejo de resíduos líquidos e sólidos diretamente lançados nos rios;

A possibilidade de incêndios e explosões, devido ao comércio irregular de combustíveis nos atracadouros menores;

Em determinados locais a prostituição, venda de drogas, falta de segurança, dentro outras situações.

Ao balizar este processo em que se tenta desenvolver um meio espacial estruturado, criado pelo homem. A cidade pode, por isso, ser olhada como um ambiente tangível construído – um ambiente que deveria ser um produto social. E esta construção poderia ser realizada com uma tecnologia dada e elaborada no contexto de um modo orgânico de produção. O urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado entre outras coisas, a certa divisão do trabalho e a certa ordem hierárquica de atividades, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante. (HARVEY, 1980).

Em se tratando das possíveis configurações urbanas que destoam entre si, e evidenciam situações opostas em um mesmo contexto, tem-se no município de Santana o exemplo de ocupação planejada que ocorreu na Vila Amazonas, a espontânea Área Portuária conhecida localmente como “baixada do Ambrósio”, o porto junto ao centro da cidade e a ocupação ribeirinha na Vila do Elesbão. Nos trechos selecionados para os trabalhos iniciais deste plano: Igarapé Fortaleza, Companhia Docas de Santana, Área Portuária (Baixada do Ambrósio) e Elesbão, as atividades econômicas mais representativas estão ligadas ao setor primário com a atividade de extrativismo vegetal, sendo o principal produto o açaí, de onde se extrai o vinho (Igarapé Fortaleza, Baixada do Ambrósio, Elesbão) e o palmito (Igarapé Fortaleza), este último para exportação (Flórida) (CNT, 2013). Apesar da proximidade entre os locais citados, existem realidades diferentes caracterizados por uma construção histórica com um veio econômico que obteve intervenções públicas e privadas, que refletem até os dias atuais.

No geral, questões voltadas à ampliação ou melhoria de determinados empreendimentos viários localizados no perímetro urbano, seja nas rodovias, nos portos ou nos atracadouros resulta em ações conflituosas, pois nem sempre a população que habita nestas áreas é chamada ou consultada para ter ciência ou discutir e entrar neste processo na fase de planejamento. Observa-se que as perspectivas que levam as habilidades básicas empregadas nos governos municipais em toda parte são a intuição, boas

intenções, bom senso e experiência. Aqueles que parcialmente obtêm sucesso possuem bom senso e experiência.

4.2 PROPOSTAS

As diversas instituições governamentais relacionam algumas proposições de investimentos, que preveem melhorias ou adequações na infraestrutura logística neste eixo de estudo, que compreende a configuração urbana dos municípios de Macapá e Santana. A seguir serão elencadas as principais medidas que se destacam neste contexto:

Plano plurianual do governo do estado 2016-2019 estão contidas as principais diretrizes, objetos e metas que a administração pública terá que cumprir, com o intuito de abranger de forma regionalizada a execução de melhorias e adequações em diferentes seguimentos, desta forma, para a infraestrutura viária foi proposto à construção do Arco Rodoviário Sul, com intervenções na restauração e duplicação das rodovias JK e Duca Serra, privilegiando a interligação com o Porto Organizado de Macapá; e duplicação do trecho rodoviário entre as rodovias Duca Serra e BR 210. Conclusão da construção da ponte sobre os rios Matapí e Jari, visando à consolidação do corredor rodo-portuário (fluvial) do Estado - eixo de ligação da Região Sul com o Porto de Santana e as rodovias federais: BR 156 e BR 210 (AMAPÁ, 2015).

Plano mestre do porto CDSA - elaborado com o intuito de se alcançar os seguintes objetivos este plano mestre busca: a obtenção de um cadastro físico atualizado do porto; a análise dos seus limitantes físicos e operacionais; a projeção da demanda prevista para o porto em um horizonte de 20 anos; a projeção da capacidade de movimentação das cargas e eventuais necessidades de expansão de suas instalações ao longo do horizonte de planejamento; a proposição das melhores alternativas para superar os gargalos identificados para a eficiente atividade do porto.

O Plano Diretor Participativo do município de Santana é instituído pela Lei Complementar n.º 002/2006-PMS. Este trata quanto à política urbana, traça como diretriz para o desenvolvimento econômico a associação integral entre a atividade portuária e industrial (Art. 11, inciso I), principais atividades

econômicas da cidade. Em referência à mobilidade urbana, pretende minimizar o impacto do tráfego de cargas pesadas no entorno da área portuária e central da cidade, na intenção de evitar a degradação da malha viária e a geração de trânsito. Orienta desenvolver a integração regional do estado do Amapá, através da integração do transporte rodoviário, a fim de propulsionar a atividade do Porto de Santana (Art. 20).

d) O Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá de (2004), em seus Art. 15. e 148 tratam de adequações de integração da infraestrutura urbana. As ações propostas para equalizar a eficácia do sistema viário, ou seja, otimizar a dinâmica de planejamento, de infraestrutura e gestão operacional de portos e rodovias que formam a rede logística de integração multimodal dos municípios de Macapá e Santana demandam por sua execução prática. Com o intuito de promover ações sinérgicas, não somente às atividades de transportes, assim como também de armazenamento e distribuição de cargas e passageiros, além de possibilitar ganhos socioeconômicos através da geração de emprego e renda do meio urbano.

5 CONSIDERAÇÕES

Em suma, a configuração urbana anseia por medidas que aliem as necessidades da população com a implantação de infraestrutura adequada, ressalta-se a necessidade de maior diálogo entre os atores sociais e as instituições públicas e privadas no sentido de ampliar os horizontes e perspectivas e diminuir conflitos no cerne da mobilidade, da violência, prostituição, saúde, saneamento, dentre, outros fatores que assolam negativamente esta região.

Desta forma, entende-se que a busca constante pela eliminação dos gargalos infraestruturais consorciados a integração das demandas da população, das restrições de uso dos espaços e do meio ambiente, deverão está alinhados as tomadas decisões de gestão pública e privada, para tirarem do papel o planejamento previsto na área de livre comércio de Macapá e Santana, na zona franca verde, na área metropolitana, pois as oportunidades existem e

demandam por intensas transformações na logística praticada no meio urbano nos municípios de Macapá e Santana.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **PLANO PLURIANUAL 20162019**. Macapá: SEPLAN, 2015.

ANTAQ. Anuário Estatístico Portuário. 2009.

BARCELLOS, Paulo F. P. Planejamento na gestão urbana. Prefeitura Municipal de Curitiba, Instituto Municipal de Administração Pública, Projeto Habitar Brasil/ BID. Porto Alegre: FAURGS, 2002.

BARAT, Josef et al. **Logística e transporte no processo de globalização: oportunidades para o Brasil**. São Paulo: UNESP, 2007.

BRASIL. EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES – GEIPOT. **Caminhos do Brasil**. Brasília: GEIPOT, 2001.

_____. Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR. **PLANO MESTRE DO PORTO DE SANTANA**. Florianópolis – SC, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTE. **PESQUISA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO** – cabotagem 2013. – Brasília : CNT, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTE. **PESQUISA CNT DE RODOVIAS 2016: relatório gerencial**. – 20.ed. – Brasília : CNT : SEST : SENAT, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. **PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL DE MACAPÁ**. MACAPÁ, P.M.M. – SEMPLA, IBAM. 2004.

SANTOS, R. V; AMORIM, J. P. A. **A centralidade urbana sub-regional do aglomerado urbano Macapá-Santana na Amazônia Setentrional Amapaense**. Caderno de Geografia, v.27, n.49, 2017.

SANTOS, E R C. **Grandes Projetos Amazônicos e Configuração Geográfica do Amapá**. In. PORTO, J L R; NASCIMENTO, D M. **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades**. (Org.). Série Percepções do Amapá, v. 6. – Macapá: Editora Publit, 2010.

SOUZA, A. C. M. de. Análise do planejamento urbano de um espaço em transformação: as cidades de Macapá e Santana na perspectiva do desenvolvimento local Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional. Fundação Universidade Federal do Amapá Macapá, 2014.



ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU-SE

Danillo Felix de Santana⁵

José Carlos Santos Cunha⁶

RESUMO

Aracaju e sua área metropolitana vêm crescendo desde a década de 1970 com a chegada da PETROBRÁS, a criação da Universidade Federal de Sergipe, a implantação do Distrito Industrial de Aracaju e a política habitacional desenvolvida pela COHAB, as quais transformaram a cidade num ponto forte de imigração. Este trabalho teve como objetivo analisar a formação da região metropolitana de Aracaju desde os anos 1970 até a década de 2010. Foram utilizados dados do IBGE e pesquisa bibliográfica referente à temática. A evolução da população de Aracaju, desde os anos 1970, indica dinâmica demográfica atual da sua área metropolitana e importância para o estado de Sergipe. A migração é um ponto fundamental para entender o crescimento populacional da Grande Aracaju, fortalecendo seu papel nas últimas décadas. O rápido processo de urbanização verificado nas quatro últimas décadas sinaliza diversas transformações nos seus espaços, trazendo problemas como a segregação socioespacial.

Palavras-chave: Aracaju; Metropolização; População.

ABSTRACT

Aracaju and its metropolitan area have been growing since the 1970s with the arrival of PETROBRAS, the creation of the Federal University of Sergipe, the implantation of the Industrial District of Aracaju and the housing policy developed by COHAB, which turned the city into a immigration. The objective of this study was to analyze the formation of the Aracaju metropolitan region from the 1970s until the decade of 2010. Data from the IBGE and bibliographical research on the subject were used. The evolution of the Aracaju population, since the 1970s, indicates the current demographic dynamics of its metropolitan area and importance for the state of Sergipe. Migration is a fundamental point to understand the population growth of Greater Aracaju, strengthening its role in the last decades. The rapid urbanization process observed in the last four decades signals several transformations in their spaces, bringing problems such as socio-spatial segregation.

Keywords: Aracaju; Metropolization; Population.

⁵ Especialista, Mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS. E-mail: danillosantana_@hotmail.com.

⁶ Mestre. Instituto Federal de Sergipe. E-mail: jcscunha@infonet.com.br.

INTRODUÇÃO

As cidades existem em diferentes tempos históricos e em diversos locais do mundo, cada uma com sua história, identidade - que é marcada por semelhanças e diferenças em relação a outras cidades - e tamanho (SPOSITO, 2004).

Os espaços urbanos especialmente privilegiados em relação a outras cidades são as metrópoles, pois elas comandam e integram os movimentos e suas redes de trocas, uma vez que elas emitem serviços mais raros e, por vezes, estratégicos e recebem em troca serviços mais banais, conhecidos com menor valor.

Neste sentido, Guy Di Méo afirma que

[...]as metrópoles preenchem uma série de funções essenciais (políticas, econômicas, culturais ou ideológicas), o governo dos homens, de suas atividades, de seus valores. Elas constroem uma rede mundial, um tipo de tecido de centralidades combinando lógicas hierárquicas e resilientes. De todo modo, elas se apoiam sobre conjuntos territoriais de porte variável, ligados entre si por seu indispensável papel de intermediários. Assim trata-se de uma larga gama de áreas urbanas engrenando metrópoles assentadas no coração das regiões que dividem os territórios nacionais até as metrópoles mundiais e globais que governam o planeta. (DI MÉO, 2008).

É marcante na urbanização do Brasil o crescimento das regiões metropolitanas. As regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, as mais importantes do país, apresentaram reduções desde a década de 1980 em suas taxas de industrialização e um deslocamento de fluxos migratórios para outras regiões do país (SCARLATO, 2008).

Paralelo a isto, o período de 1970 a 1991 demonstra que embora extremamente concentrada nos grandes centros urbanos, segundo Andrade e Serra (1998), a população urbana brasileira passa por um, também notável, processo de reversão de sua polarização, no qual as cidades médias cumprem papel decisivo. Entre os fatores que imprimiram dinamismo ao desempenho demográfico das cidades médias, podem-se elencar: as mudanças recentes nos padrões locacionais da indústria; as transformações

mais visíveis no movimento migratório nacional; o crescimento mais acelerado dos municípios satélites dos núcleos metropolitanos; a política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas e a peculiar expansão das fronteiras agrícolas e de extração de recursos minerais. Além destes, é claro, os fatores endógenos ao próprio dinamismo econômico de muitas destas cidades.

É, nesse contexto, que Aracaju e sua área metropolitana vêm crescendo desde a década de 1970 com a chegada da PETROBRÁS, a criação da Universidade Federal de Sergipe, a implantação do Distrito Industrial de Aracaju e a política habitacional desenvolvida pela COHAB, as quais transformaram a cidade num ponto forte de imigração. Os sergipanos começaram a migrar para a sua capital e uma parte da população se realocou nos conjuntos habitacionais construídos na região metropolitana.

A atual Região Metropolitana de Aracaju foi criada em 24 de dezembro de 1995, com a lei complementar nº. 25 de 29 de dezembro de 1995 do governo de Sergipe. Os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão são os que constituem este agrupamento.

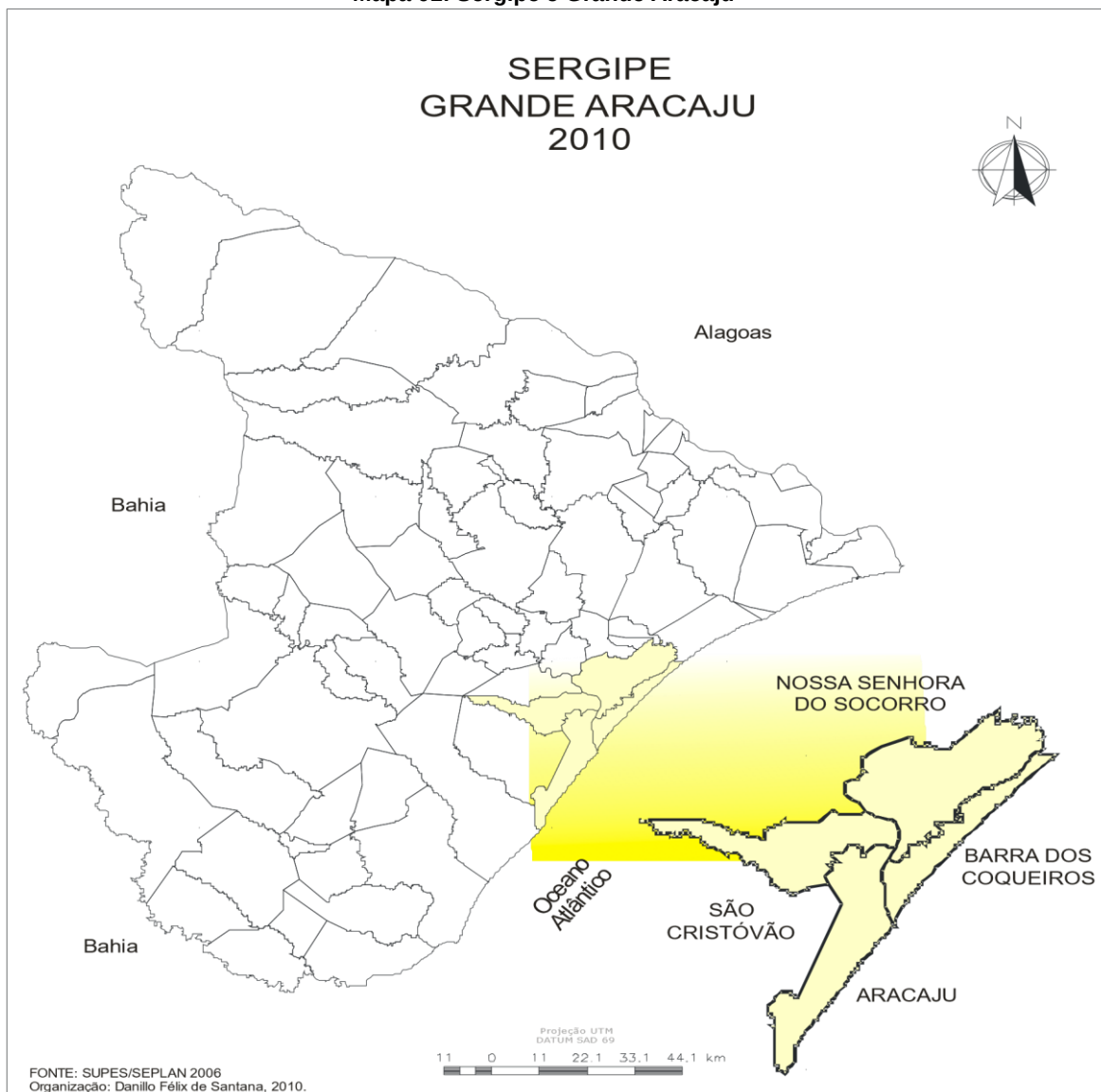
Este trabalho teve como objetivo geral estudar o processo de formação e produção da Região Metropolitana de Aracaju, desde os anos 1970 até a década de 2010. Como objetivos específicos, pautou-se na análise da influência das políticas públicas, sobretudo nos agentes imobiliários, e, consequentemente, no processo da metropolização. Também foram estudadas a evolução populacional e a inserção de Aracaju em sua rede urbana.

O presente artigo é resultado de uma pesquisa com abordagem qualitativa e objetivos explicativos. Foram utilizados dados do IBGE sobre a população dos municípios que integram a Região Metropolitana de Aracaju. Apesar do levantamento de dados quantitativos, o procedimento da pesquisa foi de caráter bibliográfico com uso de livros e artigos referentes à temática. Sobre o método, foi utilizado a abordagem dialética, uma vez que se buscou analisar a formação da Região Metropolitana de Aracaju e seus aspectos contraditórios no que tange aos condicionantes históricos, econômicos, sociais e políticos.

A INSERÇÃO DE ARACAJU NO SISTEMA URBANO-REGIONAL E SUA POPULAÇÃO

A Região Metropolitana de Aracaju, em sua atual configuração, foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 25 de 29 de dezembro de 1995 e é composta por municípios: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão (mapa 01). Possui população de 835.564 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, o que corresponde a aproximadamente 40,40% da população de Sergipe.

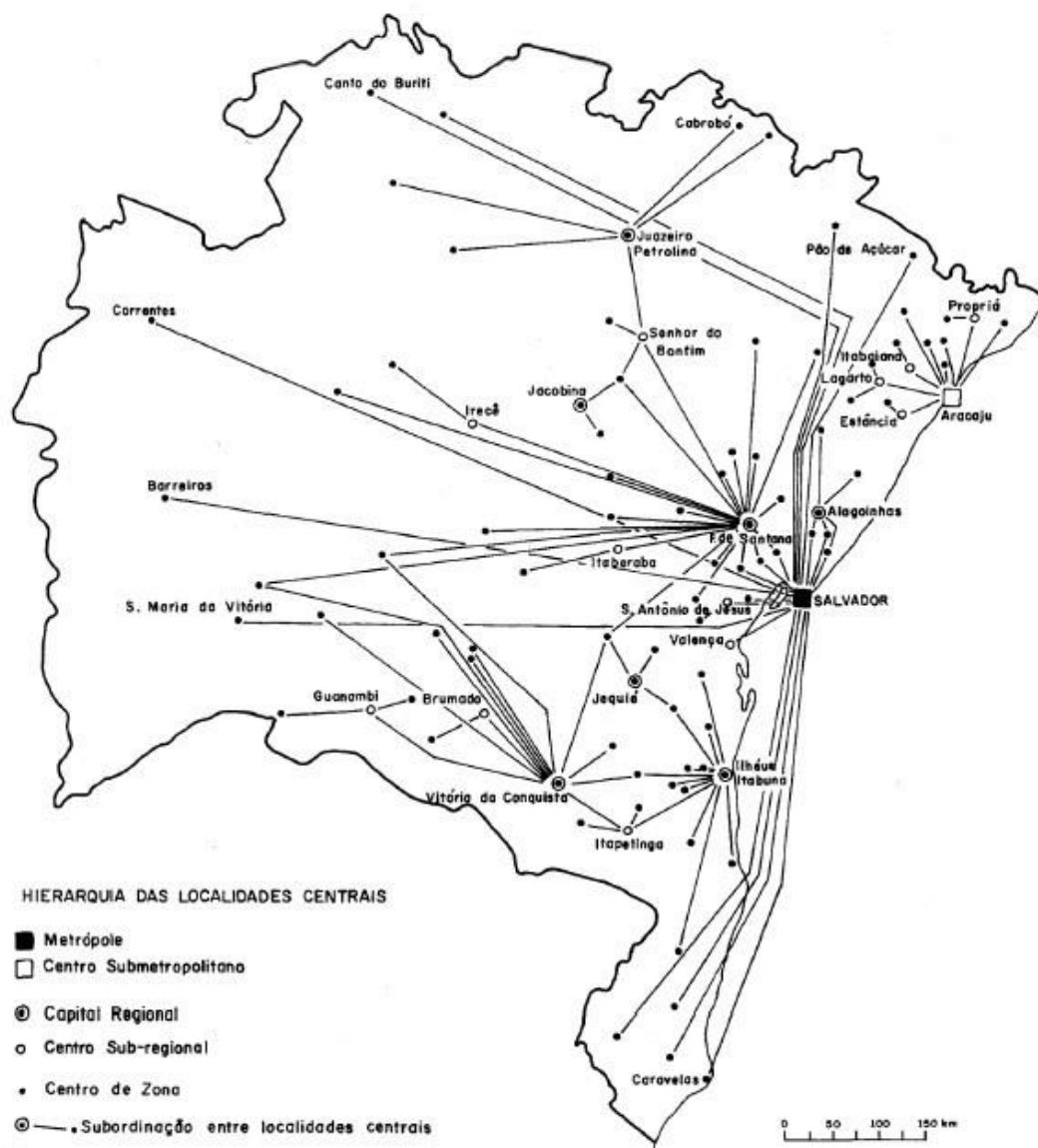
Mapa 01: Sergipe e Grande Aracaju



No estudo “Região de Influência das Cidades” publicado em 1987,

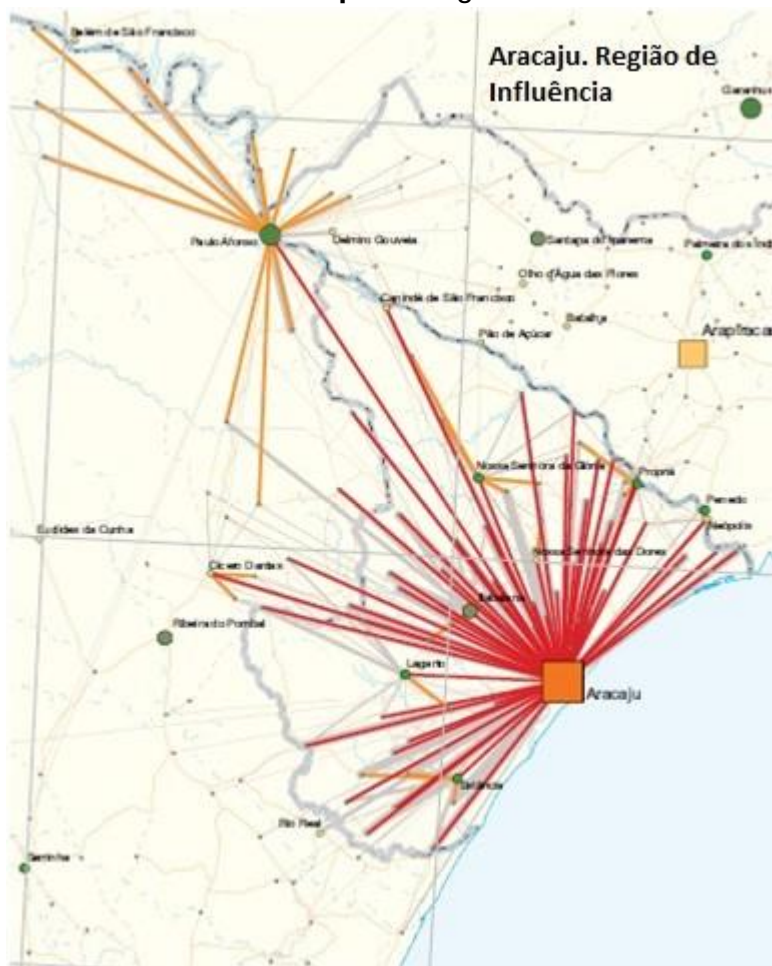
Aracaju aparece como centro submetropolitano e cidade subordinada a Salvador, condição que ainda hoje se mantém, porém com área de influência bastante reduzida se comparada ao estudo mais atual de 2007, conforme mapa 02:

Mapa 02: Hinterlândia de Salvador, inclusive de Aracaju



Fonte: IBGE, 1987.

Com base no estudo “Regiões de Influência das Cidades” do IBGE (2007), sua zona de influência é de 93 municípios e engloba uma área de 48.589,89 km², ou seja, mais que o dobro do território sergipano, chegando ao sul de Alagoas e a Bahia, como mostra o mapa 3:

Mapa 3: Região de influência de Aracaju

Fonte: IBGE, 2007

[...] O rápido crescimento da população (de Aracaju) dá-se concomitantemente a um processo de esvaziamento do campo sergipano, sobretudo em decorrência da pecuarização, da concentração da terra e, em determinadas áreas, da modernização da agricultura. Aracaju passa a ser o principal centro de atração das populações que migram do campo e das cidades do interior. (FRANÇA, 1999, p.59) A formação do espaço metropolitano de Aracaju é, também, resultado de políticas públicas que nem sempre foram efetivadas, mas foram capazes de atrair um contingente populacional expulso do campo e que almejava melhores condições de vida. (FRANÇA, 1999)

Ainda hoje o crescimento populacional continua forte na Região Metropolitana de Aracaju. Aracaju em mais de 100.000 habitantes, saltando de 461.534 habitantes para 570.937 habitantes, o que representa um aumento de aproximadamente 23,74% na sua população. Barra dos Coqueiros subiu de 17.807 para 25.012 habitantes, resultando num incremento populacional de aproximadamente 34,23%. Nossa Senhora do Socorro, município mais populoso do interior de Sergipe, subiu de 131.679 para 160.829 habitantes, resultando num crescimento de 14,54%. O

último município, São Cristóvão, subiu de 64.647 para 78.876 habitantes, aumentando em 22,01%.

Tabela 01: População dos municípios da Região Metropolitana de Aracaju–
1970 a 2018

Ano	Municípios							
	Aracaju	(%) Crescimento	Nossa Senhora do Socorro	(%) Crescimento	São Cristóvão	(%) Crescimento	Barra dos Coqueiros	(%) Crescimento
1970	183.670	-	9.346	-	20.409	-	5.568	-
1980 ,98	293.119	59,59	13.710	31,83	24.129	18,23	7.952	29
1991 7,52	402.341	37,26	67.574	79,71	47.558	49,26	12.727	3
2000 8,53	461.534	14,71	131.679	48,57	64.647	26,43	17.807	2
2010 8,70	571.149	23,75	160.827	18,12	78.864	18,03	24.976	2
2018*	648.939 13,62	181.503	11,39	89.027	11.42	29.873	16,39	

Fonte: IBGE. SIDRA. Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000; 2010. *Estimativa Populacional IBGE.

Tabela 02: População Total dos Municípios da Região Metropolitana de Aracaju

Ano	Total	(%)Crescimento
1970	218.993	-
1980	338.910	35,38
1991	530.200	36,08
2000	675.667	21,53
2010	835.816	19,16
2018*	949.342	11,96

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970;1980; 1991;2000. *Estimativa Populacional IBGE.

Esses dados demonstram que toda a região tem mantido altas taxas de crescimento populacional, com uma média de 24,82% nos últimos quarento e oito anos, entretanto o crescimento populacional na Região Metropolitana de Aracaju vem mostrando tendência a estagnação com quedas desde o ano de 2000.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO DE ARACAJU

A centralização dos serviços e como sede do Poder, intitulou a cidade de Aracaju, além de capital do Estado, centro político-administrativo e econômico, consolidou-se com o papel de comando da economia e da sociedade e a base do desenvolvimento capitalista. Na fase inicial do processo de comando espacial, a cidade não reunia as condições vitais para atender ao processo, uma vez que:

[...] até o início do século XX, a cidade de Aracaju passou por um crescimento difícil, em decorrência do pequeno volume de investimentos feitos na cidade. "Somente após a implantação das redes de água encanada e esgotamento sanitário e o desenvolvimento do sistema de transporte público - os bondes -, foi possível atrair investimentos. A partir de 1900, esses primeiros elementos de urbanização deram início a um forte processo de migração, que contribuiu também para o desenvolvimento populacional da área. Tudo se relaciona [...] Paralelamente ao desenvolvimento econômico que Aracaju já experimentava na segunda metade do século XX, a condição de centro administrativo da capital, tão almejada por Ignácio Barbosa, que morreu apenas sete meses após a transferência, também se solidificava como uma realidade. "A implementação de políticas públicas foi fundamental para que a capital pudesse concentrar todas as atividades administrativas do Estado. Ainda hoje, todos os órgãos estatais e federais localizados em Sergipe têm sua sede em Aracaju. A capital recebe todos os dias inúmeros habitantes de todos os municípios do Estado", [...] "O surgimento da condição de Grande Aracaju não pode ser isolado do processo de expansão da cidade. Além de avançar sobre Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, já há estudos mais recentes que indicam uma forte relação com os municípios de Maruim e Laranjeiras". (FRANÇA, 2009, p.73)

O espaço da produção industrial continuou a centralizar e a comercializar a produção do campo. As novas oportunidades de trabalho do espaço urbano atraíram a população do campo, que havia perdido terras e emprego com a introdução de novas tecnologias à produção agrícola.

A população urbana nesse contexto passou a ter crescimento superior ao da população rural, formando-se grandes aglomerados e articulando-se novas formas de gestão político-administrativa do território a partir da capital.

A cidade de Aracaju cresceu em importância, nela, viabilizam-se com maior facilidade as articulações políticas/econômicas, a organização da produção e o consumo. Consolidou-se como espaço que reúne as condições necessárias para a reprodução de capital.

Aracaju, por sua condição de capital, é marcada pela atividade de serviço, incluindo nessa categoria os serviços educacionais e de saúde; os serviços bancário e financeiro; os serviços pessoais e profissionais (engenharia, consultoria etc.), além

da atividade de governo e comércio. O setor de serviços responde por 80,8% do Produto Interno Bruto de Aracaju [PIB], ou seja, do total de riqueza gerada na cidade. No setor de serviços, cabe destacar o peso do setor público: 15,1%. O setor industrial representa 19% e o setor agrícola somente 0,2%. Ao lado de atividades tradicionais, tanto no comércio como na indústria, Aracaju sedia as atividades tecnologicamente mais avançadas e os serviços mais sofisticados do Estado, como as atividades de telecomunicações, informática, serviços especializados em saúde, educação e consultoria. É importante lembrar que Aracaju responde por 25,6% da população do Estado, mas representa 42,9% da riqueza gerada [Produto Interno Bruto]. Alguns Arranjos Produtivos Locais [APL's] conjunto de segmentos políticos, econômicos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas relacionadas - podem ser destacados na economia aracajuana, como os de tecnologia da informação, saúde, serviços para a indústria de petróleo e gás e ainda a construção naval. (LACERDA, 2009, p. 16)

Com a forte intervenção do estado, através dos investimentos nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, moradia a cidade ganhou dinamismo ao ponto de extrapolar as fronteiras municipais, e sob o comando das políticas públicas do Estado avançou sobre os municípios circunvizinhos.

A população de Aracaju e regiões limítrofes vêm crescendo aceleradamente, devido à imigração de pessoas provenientes de outros municípios de Sergipe como também de municípios de Estados vizinhos como Alagoas e Bahia, que buscam melhores condições de vida, atraídos pela vasta rede de serviços prestados, desde serviços bancários a serviços de saúde, perpassando pelo ramo da educação, trabalho e renda.

Crescimento urbano desordenado por falta de um planejamento, forte influência do capital na concentração dos meios de produção, intenções ações do Estado no direcionamento de investimentos, sobretudo de políticas habitacionais, principalmente para camadas sociais de baixa renda, são fatores que contribuem também para a configuração espacial de uma região metropolitana.

A especulação imobiliária atrelada às políticas públicas de Estado e a expansão de áreas industriais e comerciais extrapolaram os limites do município de Aracaju e atingiu os municípios limítrofes o que provocou uma intensa relação de fluxos, sejam de mercadorias, serviços e pessoas. Tais fluxos se intensificam principalmente entre os municípios limítrofes de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão levando à criação da Região Metropolitana de Aracaju.

A expansão urbana que tem ocorrido nesta região metropolitana, como em diversas regiões metropolitanas do Brasil, tem se caracterizado pela urbanização dispersa, apoiada por empreendimentos imobiliários e industriais e pelo aumento das relações cotidianas que envolvem os municípios, seja no transporte individual ou coletivo.

França ainda comenta que na Grande Aracaju:

[...] A ampliação do espaço urbano, através de manchas isoladas, gerou intensa especulação imobiliária, privilegiando os grupos detentores da terra e do capital e penalizando as populações mais pobres, que foram empurradas para áreas mais distantes e desprovidas de infra-estrutura, num processo de periferização e segregação[...]

Aracaju [...] passa por um processo de elitização, com o fortalecimento da população de classe média, resultando numa valorização da terra que conduz a um processo de

verticalização, na busca incessante de obter o maior lucro da terra e constituindo-se numa das marcas da modernidade da metrópole. (FRANÇA, 1999, p. 213)

O Estado tem papel fundamental no processo de metropolização de Aracaju.

Este processo se iniciou lentamente desde, pelo menos, a década de 1970 com a introdução de algumas políticas públicas marcantes. Os processos responsáveis pela metropolização são:

A exploração dos recursos minerais [...] a transferência da sede da Região de Produção do Nordeste de Maceió para Aracaju, a criação da Universidade Federal de Sergipe, a implantação do Distrito Industrial de Aracaju... e a política habitacional desenvolvida pela COHAB transformaram a capital do Estado em forte ponto de atração para a migração (sic) nos últimos trinta anos...

Não apenas sergipanos foram atraídos para trabalhar em Aracaju. Pessoas de outros estados... vieram para trabalhar nas empresas estatais ou em firmas prestadoras de serviços para aquelas empresas. Eram pessoas mais qualificadas, vindas de áreas urbanas de outros estados... que contribuíram para o fortalecimento da classe média, hoje predominante na cidade.

O aumento da oferta de emprego e a expectativa de bons salários vão resultar numa valorização do espaço da cidade. Tal valorização vai ocorrer em diversos campos da atividade econômica, pois surge a necessidade de novas funções comerciais e de serviços, diante da maior geração de renda, surgindo, assim, a demanda por novas habitações. (FRANÇA, 1999, p. 79-80)

A valorização do solo urbano tem se fortalecido desde a década de 1970, seja com a ação do Estado em parceria com a iniciativa privada ou com a especulação imobiliária. A princípio, a característica periférica dos municípios vizinhos não foi atrativa para a valorização do solo urbano.

Com a industrialização, os municípios metropolitanos se tornaram cidades-dormitório. Por isso, foi necessária a instalação de novas estruturas espaciais que dessem suporte a valorização do solo da região metropolitana, a exemplo das pontes que ligam Aracaju a Nossa Senhora do Socorro pelo rio do Sal, e a ponte Construtor João Alves, que liga Aracaju a Barra dos Coqueiros.

Em 1995, a Grande Aracaju possuía um mercado consumidor diversificado contando com uma população de aproximadamente 600 mil habitantes (IBGE), população em constante crescimento. Hoje a população da Grande Aracaju é de 794.475 habitantes. Desde então, o núcleo metropolitano tem passado por grandes transformações. Vale destacar o fortalecimento da classe média, o surgimento de novas centralidades no município de Aracaju e em escala metropolitana e, paralelamente, as novas dinâmicas do mercado imobiliário.

O mercado imobiliário começou a se consolidar na década de 1970, levando ao crescimento vertical e horizontal do núcleo metropolitano. A urbanização foi impulsionada pela industrialização, pela crescente imigração, o que gerou pressão no valor do solo.

A partir de 1997, o mercado imobiliário passa por uma grande inovação no Brasil com a aprovação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e aparece a alienação fiduciária, um modo de proporcionar maior facilidade de retomada do imóvel em caso de inadimplência do devedor e nas diversas flexibilizações das dívidas de hipoteca, o que abriu para a criação futura de um mercado secundário de títulos hipotecários, o que foi possível graças a insistência de sucessivos governos após o Plano Real em manter as taxas de juros em um patamar elevado, tornando atrativa a aquisição de títulos em dívida pública, em detrimento do financiamento habitacional. (SANFELICI, 2010)

[...] muito embora venha ocorrendo desde os anos 1970 uma tendência à centralização do capital no setor construtivo e incorporador, nos últimos dez anos essa tendência se acelerou de maneira inaudita, e seus efeitos estão mais visíveis nas principais metrópoles brasileiras. As grandes incorporadoras imobiliárias são, hoje, empresas nacionais ou internacionais de capital aberto, dispõem de estoques de terrenos (land banks) cuja soma de preços alcança patamares estratosféricos,

estão preferencialmente sediadas em São Paulo e investem em projetos cada vez mais ambiciosos.

A convergência dessas mudanças de natureza institucional, política e econômica vem favorecendo, de inúmeras maneiras, a circulação do capital no ambiente construído urbano e a captura de rendas do solo urbano por parte do capital financeiro globalizado. À medida que os nexos entre a produção do ambiente construído e a circulação do capital a juros são fortalecidos, o espaço social vai sendo com maior vigor arrastado para o interior das contradições explosivas do capitalismo global. A volatilidade e a instabilidade características da atual fase do capitalismo ganham expressão espacial na rapidez (e robustez) com que o tecido urbano é reestruturado sob o efeito do revigoramento dos negócios com a propriedade do solo. (SANFELICI, 2010, p. 21).

A construção civil tomou grande impulso desde então com a construção em várias partes da cidade. Vale destacar a construção do Bairro Jardins, projeto da construtora Norcon, construtora sergipana. Este bairro foi construído em 1996 com as obras de terraplanagem, infraestrutura, pavimentação e saneamento básico. O “Jardins” se localiza em antigos terrenos alagados, manguezais e minas de sal. As obras foram concluídas em 1997, com a inauguração do shopping Jardins, composto por diversas lojas nacionais e transnacionais. Neste sentido, há a valorização do espaço representado pela construção de um polo comercial e de residências verticalizadas. Hoje é um bairro bastante adensado e valorizado, ao que se diversifica e se expande o número de serviços e de comércio ali localizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da população de Aracaju, desde os anos 1970, indica dinâmica demográfica atual da sua área metropolitana e importância para o estado de Sergipe. A migração é um ponto fundamental para entender o crescimento populacional da Grande Aracaju, fortalecendo seu papel nas últimas décadas.

O rápido processo de urbanização verificado nas quatro últimas décadas sinaliza diversas transformações nos seus espaços, trazendo problemas bem como os engarrafamentos e a segregação socioespacial.

Assim como outras regiões a origem da região metropolitana de Aracaju não foi diferente, resultante de um processo de crescimento desordenado e acelerado a cidade de Aracaju crescia e cresce acompanhada de um processo de segregação socioespacial, típico do processo de urbanização ocorrentes nos países subdesenvolvidos. Compreendendo este processo a partir da lógica do capital percebe-se que a medida que a cidade crescia o solo urbano, enquanto mercadoria, se valorizava.

Essa valorização é concebida como produto da especulação imobiliária que gera a exclusão e/ou expulsão de uma parcela da população que passa a ocupar os espaços periféricos, localizados em áreas impróprias para habitação, seja pela ausência de infraestrutura, seja pelas precariedades de acessibilidade, seja pelas impossibilidades legais de ocupação. Originam-se as ocupações desordenadas, favelas, invasões.

Diante deste processo ocorre o surgimento de novas configurações espaciais que em razão da constituição de líderes, outras relações de poder, podem denominar-se territórios. Além dessa situação, o processo também pode provocar alterações no modo de vida de comunidades tradicionais que por força do capital sofre desterritorialização e reterritorialização.

A Região Metropolitana de Aracaju tende a atrair mais migrantes de Sergipe e de todo o Brasil e a crescer para além dos limites da lei de sua instituição, necessitando atualizar suas políticas de integração.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. **Texto para discussão n. 554**, Rio de Janeiro: IPPUR, p. 1-27, mar. 1998.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Estado e Metropolização**. São Cristóvão. EDUFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

_____. Aracaju: o 'tabuleiro de xadrez' que avança como centro econômico e administrativo. In: **Prefeitura Municipal de Aracaju**. Comemorações: Aracaju 154 anos. Aracaju, Mar. 2009. Notícias [online]. Disponível em: <<http://www.aracaju.se.gov.br/154anos/index.php?act=leitura&codigo=7>>. Acesso em: 23/08/2018

IBGE. **Base de Informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário.** Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Regiões de Influência das Cidades.** Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Regiões de Influência das Cidades 2007.** Rio de Janeiro, 2008.

Méo, Guy Di. Introdução ao debate sobre a metropolização. **Confins** [Online], 4 | 2008, posto online no dia 13 novembro 2008, consultado 03 agosto de 2018. URL : <http://journals.openedition.org/confins/5433> ; DOI : 10.4000/confins.5433

LACERDA, Ricardo. Aracaju se diferencia em termos de qualidade de vida. In: **Prefeitura Municipal de Aracaju.** Comemorações: Aracaju 154 anos. Aracaju, Mar. 2009. [online]. Disponível em: <<http://www.aracaju.se.gov.br/154anos/index.php?act=leitura&codigo=35>>. Acesso em: 23/08/2018

SANFELICI, Daniel de Mello. O financeiro e o imobiliário na reestruturação das metrópoles brasileiras. **Revista da ANPEGE**, América do Norte, 6 6 12 2010.

SCARLATO, F. C. População e Urbanização Brasileira. In: ROSS, J. L. S. (Org.) **Geografia do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SPOSITO, MARIA ENCARNÇÃO B. **Capitalismo e Urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.



AVALIAÇÃO DE RISCOS E A GESTÃO DE MUDANÇAS DE PROJETOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL:

a ISO 9001/2015 como garantia da qualidade e segurança nos projetos para as novas moradias em bairros populares e periféricos

*Cristina Passos Silva⁷
Edilmar Ribeiro Sousa⁸*

RESUMO

Este artigo pretende abordar a exigência trazida pelos requisitos da norma ISO 9001 2015. Analisando seus princípios, sua implementação e os benefícios alcançados pelas organizações. Será enfatizado, o que se refere a análise de risco e gestão de mudanças fundamentais para o ramo da indústria da construção civil. Este trabalho trás as vantagens da implementação destes requisitos, dentro de um mercado que oscila com a crise econômica no país e torna-se cada dia mais competitivo. A gestão da qualidade se mostra como um pré-requisito para obtenção de sucesso e conformidade do sistema. Esta pesquisa, ainda propõe um melhor entendimento da importância deste contexto para o alcance da melhoria do modelo de moradia segura, para a construção de conjuntos habitacionais em bairros populares ou de periferia, com o mesmo nível de exigência dos projetos executados em bairros centrais ou nobres.

Palavras-chave: ISO 9001, gestão da qualidade, habitação.

ABSTRACT

This article intends to address the requirement brought by the requirements of ISO 9001 2015. Analyzing its principles, its implementation and the benefits achieved by organizations. It will be emphasized, which refers to risk analysis and change management fundamental to the branch of the construction industry. This work brings the advantages of implementing these requirements, within a market that oscillates with the economic crisis in the country and is becoming more competitive every day. Quality management is seen as a prerequisite for achieving system success and compliance. This research also proposes a better understanding of the importance of this context for achieving the improvement of the safe housing model

⁷ Pós-Graduada em Sistemas Integrados de Gestão da Qualidade, Segurança e Meio Ambiente pela Universidade Salvador do Grupo Laureate International Universities, Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Arquiteta da construtora Fator

Towers. E-mail: cristinapassosarq@gmail.com

⁸ Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e Mestre em Planejamento Ambiental pela Universidade Católica do Salvador; Pós-graduado em Gestão e Auditoria Ambiental pela Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia e Bacharel em Administração pela Faculdade de Tecnologia e Ciência - BA. Professor da Pós Graduação da Universidade Salvador do Grupo Laureate International Universities no curso MBA em Sistemas Integrados de Gestão da Qualidade, Segurança e Meio Ambiente. Consultor da ECO Sustentável Engenharia Ambiental. E-mail: auditoria.agro.ambiental@gmail.com

for the construction of housing estates in popular or peripheral neighborhoods, with the same level of demand of the projects executed in central or noble neighborhoods

Keywords: ISO 9001, quality management, habitation.

INTRODUÇÃO

Os sistemas de gestão da qualidade (SGQ) são utilizados pelas empresas para melhorar seus processos, produtos e sua imagem junto a seus clientes. Na NBR ISO 9001 o Sistema de Gestão da Qualidade, que é uma norma internacional utilizada para auxiliar as empresas a qualificar o seu sistema gestão, definido os requisitos a serem cumpridos pelas organizações que almejam a certificação do seu sistema. Ao optar pela gestão da qualidade baseado nesta norma, a organização busca implementar e melhorar o seu desempenho no fornecimento de produtos e, ou serviços apoiado nos princípios da qualidade e segurança na construção de novas moradias.

Dentre os benefícios que a organização pode alcançar ao implantar os sistemas de gestão baseados na ISO 9001 está a abordagem de riscos e oportunidades associados com o contexto e objetivos da organização, a mentalidade de risco permeia todos os processos incorporados ao sistema de gestão buscando aproveitar as oportunidades e prevenir resultados indesejáveis.

A indústria da construção civil percebeu a necessidade de acompanhar o mercado e investir em gestão de qualidade, para padronizar seus processos, obter seu produto final com qualidade e obter credibilidade nesse mercado tão competitivo. A gestão de qualidade busca constantemente manter e melhorar o seu sistema, seguindo sempre os requisitos da norma. Quaisquer mudanças que se fizerem necessárias devem ser implementadas de forma controlada, planejada e sistemática assegurando a integridade do sistema.

Com a nova revisão da norma em 2015 dois assuntos principais ganham ênfase, a análise de riscos e a gestão de mudanças. A interação destas duas partes da norma com a indústria da construção civil será enfatizada neste estudo. A gestão de riscos é de fundamental importância desde a fase inicial de concepção do empreendimento até a fase final de manutenção e pós-venda. Os riscos precisam ser avaliados, mensurados e tratados para todas

as etapas do negócio, não apenas os riscos financeiros de viabilidade econômica, mas também os riscos inerentes a cada processo seja eles riscos financeiros, contratuais, trabalhistas, de saúde e segurança entre outros, que possam interferir diretamente no produto habitacional final.

As mudanças fazem parte do sistema de gestão de todas organizações, sejam elas gerenciais, no modo de serviço ou influenciando diretamente no produto. Na construção civil não é diferente, as mudanças ocorrem tanto nos procedimentos gerenciais quanto nos projetos de execução de obras habitacionais.

Assim a construção civil se mostra cada vez mais disposta a investir e melhorar os seus processos, baseando-se especialmente na certificação da ISO 9001 e do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBBQP-H).

ANÁLISE DE RISCOS E AS OPORTUNIDADES

A gestão de riscos e de seus efeitos são variáveis de uma organização para outra, o que em determinada empresa é risco de não conformidade em outra pode ser aceitável, logo cada organização terá um plano de gestão específico, de acordo com suas atividades, seus objetivos e a estratégia adotada para alcançá-los.

Segundo a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT, 2015), na NBR ISO 9001 reza que:

“Risco é o efeito da incerteza, e qualquer incerteza pode ter um efeito positivo ou negativo. Um desvio positivo proveniente de um risco pode oferecer uma oportunidade, mas nem todos os efeitos positivos de risco resultam em oportunidades”.

O processo de análise de risco deve estar presente em todos os processos desenvolvidos pela organização. Atuando como um balizador para tomada de decisões, avaliando as consequências, quais ações serão adotadas e

quais possíveis impactos para organização. Este processo deve ser constantemente acompanhado e relampejado quando necessário.

Para elaborar o plano de análise de riscos segundo a NBR 9001, deve-se estabelecer contexto da organização, identificar, analisar, avaliar e tratar os riscos, comunicar e consultar as partes envolvidas, monitorar e analisar criticamente o processo. Definir os riscos perante o contexto da empresa, avaliar se os riscos levantados são de origem interna ou externa conforme cita a ABNT (2015) na ISO 9001, abaixo:

O contexto externo está ligado a fatores ambientais sociais, tecnológicos, éticos, políticos, legais, econômicos entre outros. Estes fatores podem ser locais, regionais ou internacionais. No caso da indústria da construção civil um fator externo de grande relevância no presente momento é o cenário econômico do país, alto nível de desemprego e redução do poder de compra da população.

O contexto interno está ligado a estrutura organizacional, como se definem as funções, responsabilidades, estratégias internas da organização, sua política, sistemas de informação, tomada de decisão. Como exemplo dos riscos interligados ao contexto interno podemos citar a política de lições aprendidas, fundamental para perpetuação das boas práticas para construção civil.

Segundo Oliveira (2017), o processo de identificação de riscos tem como objetivo classificar e descrever os riscos, suas origens e consequências o que pode influenciá-los a progredir ou reduzir, descreve os eventos, causas e consequências. Para analisar os riscos definindo-os como perigos e oportunidades é preciso determinar sua causa, analisar suas origens, verificar a possibilidade de frequência e o grau de influência, severidade e consequência para organização.

Após identificação e análise dos riscos é necessário tratá-los. Este tratamento é abordado através de um plano de ação que tem como objetivo reduzir ou exterminar a probabilidade de ocorrência dos riscos e suas consequências.

Segundo SOFTPLAN (2017), na construção civil é indicado tratar o plano de análise de risco individualmente para cada setor da organização, pois setores diferentes possuem perigos e oportunidades completamente distintos.

O setor de suprimentos por exemplo deve avaliar as possibilidades de variação dos preços dos insumos, a incorporação precisa está atenta aos riscos legais, o plano de análise para o gerenciamento de obra deve estar vinculado aos riscos do canteiro de obras, contemplando todos as suas peculiaridades, como sindicatos, risco de acidentes e locais de trabalho.

A IMPORTANCIA DA GESTÃO DE MUDANÇAS EM PROJETOS HABITACIONAIS PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

As mudanças fazem parte do sistema de gestão de todas organizações, sejam elas gerenciais, no modo de serviço ou influenciando diretamente no produto. Seguindo os requisitos da ABNT, (2015, página 6, item 6.3) na NBR ISO 9001:

“As mudanças devem ser realizadas de uma maneira planejada e sistemática. A organização deve considerar: a) O propósito das mudanças e suas potenciais consequências; b) A integridade do sistema de gestão da qualidade ; c) A disponibilidade de recursos; c) A alocação ou relocação de responsabilidades e autoridades”.

Analisando o exposto no parágrafo anterior, para o planejamento das mudanças identificar e analisar seus impactos é a primeira etapa, com o propósito de eliminar e/ou minimizar os riscos decorrentes de sua implantação. A gestão de mudança deve atuar sempre que houver alteração no processo, seja ela temporárias ou permanentes. A integridade do sistema deve ser sempre mantida, de forma que a mudança proposta não comprometa a solidez do sistema.

De acordo com a ABNT (2015), a análise das mudanças segundo a ISO 9001 devem contemplar todas as áreas de influencia, verificando os impactos em relação a recursos, escopo, prazo, disponibilidade de infraestrutura física, tecnológica ou operacional, considerando a possibilidade de alocação ou relocação da disponibilidade da organização.

Segundo a ABNT (2015), na NBR ISO 9001, a organização deve controlar mudanças, acompanhando os riscos tanto na fase de planejamento quanto de implementação, levantando quais fatores iram contribuir para alcançar o

resultado pretendido pela mudança e quais condições precisarão ser contornadas para alçar o resultado esperado. Tratando-se de mudanças não intencionais, a organização também precisa controlar e acompanhar, tomando ações para mitigar quaisquer efeitos adversos e realizando propostas para que este tipo de mudança não planejada não volte a ocorrer.

A mentalidade preventiva permeia todos os requisitos desta norma, através do planejamento realizado sobre o apoio da análise de riscos. O gerenciamento das mudanças propostas é uma segurança para organização evitando transtornos inesperados.

Na construção civil não é diferente. De acordo com Dall'acqua (2018):

“Mudanças no escopo do projeto não gerenciadas apropriadamente, certamente trarão impactos nos custos e no cronograma do empreendimento. Dependendo do tipo de alteração proposta ou da fase em que é introduzida no ciclo de vida do projeto, os riscos podem se tornar insuportáveis por alguma das partes contratantes envolvidas no empreendimento.”

Segundo Dall'acqua (2018) o processo de aprovação de uma mudança proposta deve ser documentado, de forma que as informações fornecidas por projetistas, engenheiros, técnicos e terceiros estejam disponíveis para análise. Estas informações serão analisadas criticamente, verificando-se a interação entre as diversas áreas, garantindo assim uma aprovação consciente.

Dall'acqua (2018), afirma que:

“A essência do controle da administração contratual e da gestão de mudanças é estabelecer uma cuidadosa análise dos riscos contratuais envolvidos e procurar mantê-los sob controle, evitando-os ou mitigando-os com a excelência da gestão.”

Assim, pode-se entender que toda mudança pode influenciar diretamente na análise de risco já realizada, pois podem alterar qualitativa e/ou quantitativamente os perigos e riscos, aspectos e impactos avaliados. A gestão de mudanças e a análise de riscos andam juntas e sempre que uma nova mudança estiver sendo avaliada, esta deve ser submetida a uma nova avaliação de risco.

Para melhor entendimento do exposto acima, na indústria da construção civil é possível identificarmos três núcleos distintos, a incorporação, o cliente final e a obra propriamente dita, cada um desses núcleos possui ligados a si diversos alimentadores. A solicitação de mudança pode partir de qual quer um destes núcleos e por diversos fundamentos, sejam eles alteração na concepção do produto final, modificação no processo de execução de serviço, demanda do mercado, nova diretriz financeira, a necessidade de realocação de pessoal, entre outros.

Independente do motivo ou o solicitante, a demanda precisa ser abordada com o mesmo rigor de análise. Por exemplo o projetista de instalações ligado a obra pode solicitar uma alteração de projeto. Independente do solicitante devem ser analisados todos os possíveis impactos positivos e negativos, a solicitação deve ser tratada com os envolvidos e aprovada ou negada. Se aprovada é fundamental verificar a interação desta alteração com os demais núcleos.

Desta forma, exige-se que os projetos voltados para a construção de habitações direcionados para a população dos bairros "populares ou também chamados de periféricos", passem pelos mesmos critérios de avaliação de riscos e segurança, das construções executadas nos bairros mais centrais e conhecidos como "nobres". Haja vista, que projetos financiados por entidades públicas tem como objetivo, promover o alcance das moradias pela população de baixa renda, assim, espera-se que a redução dos custos não se traduza em redução da qualidade e segurança na execução destes projetos.

APLICAÇÃO DE REQUISITOS DA ISO 9001 E O MODELO PROPOSTO PARA OBRAS DE CONTRUÇÃO CIVIL

De acordo com a ABNT (2015), a NBR ISO 9001 baseia-se em oito princípios de gestão da qualidade: foco no cliente, liderança, envolvimento das equipes, abordagem de processos, abordagem de sistemas, melhoria continua, tomada de decisões baseadas em fatos e relação benefício mutuo com os fornecedores. Seguindo estes princípios, os serviços e produtos resultantes atenderão as expectativas dos clientes. Os problemas que se

fizerem presentes não serão repetidos e o aprendizado com os erros passaram a ser lições aprendidas, todas as decisões devem ser tomadas com base em informações através de indicadores e dados alimentados com fruto do trabalho diário de cada colaborador.

Assim, propõe-se a utilização do modelo de formatação do mapa de análise de risco de acordo com as tabelas abaixo (Tabela – 01 e 03). Na tabela 01 aborda-se a avaliação dos riscos de acordo com as diretrizes descritas abaixo:

Tabela – 01. Modelo de formatação para o mapa de riscos – Avaliação dos riscos.

Mapa de riscos - Modelo voltado para construção Civil						
Avaliação dos riscos						
Risco / Oportunidade	Origem	Consequência	Impacto (1, 3, 5, 7 ou 9)	Frequência (1, 3, 7 ou 9)	Severidade (1, 3, 7 ou 9)	Grau de atenção

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

De acordo com o modelo de formatação proposto na tabela acima, a primeira fase é a identificação dos Riscos ou oportunidades e suas incertezas. Em seguida é estabelecida a sua origem, podendo ser referente a fatores econômicos, ligados a processos, ao meio ambiente, a pessoal entre outras categorias que deverão ser estabelecidas de acordo com as características de cada empresa. O terceiro campo, A Consequência, tem como preenchimento, a descrição das ameaças ou aspectos positivos, apresentando os efeitos gerados pelo risco identificado.

As três fases seguintes, são abordadas de forma quantitativa, baseada na (Tabela - 02), tendo como a primeira delas, os impacto, a avaliação das interferências geradas que podem ser referentes ao custo, o prazo, a qualidade do produto / serviço entre outros. Este item deve ser mensurado

através dos critérios propostos: muito alto (9); alto (7); moderado (5); baixo (3); muito baixa (1).

No item " Frequência" a análise, verifica a probabilidade de ocorrência do fato. Este item, assim como o anterior deve ser mensurado através dos critérios: muito provável (9); provável (7); pouco provável (3); improvável (1). Completando está etapa, apresenta-se o item "Severidade", que aborda o grau do efeito causado pelo risco. Este item deve ser mensurado através dos critérios: muito severo (9); severo (7); pouco severo (3); leve (1).

A partir das informações referentes a impacto, frequência e severidade, chegamos ao grau de atenção, que é a avaliação dos riscos e sua magnitude calculado através da multiplicação das três fase anteriores. O grau de atenção pode ser classificado como: Intolerável ≥ 316 ; Moderado 315 a 27; Aceitáveis < 26 de acordo com a (Tabela – 02). Estes valores são estimados e podem variar entre as organizações, maturidade do sistema ou até mesmo nível de rigor estabelecido pela alta direção.

Tabela – 02. Avaliação de riscos do processo.

Fatores	Avaliação de risco		
	Aceitável	Moderado	Intolerável
Impacto	1 ou 3	5 ou 7	9
Freqüência	1 ou 3	3 ou 7	9
Severidade	1 ou 3	3 ou 7	9
	1 a 26	27 a 315	316 a 729

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Após identificar e analisar os riscos segundo os conceitos da ISO 9001 (2015) elabora-se um plano de ação (Tabela - 03).

Tabela – 03. Modelo proposto para formatação do mapa de riscos: Plano de ação.

Mapa de riscos - Modelo voltado para construção Civil					
Plano de ação					
Ação sobre o risco / oportunidade	Responsável por Implementar	Prazo para Implementar	Avaliação da eficácia da implementação		Necessita de ação corretiva?
			Eficaz	Ineficaz	

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A segunda etapa do mapa de riscos é composto pelo plano de ação, esta etapa é dividida em cinco fases. Na primeira fase, "ação sobre o risco / oportunidade", deve-se definir as ações que serão tomadas para contenção do risco ou para maximização das oportunidades encontradas. Na sequência ocorre a designação do responsável por implementar, contando com a definição dos colaboradores envolvidos e responsáveis para pôr em prática as ações definidas. Então, determina-se o prazo para implementar as ações definidas na fase anterior, com o estabelecimento do tempo de duração e início das atividades.

Após estabelecida a forma de abordagem e tratamento dos riscos, realiza-se a avaliação de eficácia da implementação. Após a implementação das ações com o objetivo de verificação da eficácia ou ineficácia, deve-se estipular um prazo para a definição das ações a serem tomadas. Por fim avalia-se a necessidade de ação corretiva, com o preenchimento desta coluna, em caso de avaliação ineficaz.

Após o preenchimento deste mapa a organização terá um forte alinhado para monitoramento e tomada de decisões em todos os setores analisados. Podendo realizar investimentos financeiros e de pessoal de maneira mais assertiva.

A NECESSIDADE DE QUALIDADE NA CONTRUÇÃO CIVIL PARA OFERECER MORADIAS SEGURAS AO MERCADO INDEPENDENTE DA LOCALIZAÇÃO E DO NÍVEL HABITACIONAL PARA O QUAL ESTÁ SENDO DIRECIONADO

De acordo com Buordieu (2000), após entrevistas com compradores das habitações próprias, percebeu-se que os consumidores foram levados a fazer a escolha da casa própria através da ação das construtoras e a demonstração da qualidade aplicada no processo construtivo, aparente na habitação.

Conforme afirma a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Construção Civil –(ABRATEC, 2018) é mais barato para o processo construtivo, em termos de custos e de fortalecimento da marca, "investir na qualidade dos processos e materiais construtivos do que refazer obras mal realizadas". No Brasil o controle da qualidade das obras realizado com excelência da construção civil, o que inclui moradias e edificações empresariais ainda está muito distante de um padrão considerado ideal, conforme cita:

“As normas que regulamentam qualquer empreendimento construtivo são bastante relegadas a segundo plano na maior parte do País, o que pode representar riscos e gastos desnecessários com o refazimento das obras” (ABRATEC, 2018).

O mesmo autor ressalta que, estudos e projetos, fabricação de materiais, planejamento e construção e manutenção durante a vida útil, fazem parte da cadeia produtiva da construção civil e o controle da qualidade deve estar presente por todos eles. O controle tecnológico tem papel fundamental durante a realização dos serviços e processos de construção e manutenção das obras, porque, avalia todo o processo envolvido, desde as características do solo, projetos de arquitetura e engenharia à qualidade dos materiais e de que maneira são empregados, com vistas para necessidade de se atingir o objetivo de segurança e qualidade para os consumidores das moradias. No entanto, boa parte das companhias do setor absorveram esta filosofia, o que pode comprometer a qualidade final dos empreendimentos.

“As empresas costumam olhar mais para custos do que para a qualidade e segurança das obras, o que é um equívoco, pois os gastos com controle tecnológico variam de 0,5% a 1,5% do valor total da construção; nunca ultrapassando os 2% em casos de obras mais complexas. Se analisarmos que gastos com manutenção corretiva de projetos e obras mal feitas, recuperação e substituição de materiais decorrentes da utilização e aplicação de produtos que não estão em conformidade podem chegar a 12% do valor total da construção nos primeiros cinco anos de vida útil, veremos que é muito mais lucrativo investir num bom controle tecnológico. Sem contar os prejuízos não mensuráveis para os consumidores, como o não cumprimento de prazos de entrega ou ter um imóvel com problemas até que sejam resolvidos, por exemplo; bem como perdas para marcas e imagens das empresas que entregam produtos sem qualidade” (ABRATEC, 2018).

Percebe-se que existe uma tentativa de aproximar o Brasil dos países europeus e dos Estados Unidos, no que se refere ao controle dos padrões tecnológicos das obras, onde estes, já trazem as “normas no DNA”. O cenário já foi pior, atualmente se enfrentam as dificuldades de se atingir um país com dimensões continentais como o Brasil, aplicando as tecnologia na área de controle da qualidade na construção e tem sido investido pesadamente neste setor as melhores técnicas disponíveis mundialmente, praticamente ao mesmo tempo em que são lançadas lá fora, adaptando-as às características do País, para melhorar cada vez mais os processos de qualidade (ABRATEC, 2018).

Nessa linha de raciocínio tem sido muito utilizado pelas construtoras como ferramenta de garantia dos padrões construtivos o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) associado ao Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras (SIAC). Este programa incorpora os conceitos da ISO 9001/2015, a exemplo de: análise do contexto, planejamento estratégico, forças e fraquezas, oportunidades e ameaças. Este regimento traz exigências como o plano de controle tecnológico, plano de qualidade da obra, perfil de desempenho do empreendimento, requisitos vinculados a norma de desempenho das edificações NBR 15575. Desta forma busca garantir padrões mínimos de qualidade para obras executadas e segurança para as habitações.

CONCLUSÃO

Entende-se que, com o aumento da competitividade no cenário nacional a gestão da qualidade baseada nos requisitos da ISO 9001 tornou-se uma forte alinhada do processo organizacional, no ramo da indústria da construção civil.

Com a implantação do processo de gestão de qualidade acima citado, a organização passará a atender de forma mais eficiente a expectativa dos seus clientes em relação ao serviço prestado, especialmente após a revisão da norma em 2015. A melhora da identificação das oportunidades e ameaças através da gestão de mudanças e análise de riscos, promove a alimentação da base de dados, com informações que favorecem o planejamento e a tomada de decisões.

A construção civil possui características próprias que demandam por uma gestão de projetos mais segura, com disciplinas de projetos a serem geridos, etapas de execução distintas e alguns serviços executados manualmente por pessoas com pouco ou nenhum conhecimento sobre equipamentos industriais, tornando-se difícil levantamentos precisos de custos e produtividade. Nesse contexto, a gestão da qualidade auxilia dentro e fora do canteiro de obras, estando presente em todos os níveis da organização, desde a diretoria até os operários, incluindo os colaboradores terceirizados e fornecedores. Todos devem estar envolvidos no processo, conhecer, seguir a política e os objetivos propostos pela empresa.

Outro fator de igual importância é a necessidade de preocupação por parte das construtoras para com a melhoria dos processos, visando a maximização da qualidade da habitação ofertada e a segurança com a qual o cliente associará a construtora. Ressaltando assim, na redução de possíveis transtornos nas habitações principalmente no pós-venda, consequentemente, evitando novos processos de restauração.

Assim, conclui-se que a integração destes fatores, facilitará o entendimento entre as diversas áreas e produzirá dados para auxiliar a tomada de decisão pela alta direção, com base no modelo acima proposto. Promovendo desta

forma, a adequação dos objetivos estabelecidos nas normas técnicas para os projetos habitacionais, sejam eles de baixa ou alta complexidade, bem como, se destinados às classes de maior ou menor poder aquisitivo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL –(ABRATEC). **Controle tecnológico e da qualidade das construções: Brasil ainda está muito distante dos padrões de países desenvolvidos**. 2018. Disponível em: <www.segs.com.br>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISO 9001. **Sistemas de gestão da qualidade**. 2015. Disponível em:<www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=345041>. NBR ISO 31000. **Gestão de riscos**. 2009. Disponível em: <www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=57311> BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Almada: Instituto Piaget, 2000.

BRASIL. Ministério das cidades. **Programa Brasileiro da qualidade e produtividade do Habitat**. 2018. Disponível em: <www.pbqph.cidades.gov.br>.

BUREAU VERITAS QUALITY INTERNATIONAL (BVQI). **Benefícios de um sistema de gestão da qualidade (ISO 9001/ 2015)**. 2015. Disponível em: <www.bureauveritascertification.com.br/solucoes/sistema-de-gestao/certificacao-iso-9001-2015-para-sistemas-de-gestao-da-qualidade/>.

DALL’ACQUA, C. A. **Gestão de mudanças e perdas protege o negócio: O portal da arquitetura, engenharia e construção (AEC)**. 2018. Disponível em <www.aecweb.com.br/cont/m/cm/gestao-de-mudancas-e-perdas-protege-onegocio_10762>.

OLIVEIRA, K. C. **Estudo sobre as ferramentas de Gestão de Risco dentro da Normativa da ISO 9001:2015 aplicadas na gestão de terceiros numa obra de casas residenciais populares**. Artigo do curso de Engenharia Civil - Centro Universitário do Triângulo (UNITRI). Uberlândia – MG – Brasil. Disponível em: <www.computacao.unitri.edu.br/erac/index.php/e-rac/article/viewFile/687/503>.

SOFTPLAN. **Análise de riscos na construção civil: Software de gestão para indústria da construção (SIENGE)**. 2017. Disponível em <www.sienge.com.br/blog/riscos-construcao-civil/>.



BRT em Salvador: visões opostas para o mesmo projeto.

Raiany Sandhy Souza Santos⁹

Manuela Tobio Claro¹⁰

Ana Licks Almeida Silva¹¹

RESUMO

Nos últimos meses, tem ocorrido uma discussão na Bahia, especificamente em Salvador, sobre o sistema que vem sendo implantado de BRT na cidade. Quanto aos custos, sustentabilidade e a necessidade do projeto, além de envolver questões ambientais e sociais de extrema importância. Levantamento de argumentos sobre a participação da sociedade, e a aprovação da mesma quanto ao BRT de Salvador está gerando um debate intenso na cidade.

Diante disso, este trabalho foi dividido em três momentos, no primeiro procurou-se definir, explicar e trazer dados relacionados ao BRT em Salvador, no segundo foi feita uma explanação da visão da prefeitura sobre o sistema, e no terceiro foram trazidas explicações, perspectivas e críticas de outros especialistas. Para tais levantamentos e considerações, foram realizadas pesquisas de origem documental e noticiárias.

Palavras-chave: BRT; Salvador; Prefeitura de Salvador; Especialistas em urbanismo.

ABSTRACT

In recent months, there has been a discussion in Bahia, specifically in Salvador, about the system being implemented in BRT in the city. As for the costs, sustainability, need of the project. In addition to involving environmental and social issues of extreme importance. Raising arguments about the company's participation, and approval of the same regarding the BRT of Salvador is generating an intense debate in Salvador. Therefore, this work was divided in three moments. In the first one, an attempt was made to define, explain and bring data related to BRT in Salvador, in the second, an explanation was given of the city's vision of the system from other experts. For such surveys and considerations, surveys of documentary origin and news reports were carried out.

Keywords: BRT; Salvador; City Hall of Salvador; Specialists in urban planning.

⁹ Mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano, Bolsista CAPES - UNIFACS. E-mail: raianysantos_2@hotmail.com.

¹⁰ Mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano - UNIFACS. E-mail: manuela_claro@hotmail.com.

¹¹ Doutora, Docente na UNIFACS. E-mail: ana.almeida@unifacs.br.

INTRODUÇÃO

Mobilidade urbana é um assunto que vem sendo tratado cada vez mais intensamente pela sociedade e gestores públicos, tendo em vista que é um fator de grande impacto social, ambiental e econômico, principalmente nos centros urbanos das grandes cidades do Brasil. O transporte público é fator fundamental quando se aborda planejamento urbano, promove a movimentação da maioria da população pela cidade, assim, é tratado como principal meio de locomoção.

Neste cenário, tem-se desenvolvido estudos de implantação de sistemas de trânsito que sejam mais eficientes, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis. Um sistema que tem sido posto em pauta, é o *Bus Rapid Transit* (BRT), ou Transporte Rápido por Ônibus, que é visto como uma boa alternativa para solucionar os problemas da mobilidade urbana. Existem sistemas de BRT instalados em várias partes do mundo, como na Europa e na Ásia, assim como na América do Sul, como por exemplo o TransMilênio em Bogotá e o RIT em Curitiba, e mais recentemente em 2012 o BRT Rio no Rio de Janeiro.

Segundo Geraldles (2017), o crescente número de sistemas implantados é justificado pela quantidade de vantagens que apresenta em relação a outros modos. Além de exigirem menores investimentos de implementação e operação, os sistemas BRT oferecem um serviço rápido e frequente, alta capacidade, confortável, menos poluente, de rápida implementação e com boa cobertura de rede. Ainda, o conceito BRT traduz-se uma grande flexibilidade, permitindo se adaptar ao mercado que vai servir e ao espaço físico onde vai operar.

A capital Baiana, Salvador, tem passado por um intenso processo de debates e discursões sobre a implantação do BRT na cidade. Com aumento da frota de veículos particulares e o crescimento da população soteropolitana, as políticas de investimento na mobilidade urbana atualmente têm sido discutidas em virtude de os veículos automotivos terem se tornado o principal veículo de transporte da população, obrigando os governantes a atentarem mais para tal temática. (DE PAULA, 2015). De acordo com estudo realizado

em 2012 pelo PLANTER – Observatório do Comportamento e Tendência, aproximadamente 77% da população total da cidade de Salvador utiliza o transporte público.

O objetivo desse trabalho é trazer explicações e opiniões de frentes divergentes ao BRT, uma sendo a favor e outra contra o projeto, abordando os pontos mais importantes. Com isso, a metodologia utilizada foi de base documental e entrevistas.

No desenvolvimento deste trabalho, inicialmente, foi elucidado o conceito BRT de acordo com o Guia de Planejamento, desenvolvido pela Secretaria de Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana em 2008, apontando suas vantagens e desvantagens, e algumas características do projeto do sistema para a cidade de Salvador. Em seguida foi apresentada a visão da Prefeitura sobre o projeto e as críticas e argumentações dos especialistas.

Pretende-se neste trabalho contrapor os diferentes argumentos da Prefeitura, que é a favor do projeto do sistema de BRT, e de especialista nas áreas de Arquitetura, Urbanismo, Engenharia, Geografia, Transporte e Planejamento Urbano.

BRT (*BUS RAPID TRANSIT*)

Pode-se dizer que o sistema é de origem brasileira pelos idos da década de 70, idealizado pelo então prefeito de Curitiba o arquiteto Jaime Lerner. Com a criação e idealização do sistema do BRT, surgiram projetos sociais inovadores, zonas de pedestres e espaços verdes. Devido a transformação da capital em um sucesso urbano, a ideia foi replicada em vários lugares do mundo, havendo padronização do sistema criado e classificações estabelecidas pelo Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento (IDTP).

De acordo com o Manual do BRT - Guia de Planejamento, desenvolvido pela Secretaria de Nacional de Transportes e da Mobilidade

Urbana em 2008, o BRT é um sistema de transporte coletivo de passageiros que proporciona mobilidade urbana rápida, confortável, segura e eficiente por meio de infraestrutura segregada com prioridade de ultrapassagem, operação rápida e frequente, excelência em marketing e serviço ao usuário.

Definido as principais linhas sobre o BRT, tem-se os quatro conceitos essenciais para a sua funcionalidade:

1º - Corredor exclusivo: pista para trânsito somente de ônibus;

2º- Pré-embarque: Em vez de pontos, estações, como os metrô. O passageiro entra na estação e já paga a passagem. Assim, quando o ônibus chega, o passageiro entra sem precisar esperar e sem criar filas;

3º- Interação: O sistema tem que ser integrado aos outros tipos de transportes. As estações maiores podem ter bolsões de estacionamento e bicicletários. Elas podem, ainda, ter um espaço para os táxis deixarem passageiros;

4º- Tecnologia a favor do usuário: A tecnologia deve ser usada para melhorar o sistema. Como em um metrô, o passageiro pode dispor de informações de forma eletrônica dos horários de chegadas e partidas dos ônibus. Informações sobre os itinerários também são importantes. Outra opção é programar os semáforos em favor dos ônibus. À medida que o veículo se aproxima do semáforo, ele se prepara para abrir.

2.1. Vantagens e desvantagens de um BRT

Defensores do BRT afirmam que ele tem um custo de implantação e operação relativamente baixo, se comparado a outros modais de transporte. Afirmam que o seu custo operacional é menor que um sistema de ônibus comum, pois o BRT usa veículos de alta capacidade articulados ou biarticulados.

O BRT usa vias exclusivas, o corredor de ônibus otimiza as operações, reduzindo número de linhas e coletivos em circulação sem prejudicar a

capacidade de atendimento visto que o fato de o transporte público ter um espaço exclusivo, os ônibus não ficam presos no trânsito e conseguem realizar mais viagens e encurtar em aproximadamente 20 minutos por dia a viagem dos passageiros.

Esses sistemas de corredores também proporcionam benefícios ambientais, haja vista que é possível introduzir ônibus elétricos ou coletivos movidos a combustíveis alternativos ao petróleo, ou apenas implementando o corredor, continuando com o uso de veículo a diesel, há uma redução significativa no número de poluentes liberados diariamente na atmosfera pela redução de tempo dos coletivos em engarrafamentos.

Porém a vida útil desses veículos é de sete anos e meio conforme dados de diferentes estudos e levantamentos efetuados em cidades brasileiras e mundiais onde o BRT foi implantado. (RODRIGUES, 2014). O acesso a esses veículos é dificultado pela altura de seus degraus e também pelo fato das dimensões de suas portas reduzidas, assim, a única solução para um melhor acesso ao veículo é o aumento da altura da plataforma, mas isto acarretaria no encarecimento das estações.

Outra dificuldade encontrada é o fato de que esses veículos não permitem sua automatização e nem sistemas de segurança na frenagem, como é o caso do metrô. Estes dependem unicamente da capacidade de reação de seus condutores, o que se faz necessário melhor capacitação dos motoristas.

Além de que, o emaranhado de viadutos gera desvalorização nos imóveis ao lado, porque cria zonas de sombreamento, onde, inevitavelmente, vão dormir mendigos e pessoas sem teto, criando um uso inadequado ao local.

2.2. Algumas informações sobre o BRT de Salvador

No projeto original do BRT de Salvador está previsto a construção de três trechos, o primeiro compreende a área da Avenida Antônio Carlos Magalhães, entre o Parque da Cidade, na entrada do Itaigara, e o Iguatemi, em frente à rodoviária, este trecho faz parte do projeto Corredores de

Transporte Coletivo Integrado de Salvador e possui 2,9 km, no qual serão construídos cinco viadutos; o segundo trecho (segunda etapa) do BRT tem previsão de implantar 5,5 km de corredores exclusivos que tem início na estação da Lapa, no centro da cidade, indo até o Iguatemi (ligando a Estação da Lapa ao Parque da Cidade); o terceiro trecho vai do Parque da Cidade até a Pituba, é uma expansão de 1,8 km e contará com duas estações e um terminal. O trajeto completo do projeto interligará a Estação da Lapa ao Iguatemi e implantará vias exclusivas de fluxo contínuo para o sistema no corredor formado pelas avenidas Juracy Magalhães, Lucaia e Antônio Carlos Magalhães.

De acordo com os dados disponibilizados no site da prefeitura do município, a implantação do BRT tem custo estimado entre R\$ 68,3 milhões e R\$ 117 milhões por quilômetro (km) construído e investimento previsto de R\$ 820 milhões, com o custo orçado de R\$ 412 milhões, sendo R\$ 300 milhões de repasses da União, e outros R\$ 112 milhões serão financiados pela Caixa Econômica Federal.

UM PROJETO NECESSÁRIO, A VISÃO DA PREFEITURA SOBRE O BRT EM SALVADOR

Esse item está apoiado no documento que baliza o projeto original da prefeitura do município para o BRT de Salvador. O plano de implantação do sistema na cidade contempla três linhas e dez estações.

Para a prefeitura o BRT é necessário pois trará à Salvador um sistema de transporte público moderno, de alta capacidade, e que, de acordo com as informações contidas no site do projeto, pretende chegar em bairros não atendidos pelo metrô. Para a definição da localização das linhas foram escolhidos bairros populosos, com a promessa de melhorar sua mobilidade. As vias escolhidas passam pelo meio da cidade e não estão mais suportando o crescimento do número de veículos nas ruas. Portanto, com a implantação do BRT, vão ser construídos viadutos, elevados, ciclovias e linhas exclusivas para melhorar a vida dos usuários do transporte público, e ao mesmo tempo vai desobstruir o trânsito nessas regiões.

O projeto da prefeitura foi dividido em quatro volumes sendo eles: caracterização do empreendimento, a legislação aplicável e estudo do transporte e tráfego, o diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico, identificando e avaliando os impactos ambientais e urbanísticos, positivos e negativos decorrentes da implantação do sistema. A fim de orientar o projeto e definindo medida preventivas para os impactos identificados.

3.1. Caracterização do empreendimento, legislação aplicável, estudo de transporte e tráfego

Consiste em implantar nas vias movimentadas de Salvador uma alternativa que melhore a infraestrutura, mobilidade e transporte público da cidade. Irá diluir as vias congestionadas além de seu alargamento. Será um avanço que trará benefícios para os usuários do transporte público por conta da diminuição do tempo gasto em seu deslocamento.

3.2. Diagnostico ambiental

Foi dividido em 3 partes: O meio físico, o meio biótico e o socioeconômico

Engloba estudos de caráter climático e pluvial da região Nordeste, bem como de Salvador entre os meses de pesquisa, para que assim, fosse possível estabelecer uma relação, tendo em vista os possíveis casos que poderiam ser encontrados ao implantar o BRT.

A prefeitura afirma ter conseguido reduzir o impacto ambiental diminuindo a retirada de 579 árvores para 154 árvores, e vai transplantar 169. E para reparar possíveis danos ambientais vão plantar 2.000 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, havendo sido plantadas 15% dessas mudas na Via Expressa.

Fez-se uma caracterização social e econômica da população dos bairros que serão implantados o BRT, considerando as condições de vida, incluindo nível de instrução, habitação, saúde, religião e lazer dos seus residentes. Com base em pesquisas feitas com seu público sobre o transporte, com indivíduos de diferentes faixas etárias, sexo e escolaridade, a fim de descobrir e criar o melhor tipo de transporte para as necessidades da população.

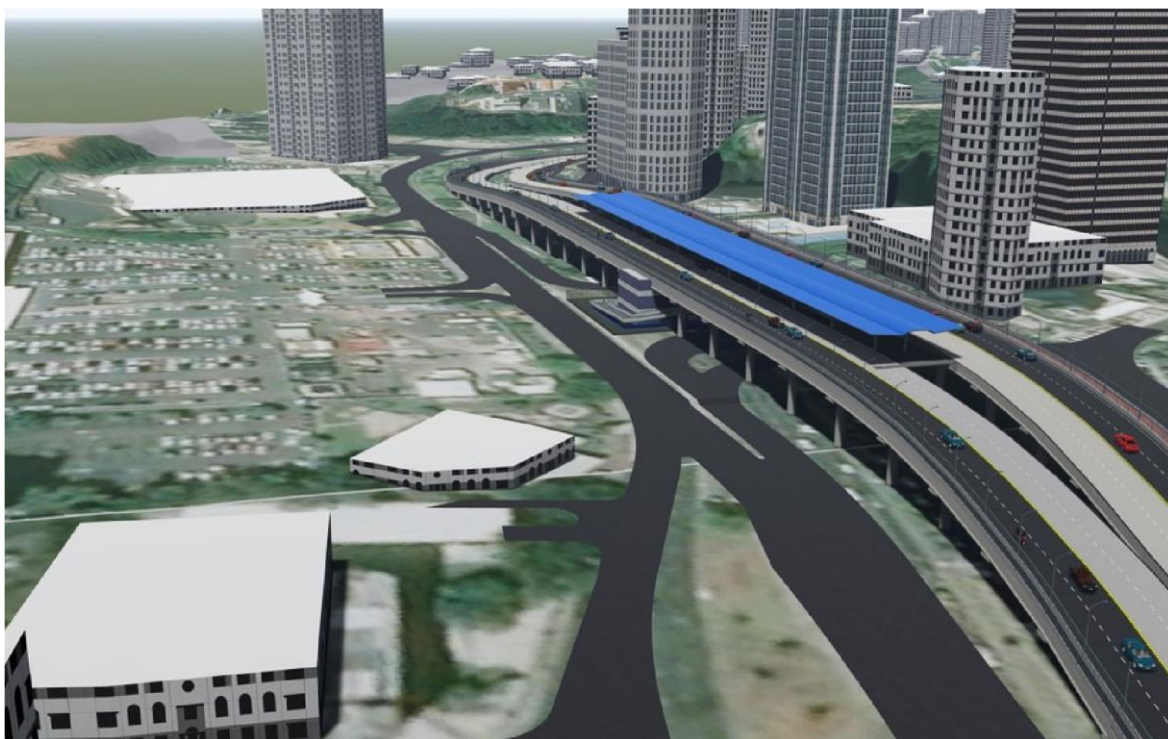
3.3. Avaliação dos impactos ambientais e medidas mitigadoras

Para a implantação do BRT em Salvador, foram realizados o Estudo de Impacto Ambiental – EIA, e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, além de audiências públicas no Ministério Público do Estado da Bahia, com a participação da sociedade que acompanhou o processo de licenciamento prévio concedido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM.

A resolução CONAMA nº 001/86, em seu art. 1º, define impacto ambiental como sendo qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais.

As obras do BRT serão efetivadas com base em estudos de reestruturação urbanística e paisagismo, intervenções no tráfego com novos viadutos, acessos, ciclovias, rearborização e obras de macro e micro drenagem. Assegurando que o desenvolvimento urbano esteja em harmonia com o meio ambiente.

Figura 1- Maquete 3D - Estação do BRT em Salvador.



Fonte: BRT Salvador (<http://brt.salvador.ba.gov.br>). 2018.

3.4. Estudo de uso e ocupação do solo e mapas temáticos

O estudo do uso e ocupação do solo apresenta alterações no comportamento socioeconômico, técnico, administrativo e jurídico da sua localidade. Cada inconstante, motiva o estabelecimento de mudanças no conjunto ambiental. Dispondo-se de um bom parcelamento do solo urbano que busca interagir coerentemente como conjunto ambiental a que pertence envolvendo: A proximidade com outros tipos de atividades (comercial, centro urbano, tipo de indústria, lazer, etc.) e o uso dos recursos naturais, atentando para a qualidade do ar, corpos d'água, vegetação e geomorfologia do terreno, entre outros. Tudo isto ocasionará o equilíbrio biofísico, social e econômico para o ser humano, fauna e flora do conjunto ambiental de sua região.

Os índices urbanísticos devem ser estabelecidos de forma que a ocupação do solo seja feita aspirando à conservação ambiental. Porém, para uma correta avaliação do progresso urbano, faz-se necessária a definição de sustentabilidade que ocasione o menor impacto ecológico, aliado à

viabilidade econômica e ao bem-estar social, em relação às diversas alternativas de uso do solo.

As diretrizes da Lei Federal nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade 1 possui como sua principal finalidade orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano, rural e industrial na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população. Tendo como função promover o adequado ordenamento territorial, assim como, o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes, em harmonia com o meio ambiente.

Os mapas temáticos são representações gráficas da superfície terrestre ilustradas de acordo com um critério preestabelecido. Para designar os distintos aspectos do espaço geográfico, utilizam-se as legendas e os símbolos a elas correspondentes para especializar determinados fenômenos. Representam diferentes formas de leitura e interpretações da realidade.

Nos mapas temáticos do BRT de Salvador, são retratadas reinterpretações para melhor descrever dados e fenômenos, garantindo o máximo de entendimento do público alvo. Com o intuito de dar uma concepção de como ficará o BRT na cidade e como irá ocorrer seu funcionamento dentro de um sistema ecológico-socioeconômico.

Tendo em vista a articulação das diferentes atividades urbanas (moradia, lazer, trabalho, produção, consumo e circulação) o sistema viário e o transporte coletivo constituem as principais infraestruturas de deslocamento da cidade.

Corredores de Transporte Público Integrado (BRT), no eixo Lapa-Iguatemi, é de extrema relevância para o município de Salvador e irá garantir uma melhor mobilidade.

UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O PROJETO DO BRT SOTEROPOLITANO, O QUE DIZEM ALGUNS ESPECIALISTAS

O BRT em Salvador tem sido alvo de muita polêmica, e como tal, vem sendo criticado por diversos especialistas por conta do alto custo que o sistema terá para a cidade, e sobre a implantação do BRT sem um planejamento urbano adequado.

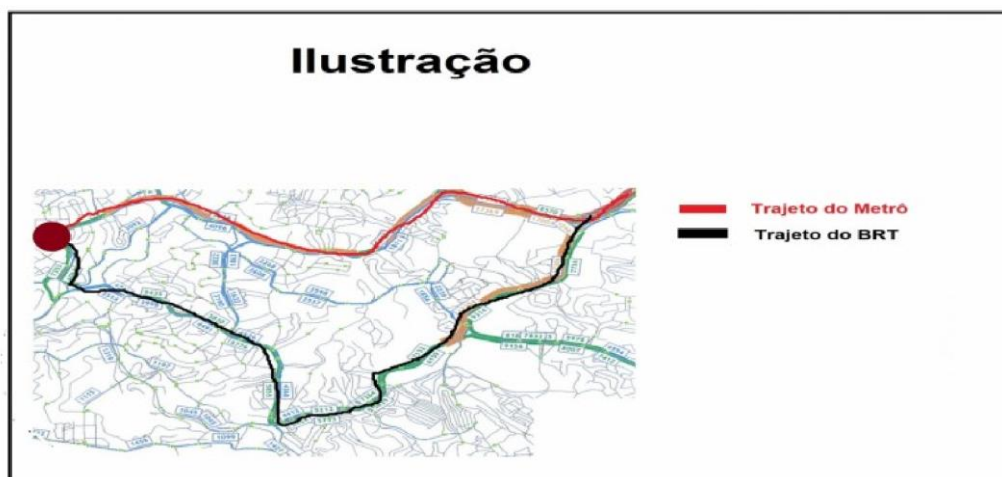
Em uma entrevista do Jornal da Metrópole (Metro 1), em abril de 2017, o professor da Universidade Federal da Bahia e membro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU/BA), o arquiteto Paulo Ormino, criticou a implantação do BRT em Salvador. Para Ormino, a instalação do sistema na cidade poderia ser vista como solução de locomoção facilitada antigamente, há 50 anos atrás. Hoje esse sistema pode causar mais danos do que soluções, tendo em vista que os viadutos podem atrapalhar o deslocamento do fluxo de pedestres e ciclistas de um lado a outro da avenida, além do risco de alagamento aumentar nas avenidas Juracy Magalhães e Antônio Carlos Magalhães por conta do volume de água que terá que passar quando chover com uma secção reduzida da galeria por onde o rio hoje passa. Além disso, o arquiteto frisa a desvalorização imobiliária que ocorrerá na região onde for implantada os viadutos.

O urbanista Carl Von Hauenschild, conselheiro do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em sua crítica, também mantém a mesma opinião de Ormino sobre o BRT ser uma solução ultrapassada, e citou as cidades de Bogotá e Curitiba como exemplos de obsolescência do BRT. Hauenschild, em uma entrevista ao IAB Departamento de Arquitetura da Bahia, em abril de 2018, afirmou que o BRT tem como característica solucionar problemas imediatos, e que a longo prazo se torna ultrapassado. Além disso, tem um foco de resolver mais sobre o tráfego de carros (individual) do que de fato tráfego coletivo, que abrange a maior parte da população, deixando de ser uma solução social.

Uma petição pública foi aberta no Ministério Público Federal, quando 69.383 assinaturas de noticiantes foram contra as obras, afirmando que o sistema será danoso para o município por: alto impacto visual e ambiental, pois importará na supressão de 579 árvores, as quais serão substituídas por concreto; altíssimo custo (avaliado em R\$ 820 milhões indicado no site da

prefeitura); desnecessidade; pois repete o percurso já coberto pelo metrô, pois visa apenas atender os interesses dos empresários de ônibus que são financiadores de campanhas políticas; desvalorização dos imóveis próximos aos viadutos, uma vez que o problema poderia ser resolvido simplesmente com a utilização de faixas exclusivas para os ônibus.

Figura 2- Trajetos dos modais: metrô e BRT em Salvador



Fonte: Petição pública: Ref.: Notícia de Fato nº 1.14.000.000681/2018-01 Inquérito Civil nº 1.14.000.002854/2016-55 (MPF). IDEA 003.0209622/2016 (MPBA). 2018.

A figura 2 mostra que ambos os trajetos são para transportar pessoas da Estação da Lapa à Estação Rodoviária, como foi enfatizado no inquérito civil citado acima, mostrando a desnecessidade do projeto BRT em Salvador nesse percurso.

Em uma entrevista para o jornal BNews, em maio de 2018, a professora do Departamento de Engenharia de Transportes e Geodésia da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e doutora em engenharia e transporte, Ilce Marília Dantas Pinto, falou que o porte da obra do BRT para a cidade é desnecessário, visto que algumas funções propostas no projeto já são atendidas por outros sistemas de transportes públicos e tráfego na cidade.

A professora concorda com a implantação do sistema BRT, mas fala do valor social e ambiental que as árvores têm como patrimônio público, e que deveriam ser pensadas outras alternativas para melhoria do transporte

coletivo por BRT. Falou também do que dentro do projeto do BRT tem questões que envolvem melhorias para locomoção de automóveis individuais, que nada tem a ver com benefícios para o transporte coletivo. A professora acrescentou que a Política de Mobilidade deve ser feita de forma participativa e democrática, e não como vem sendo implantado o BRT, de cima para baixo.

O coordenador do Movimento Salvador sobre Trilhos, Luis Brasileiro alerta para a situação do desmatamento de 579 árvores, incluindo algumas centenárias que não podem ser replantadas, além do impacto ambiental por conta dos encapsulamentos dos rios Lucaia e Camarajipe. O Movimento criou um abaixo-assinado que atualmente (julho de 2018) conta com 73.984 assinaturas contra o projeto BRT em Salvador, para evitar a derrubada das 579 árvores e os tamponamentos dos dois rios. Esse abaixo assinado foi utilizado para demonstrar a insatisfação da população com o projeto BRT.

Em entrevista ao Jornal A TARDE o coordenador do Movimento Salvador sobre Trilhos, sugere que sejam utilizadas as faixas exclusivas de ônibus com o sistema BHLS (*Bus with High Level of Service*), afirmando que assim o custo será consideravelmente inferior e as árvores nativas e os rios poderiam ser mantidos.

Hendrik Aquino, especialista de planejamento urbano e gestão de cidades, em entrevista ao jornal Tribuna, em abril de 2018, afirmou que toda ação humana gera impactos ambientais, por isso os estudos de impactos são fundamentais, antes e durante a elaboração dos projetos, para avaliação do grau dos riscos, viabilidades e melhores soluções. Alega que os gestores e legisladores não devem pensar na cidade de maneira fragmentada pois uma solução aparentemente boa para determinada área, pode trazer danos irreversíveis a outras. E que as soluções na mobilidade urbana não devem desprezar o meio ambiente, pois os prejuízos a curto, médio e longo prazo, causados pela substituição da fauna e da flora por concreto e aço, refletem diretamente na qualidade de vida.

E sobre o tamponamento e canalização dos rios, Hendrick alerta sobre a criação um ambiente desagradável, uma vez que abre espaço para maior ocupação com concreto e aço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quadro 01 – Comparativo entre aspectos da Prefeitura e Especialistas.

Visões da Prefeitura de Salvador	X	Visão dos Especialistas
Sistema moderno; Atende locais onde o metro não passa; Implantação em áreas de grande densidade e muito engarrafamento; ➤ Redução do desmatamento para 154 árvores e replantio de 169; Reestruturação urbanística e paisagismo;		Projeto com concepção atrasada; Repete o percurso já coberto pelo metro; Foco na resolução do tráfego dos veículos individuais; Desmatamento de árvores centenárias e tamponamento de dois rios; Alto impacto visual e ambiental para a cidade; Alto custo para implantação; Degradação do tecido urbano, inviabilizará futura implantação de transporte de alta capacidade.

Há discordância em todos os aspectos listados. O objetivo deste trabalho é contrapor estes pontos de vistas a respeito do BRT em Salvador. Parte-se do entendimento de que de fato os Especialistas que são contrários a implantação possuem argumentos fortes que deveriam ser observados pelos gestores públicos.

Diante do recorrido sabe-se a necessidade de modernizar e implantar melhorias e novas tecnologias no meio de transporte público, desde que sejam eficientes, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis, na pesquisa elaborada sobre a implantação do BRT na cidade de Salvador ficou evidenciado que estes três tópicos não estão sendo atingidos e tratasse de uma solução urbana ultrapassada.

Eficiência, o BRT de Salvador irá realizar um percurso igual a um dos trajetos do metrô, transportando passageiros da Estação da Lapa até a Estação Rodoviária, também como citado pela professora Ilce Marília Dantas Pinto, algumas das funções propostas para o BRT já são atendidos por outros sistemas públicos.

Ambientalmente sustentáveis, apesar de haver replantio de algumas árvores e a plantação de mudas de espécies da Mata Atlântica, haverá o desmatamento de árvores centenárias que não possuem chances de serem replantadas e o tamponamento de dois rios (Lucaia e Camurujipe) que poderá acarretar em alagamento de avenidas próximas por conta de redução na seção da galeria do rio e alterar ainda mais a dinâmica natural do sistema hídrico.

No caso específico de Salvador o BRT está sendo tido como economicamente inviável uma vez que repetirá trajetos e funções já exercidas por outros meios de transportes públicos existentes, trará desvalorização dos imóveis próximos aos viadutos (locais de sombra e abrigo de chuva se tornam locais para moradia de sem teto) e por estar sendo mais dispendioso que sistemas como este implantados em outras cidades do país

Além de não atender aos quesitos citados o sistema aparenta ter maior foco na resolução do tráfego de carros particulares do que de fato no transporte coletivo, que atende a maior parte da população soteropolitana, deixando de ser uma solução social.

A cidade não pode ser pensada e projetada de forma fragmentada, é necessário que o planejamento urbano seja projetado como um todo em atendimento a necessidade da maioria da população, sem distinção.

REFERÊNCIAS

A Tarde. Obra do BRT Salvador tem o valor mais alto entre várias capitais do País. Disponível em:

<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1953108obra-do-brt-salvador-tem-o-valor-mais-alto-entre-varias-capitais-do-pais> (abril, 2018).

BNews. O projeto do BRT de Salvador está equivocado, afirma especialista. Disponível em: <https://www.bocaonews.com.br/entrevista/358,o-projeto-do-brtde-salvador-esta-equivocado-afirma-especialista.html> (maio, 2018).

BRT Salvador. Disponível em: <http://brt.salvador.ba.gov.br/> (Acesso em: julho, 2018).

CABRAL, Richele, TEIXEIRA, Eunice, BORGES, Milena, DE PAULA, Miguel, DE SOUZA, Pedro, LEITE, Claudio, BRIZON, Luciana. BRT Transoeste: transformando o conceito de transporte público no Rio de Janeiro. In: 19º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, Brasília, Brasil. 2013.

DE PAULA, Vilson Vieira; LEONARDELLI, Luciano Franco. MOBILIDADE URBANA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES. In: XI Congresso Nacional De Excelência Em Gestão. ISSN 1984-9354. 2015.

Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Volume II - Diagnóstico Ambiental, Parte III – Meio Socioeconômico. Corredores de Transporte Público Integrado (BRT), Lapa – Iguatemi. 2014. Disponível em: http://brt.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/VOL_II-PARTE_III-EIA_RIMA_BRT.pdf (Acesso: julho, 2018).

Estudo sobre o Uso e Ocupação do Solo: Incompatibilidade ambiental de convivência entre uma atividade industrial e um loteamento residencial - Trabalhar vs Residir. SP 5640812 v2. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/StaticFile/ilp/aula2_urbanismo.pdf (Acesso: julho, 2018).

Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento da Bahia. NOVO COM CARA DE VELHO. Disponível em: <http://www.iab-ba.org.br/novo-com-cara-de-velho/> (abril, 2018).

Jornal da Metrópole. Metro1. Arquiteto Paulo Ormino critica projeto do BRT em Salvador: 'Solução ultrapassada'. Disponível em:

<https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/34478,arquiteto-paulo-ormindocritica-projeto-do-brt-em-salvador-solucao-ultrapassada.html> (abril, 2017).

Petição pública: Ref.: Notícia de Fato nº 1.14.000.000681/2018-01 Inquérito Civil nº 1.14.000.002854/2016-55 (MPF). IDEA 003.0209622/2016 (MPBA). 2018.

PLANTER. Pesquisa de Mobilidade Urbana–Avaliação da qualidade de serviço no transporte público. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/pesquisa-de-mobilidade-urbana--planter.pdf> (setembro, 2018).

Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

RODRIGUES, Marcelo. Prós e contras do BRT e do VLT. Disponível em: <http://blogdowagnergil.com.br/vs1/2014/01/31/opinioao-pros-e-contras-do-brt-e-do-vlt/> (setembro, 2018).

Tribuna da Bahia. Derrubada de árvores para implantação do BRT gera polêmica. Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/l6815/derrubada-de-arvores-para-implantacao-do-brt-gera-polemica> (abril, 2018).



CIDADE PARA TODOS O PAPEL DA ARQUITETURA PARA QUALIDADE DE VIDA DE TODOS

Amanda Carolina Baragiola¹²

Maria Sacramento Oliveira Guimarães¹³

CIDADE PARA TODOS: O PAPEL DA ARQUITETURA PARA QUALIDADE DE VIDA DE TODOS

RESUMO

O artigo apresenta uma análise sobre o papel fundamental da arquitetura e urbanismo na mudança da pirâmide etária, uma vez que dados do IBGE apontam que em poucos anos o Brasil terá mais idosos do que jovens, algo completamente novo no país que sempre teve uma população muito mais jovem, movimentando a economia e assumindo o mercado de trabalho.

Nesse novo contexto, a cidade precisa se preparar para uma população com idade avançada e com mobilidade reduzida, trazendo a inclusão social, ajudando a prolongar a vida e garantindo a rotina de forma natural e eficiente nos setores residencial, profissional e lazer, coisas que parecem simples na teoria, mas que na prática estão bem longe de ser alcançadas no Brasil e principalmente na cidade de Salvador.

O objetivo desse estudo é mostrar através das pesquisas realizadas a situação atual de quem possui alguma imobilidade, e destacar soluções arquitetônicas que possam ser facilitadores na vida desse grupo, proporcionando qualidade de vida e despertando um novo olhar para algo que já deveria ser cotidiano.

Palavras-chave: Acessibilidade; Arquitetura acessível; Cidade para todos

ABSTRACT

The article presents an analysis of the fundamental role of architecture and urbanism in changing the age pyramid, given that IBGE data indicate that in a few years Brazil will have more than young people, something completely new in

¹² Estudante de Arquitetura e Urbanismo, Unifacs. E-mail: amanda.baragiola@gmail.com

¹³ Arquiteta e Urbanista. Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACS.

the country that has always had a very large population younger, moving the economy and taking over the job market.

In this new context, the city needs to prepare itself for a population with advanced age and reduced mobility, bringing social inclusion, helping to prolong life and ensuring routine in a natural and efficient way in the residential, professional and leisure sectors, things that seem simple in theory, but in practice are far from being achieved in Brazil and especially in the city of Salvador.

The aim of this study is to show through the researches the current situation of those who have some immobility, and to highlight architectural solutions that can be facilitators in the life of this group, providing quality of life and awakening a new look at something that should already be everyday.

Keywords: Accessibility; City for all; Social inclusion; Accessible city

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo expor a necessidade de transformações nas cidades brasileiras no que diz respeito a acessibilidade e meios de promover a qualidade de vida para portadores de algum tipo de deficiência ou imobilidade, visto que em alguns anos o Brasil deixará de ser um país com majoritariamente jovens, e terá esse posto assumido pela terceira idade, que estará mais ativa do que nunca, no mercado de trabalho, no âmbito social e buscando meios de ter lazer adequado. Através de pesquisas e principalmente dados apontados pelo IBGE, em 2060, o percentual da população com 65 anos ou mais de idade chegará a 25,5% (58,2 milhões de idosos), enquanto em 2018 essa proporção é de 9,2% (19,2 milhões). Já os jovens (0 a 14 anos) deverão representar 14,7% da população (33,6 milhões) em 2060, frente a 21,9% (44,5 milhões) em 2018. O estudo mostra como vive esse grupo atualmente nas cidades brasileiras, quais desafios enfrentam e busca através de referências em países onde os idosos possuem qualidade de vida e longevidade trazer alternativas simples porém eficazes para proporcionar o melhor da arquitetura à todos.

O ato de ir e vir, de andar, transitar, conhecer a cidade, admirar as paisagens, ir ao supermercado, fazer compras em um shopping ou em uma feira, trabalhar dia após dia, são coisas simples e cotidianas da vida de qualquer pessoa. Alguns até afirmam que esses são pontos básicos e simples para se viver, mas será que todos os cidadãos hoje conseguem viver ou apenas sobrevivem e se adaptam como podem nas cidades onde moram? (CUNHA, 2016).

Acessibilidade é um conjunto de medidas voltadas para garantir a possibilidade de acesso a um conjunto de lugares. Trata-se de facilitar a aproximação das pessoas nos locais com certo propósito. Em palavras mais simples, acessibilidade é proporcionar qualidade do que é acessível, atingível, do que se deve ter acesso fácil, o que vai muito além de proporcionar o básico, o improvisado não só para portadores de algum tipo deficiência ou aqueles com mobilidade reduzida, mas à qualquer um que necessite se locomover, ou seja, à todas as pessoas, sendo isso inclusive garantido na Constituição Federal Brasileira de 1998, no artigo 5º, inciso XV, que resumidamente diz que todos os cidadãos têm direito a utilizar os espaços que a cidade oferece, entre os quais as construções públicas e privadas, bem como o transporte, sem qualquer obstáculo que possa limitar esse acesso, garantindo autonomia (total ou assistida), e mais importante, a segurança (SIGNIFICADOS, 2016).

Além do direito garantido em constituição, desde 1994 e com revisão e atualização em 2015, a NBR 9050 (Norma Brasileira de Acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) visa garantir e assegurar a qualidade de locomoção, planejamento e adequação não apenas de vias públicas, como também de edifícios privados e públicos, residências, comércios, locais de lazer, espaços públicos, entre outros com normas e especificações para propiciar a melhor deslocação e vivência daqueles que encontram-se com alguma restrição, ou dificuldade de movimentar-se livremente (NBR 9050, 2015).

A pessoa com mobilidade reduzida é aquela que temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utiliza-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante, com criança de colo, entre outros (NBR 9050, 2015).

Já faz algum tempo que a acessibilidade e principalmente a falta desta vem chamando atenção e aos poucos trazendo consciência de sua importância para que haja qualidade de vida, longevidade, e felicidade para aqueles que dependem de algum tipo de estrutura especial para se locomover, e realizar tarefas simples do dia a dia. Porém faltam muitos passos a serem percorridos e

aceitos para que haja uma mudança real e eficiente de acessibilidade nas cidades, e principalmente é necessário perceber que todos precisarão dessas estruturas em algum momento de suas vidas, seja por alguma imobilidade temporária devido à algum acidente ou simplesmente por se ter uma vida longínqua. (HELPAGE, 2015).

COTIDIANO PRÁTICO DE QUEM DEPENDE DE ACESSIBILIDADE

A acessibilidade oferecida pelo meio urbano reflete a qualidade de vida da sociedade. A experiência e os estudos elaborados pela equipe do AME (Amigos Metroviários dos Excepcionais) demonstram que o meio físico, mais precisamente o meio urbano, é que possibilita a realização das atividades da vida diária de uma pessoa, impondo restrições e limitações em função da sua idade ou da existência de qualquer deficiência. A necessidade do conforto e da segurança são urgentes seja na utilização dos ambientes e equipamentos, seja na funcionalidade do espaço edificado, ou na implantação de sinalização tátil, sonora e visual de forma integrada. A reabilitação do indivíduo e a sua interação na sociedade, só serão possíveis se as cidades começarem a se transformar e se adequar, pensando no uso comum dos espaços e vias por todos independentemente de qualquer barreira física (AME – AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS - 2004).

Visando a qualidade de vida e bem-estar é importante que o idoso e a pessoa com deficiência física possam usufruir de espaços públicos, como praças, praias, parques entre outros, e para que isso possa ocorrer é necessário adequar esses ambientes na cidade, deixando-os preparados para receber qualquer pessoa.

No ano de 2018, após 15 anos do estatuto do idoso ter sido criado (Lei 10.741 de 1º de Outubro de 2013) as coisas já mudaram bastante para o idoso, e o cuidado e atenção para esse grupo ganhou mais visibilidade, e com a ajuda das redes sociais isso tem se propagado com muito mais agilidade e eficiência do que em décadas anteriores, porém infelizmente essas mudanças ainda são poucas e muito mais teóricas do que práticas(CUNHA,2016).

CONDIÇÕES ATUAIS DE ACESSIBILIDADE NO MUNDO

Em 2015, a ONG HelpAge International, juntamente com a Universidade de Southampton, do Reino Unido, elaborou uma pesquisa que resultou na montagem de um ranking batizado de Global AgeWatch Index, à respeito do envelhecimento da população no mundo. Sendo verificado cada aspecto considerado importante para que se tenha qualidade de vida, aspectos como ambiente favorável, transporte, locomoção, saúde, educação, segurança, emprego, entre outros foram levados em conta para criação do ranking que conta com 96 países em sua lista (HELPAGE, 2015).

Através desses estudos comparativos, chegou-se à conclusão que a Suíça é o melhor país do mundo para idosos e pessoas que possuem alguma deficiência ou mobilidade reduzida. Em sequência vem a Noruega, Suécia, Alemanha e Canadá. O Brasil encontra-se em 56º lugar. Esta é de fato uma posição bastante incomoda e preocupante, posto que conforme aponta o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), cerca de 1/4 da população possui algum tipo de deficiência ou está com mobilidade reduzida. O enfrentamento dessa realidade impõe a necessidade de formulação políticas públicas para melhorar cada vez mais e adequar o ambiente para atender essa população crescente (HELPAGE, 2015).

O que distancia o Brasil desses países que ocupam o Top 5 em qualidade de vida na terceira idade e para pessoas com deficiência, está longe de ser soluções robóticas, engenhosas e caras, contrapondo qualquer expectativa altamente requintada e tecnológica. O que torna possível a vida dos idosos e pessoas com mobilidade reduzida são soluções simples e completamente possíveis. Uma arquitetura e urbanismo planejado e inclusivo, pensado para todos, é a chave para que todos possam ocupar e usufruir de qualquer espaço nas cidades (OLIVEIRA, 2015).

Os países que lideram o ranking em eficiência e acessibilidade contam com calçadas em bom estado, pisos táteis de alerta e direcionais, corrimões e sinalização contrastante em todas as escadas, rampas por todo lugar, meios-fios acessíveis para a entrada de veículos nas paradas de ônibus, alertas eletrônicos que indicam os destinos dos transportes públicos, ônibus e metrô equipados

com elevadores, hotéis totalmente acessíveis. Esses são alguns exemplos de medidas simples que fazem a diferença na vida daqueles que pela sociedade estão condenados à reclusão e dependência (OLIVEIRA, 2015).

Essa arquitetura baseada em soluções simples trouxe uma nova perspectiva aos países em que foram aplicadas, já que proporcionando ambientes preparados a receber as pessoas em qualquer condição física ajuda e estimula com que esse grupo saia de casa e usufrua dos espaços da cidade. Além de aumentar a autoestima, essas medidas prolongam a vida do idoso e pessoa com deficiência, que passam a enxergar possibilidades ao invés de limites e barreiras(HELPAGE,2015).

Além de proporcionar mudanças internas, auto aceitação e uma vontade de explorar o mundo, cidades preparadas tanto nos ambientes públicos, quanto privados, conseguiram ampliar o tempo no mercado de trabalho desses idosos. Isso ajuda a movimentar a economia, já que trabalhando por mais anos com qualidade e respeito, essa população tarda mais a depender de auxílios governamentais (HELPAGE, 2015).

BRASIL E A FALTA DE PREPARO PARA A NOVA REALIDADE DA PIRÂMIDE ETÁRIA

No Brasil, mesmo com o Estatuto do Idoso desde de 2003 a Norma Brasileira NBR9050, as coisas caminham à passos lentos, porém é preciso olhar com atenção, cuidado e urgência para as cidades e como prepara-las não apenas para os portadores de alguma deficiência como para todos, já que a população está envelhecendo rapidamente, o que acarreta em um grande número de pessoas com mobilidade reduzida, e é necessário tomar medidas já para que essa grande massa se mantenha feliz (NAKAYAMA, 2016).

A mais recente estimativa populacional do IBGE (2016) revelou que atualmente a população brasileira ultrapassa os 209 milhões de habitantes, desses mais de 30 milhões são idosos, número que vem crescendo ano após ano, e invertendo a pirâmide etária da população brasileira. Pesquisas apontam que em 2050 serão mais de 66,5 milhões de idosos no país, uma virada que iniciará em 2030,

ano em que a população idosa ultrapassará o número de crianças no Brasil, representando respectivamente 18% e 17% da população (IBGE, 2016).

Além desse aumento da população idosa acrescenta-se também o percentual de portadores de algum tipo de deficiência, que são mais de 45,6 milhões de pessoas, o que corresponde a 23,91% da população brasileira, sendo 18,6% de deficientes visuais, 5,1% de deficientes auditivos, 7,0% de deficiência motora e 1,4% de deficiência intelectual. Totalizando 41,9 % da população brasileira (IBGE, 2016).

Em 2060, o percentual da população idosa passará de 9,2%, números do Censo de 2016, para 25,5 %, o que significa que a cada 4 pessoas no país uma estará em idade avançada. Ainda em 2060, o Brasil terá 67,2 habitantes com idade inferior a 15 anos e superior a 65 anos para cada 100 pessoas, o que teoricamente representa pessoas que não estão no mercado de trabalho, o que só reforça a necessidade de preparar as cidades, e suas edificações para atender e receber a população da terceira idade não apenas como consumidor, mas também como pessoa ativa no mercado de trabalho (IBGE, 2018).

Esses números só confirmam a necessidade de mudanças, pois todo cidadão deve ter o direito de viver a melhor vida em toda e qualquer fase que se encontre, com dignidade, liberdade de escolha, e de ir e vir (HELPAGE, 2015).

É importante destacar também o fato de que não apenas a população brasileira está ficando mais idosa, mas também notar que a expectativa de vida aumentou. Atualmente, em 2018, a idade média de vida dos brasileiros é de 75,8 anos, um aumento de mais de 30 anos comparado a idade média em 1940, e para 2040 a estimativa é que se chegue aos 80 anos a média nacional. Esses números são provas inequívocas de que a população brasileira vem envelhecendo com mais saúde.(IBGE, 2017).

O perfil do idoso mudou. É necessário compreender que o estereotipo de idosos fazendo crochê em uma cadeira de balanço, ou jogando dominó no quintal de casa ficou no passado. Segundo o levantamento do IBGE em 2016, 35% das pessoas com mais de 60 anos continuam trabalhando e dados do instituto Data

Popular, indicam que 37% são economicamente ativos e a renda média está 44% acima da renda média nacional. Os idosos contribuem financeiramente com o orçamento da casa e consomem produtos e serviços. O que ressalta a importância de ter ambientes corporativos bem equipados e preparados para que os idosos continuem trabalhando. (IBGE,2016).

O idoso de hoje tem sonhos diferentes, ele se sente na melhor idade para aproveitar a vida, ele quer viajar e se preocupa com a aparência. Ocorreu uma mudança de hábitos, comportamento, e principalmente de autoestima e percepção de si mesmo. Na década de 90, com 50 anos o cidadão já se considerava incapaz, e sem grandes feitos a realizar. Hoje 53% dos idosos com mais de 60 anos, não se sentem velhos, muito menos perto de encerrar sua vida (IGEL, 2018).

Para acompanhar esse novo estilo de vida dos idosos, que em pouco tempo representarão uma grande fatia da população brasileira, a cidade precisa se adaptar como um todo para lhes atender e proporcionar experiências prazerosas e seguras, onde a condição física não só do idoso mas das pessoas com deficiência não sejam um empecilho para desfrutar da cidade. (RUBIN, 2017).

É um processo natural e previsível que com o avançar da idade o corpo não se comporte da mesma maneira e com a mesma agilidade e reflexo que na juventude. Com os anos o corpo começa a apresentar fragilidade muscular e óssea, desenvolve-se debilidades visuais, auditivas e de equilíbrio, porém essas limitações não podem se transformar em verdade absoluta levando a exclusão dessas pessoas na vida pública e social. Pelo contrário, é necessário proporcionar condições para que os idosos e pessoas com deficiência possam se manter ativos, trabalhando se essa for a vontade deles, e tendo lazer, dessa forma alia-se a saúde física com a mental (RUBIN, 2017).

O Brasil todo deve se preparar e criar estratégias arquitetônicas e urbanistas para atender essa demanda, já que atualmente não é possível afirmar que se tenha ao menos uma cidade totalmente acessível no país. Existem algumas cidades com alguns pontos resolvidos, porém carentes e com falhas em outros aspectos de acessibilidade. Os maiores problemas nas cidades brasileiras são com certeza a pavimentação das calçadas, que dificulta a circulação de

cadeirantes, idosos, obesos, gestantes, mulheres com crianças de colo e até mesmo mulheres com saltos altos. Outros pontos negligenciados são as rampas de travessia, sinalização tátil direcional e de alerta, sinais sonoros, informações em braile para deficientes visuais, placas ou painéis de informação com letras grandes ou com contrastes de cor para pessoas com baixa visão, entre muitos outros. Esses aspectos devem ser resolvidos não apenas em espaços públicos, mas também nos privados (COHEN, 2015).

O Brasil inteiro enfrenta esses dois crescentes desafios, um aumento veloz da população idosa e portadores de deficiência e a falta de estrutura para atender e facilitar a vida destes. A Bahia ocupa o 7º lugar no ranking dos estados com aumento populacional de idosos. No ano de 2016 a Bahia teve um aumento de quase 7%, enquanto a média nacional foi de 3,7%. Isso chama atenção para que se possa mudar esse cenário no estado baiano, preparando-o e adequando para a demanda real e imediata (IBGE, 2016).

Em Salvador, capital baiana, esses números continuam subindo e comprovando a necessidade de intervenções para prolongar e melhorar o uso das vias e espaços públicos e privados no que se refere a acessibilidade. É possível ver na tabela 1 essa mudança, em 1991 os idosos representavam apenas 5,5% da população, contra 33,7% de crianças até 14 anos, em 2001 os números começaram a mudar, tendo respectivamente 6,8% contra 26,1 %, e no último levantamento realizado em 2010 pela SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) os idosos já representavam 9,3%, enquanto as crianças reduziram drasticamente para 20,7% da população na cidade (SEI, 2010).

Tabela 1 – Percentual de idosos x crianças de até 14 anos na população de Salvador em 1991, 2001 e 2010.

Ano	Idosos	Crianças até 14 anos
1991	5,5% da população	33,7% da população
2001	6,8% da população	26,1 % da população
2010	9,3% da população	20,7% da população

Fonte: SEI, 2010

E se tratando de carências arquitetônicas e medidas que possam contribuir para uma qualidade de vida positiva e acessível para a terceira idade e portadores de deficiência, Salvador ainda está bem longe de se adequar e poder proporcionar

ambientes favoráveis para esses grupos, possuindo muitas irregularidades, falta de cuidado e planejamento nos seus ambientes públicos e privados (MELO, 2012).

O PAPEL DA ARQUITETURA E URBANISMO

Diante desse cenário, torna-se necessário e urgente que medidas sejam tomadas para preparar a cidade e as edificações, adequar para que a população consiga ter seu direito de ir e vir garantido, e para que a cidade continue funcionando, já que em poucos anos os idosos representarão uma parte importante da cidade, inclusive no meio econômico, onde o mercado de trabalho deverá ser repensado e reformulado para que a terceira idade se mantenha ativa e trabalhando, e a arquitetura não apenas se fará imprescindível nas vias e meios públicos como também nos locais privados (HELPAGE, 2015).

É preciso criar uma conscientização do quanto isso é fundamental e fazer da acessibilidade rotina na construção da cidade e de seus edifícios. Isso precisa ser algo tão natural quanto beber água ou se alimentar, pois trata-se não apenas de desenhos e projetos, vias e moradias, mas também de inclusão social, qualidade de vida e longevidade (FERREIRA, 2015).

O profissional de arquitetura e/ou urbanismo devem prever, planejar e projetar para qualquer circunstância que possa ocorrer, e a mobilidade reduzida é um fator real e previsível, que não se trata apenas de portadores de deficiência, mas de uma condição humana natural. Ambos profissionais necessitam ser criativos e determinados a apresentar suas soluções para esse quesito, aliando a eficiência com o custo benefício e estética para essas adaptações, tornando-as atraentes de todos os pontos possíveis para o contratante que deve compreender que esse investimento é de ganho imensurável para a sociedade (SINDARQ, 2014).

O quadro 1, mostra soluções simples e eficazes que contribuem para que os idosos e portadores de algum tipo de deficiência possam ter não apenas como se movimentar e locomover melhor como principalmente ter qualidade de vida e saúde prolongada.

Quadro 1 – Elementos facilitadores nos setores residencial, profissional e de lazer para idosos e portadores de deficiência

SETOR	ELEMENTOS FACILITADORES	JUSTIFICATIVA
RESIDÊNCIAL	Revestimento nos pisos/pisos ante derrapante.	Para evitar quedas que podem trazer traumas sérios
	Corrimão em escadas e rampas	Servem como apoio e item de segurança
	Barras de apoio nos banheiros, cozinha, área de serviço	Para facilitar o acesso e uso ao sanitário e pias
	Móveis arredondados e fixos no chão e em alturas que facilitem seu uso	Dessa forma evita-se acidente com quintas pontiagudas e escorregões
	Janelas amplas e cortinas claras	Facilitam a entrada da luz e quanto mais claro melhor para atividades visuais
	Armários com portas de correr e se possível colocar iluminação interna	São de fácil manuseio e a iluminação ajuda a encontrar os objetos com mais facilidade
	Evitar apetrechos desnecessários como estátuas, tapetes, vasos...	Esses podem aumentar a probabilidade de quedas e acidentes
	Rampas de Acesso, plataforma elevatória.	Isso possibilita o acesso para portadores de deficiência e/ou pessoas com mobilidade reduzida
PROFISSIONAL	Corrimão nas escadas e rampas	Servem como apoio e item de segurança
	Sinalizar pavimentos, portas e passagens com todos os meios de comunicação: braile, pictogramas, pinturas em cores contrastantes, sonora	Dessa forma qualquer pessoa poderá compreender e se direcionar ao local pretendido, gerando inclusão e autonomia dos usuários
	Implantação de piso tátil, principalmente em acessos que levem a escadas, rampas, degraus, elevadores	Trata-se de um facilitador do usuário que possui deficiência visual
	Usar materiais construtivos com boa condição acústica	Desse modo evita-se sons desnecessários e ruídos que dificultem a compreensão por aqueles que estão com a audição prejudicada
	Banheiro acessível	Item indispensável para promover segurança, autonomia e respeito aos usuários
	Circulações com Larguras ideais Mobiliário acessível	Se faz necessário para que o usuário possa transitar de forma livre, sem obstáculos
	Piso regular e estável	Esses evitam acidentes e tornam o trajeto mais seguro
	Piso tátil	Trata-se de um facilitador do usuário que possui deficiência visual
	Sinalização nos semáforos, estações e passarelas que contemplem todos os meios de comunicação: braile,	Dessa forma qualquer pessoa poderá compreender e se direcionar ao local

LAZER	pictograma, pintura em cores contrastantes, e sonora	pretendido, gerando inclusão e autonomia dos usuários
	Rampas	Isso possibilita o acesso para portadores de deficiência e/ou pessoas com mobilidade reduzida
	Corrimão em escadas e rampas	Servem como apoio e item de segurança
	Calçadas acessíveis e adaptadas e transporte acessível	Para que qualquer pessoa possa transitar com segurança
	Equipamentos e mobiliários urbanos acessíveis e inclusivos	Para promover a igualdade de direitos à todos, atendendo à todas as idades e condições de seus usuários
	Rampas de acesso, piso tátil	Isso possibilita o acesso para portadores de deficiência e/ou pessoas com mobilidade reduzida
	Sanitários acessíveis	

Fonte: NBR9050- Norma Brasileira de Acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

É possível ver com o quadro 1 que as soluções para obter qualidade de vida e acessibilidade são simples. Dentro de casa algumas medidas preventivas fazem toda a diferença, como por exemplo escolher pisos antiderrapantes, instalar barras de apoio, corrimãos, móveis arredondados e evitar objetos desnecessários que possam causar acidentes, como tapetes e bibelôs.

Tanto no setor profissional como no de lazer, as medidas também são simples, de fácil resolução e com grandes resultados, corrimãos em escadas e rampas, pisos adequados, sinalização visual e sonora, construções dentro das normas da NBR9050.

O quadro 1, acima, resume e prova o quanto é fácil transformar a situação das cidades brasileiras e adequá-las para que todos possam viver a cidade como se deve.

CONCLUSÃO

Já está mais do que na hora de mudar essa realidade. De ver não apenas a cidade, mas seus habitantes com um novo olhar. É preciso entender que a vida está em constante mudança. Que as pessoas estão se renovando, que não existe mais os padrões sociais que perduraram por tantos anos, e a arquitetura e principalmente o urbanismo precisam acompanhar essa evolução.

Não se trata mais de adaptações, remendos, ajustes. Hoje mais do que nunca acessibilidade é inclusão, é proporcionar a toda e qualquer pessoa o mesmo

direito. É garantir qualidade no transitar, segurança e liberdade de ir e vir. É fazer valer o que a constituição determina.

A cidade precisa estar pronta e preparada para proporcionar o seu melhor à população, e para que isso aconteça o arquiteto e o urbanista precisam estar à frente dos problemas que virão, e garantir que os existentes sejam sanados. Junto com esses dois profissionais é necessário que órgãos públicos e privados compreendam e ajudem a aplicar a nova urbanização voltada para todos.

E indo mais além, é fundamental que a sociedade também aceite e perceba essa mudança. Que veja o quanto o mundo tem mudado, e como estamos caminhando para uma vida cada vez mais longínqua, o que é uma ótima virada. Principalmente porque viver mais está ligado a viver melhor e com mais saúde, integrando a terceira idade e aqueles que possuem alguma deficiência ou mobilidade reduzida, em atividades que até então eram consideradas apenas de jovens, e pessoas “normais”. E essa integração e inclusão no lazer, mercado de trabalho e vida pública traz consigo uma conscientização para melhorar e adequar os ambientes para proporcionar mais conforto e segurança à prática dos mesmos por esses novos usuários.

Para que todos esses direitos sejam assegurados é preciso começar já a mudar a forma de planejar e projetar, só desse modo as cidades brasileiras estarão preparadas e adequadas para a grande mudança da pirâmide etária.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE NA PRÁTICA. **Atualização da norma técnica de Acessibilidade**. 2015. Disponível em:

<<http://www.acessibilidadenapratica.com.br/tag/nbr-9050-2015/>>. Acesso em 01 de maio de 2018:

AME –SP. **Acessibilidade reflete qualidade de vida**. Disponível em:

<<http://www.ame-sp.org.br/noticias/jornal/novas/tejornal19.shtml>>. Acesso em 02 de maio de 2018

ABTN. **Norma brasileira ABNT 9050 de acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos.** Associação brasileira de normas técnicas. 2015.

BRASIL. **Estatuto do idoso.** Senado Federal. 2017.

COHEN. Regina; DUARTE. Cristiane Rose de S. **Brasil ainda não tem nenhuma cidade plenamente acessível.** 17 de março de 2015. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/brasil-ainda-nao-tem-nenhuma-cidade-plenamente-acessivel/>> Acesso em 19 de maio de 2018

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. I- **Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art.5º).** 2004. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/fc6218b1b94b8701032568f50066f926/54a5143aa246be25032565610056c224?OpenDocument>>. Acesso em 01 de maio de 2018

CUNHA. Karla. **Cidades Mais acessíveis da Europa.** 2016. Disponível em: <<http://www.karlacunha.com.br/as-cidades-mais-acessiveis-da-europa/>>. Acesso em 01 de maio de 2018

FERREIRA. Dilson Batista. **A importância da acessibilidade para as edificações.** 2015. Disponível em: <https://www.aecweb.com.br/apa/dilson-batista-ferreira_33> Acesso em 16 de julho de 2018

GLOBAL AGEWATCH. **Situation of older people in 96 countries of the world today.** Disponível em: <<http://www.helppage.org/global-agewatch/reports/global-agewatch-index-2015-insight-report-summary-and-methodology/>>. Acesso em 17 de maio de 2018

IBGE. 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=resultados>> Acesso em 17 de maio de 2018

IBGE. **Projeção da população.** 2008. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em 17 de maio de 2018

MELO. Murilo. Falta de acessibilidade dificulta vida de deficientes em Salvador. **Jornal A Tarde.** 2012. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1259475-falta-de->>

acessibilidade-dificulta-vida-de-deficientes-em-salvador> Acesso em 19 de maio de 2018

IGEL. Cai. **Veja o que mudou no perfil do idoso brasileiro**. Disponível em:<<https://www.mongeralaecon.com.br/blog/longevidade/artigo/o-novo-perfil-do-idoso-brasileiro>>. Acesso em 19 de maio de 2018

RUBIN. Charles. **Perfil dos idosos brasileiros**. 2017. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://pre.univesp.br/perfil-dos-idosos-brasileiros#.WwCO_e4vxdg>. Acesso em 19 de maio de 2018

SEI. **Censo demográfico 2010**.2010. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2197&Itemid=476> Acesso em 19 de maio de 2018

SIGNIFICADOS. **O que é acessibilidade**. 2018. Disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/acessibilidade>>. Acesso em 01 de maio de 2018

SINDARQPR. **A função social do arquiteto e do urbanista**. Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do Paraná. 2014. Disponível em: <<http://www.sindarqpr.org.br/a-funcao-social-do-arquiteto-e-do-urbanista/>> Acesso em 16 de julho de 2018

UNATIUERJ. **Cartilha do idoso**. Disponível em: <<http://www.unatiuerj.com.br/cartilha1.pdf>> Acesso em 19 de maio de 2018



DIREITO À CIDADE POR MEIO DA ARTE: observação e perspectivas das manifestações artísticas na arquitetura de salvador

*Alyne Cosenza Castro¹⁴
Márcia Maria Couto Mello¹⁵*

RESUMO

O presente artigo discute como o direito a cidade pode ser obtido através da valorização da arte, expressada na arquitetura, na multicultural Salvador. A análise será baseada na observação da arquitetura existente e no estudo do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PPDU), que, juntamente com o Plano 500, constituem estratégias adotadas pela municipalidade para valorização e transformação da cidade. A metodologia se dará pela observação e estudo de caso da arquitetura local, e levantamento de referências bibliográficas existentes sobre o tema “cidade e arte”. Será dividido em três partes. Na primeira, serão abordadas as relações sujeito e arte, bem como a forma pela qual a arte contribui para a identidade e pertencimento do sujeito na cidade. A segunda seção versará sobre as manifestações artísticas na arquitetura da cidade de Salvador. O terceiro corte tratará sobre o futuro da arte na cidade com o novo PPDU.

Palavras-chave: Cidade. Arte. Arquitetura.

ABSTRACT

This article discusses how the right to the city can be obtained through the valorization of art, expressed in architecture, in the multicultural Salvador. The analysis will be based on the observation of the existing architecture and the study of the Urban Development Master Plan (PPDU), which, together with Plan 500, constitute strategies adopted by the municipality for valorization and transformation of the city. The methodology will be based on observation and case study of the local architecture and survey of existing bibliographical references on the theme "city and art". Will be divided

¹⁴ Arquiteta e Urbanista, mestranda PPDRU. E-mail: alynecosenza@yahoo.com.

¹⁵ Licenciada em desenho, doutora em arquitetura e urbanismo, Docente UNIFACS.

into three parts. In the first one, the subject and art relations will be addressed, as well as the way in which art contributes to the identity and belonging of the subject in the city. The second section will deal with the artistic manifestations in the architecture of the city of Salvador. The third court will address the future of art in the city with the new PPDU.

Keywords: City. Art. Architecture.

1 INTRODUÇÃO

O período pós guerra, a industrialização e a tecnologia, o êxodo rural com a procura por emprego nas grandes cidades, modificam a estrutura urbana.

A falta de planejamento e o crescimento acelerado contribuem para o déficit habitacional que se torna um grande problema.

A cidade necessita ser repensada, a construção precisa seguir modelos industriais de rápida e prática fabricação, as ruas devem abrir espaços para os veículos transportarem pessoas e mercadorias com grande fluidez.

Tudo precisa funcionar como uma grande engrenagem, a casa como uma máquina de morar¹⁶, de que falava o arquiteto franco-suíço Le Corbusier.

Através da análise histórica, pode-se verificar que cada movimento artístico, onde a arquitetura está inserida, produz uma evolução e mudança no tecido urbano e na sociedade.

A partir da revolução industrial, várias correntes de pensamento começaram a surgir.

Os pensadores franceses enfatizaram mais a dimensão de racionalidade e utopia, ao passo que os alemães privilegiaram a história e a cultura (FREITAG, 2012, p. 45). Outras formas aconteceram como as cidades jardins do inglês Ebenezer Howard¹⁷, o urbanismo demolidor para Paris de Haussmann¹⁸ e os

¹⁶ Conceito arquitetônico desenvolvimento por Le Corbusier no início do século XX que relacionava a casa aos pontos do movimento moderno, aliando função e estética, sem supérfluos decorativos.

¹⁷ Fundador das cidades-jardins, onde a população urbana deveria usufruir das vantagens da vida no campo e contato com a natureza.

¹⁸ Administrador e político que embelezou Paris remodelando-a com traçado de modernas linhas retilíneas e derrubando edifícios históricos para ampliar os espaços, facilitando a locomoção, higienização e arejamento, e concretizando obras de infra estrutura a pedido do imperador Napoleão III.

estudos sociais da Escola de Chicago¹⁹, para citar algumas, cada qual com a sua contribuição e a sua perda.

A cidade de Salvador passou por diversos períodos na sua existência. Saiu de cidade colonial, para capital do Brasil, tornando-se a maior cidade das Américas, época do urbanismo com praças e jardins copiados do modelo inglês. Perdeu o título de capital para o Rio de Janeiro, mas tentou se modernizar com um novo urbanismo proposto pelo governador J. J. Seabra, modelo Haussmaniano, que destruiu muitos monumentos em favor do encurtamento das distâncias entre os espaços da cidade para melhor locomoção dos indivíduos. A cidade modernizada com um misto do modelo americano e inglês começa com os estudos de Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS), através de novos traçados, o planejamento urbano surge como solução para o caos do crescimento provocado pelo êxodo rural. Nas décadas de 60-70, a cidade passa a se expandir, com a abertura das avenidas de vale e a criação de novos bairros em função do crescimento industrial, com o do Complexo Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). O plano segue o zoneamento proposto pelo modernismo da Carta de Atenas, dividindo as áreas em quatro funções (habitar, trabalhar, circular e recrear), cabendo ao centro de Salvador as funções de lazer e turismo.

Na década de 80, há um gradativo esvaziamento e desvalorização da área antiga da cidade, consolidando-se um novo centro urbano após a construção da Avenida Paralela, do Centro Administrativo da Bahia, da nova Estação Rodoviária e do Shopping Iguatemi (CARVALHO e PEREIRA, 2008). Na década de 90, a cidade continua a se expandir em torno do eixo Avenida Tancredo Neves/Paralela, reforçando a valorização imobiliária do eixo urbano do litoral norte.

A Constituição Federal de 1988 prevê o direito à cidade, regulamentado no Estatuto da Cidade²⁰, uma garantia de todos os brasileiros usufruírem com igualdade de toda a estrutura e os espaços públicos da cidade. Planos diretores de desenvolvimento urbano são propostos em torno desse objetivo pensando,

¹⁹ Célebre por seu núcleo especializado em estudos, pesquisas e ensino na área de sociologia urbana.

²⁰ Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

além da cidade para todos, na mobilidade urbana e na sustentabilidade, embalados pela Rio 92³⁸. Mas o que se percebe, em vez de uma cidade para todos, é uma segregação na estrutura urbana concentrando na nova área nobre, a Orla Marítima, com riqueza, investimentos públicos, equipamentos urbanos e interesses da produção imobiliária, como descrito em “As Cidades de Salvador” pelos professores Inaiá Carvalho e Gilberto Corso Pereira³⁹. Os planos propostos, após o Estatuto da Cidade, não criaram estratégias para inibir a segregação.

Durante a história do urbanismo soteropolitano, o que se viu da escola alemã, inspiração para a Escola de Chicago, foi uma adaptação das suas teorias sem maiores aprofundamentos⁴⁰. O inovador PPDU de 2004 aborda de forma superficial a cultura como espaço de afirmação da cidadania e também de participação e interação dos múltiplos agentes sociais, possibilitando maior visibilidade às questões relacionadas às especificidades étnicas, sociais, de gênero.

Em 2016, é aprovado o novo PPDU para a cidade que, em seus objetivos, trata a valorização da cultura soteropolitana em toda a sua diversidade e complexidade, assegurando o intercâmbio entre as diferentes linguagens e manifestações, bem como a ampliação do acesso à produção e ao consumo cultural, compreendendo a cultura como importante dimensão da economia soteropolitana (LEI Nº 9.069 /2016)⁴¹.

A cultura pode ser refletida na arte arquitetônica, ser vista e sentida por todos, contribuindo para ao desenvolvimento da cidade, melhorando sua imagem perante o cenário mundial e resgatando o espírito de orgulho nos seus

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. A cidade do Rio de Janeiro foi palco para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92. Realizada em junho de 1992, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta.

As “Cidades” de Salvador. Disponível em <

http://www.academia.edu/899806/As_Cidades_de_Salvador>, acesso em 27/11/2017 40 Os urbanistas alemães privilegiam a história e a cultura, em que a formação da cidade e sua imagem são reflexos desses aspectos.

41 MUNICÍPIO DE SALVADOR- BA, Lei nº 9.069 /2016. Disponível em: <
<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>>, acesso em 27/11/2017.

habitantes. Esse é um dos objetivos do direito a cidade que garante que todos usufruam o bem estar proporcionado.

2 O SUJEITO URBANO E A ARTE

A arquitetura é a arte temporal de uma cidade e para que ela caia no gosto popular, é necessário que remeta a agradáveis recordações. Assim, a história e a cultura local devem ser traduzidas nos elementos arquitetônicos inseridos no contexto urbano para existir um reconhecimento do indivíduo no espaço urbano e facilitar a aceitação desses elementos pelos indivíduos.

O reconhecimento de uma cidade se dá pela legibilidade de seus bairros, marcos ou vias. Os marcos tornam a cidade menos monótona e repetitiva, gerando imagens ricas, que devem ser adaptáveis a mudanças e novos significados. É através dos seus marcos e monumentos que uma cidade é reconhecida, tornando-se única.

Qualquer cidade possui uma identidade própria e uma imagem no coletivo de seus habitantes. Em cidades antigas, não há como dissociar a história e a cultura da imagem da cidade. Seus marcos geralmente estão relacionados a um contexto histórico ou são monumentos de grande valor cultural.

A cidade antiga não é mais rica em simbologia do que a moderna, possuindo ambas seus símbolos, imagens e artes. O modernismo tornou a cidade mais rápida, pensando nos problemas sociais e usando a tecnologia nas construções, de forma a criar uma arte própria, simples e tecnológica, a *Pop Art*.

É preciso haver identidade nas cidades e ela se dá através de elementos próprios da sua cultura.

Cidades sem arte são conjuntos de blocos de concretos, que podem estar em qualquer lugar no mundo. Só existe arte se antes houver o artista. É através da visão do artista que a arte se manifesta. Portanto, para a cidade ser objeto da arte, é necessário que o arquiteto ou urbanista circule e pelas ruas. Baseado na observação, ele apura o olhar percebendo o entorno e, assim, assimila os hábitos, costumes e cultura locais. Com essa vivência, faz-se arte.

A arquitetura das cidades não deve ser caracterizada por um único movimento artístico ou representar somente um período da história. As cidades estão sempre se modificando e a arte precisa evoluir da mesma forma. O artista

arquiteto tem que trabalhar as mudanças, mas jamais abrir mão da legitimidade do espaço. O reconhecimento dos valores locais é a imagem que precisa estar inserida na paisagem urbana, sendo nela que os habitantes se identificam e se sentem inseridos no contexto citadino, com pertencimento há a afirmação do direito a cidade.

3 SOTEROPÓLIS ARTÍSTICA

Salvador surge com a mistura de vários povos: os índios, os africanos e os europeus. Já nasce globalizada e, com seu porto, alcança patamar de potência econômica.

Cada povo acrescentou à cidade características da sua cultura, tornando-a múltipla e única.

A sua arquitetura espelha essa diversidade.

A arte arquitetônica está presente desde a primeira fase do urbanismo, quando a cidade era sede administrativa da colônia.

O Palácio Rio Branco, antiga sede do governo, localizado na Praça Tomé de Sousa (centro histórico de Salvador, na cidade alta), é um desses monumentos onde a arquitetura e as artes se encontraram. Construído em taipa e reedificado em alvenaria de pedra e cal, foi bombardeado pelos holandeses e reconstruído por engenheiros franceses. Em 1890, com a República, no governo de Manuel Victorino, o Palácio foi demolido e reconstruído com fachada em estilo neoclássico e rica decoração interna. Em 1912, foi atingido por canhões numa disputa política, sendo reconstruído após a posse de J.J. Seabra, ganhando cúpula em concreto armado e elementos de uma arquitetura eclética, numa obra que durou quase oito anos. Atualmente é sede da Secretária de Cultura do Estado.

O Palácio Rio Branco possui uma arquitetura imponente, construída para ser sede de governo e que, por esse motivo, devia ser um marco para a cidade que estava nascendo, representando a imagem de Salvador para o exterior. Passou por inúmeras reformas, acompanhando a evolução da cidade em cada contexto histórico. Adaptou-se, transformando sua arquitetura de taipa para uma monumental edificação que incorpora vários estilos. Consiste em efetiva parte da história da cidade. E, apesar das tantas modificações na sua arquitetura,

feitas ao longo dos anos de acordo com as necessidades de cada época, não gerou desagrado ao olhar.

No pólo oposto esta o Palácio Tomé de Sousa, atual sede da prefeitura de Salvador, situado em frente ao Palácio Rio Branco. É a mais polêmica obra de um dos maiores arquitetos baiana do século XX, João Filgueiras Lima, o Lelé. De caráter provisório, ficou pronto em apenas 14 dias e foi inaugurado em 1986 numa estrutura de aço e vidro, destoando de todo o entorno edificado. A repulsa da cidade em relação à edificação pode ser explicada por dois ângulos, primeiro pela rapidez que surgiu, brotou do nada num sítio histórico em que a população acompanhou a evolução ao longo de séculos; segundo, pelos materiais construtivos, completamente em choque com os existentes no entorno de então, configurando-se como uma construção moderna sem os apreciados elementos decorativos existentes no palácio defronte. Não houve tempo para a identificação da cidade com o novo monumento erguido, tampouco o material usado foi reconhecido pelos habitantes como sendo algo legítimo daquele local. Assim, sem se relacionar com a história e a cultura locais, segue como a edificação preterida da arquitetura baiana.

Do outro lado da cidade, surge, ainda na década de 80, a Casa do Comércio. Também em aço e vidro, mas implantada, na época, em um sítio pouco habitado. A construção marcava uma Salvador que expandia seus limites, com a abertura da Avenida Paralela, após a consolidação de novas frentes de trabalho em Candeias e Camaçari e o novo centro urbano no Iguatemi. Diferentemente do Palácio Tomé de Sousa, que possuía as mesmas linhas, essa construção tornou-se símbolo de orgulho. À sua volta, outras edificações apareceram e a região passou a ser conhecida como o novo centro empresarial da cidade. A explicação sobre a repulsa de uma e adoração a outra está em que, na região da Casa do Comércio, não havia uma história préexistente. Ali, fazia-se a história com o novo, com o moderno e inovador.

Pode-se afirmar que, dentro da cidade de Salvador, existem outras cidades, que perpassam do histórico ao moderno, do caótico ao ordenado, do legal ao real. Não é a edificação isolada que agrada ou não, pois tudo depende do contexto em que inserida.

Olhar o passado não significa copiá-lo, pois, assim, não haveria propriamente uma evolução, mas, sim, é imperioso entendê-lo e respeitá-lo para criar o novo.

Um objeto se torna arte quando é reconhecido como algo admirável pela sua beleza. Feio e bonito são conceitos que dependem do olhar de quem vê. Mas belo é tudo aquilo que emociona, podendo ser através de recordações, sentimentos de orgulho ou de pertencimento. Dessa forma, a arquitetura pode ser caracterizada como objeto artístico. Quando existe o sentimento de reconhecimento, através das recordações históricas como no Palácio Rio Branco ou por um sentimento de orgulho perante o inovador, como na Casa do Comércio, pode-se considerar que existe arte.

4 O FUTURO DA EXPRESSÃO ARTÍSTICA NA CIDADE

O atual PPDU de Salvador foi aprovado em junho de 2016, trazendo algumas inovações, começando com a integração com o Plano 500, plano estratégico de desenvolvimento para Salvador, com horizonte até o ano de 2049.

Já nos primeiros capítulos, percebe-se uma mudança sobre o tratamento dado a cultura, atribuindo-a um acesso universal.

É evidente seu objetivo de consolidar Salvador como pólo de economia criativa e do turismo.

Sobre a cultura, trata no Capítulo I, art.10, §1º:

A função social da cidade no Município de Salvador corresponde ao direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento básico, à segurança, à infraestrutura, aos serviços públicos, à mobilidade urbana, ao acesso universal a espaços e equipamentos públicos e de uso público, à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer e à produção econômica.

No capítulo II, art. 11, a cultura está presente nos objetivos da Política Urbana do Município:

XII - consolidar Salvador como metrópole nacional, polo regional de negócios de vanguarda na pesquisa e experimentação técnicocultural e nas novas áreas da economia criativa, da tecnologia de informação e do turismo;

- resgatar e fortalecer o sentimento de pertencimento e as relações sociais e comunitárias;
- valorizar a cultura soteropolitana em toda a sua diversidade e complexidade, assegurando o intercâmbio entre as diferentes linguagens e manifestações, bem como a ampliação do acesso à produção e ao consumo cultural, compreendendo a cultura como importante dimensão da economia soteropolitana.

Para atingir tais objetivos, pode-se elaborar um plano de desenvolvimento estratégico, fundamentado em ações voltadas para a criação de serviços de

lazer e turismo. De acordo com o explicado anteriormente, se algo é rejeitado pela população, provavelmente não irá funcionar. Assegurar a valorização da cultura, entendendo e respeitando sua diversidade, praticando o intercâmbio entre suas diversas faces, pode contribuir no equilíbrio dentre as diferentes manifestações artísticas e culturais da cidade, sem privilégio de uma em detrimento de outra. A cultura pode diminuir as diferenças sociais e quando isso acontece o indivíduo que antes se sentia excluído, se sente respeitado. A cidade de Salvador é reconhecida por ser berço de diversas manifestações e grupos culturais bem organizados que fazem parte do capital imaterial da cidade e a valorização dessa cultura pode unificar a cidade.

Quando a cultura é tratada como direito de todos, valorizada e fortalecida, torna-se um produto de exportação, fortalecendo a imagem da cidade, e abrindo caminhos para investimentos que promovam o desenvolvimento econômico.

Nas diretrizes da Política Urbana do PDDU, capítulo III, a preservação da imagem da cidade é mencionada da seguinte forma:

XII - preservação da memória e da identidade local, por meio da manutenção das características simbólicas e materiais dos espaços, cenários e monumentos que definem a imagem de Salvador, com seus mirantes, corredores, largos e cones visuais, que privilegiam os elementos da paisagem natural e construída;

É prevista a proteção ao patrimônio histórico e cultural, a requalificação dos espaços degradados ou em processo de degradação e a modernização no uso dos espaços urbanos, públicos e privados, atraindo investimentos.

O Título V é o que trata da cultura. Tem como princípios compreender a cultura como elemento fundador da sociedade, essencial na confirmação das identidades e valores culturais, sendo um direito de todos e para todos, e considerando-a como parte integrante da economia, conforme item VIII, transcrito abaixo:

VIII – a consideração da cultura como parte integrante da economia de Salvador, que deverá ter na salvaguarda do patrimônio cultural e na economia criativa um vetor do seu desenvolvimento.

O capítulo objetiva consolidar Salvador como cidade criativa, inserida nos fluxos culturais e econômicos mundiais.

Em alguns itens das diretrizes do Título V aparece a valorização do patrimônio arquitetônico para que o fim seja alcançado e como a cultura pode ser uma estratégia de revitalização para áreas centrais e degradadas:

III - atração de investimentos nacionais e internacionais para instalação de equipamentos de impacto cultural e econômico; V - fortalecimento do patrimônio arqueológico como elemento de identificação cultural;

VI - implementação de ações de salvaguarda do patrimônio material, constituído por bens culturais imóveis, integrados e móveis, e do patrimônio imaterial, constituído pelos saberes, vivências, formas de expressão, manifestações e práticas culturais, de natureza intangível, e os instrumentos, objetos, artefatos e lugares associados às práticas culturais;

X - revitalização das áreas urbanas centrais e antigas áreas comerciais e industriais da cidade, mediante a implantação de centros de criação de produtos artísticos, audiovisuais e manufaturados.

O novo PDDU não só resguarda o patrimônio como planeja ações de investimentos para novos empreendimentos de valor cultural.

A cultura é pensada como fator importante para o desenvolvimento econômico, aliando valores culturais refletidos numa estratégia onde haja pertencimento através da preservação da memória e da identidade local.

A cidade como objeto arquitetônico de valor artístico é planejada para criar um novo pólo econômico e a imagem de cidade que é reconhecida pelos seus habitantes pode ser exportada para o mundo.

5 CONCLUSÃO

É possível reconhecer valores artísticos nos quatro cantos da cidade de Salvador. Cores, formas e sons variam na cidade tanto quanto a sua complexa diversidade cultural. Apesar da segregação sócio-espacial existente que se agrava a partir da década de 80, a cidade possui uma identidade possível de ser percebida por todos. Existe uma imagem de cidade múltipla, onde tudo se mistura, mas cada cultura é respeitada, assim como existe o reconhecimento do valor histórico, berço de cada tribo e raça que fundou a cidade.

Há uma repulsa aos monumentos fora do contexto, pois existe um reconhecimento de cada lugar, separados no mapa urbano por um traçado imaginário de linhas desenhadas pela história e pela diversidade da sua cultura. Não se trata de segregação espacial, é uma imagem criada e absorvida ao longo da história.

Como na música, a cidade tem estilos, ritmo, compasso e escalas, graves e agudos. É possível comparar a diversidade arquitetônica com a multiplicidade de sons que ecoam em cada canto da cidade.

Variados estilos estão presentes na cidade, do barroco do centro histórico ao contemporâneo da região do Iguatemi, formando uma unidade diversificada.

Ritmos diferentes para cada bairro, cada rua, cada espaço...

Compassos que determinam um espaço de tempo na música podem determinar um espaço físico com seus cheios e vazios, como a Avenida Sete de Setembro e a Praça da Piedade. As escalas maiores ou menores, alegres ou tristes, que podem ser representadas pelo estado de preservação das edificações e a ambiência gerada por ruínas abandonadas ou sítios preservados, como as ruas em tempos de festa no Pelourinho e a degradação das ruas da sua vizinhança. Os graves e agudos representados pela imponência das edificações, como as suas igrejas ou simplesmente pela delicadeza da forma dos casarios coloniais.

Enxergar a arte na cidade vai depender mais do espectador do que do objeto. É a relação do indivíduo com a cidade que direcionará o olhar. Tudo precisa funcionar como uma grande engrenagem, mas os elementos devem estar unidos de forma harmônica. Na cidade, harmonia é a arte, sem ela, a cidade se torna monótona e repetitiva. O maestro é o indivíduo que interage na sociedade, que rege definindo as formas.

Não é o arquiteto, nem as normas do PDDU que definem a imagem da cidade: é o cidadão comum que, por ela, caminha diariamente, observando sua expansão e suas diferenças. É esse indivíduo que reconhece a cidade e que pode expressar a sua imagem mais fiel.

O PPDU de 2016 direciona para que a arte (com a valorização da cultura, ações de salvaguarda de manifestações artísticas, preservação do patrimônio cultural material e imaterial e da imagem da cidade) seja reconhecida como fator de desenvolvimento. Novos empreendimentos devem acontecer para impulsionar a economia, na forma de símbolos arquitetônicos que, se seguirem as idéias do novo Plano, irão refletir arte na cidade como um direito de todos.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Jonildo. **Palácio Rio branco, Turismo em Salvador**. Disponível em: <<http://www.salvador-turismo.com/praca-thome-sousa/palacio-riobranco.htm>>, acesso em 27/11/2017

CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto. **As “Cidades” de Salvador**. Disponível em < http://www.academia.edu/899806/As_Cidades_de_Salvador>, acesso em 27/11/2017

CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto, orgs. **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2ª edição. Salvador: EDUFBA, 2008

FREITAG, Barbara. **Teorias da Cidade**. 5ª reimpressão. São Paulo: Ed. Papirus, 2016

HORSCHUTZ, Alessandra. **E se não tivéssemos o Palácio Thomé de Souza?** Salvador: 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.070/372>>, acesso em 27/11/2017

LYNCH, David. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006

PLANALTO FEDERAL, **Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>, acesso em 27/11/2017

SENADO FEDERAL, **Conferencia Rio 92 Sobre Meio Ambiente do Planeta: Desenvolvimento Sustentável dos Países**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dospaises.aspx>>, acesso em 27/11/2017

SERPA, Ângelo. **Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: o exemplo de Salvador.** Salvador: 2008. Disponível em: <<https://www.rebap.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3044>>, acesso em 27/11/2017



DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL: cidad(e)(ania) (im)possível

Laíze Lantyer Luz²¹

RESUMO

Este artigo trata do direito à cidade sustentável como forma de atingir a cidadania. A pesquisa possui uma perspectiva multidisciplinar, que envolve aspectos socioambientais pautados na alteridade, na antropologia, urbanismo e direitos humanos. O estudo tem por objetivo analisar a (im)possibilidade da (re)construção de uma nova cidade pautada no reconhecimento do bem comum ambiental e na dignidade da pessoa humana. Tem-se por finalidade também demonstrar a importância do sentimento de pertencimento, através de movimentos sociais na busca da implementação das políticas públicas. Visa também apontar a importância da responsabilidade recíproca do Estado, sociedade civil e indivíduos imersos na ilusão de uma sociedade do espetáculo fetichista, produto do sistema de reprodução social do capital, que a tudo transforma em mercadoria. A metodologia foi pautada na revisão de literatura nacional e estrangeira, e seus respectivos casos concretos sociais e históricos.

Palavras-chave: Direito à cidade. Sustentabilidade. Cidadania. Direitos humanos.

ABSTRACT

This article deals with the right to a sustainable city as a way to achieve citizenship. The research has a multidisciplinary perspective, which involves socio environmental aspects based on alterity, anthropology, urbanism and human rights. The study aims to analyze the (im)possibility of (re) construction of a new city based on the recognition of the common environmental good and the dignity of the human being. The purpose is also to demonstrate the importance of the sense of belonging, through social movements in the search of the implementation of public policies. It also points out the importance of responsibility of the State, civil society and individuals immersed in the illusion of society of the spectacle and its fetish, product of the social reproduction system of capital, which transforms everything into merchandise. The methodology was based on the review of national and foreign literature, and their respective concrete social and historical cases.

Keywords: Right to the city. Sustainability. Citizenship. Human rights.

1 INTRODUÇÃO

²¹ Mestranda em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSal e pós graduada em Direito Ambiental pela UFBA. E-mail: laize@live.ca.

No decorrer da história nos deparamos com lutas por direitos. Vivemos a Era dos Direitos proposta por Bobbio, mas não a efetividade deles. E os diversos movimentos sociais mundiais são responsáveis pela (re)construção de novas realidades. O Direito à cidade sustentável é um desses novos direitos. É base orientadora das relações éticas, em que o sujeito somente é reconhecido como cidadão se for partícipe e, por consequência, cúmplice do processo de produção do excedente capitalista.

Após a década de 90, com o desenvolvimento da visão neoliberal, houve um notório crescimento da degradação ambiental, das desigualdades sociais e econômicas. A partir de então, a sociedade civil passa a estar apoiada por um Estado cada vez mais reduzido. E com a impregnação do modelo capitalista excludente em todas as instituições, a cidadania se molda como direito autoconstruído nas periferias diante da ausência do Estado.

Mediante o intenso processo de acumulação do capital visando a produção de excedente através da urbanização desenfreada, problemas foram desenvolvidos que colocam em risco a alteridade e os direitos ambientais e fundamentais: questões de relações interpessoais, danos ambientais e coletivos, aumento da violência, automação, entre outros. E nesse caminho, o “outro” qualificado pelo heterogêneo e pelo plural, se perde cada vez mais na proliferação dos enclaves fortificados. E, com isso difunde uma filosofia individualista e nada pautada no bem comum, mas sim na propagação do bem de si e para si.

A partir dessa visão de sobrevivência individualista baseada no sistema capitalista de concorrência, a ética se mostra indispensável na efetivação dos direitos fundamentais. Esses direitos não podem ser vistos dissociados dos deveres de responsabilidade recíproca entre Estado, sociedade civil e cada indivíduo. Neste sentido, o lugar familiar, se constitui como primeiro contato de vivência da alteridade e, por isso, lugar de educação socioambiental sustentável permanente do Ser para o bem conviver com o outro que difere de si em pensamento e forma.

E no emaranhado dos bastidores dessa Sociedade do Espetáculo, inspirados por Lefebvre (2001, p. 106), diz-se que a cidade historicamente formada não

vive mais, mas existe tão somente para consumo cultural dos turistas. Nesses termos, levanta-se a hipótese da (im)possível reconstrução de uma cidade sustentável, pautada em uma cidadania autoconstruída, perante a formação de outros indivíduos, de uma outra sociedade.

2 DIREITO À CIDADE: DA ESCURIDÃO DA CRISE À LUZ DA INSURGÊNCIA

No decorrer do livro *Cidades Rebeldes*, David Harvey busca explorar o direito à cidade através das ideias de Henri Lefebvre e da efervescência de diversos movimentos sociais globais no decorrer do tempo. Para tanto, Harvey (2014, p. 27) inicia com breve introdução sobre os ideais dos direitos humanos e como há um desgaste de energia na sua promoção.

Na busca da definição do que seria o direito à cidade, Robert Park (1967, p.3) afirma que a cidade é:

a tentativa (...) de refazer o mundo em que se vive,...de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo

A partir da conceituação do que seria a cidade, Harvey em relação direta com a 7ª esfera da concepção mental do mundo proposta em sua obra *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*, sustenta que a cidade que almejamos não pode ser vista de forma dissociada do tipo de pessoas que queremos ser (HARVEY, 2011, p. 101). E esse processo envolve escolhas das relações humanas que buscamos, bem como das conexões com a natureza que não nos satisfazem mais, do estilo de vida que desejamos ter e quais os valores estéticos (HARVEY, 2014, p. 28). O direito à cidade é posto como muito mais do que o acesso que a cidade proporciona ao individual ou coletivo, mas sim a um direito de modificar e reinventar a cidade a partir do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014, p. 28).

Seria exercer a liberdade de uma metamorfose pessoal constante através do desenvolvimento sustentável e de uma expansão de consciência bem definida de nossa tarefa.

Na defesa da reivindicação do direito à cidade sustentável, no sentido de poder sobre os processos de urbanização e, portanto, sobre o modo como as cidades são projetadas, o autor resgata os fundamentos do capitalismo na eterna busca da mais-valia (lucro) trazido na concepção de Marx. A partir daí surge uma conexão direta entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização, uma vez que para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção que estimulam o consumo e prejudicam sobremaneira o meio ambiente.

Harvey traz exemplos de como a urbanização possui função ativa ao absorver as mercadorias excedentes. E para tanto, inicia desde a Comuna de Paris até a modernidade para refletir sobre como a vida nas cidades poderia ser socialmente mais justa e ecologicamente mais sustentável. Ele afirma que é nas cidades que testemunhamos acontecer os mais importantes movimentos de resistência e as rebeliões que clamam por mudanças na ordem política e social. Diversas cidades do mundo são analisadas pelo britânico a respeito da cidade, provocando reflexões contundentes, a respeito de quem controla o acesso aos recursos urbanos, por exemplo, ou de quem determina a organização (e a qualidade) da vida cotidiana.

Harvey rememora que a “Cidade Luz” da Paris turística que conhecemos hoje exigiu uma mudança no padrão de concepção mental do tipo de persona urbana parisiense. A partir de um novo estilo de vida urbana, com a criação de um novo padrão de consumo, a cidade medieval foi transformada em uma cidade moderna expulsando as minorias e realocando-os na periferia. Esse emaranhado de reconfiguração da infraestrutura urbana de Paris elaborada por Haussmann é mascarada pelo programa de investimentos infraestruturais, uma vez que seu real objetivo era solucionar o problema da absorção do capital excedente e desemprego por meio da urbanização (HARVEY, 2014 p. 34-35).

Seguindo o mesmo raciocínio da Paris de Luís Bonaparte, David Harvey traz o exemplo da depressão da década de 1930 nos Estados Unidos. Naquele

contexto histórico surgiu Robert Moses que, após a Segunda Guerra transformou Nova York da mesma forma que Haussmann em Paris. Harvey sustenta que, assim como a Haussmannização teve uma função importante para a Comuna de Paris, a vida nos subúrbios teve um papel essencial nos movimentos de 1968 nos Estados Unidos, quando começou a haver um crescimento dos movimentos anti norte-americanos, anti-imperialistas, com o objetivo de criar um outro tipo de mundo possível, pautada em outra experiência urbana (2014, p. 39). Harvey (2014, p. 46) sustenta ainda que “a qualidade de vida urbana se tornou mercadoria para os que têm dinheiro”, e que o desenvolvimento incoerente das áreas suburbanas encontrou seu antídoto no “novo urbanismo”, onde a ética neoliberal individualista, que deseja tudo para si, pode transformar-se em um modelo de socialização da personalidade humana (2014, p. 47).

O autor conclui que a urbanização desempenhou uma função essencial na absorção do capital excedente, mas ao preço de processos de destruição criativa que causam a desapropriação de grande contingente urbano e, por consequência, eliminam todo e qualquer possível direito à cidade (2014, p. 59). De tempo em tempo, esse ciclo termina com uma revolução, como em 1871, em Paris, quando os desapropriados se uniram para reivindicar o direito à cidade que nunca tiveram (2014, p. 60). Então, Harvey nos deixa a seguinte reflexão: e, se diante do provável, as dificuldades fiscais da conjuntura atual aumentarem e estiver chegando ao fim da até agora bem sucedida fase neoliberal, pós-modernista e consumista de absorção capitalista do excedente por meio da urbanização, e se uma crise de maior amplitude já aponta no horizonte(...), onde está nossa versão da Comuna?

Como na caverna de Platão, como afirma Leonard Cohen, essas fissuras que trazem inseguranças são “aquilo que deixa a luz entrar” (HARVEY, 2014, p. 60) e nos desperta o desejo de romper. E, nesse sentido, se esses diversos movimentos se unissem em torno de uma reivindicação, Harvey (2014, p. 61) afirma que a pauta seria simples: maior controle democrático sobre a produção e o uso do excedente. Mas, para tanto, afirma o autor, o aumento dessa parcela do excedente sob o controle do Estado só funcionará se o próprio Estado se reformular e se colocar sob o controle democrático do povo, uma vez que cada

vez mais o direito à cidade é entregue nas mãos dos interesses privados ou semi-privados, (2014, p. 62) o que termina por moldar a cidade conforme necessidades e desejos de uma pequena elite política e econômica (2014, p. 63), fugindo de uma perspectiva coletiva sustentável.

3 CIDA(DE)(DANIA) AUTOCONSTRUÍDA: ESTADO AUSENTE & CIDADÃO INVISÍVEL

Adriana Lima, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, analisa o processo de formação e construção do bairro de Saramandaia, em Salvador. A sua pesquisa demonstra que a construção do bairro deu início através de uma “ordem invertida” (LIMA, 2017, p.111), com uso de reciclagem arquitetural mediante a coleta da reutilização de materiais construtivos precários, tais como entulhos de obra, resto de demolição etc (LIMA, 2017). Com o tempo, foi identificada a possibilidade de permanência no local e ascensão econômica marcada pela alteração do ambiente através da ampliação da propriedade e do “levantar” de andares que termina por demonstrar uma ascensão de si mesmos. São características desse processo construtivo: temporalidade diferenciada (as construções não possuem previsão de término, pelo fato da população possuir baixa renda); inicialmente as construções são horizontais, e os lotes subdivididos; com o adensamento da área, as construções começam a ser verticalizadas, gerando “o direito de laje” (LIMA, 2017, p. 111).

Para efetivar esse “direito de laje”, as transformações propiciadas pelo processo de autoconstrução exigem acordos entre vizinhos, o que demonstra a formação de uma ordem jurídica que segue uma lógica diferente de produzir a cidade. Ou seja, nessa complexa teia de regulações, apelidada por Lefévre (2001, p. 120) de tecido urbano, embora não organizada de forma escrita, são exteriorizadas de forma tácita ou verbal. Desta forma, como diz a autora, eis que o Direito se autoconstrói, fazendo nascer o “Direito achado nos becos”, em relação analógica com o “Direito Achado na Rua” (LIMA, 2017). A cada beco, a cada viela ou fechamentos de ruas, surge das cinzas o produto dos acordos estabelecidos na comunidade. Como diz Lima (2017, p. 145), “o Direito Autoconstruído é relação baseada nas necessidades humanas”.

Nesse contexto de necessidade, a autora sinaliza também a omissão do Estado na condução do processo construtivo. Uma vez que a assessoria de arquitetos e engenheiros é inviável do ponto de vista econômico, caberia ao poder público exercer tal função (LIMA, 2017, p. 141). Diante da ausência técnica e fiscalizadora do poder público, outra realidade é quanto ao uso compartilhado de energia elétrica e do abastecimento de água, uma vez que o abastecimento de água inicialmente era realizado através de cisternas escavadas pelos próprios moradores. Essa omissão do Estado está relacionada ao que Kurz (1997, p. 91) chama de “falta de autonomia do Estado” numa percepção de mercado e Estado, economia e política no mesmo processo histórico.

No que concerne à documentação dos imóveis e seu processo de legalização, além dos contratos verbais “venda de boca” (LIMA, 2017, p. 151), a associação de moradores intermediou os contratos de compra e venda dos imóveis. A associação funcionou por bastante tempo como um “cartório de registro de imóveis” ou “tabelionato de notas” (2017, p. 156), registrando os contratos e até mesmo investigando se tal venda não prejudicava o direito sucessório (2017, p. 157) de uma das partes.

A autora aponta na sua investigação que nos anos 1990 as associações começam a perder força política e a função extrajudicial de mediação. A partir daí, as *lan houses* passam a fornecer modelos de contratos de compra e venda, sem que haja qualquer intermediação entre as partes (2017, p.169). Em contrapartida, Lima afirma que o Direito Autoconstruído ganha força nos processos de interação social, conduzindo os sujeitos coletivos a participarem da construção de um projeto de transformação social que reverbera no tempo e na (re)construção do espaço urbano.

James Holston (2013, p. 244) lembra que essa mesma autoconstrução segregou ricos e pobres, tal como um Buda afastado da realidade nua e crua do seu reino por altos muros. Afinal, o que não se vê não se sente. O autor sustenta que o centro predominantemente rico, provido de infraestrutura é construído de maneira legal, com mais acesso à educação, cultura, saúde, menos propício ao crime e se locomovem em automóveis. Em contrapartida, nas periferias, os serviços de infraestrutura não chegam, pois, a maioria da sua

expansão foi ilegal, há maior convivência com o crime, saúde e educação precária e pouco acesso à cultura, além de um péssimo sistema de transporte. O autor defende que as melhorias nos bairros periféricos são decorrentes das lutas dos próprios moradores que se tornaram legais e, com isso, ganharam status de cidadãos da cidade.

Nesse processo, o autor formula comparações entre a cidadania francesa e norte-americana, ambas experiências que teriam em comum a presença de um ideal de igualdade que identifica o indivíduo como membro pleno de um Estado-Nação. No entanto, no Brasil não se vislumbra esse tipo de cidadania. No Brasil, há uma cidadania diferenciada na qual a incorporação dos indivíduos ao Estado-Nação não significa igualdade entre os cidadãos. Na concepção brasileira, a cidadania é vista como atributo de uma categoria social específica, como medida para o reconhecimento amplo e efetivação de direitos e a observância de diferenças sociais das mais variadas, seja da ordem de gênero, raça, ocupação, propriedade, renda e educação. Assim, a cidadania Brasileira não equipara o cidadão, mas o diferencia e distancia do ser essencialmente humano.

Holston (2013, p. 260) também pontua contra as interpretações de que no Brasil as leis sejam inaplicáveis. Ao contrário disso, demonstra que, ao longo da história, a elite tem feito uso das leis para manutenção de uma estrutura social hierarquizada que perpetua no tempo privilégios em prejuízo das minorias invisíveis, que representa a grande parcela dos brasileiros. Segundo o autor o que se vê no Brasil é o "mau governo da lei", uma vez que esta foi instrumentalizada como um sistema burocrático e moroso usado pelo Estado e por indivíduos para camuflar problemas, calar opositores, assegurar a impunidade, tornar legítimo o ilegítimo e, principalmente, legalizar o moralmente ilegal.

E, por fim, Holston sustenta que a cidadania insurgente cria “projetos alternativos de cidadania” (2013, p.261), a partir do seu desenvolvimento do Estado e sua relação com o cidadão. Essa insurgência, dita pelo autor, rompe com um emaranhado de diferenciações que perduraram durante séculos no

Brasil e transformou os pobres moradores em novos cidadãos, bem como abre espaço para uma cidadania urbana que transformou o Brasil.

4 DOS MUROS DA CEGUEIRA ÀS PONTES DA NOVA CONSCIÊNCIA

Caldeira (2000, p.258-259) em seu livro *Cidade de Muros*, traz a figura das moradias como "enclaves fortificados", ambientes homogêneos, uma vez que aqueles que optam por morar nesses espaços pretendem viver entre pessoas seletas e afastadas da heterogeneidade (CALDEIRA, 2000, p. 259). Outra observação é que o novo formato de condomínio costuma ter áreas de uso coletivo muito extensas, enquanto os espaços comuns limitavam-se a garagens, áreas de circulação, playgrounds e salão de festas (p. 260). Esse processo de sedução de marketing imobiliário baseado no fetiche de um falso status e prestígio de ter tudo à disposição gerou um enclausuramento diante da falta de contato com a rua.

Caldeira fala do objetivo das campanhas imobiliárias no sentido de manutenção de um mundo da fantasia cujo castelo fortificado é tão frágil quanto uma sequência de cartas empilhadas em sequência que podem desmoronar a qualquer instante. Ou seja, em verdade, não passam de mera reprodução do fetiche do capital sinalizado por Marx e reproduzido por David Harvey na sua obra *O Enigma do Capital*, bem como eternizado por Guy Debord em sua análise da Sociedade do Espetáculo cujas imagens aparentemente reais não passam de sombras na caverna de Platão.

Nos dizeres da autora, a imagem que possui maior status e mais sedutora é a da residência: "enclausurada, fortificada e isolada". Nesse reino da fantasia existe um ambiente seguro no qual os súditos podem usar vários equipamentos e serviços e viver apenas com outros súditos iguais a eles. Os enclaves são, desta forma, o oposto às cidades, representadas como ambientes deteriorados e inóspitos, onde há confusão, barulho, poluição e o principal, heterogeneidade social (CALDEIRA, 2000, p. 265).

Teresa Caldeira reforça que a segurança e o controle são as condições para manter os outros separados por muros, para garantir não apenas a exclusão, mas também para vender a falsa ideia de "felicidade", "harmonia" e "liberdade".

Ou seja, os moradores devem ter à disposição quase tudo de que necessitam (ou que acreditam necessitar) para evitar a vida pública da cidade, o que desmancha por completo a perspectiva de uma nova cidade sustentável.

Françoise Choay sustenta que o fim da cidade seria o mesmo que o aniquilamento do sujeito, no sentido de não haver possibilidade do agir sobre a construção transformativa de uma cidade socioambiental, pois ao invés do coletivo parece apenas haver o indivíduo singular que passa indiferente a todos os que com ele se cruzam (AGIER, 2011, p.113). O que denota uma nítida clareza na diferença entre “a cidade que se vê ou se acredita ver – a dos outros e do desconhecido - e a cidade que efetivamente se vive (AGIER, 2011, p.115).

No capítulo O Direito à Cidade que dá nome ao livro, Henri Lefebvre sustenta que as necessidades sociais têm um fundamento antropológico. E pontua que é no caminho do novo humanismo em busca de novas práxis e de um novo indivíduo, que nascerá o novo agente da sociedade urbana. Nesse sentido, para que haja uma reconceituação emancipatória do humano, afirma Carlos da Silva (2015, p. 66), a globalização de uma nova perspectiva social deve ser tão transnacional como o próprio capital. E, com isso, nos cabe inicialmente o desfazimento de estratégias e de ideologias dominantes da sociedade atual (LEFEBVRE, 2001, p. 113) para então assumir a responsabilidade de dar à luz e ajudar no melhor parto possível, de uma nova cidade sustentável e, portanto, de uma nova vida ambientalmente correta na cidade.

CONCLUSÃO

No desfecho desta análise, nas palavras de David Harvey (2016, p. 270), “se a bela adormecida despertar a tempo, talvez possamos ter um final mais parecido com um conto de fadas”. Os movimentos sociais estão em andamento e a única esperança é que a humanidade desperte para o perigo antes que os danos socioambientais sejam irreversíveis. No entanto, vale lembrar que esses movimentos devem concentrar esforços no controle sobre os excedentes. De certa forma, o direito à cidade sustentável é o direito do ser humano de reinventar a vida.

E nesse emaranhado, a lógica prática e real das comunidades de baixa renda é diferente do direito positivado no código urbanístico. Seus habitantes criam entre si regras de conduta sem a interferência estatal, criando assim novos direitos achados nos becos e ruas. Esse processo se dá por tornar visível o humano que não se vê. Nesse contexto, os direitos humanos são violados pelos próprios homens em suas declarações solenes que permanecem quase sempre letra morta (BOBBIO, 2004, p. 96). O problema fundamental em relação ao direito à cidade sustentável como direito humano não é tanto do reconhecimento da sua importância, mas sim da sua efetivação.

O estudo trouxe como resultado analítico que para transformar uma cidade de concreto em uma cidade sustentável de pontes é necessário o desenvolvimento de uma visão de tolerância em uma sociedade diversa e plural. Restou demonstrado que a cidadania se molda como direito autoconstruído nas periferias diante da ausência do Estado. E em paralelo ao emaranhado labiríntico dessa trama, o fio condutor da esperança é o reconhecimento de que tudo não passa de um processo histórico, portanto mutável.

Por fim, muitas vezes é preciso morrer para nascer o novo. Esperase que a metamorfose seja para o despertar do estágio de cegueira em que muitos se encontram. Uma cidade cega é uma cidade violenta, não sustentável, socialmente desamparada e perdida no labirinto urbano de muros muito altos. Para enxergar a saída é necessário derrubar suas paredes uma a uma ou construir em cima de seus muros pontes emancipatórias que nos conduzam a uma outra cidade sustentável possível.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Lugares e fragmentos: a cidade em processo. In: **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011, pp. 101-140.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**; tradução Carlos Nelson Coutinho — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CALDEIRA, Teresa P.R. Enclaves fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada. In: **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000, pp. 257-300.

CAVALCANTI, Vanessa; SILVA, Antonio Carlos da. Diálogos abertos e Teoria Crítica: por uma “aventura emancipatória”. **Revista Dialética**, vol. 6, ano 5, junho de 2015, p. 66.

HARVEY, David. Capítulo 1 - O direito à cidade. In: **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 27-67.

_____. O Capital Evolui. In: **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 101-116.

HOLSTON, James. Capítulo 5 Segregando a cidade. In: **A Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**, Tradução de Claudio Carina; Revisão técnica de Luísa Valentini. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, pp.485, 2013, p. 197-261.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política. In: **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 91.

LEFEBVRE, Henri. Industrialização e urbanização, noções preliminares, p. 1135; O direito à cidade, p.105-119. In: **O direito à cidade**, Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, A. Do direito autoconstruído ao direito à cidade: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia, tese de doutorado, UFBA, 2017. Capítulo 3 O direito achado nos becos, p. 107-173. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7p-tTQ0soQUY1psVjJ1cljTEU/view>. Acesso em 12 de maio de 2018.

PARK, Robert. On Social Control and Collective Behavior, **Chicago University Press**, Chicago, 1967, p.3.



ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO: Loteamento, invasão ou bairro?

Tiago Silva Santos²²

Maria Helena O. Flexor²³

RESUMO

Apresenta-se o resultado de pesquisas de dados relativos ao surgimento do Engenho Velho da Federação, na cidade do Salvador/Bahia, identificando suas transformações socioespaciais em diferentes momentos. A implantação de terreiros de candomblé, na ocupação das matas locais, possibilitou uma dinâmica organizacional própria, que iniciou uma configuração, mudando, porém, sua ocupação para uma forma progressivamente desordenada. Nascido inicialmente de um loteamento, foi ocupado, por pessoas, com melhor poder aquisitivo, enquanto os mais desprovidos ocuparam as partes baixas e se instalaram nas encostas que formam a paisagem local. A forma irregular, como foi ocupado, desencadeou a construção de moradias em locais sem infraestrutura, mantendo a população em condições precárias de moradia. Ainda hoje são notórios os problemas estruturais no local, o que penaliza os seus habitantes. Mesmo assim, o sentimento de pertencimento, constatado em 2016, fez a população declarar-se moradora num bairro, o que de fato foi reconhecido pela Prefeitura.

Palavras-chave: Engenho Velho da Federação, Ocupação territorial. Bairro

ABSTRACT

We present the results of data researches related to the emergence of the *Engenho Velho da Federação*, in the Salvador city/Bahia, identifying its sociospatial transformations at different moments. The implementation of *Candomblé Terreiros*, in the occupation of the local forests, allowed its own organizational dynamics, which initiated a configuration, changing, however, its occupation to a progressively disordered form. Born initially from a settlement, it was occupied by people with better purchasing power, while the most deprived occupied the lower parts and settled on the slopes that make up the local landscape. The irregular shape, as it was occupied, triggered the construction of housing in places without infrastructure, keeping the population in precarious

²² Mestre. CEAS. E-mail: tiagosantoshair@gmail.com.

²³ Doutora. Universidade Católica do Salvador (UCSal). E-mail: maria.flexor@pro.ucsai.br.

housing conditions. Even today, structural problems in the area are notorious, which penalizes its inhabitants. Even so, the feeling of belonging, verified in 2016, made the population declare itself to be a resident in a neighborhood, which in fact was recognized by the City Hall.

Keywords: *Engenho Velho da Federação/BA*; Territorial occupation; Neighborhood:

Para identificar as características do território, se busca descrever, - na medida em que foram encontradas fontes, o processo histórico de ocupação do Engenho Velho da Federação -, quais os aspectos que prevalecem, ainda na atualidade. A abordagem tem como principal objetivo identificar a complexa dinâmica interna do bairro, resultante de sua ocupação progressiva, em princípio ordenada e, posteriormente, desordenada..

Na cidade de Salvador, os bairros retratam algumas particularidades históricas, que se deram durante o procedimento de expansão da cidade. Em função disso, se busca contextualizar o Engenho Velho da Federação, identificando e compreendendo como ocorreu a ocupação do espaço que é identificado, na atualidade, como um dos bairros da cidade.

Os primeiros registros, encontrados no início do século XIX, que davam notícias sobre esse território, informam que este era, então, denominado Bogum ou Alto do Bogum, por abrigar o Terreiro de Candomblé da mesma designação, composto por adeptos da nação Jeje (PARÉS, 2007), povo originário do Sudeste do Benin.

Ainda, nesse século, foram acrescentados outros terreiros de candomblé, entre os quais o mais conhecido é o da Casa Branca, que se instalou nas imediações do Terreiro da nação Jeje. Esse local já era denominado Engenho Velho de Baixo, que tinha pouca visibilidade e permitia que seus frequentadores se escondessem da perseguição policial, na época em que o Candomblé era visto como infração e seus praticantes vistos como feiticeiros. Isso foi constatado por Carneiro (1991), que confirmou o fato dos seus adeptos buscarem lugares no meio do mato, considerando, que seus cultos estavam intimamente ligados à natureza “Os candomblés situam-se, a bem dizer, no meio do mato, nos arrabaldes e subúrbios mais afastados da cidade. Em geral estão localizados em sítios de difícil acesso” [...] (CARNEIRO, 1991, p. 39)..

Considerado como feitiçaria, para os membros do Candomblé poderem realizar seus rituais, deviam pedir licença à Polícia, o que persistiu até os anos de 1940 aproximadamente, em especial licença da Secretaria de Jogos e Costumes, do Estado. Sem a licença, os Candomblés sofriam com a perseguição policial e os instalados no Engenho Velho da Federação mereceram críticas, mesmo por parte dos juízes de paz, de outros distritos.

Foi o caso de Antonio Gomes de Abreu Guimarães, juiz de paz da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, que comunicou a José Gordilho de Barbuda, o Visconde de Camamu, então Presidente da Província da Bahia, a realização de festejos com a colocação de enfeites no distrito do Engenho Velho, em 1829 (REIS, 1989, p. 33, 35), além das incursões da polícia ainda nessas primeiras décadas do século XIX, como destacou PARÉS

[...] em 1831 o mesmo Antônio Guimarães, com uma tropa de 30 soldados, sob o comando de um certo capitão Matos, invadiu, embora fora dos limites de sua freguesia, mais de 30 casas de africanos no distrito do Engenho Velho, onde se encontraram tambaques (sic), santos e instrumentos de seus diabólicos festejos [...] (PARÉS, 2007, p. 131).

Essas notícias podem ser complementadas com o testemunho das pesquisas de Reis (1989) que afirmou

[...] mas a blitz não terminou aí. Já no caminho de volta, uma denúncia levaria a tropa a um prêmio maior: 'Isaiu-nos um homem ao encontro e disse-nos que subíssemos aquele monte e no cimo dele acharíamos uma casa, que de contínuo existia nela pretos e pretas com danças, toques e venturas'. E assim era descoberto mais um ativo terreiro, onde as divindades africanas se incorporavam regularmente entre os vivos e onde se praticava adivinhação (REIS, 1989, p. 56-57).

Essas investidas policiais ocorreram, tanto no Terreiro da Casa Branca, quanto do Bogum, estruturas que ainda no presente mantêm-se no mesmo lugar da sua criação, embora seu entorno tenha sofrido acentuadas mudanças.

A presença de policiais no Engenho Velho mostra que os terreiros, além de estarem residindo nos respectivos locais, se encontravam com toda sua estrutura de rituais já estabelecida, fazendo-se conhecido aos frequentadores, negros e brancos dos batuques, daquela época. Esses eventos podiam ocorrer

por dias seguidos, fazendo-se necessária complexa organização na sua manifestação (REIS, 1989).

Em princípio, os membros e praticantes do Candomblé construíram as primeiras casas de taipa, próximas ou em torno dos citados terreiros, mantendo-se próximos à localidade, não só para manter a limpeza e segurança dos respectivos lugares ocupados, quanto devido à dificuldade de acesso, por falta de infraestrutura de locomoção. O terreiro da Casa Branca, segundo Carneiro (1991) foi o primeiro Terreiro a funcionar, regularmente, na Bahia

A data da sua fundação remonta, mais ou menos, a 1830, de acordo com cálculos feitos por mim, embora haja quem lhe dê até 200 anos de existência. Fundaram o atual Engenho Velho três negras da Costa, de quem se conhece apenas o nome africano - Adêta (talvez IyáDêtà), IyáKalá e IyáNassô (CARNEIRO, 1991, p. 56).

Nas proximidades dessa área encontravam-se outros terreiros de Candomblé, que contavam com construções modestas nas proximidades, entre eles destacavam-se o Candomblé do Acú, ambientado em Brotas, no local do Engenho Velho de Brotas, caminho do Rio Vermelho, entre outros (REIS, 1989). Para Ramos (2013), a estrutura do bairro principiou, pois, com esses moradores, pessoas negras, descendentes de africanos, com baixa renda.

Ramos (2013) estabeleceu a hipótese de

O processo de territorialização pelas populações negras, foi constituído na cidade de Salvador, desde o período escravista, gerando um 'fio invisível' marcado pelas territorialidades culturais afro-brasileiras, conformando identidades étnicas (RAMOS, 2013, p. 115).

A escolha da localidade para a instalação do terreiro deve ter ocorrido por se encontrar na proximidade dos elementos vitais para a execução dos ritos e iniciações, como a água, a terra e a vegetação. Por outro lado, desde a fundação da cidade do Salvador, os edifícios religiosos, mesmo os católicos foram sempre recomendados que se construísse fora dos muros da cidade. Salvador nasceu na atual praça Municipal, não passava da rua da Misericórdia e nem chegava à atual praça Castro Alves. A Sé e a igreja dos Jesuítas, a atual Catedral, São Bento, Igrejas de São Francisco e do Carmo foram construídas fora dos muros iniciais da cidade.

Por intermédio de entrevistas, feitas entre os membros do Terreiro do Bogum, muitos consideram a formação da localidade, no século XVIII, a partir do agrupamento de escravos, fugidos de várias propriedades. Por meio da análise de Rego, pode-se compreender o ocorrido

Em 1724, limítrofe com as terras do Convento de São Bento, no Rio Vermelho, e na fronteira com a atual Avenida Cardeal da Silva (antiga estrada da Federação), existia um engenho que, 'por se colocar divisória de granito, ficou, até hoje, na toponímia urbana, conhecido como Pedra da Marca (REGO, 1978 p. iv-18).

Existem informações dispersas sobre a ocupação do seu território. A falta de informações, - confiáveis e sequenciais -, dificultam a organização cronológica dos acontecimentos e da participação dos indivíduos, que fizeram parte da história do Engenho Velho da Federação. Em função disso, recorreu-se às entrevistas e à memória dos moradores para obter dados informações. Normalmente as informações são eivadas de fantasias e imaginário, permeando-as. Relativizando essas características, vez por outra, se utiliza informações repassadas pelos entrevistados que se dispuseram a narrar o que sabiam.

O Campo Santo e o bonde alargando os limites da cidade

No decorrer do século XIX, ocorreu o início de obras de abertura da rua ou Estrada de São Lázaro, próxima à antiga estrada do Rio Vermelho, localizada nos inícios da Rua Caetano Moura, embora seu projeto fosse cogitado, desde o início das obras no Campo Grande e arredores, a partir da abertura de vias de acesso para o Bom Gosto do Canela. “Do Bom Gosto, o Campo Grande fora unido ao cemitério do Campo Santo, desde 1812, pela estrada cuja obra foi principiada por ordem do Conde dos Arcos, mas só foi terminada em 1853” (FLEXOR, 2012, p. 61).

Com as obras de ligação da estrada até o Rio Vermelho, a área deixou de ser roça, para iniciar o adensamento de residências no território. As terras do alto da colina, estendendo-se para a atual avenida Garibaldi e para o Alto das

Pombas, pertencia à fazenda São Gonçalo, que foi adquirida, em 1835 pela empresa administradora do cemitério, a Matos e Cia, com a proposta de iniciar, imediatamente, as obras de construção, além de obras de infraestrutura adjacentes, por meio da construção e manutenção de estradas, que ligariam a parte central da cidade ao cemitério e seu entorno, como se vê na Foto 1 que pode ser vista abaixo..

Figura 1 - Início da atual Rua Caetano Moura, junto ao Campo Santo



Fonte: SANTOS, 2010. p. 31.

Assim, o principal acontecimento, que permitiu a abertura de acesso em direção ao atual bairro da Federação, vizinho do Engenho Velho, foi a construção do cemitério do Campo Santo, sendo o primeiro logradouro público com essa função da cidade. O cemitério foi construído depois da proibição do enterramento dos mortos no corpo das igrejas, devido à grande epidemia de *Cólera Morbus*, que alcançou Salvador nos meados do século XIX. A primeira construção foi administrada por empresa privada, que não agradou a população que, em consequência o destruiu, dando origem à chamada Cemiterada. A população, armada de machados, paus e pedaços de ferro, dirigiu-se então para o recém-construído cemitério, ao chegar à área iniciou-se a depredação.

No Campo Santo, o estrago foi quase completo, e os manifestantes não gastaram apenas uma hora, mas quase toda tarde. Uma avaliação dos danos feita posteriormente por uma equipe de pedreiros, carpinteiros, canteiros e ferreiros, enumerou: destruição do portão e colunas da entrada principal; dos pilares, grades, portão de ferro em frente à cavaliçã e cocheira [...] (REIS, 1991, p. 17).

A construção do cemitério, fora dos muros da cidade, colaborou para estender o povoamento para além do Campo Santo, visto que se fez indispensável aplicação de recursos do governo em abertura de estradas, como eram, então chamadas, a partir das obras de suporte de estrutura, como terraplanagem e o alinhamento do terreno, a partir do local onde se tinha iniciado o cemitério.

Os gastos com a estrada ligando o cemitério à cidade já aparecem no plano orçamentário de 1836 do governo provincial. Seriam designados onze contos e doze mil réis iniciais para essa obra, orçada em 21 contos e 864 mil réis. (REIS, 1991, p. 302).

Após esse episódio da Cemiterada, a população só aceitou o cemitério quando a Santa Casa de Misericórdia concordou em administrá-lo, considerando que essa entidade sempre fora encarregada do traslado dos corpos para o lugar da sepultura. Foram, sobretudo, os irmãos das instituições beneficentes, que tinham direito à sepultura no chão da nave, no adro ou no terreno da igreja de sua Irmandade, que promoveram a destruição do cemitério. Além do mais, em especial, no Cemitério de Quintas, construído por esse período, o terreno foi todo dividido entre as irmandades, cumprindo o acordo entre a população, Santa Casa e o governo.

Os primeiros defuntos a serem enterrados no cemitério, segundo Reis (1991), foram os indigentes e os escravos, depois vieram os doentes da Santa Casa, seguidos por alguns estrangeiros. O número de sepultamentos se ampliou, a partir de 1855, com a epidemia de *Cólera Morbus*, levando à morte considerável fração da população soteropolitana.

A Foto 1 é da primeira metade do século XX, mostra o local quando ainda estava próximo de pequenas roças, mas já tinha casas alinhadas, como se pode verificar no lado esquerdo da ilustração. Aponta-se informação diversa da citação abaixo, deslocando o início da Rua Caetano Moura, para o largo fronteiro do Cemitério.

[...] o bairro da Federação ainda era uma área de grandes fazendas e o fluxo de pessoas se estendia apenas ao Cemitério do Campo Santo, foi construída uma estrada partindo de onde hoje se localiza a Escola Politécnica da UFBA, até o viaduto da Federação (que corresponde à rua Caetano Moura). Como o caminho foi aberto em tempos de proclamação da República

Federativa do Brasil, a nova passagem, foi chamada de Estrada da Federação, dando origem assim, ao nome do bairro (SANTOS *et al.*, 2010, p. 60).

Após a construção do cemitério, foram realizadas, paulatinamente, obras de infraestrutura do local, destacando-se a construção e manutenções da Estrada do Rio Vermelho de Cima, depois Avenida Cardeal da Silva, e a Estrada do Rio Vermelho de Baixo, ou Avenida Vasco da Gama o que propiciou mais facilidade no acesso de moradores às áreas de habitação, que foram surgindo em Salvador.

Ainda, no começo do século XX, em 1906, a ligação do centro da cidade ao Rio Vermelho se dava pela estrada do Rio Vermelho de Cima, passando pelo Campo Santo, e pela atual Caetano Moura e Avenida Cardeal da Silva.

Nessa mesma época, a cidade de Salvador passou por uma sucessão de transformações socioespaciais de seu território. Com o intuito de compreender, como ocorreram essas mudanças, se utilizou a obra de Santos (2012), que analisou e descreveu, os melhoramentos na cidade, desde os primórdios do processo de crescimento e expansão territorial até o adensamento populacional das localidades afastadas do centro da cidade, fenômenos que colaboraram para a modificação do espaço habitado de Salvador.

Entre os principais motivadores do crescimento populacional da cidade do Salvador, após 1940 para Santos (2012) estava na absorção do excedente da mão-de-obra agrícola, - devido à estagnação de zonas produtoras de cacau no Sul e Extremo Sul baiano -, fazendo com que esses trabalhadores se direcionassem a capital na procura por trabalho e melhores condições de vida.

O crescimento populacional ocasionou a necessidade de abrigar a população, que não tinha condições de se manter nas proximidades dos postos de trabalho, - devido o alto custo de moradia -, passando o indivíduo a exercer um conjunto de funções, de natureza mais autônoma, como meio de prover seu sustento, destacando-se o comércio de utensílios, as lavadeiras de ganho, costureiras, carregadores, entre outros. Em consequência

Os despossuídos aproveitam os espaços vazios sem mesmo indagar quem é o proprietário e aí constroem verdadeiros *bidonvilles*, bairros inumanos onde vivem seja como for; esses bairros

são chamados invasões; o mais impressionante de todos é aquele construído sobre os manguezais aterrados com lixo, na península de Itapagipe (SANTOS, 2012, p. 53-54).

O Engenho Velho foi um dos locais que participou de todo esse contexto. Era formado pela terras de duas fazendas. O proprietário de uma das fazendas, a Engenho Velho, era Hermógenes Príncipe de Oliveira, que iniciou a venda de lotes, que passaram a integrar um novo núcleo habitado, guardando o nome original, Engenho Velho que, enquanto propriedade rural, se situava na Estrada da Federação ou do Rio Vermelho de Cima.

Na área, hoje ocupada pela Universidade Católica do Salvador, foi criado o Seminário da Arquidiocese, em parte da roça existente no local, marcando o limite oposto de acesso atual do Engenho Velho. Em comemoração ao recebimento do barrete cardinalício, em 1953, pelo Arcebispo Primaz, D. Augusto Álvaro da Silva, Cardeal da Silva, realizou-se a benção da primeira pedra do Seminário Central, na Federação. Essa construção se deu em consequência da campanha da Comissão Central e Comissão de Finanças Pró-Construção desse Seminário, no terreno oferecido por Almerinda Martins Catharino da Silva, numa área de 144.473m². A Igreja, dessa forma, também colaborou com os festejos do jubileu. A doação se deu em torno de 1948 ou 1949 e o Seminário foi inaugurado em 1954 (FLEXOR, 2012). Isso explica as origens da substituição do nome de Engenho Velho de cima pelo novo nome da avenida, Cardeal da Silva.

Retrocedendo, na linha da história, têm-se notícias de que já nas décadas entre 1930 e 1940, - em função da divisão entre os herdeiros -, iniciou-se a divisão das terras das fazendas existentes nessa região, que começaram a ser loteadas por várias pessoas, sob a forma de arrendamento, locação ou venda. Esse processo se intensificou com a transferência de moradia de pessoas de origens diversas. Os primeiros lotes foram arrendados pelo próprio proprietário do Engenho Velho, na expectativa da valorização dos terrenos ou como reserva para suprir passagens adversas economicamente.

A origem do bairro, portanto, ocorreu a partir da unificação dessa fazenda dos Catarino e a fazenda Madre de Deus, que teve início nas proximidades da atual Avenida Cardeal da Silva, uma porção dos vales e da baixada, - conhecida

como Baixa da Égua até o segundo largo do Madrugá -, que passou a compor o bairro. A fazenda Engenho Velho iniciava nesse largo, até os limites conhecidos do atual Engenho Velho de Brotas, segundo afirmou Santos (2011)

[...] a abrangência da fazenda da Roça do Engenho Velho abarcava também extensões de Brotas, formando o grande Engenho Velho. Devido ao processo de urbanização da cidade de Salvador, com os desmembramentos de terras, redefinições oficiais de subdistritos, e principalmente com a abertura da Av. Vasco da Gama, uma parte da fazenda se constituiu como Engenho Velho de Brotas e a outra parte em Engenho Velho da Federação (SANTOS, 2011, p. 122).

Fazia parte desse território, a fazenda Madre de Deus, que pertencia à massa falida da Kelsch e Cia., cujas terras foram compradas por Antônio Lopes Filgueira, em fevereiro de 1916, num total de 71 tarefas, fazendo limite, com a fazenda Engenho Velho, - objeto deste estudo -, que pertenceu, inicialmente, a Eduardo Martins Catharino e, após o seu falecimento, passou para sua filha, Maria Laura Catharino e seu esposo Hermógenes Príncipe de Oliveira, que passou administrá-la..

Após a separação do casal, em 1989, na partilha de bens, as terras, relativas ao território do Engenho Velho, da Federação, ficaram para Hermógenes Príncipe de Oliveira, conforme verificado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Capital. (1989).

As edificações e o “urbanismo”

O Engenho Velho da Federação é um local formado por terrenos extremamente acidentados, possuindo, em grande parte, vales, cumeadas, baixadas e encostas. Nessa realidade é que se iniciou o povoamento e a concentração populacional do bairro. Os moradores, com maior poder aquisitivo, adquiriram os lotes na parte mais alta e plana, que hoje é a Rua Apolinário Santana, a principal via de acesso, enquanto que os moradores menos abastados ocuparam as baixadas e encostas, construindo casas de padrão simples, que permanecem na atualidade.

O cenário precário, de acesso à Rua das Palmeiras, retratado na Foto 2, ligando o Engenho Velho da Federação à Avenida Vasco da Gama -, ilustra a

ausência total de saneamento básico. Os habitantes, desde longa data, ficavam expostos a ter que ultrapassar o riacho, passando por uma pinguela e conseguir ter acesso ao caminho de terra batida e, com uma escadaria precária, que serviam, inversamente, de ligação do bairro com a citada avenida, situada na parte mais baixa, da colina. Especialmente as mulheres, mães de família e lavadeiras, se locomoviam pelas ruas com latas d'água na cabeça, e deviam passar por esses transtornos.

Foto 2 - ESCADARIAS DA RUA DAS PALMEIRAS, 1968



FONTE: Fundação Gregório de Mattos, 1968.

Com a expansão populacional, algumas dessas fontes foram aterradas e, aquelas que se encontravam em terrenos de particulares, mas que ainda continuavam com a mesma serventia, foram utilizadas pelos moradores. Outra reivindicação antiga era a canalização de todos os riachos que apresentavam riscos, tanto para a saúde da população, ameaçada por um conjunto de doenças, quanto pelos riscos de acidentes a que os moradores estavam sujeitos.

A fotografia aérea, cedida pela CONDER (Foto 2), tirada em 1959, se comparada à fotografia, também aérea, da Foto 3, de 1976, é possível compreender as mudanças socioespaciais, que ocorreram na ocupação do solo do bairro. As áreas verdes, que existiam em todo o território abordado,

foram substituídas por construções de imóveis. O Engenho Velho da Federação se formou como resultado da prática comum, em Salvador, de invasões de espaços livres, mesmo que o bairro tenha se iniciado com uma organização em lotes, que sofreram o fenômeno narrado pela entrevistada, Ana Maria (2016), na citação acima.

Foto 3 - FOTOGRAFIA AÉREA – 1959



Fonte: Base Cartográfica SICAR/RMS, 1959.
RAMOS, 2013, p. 174.

A Foto 3 mostra o início de ocupação do território, com poucas habitações instaladas, na parte central e na região mais alta e plana, do Engenho Velho da Federação.

Foto 4 - FOTOGRAFIA AÉREA - 1976

Fonte: Base Cartográfica SICAR/RMS, 1976.
RAMOS, 2013, p.178.

Em 17 anos houve uma alteração muito grande no número de habitações, que passaram a ocupar as partes mais baixas e as encostas do bairro (Foto 4). Nenhuma das ruas era calçada, em 1976, continuando o mesmo barro, inclusive na rua principal, tanto quanto nas ladeiras, becos e vielas. Mesmo com a rápida ocupação desordenada do solo, a esse tempo, existiam ainda resquícios, de áreas verdes nas ruas e proximidade das casas. Essa imagem deixa se verificar a ocupação rápida e desordenada, ocorrida em quase duas décadas.

Alguns documentos, que diziam respeito ao loteamento de antiga Fazenda Engenho Velho, foram encontrados em poder da Associação de Moradores do Engenho Velho da Federação (AMEVF). Eles mostram o acordo fixado entre as partes e o proprietário, Hermógenes Príncipe, que era quem negociava, em definitivo, a venda dos lotes, tendo preferência os moradores mais antigos. Admitia, porém, vender, também, para novos moradores. Após longas reuniões, entre o proprietário e os interessados, foram fixados os valores do metro quadrado, baseados na localização do terreno, e tipologia do terreno.

Os contratos firmados, na compra e regularização dos lotes, podia ser parcelados em 10 ou, em casos excepcionais, em até 30 mensalidades, os valores variavam de R\$ 2,00 até R\$ 10,00 o metro quadrado, sendo a escritura

do terreno transferida ao comprador após a quitação de todas as parcelas do acordo.

O presente estudo colaborou para a compreensão do cenário, no qual foi crescendo o bairro do Engenho Velho da Federação, e do processo gradual e progressivo de sua organização e edificação. Com a expansão da cidade, passou a ser considerado área próxima do Centro Histórico de Salvador, assim como, do novo centro financeiro de Salvador, concentrado no bairro do Iguatemi.

É preciso ressaltar que o bairro, como outras partes da cidade, vive num momento de crescente violência, motivada, em especial, por disputas de facções, para controlar o tráfico de drogas do local e das redondezas. Essa situação vem provocando vazios, tanto nas residências, quanto no comércio. É o único território vazio e está na melhor área do Engenho Velho.

O bairro, - que originariamente, teve forte relação com as religiões, ditas de matriz africana, ou Candomblé -, recebeu o título de Quilombo urbano, como uma forma de reconhecimento da luta e “resistência” da população que nele habita, entretanto, mesmo tendo reconhecimento de quilombo urbano, o Engenho Velho continua com infraestrutura precária, moradores e visitantes se defrontam com as dificuldades para se deslocar, de um lado para outro, devido a topografia do bairro.

Durante o estudo se discutiu sobre a denominação do bairro. É um bairro da Federação ou um ente com características próprias. Apesar do autor habitar no bairro, lançou mão de questionários para avaliar o sentimento de pertencimento de seus moradores. Quase que unanimemente os depoentes se reconheceram como moradores de um bairro. Por pouco tempo se chamou o Engenho Velho de bairro, por causa de seus moradores. Pouco tempo após, a Prefeitura Municipal do Salvador, aprovou as divisões dos territórios dos bairros de Salvador, na Lei Municipal 9278/2017, que, passou, em definitivo, considerar o Engenho Velho da Federação um bairro.

REFERÊNCIAS

ANA MARIA, moradora mais antiga. **Entrevista** no Engenho Velho da Federação em 15 mar. 2016.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Capital. (1989)

FLEXOR, Maria Helena O. **O cavaleiro de branco**: José Silveira. Salvador, 2012. Texto feito para o IBIT, Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose (digit.).

_____. Salvador redesenhado pelo bonde. REUNIÃO BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 23, **Anais**. Curitiba: SBPC, 2003.

Salvador e os postais. Salvador, 1999. Texto feito para a Fundação Gregório de Mattos, digitado.

JESUS, Astrogildo Bonfim de. **Entrevista** realizada no Engenho Velho da Federação em 10 fev. 2016.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé**: história e ritual da nação jeje na Bahia. 2ed. Campinas/SPUNICAMP, 2007.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Bairros negros**: uma lacuna nos estudos urbanísticos, um estudo empírico-conceitual no bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). Salvador: 2013. 332fl. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA

REGO, Waldeloir. **Terras Beneditinas**: In A Grande Salvador. Posse e uso da terra. Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano, 1978.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. 2ªed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Ueliton Lemos dos. **Território, Identidade e desenvolvimento social**: a complexidade do Engenho Velho da Federação. 2011 124 fls. Salvador: Dissertação Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador. 2011.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549/1999). Ilhéus: EDITUS, 2002.

SANTOS, Tiago Silva dos. **Economia dos Setores Populares**: Engenho velho da Federação, Salvador-BA. 2017 168 fls. Salvador: Dissertação Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador. 2017.



O ESTATUTO DA CIDADE E A DISCUSSÃO DA GEOGRAFIA URBANA NOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

Joel Outtes²⁴

RESUMO

O trabalho discute como deve ser o ensino do Estatuto da Cidade, tema de Geografia urbana, nos cursos de Arquitetura e Urbanismo tomando como exemplo e ponto de partida a experiência didática do Prof. Joel Outtes no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde o assunto é tratado nas disciplinas de Práticas sociais na Arquitetura e no Urbanismo no segundo semestre do mesmo assim como na disciplina de Teorias sobre o espaço urbano (quinto semestre), ambas ministradas pelo referido professor em algumas turmas. Nestas disciplinas, sobretudo na de Práticas sociais na arquitetura e no urbanismo, o tema é tratado no contexto de uma disciplina introdutória sobre cidades onde o assunto é discutido tendo-se em vista a necessidade de uma verdadeira reforma urbana para as cidades Brasileiras.

Palavras-chave: Estatuto da cidade, ensino, educação, pedagogia, Geografia urbana.

ABSTRACT

The paper discusses how the teaching of the Urban Law (Estatuto da Cidade), a subject of urban geography, in the courses of architecture and planning, should be, departing from the experience of Prof. Joel Outtes at UFRGS, the Universidade Federal do Rio Grande do Sul, where the theme is approached in the disciplines of social practices in architecture and planning and in that of urban theory.

Keywords: Urban Law, teaching, education, pedagogy, urban geography.

INTRODUÇÃO

tema da reforma urbana vem sendo extensivamente tratado por diversos autores através de livros (SOUZA, 2003), artigos de jornais e revistas, teses, dissertações e trabalhos apresentados em eventos como o presente. No entanto, uma questão importante e fundamental como, de que forma, o assunto deve ser transmitido através do sistema educacional, cursos dos mais diversos formatos, e disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação, não vêm

²⁴ DPhil (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: Joel.outtes@ufrgs.br.

sendo devidamente discutido. Nós temos a grata satisfação de ter a oportunidade de ensinar este assunto a nível de graduação num curso de arquitetura e urbanismo numa universidade federal. O tema foi incluído por vontade nossa, posto que a ementa da disciplina não obriga o ensinamento do referido assunto na mesma. Diz a ementa: “Estudo das relações entre fenômenos sociais e configurações espaciais, enfocando o pensamento social clássico e contemporâneo em seus principais aspectos conceituais”. Tudo começou com nossa preocupação sobre como melhor traduzir tal ementa em conteúdo, posto que a criação dos conteúdos é tarefa dos professores ministrantes das disciplinas, o que faz com que, tal qual um juiz interpretando a lei, quando diferentes juízes interpretam de forma também diferente a mesma lei; o professor tem a oportunidade de utilizar sua criatividade na seleção dos conteúdos, o que é em grande medida um resultado de toda sua trajetória e formação profissionais. A discussão do tema se dá no contexto do ensino de Geografia urbana. O objetivo deste trabalho portanto é como introduzir o ensino da legislação conhecida como estatuto da cidade nos cursos de arquitetura e urbanismo através de um relato de uma experiência didática.

O ENSINO DE GEOGRAFIA URBANA

ensino de geografia urbana no curso de arquitetura e urbanismo da UFRGS se dá em certo sentido de forma indireta através das disciplinas de Práticas sociais na arquitetura e no urbanismo e na de Teorias sobre o espaço urbano. A primeira disciplina é ministrada no segundo semestre e a última no quinto semestre do referido curso. A disciplina de Práticas na verdade não é sobre práticas, tratando-se, na prática, de uma disciplina de introdução à cidade.

A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Em assim sendo, partimos para criar a nossa ementa a partir da escolha de bibliografia. Fizemos um levantamento bibliográfico bastante completo sobre que livros se prestariam a ser usados na disciplina, sobretudo tendo em mente a procura de algo que pudesse se tornar uma espécie de manual da disciplina, como fazem os Anglo-Saxões, especialmente os Norte-Americanos. Depois de termos pesquisado o manual de geografia urbana de Milton Santos (SANTOS, 1989), e um outro manual de geografia urbana escrito por um anglo-saxão

traduzido para o Português (CLARK, 1982), nos deparamos com o livro de Marcelo Lopes de Souza, professor do Departamento de Geografia da UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro: *ABC do Desenvolvimento urbano* (SOUZA, 2003). Tal livro apresenta várias vantagens. Primeiro ele é claro e conciso. Em apenas 143 (cento e quarenta e três) páginas o autor aborda todas as questões pertinentes sobre cidades e planejamento urbano no nível de aprofundamento permitido por um livro com aquela extensão. Segundo, o livro se destina a educar leigos sobre questões urbanas, incluindo gente que nunca teve experiência na área de planejamento urbano, sendo um de seus objetivos inclusive instruir líderes comunitários e possíveis membros de comissões de orçamentos participativos, a exemplo de futuros delegados.

Tendo este objetivo, o livro está direcionado para ajudar no processo de reforma urbana, através de seu conteúdo e da seqüência de seus capítulos, que começam com um capítulo conceitual sobre definições como cidade, aglomeração urbana, metrópole, megalópole, megacidades, conurbação, franja rural-urbana ou espaço peri-metropolitano, movimentos pendulares diários, cidades globais, (h)interlândia, economias de aglomeração e deseconomias de aglomeração, hierarquia urbana e cidade primaz.

Depois de um capítulo conceitual, um capítulo sobre evolução urbana, um capítulo sobre rede urbana ou sistema de cidades, um capítulo sobre a estrutura interna das cidades, um capítulo sobre problemas urbanos e conflitos sociais, e um capítulo sobre o que devemos entender por desenvolvimento urbano, há também um capítulo sobre as falsas explicações sobre os problemas urbanos e as falsas receitas para superá-los. Há ainda um capítulo sobre reforma urbana, conceito, protagonistas e história; um capítulo sobre os instrumentos da reforma urbana, um capítulo sobre os obstáculos e o alcance da reforma urbana, um capítulo sobre os “irmãos” e as “primas” da reforma urbana, o qual trata dos orçamentos participativos e das organizações da economia popular, e uma conclusão intitulada “Das tribos à globalização – a aventura humana e o papel das cidades”.

O ESTUDO DO ESTATUTO DA CIDADE

É o capítulo nove sobre instrumentos da reforma urbana que nos interessa mais de perto por tratar dos instrumentos da reforma urbana, todos eles parte do

Estatuto da Cidade. Neste capítulo são discutidos os conceitos de parcelamento e edificação compulsórios, IPTU- Imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo, desapropriação, contribuição de melhoria, outorga onerosa de construir ou solo criado, fundo de desenvolvimento urbano, zoneamento (de prioridades, de uso do solo, de densidades), usucapião, e é feita a defesa da cidade compacta.

parcelamento e edificação compulsórios ocorrem quando um proprietário tem um terreno vazio sem “desenvolvê-lo”, o que constitui especulação imobiliária. Nestes casos o governo, a prefeitura, intima tal proprietário a parcelá-lo, ou seja, dividi-lo em lotes, caso o terreno seja grande tipo uma gleba; ou edificá-lo, ou seja, construir ali uma edificação. Caso isso não ocorra parte-se para o IPTU- Imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo. O IPTU progressivo consiste em uma espécie de superoneração do imposto, o qual é aumentado progressivamente através do tempo. Se ainda assim o proprietário nada fizer com o terreno pode-se apelar para a desapropriação, ou seja, expropriar o imóvel com pagamento através de títulos da dívida pública resgatáveis em 10 (dez) anos. Há ainda a contribuição de melhoria, um imposto a ser cobrado por melhorias especiais introduzidas em certas áreas da cidade. Contudo, a implementação deste último instrumento da reforma urbana é discutível, na medida em que não se sabe ao certo que melhorias devem ser taxadas. Existe a preocupação em não se implantar tal instrumento para cobrar por melhoramentos básicos tais como água e esgoto além de outros investimentos meio que de primeira necessidade, como praças e parques, o que já é taxado através do IPTU. Outro instrumento de reforma urbana é a outorga onerosa de construir ou solo criado. Este instrumento permite a construção de andares ou áreas extras em lugares onde isto em princípio não poderia ocorrer. Tal mecanismo se dá através de pagamento em dinheiro à Prefeitura, o qual vai para um fundo de desenvolvimento urbano, ou através do que poderíamos chamar de compensações imobiliárias, tipo um empreendedor ao se beneficiar deste instrumento construir uma praça ou parque em áreas de baixa renda, locais que em geral carecem destes equipamentos.

Outro instrumento de reforma urbana são os fundos de desenvolvimento urbano que como o próprio nome diz são fundos onde se concentram recursos para serem investidos nas carências da cidade. Ele deve idealmente ser gerido

por um conselho com participação popular. Mais um instrumento de reforma urbana são os zoneamentos, ou seja, a divisão da cidade em zonas, cada zona com seus usos permitidos, proibidos e tolerados. As zonas possuem também seus índices urbanísticos próprios como taxas de ocupação, índices de utilização, gabaritos de altura e recuos frontais, laterais e de fundos. Existem pelo menos três tipos de zoneamento, os de prioridade (áreas de urbanização prioritárias, ex. favelas e áreas de proteção ambiental), de uso do solo (residencial, comercial, industrial, de lazer, etc.) e de densidades (áreas mais ou menos densas). Há ainda mais um instrumento da reforma urbana, o usucapião, o qual consiste na cessão da posse da terra de área de até 250 m² (metros quadrados) desde que ocupado por família ou indivíduo/s que não tenha/m outro imóvel e, desde que o imóvel a ser concedida a sessão, não seja reclamado por seu/s proprietário/s. O usucapião só pode ser concedido uma vez, evitando-se uma possível indústria do usucapião onde o ocupante apossa-se de um imóvel, vende-o e ocupa outro/s sucessivamente. O usucapião pode ser individual ou coletivo e no caso da propriedade ser pública trata-se de uma concessão de direito real de uso, ou seja, não há doação da propriedade mas apenas permissão de ocupação da mesma.

Souza faz ainda a defesa da cidade compacta com o máximo de diversidade de usos por bairros, desde que estes usos não sejam incompatíveis (como por exemplo indústrias poluentes em bairros residenciais...). (Souza, 2003: 129). Tal defesa deve-se entre outros fatores ao fato da cidade compacta ser poupadora de energia, ou seja, mais eficiente, se comparada com o sprawl, ou seja, a cidade espraiada. Nova York, por exemplo, sobretudo a ilha de Manhattan, é considerada a cidade mais sustentável dos Estados Unidos, pois é vertical, compacta, e toda a população satisfaz suas necessidades de bens e serviços há dez quadras de casa, no máximo, se deslocando em metrô e não possuindo veículos automotores individuais (automóveis/carros). O capítulo é concluído com a advertência de que são importantes também cadastros imobiliários e técnicos, plantas de valores e uma reforma administrativa para poder viabilizar uma reforma urbana.

CONCLUSÃO

assunto Estatuto das cidades é ministrado nas disciplinas de Teorias sobre o espaço urbano e Práticas sociais na arquitetura e no urbanismo (sobretudo nesta última) do curso de arquitetura e urbanismo da UFRGS através de metodologia própria, o que quer dizer que nós mesmo a desenvolvemos. A metodologia é composta por leituras, resenhas críticas das leituras entregues semanalmente, apresentação da leitura através de aula expositiva pelo professor e discussão da temática em sala de aula. Mais recentemente desenvolvemos também uma metodologia de pre-correção em sala de aula, onde os alunos sublinham ou circunscrevem suas resenhas quando acertam/abordam as ideias principais dos textos em questão (cotejadas pelas ideias principais presentes nos powerpoints utilizados nas nossas aulas expositivas), um deles o livro de Souza, e depois fazem a soma dos acertos resultando em nota provisória a ser checada por nós no fim do semestre.

Tal metodologia tem se revelado de grande sucesso na medida em que nos parece que os alunos lêem a literatura da disciplina, o que nos parece essencial em cadeiras teóricas: uma certa carga de leitura. cremos portanto que os estudantes estão aprendendo/absorvendo o conteúdo dos cursos e os objetivos das disciplinas, entre eles o ensino do Estatuto da cidade, estão sendo plenamente atingidos. A metodologia consiste portanto na leitura de textos com entrega quase semanal de resenhas (comentários críticos a partir de análise de conteúdo das narrativas), com consequente discussão dos conteúdos da leitura em sala de aula a partir de aula expositiva do professor. Com exceção da primeira resenha onde os alunos ainda não dominam a técnica de extrair e comentar as ideias principais dos textos, tirando nota baixa, os resultados do uso desta metodologia têm sido um sucesso, na medida em que os estudantes adquirem uma formação intelectual e aprendem a detectar o que realmente é mais significativo num texto, comentando-o de forma crítica. A bibliografia abaixo inclui textos utilizados nas duas disciplinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Christopher W. "Notes on the Synthesis of Form", In: **Theories and Manifestos of Contemporary Architecture**, Chichester: Academy, 1997a, p. 220-223.

ALEXANDER, Christopher W. "The Timeless Way of Building", In: **Theories and Manifestos of Contemporary Architecture**, Chichester: Academy, 1997b, p. 80-83.

ALEXANDER, Christopher W. "A City is Not a Tree", In: **Theories and Manifestos of Contemporary Architecture**, Chichester: Academy, 1997c, p. 30-32.

ALEXANDER, Christopher W. **A New Theory of Urban Design**, New York: Oxford University Press, 1987.

ALEXANDER, Christopher W. **El modo intemporal de construir**, Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

ALEXANDER, Christopher W. **Tres aspectos de matemática y diseño y la estructura del medio ambiente**, Barcelona: Tusquets, 1980.

ALEXANDER, Christopher W. **Urbanismo y participación: El caso de la Universidad de Oregon**, Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

ALEXANDER, Christopher W. **A Pattern Language: Towns, Buildings, Constructions**, New York: Oxford University Press, 1977.

ALEXANDER, Christopher W. **Ensayo sobre la síntesis de La forma**, Buenos Aires: Infinito, 1976, 4ª. ed.

ALEXANDER, Christopher W. **Notes on the Synthesis of Form**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1964.

ALONSON, José Antônio. "Gênese e evolução da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)", **Texto para discussão FEE**, 29, abril de 2008.

ANDERSON, Lorin W. **Classroom Assessment: Enhancing the Quality of Teacher Decision Making**, Mahwah, NJ & London, UK: Lawrence Erlbaum, 2003.

ANGELO, Thomas A.; CROSS, K. Patricia. **Classroom Assessment Techniques: A Handbook for College Teachers**, San Francisco: JosseyBass/Wiley, 1993, 11th Ed.

BENKO, Georges. "Mundialização da economia, metropolização do mundo", **Revista do Departamento de Geografia da USP**, n. 15, p. 45-54, 2002.

BERRY, Brian J. L. **Long-Wave Rhythms in Economic Development and Political Behavior**, Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1991.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1983.

BREITBACH, Áurea C. M. "Mudanças tecnológicas e efeitos territoriais: A região de Caxias do Sul como objeto de estudo", **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, 1997.

BREITBACH, Áurea C. M. "Sobre o desenvolvimento da região de Caxias do Sul", **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. especial, p. 421-442, 2002.

BONDUKI, Nabil. **Da reforma à sustentabilidade urbana: Por um novo modelo de desenvolvimento para São Paulo**, 2011a, disponível em <http://www.nabil.org.br/wp-content/uploads/2012/09/uma-agenda->

desustentabilidade-para-S%C3%A3o-Paulo-no-seculo-XXI-Artigo-NabilBonduki.pdf acesso em 05/08/2016.

BONDUKI, Nabil. “O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido”, **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 25, no. 71, p. 2336, 2011b.

CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARRION, Otília Beatriz Kroeff. “Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua Região Metropolitana”, **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 225-250, 1989.

CARRION, Otília Beatriz Kroeff; SCUSSEL, Maria Conceição Barietta. “Condições de moradia na Região Metropolitana de Porto Alegre”, **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 263-280, 2000.

CASTELLO, Iára Regina. **Bairros, loteamentos e condomínios: Elementos para o projeto de novos territórios habitacionais**, Porto Alegre: Editora da UFRGS.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1982.

COPSTEIN, Gisela. “Porto Alegre em busca de um modelo de estrutura urbana”, **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 7, 1979, p. 3-9.

COPSTEIN, Gisela. “O centro de comércio e serviços de Porto Alegre”, **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 10-11, p. 33-52, 1983.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**, São Paulo: Pini, 1990.

DELLE DONNE, Marcella. **Teorias sobre a cidade**, São Paulo: Martins Fontes, 1979.

DINIZ, Clélio Campolina. “Impactos territoriais da reestruturação produtiva”, In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade**, Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 21-58.

FEDOZZI, Luciano. “Esfera pública e cidadania: A experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre”, **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 236-271, 1998.

FERNANDÉZ, Victor Ramiro. “Ideas y políticas del desarrollo regional bajo variedades de capitalismo: Contribuciones desde la periferia”, **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 57-99, jan-jun. 2011.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 3ª. ed, 1982.

FINK, L. Dee. **Creating Significant Learning Experiences: An Integrated Approach to Designing College Courses**, San Francisco: Jossey-Bass/Wiley, 2003 (The Jossey-Bass Higher and Adult Education Series).

FIRKOWISKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. “Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil”, **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, 2005, p. 67-78.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**, São Paulo: Annablume-Edifurb, 2001, 2ª ed.

GOTTMANN, Jean. **Megalopolis Revisited: 25 Years Later**, College Park, MD: The University of Maryland Institute for Urban Studies, 1987.

GÜELL, José Miguel Fernandez. **Planificación estratégica de ciudades**, Barcelona: Gustavo Gilli, 1997.

GUNN, Philip, CORREIA, Telma de Barros. "A industrialização Brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais", **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 7, n. 1, p. 17-52, maio 2005.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**, São Paulo: Perspectiva, 2011, 2ª. ed., ed. original inglesa 1988.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**, São Paulo: Loyola, 1992, ed. original inglesa 1989.

HALL, Peter. **Cities in Civilization: Culture, Innovation and Urban Order**, London: Phoenix, 1999.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

KLINK, Jeroen. "Reestruturação, competição e neolocalismo: Um olhar crítico sobre a produção do espaço na grande Curitiba". **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 119, p. 17-40, jul-dez. 2010.

LAGO, Luciana Corrêa do. "O que há de novo na clássica núcleo-periferia: A metrópole do Rio de Janeiro", In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade**, Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 207-228.

LE MOS, Amália Inés Geraiges de. "A metropolização nos países do terceiro mundo", **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, n. 13, p. 7-36, 1999.

LENCIONI, Sandra. "Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: A região da metrópole desconcentrada", **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 54-61, 1994.

LENCIONI, Sandra. "As metamorfoses de São Paulo". **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 120, p. 133-148, jan-jun. 2011.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**, Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. "O pós-fordismo e seu espaço", **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 8, n. 25, p. 45-57, 1988.

MACEDO, Joseli. "A (in)sustentabilidade do desenvolvimento urbano nos Estados Unidos: O que as Cidades Brasileiras podem aprender com as Americanas". **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 277-296, jan-jun. 2011.

MACIEL, Angela Becker. **Introdução ao ensino do projeto arquitetônico: Paradigma e reducionismos**, Porto Alegre: Tese de Doutorado, PROPARUFRGS, 2009.

MAMMARELLA, Rosetta. "Evolução e perfil populacional da população residente nos aglomerados subnormais, na Região Metropolitana de Porto

Alegre – 1991-00”, **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 153-172, dez. 2006.

MAMMARELLA, Rosetta. “Economia e transformações no espaço metropolitano: Transformações recentes de Porto Alegre”, In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade**, Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 151-175.

MARICATO, Hermínia. “Metróple de São Paulo, entre o arcaico e a pósmodernidade”, In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Metrópole e globalização: Conhecendo a Cidade de São Paulo**, São Paulo: CEDESP, 1999, p. 140-150.

MCKEACHIE, Wilbert J. **McKeachie’s Teaching Tips: Strategies, Research, and Theory for College and University Teachers**, Boston & New York: Houghton & Mufflyn, 2002, 11th ed.

MEYER, Regina Maria Prósperi; BIDERMAN, Ciro, GROSTEIN, Marta Dora. **São Paulo metrópole**, São Paulo: EDUSP, 2004.

MOURA, Rosa; BRANCO, Maria Luisa Gomes Castello; FIRKOWISKI, Olga Lúcia C. de Freitas. “Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos”. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, out-dez. 2005.

OJIMA, Ricardo. “Fronteiras metropolitanas: Um olhar a partir dos movimentos pendulares”. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 121, p. 115-132, jul-dez. 2011.

PACIONE, Michael. **Urban Geography: A Global Perspective**, London & New York: Routledge, 2001.

PEET, Richard. **Modern Geographical Thought**, Oxford: Blackwell, 1998.

REGIONAL PLAN ASSOCIATION OF NY – NJ- CT. **Northeast Megaregion 2050: A Common Future**, November 2050, disponível em http://www.rpa.org/pdf/Northeast_Report_sm.pdf Acessado em 05/10/2016.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz.. “Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro”, In: **O futuro das cidades**, Rio de Janeiro: FASE, 2000, p. 63-98.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade**, Rio de Janeiro: Revan, 2000.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SILVA, Érica Tavares da; RODRIGUES, Juciano Martins. “Metrópoles Brasileiras: Diversificação, concentração e dispersão”, **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 177-207, jan-jun. 2011.

ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI Jr., Heitor. “Reestruturação urbana da metrópole Paulistana: A Zona Leste como território de rupturas e permanências”, **Cadernos Metrôpoles**, no. 6, p. 55-83, 2º semestre de 2001.

SALÍNGAROS, Nikos A; COWARD, Andrew L.; WEST, Bruce J; BILSEN, Arthur van. **Principles of Urban Structure**, Amsterdam: Techne, 2005.

SALÍNGAROS, Nikos A; MEHAFFY, Michael. **A Theory of Architecture**, Solingen: Umbau-Verlag, 2008.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**, São Paulo: Projeto, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**, São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**, São Paulo: Hucitec, 1989, 2ª. ed.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. "Pós-fordismo no Brasil", **Revista de Economia Política**, v. 14. n. 3, p. 107-120, jul-set. 1994.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, ed. Original americana 1989.

SOLEM, Michael; FOOTE, Keneth; MONK, Janice (Eds.). **Aspiring Academics: A Resource Book for Graduate Students and Early Career Faculty**, Upper Saddle River, NJ: Pearson-Prentice Hall & Association of American Geographers, 2009.

SOLEM, Michael; FOOTE, Keneth (Eds.). **Teaching College Geography: A Practical Guide for Graduate Students and Early Career Faculty**, Upper Saddle River, NJ: Pearson-Prentice Hall & Association of American Geographers, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles Brasileiras**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 2ª. ed., 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 2ª. ed., 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TASCHNER, Suzana Pasternak; BÓGUS, Lucia M. M. "A cidade dos anéis: São Paulo", In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade**, Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 247-284.

THÉRY, Hervé; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. "Disparidades e dinâmicas territoriais no Brasil", **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, v. especial 30 anos, p. 68-91, 2012.

TRANCIK, Roger. **Finding Lost Space: Theories of Urban Design**, New York: Vnr, 1986.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. "Desigualdades sociais e espaciais no Brasil", **Espaço & Debates**, São Paulo, vol. 10. n. 31, p. 82-93



HABITAÇÃO PLANEJADA NO SUBÚRBIO DE SALVADOR: reconstruindo a trajetória da URBIS

Cassio de Jesus Viana²⁵

Juliana Pereira Petronilio dos Santos²⁶

Plínio Martins Falcão²⁷

RESUMO

A Habitação e Urbanização da Bahia S.A. (URBIS) foi uma das primeiras empresas a construir conjuntos habitacionais na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia. Logo, remontar a trajetória dessa empresa é de suma importância para explicar a produção do espaço urbano nessa região, no que tange a construção de habitação planejada de cunho social. Assim, o presente estudo tem como objetivo identificar onde estão localizados estes empreendimentos, apontar suas principais características e analisar como se desenvolveu a implantação desses na região do Subúrbio. Por fim, ficou concluído que a atividade da URBIS não foi desenvolvida na mesma intensidade que em outras regiões da cidade de Salvador, porém contribuiu para modificar a forma como vinha sendo realizada a produção de moradias no Subúrbio Ferroviário.

Palavras-chave: Subúrbio Ferroviário de Salvador; conjuntos habitacionais; URBIS.

ABSTRACT

The URBIS (Urbanização e Habitação da Bahia S.A.) was one of the first companies to build housing complexes in the Suburb Railway of Salvador, in the state of Bahia. Soon, reassemble the trajectory of this company is importance to explain the production of urban space in this area, both in terms of the housing construction planned social. Thus, the present study aims to identify where they are located, these ventures, pointing out their main features and to analyze how developed the deployment of these in the area of the Suburb. Finally, it was concluded that the activity of the URBIS was not developed at the same intensity as in other areas of the city of Salvador, however, has contributed to the change in the shape as it was being carried out the production of housing in the Suburb Railway.

Keywords: Suburb Railway of the Salvador; housing complexes; URBIS

²⁵ Discente da Lic. em Geografia, Bolsista de Iniciação Científica (FAPESB). IFBA (campus Salvador). E-mail: cassioviana1992@gmail.com.

²⁶ Discente da Lic. em Geografia, Bolsista de Iniciação Tecnológica (CNPq). IFBA (campus Salvador). E-mail: juliana2pere@gmail.com.

²⁷ Doutor em Geografia Física (USP), Docente do Departamento de Geografia (IFBA), Líder do grupo de pesquisa Terra&Mar (IFBA/CNPq). IFBA (campus Salvador). E-mail: plinio@ifba.edu.br.

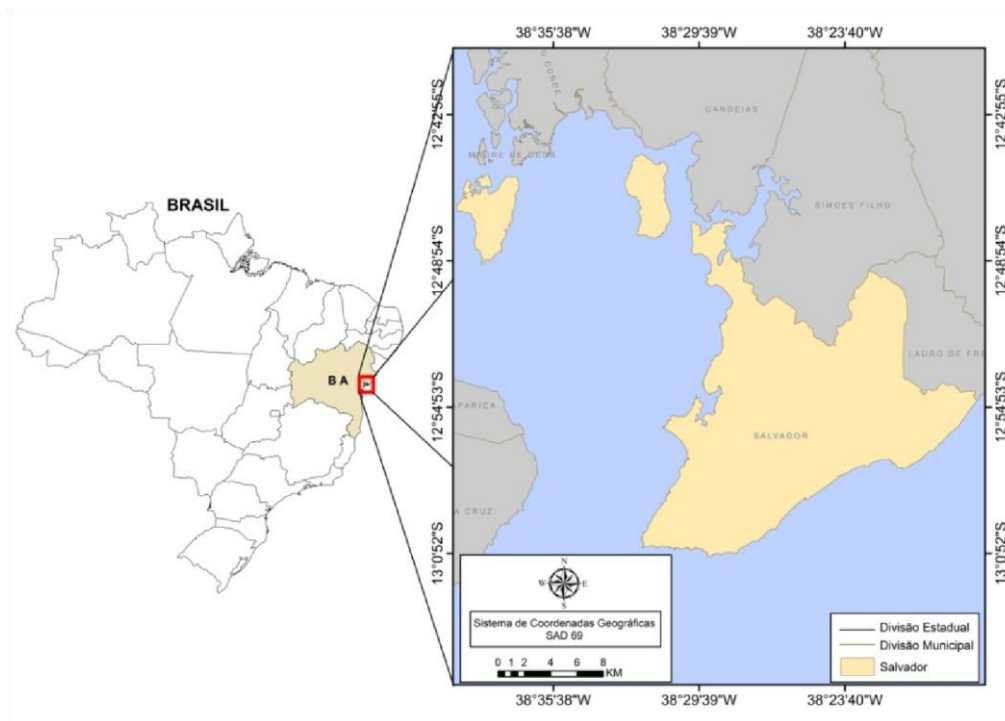
INTRODUÇÃO

Após o fracasso do primeiro órgão criado pelo governo brasileiro em âmbito federal com atribuição exclusiva de solucionar o problema do déficit habitacional, a Fundação da Casa Popular (Decreto Lei n. 9.218 de 1/5/46), que atuou de 1946 até os anos 60 (GORDILHO-SOUZA, 2001), o estado brasileiro continua a visualizar o crescimento da falta de moradia e das favelas nos grandes centros urbanos do país. Logo, é nesse contexto que, em 1964, segundo Brito (2005), é criado o BNH (Banco Nacional da Habitação), o qual utilizaria os recursos do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) para financiar a construção de moradias, especialmente para as classes de menor renda da sociedade.

O BNH é responsável por inaugurar uma nova fase na habitação planejada do Brasil. No estado da Bahia o desenvolvimento dessa política habitacional, de acordo com Mendonça (1989), fica sobre o encargo de dois agentes intermediadores desse banco: Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), encarregado pela construção de habitações para famílias com rendimentos de 5 a 12 salários mínimos; Habitação e Urbanização da Bahia S.A. (URBIS), que atuava na faixa de 3 a 5 salários mínimos.

Direcionada ao mercado de habitação popular, a URBIS, criada em março de 1964 (MENDONÇA, 1989), contribuiu significativamente com a criação de grandes conjuntos habitacionais em cidades do estado da Bahia; em Salvador (figura 1), capital do estado, sua produção habitacional propiciou a expansão deste município em direção a localidades consideradas na década de 1960 como “vetores de expansão”.

Figura 1 – Localização de Salvador, Bahia



Fonte: Elaboração própria

Dentre estes vetores de expansão da cidade, estava incluso o Subúrbio Ferroviário de Salvador (BRITO, 2005), região já ocupada neste período por vilas operárias, ocupações coletivas e loteamentos formais e informais. Entretanto, isso não impediu que a companhia atuasse promovendo empreendimentos habitacionais planejados nessa localidade. Assim, o presente estudo tem como objetivo remontar a produção de conjuntos habitacionais da URBIS nessa região, indicando a localização destes empreendimentos e como se desenvolveu essa implantação.

Duas questões justificaram a realização desta pesquisa: a primeira é decorrente da URBIS ter sido uma das primeiras empresas a implantar conjuntos habitacionais no Subúrbio; a segunda é a oportunidade de contribuir para os estudos da urbanização da região fornecendo a localização destes empreendimentos, pois atualmente os conjuntos encontram-se situados em meio às moradias informais, o que dificulta a identificação de seus limites pelos pesquisadores e habitantes.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo foram definidas três etapas, as quais foram seguidas de forma cronológica: (a) Pesquisa bibliográfica; (b) Regionalização e Construção da planilha com informações dos conjuntos habitacionais; (c) Obtenção das fotografias aéreas, fotointerpretação, georreferenciamento, trabalhos de campo e produção de mapas

(a) Pesquisa bibliográfica

O trabalho bibliográfico mostrou-se de extrema importância para o desenvolvimento deste estudo no que tange à fundamentação teóricometodológica. Dentre os assuntos pesquisados, destacamos aqui os mais relevantes, os quais foram buscados em literatura especializada, como livros, artigos científicos disponíveis em periódicos e em anais de congressos: expansão habitacional no Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia; a atuação da URBIS na cidade de Salvador e; assuntos pertinentes a produção do espaço urbano.

(b) Regionalização e Construção da planilha com informações dos conjuntos habitacionais

A delimitação da área de estudo foi realizada através da regionalização elaborada por Santos et al. (2010) em parceria com a CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia), para o Subúrbio Ferroviário de Salvador (INFORMS-CONDER, 2016). Feito isso, foi construída uma planilha no *software Microsoft Excel 2012*® com os tópicos: nome do conjunto; início e entrega da obra; área total (m²); número de unidades; endereço; tipologia das habitações (casa, edifício, sobrado). O preenchimento se deu com base em visitas à URBIS.

(c) Obtenção das fotografias aéreas, fotointerpretação, georreferenciamento, trabalhos de campo e produção de mapas

A delimitação da área ocupada por cada conjunto foi realizada através da análise de fotografias aéreas verticais disponíveis na plataforma virtual Geopolis Visualizador da CONDER. Cabe dizer que as delimitações foram efetuadas baseando-se nas observações das plantas de cadastramento dos conjuntos disponíveis na URBIS e sem o auxílio de estereoscopia. Devido a

isso, as áreas ocupadas pelos empreendimentos podem ser maiores ou menores que as apresentadas neste estudo. Entretanto, salientamos que em nenhum conjunto essa margem excedeu 250 m² para mais ou para menos.

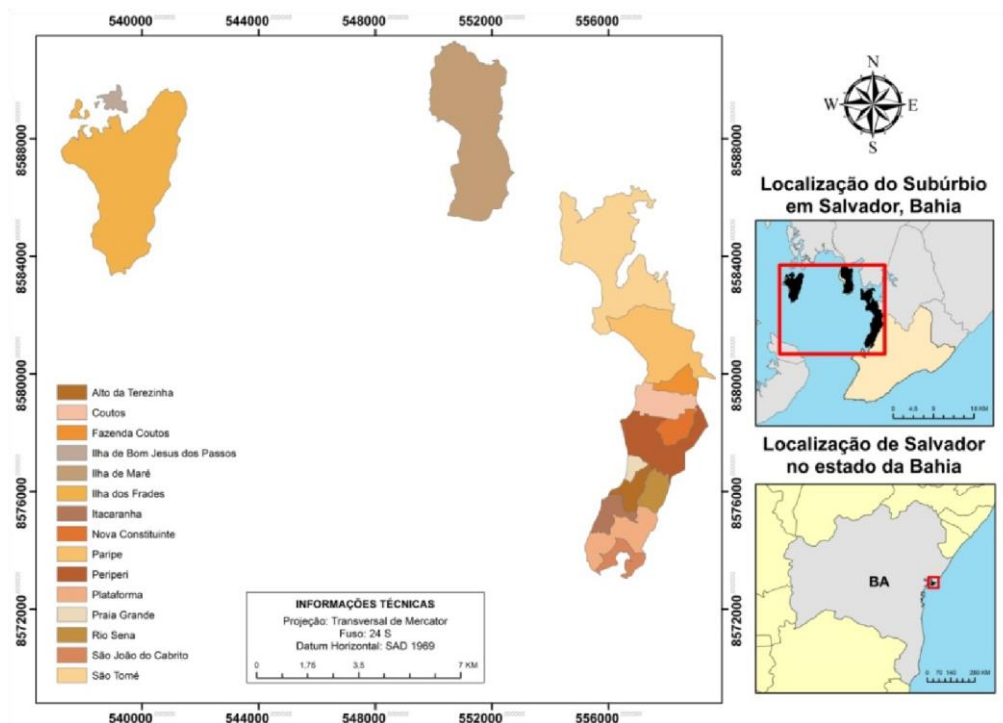
Finalizada a delimitação da área ocupada pelos conjuntos, as imagens aéreas foram georreferenciadas no *software* de SIG (Sistema de Informações Geográficas) *ArcGIS* 10.2.2, através da técnica de pontos de controle a partir de imagens de satélite disponíveis no *software* *Google Earth*.

Por fim, empreendeu-se aos trabalhos de campo e produção de mapas temáticos. Os trabalhos de campo foram empregados com dois objetivos: verificar problemas com a delimitação da área do conjunto e observar as modificações realizadas pelos moradores nas residências. Em relação aos mapas temáticos, esses foram produzidos no *software* de SIG *ArcGIS* 10.2.2.

ÁREA DE ESTUDO

A região do Subúrbio Ferroviário ou Subúrbio/Ilhas (figura 2) é compreendida pela presença de quinze bairros: São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Alto da Terezinha, Itacaranha, Plataforma, Rio Sena, São João do Cabrito; e pelas ilhas de Maré, dos Frades e Bom Jesus (INFORMS-CONDER, 2016).

Figura 2 – Localização e bairros que compõem o Subúrbio Ferroviário de Salvador ou Subúrbio / Ilhas, com base na regionalização proposta pela CONDER



Fonte: Elaboração própria

Localizado na porção noroeste da capital baiana, o Subúrbio ocupa uma área de 52,86 km², sendo margeado durante toda a sua extensão pela Baía de Todos os Santos. Conforme o último censo realizado, ali viviam 283.415 pessoas, sendo 52,21% da população composta por indivíduos do sexo feminino e 47,79% do sexo masculino (IBGE, 2010).

Em relação à tipologia da vegetação encontrada na região, nota-se a formação ombrófila densa (BRASIL, 1982), a qual se encontra bastante degradada por causa de sua remoção para a ocupação urbana. Acerca do solo da região, predominam, de acordo com a classificação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), os argissolos (SEI, 2001).

Ademais, as características geomorfológicas constituem um relevo erodido em lombas e colinas convexas, muitas vezes, de forma tabular (RADAMBRASIL, 1981). No que tange à hidrografia, ali estão inseridas duas bacias hidrográficas responsáveis por drenar rios de caráter perene: a do rio Paraguari e parte da bacia do rio do Cobre.

Ambos os rios são regidos através do regime pluvial, em função do tipo climático da capital baiana, o qual segundo a classificação de

THORNTHWAITE & MATTHEW é considerado úmido, megatérmico com evapotranspiração potencial >1140mm, apresentando pequena ou nenhuma deficiência hídrica ao longo do ano e precipitações mensais superiores a 100mm (SEI,1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 EXPANSÃO HABITACIONAL NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR – BAHIA

A ocupação do Subúrbio tem início no final do século XIX com o primeiro surto industrial de Salvador, ocorrido através da instalação de indústrias de alimentos, têxteis, mecânicas, e a construção da ferrovia responsável por percorrer toda essa área. As primeiras indústrias se fixaram nos bairros de Plataforma, Periperi, Paripe e nos arredores da Baía de Itapagipe, devido à localização próxima à malha ferroviária, para facilitar a escoação/chegada de matéria-prima, e do contingente populacional que ali se estabelecia (FONSECA; SILVA, 1992).

A instalação das empresas impulsionou a fixação da população operária nas proximidades devido às seguintes questões: o elevado grau de pobreza desses trabalhadores; a dificuldade com o transporte público e para ficar próximo ao seu local de trabalho. Devido a essas questões, a ocupação consistiu de dois modos: impulsionada pelas indústrias, através da construção de Vilas Operárias e por meio da compra de terrenos de maneira formal ou informal (FONSECA; SILVA, 1992).

Com o enfraquecimento da atividade industrial na região na primeira metade do século XX, as casas das Vilas Operárias, que antes eram ocupadas apenas por trabalhadores ligados às fábricas, passaram a ser habitadas por outras pessoas advindas de outras áreas da cidade ou do interior por meio de aluguel. Pelo fato dessas moradias estarem mais afastadas das áreas valorizadas da

cidade e carecerem de infraestrutura, seus preços eram acessíveis à população de renda baixa, a qual não conseguia se estabelecer nas áreas mais valorizadas por não ter condições de arcar com o preço do solo urbano (BRITO, 2005).

Essa nova dinâmica instaurada no Subúrbio revelou-se uma oportunidade para os proprietários das indústrias desativadas e aos proprietários fundiários se transformarem em incorporadores imobiliários através da promoção de loteamentos populares como forma de angariar recursos (BRITO, 2005). Para Fonseca e Silva (1992), os latifundiários não tiveram alternativa, se não essa, devido às modificações desencadeadas pelo rápido processo de urbanização de uma área, que há pouco tempo, era predominantemente rural, sendo um exemplo disso o bairro de Periperi.

A partir da década de 1940 os loteamentos populares, formais ou clandestinos, desenvolvidos nas grandes cidades brasileiras, incluindo Salvador, foram estabelecidos em terrenos desvalorizados de áreas periféricas da cidade, como o Subúrbio. Visando tornar os preços mais acessíveis para a população de baixa renda, os lotes eram vendidos desprovidos de infraestrutura, esgotamento sanitário e construídos pelos próprios compradores à revelia dos padrões de segurança habitacional e urbanístico do município (GORDILHO-SOUZA, 2001).

Observa-se que a formação do Subúrbio Ferroviário de Salvador se deu através da dinâmica de grupos economicamente desfavorecidos que não conseguiram se fixar nas áreas mais valorizadas da cidade; e, por isso, buscaram essa região onde o preço da terra era mais acessível, pelo fato de não possuir os insumos necessários para uma habitação de qualidade, configurando dessa forma o processo de periferização socioespacial.

Além disso, esse deslocamento da população para essas localidades afastadas das áreas centrais da cidade contribuiu para o quadro que a cidade apresenta atualmente, o qual corresponde à divisão da cidade em duas partes, uma destinada às classes de renda alta em setores valorizados e outra voltada às classes menos favorecidas, situada em regiões carentes de infraestrutura urbana de qualidade, como as regiões do Subúrbio e do Miolo.

Segundo Gordilho-Souza (2001), os loteamentos não foram todos ocupados de imediato, principalmente pelo fato do mercado consumidor a quem eles eram endereçados não possuir condições de arcar com os custos e ainda construir suas moradias. Devido a isso, uma parte desses lotes veio a ser preenchida no futuro, através de ocupações coletivas conhecidas como “invasão”.

Contudo a grande oferta de loteamentos destinados à classe de renda baixa não demorou muito a ser vista pelo estado como uma alternativa para combater o *déficit* habitacional enfrentado pelas grandes cidades brasileiras. As intervenções estatais se desenvolveram de forma semelhante, só que dessa vez a construção da residência não estava legada ao comprador e sim a uma construtora responsável por construir o conjunto habitacional (GORDILHO-SOUZA, 2001).

4.2 A ATUAÇÃO DA URBIS NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO

Como já dito anteriormente, a URBIS, empresa de economia mista, atuava atendendo a população de 3 a 5 salários em todo o estado da Bahia. No que diz respeito a essa faixa de atuação, Gordilho-Souza (2001) identifica um caráter excludente da política habitacional desenvolvida pela URBIS, pois em nenhum momento levou-se em consideração as famílias com rendimentos inferiores a três salários mínimos, muito menos aquelas desprovidas de renda.

Durante o período em que a URBIS ficou responsável pela produção imobiliária, observou-se uma movimentação constante dessa no mercado da terra urbana do estado da Bahia. Em Salvador, Mendonça (1989) relata como se deu essa postura em dois períodos: de 1964 até 1974, atuava cedendo terrenos pertencentes a órgãos públicos localizados em áreas distantes do centro, ou transferindo, mediante pagamentos inferiores aos valores de mercado; a partir de 1975, o BNH passa a adquirir os terrenos e fornecer a infraestrutura necessária para a implantação dos conjuntos.

Essas aquisições e concessões de terras eram necessárias porque a URBIS não construía seus empreendimentos, assim era preciso incentivos estatais

para tornar as construções viáveis, pois essa função ficava sobre o encargo de construtoras privadas. Assim, para tornar os conjuntos rentáveis para estes incorporadores, fazia-se necessária a concessão de subsídios estatais, como a liberação de terrenos públicos em áreas compatíveis com as condições econômicas do público que as habitações se destinavam, além de autorizar a implantação dessas residências com o mínimo de recursos e infraestrutura.

Esses anseios por lucro dos promotores imobiliários (construtoras) corroboram com as idéias suscitadas por Corrêa (1995), que descreve a atuação deste agente inferindo que, o mesmo, só apresenta-se interessado em produzir habitações para a população de renda baixa, considerada como não solvável, quando há grandes incentivos por parte do aparelho estatal e as habitações são de valores acessíveis, uma vez que, somente assim, é possível o retorno financeiro.

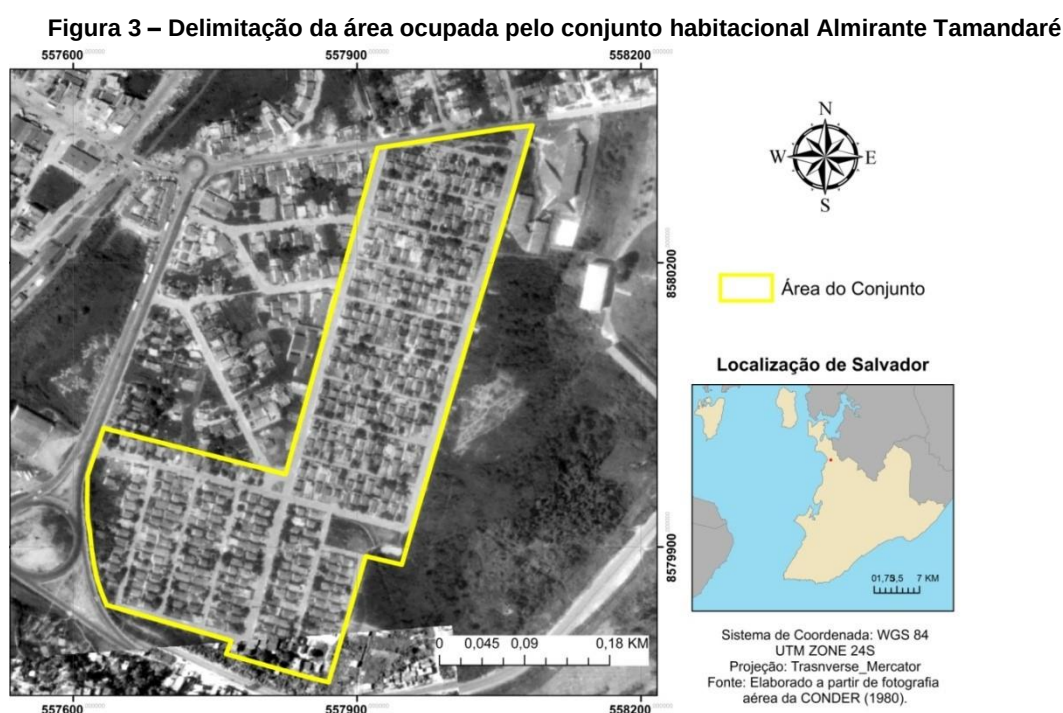
Ao todo, a URBIS construiu três conjuntos no Subúrbio, os quais apesar da baixa atuação da instituição na localidade, ao contrário de outras áreas da capital baiana, foram responsáveis por modificar o espaço urbano da região, outrora envolvido apenas com loteamentos populares, formais ou informais, e ocupações coletivas. A construção desses conjuntos é iniciada em 1968 e se estende até 1983, quando é entregue o seu último complexo habitacional. (quadro 1)

Quadro 1 - Conjuntos Habitacionais Implantados pela URBIS no Subúrbio Ferroviário de Salvador,

Conjunto Habitacional	Construção		Área Total (m²)	Habitações		
	Início	Fim		Casas	Edifícios	Total
Almirante Tamandaré (Paripe)	1968	1969	114.025	389	-	389
Dom Eugênio Salles (Periperi)	1970	1972	55.203,9	286	-	286
Vista Alegre de Coutos (Coutos)	-	1983	400.000	161	90	251

Fonte: Elaborado com base em informações da URBIS

O primeiro conjunto construído, o Almirante Tamandaré (figura 3), teve as suas obras iniciadas no ano de 1968 e finalizadas no ano seguinte. Localizado nas proximidades da Avenida Afrânio Peixoto, no bairro de Paripe, precisamente na latitude -12,844075 e longitude -38,466272, possui área total de 114.025 m². Ao todo foram construídas 389 residências em lotes que favoreciam a ampliação, com o objetivo de propiciar moradia para os trabalhadores da Base Naval de Salvador.



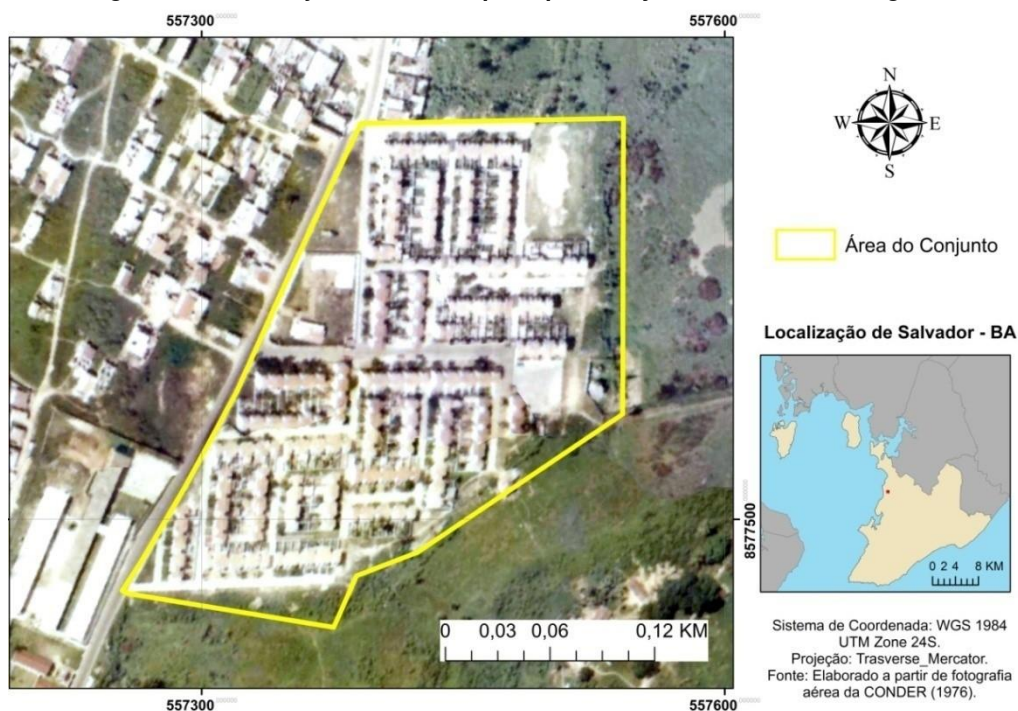
Fonte: Elaborado com base em fotografia aérea da CONDER (1980)

Com as obras iniciadas no ano de 1970 e concluídas em 1972, o conjunto Dom Eugênio Sales (figura 4) foi o segundo empreendimento habitacional implantado pela URBIS na região. Situado no bairro de Periperi, às margens da Rua Dr. Almeida, precisamente na latitude -12,866238 e longitude -38,470630, o complexo agrega 286 casas e ocupa uma área de 55.203,90 m², características que quando comparadas a dos outros empreendimentos da URBIS realizados na região, o tornam o projeto menos ambicioso idealizado pela companhia no Subúrbio.

Apesar do Eugênio Sales ocupar uma área menor que os demais, certos padrões não o diferencia dos encontrados em outros conjuntos da URBIS, a

exemplo da venda de lotes após ou durante a construção dos imóveis e das estruturas denominadas por Falcão e Alecrim (2013) de “*play lotes*”, as quais, comumente, nos projetos eram destinadas à instalação de praças e campos de futebol. Porém, estas estruturas em alguns casos não vinham implantadas de imediato com a entrega das residências, ficando a sua construção para depois. Esta atitude, possivelmente, pode ter favorecido a ocupação destes espaços por meio de ocupações coletivas.

Figura 4 – Delimitação da área ocupada pelo conjunto habitacional Eugênio Sales



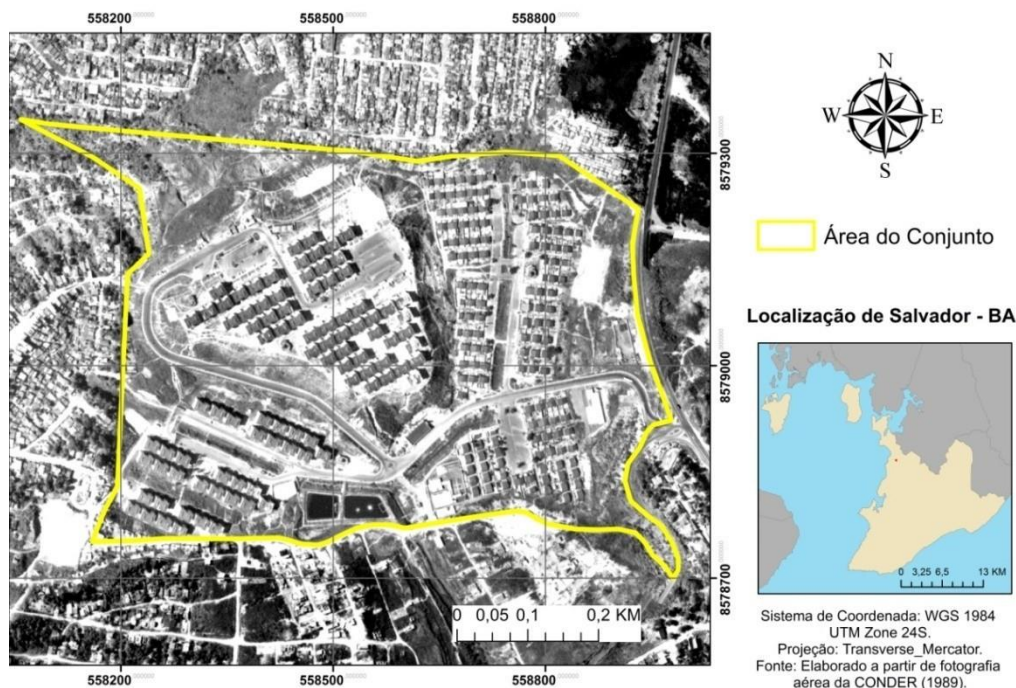
Fonte: Elaborado com base em fotografia aérea da CONDER (1976)

O último conjunto erguido pela URBIS no Subúrbio corresponde ao maior complexo implantado pela empresa na região. Sua construção se deu através de uma parceria com o INOCOOP, e recebeu o nome de Vista Alegre de Coutos. Localizado nas margens da BA-528, no bairro de Coutos. Segundo informações da URBIS, o ano de registro no cartório corresponde a 1983. Ao todo foram construídas 276 casas e 91 edifícios com 3 andares cada, em uma área de 400.000 m² (figura 5).

O grande número de construções verticalizadas visualizadas neste condomínio, de acordo com Mendonça (1989), é corolário da nova postura

mercadológica adotada pela URBIS a partir do ano de 1974, a qual consistia na construção de edifícios ao invés de casas com grandes lotes. Pois, desta maneira era possível construir o maior número de unidades habitacionais, aproveitando melhor a área do terreno.

Figura 5 – Delimitação da área ocupada pelo conjunto habitacional Vista Alegre de Coutos



Fonte: Elaborado com base em fotografia aérea da CONDER (1989)

Apesar do conjunto Vista Alegre de Coutos ser composto por residências e edifícios, o esperado é que fossem encontradas grandes modificações visíveis somente nas residências. Entretanto, até mesmo nos prédios é possível visualizar grandes alterações desenvolvidas sem o atendimento dos critérios urbanísticos existentes para a cidade (figura 6). Ademais, vale ressaltar que as alterações nas habitações são comuns a todos os conjuntos da região.

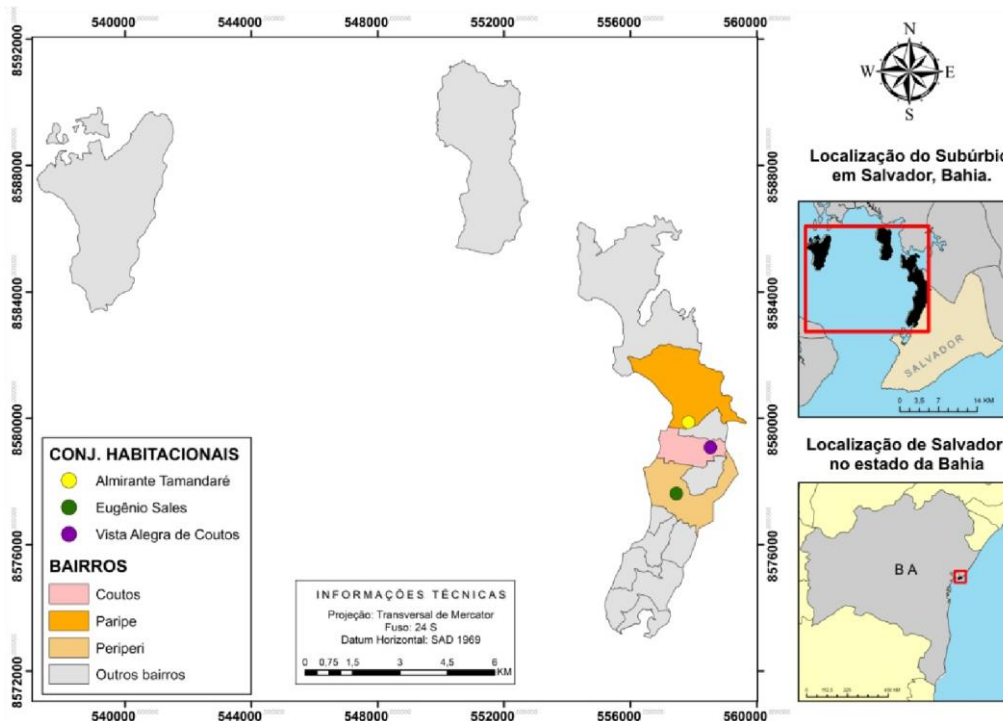
Figura 6 – Alteração na estrutura de prédio no conjunto habitacional Vista Alegre de Coutos



Fonte: Elaboração própria

O baixo número de conjuntos implantados pela URBIS no Subúrbio (figura 7), área que já vinha sendo habitada anteriormente através de loteamentos populares, e por isso se mostrava uma possibilidade de vetor de expansão da cidade, pode ser explicado nas palavras de Mendonça (1989), que relata a existência de fatores que levaram o estado a concentrar seus recursos em outras áreas, dentre as quais se destacam: a composição geológica instável do solo massapé; as necessidades de conter cursos d'água e de melhorar a infraestrutura precária da região.

Figura 7 – Distribuição espacial dos Conjuntos habitacionais da URBIS no Subúrbio de Salvador, Bahia



Fonte: Elaboração própria

Assim, a estratégia adotada pela URBIS de implantar seus conjuntos em áreas periféricas e afastadas das áreas mais valorizadas da cidade é discutida por Gordilho-Souza (2001), a qual relata que essa atitude tomada pelo estado contribuiu para a divisão da cidade em duas partes: uma voltada às classes mais abastadas em setores da Orla Atlântica e outra voltada aos mais pobres, em regiões como o Subúrbio Ferroviário e o Miolo.

CONCLUSÃO

A URBIS contribuiu para grandes modificações do tecido urbano, sobretudo a urbanização de áreas ainda pouco exploradas pelo capital imobiliário. No Subúrbio, seus conjuntos foram responsáveis por introduzir uma nova dinâmica de produção do espaço urbano, pois modificaram a forma como se desenvolvia a ocupação da localidade, outrora marcada por loteamentos e invasões coletivas.

Apesar disso, não se observou no trabalho em tela, uma grande produção habitacional da URBIS no Subúrbio. Porém, a construção destes

empreendimentos nesta região destinada à população de baixa renda indica que a política habitacional promovida pelo estado pretendia concentrar essa população em áreas pouco valorizadas, reforçando, dessa maneira, as desigualdades socioespaciais tão evidentes na capital baiana.

Por fim, o estudo permitiu a análise de critérios relacionados à seletividade da URBIS na produção do espaço urbano, tendo como foco a análise de sistemas habitacionais planejados. Daí então, a observação crítica no sentido de suscitar futuramente propostas de melhor adequação dos projetos com o objetivo de dirimir as desigualdades entre as diferentes regiões da cidade de Salvador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL:** levantamento dos recursos naturais. Folha SD. 24 Salvador. Rio de Janeiro: O Projeto, 1981, v. 24. 624p.

BRITO, Cristovão de Cassio Trindade. A estruturação do mercado de terras e habitação em Salvador-BA a partir de 1970. **Geotextos**, Salvador, v.1, n.1, p. 51-80. 2005.

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia. **Fotografias Georreferenciadas:** Salvador, 1976. Disponível em: <www.geopolis.ba.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2017.

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia. **Fotografias Georreferenciadas:** Salvador – BA, 1980. Disponível em: <www.geopolis.ba.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2017.

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia. **Fotografias Georreferenciadas:** Salvador – BA, 1989. Disponível em: <www.geopolis.ba.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995. 3ª Ed., 94 p.

FALCÃO, Plínio Martins; ALECRIM, Geandro Machado. Os recursos hídricos na evolução da habitabilidade do conjunto Feira I (Cidade Nova), Feira de Santana, Bahia. IN: SANTO, Sandra Medeiros; FERNANDES, Rosali Braga; FALCÃO, Plínio Martins; SANTOS, Rosangela Leal (orgs). **Habitação e Meio Ambiente**. Salvador: EDUNEB, 2013, p. 21-36.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da; SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. A produção do subúrbio ferroviário de Salvador: os exemplos de Paripe e Periperi. **Veracidade**, Salvador, v. 4, n.2, p. 67-80, 1992.

GORDILHO-SOUZA, Angela. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras- (Re)Qualificando a questão para Salvador-BA. **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, São Paulo, v. 5, p. 81-116, 2001.

INFORMS-CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Painel de Informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairros**. 5ª ed. Salvador. 2016. 189p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Informações demográficas – 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 de set. 2017.

MENDONÇA, Frederico Augusto Rodrigues da Costa de. A Estratégia de Localização dos Conjuntos Habitacionais da URBIS em Salvador, entre 1964 e 1984. **Rev. de Urbanismo e Arquitetura**. v. 2. n. 1. p. 61-83. 1989.

REBOUÇAS, Fádía. Espaço urbano, impacto espacial e periferização: implicações socioespaciais da produção do espaço urbano de Salvador. **Revista de Geografia**, Recife, v. 28, n. 2, jul. 2011.

SANTOS, Elizabeth; PINHO, José Antônio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia. (Orgs.). **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2010. 1ª Ed., 486 p.

SEI, Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. **Tipologia Climática do Estado da Bahia Segundo Thornthwaite & Matther**, 1998. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SEI, Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. **Solos: estado da Bahia**, 2001. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2018.



MUROS, GRADES E “RUAS-CONDOMÍNIO”: REFLEXOS DA SEGREGAÇÃO URBANA NA PAISAGEM PERIFÉRICA EM SALVADOR - BA

Patrick Passinho Silva²⁸

Priscila Nascimento Ladeia de Almeida²⁹

Josiane da Silva Souza³⁰

RESUMO

Salvador possui um processo de urbanização parecido com o ocorrido em diversas capitais brasileiras. O uso e a ocupação anárquicos do espaço culminaram no crescimento desordenado da população periférica, e na dificuldade de acesso aos serviços públicos básicos, sobretudo, segurança. No cerne dessa questão, o presente artigo se propôs a apresentar as peculiaridades da paisagem urbana de um dos primeiros assentamentos irregulares da capital baiana, atual bairro do Pau Miúdo. Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa já concluída, que recorreu a questões conceituais, e à pesquisa de campo, para identificar nas intervenções do espaço elementos que reforçam a cultura do medo na periferia: muros, grades e ruascondomínio.

Palavras-chave: Favela. Paisagem periférica. Segregação urbana.

ABSTRACT

Salvador has an urbanization process similar to what happened in several Brazilian capitals. The anarchic use and occupation of space culminated in the disorderly growth of the peripheral population, and the difficulty of access to basic public services, especially security. At the heart of this issue, the present article set out to present the peculiarities of the urban landscape of one of the first irregular settlements of the capital of Bahia, present neighborhood of Pau Tiny. This work presents results of an already completed research that has used conceptual questions and field research to identify elements that reinforce the culture of fear in the periphery: walls, bars and condominium streets.

Keywords: Shanty town. Peripheral landscape. Urban segregation

1 INTRODUÇÃO

A cidade tem sido estudada sob diversas óticas, com definições teóricas distintas ao longo dos últimos séculos. Pensamentos que tem nutrido

²⁸ Mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS); Bolsista CAPES; Engenheiro Ambiental e Sanitarista (UNIFACS). Universidade Salvador - UNIFACS. E-mail: patrickpassinho@hotmail.com.

²⁹ Mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS); especialista em Jornalismo e Mídia (FACSUL); Bacharel em Comunicação Social – Rádio e TV (UESC). Universidade Salvador - UNIFACS. E-mail: priscila_ladeia@yahoo.com.br.

³⁰ Especialista em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS); Graduada em Administração (FTC). Vínculo institucional: Universidade Salvador - UNIFACS. E-mail: annemelossa@gmail.com.

discussões e pesquisas nos mais variados campos do conhecimento. Diante desta diversidade, considerou-se necessário destacar alguns conceitos para melhor compreensão do objeto cidade.

Vista como um local de produção e reprodução do capital para teóricos clássicos como Karl Marx e Friedrich Engels, a cidade exprime a miséria e a degradação do proletariado, pensamento amplamente difundido pelo marxismo presente no Manifesto Comunista de 1848.

Para Rossi (1995, pg. 63-67), compreende a cidade como “criação nascida de numerosos e diversos momentos de formação; a unidade desses momentos é a unidade urbana em seu conjunto, a possibilidade de ler a cidade com continuidade reside em seu preeminente caráter formal e espacial”.

Nessa perspectiva, Lefebvre (1972, p. 65), a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação”. Nesse sentido, “a cidade constrói, libera, aporta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos ou que levam aos conflitos” (LEFEBVRE, 1983, p. 123-124).

No cerne desses confrontos, Machado (2008, p. 95) afirma que as cidades são habitadas diferentemente pelas classes, grupos e segmentos sociais, provocando conflitos e contradições, e, por conseguinte, produzindo desigualdades e segregações socioespaciais. Sentimento corroborado por Maricato (1996), ao destacar o caráter excludente de uma sociedade marcada pela desigualdade e pela arbitrariedade do poder público, que resultam em uma violência urbana. “É a cidade oculta, disfarçada e dissimulada”, que as classes dominantes brasileiras insistiram em esconder por longo tempo. Ainda de acordo com a autora, os moradores da cidade oculta, que habitam essa catastrófica megaconstrução e aglomeração de miséria, cobram hoje, através da violência social, “o preço da abstração e do desconhecimento que acompanharam seu crescimento” (MARICATO, 1996, p. 17-18).

Por conseguinte, a cidade possui características inerentes à sua constituição. É natural ou artificialmente dividida em ruelas, logradouros, avenidas, bairros e/ou distritos, por exemplo. Dentre tais elementos, Leão Barros (2004) compreende o bairro como “antes de tudo, uma forma física, um pedaço urbano que cresce segundo tais eixos ou tais direções, e um determinado tamanho,

seu traçado segue uma lógica espaço-social” ou seja, o bairro é uma unidade formada pela justaposição entre o coletivo e o meio físico.

Frente a tais definições, este trabalho delineou-se a partir da iniciativa do “Projeto de pesquisa coletiva: Cidades Internas”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS), no ano de 2017. O “Cidades Internas” possui o objetivo de aferir até que ponto os bairros de Salvador possuem vida autônoma na cidade, avaliando planos socioeconômico, geográfico e ambiental. Foram contemplados desde o início do projeto (2015) dez bairros da cidade de Salvador, entre eles o objeto de análise do presente artigo, o bairro Pau Miúdo. Observou-se durante a pesquisa de campo elementos na paisagem urbana que refletem a frequente exposição social à violência, questões inerentes a ambientes periféricos. Diante disto, vislumbrou-se a necessidade de estudar práticas sociais periféricas como, por exemplo, aquelas influenciadas pela cultura do medo.

Para atender aos ensejos, partiu-se da proposta metodológica do projeto guarda-chuva, destacando informações coletadas em campo no período de seis meses do ano de 2017. Na ocasião, procedeu-se a criação de um acervo imagético para retratar a intervenção social na produção do espaço, bem como entrevistas semiestruturadas junto à comunidade do bairro. Vale ainda salientar a necessidade de delimitação da área do estudo.

É sabido que a cidade do Salvador possui divergências quanto à delimitação territorial de seus bairros. Por este motivo, houve a necessidade primeira de estabelecer os limites para o desenvolvimento do trabalho. Assim sendo, optou-se por nortear o estudo com base na coleta de dados realizadas por meio de informações disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da delimitação dos setores censitários, com intuito de estabelecer parâmetros limítrofes para o Pau Miúdo. Para tanto, elaborou-se uma poligonal estruturada com base nesses setores conforme Figura 1.

Figura 1 - Delimitação do bairro Pau Miúdo através dos setores censitários do IBGE.



2 O BAIRRO PAU MIÚDO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade histórica de Salvador, até a década de 1940, possuía características rurais em seu “miolo”. A partir dos anos 50, a segregação e a expansão horizontal da cidade a transformou numa área de maior expansão no processo de crescimento e periferização socioespacial. Nas décadas seguintes, o crescimento e transformações foram trazendo grandes mudanças, como no sistema de transporte, em 1960. Na década de 70, a implantação de importantes equipamentos e um intenso incremento habitacional, foram as grandes mudanças ocorridas, porém, foi entre as décadas de 80 e 90 que este

crescimento alcançou taxas superiores, tornando o seu Miolo em um grande eixo de expansão da cidade.

De acordo com Fernandes (2004), vale salientar que a região central de Salvador, denominada aqui como Miolo pelo Plano de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador (PLANDURB), desde a década de 1970, foi ocupada por população de baixa renda, e isto não só aconteceu através de programas governamentais como também, por ocupações espontâneas.

A expansão territorial das cidades do Brasil tem características incomuns a outros países em que o processo de expulsão dos pobres dos centros urbanos

para áreas mais distantes, causou o efeito que deu início à formação de uma periferia socioespacial, lembrando assim a forma de crescimento de uma suburbanização inversa, semelhante ao que ocorre em países anglo-saxões, segundo Faissol et al (1987).

Sobre o processo de expansão na cidade de Salvador, Fernandes (2000) relata que este se deu de forma horizontal a partir de 1950, quando a crescente demanda de lugares para habitação nos espaços internos vazios na malha urbana e adjacentes provocou o crescimento da periferia, fazendo-a ganhar destaque pela tendência predominante. Isto se deu através de incentivos à formação de assentamentos urbanos geograficamente dispersos, observando o povoamento em sítios e loteamento de velhas chácaras que originaram bairros como o Cabula, Pernambués dentre outros.

Outro fator que contribuiu para esta expansão foi o transporte implantado entre os anos de 1965 a 1966, após a construção da Rua Silveira Martins, bem como a construção dos primeiros conjuntos habitacionais na então Fazenda Sete de Abril, pela Companhia de Urbanização de Salvador (CURSA), precursora da Habitação e Urbanismo da Bahia (URBIS), a qual sofreu um processo de liquidação. Com base nestas informações, Fernandes (2004) afirma que foi a Companhia de Habitação Popular (COHAB) que induziu a expansão urbana periférica na cidade de Salvador.

O tipo de crescimento urbano, além de caótico é bastante expressivo, não sendo características somente da cidade de Salvador, pois tal fenômeno é visto em outras grandes cidades do mundo subdesenvolvido, e ocorre devido a expulsão dos pobres, imigrantes ou nascidos na cidade, dos centros urbanos para áreas mais distantes. Em Salvador, este fenômeno ocorreu através de projetos do governo que construiu grandes conjuntos habitacionais, pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em lugares bem afastados do centro, e em sua maioria, sem infraestrutura. Em uma área como esta, com tão elevado contingente de população e carências em infraestrutura, as distâncias pioram muito os problemas, principalmente os vinculados aos transportes coletivos.

Neste aspecto se destacam os grandes conjuntos habitacionais como Cajazeira e Fazenda Grande que juntos tinham mais de 150 mil pessoas.

Longe dos empregos e dos serviços básicos, não implantados apesar de terem sido planejados, as necessidades de transportes são extremamente importantes. Mais de uma dezena de

subconjuntos com muitos prédios ocupando os topos dos morros, relativamente distantes uns dos outros, formam esta imensa área, verdadeira cidade média sem um centro urbano, portanto, sem vida própria, inclusive sem lazer, distante de tudo e de todos. Pode-se perguntar se este modo de planejamento não é realmente perverso para a maioria dos habitantes destes conjuntos, "condenados" a uma espécie de prisão aberta, ou seja, a viver em distantes núcleos dormitórios sem infraestrutura adequada e sem serviços básicos. (SILVA, 1991, p.72).

Apesar de todos estes entraves, Fernandes (1992) não se pode negar que a implantação da rede de metrô, aliviou um pouco mais os impasses correlatos à mobilidade dos que moram nas regiões mais afastadas do centro, embora as linhas já construídas apenas passam pelo meio da cidade, ligando o centro a bairros mais distantes como Bom Juá, Pirajá e a Avenida Luis Viana Filho, até as imediações do bairro de Pituaçu, num projeto que pretende ser terminado com a ligação do centro até o Aeroporto, em Lauro de Freitas, cujo planejamento já está em execução e deverá ser finalizado até o ano 2018. Antes de vermos os vagões do metrô em funcionamento, o projeto nasceu da obrigação de atender a demanda da população, uma vez que somente a ampliação dos ônibus não poderia suprir tal necessidade, cada dia maior do transporte em Salvador.

De acordo com Dórea (2006, p. 53), "um batismo de logradouro - seja ele rua, praça, bairro, ladeira etc. - tem origens as mais diversificadas". Assim, "fixa-se um topônimo a partir de um fato histórico de relevância, registrado em um determinado local, ou de um mero acontecimento cotidiano". Ainda segundo o autor, um exemplo desse fenômeno ocorreu com o batismo do bairro Pau Miúdo. Através de uma carta enviada escrita pelo morador local e filósofo Laudelino Souza da Conceição, que explicava a curiosa origem do nome do bairro, publicada no Jornal A TARDE, no espaço Leitor, edição de 02 de junho de 1989.

Segundo alguns historiadores, o nome Pau Miúdo advém do seguinte referencial histórico-popular: por volta dos anos 20, onde hoje está assentado o bairro de Cidade Nova, existia a localidade, existia a localidade de Cidade de Palha, em razão das moradias serem de palhas. Com o decorrer dos tempos, as pessoas, moradores do local, começaram a substituir as casas de palha por casas de barro. Com o objetivo de conseguir a referida madeira, grupos e mais grupos de pessoas, durante o dia, subiam e desciam a ladeira de Quintas com destino ao miúdo ao local onde existia a tal madeira, onde se encontram hoje os hospitais Santa Therezinha e Ernesto Simões Filho. Logo, ao abordarmos naquela época, uma pessoa com um feixe de paus miúdos na cabeça, perguntando-lhe de onde viera, teríamos a seguinte resposta: "venho do pau miúdo". Quiçá esta seja uma justificativa plausível para a origem do bairro do Pau Miúdo. O local é conhecido por muitos como responsável pela era das invasões em Salvador e que, por esse motivo, cresceu de forma desordenada. Mais uma vez o bairro estava nas páginas do Jornal A TARDE, dessa vez em uma publicação

da colunista Ivana Braga. No texto, que se encontra no acervo da Fundação Gregório de Matos, a jornalista fez um levantamento histórico do bairro datado de 19 de dezembro de 1998, pontuando que o bairro Pau Miúdo está no miolo de uma concentração de bairros populares da capital, a exemplo de bairros como: IAPI, Caixa D'Água, Cidade Nova e Baixa de Quintas, conforme imagem a seguir.

Conforme consta no livro de Informações Sistematizadas Bairros de Baixa Renda, vol. II, de maio de 1983, da Prefeitura Municipal de Salvador, também disponível nos arquivos da biblioteca da Fundação Gregório de Matos (FGM), o bairro Pau Miúdo está situado na Área Urbana Contínua-AUC, a Nordeste do Centro Urbano de Salvador. Segundo estimativa feita pela Coordenação de Desenvolvimento Social (CDS) para 1982, a população do bairro, segundo delimitação espacial da época, era de 28.989 habitantes em uma área de 60.65 hectares.

Ainda segundo dados do acervo da FGM, apenas em abril de 1982, a CDS relatou ter tido conhecimento do projeto de intervenção do bairro de Pau Miúdo, quando então realizou o reconhecimento da área para identificação das vias e respectivas intervenções. Em novembro de 1982, as intervenções foram executadas, no entanto, não houve divulgação do projeto, uma vez que, segundo alegou a CDS, não existia qualquer associação representativa dos moradores

Entre as ações listadas pela CDS houve a legalização de terras públicas na área do estado, correspondente ao Hospital Santa Terezinha e terras de propriedade particulares da Irmandade São Lázaro e diversos, e quanto às áreas ocupadas de forma anárquica, a CDS informou que não houve nenhuma desapropriação no bairro.

Atualmente o bairro apresenta intenso movimento na via principal, a Rua Marquês de Maricá, que faz ligação do Alto do Cruzeiro ao largo do Tamarineiro. A Marquês de Maricá é a principal rua da localidade, além de ser a via única que garante o acesso à região.

Na divisão das bacias hidrográficas, o bairro Pau Miúdo está localizado na Bacia do Rio Cigura Zamurujipe, como outros quarenta e um bairros, sendo assim a maior dentre as demais bacias que dividem o território de Salvador.

2.1 SENTIMENTO DE INSEGURANÇA: REFLEXOS DA VIOLÊNCIA

Entendendo a dinâmica organizacional soteropolitana, cuja as divisões espaciais para suprir as demandas dos órgãos públicos, municipais e estaduais, não correspondem a mesma área entre si, tem-se uma diferente estruturação para a gestão de segurança pública. Nesse contexto, a jurisprudência estadual caracterizou a Bahia em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP).

O bairro Pau Miúdo compõe a AISP 2 – Liberdade, juntamente com outros nove bairros. Essa área é de responsabilidade da 2ª Delegacia, situada na Estrada da Liberdade; e pela 37ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM). Durante entrevista realizada em julho de 2017, o comandante da 37ª CIPM, Major Edmilton Reis, ao ser questionado sobre a sensação de insegurança observada *in loco* no bairro, pontuou que isso se deve aos pequenos furtos e não ao tráfico de drogas.

Os furtos e roubos acontecem principalmente nas vias de grande circulação, como a Rua Marquês de Maricá, e os dois finais de linha de ônibus porque tem muita circulação. Qual é o interesse do ladrão pra roubar quem mora no bairro? Só se ele estiver desesperado pra pagar dívida [com tráfico de drogas]. Na região da Barros Reis, aquela lateral da ladeira, acontecem os assaltos e ali são moradores do Pau Miúdo, mas é por causa o fluxo, a facilidade que o indivíduo tem de fazer o furto e fugir. O tráfico em si não [é responsável pelos furtos].

A estrutura topográfica acidentada do Pau Miúdo, assim como da maioria da periferia de Salvador, construída na parte de cima de vales, dificulta a ação da polícia, uma vez que há uma diversidade de pontos de saída, complementa o Major Edmilton Reis.

Logo, por se tratar de uma invasão, as ruas foram construídas sem planejamento, e com exceção da Rua Marquês de Maricá, o Pau Miúdo é composto por ruas estreitas, becos, ladeiras íngremes e escadarias que impedem a passagem de veículos. Grades e cadeados fazem parte do cenário local nas residências e estabelecimentos comerciais. Em “Confiança e medo na cidade”, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2009), conhecido por estudar a inconstância das relações sociais, afirma que as metrópoles do mundo contemporâneo, tornaram-se espaço de medo e insegurança. Casas muradas, ruas transformadas em condomínios fechados, grades e cadeados fazem a população fugir da intenção principal de uma aglomeração urbana: a própria convivência.

No entanto, as medidas protetivas tomadas pelos moradores do bairro vão mais além. Vuelas e becos, na sua maioria sem saída, tiveram o acesso fechado por

portões, como se pôde observar *in loco*, e em imagens que estão dispostas no presente trabalho.

Ao caminhar pelas ruas do bairro, quando mais longe da via principal, pôde-se notar a sensação de medo e insegurança, evidenciada não somente pelas grades e portões trancados, mas também pelos olhares desconfiados das pessoas, comportamento defensivo, e por vezes nada receptivo, àqueles que não pertencem à localidade. Apesar dessa postura, alguns moradores aceitaram relatar seus sentimentos em relação à criminalidade, e ao domínio do tráfico de drogas na região. Com o intuito de manter o sigilo e a confidencialidade, a identidade dos entrevistados será preservada e substituída por codinomes (nomes de flores).

“Quem faz a segurança da gente é Deus”, enfatizou Alpínia, de 40 anos, moradora da Rua Madalena Paraguassu. Na mesma ocasião, Antúrio, 56 anos, residente há 45 anos no bairro, relatou: “A regra aqui é assim: eles não sobem, e a gente não desce”, se referindo a um limite físico imposto pelos criminosos na Rua Professor Soeiro. Na mesma oportunidade Antúrio orienta: “Não passem dali”, apontando para uma casa que tinha uma placa publicitária de uma aguardente.

Papoilas, um jovem de 20 anos, quando questionado sobre a segurança local, afirmou que os tiros são frequentes, mas apesar dessa situação, o rapaz pontuou que se sente seguro: “Nossa segurança não é a polícia”, fazendo referência à proteção recebida pelos traficantes que atuam na localidade.” (Papoilas).

3 PAISAGEM PERIFÉRICA: REFLEXOS SOCIAIS

No início do século XX, Salvador era constituída, em sua maioria, por casas e sobrados, com bairros distantes, cuja locomoção acontecia através de carroças, poucos carros e bondes. Na década de 30, o planejamento urbano para Salvador se torna necessidade inquestionável, foi a década do desenvolvimento.

A necessidade de se estruturar, segundo Fernandes (2010), se deu através não apenas da estagnação econômica ou “enigma baiano”, mas, sobretudo, pelas consequências inconclusas e conservadoras da Revolução de 30 e a

possibilidade efetiva de conquistar um novo lugar para a cidade e sua economia.

Apesar de possuir características comuns entre os processos de urbanização com outras cidades brasileiras, Salvador apresenta na sua forma topográfica peculiaridades interventoras na paisagem urbana que devem ser abordadas.

A presença dos vales e morros confere à cidade um “padrão periférico” singular, que obedecem ao capital e especulação imobiliária, empurrando as periferias para áreas desinteressantes para o mercado imobiliário, em sua maioria áreas de risco, topos de morro e encostas. Para Soares (2009, p. 85),

A pobreza urbana tem formas claras de manifestação e concentração no cenário urbano: precarização de espaços e vias públicas, favelização, ocupações em encostas, assim como a ausência de infra-estruturas e serviços básicos. Os territórios urbanos da população pobre de Salvador, assim como os de outras cidades com mesma tipologia de desigualdade, são inexoravelmente demarcados pela lógica do mercado imobiliário, que reserva lugares específicos para a pobreza e para o pobre.

Esta configuração espacial fruto da omissão do Estado, ainda segundo Soares (2009, p. 85) ao citar Harvey (2004), “são [lugares] esquecidos pelo poder público, redundando em espaços periféricos com urbanização precária, redutos da violência e da segregação social”.

Partindo desse pressuposto, Serpa (2002) define os espaços periféricos, ou periferia como, via de regra, áreas localizadas fora ou nas redondezas de algum centro. Entretanto, vale salientar que muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são entendidas, atualmente, como periféricas. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se, dessa forma, periferia como aquelas áreas com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o *locus* da reprodução socioespacial da população pobre.

Como evidência observam-se reflexos concretos dessa discussão no objeto de análise dessa pesquisa. Apesar da proximidade com áreas consideradas centrais da cidade de Salvador, o bairro Pau Miúdo apresenta características que compõem um ambiente sociologicamente periférico. A presença dos espaços de pobreza urbana no bairro é caracterizada por diversos vieses, contudo, apresenta na segregação uma característica que deve ser mencionada. Não se trata apenas de separação espacial entre classes econômicas, mas também, da negação de direitos e oportunidades.

Para Villaça (1998, p. 106), toda a segregação é coercitiva, ou seja, entende-se que a segregação é fruto de relações de dominação e exclusão urbana, “dimensões contidas nas equações da pobreza e que se espacializam e entrecruzam nas formas de apropriação física dos espaços e na constituição ideológica de conteúdos sociais e simbólicos que estão presentes na tessitura da cidade moderna”.

3.1 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS URBANAS DO PAU MIÚDO

O bairro do Pau Miúdo possui uma formação ocupacional em torno do espigão central. A via principal, Rua Marquês de Maricá (Figura 2), responsável por fazer a conexão entre estreitas ruas e vielas, enladeiradas, funciona como um corredor que garante a acessibilidade, o “ir e vir” da comunidade.

Figura 2 - Rua Marquês de Maricá, Pau Miúdo, Salvador.



Fonte: Os autores (2017).

A ocupação, em sua maioria por invasões, ocorreu sobre áreas elevadas, morros e encostas, e para ter acesso à porção central é necessário utilizar ladeiras ou escadarias presentes. Uma dessas leva o nome do próprio bairro,

bastante íngreme, a ladeira do Pau Miúdo, liga a Av. Bairro Reis e a parte alta, responsável pelo principal acesso a serviços públicos como frota de ônibus, sistema metroviário, praças e shoppings da cidade.

Outra característica observada é a verticalização dos imóveis. Ela pode ser considerada como marco revolucionário na paisagem urbana, destacando-se as transformações profundas no corpo urbano baseadas em acesso aos progressos técnicos pelas classes menos abastadas. No caso do Pau Miúdo não é diferente. De fato, não existem grandes edifícios, entretanto, a maior parte das construções é constituída por mais de um andar, são sobrados atualizados com um novo imóvel sobreposto na forma de “puxadinho”, sempre que surge a necessidade familiar. A ocupação anárquica do espaço é observada também na formação estrutural da malha comercial. A instalação física do comércio é, por vezes, inserida em garagens e varandas, ou no térreo dos sobrados, característica em comum com a estrutura predial de igrejas protestantes e templos religiosos diversos (Figura 3).

Na Alameda dos Pirineus, onde se localiza o segundo final de linha bairro, existem seis pontos destinados à cultos religiosos, dentre estes, somente duas edificações foram planejadas para tal finalidade, as outras foram improvisadas em garagens ou casebres alugados.

No que tange às questões relacionadas à mobilidade dos pedestres, o bairro Pau Miúdo não apresenta calçadas em suas ruas transversais. Na via principal, calçadas curtas e assimétricas dividem espaço com veículos estacionados, piquetes, cones, placas de propaganda e ambulantes, dentre eles barracas de frutas e legumes e barbearias improvisadas. Dessa forma, tais elementos dispostos irregularmente sobre as calçadas, afetam o tráfego dos pedestres, que se arriscam caminhando pela rua (Figura 5).

Figura 3 - Comércio improvisado no térreo de construções.



Fonte: Os autores (2017).

Outro aspecto relevante à paisagem, que se faz necessário trazer à tona, está também pautado na anarquização do processo de como os espaços foram ocupados. A ilegalidade do uso do espaço, em detrimento ao

Figuras 5 e 6 - Ocupação irregular e calçadas improvisadas.



Fonte: Os autores (2017).

planejamento, está no tocante do desenvolvimento de uma localidade de difícil circulação e isolamento de áreas. É possível identificar no bairro em questão, acessos precários, vielas, escadarias (Figura 6), além de ruas fechadas pela comunidade, este último, com único intuito de preservar a segurança dos domiciliares. As "ruas-condomínio", como informalmente denominou-se, estão presentes em diversas áreas, entretanto, principalmente no espigão central. Para entender melhor tal característica, recorreu-se ao campo e às análises espaciais. De acordo com a pesquisa, consegue-se aferir acerca da distribuição espacial da renda, e diante dela, entender que a Rua Marquês de Maricá é notadamente um centro econômico.

Em “Por uma geografia nova” (1978), o conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (SANTOS, 1986). Para Milton Santos, o espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de

funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente. O espaço é resultado e condição dos processos sociais. Diante disto, e partindo do entendimento de que a população economicamente mais favorecida e a presença das "ruas-condomínio" ali estão, fica evidente a preocupação, dessa parcela dos moradores, em se preservar da criminalidade, tomando atitudes como o fechamento de ruas e criando "subcomunidades" (Figuras 7 e 8).

Figuras 7 e 8 - Muros, portões: "ruas-condomínio".



Fonte: Os autores (2017).

É importante entender que tal atitude constitui uma atividade política complexa. O isolamento como garantia de segurança reflete em consequências eminentes na participação do estado onde antes era área pública. Um exemplo claro é a impossibilidade de manutenção pública daquele espaço e isolamento inclusive de penetração dos serviços públicos como limpeza urbana e serviços de postagem, entrega de correspondências.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências do não planejamento urbano como aconteceu/acontece no Brasil, culmina impreterivelmente em fenômenos conhecidos como segregação e exclusão social, conforme discutem os autores Villaça (1998) e Soares (2009). Para ambos, as lógicas do mercado e do capital ditam a localização e a

oferta de bens e serviços, bem como a oferta de direitos que deveriam ser assegurados a todos.

O não comprometimento com o planejamento urbano no Brasil é agente principal para a instauração do caos e a ilegalidade no uso/ocupação do solo, verificada nas cidades do país, não sendo diferente na primeira capital do País.

Conforme Maricato (2000, p. 123), “a ilegalidade é funcional para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor”. No entanto, é muito disfuncional para as relações democráticas que busquem igualdade, para a qualidade de vida urbana, para a cidadania e a sustentabilidade.

A segregação socioespacial isola a parcela pobre da população de diversas formas, dificultando a locomoção para áreas centrais, onde estão presentes as oportunidades de emprego e oferta dos serviços públicos, por exemplo. Dessa forma, a maioria da população, ou seja, as camadas de classes populares ou menos abastadas, sofrem diariamente com outro grande problema das áreas periféricas, a violência urbana. Tal característica resvala em consequências sociais e também da estrutura da paisagem urbana, corroborando para a perpetuação do isolamento, da desigualdade e da pobreza.

O bairro periférico estudado não foge a essa regra. No Pau miúdo identificou-se características comuns a diversas áreas periferizadas brasileiras e, sobretudo, as soteropolitanas, que se manifestam no corpo da cidade impreterivelmente em áreas de risco, como morros e encostas, áreas ambientalmente frágeis.

Com isso, foi possível identificar no Pau Miúdo características possivelmente replicadas em espaços urbanos afetados pelo fenômeno da violência, da cultura do medo. A institucionalização de uma prática que garante o isolamento de parcela da população, pelos próprios populares é o cerne da questão discutida aqui.

A escolha por muros elevados, grades, cadeados e fechamento de ruas, ou a constituição de “ruas-condomínio”, garante aos moradores um *status* social encontrado apenas em bairros de classe média e alta, a segurança fruto do isolamento.

Diante disso, percebe-se que, apesar de tal prática impossibilitar o direito aos serviços públicos básicos como acesso direto à limpeza urbana e serviços

postais, por exemplo, é uma escolha popular para garantir a proteção não assegurada pelo Estado.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BENÉVOLO, Leonardo. **Historia de la arquitetura moderna**. Barcelona: Ed. G. Gilli, 1974.
- DÓREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes de suas ruas**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- FERNANDES, Ana. **O Epucs e a Cidade do Salvador nos anos 40: Urbanismo e Interesse Público**. Encontro Nacional da ANPARQ. Simpósio Temático: Instituições de Urbanismo no Brasil: Ideários, Práticas e Agentes. Rio de Janeiro. 2010.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política: El derecho a la ciudad**, II. Barcelona: Ediciones Península, 1972.
- _____. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza, 1983.
- _____. **Le retour de la dialectique. 12 mots clef pour le monde moderne**. Paris: Messidor, Éditions Sociales, 1986. Tradução Margarida Maria de Andrade.
- LEÃO BARROS, Sandra A.. **Que Recorte Territorial Podemos Chamar de Bairro ? : O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife**. Revista de Urbanismo [S.l.], n. 9, p. 60-89. Recife. 2004.
- MACHADO, Eduardo Gomes. **Planejamento e agentes urbanos no Brasil**. Revista Pensar (UNIFOR). Fortaleza, v.13, p. 95-106, 2008.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- REIS, Edmilton. Entrevista concedida a Priscila Nascimento Ladeia de Almeida. Salvador, 21 jul. 2017.
- SANTOS, Milton. Por uma nova geografia: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo, Hucitec. 1986.
- SERPA, A. **A Paisagem Periférica**. In: Eduardo Yázigi. (Org.). Turismo e Paisagem. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 161-179
- SOARES, Antonio Mateus de C. **Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA**. Geografias, artigos científicos. Belo Horizonte 05(1) 83-96 janeiro-junho de 2009.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra - Urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel, Lincoln Institute, Fapesp.1998.



O BAIRRO DA PITUBA E AS AÇÕES DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DESSE ESPAÇO URBANO

Marta Alves de Almeida³¹

RESUMO

Este estudo tem como tema central o espaço urbano do Bairro da Pituba. Objetiva-se, então, compreender como se produziu o espaço urbano do bairro da Pituba localizado na Cidade do Salvador – BA, identificando os agentes sociais que na formação e transformação desse espaço e quais ações implicaram neste processo. Para tanto, apresentou-se alguns dados sobre o perfil socioeconômico da população local com base no Censo do IBGE (2010) e no painel de informações da CONDER (2016). Ponderou-se a respeito das contribuições dos agentes públicos, dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários para impulsionar o desenvolvimento desse bairro. Portanto, o estudo avançou a partir de uma linha de pesquisa de base qualitativa, pautada em cunho descritivo e eminentemente bibliográfico, na qual foi utilizada a base histórica para orientar a pesquisa bibliográfica e documental. Em relação às considerações finais, destacou-se a atuação dos principais agentes que foi de fundamental importância para a construção e transformação do bairro da Pituba dentro da cidade de Salvador.

Palavras-chave: Bairro da Pituba; Agentes Sociais; Espaço urbano; Cidade do Salvador.

ABSTRACT

This study has as central theme the urban space of the district of Pituba. It is purposed, then, to understand how the urban space was produced of the district Pituba located in the Salvador City, identifying the social agents influenced in the formation and transformation of this space and which actions implicated in this process. For so much, it were presented some data on the socioeconomic profile of the local population based on IBGE (2010) census and in the CONDER (2016) information panel. It was contemplated on the contributions of public agents, landowners and real estate developers to boost the development of the district Pituba. Therefore, the study

³¹ Mestranda. E-mail: martaa901@yahoo.com.br.

advanced based on qualitative research, framed in descriptive and eminently bibliographical scope, in which the historical base was used to guide the bibliographic and documental research. In relation to the final considerations, it was emphasized the performance of principal agents of fundamental importance for the construction and transformation of the Pituba district on the Salvador City.

Key words: District of Pituba; Social Agents; Urban Space; Salvador City.

1 INTRODUÇÃO

O bairro da Pituba é um dos poucos bairros da Cidade do Salvador que passaram por um processo de planejamento do seu espaço urbano, com base na produção do *Relatório dos Estudos e Projeto para uma Cidade Nova (A Cidade da Luz)*, de Theodoro Sampaio (1919). Atualmente, ocupa o terceiro lugar em relação a população da cidade segundo dados do Censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

De acordo com Salvador (1976b), até o início da década de 1960 o Cidade da Luz era o único loteamento aprovado no bairro da Pituba. Correspondia a aproximadamente 10% da área total de 5,11 km² do bairro na atualidade, os outros 90% dessa área estava sem edificações. Transcorridos 58 anos, é difícil encontrar terrenos desocupados, com exceção do Parque da Cidade Joventino Silva, cuja área é localizada em zona de preservação ambiental.

Observa-se que a produção do espaço urbano do bairro da Pituba não se deu aleatoriamente, mas através de um conjunto de ações acumuladas através do tempo e articuladas entre os diversos agentes sociais, visando o melhoramento e desenvolvimento desta área. Este bairro passou por um processo de ocupação e transformações contínuo em seu espaço natural, até chegar ao século XXI com sua área totalmente urbanizada, conforme demonstram os dados apresentados pela CONDER (2016), os quais confirmam o elevado índice de urbanização do bairro da Pituba.

Isso pode ser comprovado com os dados que indicam, por exemplo, a presença, em 2010, de quase 100% dos domicílios particulares permanentes do bairro apresentando disponibilidade de serviços básicos com 99,71% com abastecimento de água; 99,00% com esgotamento sanitário e 99,84% com coleta de lixo. Além dos dados que serão apresentados posteriormente sobre

o perfil socioeconômico da população com base no Censo do IBGE (2010) e no painel de informações da CONDER (2016).

Defende-se, portanto, no presente estudo, que todas essas modificações que configuraram o urbano no bairro só foram possíveis graças à atuação dos principais agentes sociais que agiram nesse espaço, tais como: os proprietários fundiários, os agentes públicos, os promotores imobiliários e os excluídos sociais, que colaboraram com a construção de moradias populares. Assim, objetiva-se compreender como se produziu o espaço urbano do bairro da Pituba dentro da Cidade do Salvador-BA, identificando os agentes sociais e as implicações das ações deles quanto à urbanização desse espaço. Para tanto, o artigo está estruturado em três seções e quatro subseções, no intuito de que seja possível conhecer as características do bairro e de seu entorno quanto à transformação urbanística da Pituba, a partir de uma perspectiva histórica.

2 O BAIRRO DA PITUBA

Através do relatório do engenheiro Theodoro Sampaio nasceu o primeiro loteamento do bairro da Pituba, nesse trabalho Sampaio (1919) apresentou um estudo detalhado sobre a área onde seria construído o Loteamento Cidade da Luz. Para isso, Sampaio (1919) estudou os aspectos físicos da área, os tipos de solo, os tipos de recursos naturais existentes, a inclusão de equipamento de uso coletivo, a inclusão dos meios de transporte adequados para o local, a largura e extensão das ruas, além da divisão das quadras e lotes que iriam fazer parte desse bairro.

Sampaio (1919), também definiu como prioridade a implantação dos serviços de drenagem, esgoto, abastecimento de água, arborização das ruas e praças, incineração de lixo e cemitério, com intuito de criar melhores condições de moradia para a população que iria residir no local. Neste momento, o bairro da Pituba ainda estava localizado em uma área distante do centro e não fazia parte do contexto urbano da cidade do Salvador.

No final da década de 1920, os jornais já abriam espaço para falar sobre a Pituba, por ser bastante procurada, como mostra um trecho da reportagem do *Jornal A Tarde*: “[...] Já na Pituba se construíram alguns ‘Bungalows’, sendo o

transporte feito presentemente, em bondes da Circular, até Amaralina, e dahi em diante em Marinetes ou automóveis, em viagem de poucos minutos.” (JORNAL A TARDE, 06/12/1929).

O bairro da Pituba foi implantado inicialmente de frente para o Oceano Atlântico, em uma área de amenidades, com uma vasta vegetação e ideal para quem procurava uma melhor qualidade de vida longe do centro da cidade, com terrenos amplos e arborizados, composta por poucas casas destinadas aos moradores e aos veranistas que vinham em busca de tranquilidade. De acordo com o *Jornal A Tarde*: “[...] é a Pituba um dos melhores pontos de veraneio da nossa capital, senão mesmo de moradia.” (JORNAL A TARDE, 07/02/1930).

De acordo com o Projeto Pituba Salvador (1976b), o loteamento Cidade da Luz foi aprovado pela prefeitura em 1932. Mas os nomes das ruas desse loteamento somente foram oficializados através do Decreto Lei nº 1664, em 02 de dezembro de 1964. Esse decreto determinou os nomes das ruas, e como via principal foi definida a avenida Manoel Dias da Silva. Mais as ruas: Minas Gerais, Alagoas, Pará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Território do Acre, São Paulo, Amazonas, Ceará e Sergipe, que se localizam paralelas e transversais à avenida Manoel Dias da Silva. Também oficializou o nome das praças existentes no loteamento como: Praça Brasil, Praça Belo Horizonte, Praça da Luz e Praça Marconi.

Com o passar do tempo, o bairro adquiriu boa infraestrutura através das ações dos agentes públicos, transformando-se em um dos bairros mais valorizados. Na atualidade, apresenta um dos valores mais elevado do solo se comparação com outros bairros da cidade, com um dos metros quadrados mais caros conforme o Valor Unitário Padrão (VUP) atribuído pela prefeitura em ruas dos bairros (SALVADOR, 2013). Segundo Oliveira (2002, p.80), “[...] o valor do VUP corresponde a 70% do valor estabelecido pelo mercado imobiliário.”

Apresenta uma diversidade de estabelecimentos disponíveis aos moradores e à população em geral da cidade, com escolas que vão desde creches até o ensino médio, cursos, instituições de ensino superior, supermercados, agências bancárias, clínicas médicas, consultórios e hospitais, farmácias,

revendedoras de automóveis, hotéis, lojas de roupas, tecidos, colchões, materiais de construção, teatros, bares, restaurantes, lanchonetes, livrarias, pequenos *shoppings*, boates, laboratórios, centros comerciais, casas de decoração, postos de gasolina, dentre outros. Desse modo, a localidade tornou-se um importante bairro residencial e uma área de concentração de diversas atividades de comércio e serviços, ficando cada vez mais atrativo.

No intuito de complementar a análise sobre o bairro da Pituba, foi utilizado alguns dados sobre o perfil socioeconômico da população, a fim de compor um painel sobre o grupo comunitário que habita esse bairro. Tais dados foram obtidos através do Censo IBGE 2010 e do Painel de Informações da CONDER (2016), como: o rendimento dos responsáveis por domicílios, população residente por cor/raça e o perfil de longevidade da população.

Segundo o Censo do IBGE (2010), a cidade do Salvador contava com uma população de 2.675.656, com uma densidade demográfica de 3.859,44 (hab/km²), enquanto o bairro da Pituba tinha uma população de 65.160 moradores, apresentando a densidade demográfica de 17.189 (hab/km²), sendo o terceiro bairro mais populoso do município, perdendo apenas para os bairros de Brotas, com 70.158 habitantes, e Itapuã, com 66.961. Em 2010, a cidade do Salvador apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) classificado como alto, enquanto a Pituba teve índices maiores, classificados como muito alto, segundo os dados da CONDER (2016).

Os responsáveis por domicílios do bairro da Pituba em 2010 apresentavam um rendimento médio mensal de R\$ 7.513,10 conforme os dados do CONDER (2016), ocupando uma posição de destaque e ficando entre os bairros com maior rendimento na cidade do Salvador. Neste mesmo período, o rendimento médio dos responsáveis por domicílios da cidade do Salvador era de R\$ 1.452,00 – cinco vezes menor que a Pituba. Se comparado com os rendimentos dos responsáveis pelos domicílios em salários mínimos, a Pituba chega a ter 23,6% de sua população recebendo de 10 a 20 salários mínimos, enquanto a cidade do Salvador não passa de 3,5% da população.

Para comparar a diferença do perfil da população em relação à cor/ raça foram usados os dados coletados pelo IBGE (2010). Mais da metade da população do bairro se declarou branca, com 55,5%; já preta/parda foi em torno de 43,1% e Amarela/Indígena apenas declarado por 1,4%. Diferente do que aconteceu em Salvador, onde a maioria da população se declara preta ou parda com 79,48%, branca com 18,90% e Amarela/Indígena com 1,6%. A diferença nos dados apresentados pelo IBGE pode ser contextualizada através do histórico social em que a população autodeclarada branca detém melhores condições sociais e econômicas, como acontece no bairro da Pituba.

Para apresentar os dados sobre o perfil de longevidade da população do bairro da Pituba, foi feita também uma comparação com a cidade do Salvador, apresentando os percentuais das diferentes classes por idade e mais o grau de envelhecimento, conforme dados do IBGE (2010) apresentados na tabela 01. Em relação ao bairro da Pituba, pôde ser observada uma maior participação de pessoas com idade superior a 65 anos, se comparado com Salvador.

Tabela 01 – Perfil de longevidade entre residentes

	SALVADOR	PITUBA
ATÉ 14 ANOS	20,66%	12,30%
DE 15 A 64 ANOS	73,20%	76,28%
65 ANOS OU MAIS	6,14%	11,40%
GRAU DE ENVELHECIMENTO	29,71	92,72

Fonte: IBGE (2010).

Ao fazer a análise das variáveis apresentadas, confirmou-se a construção de um espaço privilegiado, em que seus moradores apresentam diferenças socioeconômicas relevantes. Quando comparado aos dados da cidade do Salvador o bairro da Pituba se apresenta como um espaço com boas condições para morar, pois tem os equipamentos e infraestrutura indispensáveis para atender a seus moradores.

2.1 OS PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS

A área onde atualmente existe o bairro da Pituba pertencia a Manoel Dias da Silva, que tinha uma grande reserva de terra disponível em sua fazenda e

planejava ver uma parte ocupada. Com essa finalidade, de acordo com Santos e outros (2010), convidou Theodoro Sampaio para fazer o projeto do mais novo bairro de Salvador. Segundo a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia – ADEMI-BA (1993), os primeiros lotes foram adquiridos por famílias de classe média, que tinham a intenção de transformar em casas de veraneio devido a grande dificuldade de acesso ao local já que o transporte coletivo só chegava até o bairro de Amaralina naquela época.

Após a morte de Manoel Dias da Silva, seu cunhado assumiu a responsabilidade de prosseguir com o loteamento das terras da Fazenda Pituba. E no dia 20 de junho de 1922 foi registrado no Cartório do 2º Ofício de Imóveis da cidade do Salvador sob o número 7.719, a escritura de doação de Vitorina Pereira da Silva, viúva de Manoel Dias da Silva, dos terrenos que constituíam a Fazenda Pituba a seu irmão Joventino Pereira da Silva.

Joventino promoveu a venda dos lotes de parte da Fazenda Pituba, e buscou apoio das autoridades públicas do estado e do município, no sentido de requerer ações visando à melhoria da área conforme pode ser constatado a seguir através dos vários encontros entre Joventino Pereira da Silva com políticos, inclusive com o Governado do Estado da Bahia. Segundo Corrêa (2005, p. 16), “[...] os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de status”.

Joventino nasceu em 11 de março de 1884, no estado de Minas Gerais, teve dois filhos, o engenheiro Belmiro Guimarães da Silva e Judith Silva Oliveira, a qual foi casada com o engenheiro e prefeito da cidade de Salvador Nelson de Oliveira. Joventino procurava melhorias para o bairro através da ação do poder público, fazia publicidade dos lotes da Pituba nas festas do Rio Vermelho, distribuía panfletos com versos enaltecendo as amenidades ambientais do loteamento, oferecia incentivos para quem comprasse os lotes, a exemplo da doação de tijolos para construção.

Participava de eventos com a presença de diversas autoridades, como as ocorridas durante o processo de construção da Estrada Rio Vermelho até a

Pituba, quando Joventino, segundo a reportagem do *Jornal A Tarde*, do dia 10 de novembro de 1927, recebeu o governador Góes Calmon e outras autoridades, a exemplo do deputado Licínio de Almeida, que foram recepcionados em sua propriedade após a inauguração do início das obras para a construção da Estrada. Segundo essa reportagem, houve um grande empenho de Joventino para que a obra acontecesse, configurando assim sua importância diante da classe política baiana.

De acordo com a reportagem do *Jornal A Tarde*, no dia 26 de março de 1928, o comerciante e fazendeiro voltou a receber em sua residência, após a inauguração de um trecho da estrada de rodagem Amaralina até a Pituba (atual avenida Manoel Dias da Silva), para participar de uma recepção, o governador Góes Calmon, os deputados Licínio de Almeida e Eutychio Bahia, entre outras autoridades. Esses deputados foram os autores do projeto da Câmara responsável em destinar recursos para a construção da estrada que mais tarde viria a se transformar na principal via de circulação do bairro até a década de 1950.

Além de trabalhar na venda dos terrenos do loteamento, Joventino também se dedicava à plantação de coqueiros, árvores frutíferas, horta, criação de gado, bem como à venda de lenha e carvão, que eram usados como combustível na época, além da comercialização de vários produtos. Dessa forma, “[...] Pacientemente, conseguiu plantar mais de 40 mil coqueiros nos quatro quilômetros de orla marítima de Amaralina ao Jardim de Alá”. (JORNAL DO BRASIL, 10/10/1980).

Também buscou medidas para proteger a Fazenda Pituba e impedir a invasão de suas terras com a colocação de seguranças. Isso ajudou na preservação da área para o mercado formal de habitação, com a implantação de diversos loteamentos regulares no local. Segundo Traços e Laços (2007, p. 18 apud SOUZA, 2008, p. 50), “[...] O administrador da Fazenda, Joventino Pereira da Silva, ficou conhecido na região por colocar capangas para proteger a propriedade”.

Esse agente foi atuante no sentido de fazer concessões de terrenos visando o desenvolvimento da área, a exemplo de quando doou uma área de 1.800

metros de comprimento por 50 metros de largura, no intuito de que nessa área fosse construída a avenida que mais tarde receberia o nome de Antônio Carlos Magalhães. Essa doação aconteceu na década de 1960, no período em que era prefeito da cidade do Salvador, Nelson de Souza Oliveira, cujo governo aconteceu de 1964 a 1967. Foi também na gestão de Nelson Oliveira que as ruas do bairro da Pituba começaram a ser asfaltadas.

Joventino cedeu 750 mil metros quadrados, onde foi instalado o atual Parque da Cidade que recebeu o seu nome, e foi inaugurado em 1975. Em 1949, iniciou-se a construção da Igreja Nossa Senhora da Luz, na área doada por Joventino Pereira da Silva e sua esposa Alcina Guimarães da Silva, em devoção a Nossa Senhora da Luz, e inaugurada em 9 de julho de 1960. O terreno onde está localizada atualmente a Escola Nossa Senhora da Luz na Rua Rio Grande do Sul também foi cedido por Joventino. Ele participava de eventos como os que aconteciam na sede da Sociedade Hípica na Pituba, com o nome de Caça à Raposa, na década de 1940, que era mais uma opção de lazer para os moradores.

Observa-se, então, que Joventino foi uma figura importante no bairro, e graças a ele e às suas iniciativas junto aos órgãos públicos do estado e da prefeitura que o bairro se transformou e se valorizou, visto que ele usava a influência perante o poder público para trazer projetos que iriam contribuir com o desenvolvimento e a qualidade de vida dos residentes, sendo ele e seus familiares parte integrante desse bairro. Com trabalho cumprido, Joventino Pereira da Silva faleceu no dia 05 de outubro de 1980, aos 96 anos de idade, na cidade do Salvador.

2.2 OS AGENTES PÚBLICOS E SUAS AÇÕES

Os agentes públicos, por sua vez, estiveram presentes durante todo o processo de produção e transformação do espaço urbano do bairro da Pituba. Eles atuaram promovendo condições de ocupação com a criação das vias de circulação, regulamentação do uso do solo, com investimentos em infraestrutura e equipamentos que ajudaram na valorização do espaço urbano desse bairro. Nesse sentido, “[...] O Estado, dentro dessa lógica, exerce um

papel fundamental, pois mantém o controle administrativo, normativo e policiado dos espaços [...]” (TORO, 2015, p. 10).

Em sua formação inicial, o bairro da Pituba foi beneficiado com ações promovidas por órgãos públicos por meio de seus representantes legais, como a construção da estrada ligando Amaralina a Pituba, o que facilitou a chegada e a saída do local. Desse momento, uma reportagem da época registrou, quanto ao governador: “[...] O Sr. Góes Calmon, governador do Estado, dirigiu-se de automóvel à Pituba onde se procedeu ao lançamento da primeira pá de terra, marcando, assim, o início dos trabalhos da estrada de rodagem que ali vai ter” (JORNAL A TARDE, 10.11.1927). Posteriormente, aconteceu a inauguração da iluminação elétrica em 1930, o que contribuiu também para atrair futuros moradores.

Dentre as leis e decretos que tiveram influência direta na organização do espaço urbano do bairro da Pituba, pode-se destacar a aprovação, em julho de 1932, do Loteamento Cidade da Luz – o primeiro da Pituba, direcionado ao uso residencial e comercial com 807 lotes de 360 m², dos quais 628 lotes haviam sido ocupados até 1976. Outra ação promovida pela prefeitura que também influenciou diretamente no desenvolvimento do bairro foi o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), responsável pela construção do primeiro Plano de Urbanismo da Cidade, entre 1943 e 1947. Os trabalhos do EPUCS resultaram em uma legislação de zoneamento para a cidade, um código de urbanismo e, sobretudo, na implantação das avenidas de vale, lançado como Lei Municipal nº 701/1948.

Em relação ao zoneamento proposto pelo EPUCS, torna-se relevante para o estudo sobre o bairro da Pituba a divisão dos sete Setores Residenciais (SR) da cidade. O bairro da Pituba estava localizado no setor Residencial-Leste SR-7, considerado naquela época como de fraca densidade demográfica. E segundo informações da Prefeitura de Salvador (1976a), neste setor era permitida a exploração de jardim, horta ou pomar, indústria de criação de aves e animais de pequeno porte, além de ser considerado como a primeira zona de expansão da cidade.

O EPUCS também dedicou atenção especial para o sistema viário, projetando as avenidas de vale para facilitar a circulação das pessoas e dos automóveis. A construção das avenidas de vale no entorno do bairro da Pituba, como as avenidas Antônio Carlos Magalhães, Tancredo Neves e Magalhães Neto, contribuíram para facilitar o acesso ao bairro, o que, conseqüentemente, colaborou para promover a ocupação da área.

Na sequência de ações promovidas na esfera municipal, as quais foram importantes para o desenvolvimento do bairro da Pituba, houve a promulgação da Lei nº 1038, de 15 de junho de 1960. Com essa lei, o bairro da Pituba passou a pertencer ao subdistrito de Amaralina, formado também pelos bairros do Rio Vermelho e Amaralina. Simultaneamente, a lei delimitou o bairro no que tange à sua territorialidade: “É a área compreendida pelo loteamento ‘Cidade da Luz’ ao longo da avenida Otávio Mangabeira, desde seu início, até a entrada da estrada que vai para o Colégio Militar” (SALVADOR, 1960, p. 102).

Igualmente, mais uma ação relevante foi a criação do Projeto Pituba, um plano proposto pelo Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador (PLANDURB) para a área da Pituba, em junho de 1976, visando regulamentar e disciplinar o uso do solo deste local, regulamentado pelo Decreto Lei nº 5065, que instituiu a Zona Homogênea da Pituba, em 30 de novembro de 1976. O Projeto Pituba correspondia à delimitação da Fazenda Pituba, onde o ponto inicial era o Loteamento Cidade da Luz. Faziam parte da Zona Homogênea da Pituba, além do bairro da Pituba, os loteamentos Itaigara e Caminho das Árvores, os quais, atualmente, fazem parte dos 163 bairros do Município de Salvador, cercados por vias importantes e inseridos no novo centro econômico da cidade. Por sua vez, este começou a ser implantado na década de 1970.

Outra ação que influenciou na transformação da cidade do Salvador e, conseqüentemente, no crescimento do bairro da Pituba, foi o processo de industrialização ocorrido na região metropolitana da cidade. Nesse segmento, o governo do estado da Bahia teve um destacado papel no que se refere ao planejamento, criando condições para atrair as empresas com investimentos no sistema viário, incentivos fiscais e financeiros, além de criar e preparar boa parte da infraestrutura necessária para implantação das atividades industriais.

A Pituba foi favorecida porque teve um aumento da ocupação de sua área, tornando-se um dos bairros preferidos para habitação e consumo da classe média e média alta da população, motivados também pela disponibilidade de infraestrutura, fazendo do bairro um dos preferidos para os trabalhadores dos polos industriais que buscavam melhor qualidade de vida e comodidade na cidade. Conforme se observa:

Estudos empíricos revelam que em 1986 (SILVA E PEREIRA, 1987 apud BRITO, 1993, p. 37), eram 45.000 funcionários diretos ou indiretos no COPEC, destes 16% moravam em Salvador, preferencialmente, aqueles com renda média de 15,3 a 54,5 salários mínimos [...]. (ANDRADE, 2005, p. 71).

2.3 PROMOTORES IMOBILIÁRIOS

No bairro da Pituba, os promotores imobiliários surgiram em um momento de intensa urbanização trazida pelo processo de industrialização que acontecia na Região Metropolitana de Salvador e pela expansão do tecido urbano com a construção das avenidas de vale. Esses agentes aproveitaram o momento de grande crescimento populacional que ocorria na cidade, com rebatimento direto no bairro da Pituba e implantaram diversos empreendimentos direcionados tanto para habitação (edifícios, condomínios fechados e loteamentos) como para o comércio e serviços.

Os promotores imobiliários encontraram no bairro da Pituba uma estrutura implantada devido às ações de melhorias promovidas pelo Estado. Dessa forma, aproveitaram para desenvolver seus empreendimentos, trabalhando intensamente com vistas a uma maior rentabilidade. Eles contribuíram para o processo de transformação do espaço urbano no bairro da Pituba, trazendo um novo padrão de construção através da substituição de antigas casas unidomiciliares existentes por novas construções verticalizadas, alterando as formas de ocupação do solo desse bairro.

Tendo em vista que a deteriorização começava a comprometer os bairros centrais já na primeira metade da década de 70, o novo bairro da Pituba surgia como uma 'válvula de escape' para solucionar o problema de moradia de parte da população que poderia dar liquidez aos investimentos do setor imobiliário. (BRITO, 1993, p. 30).

Na década de 1970 surgiu o Loteamento Jardim Pituba, aprovado em 1970, com 231 lotes em 21 hectares e 17 torres (conhecido atualmente como Parque

Júlio Cesar), o Loteamento Parque Nossa Senhora da Luz, e outros que contribuíram para o processo de verticalização do bairro. A construção de edifícios foi uma excelente maneira que os promotores imobiliários encontraram para fazer a multiplicação do solo urbano no bairro da Pituba e aumentar seus lucros.

Os investimentos na área de habitação através de financiamentos e oferta de recursos financeiros pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), voltado à produção de empreendimentos imobiliários, possibilitaram a expansão das construções para o mercado formal de habitação. Ao mesmo tempo, colaboraram para a expansão urbana do bairro da Pituba, pois se possibilitou maior acesso aos recursos públicos voltados para a construção de casas e apartamentos no local.

Um conjunto de fatores contribuiu para uma eficiente reprodução do capital imobiliário no bairro da Pituba. Entre eles estão a demanda por habitação formal, a presença de amenidades naturais e outros, o que permitiu ao setor imobiliário atuar de maneira concentrada nesse espaço, principalmente através da indústria da construção civil.

2.4 EXCLUÍDOS SOCIAIS: OCUPAÇÕES POPULARES NO BAIRRO DA PITUBA

Nos bairros da cidade do Salvador existem diversos tipos de habitações, algumas acontecem de forma regulamentada, através de loteamentos aprovados pela prefeitura, condomínios particulares de casas e apartamentos construídos pelo setor imobiliário e destinados à venda, além das iniciativas do poder público através da construção de habitações populares. No entanto, outros tipos de moradias ocorrem sem qualquer tipo de regulamentação ou ajuda do poder público, como as ocupações irregulares denominadas Bico de Ferro, na década de 1960, Cai Duro e Baixa Fria do Camurugibe, na década de 1980, que se instalaram no bairro da Pituba.

A ocupação Bico de Ferro ficava próxima à Avenida Octávio Mangabeira e recebeu esse nome devido a um bar localizado na área. Mas, em 29 de novembro de 1967, com a presença do prefeito Antônio Carlos Magalhães, a

prefeitura conseguiu destruir todas as casas existentes na ocupação, em meio ao protesto por parte dos moradores que ficaram desolados assistindo à retirada de suas moradias.

Com a retirada da ocupação, muitos moradores ficaram sem ter onde morar e a prefeitura encontrou locais para abrigar essas pessoas. Segundo a reportagem do *Jornal A Tarde*, “Os moradores do Bico de Ferro, que realmente ali residiam foram alojados em algumas casas alugadas pela prefeitura, localizadas na Boca do Rio, outros instalados em pensões.” (A TARDE, 29/11/1967). Depois da retirada das casas da invasão Bico de Ferro, a prefeitura iniciou os trabalhos de urbanização da área e a construção do Parque Jardim dos Namorados no mesmo local, sendo este inaugurado no dia 31 de março de 1969.

A invasão Bico de Ferro não foi a única ocupação irregular que se instalou no bairro da Pituba. Na década de 1980, instalou-se na área e nas proximidades a União Paraíso, uma enorme invasão, localizada entre a avenida Magalhães Neto, no bairro da Pituba, e o STIEP, formada por ocupações menores como Cai Duro, Baixa Fria, Areal, Tubo e Rocinha do STIEP. O poder público se mobilizou no sentido de buscar meios para fazer a retirada desse conjunto de invasões.

Nesse processo de transferência forçada, também fizeram parte as invasões Cai Duro e Baixa Fria do Camurugibe, localizadas no bairro da Pituba, às margens da Avenida Magalhães Neto. E, segundo o *Jornal A Tarde*, do dia 13 de janeiro de 1989, o terreno onde estava localizada a invasão Cai Duro pertencia à empresa Tradição S/A, a qual desde 1985 já havia conseguido uma ordem judicial para a retirada dos moradores.

Após a remoção dos barracos, a prefeitura atuou promovendo o melhoramento da área com investimentos públicos, visando preparar esse terreno para receber as novas ocupações através de loteamentos regulamentados, o que não demorou a acontecer. A área onde estava localizada a invasão Cai Duro foi ocupada por uma população de renda média e alta, surgiram vários empreendimentos particulares, entre eles o Colégio Módulo. Segundo Corrêa

(2005, p. 63): “[...] Os terrenos de maior preço serão utilizados para as melhores residências, atendendo à demanda solvável”.

Segundo o *Jornal A Tarde* do dia 19/01/1989, no que diz respeito à ocupação Baixa Fria do Camurugibe, localizada à margem direita da avenida Magalhães Neto, sentido Orla Atlântica, algumas de suas famílias foram transferidas em 1989 junto com a remoção da ocupação Cai Duro e das outras ocupações irregulares localizadas nas proximidades. No entanto, parte dos moradores dessa ocupação continua ocupando o mesmo local até os dias atuais, conforme observado na figura 01.

Figura 01 – Ocupação Baixa Fria do Camurugibe, 2017



Fonte: Google Maps, 29/10/2017.

De acordo com um contato informal estabelecido com uma moradora de 54 anos, que residi na ocupação Baixa Fria do Camurugibe há 34 anos, mãe de seis filhos e sete netos, todos nascidos e criados na ocupação, ela acredita que atualmente 150 famílias morem nesse local. Segundo a moradora, o terreno é particular e nunca foi reivindicado por qualquer dono ou herdeiro. No entanto, ainda não foi reconhecido legalmente através de escritura, pagam IPTU, água e energia elétrica. Ainda conforme essa senhora, no início da ocupação seu barraco era de tábua e quando chovia alagava tudo, mas aos poucos a área foi aterrada o que melhorou as condições da moradia.

No caso do bairro da Pituba, as ocupações irregulares foram praticamente removidas em sua totalidade, restando a pequena ocupação Baixa Fria do Camurugibe, que ainda vem resistindo às investidas do poder público e privado.

Seus moradores permanecem acreditando na possibilidade de verem suas casas regularizadas através das escrituras definitivas dos imóveis, cedidas pela justiça.

CONCLUSÃO

Inserido no espaço urbano da cidade do Salvador, o bairro da Pituba foi produzido seletivamente para atender a uma determinada camada da população, constituído pelo público de alta e média renda, atendendo à expansão do mercado formal de habitação. Os agentes sociais, especialmente os públicos, foram responsáveis em dar condições para que os proprietários fundiários e os promotores imobiliários dessem prosseguimento a seus projetos de urbanização da área.

Desse modo, atuaram, então, fornecendo meios para que esse espaço operasse de forma mais eficiente, através da regulamentação do uso do solo, criação de vias de circulação, com investimentos em infraestrutura, entre outras condições que proporcionaram o melhor aproveitamento da área. Igualmente, com essas ações, houve o favorecimento da elevação dos preços dos terrenos e imóveis.

Conclui-se, portanto, que o estudo sobre o bairro da Pituba pode ser um importante relato da produção social do espaço urbano da cidade do Salvador, contribuindo para o entendimento das articulações entre os diferentes agentes que fizeram parte desse processo, tais como o poder público, agentes fundiários e promotores imobiliários. Além disso, destaca-se o caráter ilustrativo do bairro, quanto às diversas formas de ocupação do solo e em relação às transformações espaciais acontecidas na localidade, a partir da sua implantação, de 1919 até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

ADEMI-BA. Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia. **Perfil Sócio-Econômico da população de Salvador e a potencialidade do mercado imobiliário:** Região, Pituba/Itaigara/Caminho das Árvores. Salvador, 1993.

ANDRADE, A. B. **O espaço em movimento:** a dinâmica da Pituba no séc. XX. Salvador: EDUFBA, 2005.

BRITO, Cristóvão de Cassio da Trindade. **Impactos econômicos recentes e a expansão do bairro da Pituba**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Painel de informações**: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro/Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS - Organizador). 5ª ed. Salvador: CONDER/INFORMS, 2016.

CORRÊA, Roberto L. **Espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Brasil: IBGE. 2010.

JORNAL A TARDE. **A cidade avança pelo litoral**: A primeira pá de terra para a estrada Amaralina Pituba. Jornal A Tarde, Salvador, 10/11/1927.

JORNAL A TARDE. **A estrada de rodagem para a Pituba**. Jornal A Tarde, Salvador 26/03/1928.

JORNAL A TARDE. **A futura Cidade Luz**: os “bungalows” da Pituba reclamam água e luz, uma estação de veraneio concorrida. Jornal A Tarde, Salvador, 06/12/1929.

JORNAL A TARDE. **A Pituba vai inaugurar a iluminação elétrica**. Jornal A Tarde, Salvador, 07/02/1930.

JORNAL A TARDE. **Operação Bico de Ferro**. Jornal A Tarde, Salvador, 29/11/1967.

JORNAL A TARDE. **Invasores não querem transferência**. Jornal A Tarde, Salvador, 13/01/1989.

JORNAL A TARDE. **Moradores resistem e mudança da união paraíso não acontece**. Jornal A Tarde, Salvador, 19/01/1989.

JORNAL DO BRASIL. **Morre o plantador de coqueiros das praias baianas**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10/10/1980.

OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. **A área do Iguatemi**: o novo centro econômico da cidade do Salvador: uma análise da produção espacial de novas centralidades. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador – BA. **Decreto Lei nº 701 de 09 de março de 1948**: Dispondo sobre a divisão e utilização da terra na zona urbana da Cidade, regulando o loteamento de terrenos situados na mesma zona e dando outras providências. Salvador, 1948.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador – BA. **Lei nº 1038 de 15 de junho de 1960**: fixa a delimitação urbana e suburbana dos distritos e subdistritos do Município do Salvador, divide a cidade em bairros e dá outras providências. Salvador, 1960.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador – BA. **Lei nº 1664 de 02 de dezembro de 1964**: oficializa as denominações das ruas que compõem o loteamento Cidade da Luz na Pituba subdistrito de Amaralina. Salvador, 1964.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador – BA. **EPUCS** – Uma Experiência de Planejamento Urbano. Salvador: OCEPLAN, 1976a.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador – BA. **Projeto Pituba**: Cadernos OCEPLAN – Série Programas e Projetos 1. Salvador: OCEPLAN/PLANDURB, 1976b.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador – BA. **Lei nº 5065 de 30 de novembro de 1976**: Institui a Zona Homogênea da Pituba e dá outras providências. Salvador, 1976c.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador – BA. **Lei nº 8473 de 27 de setembro de 2013**: Aprova os valores unitários padrão – VUP de terreno e de construção, altera dispositivos da lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Salvador, 2013.

SAMPAIO, Theodoro. **Relatório dos estudos e projetos para uma cidade nova (A Cidade Luz)**: Na Pituba, dos terrenos de propriedade do Sr. Manoel Dias da Silva. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antônio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia. **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA/ SEMA, 2010.

SOUZA, Tatiane dos Santos. **Cultura e desenvolvimento local**: reflexões sobre a experiência do Programa Viva Nordeste. 2008. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia – UFBA: Salvador, 2008.

TORO, Mariana Alejandra Roedel Salles. **A Produção do Espaço e Suas Contradições**: Possibilidades para a construção de novos caminhos. Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço, v. 4, n. 1, 2015.



O DIREITO À IMAGEM CULTURAL DA CIDADE NAS TRANSFORMAÇÕES IMAGÉTICAS DA BARRA

Márcia Maria Couto Mello³²

Luan Britto Azevedo³³

Lays Britto Azevedo³⁴

RESUMO

O presente estudo, de natureza exploratória, tem por objetivo buscar elementos que possibilitem a compreensão da evolução do desenho, da arquitetura e do significado dos espaços públicos, visando identificar as modificações urbanas nas imagens do trecho que corresponde à Avenida Oceânica e à Avenida Sete de Setembro, na Barra, importante bairro da cidade de Salvador, Bahia, entre os séculos XVI e XXI. Os critérios metodológicos utilizados basearam-se na pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica, além da pesquisa de campo, para a captura de imagens atuais que possam ser comparadas a imagens de outras épocas. O estudo aqui proposto integra uma pesquisa que se desenvolve através do Grupo de Pesquisa Cidades, Urbanismo e Urbanidades, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS/Laureate International Universities), com o apoio do Programa de Iniciação Científica.

Palavras-chave: arquitetura e urbanismo; imagem da cidade; transformação urbana.

ABSTRACT

The objective of this exploratory study is to search elements that allow the understanding of the evolution of the design, architecture and meaning of public spaces, in order to identify the modifications of the urban images in the stretch that corresponds to Avenida Oceânica and Avenida Sete de Setembro, in Barra, an important neighborhood in the city of Salvador, Bahia, between the 16th and 21st centuries. The methodological criteria used were based on the bibliographical, documentary and iconographic research, as well as field research, for the capture of current photographic images that can be compared to images from other epochs. This study integrates a research that is developed in the Research Group Cidades,

³² Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), Professora Titular e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (PPDRU/UNIFACS); Líder do Grupo de Pesquisa Cidades, Urbanismo e Urbanidades.

E-mail: mellomarcia@uol.com.br.

³³ Graduando em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Salvador (UNIFACS). Integrante do Grupo de Pesquisa Cidades, Urbanismo e Urbanidades (PPDRU/UNIFACS). E-mail: luanbritto42@gmail.com.

³⁴ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS). Integrante do Grupo de Pesquisa Cidades, Urbanismo e Urbanidades (PPDRU/UNIFACS). E-mail: laysbritto1@gmail.com.

Urbanismo e Urbanidades (PPDRU) with the support of the Programa de Iniciação Científica da Universidade Salvador – UNIFACS / Laureate International Universities.
Keywords: architecture; urbanism; image of the city; urban transformation.

PARÂMETROS DO ARTIGO

Salvador, capital do Estado da Bahia, é uma cidade dotada de geografias, arquiteturas e espaços urbanos de indiscutível potencial imagético, o que também pode ser percebido no bairro da Barra, particularmente nos trechos da Avenida Sete de Setembro e da Avenida Oceânica, em iconografias capturadas ao longo dos séculos – fator que confirma a escolha do recorte espaço-temporal desta pesquisa.

De natureza exploratória, este estudo se desenvolveu a partir de um levantamento bibliográfico, visando levantar dados capazes de historiar o processo de evolução urbana do bairro da Barra e, em paralelo, encontrar aporte teórico que possibilitasse uma leitura iconográfica das imagens que dali se constroem de forma ampla, considerando arquiteturas, modificação dos espaços urbanos e as urbanidades que naquele espaço podem ser percebidas. Também foi necessária uma pesquisa de campo para desenvolver a percepção sobre o espaço e para que imagens atuais pudessem ser fotograficamente capturadas, sob ângulos e vertentes semelhantes às imagens do século passado, as quais foram selecionadas em acervos pessoais de colecionadores. Por conseguinte, a análise do material coletado se fundamentou em conceitos engendrados sobre a imagem da cidade, além da própria visibilidade.

A imagem, dentro do contexto urbano e social, pode ser entendida como uma atmosfera criada, intencionalmente ou não, com a capacidade de impregnar o imaginário coletivo através de um conjunto de códigos que evocam uma ideia específica ao se pensar num objeto. Segundo Ferrara (2000, p. 11), “a percepção da imagem da cidade é um elemento indispensável à produção da identidade e à compreensão dos significados urbanos”.

Enquanto Pesavento (1999, p. 16) argumenta que “a imagem da cidade é a própria identificação do espaço urbano, compreendido como um todo na sua materialidade imagética”, para Lynch (1999, p. 9), a “imagem ambiental da cidade pode ser decomposta em: identidade, estrutura e significado”.

De acordo com Mello (2011 e 2004, p. 45-9), a imagem que se captura de uma cidade se dá entre *perceptos* e *afectos*, pois ela é “uma representação resultante de todas as experiências, impressões, posições e sentimentos que as pessoas têm em relação a um determinado espaço”, entretanto, a leitura de um espaço urbano, feita a partir do conjunto representado nas imagens dos componentes da paisagem, precisa ser analisada e interpretada de forma ampla e múltipla, levando-se sempre em consideração as relações históricas, iconológicas e contextuais que as justifiquem, pois o que interessa para a leitura e a interpretação da paisagem urbana vai estar além da sua condição formal.

É necessário entender porque partes da cidade, assim como partes de um organismo vivo, são mais privilegiadas que outras. Para tal, a arquitetura se mostra uma aliada fiel, capaz de denunciar necessidades que foram priorizadas, modas e tendências de determinado período, ou até mesmo ideais nacionais. A escala de análise da arquitetura de um lugar vai desde o micro, pessoas e suas necessidades, até o macro, todo o contexto urbano no qual se insere (MELLO, 2004).

A BARRA

Com o nome de São Salvador, a primeira capital do Brasil foi fundada em 1549, pelo decreto de D. João III, rei de Portugal. O ponto de chegada da esquadra portuguesa que trazia Thomé de Souza para ser o primeiro governador-geral do Brasil, foi a Ponta do Padrão, atual praia do Porto da Barra, onde foi erguido o Marco de Fundação da Cidade do Salvador (fig. 1).

Figura 1: Marco de Fundação da Cidade de São Salvador, inaugurado em 1952



Fonte: <http://www.bahia-turismo.com/salvador/barra/marco.htm> (acesso 08/8/17)

Porém, antes mesmo da sua fundação, na cidade já haviam se estabelecido alguns europeus, dos quais, alguns conviviam com as tribos indígenas tupis (Tupinambás e Tupiniquins) no bairro da Barra. Segundo Moureau (2011), naquela área habitava uma comunidade indígena em cerca de 300 cabanas, dispersas entre a Ponta do Padrão e a enseada.

Com a chegada de Thomé de Sousa, a cidade ganhou uma arquitetura com caráter de fortaleza e uma organização política, dando início, de fato, à cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos (MOUREAU, 2011). Entre o século XVII e XVIII, da Ponta do Padrão à enseada foram edificadas arquiteturas que ainda hoje representam iconograficamente o bairro da Barra e até mesmo a cidade de Salvador, a exemplo do Forte de Santo Antônio (onde mais tarde foi construído um farol), o Forte de Santa Maria e o Forte de São Diogo.

Contudo, apesar do desembarque e do marco oficial de fundação erguido nas areias da praia do Porto da Barra, a implantação da cidade de Salvador ocorreu na atual zona portuária, por questões estratégicas de segurança, onde uma acentuada escarpa que divide a cidade em dois planos favorecia a defesa contra invasores estrangeiros e índios não catequizados. Considerada como um dos limites ao sul da cidade, a Barra permaneceu até meados de 1860, ocupada apenas por roças, sítios e chácaras, com o solo “todo coberto de verdura e casas de campo” (TOLLENARE, 1956 apud HOLTHE, 2002, p. 36), conforme se observa na figura 2.

Figura 2: cartão postal da Barra, anos de 1910



Fonte: acervo pessoal da autora

No início do século XX, o governo de José Joaquim Seabra buscava, por meio das reformas de modernização da cidade, retomar a importância de Salvador com relação às atividades portuárias, além de atrair e incentivar as indústrias e o comércio. As intervenções se concentraram para expandir a cidade, solucionar os problemas de saneamento e alargar as vias centrais, em primeiro plano, mas tinham como ideal embelezar a cidade nos moldes parisienses, seguindo o modelo haussmaniano (MELLO, 2004).

Ao processo de modernização foi incluído o aterro de grandes áreas e uma nova reconfiguração espacial também direcionou o crescimento da cidade para a zona da Barra, que passou de um espaço característico de quintal e veraneio a um requisitado bairro residencial da elite baiana. Nas primeiras décadas do século XX, a imagem da Barra sofria modificações a partir das novas arquiteturas que se edificavam em terrenos mais amplos, o que possibilitava iluminação e ventilação aos ambientes internos das casas que podem ser observadas nas figuras 3, 7 e 13.

Figura 3: cartão postal do Porto da Barra, início do século XX



Fonte: acervo pessoal da autora

Dava-se início ao processo de urbanização na Barra, já reconhecida desde aquela época como um importante bairro soteropolitano e grandes investimentos foram feitos para a ampliação das principais vias de acesso – a Avenida Sete de Setembro (interligando a Barra ao Centro) e a Avenida Oceânica (ligando a Barra ao Rio Vermelho, fotografada em visadas opostas nas figuras 3 e 4).

Figura 4: obras na Avenida Oceânica, Barra-Rio Vermelho, início do século XX



Fonte: acervo pessoal da autora

Conforme registrou Mello (2004), além da execução das obras, era necessário divulgar o processo de modernização que construía uma nova imagem afrancesada para a cidade que seria divulgada para o mundo como up-to-date, em cartões postais. Isso justifica as inúmeras imagens fotográficas que ilustram os cartões postais com cenas de execução das melhorias que estavam sendo feitas em toda a cidade, incluindo as várias etapas das grandiosas obras que envolviam técnicas construtivas modernas para implementar e adequar as novas vias de acesso a Barra à topografia da cidade (fig.4).

No decorrer do século XX, a Barra foi escolhida para a instalação de novas arquiteturas, incluindo espaços comerciais, e no século XXI passou por um grande processo de transformação do seu espaço urbano. Atualmente, observa-se que a sua imagem é pontuada por arquiteturas militares do século XVII, construções remanescentes com estética art nouveau e art déco, além de edificações com uma estética contemporânea. Ao se analisar a sua imagem, percebe-se que a arquitetura iconológica existente na Barra confirma uma construção imagética singular sobre os seus espaços, repletos de historicidade, significados e significantes.

A ARQUITETURA ICONOLÓGICA E A IMAGEM DA BARRA

Para lastrear este ensaio foram selecionadas iconografias de alguns monumentos arquitetônicos edificados ao longo das avenidas Sete de Setembro e Oceânica, que possibilitam a construção imagética do bairro da

Barra, os quais podem ser visualizados no mapa da figura 5. São prédios inseridos na paisagem e espaços urbanos que se destacam não apenas pela forma arquitetônica que exibem, mas também devido às características históricas e valores simbólicos que possibilitam compreender as transformações que ali ocorreram ao longo do tempo.

Figura 5: Localização de elementos iconológicos, configuradores da paisagem na Barra



Fonte: elaborado pelo autor, com base no Google Earth <https://earth.google.com/web/> (28/12/2016)

O Forte de Santo Antônio da Barra (figura 6), também conhecido como Farol da Barra, marcado no mapa em vermelho, foi por muito tempo considerado um símbolo de cidade segura para Salvador, sua aparição era constante em mapas da Bahia de Todos os Santos, principalmente nos séculos XVII e XVIII. A divulgação ilustrando esta fortificação não se deve somente à sua importância histórica, mas foi estrategicamente usada no início do século XX para construir a imagem de uma cidade protegida contra ataques estrangeiros, assim como para remediar a ideia de ameaça indígena no entorno da Villa do Pereira, que se situava na Barra (MELLO, 2004).



Fonte: acervo pessoal da autora

Fonte: acervo pessoal da autora

Tombado como patrimônio histórico e cultural, além de sediar o Museu Náutico da Bahia, o Farol da Barra atualmente é tido como um ponto de referência para o Carnaval de Salvador, servindo de principal plano de fundo para imagens capturadas constantemente pelas emissoras de televisão, identificando e divulgando a cidade. Trata-se de um ícone arquitetônico que constrói uma imagem simbólica para a cidade ao longo dos séculos e o reconhecimento do seu potencial imagético perpassa pelas ideias de Lynch (1999), Ferrara (2000), Pesavento (1999) e Mello (2004).

Em visada oposta à figura acima, as arquiteturas que podem ser vistas na Avenida Oceânica, fotografadas no início do século XX (figura 7), registram a época em que a cidade se afrancesou e adotou a estética art nouveau em meio às tradicionais fachadas do estilo colonial barroco.

Figura 7: cartão postal, Avenida Oceânica, início do século XX



Fonte: acervo pessoal da autora

Como apontado anteriormente, a Avenida Oceânica em plena fase de construção, em 1914 (figura 4), já era símbolo da modernização. A transformação interferiu diretamente na imagem do bairro, que ganhou infraestrutura, como novos meios de transporte, água encanada e iluminação elétrica, passando a abrigar novas tipologias arquitetônicas, configurando uma imagem de “cidade urbanizada européia”, típica da Belle Époque.

Ao longo do Porto da Barra (indicado em verde no mapa, que pode ser visualizado da figura 13 a 16), o Forte de Santa Maria (arquitetura vista à margem direita das figuras 13 e 14), sinalizado no mapa pela cor preta, também é um marco histórico e arquitetônico identificador da paisagem da Barra.

Com menos expressão imagética, o Forte de São Diogo (sinalizado pela cor roxa no mapa e visto ao fundo das figuras 1, 15 e 16) compunha, junto às outras duas fortificações da Barra, um triângulo de defesa na área onde as caravelas aportavam, e, mais tarde, o fogo cruzado que disparavam evitava que as embarcações entrassem na Baía de Todos os Santos. Tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as fortificações que representam a arquitetura militar do período colonial são monumentos de indiscutível valor histórico e arquitetônico para a cidade de Salvador.

Outro ícone arquitetônico edificado na Barra é o Edifício Oceania, sinalizado no mapa pela cor amarela (ao fundo da figura 8 e nas figuras 11 e 12), erguido em 1942 (no terreno vazio que pode ser visto na figura 3) confirmando a presença do estilo art déco na imagem da cidade de Salvador. A arquitetura moderna que pode ser vista em algumas poucas casas da figura abaixo, capturada do singelo Morro do Cristo (cor azul no mapa, ponta à direita das figuras 11 e 12),

contribuía para contextualizar o prédio na imagem da cidade em meados do século XX.

Figura 8: cartão postal da Avenida Oceânica, Edifício Oceania e Farol da Barra, anos de 1950



Fonte: acervo pessoal da autora

A IMAGEM DA BARRA ENTRE OS SÉCULOS

O contraste que se percebe entre a imagem da Barra do passado e da atual é grande, conforme se observa nas figuras 9 e 10, capturadas de ângulos semelhantes, da Avenida Oceânica. As avenidas que se adaptaram às imagens modernizadas de outras épocas, atualmente reportam uma imagem de cidade tropical urbanizada, que privilegia o turismo e as atrações noturnas, características que juntamente com o evento do carnaval se configuraram como principais aspectos levados em consideração nas últimas intervenções, feitas no governo do atual prefeito, Antônio Carlos Magalhães Neto.

Figuras 9 e 10: Avenida Oceânica, início dos séculos XX e XXI



Fontes: cartão postal e fotografia, acervo dos autores

As fotografias acima (figuras 9 e 10) evidenciam uma descontinuidade arquitetônica, empobrecida do ponto de vista estético, devido às características tipológicas do conjunto de edifícios que constroem a paisagem. A imagem da Barra, portanto, dependente ainda da qualidade das edificações monumentais históricas que se tornaram referência iconológica e um marco simbólico da sua paisagem, as quais continuam sendo os pontos mais visitados e valorizados pelos turistas.

Percebe-se que não houve o aproveitamento de uma estética inovadora, como a que pode ser vista nas construções antigas da secular Avenida Oceânica, para configurar a imagem que é vendida atualmente. A arquitetura ali edificada nas últimas décadas produziu prédios comuns, que poderiam estar inseridos em qualquer lugar, sem carregar uma simbologia própria, diferente do Forte Santo Antônio ou do anteriormente citado Edifício Oceania, que pode ser visto nas figuras 11 e 12, fotograficamente capturado nos anos de 1950 e em 2016, respectivamente.

Figuras 11 e 12: Edifício Oceania, séculos XX e XXI



Fontes: www.salvador-antiga.com/barra/edificio-oceania.htm (28/12/2016) e acervo do autor

Segundo o Inventário do Docomomo (2007), “o Edifício Oceania foi marcante por ser uma edificação em altura, em local ocupado por baixo gabarito. Apesar das inovações formais, não influenciou a produção arquitetônica local”. Construído no contexto da Segunda Guerra Mundial, foi primeiro edifício multiresidencial de grande porte edificado na Bahia propondo um novo modelo de moradia, até então desconhecido, já que o padrão social da época era uniresidencial.

Contudo, a Barra foi e ainda é considerado um bairro nobre da cidade de Salvador. Ao se caminhar pelas suas principais avenidas percebe-se como a urbanização e apropriação dos lotes deixaram de se aliar ao contexto maior da imagem, para corresponder às necessidades mais urgentes, como a construção de edifícios multifuncionais, por exemplo, sobretudo a partir da década de 1970.

Nas capturas feitas a partir de eixos de visadas semelhantes, nas figuras 13 e 14, com fotografias do Porto da Barra, se percebe nitidamente que a imagem é pontuada pela presença do Forte de Santa Maria. Expostas lado a lado, as fotografias também possibilitam uma observação das modificações tipológicas e arquitetônicas que construíram a imagem da Barra, ao longo dos séculos.

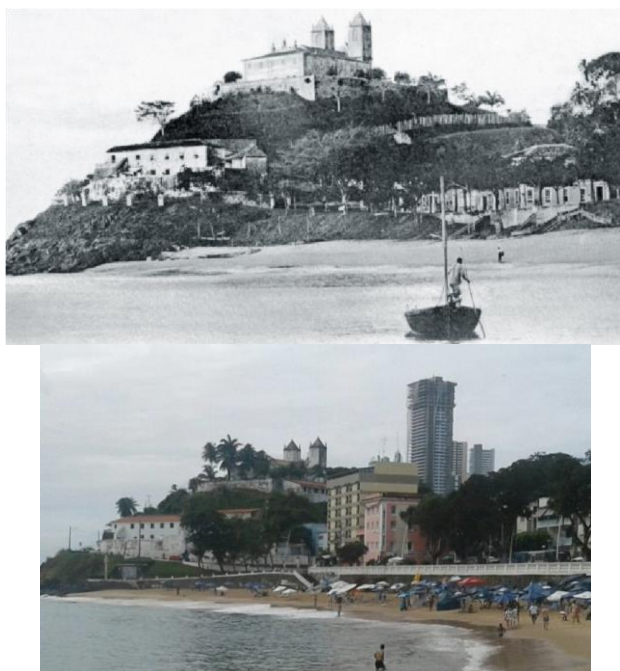
Figuras 13 e 14: Porto da Barra e Forte de Santa Maria, século XX e XXI



Fontes: cartão postal e fotografia, acervo dos autores

As fotografias das figuras 15 e 16, registradas de pontos de captura inversos às anteriores proporcionam a visualizar o Forte de São Diogo e, ao alto, a Igreja Santo Antônio da Barra. Quanto ao trecho da Avenida Sete de Setembro, entre o Forte de Santa Maria e o Forte de Santo Antônio, pode-se observar como a urbanização alterou a imagem que se tem do espaço, quando muitos casarões e antigos palacetes foram substituídos por edifícios, ao mesmo tempo em que a vegetação nativa foi dizimada.

Figuras 15 e 16: Porto da Barra e Forte de Santa Maria, século XX e XXI



Fontes: cartão postal e fotografia, acervo dos autores

A imagem das figuras 14 e 16 mostram o Porto da Barra em seus dias atuais. Percebe-se nestas fotografias a ameaça que os atuais espigões representam à imagem da cidade, ao se constatar que as torres da pequena igreja ficam suprimidas nas imagens. Confirma-se uma desconfiguração da vista frontal daquela orla, quando os arranha-céus desviam a atenção do observador para transformar belos monumentos, como o Forte de São Diogo a Igreja de Santo Antônio da Barra, em elementos secundários da paisagem.

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Este estudo evidencia que a imagem que se constrói sobre um lugar está intimamente ligada à simbologia dos elementos que ela possa retratar (LYNCH, 1999; PESAVENTO, 1999; FERRARA, 2000; MELLO, 2004). Enquanto um sistema semiológico, a arquitetura comunica tanto pela expressão, quanto pelo conteúdo e os objetos arquitetônicos são elementos significantes que simbolizam significados passíveis de decodificação através da funcionalidade (ECO 1974; MELLO, 2004).

Na Barra, observa-se a dependência dos diversos ícones arquitetônicos para a construção de imagens. Através das arquiteturas seculares, aquele bairro tem a capacidade de reconstruir a história da cidade, enquanto as arquiteturas

erguidas ao longo dos séculos informam os modos de coexistir com o bairro e com a cidade em cada tempo.

Conforme as fotografias recentemente capturadas na Barra, observa-se que muitos prédios do nosso patrimônio histórico e cultural continuam presentes, apesar de terem tido suas funcionalidades revistas.

As transformações urbanísticas efetivadas naquele bairro foram radicais e confirmam a sua importância para a cidade. A abertura de grandes avenidas, no início século XX, tinha como objetivo principal a expansão da cidade e, logo em seguida, interligá-lo a outros bairros, o que valorizou e dinamizou o espaço. As transformações ocorridas na segunda metade do século XX contribuíram para a valorização imobiliária e confirmaram a Barra como um local de moda, quando expressivos empreendimentos do comércio e de serviços se instalaram naquele bairro, que era habitado e frequentado pela elite soteropolitana. Inclusive, a Avenida Oceânica foi o ponto de lazer e encontro mais famoso da cidade, até os anos de 1980, quando prevaleceu o modismo pelos espaços semiprivados dos shoppings centers.

Entretanto, a requalificação feita no século XXI, não pode ser entendida sob a mesma ótica positiva das transformações anteriores. A reconfiguração urbana advinda do Projeto de Requalificação da Orla da Barra, nesta última década, atende principalmente as necessidades dos turistas e privilegia grandes festas populares, a exemplo do carnaval. A proibição ao acesso de veículos em diversas ruas, associada à falta de espaços planejados para estacionar, inclusive nas duas grandes avenidas da orla, modificou vertiginosamente a dinâmica do bairro, que subitamente sofreu uma expressiva desvalorização imobiliária e a maior parte dos estabelecimentos de comércio e serviços tiveram suas portas fechadas.

Consequentemente, face a um projeto urbanístico que não teve por base a opinião dos seus moradores, a Barra se transformou em um espaço desarticulado da cidade e a sua imagem foi visivelmente alterada. Tais intervenções interferiram significativamente no direito que os soteropolitanos têm em relação à cidade, no que tange à preservação e à construção da história da cidade de Salvador, restringindo a história da Barra cada vez mais à

presença das edificações seculares, que ainda resistem ao tempo pela força simbólica e qualidade arquitetônica que possuem.

Percebe-se que não existem no bairro programações culturais nem locais que tenham como objetivo valorizar a sua história, informando e proporcionando uma vivência mais rica àqueles que frequentam esse espaço urbano. Ou seja, que não se tenha apenas um viés turístico e econômico como foco principal de uma intervenção urbana, mas, sobretudo que seja garantido o direito ao enriquecimento da vida urbana, a partir do fomento à cultura e integração dos cidadãos e à sua própria história, já que estes são agentes transformadores do espaço urbano. Estes fatores, se levados em consideração, de certo modo poderiam contribuir para que o bairro continue a ser um local diferenciado, mas afastando-o do perigo de torna-se apenas um cenário.

Hoje, o bairro encontra-se bastante pobre em relação aos elementos que configuram uma paisagem “de alto padrão”, o que nos remete a questionamentos sobre os impactos que se delinearão nas próximas décadas sobre o bairro da Barra.

REFERÊNCIAS

- ECO, Umberto. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp, 2000.
- HOLTJE, Jan Mauricio O. van. Quintais urbanos de Salvador: realidades, usos e vivências do século XIX. 284f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.
- Inventário do Docomomo Brasil / Arquivo PPGAU-UFBA – International working parting for documentation and conservation of buildings, sites, neighbourhoods of the modern movement. **Ficha mínima do Edifício Oceania**. 2007. Disponível em: http://www.docomomobahia.org/fm/docomomo_ed_oceania.pdf (03/08/17)
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MELLO, Márcia Maria Couto. **Salvador multimagética**: a imagem do Bairro do Comércio construída através dos cartões-postais (1890-1950). 259f.
- Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

_____. **Modas, arquiteturas e cidades**: interfaces, conexões e interferências. 263f. Tese de Doutorado (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
MOREAU, Filipe Eduardo. **Arquitetura militar em Salvador da Bahia – séculos XVI a XVII**. 373f. Tese de Doutorado; (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade** – visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro; Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PINHEIRO, Eloisa Petti. **Europa, França e Bahia** – difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002.



PLANEJAMENTO URBANO DE TERESINA (PI): considerações sobre direito à cidade e empresariamento urbano na Agenda Teresina 2030

Thiago de Sousa Costa³⁵

Décio Estevão do Nascimento³⁵³⁶

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo discutir o planejamento urbano de Teresina (PI) a partir dos conceitos de direito à cidade e empresariamento urbano. Para tanto, é feita a análise da Agenda Teresina 2030, documento que apresenta um plano de metas, ações e diretrizes para a gestão pública municipal. Quanto aos procedimentos investigatórios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Como resultado, pode-se constatar que a Agenda Teresina 2030 apresenta pontos de convergência para as duas bases teóricas, a do empresariamento urbano e a do direito à cidade, representando um exemplo da complexidade e contradição do planejamento urbano brasileiro.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Agenda Teresina 2030. Direito à Cidade. Empresariamento Urbano.

ABSTRACT

The present work has as main objective the urban planning of Teresina (PI) and the concepts of city law and urban entrepreneurship. To do so, the Teresina Agenda 2030 is analyzed, a document that presents a plan of goals, actions and guidelines for municipal public management. As for the investigative procedures, this is a case study that uses bibliographic and documentary research. As a result, it can be seen that the Teresina Agenda 2030 presents points of convergence for the two theoretical bases, that of urban entrepreneurship and that of the right to the city, representing an example of the complexity and contradiction of Brazilian urban planning.

Keywords: Urban planning. Agenda Teresina 2030. Right to the City. Urban Entrepreneurship.

³⁵ Mestrando em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: thiago_costa000@hotmail.com

³⁶ Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: decioen@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Brasil é cada vez mais urbano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, a taxa de urbanização do país ficou em 85,1%. Essa nova realidade exige que o poder público utilize cada vez mais instrumentos de planejamento para atender às demandas da sociedade.

A Agenda Teresina 2030 pode ser considerada um exemplo desses instrumentos, uma vez que trata de temáticas próprias dos instrumentos do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2008), instituído pela Lei N° 10.257 de 10 de julho de 2001. Lançado em 2015, o documento apresenta o planejamento do poder público local para um período de 15 anos. Com quase 900 mil habitantes (TERESINA, 2015), a capital do estado do Piauí é a única dentre as demais do Nordeste brasileiro a não estar na faixa litorânea e tem como marco histórico o fato de ser a primeira cidade planejada do país.

O presente estudo busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: a lógica do planejamento inserida na Agenda Teresina 2030 está mais alinhada à perspectiva do direito à cidade ou ao empresariamento urbano? Para tanto, traça-se como objetivo principal caracterizar a perspectiva de planejamento predominante inserida na Agenda Teresina 2030. Como delimitação teórica da pesquisa, pretende-se olhar a Agenda Teresina 2030 sob a perspectiva de dois vieses teóricos, o do empresariamento urbano (HARVEY, 1996; VAINER, 2012), e do direito à cidade (LEFEBVRE, 2009; HARVEY, 2012). A pesquisa é conduzida a partir de técnicas que levam à estrutura descritiva do caso em si e, para este trabalho, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

O estudo se justifica, primeiramente, porque as cidades são importantes bases de poder para se trabalhar (HARVEY, 1996). Ademais, o atual contexto das cidades exige “uma compreensão mais ampla do planejamento, em particular, do planejamento urbano, enquanto parte da produção social pública do espaço, que permita compreender a natureza política das práticas espaciais do Estado” (LIMONAD, 2015, p. 97).

PLANEJAMENTO URBANO

Yiftachel (1989), originariamente, definiu as três vertentes que agrupam os diversos modelos e teorias de planejamento urbano do século XX: analítica, processual e da forma urbana. Com base nesse esquema já consagrado, Ester Limonad (2015) realizou uma nova sistematização a partir do cruzamento dessas três categorias gerais com o objetivo de detalhar pontos convergentes e divergentes bem como propor uma reflexão crítica do planejamento urbano. Tal trabalho resultou nas seguintes articulações. Para o autor, a lógica do planejamento urbano acaba por ficar subordinada às perspectivas meramente técnicas; os modelos apresentados, portanto (LIMONAD, 2015, p. 97):

não reconhecessem as contradições inerentes ao sistema capitalista e o caráter estrutural das desigualdades socioespaciais para a produção do espaço abstrato do capital. Tampouco possuem uma perspectiva teórica sobre o planejamento que inclua as dimensões sociais, políticas e institucionais envolvidas na produção pública do espaço. Por conseguinte, a maioria resvala para um reducionismo acrítico, subordinado aos problemas a serem sanados a uma perspectiva (técnica) do planejamento.

É a partir dessa reflexão que Limonad (2015) insere o direito à cidade como perspectiva possível de responder aos pontos críticos expostos e que sugere um urbanismo crítico, ou seja, aquele que subverte a lógica da forma em busca do rompimento das barreiras disciplinares; capacidade esta não verificada nos outros modelos já consagrados pela literatura.

DIREITO À CIDADE

Classificado por Harvey (2012) como um direito humano, o direito à cidade foi originariamente cunhado por Henri Lefebvre em 1968. Na obra, o autor questiona o urbanismo positivista, até então em voga nas economias capitalistas e planificadas, pelo fato de só poderem “entrar para prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a cidade”, (LEFEBVRE, 2009, p. 31). Assim, a proposta é uma nova forma de pensar a cidade, deixando em segundo plano a técnica dos planejadores para incorporar a ótica dos cidadãos, uma vez que a cidade é resultado da interação das pessoas em determinado contexto e condições históricas (LEFEBVRE, 2009).

Na perspectiva de Lefebvre (2009), o espaço urbano proporciona as condições para a reprodução das relações capitalistas. Desse modo, todo o processo de

transformação histórica das cidades acaba por transformá-las definitivamente em uma mercadoria, sendo que, no presente contexto, o consumismo, turismo, indústria da cultura e do conhecimento são os motores dessa nova economia política urbana. Como resultado, vê-se o crescente processo de “destruição criativa”, que ocorre quando as populações mais pobres são desapropriadas do direito à cidade (HARVEY, 2012).

Se por um lado há uma exigência às necessidades de reprodução do capital; “de outro, um projeto, uma demanda coletiva por uma nova cidade, expressando o direito de reivindicar algo que não existe ainda, o direito a uma outra cidade” (SANTOS Jr, 2015, p. 204). Trata-se, portanto, de “um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (HARVEY, 2012, p.74). No que pese todos os problemas das cidades, o autor reconhece que “o compasso e a escala, surpreendentes, de urbanização dos últimos cem anos contribuíram para o bem-estar humano” (HARVEY, 2012, p. 73).

Certamente, o direito à cidade tem uma conotação utópica, projetando para o futuro um “possível-impossível”, o que, “ainda que não produza algo irreversível, pode produzir algo diferentemente reparável” (LEFEBVRE, 2001, p. 141). A democratização desse direito é uma exigência principalmente para as camadas excluídas socialmente, uma vez que se configura como uma possibilidade desses setores assumirem o controle do que há muito foi negado além de viabilizar a construção novas possibilidades de urbanização (HARVEY, 2012).

EMPRESARIAMENTO URBANO

Cunhada originariamente por Harvey (1996), a terminologia ‘empresariamento urbano’ é utilizada para explicar o novo momento pelo qual passa a administração urbana após a derrocada das ideias do gerenciamento urbano, que teve como estopim o choque do petróleo em 1973. Segundo esse autor, a crise econômica impactou diretamente as cidades de países de capitalismo avançado e fez com que debates fossem fomentados para a superação de tal entrave. A partir de 1980 passou-se a defender que “os governos urbanos

tenham que ser muito mais inovadores e empreendedores, abertos para explorar diferentes meios para avaliar suas condições miseráveis e assim assegurar um futuro melhor para as suas populações” (HARVEY, 1996, p. 49).

Esse novo posicionamento da gestão pública local deveria ser realizado da seguinte forma: criação de novas empresas, criação e preservação de fontes de emprego e provimento da infraestrutura necessária para remodelar e atrair novas atividades econômicas (HARVEY, 1996). A proposta, portanto, é que o governo local ofereça sua própria forma de empresariamento com o objetivo de fazer frente às mudanças sociais e econômicas causadas pela reestruturação tecnológica e industrial da economia capitalista. A nova filosofia de gestão é criticada por Harvey (1996) por não considerar a urbanização como um processo social:

O empresariamento urbano implica um grau de competição interurbano e atua como uma força coercitiva externa junto ao poder público local. Fatores como custo de mão de obra, taxação e regulação governamental, por exemplo, acabam por ser mais importantes do que questões essencialmente urbanas como são os casos dos custos do transporte e da habitação (HARVEY, 1996).

No Brasil, a temática do empresariamento urbano ganha relevância a partir dos trabalhos desenvolvido por Vainer (2012), segundo o qual o discurso do planejamento estratégico nas cidades “deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas” (VAINER, 2012, p. 76). Assim, o eixo da gestão urbana, então centrado em ‘questões urbana’, desloca-se para a ‘competitividade urbana’, configurando o que Vainer (2012) denomina criticamente como “cidade-mercadoria”. Assim, o eixo da gestão urbana, então centrado em ‘questões urbanas’, desloca-se para a ‘competitividade urbana’ (VAINER, 2012). O empresariamento, portanto, é configurado em três eixos: cidade-pátria, cidade-empresa e cidade-mercadoria (VAINER, 2012). Ou seja, as cidades acabam inserindo em seus planos estratégicos as mesmas potências e qualidades que as tornam competitivas frente outras cidades.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão aqui apresentada toma como base os conceitos sintetizados no Quadro 1:

Quadro 1 - Linhas teóricas e categorias de análise

Linha Teórica	Referência	Categorias de Análise
Direito à Cidade	LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2011.	direito à liberdade; direito à individualização na socialização; direito ao habitat e ao habitar; direito à obra (à atividade participante); direito à apropriação; sociedade como a realizadora do direito à cidade em detrimento das empresas e do Estado; planejamento orientado para as necessidades sociais; direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida; controle democrático do aparelho estatal; necessidades sociais como centro urbano de decisão;
	HARVEY, David. Direito à Cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.	controle democrático da produção; controle democrático do Estado; compartilhamento público das receitas.
Empresariamento Urbano	HARVEY, David. Direito à Cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.	consumismo; turismo; indústria da cultura; indústria do conhecimento; qualidade de vida urbana e cidade como mercadoria; Cidade fragmentada; influência do capital corporativo; gentrificação;
	HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debates, nº 39, 1996.	criação de novas empresas; criação e preservação de fontes de emprego e provimento da infraestrutura necessária para remodelar e atrair novas atividades econômicas, presença da parceria público-privada; riscos dos novos projetos assumidos pelo setor público e os benefícios, pelo setor privado; mais enfoque para a economia política local, em contraste com os antigos projetos que tinham como foco o território; competição interurbana; competição na divisão internacional do trabalho; divisão espacial do consumo; controle de operações financeiras; disputa por grandes empreendimentos públicos;
	VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 7ª edição, Editora Vozes, 2012.	aplicação dos instrumentos do marketing urbano (<i>city marketing</i>); subordinação da gestão pública à lógica do mercado (cidadeempresa); consenso em trono de um projeto de cidade (cidadepátria); reformas políticoinstitucionais que possibilitem assegurar as condições de produtividade e competitividade.

Fonte: Autoria própria (2018).

De autoria da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), a Agenda Teresina 2030 é fruto de uma iniciativa anterior, a Agenda Teresina 2015, lançada no ano de 2000 também visando o planejamento da gestão municipal e contemplando o mesmo período temporal. Na perspectiva do órgão, a cidade já vive o “futuro” e alcançou importantes avanços a partir da implantação da Agenda 2015, principalmente no que refere à saúde pública, aos ensinos infantil e fundamental, à assistência social (TERESINA, 2015). Apesar disso, a Agenda 2015 é criticada por “ter sido construído de forma fragmentada e centralizada, haja vista que a comunidade teresinense não foi convidada a construir a Agenda, através de discussões e debates, sendo apenas convocada para tomar conhecimento do conteúdo” (FAÇANHA; VIANA, 2012, p. 74).

No aspecto metodológico, a Agenda 2030 foi construída a partir das seguintes etapas (TERESINA, 2015): diagnóstico das mudanças ocorridas na cidade durante os últimos 10 anos; consulta aberta à população por meio do site ‘Pensar Mais Teresina’; realização de 12 oficinas com o engajamento de aproximadamente 1 mil pessoas; consulta às lideranças e dirigentes de instituições governamentais e da sociedade civil organizada; consulta a gestores públicos de órgãos das três esferas de poder; análise de documentos, estudos, planos e projetos já existentes e realização dois workshops; e, por fim, a validação do documento final durante a II Conferência da Cidade.

O documento é dividido em cinco eixos temáticos, “considerados prioritários em função das preocupações e dos sonhos da comunidade teresinense” (TERESINA, 2015, p. 27). Cada eixo é estruturado a partir de áreas específicas de atuação, onde se faz uma análise da realidade e as respectivas diretrizes e ações necessárias para solucionar as necessidades diagnosticadas.

Inicialmente, cabe destacar que a análise da Agenda Teresina 2030 evidencia a proposta do alcance dos fins em detrimento dos meios, a pouca participação da sociedade nas questões urbanas e subordinação da lógica dos planejadores à lógica política, nos moldes da crítica de Limonad (2015). Percebe-se, ao mesmo tempo, um avanço no sentido de se fazer um planejamento analítico-conceitual a partir do momento que a agenda prevê intervenções sistemáticas com o objetivo de reduzir problemas sociais e a desigualdade.

A Agenda apresenta evidentes características relacionadas ao empresariamento urbano. O próprio documento reconhece, ainda que implicitamente, os diferentes anseios dos atores da cidade ao mencionar que a Agenda é “síntese das experiências, ideias, interesses e sonhos da sociedade” (TERESINA, 2015, p. 11); ou seja, o poder público local vê a cidade como espaço de divergência de interesses, assim como argumenta Harvey (1996) e Vainer (2012). Apesar dessas disputas, busca-se construir um modelo de cidade pacificada, no modelo da “cidade única” criticado por Vainer (2012).

Outro ponto do empresariamento é a figura política central na articulação do documento. O prefeito da cidade, Firmino Filho (PSDB) está em seu quarto mandato à frente do executivo municipal e faz parte do mesmo grupo político que há mais duas décadas comanda a prefeitura. Trata-se, portanto, de uma liderança carismática, conforme aponta Harvey (1996).

Além disso, percebe-se a inserção da cidade na competição da divisão internacional do trabalho e no processo de globalização e interconexão entre grandes centros urbanos, do Brasil e do mundo. São exemplos dessa prática a proposta de qualificar a população local como forma de atrair investimento e não como mecanismo de proporcionar o pleno desenvolvimento e emancipação humana, e pela proposta de isenções tributárias para novos investimentos. No entendimento de Vainer (2012), trata-se da transformação da cidade em uma mercadoria disponível para o mercado de investidores. Outro exemplo desse tipo de empresariamento fica marcado na Agenda quando se propõe a transformação da cidade em um grande centro de turismo de eventos e serviços. Em certa medida, no entanto, essa linha de atuação pode ser compreendida pela própria tentativa de sobrevivência do poder público local frente às “regras do jogo” que estão postas e sendo praticadas por todos (HARVEY, 1996).

As instituições multilaterais e os consultores internacionais também desempenham importante influência na Agenda. Além do próprio documento afirmar ser fruto da conferência Rio Eco 92, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), também é possível verificar a influência que esses organismos têm na gestão pública local como, por exemplo, nessa recente matéria veiculada pela secretaria de imprensa do órgão: Agenda Teresina 2030

firma parceria com instituições internacionais. Trata-se, portanto, de mais um exemplo de planejamento urbano baseado em modelos pré-fabricados por instituições e consultores internacionais para replicação nas cidades dos países em desenvolvimento, nos moldes do que ocorre na crítica de Vainer (2012).

Sobre a participação, é possível perceber o peso maior que entidades empresariais e tecnocráticas tiveram na construção da Agenda. Das 14 entidades consultadas, apenas duas eram sindicatos de trabalhadores; todas as demais eram formadas por grupos empresariais locais organizados e conselhos de regulamentação profissional. Percebe-se, portanto, a falta de diálogo com movimentos populares como, por exemplo, associações de bairro. Tal fato converge para a crítica de que “a natureza política do planejamento, em que as decisões são tomadas de cima para baixo, tende a atender aos interesses hegemônicos a uma representação do espaço das classes dominantes” (LIMONAD, 2015, p. 98).

Ainda assim, se há alguma lógica positiva no empresariamento urbano, esta se centra na pretensão de construir uma agenda com a pretensão de ser participativa. “A ideia da cidade como uma corporação coletiva, na qual um sistema democrático de tomada de decisões pode existir, tem uma longa história no panteão das doutrinas e práticas progressistas” (HARVEY, 1996, p. 62). É verdade, no entanto, que foram tímidas essas formas de participação, o que se pode constatar pela quantidade de pessoas envolvidas nas oficinais, aproximadamente 1 mil, amostra pouco representativa frente a população local de mais de 800 mil habitantes. De toda forma, essa participação deve ser considerada um avanço, principalmente se comparado ao mesmo processo de formulação do último documento de planejamento da cidade, a Agenda 2015, já criticado por Façanha e Viana (2012) pela falta de participação popular.

Um ponto positivo do documento está no fato de não se portar como um instrumento de planejamento fechado. São exemplos dessa abertura, a explicitação do papel de atuar na integração dos instrumentos legais de planejamento do município como, por exemplo, os planos diretos, os planos plurianuais, os programas de metas, os orçamentos e planos setoriais e a instituição do Conselho Consultivo, cuja missão é a de “estar sempre vigilante em acompanhar, avaliar, ajustar, cobrar, propor novas prioridades e ações em

função de várias mudanças que possam ocorrer” (TERESINA, 2015, p. 11). Apesar de necessitar de um estudo pormenorizado, a previsão de tal instância é, sim, um dado positivo, já que insere um órgão colegiado de composição popular responsável principal pelas diretrizes do planejamento, o que vai em convergência com as diretrizes do Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001).

Vê-se também que o documento dedica atenção às questões urbanas ao tratar de temas típicos da área como, por exemplo, transporte, saneamento básico e habitação. Quanto a este último item, a Agenda destaca que “os novos programas habitacionais devem, além de priorizar locais com infraestrutura já implantada, eleger o modelo vertical das habitações para melhorar o uso das infraestruturas urbanas existentes” (TERESINA, 2015, p. 39). Dessa forma, não há uma congruência total à crítica apresentada por Vainer (2012), ao mencionar o deslocamento do eixo atenção do poder público local das questões urbanas para a competitividade urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se, portanto, que a Agenda Teresina 2030 Agenda 2030 transita entre as perspectivas do direito à cidade e do empresariamento urbano, com predominância para o primeiro referencial. A predominância do primeiro conceito é explicado, primeiramente, por buscar construir, ainda que timidamente, um novo tipo de planejamento urbano sob a perspectiva do direito à cidade. São exemplos disso a proposição de projetos voltados para as áreas coletivas de lazer e convivência, renovação e melhoria das habitações dos bairros periféricos, melhoria do saneamento básico local, ofertada de serviços públicos mais próximos ao cidadão etc.

Depois, ainda que seja um embrião de planejamento voltado ao direito à cidade, a Agenda Teresina 2030 já representa uma afirmação dos espaços urbanos como pertencentes a uma coletividade; ou seja, trata-se de um projeto utópico, de construção coletiva de algo que ainda não existe (HARVEY, 2012), mas já válida por subverter as lógicas de planejamento já consolidadas na literatura, nas burocracias e nos agentes políticos locais. A questão que pulsa neste debate e que pode ser analisada em estudos futuros é: à qual lógica o poder público

local mais se submete ao longo da implementação da agenda: a do direito à cidade ou a do empresariamento urbano?

Referências

BRASIL. **Estatuto da cidade**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

FAÇANHA, Antonio Cardoso; DA SILVA VIANA, Bartira Araújo. Planejamento e gestão urbana em Teresina (PI): notas da Agenda 2015 como plano diretor. **Revista Equador**, v. 1, n. 1, p. 60-78, 2012.

FERREIRA, A. D. D.; **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade**: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: Estudos Sociedade e Agricultura, abril 2002, número 18, UFRJ/CPDA: Rio de Janeiro, pp. 28-46.

FONSECA JÚNIOR, W. C. **Análise de Conteúdo**. In: DUARTE, J; BARROS, A. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2017.

HARVEY, David. Direito à Cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, nº 39 – 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011

LIMONAD, Ester. Muito Além do Jardim: **Planejamento ou Urbanismo, do que estamos falando?** In: COSTA, G; COSTA, H; MONTE-MOR, R (orgs.) Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana. Editora C/Arte Belo Horizonte, 2015.

SANTOS Jr, Orlando Alves dos. **Espaços Urbanos Coletivos, Heterotopia e o Direito à cidade**: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In: COSTA, G; COSTA, H; MONTE-MOR, R (orgs.) Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana. Editora C/Arte Belo Horizonte, 2015, (p. 193-213).

TERESINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. **Teresina: Agenda 2030 - a cidade desejada**. Teresina, 2015.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 7ª edição, Editora Vozes, 2012.



PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO: Fortaleza-ce como possível aplicador do sistema de informação geográfica de participação pública (ppgis)

Gisleidy Uchôa Tavares³⁷

Jéssica Mesquita Barbosa³⁸

Alexandre Queiroz Pereira³⁹

RESUMO

As metrópoles tendem a atrair grandes fluxos populacionais devido aos serviços e empregos que oferecem, e, dessa forma, elas crescem tanto espacialmente quanto populacionalmente, fazendo-se necessário planejar o desenvolvimento da cidade. Uma das maneiras de se planejar a cidade é utilizando a participação pública, onde a sociedade poderá participar e contribuir ativamente com o planejamento urbano. Nesse sentido, o presente artigo traz uma discussão sobre as estratégias de aplicação do Sistema de Informação Geográfica de Participação Pública (PPGIS) em FortalezaCE, considerando a população na tomada de decisões sobre o planejamento urbano, pois é ela quem produz e dinamiza o espaço, sendo assim, peça fundamental nas decisões da cidade. Considera-se a realização da aplicação do PPGIS primordial para entendermos a questão da participação pública no planejamento da cidade, ocasionando uma maior acessibilidade e democratização do planejamento urbano.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Participação Pública; Sistema de Informação Geográfica.

ABSTRACT

The metropolis tend to attract large population flows because of the services and jobs they offer, and thus they grow both spatially and population, making it necessary to plan the development of the city. One of the ways to plan the city is by using public participation, where society can participate and actively contribute to city planning. In this sense, the present article discusses the strategies of application of the Geographic Information System of Public Participation in Fortaleza-CE, considering the population in the decision making about urban planning, since it is the one that produces and dynamizes the space, being thus, a fundamental part of the city's decisions. It is considered the implementation of the PPGIS primordial to understand the issue of public participation in city planning, leading to greater accessibility and democratization of urban planning.

³⁷ Bacharelanda em Geografia, Universidade Federal do Ceará. E-mail: gisleidyuchoa@hotmail.com.

³⁸ Licencianda em Geografia. Universidade Federal do Ceará. E-mail: jessicambarbosa0@gmail.com.

³⁹ Professor Doutor em Geografia. Universidade Federal do Ceará. E-mail: aqpereira@ufc.br.

Keywords: Urban Planning; Public Participation; Geographic Information System.

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico, para Carlos (1992), produz-se em função da reprodução da vida humana, por outro lado, permite o desenvolvimento da produção capitalista. Dessa forma, podemos dizer que a cidade nasce e se expande à medida que ocorrem fenômenos sociais, culturais e econômicos. Segundo Santos (1994) o espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. Para Lefebvre (2001), cidade é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação. Dessa forma, podemos dizer que a cidade é espaço social apropriada pelos agentes produtores do espaço urbano (CORRÊA, 1995). Esses espaços se dinamizam e com isso, surge a necessidade de organizá-la de forma satisfatória para todas as esferas sociais, que ainda de acordo com Santos (1994) atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade.

Assim, o planejamento remete a um desenvolvimento do futuro da cidade, sendo necessária uma reflexão prévia para buscar evitar ou minimizar possíveis impasses, fazendo-se ele algo indispensável no pensar o espaço. Para Souza (2006), planejar sempre remete ao futuro, em que significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. O autor ainda defende que incorporar elementos de democracia participativa tanto na gestão como no planejamento, é uma alternativa à submissão acrítica ao mercado, além disso, também expõe que a experiência prática quotidiana e o “saber local” dos cidadãos deverão ter livre expressão e ser incorporados à análise e ao desenho da intervenção planejadora.

Souza (2000) aborda que quem planeja ou gere a cidade é o Estado, porém certos agentes modeladores do espaço também contribuem com esse planejamento, ressaltando que a parcela majoritária da sociedade civil, que não pertence a nenhum grupo dirigente, precisa qualificar se e organizar-se para

elaborar suas propostas e estratégias e lutar para pô-las em prática (diretamente ou pressionando o Estado).

Portanto, uma das maneiras de se planejar a cidade é utilizando a participação pública. Nesse sentido, o presente artigo traz uma discussão sobre as estratégias de aplicação do Sistema de Informação Geográfica de Participação Pública em Fortaleza-CE, considerando a população na tomada de decisões sobre o planejamento urbano, pois é ela quem produz e dinamiza o espaço, sendo assim, peça fundamental nas decisões da cidade.

ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE FORTALEZA-CE

A cidade de Fortaleza-CE está em constante expansão, tanto no âmbito social ou econômico. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população em 2010 era de 2.452.185 e em 2016 tem população estimada diante de 2.609.716 habitantes em uma área da unidade territorial de 314,930 km², sendo o PIB per capita de 19.494,40 reais em 2013. A capital cearense conseguiu esse status a partir do desenvolvimento e produção de algodão e da relação com o mar, estando propícia para escoar essa produção para o interior do estado.

Conforme Costa (2009), a preocupação com a organização do espaço urbano fortalezense ocorreu concomitantemente ao fortalecimento das capitais, resultante da nova ordenação política da Regência, na qual concentrava poderes nas sedes das províncias e ao crescimento econômico de Fortaleza, iniciado com a concentração de mercadorias e riquezas a partir da integração do Ceará na divisão internacional do trabalho, como exportador de algodão em 1818. Apenas depois da metade do século XIX, Fortaleza se tornou o núcleo social e econômico do Ceará, principalmente pelo grande número de obras estruturais recebidas, como estradas, rodovias e serviços urbanos. O embelezamento da cidade era um sinal de progresso e modernidade.

A política desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek favoreceu a industrialização e direcionou o fluxo migratório para as grandes cidades (COSTA, 2009). Por isso, pode ser chamada de Metrópole Sertaneja do Litoral

(SILVA, 2006), por conter características rurais e urbanas, onde os agentes de produção são os mais diversos, tratando-se da migração que mais se destaca nesse contexto. Após as grandes secas (1915, 1932, 1963, 1979) Fortaleza recebeu um grande contingente de pessoas em busca de oportunidades, sendo a população de Fortaleza em 1900 de 48.369, saltando para 78.536 em 1920, 180.185 em 1940 e em 1980, 1.308.919, segundo dados do IBGE.

Os movimentos migratórios intensificados a partir de 1950, estão ligados diretamente aos problemas da economia rural tradicional, principalmente da crise das culturas do algodão, cera de carnaúba, entre outras. Por outro lado, as questões fundiárias e a incidência das secas periódicas que atingem o Ceará, muito tem contribuído para as migrações do campo para as cidades e para a capital. (SOUZA, p. 135. 2006)

A população que se concentrava no centro da cidade começou a se expandir para as margens desta, dando origem assim a novos bairros. Grande parte dos geógrafos e historiadores culpa a especialização comercial do centro da cidade pelo esvaziamento residencial, pois isso atrairia pessoas de classes baixas, porém, segundo Dantas (2002) mesmo que a presença de pobres provoque rejeição das classes abastadas, ela não pode ser tida como determinante de sua fuga para a periferia. Estes segmentos da sociedade se retiravam do Centro para se estabelecer em áreas já ocupadas pelos pobres, notadamente ao norte e a leste.

Conforme Costa (2009), o crescimento populacional de Fortaleza provocou um adensamento no núcleo central, obrigando seus habitantes a irem gradativamente se afastando para as áreas periféricas, assim se fez o processo de metropolização, de modo desordenado e desigual do modo de vida urbano (SILVA, 2006), no qual se estende até a Região Metropolitana, porém, a centralidade continua em Fortaleza devido à infraestrutura urbana.

Nesse contexto, começaram a surgir os problemas urbanos das cidades modernas – os congestionamentos, os acidentes de trânsito, a poluição sonora e do ar, esses problemas afetam a toda população, que sofre suas consequências (COSTA, 2009). O planejamento urbano de Fortaleza ganhou destaque e os planos diretores surgiram como uma possibilidade de planejamento e remodelação da estrutura urbana de Fortaleza em um certo

período de tempo, de forma a viabilizar o crescimento da cidade de forma sustentável e com igualdade social.

A Constituição de 1988 estabeleceu a obrigatoriedade da organização urbana nos municípios com mais de vinte mil habitantes. A nova prática do planejamento urbano sob a perspectiva progressista, no Brasil, aponta para mudanças nas relações de poder na cidade (ACCIOLY, 2013). O primeiro plano diretor de Fortaleza foi feito em 1962 dividia a cidade em oito setores, entre eles o Mucuripe, Praia de Iracema, Jacarecanga e Pirambu.

Pode-se falar sobre planejamento participativo ao lembrar-se do governo municipal de Juraci Magalhães, em que no início do seu mandato, não havia a intenção da participação de movimento sociais, sendo incorporados apenas depois da intervenção da câmara municipal. Devido aos desgastes políticos com a câmara de vereadores e com o Governo do Estado, muitos dos seus projetos não obtiveram êxito, entre eles, o do Plano Diretor, fazendo-se necessária a contratação da Associação Técnica - Científica Engenheiro Paulo de Frodin (ASTEF) e a contratação de uma equipe técnica de emergência em 2002, totalmente oposto a participação pública e que prioriza obras infraestruturais. As reuniões com a população tinham mais o caráter de informar e homologar, tornando-se apenas um processo de legitimação do processo. Além disso, as entidades técnico-profissionais e comunitárias tinham níveis de participação diferente, sendo a segunda deslegitimizada, bloqueando a esfera democrática do planejamento (MACHADO, 2010).

Sob a gestão Juraci Magalhães o comando do processo de revisão foi vinculado à Secretaria de Infra-Estrutura Municipal (Seinf), enquanto na gestão Luizianne Lins o processo esteve a cargo da Secretaria de Planejamento (Sepla). Essa distinção aponta para uma concepção de planejamento urbano demarcada pela idéia de intervenção e controle urbanístico na gestão Juraci, enquanto na gestão Luizianne articula a revisão do Plano Diretor à busca de práticas inovadoras de planejamento e gestão. (MACHADO, p. 228. 2010).

Havia uma expectativa muito grande em relação ao posicionamento de Luizianne Lins em relação ao Plano Diretor que estava parado desde dezembro de 2004 por ser membro do Partido dos Trabalhadores, historicamente ligado aos movimentos sociais e lutas democráticas. Entre maio e junho de 2006 foram realizadas 14 Audiências Públicas Territoriais, uma em cada Área de Participação 167, elegendo 20% dos delegados ao Congresso do Plano Diretor

Participativo de Fortaleza (PDPFor) (MACHADO, 2010). Em dezembro de 2008, o projeto de lei foi votado e aprovado na câmara. Algumas das ações que ocorreram no Plano de Luizianne Lins foram às oficinas de leitura comunitária e audiências públicas temáticas, apresentando demandas e problemas, 80% dos delegados do plano foram eleitos nesses encontros e foram transmitidos pela televisão através de canais municipais.

O projeto “Pacto por Fortaleza: A Cidade que Queremos até 2020” também foi um importante projeto para Fortaleza, pertencendo a uma iniciativa da Câmara Municipal de Fortaleza que une pesquisas acadêmicas juntamente a participação da população em debate por questões sobre a cidade. O projeto conta com 5 eixos temáticos, sendo eles, segurança pública e cidadania, desenvolvimento econômico e social, qualidade de vida, mobilidade urbana, resíduos urbanos e geração de renda. O objetivo geral do projeto é realizar um diagnóstico da cidade de Fortaleza gerando subsídios para planos de intervenção urbana com vistas à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e pensando a cidade em seu processo de expansão para os próximos dez anos.

A exemplo da participação pública no planejamento urbano temos o projeto Fortaleza 2040, que segundo o site da Prefeitura de Fortaleza é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza, sob coordenação do Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR e Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC, no qual deverá produzir um plano de desenvolvimento para a cidade de Fortaleza com estratégias a serem implementadas no curto, médio e longo prazo, considerando questões ambientais, sociais e econômicas.

PLANEJAMENTO URBANO E A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

O Planejamento Urbano é importante para indicar prioridades na gestão do crescimento em uma cidade, de modo que contemple de forma igual o grupo social quando se trata de espacialidade, que seria a forma como a população se expande em determinado recorte e territorialização, onde as pessoas se fixam e se apropriam de uma localidade. Há outros métodos da natureza geográfica e social de se pensar a cidade, a exemplo temos, o uso dos mapas participativos, que se torna notório a contribuição da virtualidade na tarefa de mapeamento e

planejamento urbano, pois a globalização é uma possibilidade que nos permite, hoje em dia, ter acesso a mais informações e ferramentas.

Dessa forma, a participação pública se torna mais viável, o que se tem constituído em lei, no caso a participação pública em decisões políticas, pode ser viabilizada de forma efetiva, sem ser necessária a ida das pessoas a uma câmara municipal, por exemplo. A estrutura física distancia a população do poder, enquanto que a internet, que tem como função social a facilitação de trocas e armazenamentos de informações, consegue aproximar grande parte das pessoas. Segundo Freitas et al. (2013), a utilização de tais sistemas tem sido incentivada pelo Ministério das Cidades, que desenvolve atividades de capacitação dos técnicos das administrações municipais.

De acordo com Acselrad e Coli (2008) às diversas iniciativas de mapeamento que inclui populações locais nos processos de produção de mapas disseminaram-se mundialmente desde os anos 1990. Nesse contexto houve o surgimento e disseminação dos mapas participativos, em que diversas instituições têm sido envolvidas nesse andamento, podendo inserir a sociedade como fator principal para a elaboração dos mapas, criando assim um novo campo de estudos para a cartografia, a cartografia participativa. No Brasil, sobre a cartografia social e mapeamento participativo os projetos e tais mapeamentos começaram a ser desenvolvidos no início dos anos 1990, apresentando uma proliferação particular nos anos de 2005 e 2007, de acordo com Projeto “Experiências em Cartografia Social”, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/ Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2008.

Herlihy e Knapp (2003 apud Lima, 2010) defende que as pesquisas participativas consideram o conhecimento das populações locais no mesmo patamar do conhecimento dos pesquisadores e que de forma paralela, esses dois saberes, através de um respeito mútuo, trabalham conjuntamente em prol de um mesmo objetivo. Relata que a vantagem da participação das populações locais na pesquisa serve simultaneamente aos processos educativos, a conscientização e a mobilização social.

Sewell e Coppock (1977 apud Schlossberg e Shuford, 2005) afirmam que aqueles que têm um interesse legítimo devem ser incluídos na tomada de decisões. Envolver as pessoas afetadas, pois esses devem ter a maior voz na decisão e também são aqueles que podem contribuir com informações essenciais. A participação pública torna-se um meio para aumentar a potência e controle nessa tomada de decisão, gira em torno de usar a participação para aumentar o nível relativo de poder do cidadão, assim os excluídos se tornam motivados a utilizar a colaboração como uma abordagem de planejamento e política, incluindo o planejamento e a elaboração de políticas.

Conforme Randolph (2007) o planejamento comunicativo é um processo interativo e interpretativo onde deve permitir que os envolvidos debatam seus dilemas e contribuam com suas experiências, fazendo do planejamento comunicativo e não apenas inovativo. Ele tem potencialidades de mudança, de transformar condições materiais e relações de poder estabelecidas através do empenho contínuo tanto de criticar e desmistificar como de contribuir à crescente compreensão e denúncia de forças opressivas e dominadoras, ambiguidades e dilemas presentes nos processos comunicativos devem ser apropriados como potenciais criativos que enriquecem o esforço comunicativo.

Healey (1993 apud Randolph, 2007) defende que um planejamento transformador deve ter como elemento básico o debate; ou seja, precisa realizar aquilo que a autora chama de “virada comunicativa”. Para o autor, o planejamento colaborativo está voltado à mediação de conflitos e interesses e exige, por isto, a troca e circulação de informação irrestrita o que, por sua vez, deve ser assegurado através de uma ética do discurso no qual todos merecem respeito, tem a mesma voz e mesmo direito de se expressar.

De acordo com Klink e Denaldi (2011), a base conceitual da questão participativa tem origem nos anos 1980, desenvolvida inicialmente entre planejadores ingleses e norte-americanos e a aprovação do Estatuto da Cidade (EC), por meio da Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, criou a expectativa de mudança nos rumos da política e da gestão urbana na direção da construção de cidades mais justas, definindo e regulamentando instrumentos urbanísticos para fazer cumprir a função social da propriedade urbana e para legitimar a participação da sociedade. Acredita-se que a participação pública no planejamento urbano, além

de outras formas, poderá vir com o uso das Geotecnologias e do avanço das tecnologias de comunicação.

O SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (PPGIS)

As Geotecnologias são, de acordo com Rosa (2011), um conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informações com referência geográfica. O autor também destaca que, as geotecnologias são compostas por soluções em que juntos constituem poderosas ferramentas para tomada de decisões. Para Florenzano (2011), às geotecnologias referentes ao Sensoriamento Remoto e aos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) estão cada vez mais interligadas e afirma que suas aplicações nos diferentes campos do conhecimento têm aumentado, tendo uma vasta aplicação na Geografia, porém não tendo sido suficientemente explorado.

Dentre as geotecnologias podemos destacar o Sistema de Informação Geográfica (SIG), que é um sistema computadorizado, com ferramentas e meios tecnológicos projetados para coletar, armazenar, gerenciar e analisar as informações com referências sobre espaços geográficos e os dados associados, facilitando a gestão ou representação dos fenômenos que ocorrem, sendo esses fenômenos representados por meio de mapas online.

Os mapas online atualmente são cada vez mais importantes na percepção sensorial do espaço, pois há uma demanda significativa das pessoas no cotidiano cada vez mais globalizado e informatizado, assim cresce a necessidade de utilizar essa ferramenta para se situar geograficamente. Os mapas, conforme Schilossberg e Shuford (2005), pode facilitar o entendimento mútuo e comum acordo sobre fatos básicos podendo ser usadas para desenvolver confiança através de um conjunto diversificado de participantes. Assim, a Geografia nos dá um leque de possibilidades, e uma delas é o PPGIS (Public Participation Geographic Information Systems - Sistema de Informação Geográfica de Participação Pública), que atrela virtualidade à realidade social a partir de colaborações da população de uma determinada cidade, no caso, Fortaleza.

O termo PPGIS, de acordo com Acselrad e Coli (2008), estabeleceu-se em dois encontros da National Center for Geographic Information and Analysis (NCGIA) realizados em 1996, onde fundamentaram os avanços técnicos em contextos sociais e políticos. Foram constituídos no âmbito dos SIG (Sistema de Informação Geográfica), como técnica para desenvolver os mapas participativos e para ampliar o envolvimento público na formulação de políticas, empoderando os membros da comunidade na busca por melhorias de vida e aproximando as ações projetadas das realidades vividas por elas. Acredita-se que o acesso a essa ferramenta é parte essencial de uma democracia habilitada pelas tecnologias da informação, sendo o SIG um instrumento de capacitação e mudança social.

Segundo Pina e Painho (2014), a utilização de Sistemas de Informação Geográfica em processos de Participação Pública (PPGIS) é uma área de estudo que tem vindo a assumir uma importância crescente no âmbito da Ciência de Informação Geográfica, no qual têm contribuído para perceber a forma como as tecnologias de informação estão incorporadas na mudança das geografias sociais, políticas e econômicas. Os autores ressaltam ainda que o PPGIS integra as capacidades do SIG num conceito aberto de comunicação, criando oportunidades e ampliando a participação pública no processo de definição dos problemas e procura de soluções, influenciando as transformações das formas de poder.

ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO DO PPGIS EM FORTALEZA-CE

Foram elaboradas algumas estratégias de aplicação do método em Fortaleza, visto que nunca houve um planejamento participativo através do PPGIS na cidade, tornando-se importante pensar a questão do contato do grupo social com o mapa.

A aplicação do PPGIS pode se tornar viável em um recorte intraurbano de Fortaleza, como algum bairro ou regional, empregando-se a pesquisa experimental, por meio de simulações, que segundo Gil (2008) é realizado quando se determina um objeto de estudo, selecionam-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

Divulgação será um dos meios mais importantes para a aplicação do PPGIS, onde será feita por meio das tecnologias disponíveis pois considera-se de baixo valor e tem grande alcance, além de universidades e outras instituições de ensino. A divulgação também poderá ser feita em associação de moradores, lugar em que será explicada a importância da ação e de que forma ela pode amenizar os problemas urbanos de forma que fique claro o papel fundamental da população no planejamento urbano.

Apesar da expansão tecnológica, potencializada principalmente pela popularização de smartphones e internet, sabe-se que o acesso à informação não está disponível para todos, e muitas vezes se restringe a quem tem condições financeiras para a sua aquisição, podendo ser uma possível limitação da aplicação.

A aplicação deve ser disponível para toda a população, via internet e de forma voluntária, a fim de obter dados por meio de sinalizações no mapa, informações que serão utilizadas para analisar a cidade de forma participativa. Dessa forma, os dados serão mais precisos e os usuários além de autonomia no uso, será também parte fundamental da manutenção do mapa online.

Dependendo do objetivo da aplicação, poderão ser obtidos dados relacionados à identificação dos agentes sociais envolvidos; o transporte, como o tempo de deslocamento; arborização, na questão de saber aonde são necessárias mais áreas verdes; vulnerabilidade socioambiental, apontando problemas estruturais como saneamento ou danos ambientais e alagamentos, como forma de identificar áreas estratégicas que precisam de reparos. Assim, tendo-se uma visão desses espaços e sua importância comunitária, os problemas teriam mais visibilidade e poderiam ser consertados ou amenizados de forma mais efetiva, buscando mais atenção dos governantes.

Além disso, pode-se obter os dados sobre os agentes sociais envolvidos, que podem ser obtidos através de um questionário realizado na própria plataforma online, que antecede a inserção dos dados. No mapa interativo/participativo ainda é possível adquirir as informações inseridas através de um mapa de calor, indicando o local da cidade que houve maior participação da população, podendo fazer um levantamento geral da visão dos participantes sobre a cidade.

A análise da aplicação poderá ser realizada com o auxílio das informações contidas na plataforma online inseridas pelos próprios usuários. Tais informações poderão ser utilizadas para a análise da participação pública no auxílio para quantificar e qualificar os impactos sociais positivos e negativos do planejamento participativo e na verificação da qualidade do planejamento participativo para a população e entender também se ambas influenciam e modificam a dinâmica urbana.

É importante que a produção do mapa online esteja disponível aos órgãos competes de planejamento urbano para que possa servir como um banco de dados com informações sobre quais as áreas prioritárias de serviços públicos. Assim, torna-se possível identificar a Fortaleza que sua população quer ter, onde qualquer indivíduo pode contribuir com o planejamento do seu bairro e assim, compreender a visão dos habitantes com o futuro da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se a realização da aplicação do PPGIS, em Fortaleza-CE ou em qualquer outra cidade, primordial para entendermos a questão da participação pública no planejamento da cidade, ocasionando uma maior democratização e acessibilidade da população nesse planejamento e nas questões que envolvem a cidade. Importante também para verificar se a plataforma propicia de fato a participação popular no planejamento da cidade e averiguar se o planejamento participativo assegura um planejamento socialmente justo, melhorando o planejamento e seus efeitos sociais e econômicos.

Assim, o PPGIS poderá desempenhar, nesse contexto, um importante papel referente à participação pública mais acessível e democrática aos cidadãos, em que a participação do coletivo é potencializada pelos mecanismos web, facilitando a colaboração no ordenamento do espaço geográfico. Observa-se também as plataformas online como ferramenta de experiência de planejamento participativo, uma forma menos pragmática, quantitativa, mais humana e democrática, se inspirando em novas técnicas de planejamento.

Acredita-se que a inserção da população na tomada de decisões no planejamento urbano deve ocasionar mudanças positivas e voltar a atenção dos governantes para o pensamento da população a respeito da situação atual e

futura da cidade, a cidade que a sociedade almeja ter, pois é ela quem produz e dinamiza o espaço, sendo assim, peça fundamental nas decisões. Além da inserção do grupo social no planejamento urbano, a aplicação poderá ser relevante para os estudos de modelos aplicáveis no planejamento, atualizar informações da cidade por meio das participações, assim como também contribuir como subsídio às políticas públicas, tornando-se possível que as modificações na cidade supram de forma efetiva as necessidades da população.

Caso o presente trabalho e outros que propõem ideias significativas sejam refletidos e complementados com mais ideias no âmbito acadêmico e popular, sendo possível pôr em prática, acredita-se ser possível um planejamento urbano mais representativo perante os órgãos públicos e sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Vera Mamede. **Planejamento, planos diretores e expansão urbana:**

Fortaleza 1960-1992. 201 Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

ACSELRAD, Henri; Coli, Luis Régis. **Disputas cartográficas e disputas territoriais.** In: ACSELRAD, Henri (org). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ (2008).

CARLOS, Ana Fani. **Espaço e Indústria.** 5ª edição. São Paulo: Contexto, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. "**Planejamento e expansão urbana.**" DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA José Borzacchiello da; e COSTA, Maria Clélia Lustosa. De cidade à metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC (2009): 143-185.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista:** Estudo da maritimidade de Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. Geotecnologias na geografia aplicada: difusão e acesso. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 17, p. 24-29, 2011.

FREITAS, C. F. S.; GOMES, V. G; BORGES, M. Planejamento urbano com uso de sistema de informação geográfica: o caso de Feira de Santana, BA.

Universitas:

Arquitetura e Comunicação Social, Universitas: Arquitetura e Comunicação Social, v. 10, n. 1, p. 35-45, jan./jun. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ceará » Fortaleza**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230440>>. Acesso em: 09 de out. de 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Senso Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acesso em 12 de out. de 2016.

KLINK, Jeroen. DENALDI, Rosana. O plano diretor participativo e a produção social do espaço. O caso de santo andré (São Paulo). **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XV. Núm. 382, 2011. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-382.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, L.P.N.S. **Mapas sociais: propostas e perspectivas**. 2010. p.66. Monografia - Universidade de Brasília. Instituto de Ciências humanas, Departamento de Geografia.

MACHADO, Eduardo Gomes. **Planejamento urbano, democracia e participação popular**: o caso da revisão do Plano Diretor de Fortaleza (2003/2008). 2010. 451f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do CEARÁ, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2010.

PINA, Isabel; PAINHO, Marco. Participação Pública e Sistemas de Informação Geográfica (PPGIS): Novos caminhos para a cidadania. In: **Atas da Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação**. 2014.

Prefeitura de Fortaleza. **Fortaleza 2040**: Participe e acompanhe o projeto. Disponível em: <<http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/>> Acesso: 10 de out. de 2016.

Projeto Pacto de Fortaleza. Disponível em: <<http://www.cmfor.ce.gov.br/wpimages/Pacto%20Por%20Fortaleza%20%20REVISADO.pdf>> Acesso em: 13 de out. de 2016.

RANDOLPH, Rainer. "Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil." **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales** 11 (2007).

RANDOLPH, Rainer. Potencial e limitação do planejamento participativo: reflexões sobre a superação da "colaboração" pela "subversão". In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém. **Anais do XII ENANPUR**. Belém: ANPUR / Universidade Federal do Pará, 2007.

ROSA, Roberto. Geotecnologias na geografia aplicada. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 16, p. 81-90, 2011.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo**: globalização e meio técnicocientífico informacional. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1994

SCHLOSSBERG, Marc; SHUFORD, Elliot. **Delineating "public" and "participation" in PPGIS**. 2005.

SILVA, J. B. **Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral**. In: SILVA, José Borzacchiello da (Org.); DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (org.). ZANELLA, Maria Elisa (org); MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (org.) Litoral e Sertão. Natureza e sociedade no Nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45-55.

SOUZA, Maria Salete de. **Segregação socioespacial em Fortaleza**. In: SILVA, José Borzacchiello da (Org.); DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (org.). ZANELLA, Maria Elisa (org); MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (org.) Litoral e Sertão. Natureza e sociedade no Nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Planejamento e a Gestão das Cidades numa Perspectiva Autonomista**. Território, LAGET/UFRJ, n.8, p.67 - 100, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos de planejamento urbano e gestão urbana**. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4 ed - Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006. p. 45-59.



POTENCIALIDADES DO IPTU PROGRESSIVO E O DIREITO À CIDADE: O CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Bianca Siqueira Gonçalves⁴⁰

José Luis Vianna da Cruz⁴¹

RESUMO

Este estudo discorre sobre a dinâmica capitalista na construção do espaço na cidade. Tendo como cenário a cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, apura o papel e a importância do IPTU progressivo no acesso democrático ao solo urbano, enquanto instrumento de garantia do Direito à Cidade. Foram analisados os fatores que favorecem e permitem a existência de vazios urbanos no perímetro da cidade, em regiões valorizadas e munidas de equipamentos urbanos coletivos, e naquelas a serem valorizadas pela ação pública e/ou privada. Evidenciou-se a atuação do capital na configuração do ambiente construído. A não aplicação do IPTU progressivo demonstra a complexidade dos interesses em jogo. Como o Poder Público municipal vem tratando a questão? Buscou-se compreender alguns aspectos importantes da estrutura e dinâmica do espaço urbano em Campos dos Goytacazes e reforçar as potencialidades da implementação do IPTU progressivo como meio de reintegrar os vazios urbanos existentes.

Palavras-chave: IPTU Progressivo. Vazios Urbanos. Direito à Cidade.

ABSTRACT

The present study revolves around the capitalist dynamics in the construction of the urban space. Using the city of Campos dos Goytacazes/RJ as scenario, this study clarifies the role and importance of progressive IPTU (urban land tax) in democratic access to urban land, as an instrument to guarantee the Right to the City. The study analyzed the legal and political factors that favor and allow the existence of urban voids in the city perimeter, in regions valued and equipped with collective urban equipment, and in the regions that will be valued by public and/or private action. It demonstrated the performance of capital in the configuration of the constructed environment. In Campos dos Goytacazes, the inapplicability of the progressive IPTU demonstrates the complexity of the interests at stake. How has the municipal government dealt with the issue of urban voids and progressive IPTU in law and practice? The study dedicated to understand some important aspects of the structure and dynamics of the urban space in Campos dos Goytacazes and reinforce the potential of IPTU implementation as a means of reintegrating existing urban voids in the city.

⁴⁰ Doutoranda em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes. E-mail: biancasgoncalves@hotmail.com.

⁴¹ Pós-doutor em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (UFRRJ). Professor permanente e Coordenador de Pesquisa do Mestrado e do Doutorado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades (UCAM). E-mail: joseluisvianna@uol.com.br.

Keywords: Progressive IPTU. Urban Voids. Right to the City.

1 - INTRODUÇÃO

No capitalismo, a cidade é o resultado no espaço dos processos de produção, circulação e consumo. A criação desse espaço é carregada de contradições e tensões, uma vez que nele estão envolvidos os interesses do capital em seus diversos segmentos, da força de trabalho e do Estado (PIQUET e RIBEIRO, 2001).

Na formação das cidades, em geral, grandes porções de terra, urbanizadas ou não, ficam sem ocupação ou uso, seja por interesses imobiliários especulativos, por circunstâncias ambientais ou de infraestrutura. São os chamados vazios urbanos, que bloqueiam o desenvolvimento equilibrado das cidades, impedem o acesso da maioria da população à terra, à medida em que sua imobilização eleva os preços dos terrenos urbanos, e têm sido uma das questões mais importantes na definição de processos efetivos de planejamento urbano.

Quais os elementos que contribuem para a formação dos espaços territoriais vazios (ou vazios urbanos)? Como os vazios urbanos conseguem sobreviver dentro de um espaço territorial concorrido como é a cidade?

Com o foco de interesse na questão urbana, centra-se a análise nos vazios urbanos de Campos dos Goytacazes. O objeto de estudo consiste na relação entre o IPTU progressivo e os elementos contemplados na legislação brasileira sobre o Direito à Cidade, destacando o seu papel na mitigação dos impactos das glebas vazias como obstáculos à consecução desses preceitos, restrito àquelas que se localizam dentro do perímetro urbano do distrito sede de Campos dos Goytacazes.

Quanto ao recorte espacial da área de estudo, o perímetro urbano do distrito sede de Campos dos Goytacazes/RJ foi eleito como unidade de análise. Para responder às questões da pesquisa, analisou-se o Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes (Lei nº 7.972, de 31 de março de 2008), a Lei Orgânica

(de 15 de julho de 2014) e o Código Tributário Municipal (Lei nº 4.156, de 16 de setembro de 1983), e suas contribuições para a concretização de função social da propriedade no município, sendo referências a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade, o Código Civil e as normas editadas pelo Conselho das Cidades e pelo Ministério das Cidades.

Para compreender a origem dos vazios urbanos em Campos dos Goytacazes, a pesquisa demandou a triangulação de dados, com análise do objeto sob as perspectivas documental, legislativa e espacial. Para análise espacial, foram estudados mapas, fotografias e realizadas observações in loco dos vazios urbanos, com captura de imagens. Para identificar quem são os titulares dos espaços vazios da cidade, recorreu-se aos Cartórios de Registro de Imóveis.

Para diagnosticar como se materializa a atuação da Administração Pública, foram analisadas as respostas fornecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda às indagações sobre a arrecadação do IPTU, o percentual dos espaços vazios e dos espaços edificados dentro da malha urbana e a implantação do IPTU progressivo, dentre outras.

2 - O ESPAÇO URBANO E O DIREITO À CIDADE

Vivemos progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao conflito, o que resulta em uma cidade que está se dividindo em diferentes partes segregadas, manifestadas em condomínios fechados de classe média e alta e, por outro lado, em favelas e áreas apartadas, desprovidas de infraestrutura adequada à ocupação e com sérios problemas de mobilidade. O espaço é valorizado em função dos interesses de uso (para transporte, para atividades econômicas, dentre outras).

Se o solo urbano não tivesse valor e não gerasse renda, evidentemente não despertaria interesse por parte da iniciativa privada e dificilmente haveria desenvolvimento na cidade. Por isso, é fundamental que o Poder Público administre o conflito entre o interesse geral e o aumento do valor e renda do solo por parte de alguns interessados privados, de tal forma que o objetivo principal seja o ordenamento urbano sob esses princípios. O interesse geral não pode ser preterido em prol dos interesses econômicos de alguns. Caso o Poder Público

não consiga administrar o conflito entre o interesse geral e os interesses econômicos de determinado grupo, a ocupação desordenada do solo e a especulação imobiliária descontrolada dominarão a expansão urbana.

Segundo Singer (1980), os vazios urbanos acarretam a subutilização dos serviços urbanos, ao manter vagos, à espera de valorização, lotes que dão acesso a pelo menos parte deles. A ironia da situação é que, ao mesmo tempo, cresce a parcela da população que não tem recursos para realmente habitar. Nesse ponto, é preciso integrar o vazio urbano à dinâmica da cidade, à sociabilidade da cidade e à garantia do Direito à Cidade.

Segundo Lefebvre (2001), o Direito à Cidade é também o direito à apropriação, sendo uma forma superior dos direitos (engloba o direito à liberdade, à individualização na socialização e o direito ao morar). O direito à apropriação, bem distinto do direito à propriedade, está, portanto, implícito no Direito à Cidade.

Sobre as raízes desse direito, é necessário buscar os referenciais no ano de 1967, ano em que Lefebvre escreveu a obra manifesto “Direito à Cidade”. Trata-se de um conceito acadêmico e de luta social. A cidade é vista como obra coletiva, onde predomina o valor de uso; é um direito que deve ser exercido em sua plenitude e dispensado a todos.

Para Lefebvre (2006), o Direito à Cidade se afirma como um apelo, como uma exigência e o urbano é um lugar de encontro, com prioridade do valor de uso. Assim sendo, “não se pode evitar o conflito” na medida em que o “urbano se baseia no valor de uso”, irredutível e imanente ao humano (LEFEBVRE, 2006).

Direito à cidade implica a ótica predominante do valor de uso, para que todos possam usufruir da riqueza socialmente produzida. Ou seja, é uma forma de alterar a dinâmica da cidade como mercadoria (LEFEBVRE, 2001) e (HARVEY, 2001). Ao invés de ver cada pedaço da cidade como valor de troca, pensá-la, em sua totalidade, como valor de uso. Dar a ela uma finalidade social e privilegiar sua função enquanto catalizadora de direitos sociais. O Direito à Cidade se torna bem mais do que o direito individual de ter acesso a serviços públicos de

qualidade, é ter mais liberdade de viver e experimentar os espaços que criamos e recriamos constantemente.

O conceito de Direito à Cidade, desse modo, não pode ser compreendido apenas como o direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Para Lefebvre (2001), “direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos” e engloba os direitos “à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”. Nesse sentido, “o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade), estão implicados no direito à cidade”. É a condensação do direito à vida urbana, transformada, renovada.

O Direito à Cidade é compreendido para além do usufruto de benefícios públicos urbanos: se manifesta principalmente como o direito de modificação do espaço urbano. Ao compreender a cidade enquanto um produto que gera lucro (feita para o consumidor economicamente privilegiado), a mudança planejada para a cidade, muito embora em tese propicie melhores condições da vida cotidiana para boa parte dos moradores, reforça a segregação urbana de numerosa fatia da população.

Assim, o Direito à Cidade é também o direito de participar da construção do projeto de cidade, que envolve seus habitantes (os diversos atores sociais) e o Poder Público. Em contrapartida, a existência da pressão econômica tende a aumentar as desigualdades socioespaciais, resultantes de determinadas políticas públicas em prol de determinados grupos sociais.

Os vazios urbanos são a face visível da desigualdade socioespacial e da concentração do solo nas cidades, pois permitem a formação de estoques fundiários para forçar a valorização, sendo um dos instrumentos de especulação imobiliária. São propriedades que descumprem a função social, na medida em que interrompem a continuidade do tecido urbano, impedem a integração da cidade para dentro e para fora e são um obstáculo à apropriação coletiva do espaço urbano.

A existência de vazios urbanos retrata o desequilíbrio social e a inércia estatal na aplicação da legislação urbana. Grande parte das cidades que apresentam fatores de segregação sócioespacial são dotadas de vazios urbanos em regiões

valorizadas no mercado de imóveis, caminhando na contramão do aproveitamento adequado e ordenado do solo urbano. Muitos proprietários mantêm terrenos sem utilização de olho na valorização futura, que é certa frente à escassez de terra. Outros não agem com má fé mas, por falta de iniciativa e de penalização, não tomam as providências para dar uso aos seus imóveis ou vendê-los, prejudicando toda a cidade. Agrava o problema a inércia frequente do Poder Público municipal quanto ao instituto da desapropriação. Além da localização, o que valoriza um imóvel na cidade são os investimentos públicos e privados. O proprietário que retém terrenos se apropria desse esforço coletivo; por isso, deve ser penalizado. O objetivo é conferir aos imóveis urbanos ociosos uma destinação voltada a beneficiar à coletividade.

A Constituição Federal de 1988, ao lado da inviolabilidade do direito de propriedade, limita tal direito na exigência de que a propriedade deverá atender a sua função social. “A propriedade atenderá a sua função social”. Essa é a prescrição do inciso XXIII do artigo 5º. São os termos de uma máxima expansível a todos os meandros do ordenamento jurídico pátrio não somente como relação, mas também como sanção.

A função social da propriedade é um conceito indeterminado e até impreciso. O constituinte originário atribuiu ao Plano Diretor importante tarefa de delimitá-la. A Constituição Federal de 1988 foi pioneira ao estabelecer um capítulo inteiro sobre Política Urbana, dando aos Municípios a capacidade legislativa de elaboração dos Planos Diretores. Assim, ao Município foi dado o poder de delimitação legal via Plano Diretor do conteúdo da função social da propriedade.

3 - ANÁLISE DA ATUAL DINÂMICA DA MALHA URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

A escolha de Campos dos Goytacazes originou-se a partir da observação da distribuição da malha urbana, onde se constata a existência de importantes vazios, na área mais adensada em termos populacionais e dos investimentos públicos e privados em equipamentos, infraestrutura e serviços. A estrutura urbana da cidade de Campos dos Goytacazes possibilita o estudo empírico do

processo de capitalização do espaço urbano e da atuação dos atores públicos e privados na construção do espaço.

Considerando as variáveis sociais que contribuem para a formação do espaço, fez-se necessário pesquisar os vazios urbanos de Campos dos Goytacazes para compreender o que os causam e quais consequências geram para a integração do espaço da cidade.

Os espaços vazios no perímetro urbano de Campos dos Goytacazes são, em sua maioria, formados por glebas de terras das usinas de cana de açúcar e álcool, de fazendeiros e de investidores que se localizam nos arredores da cidade. A partir do Plano Diretor de 1979, com a expansão do perímetro urbano como consequência do crescimento da cidade, muitas dessas propriedades, antes consideradas rurais, passaram a compor o cenário da cidade e se localizar dentro do espaço urbano. Interessante observar que, no século XIX, as usinas se localizavam nos vazios territoriais que se alojavam no entorno da cidade. Na segunda metade do século XX, após o fechamento de algumas delas como consequência da crise econômica do setor, associado ao crescimento do perímetro urbano, elas passaram a ser os grandes vazios dentro da cidade.

Da análise do Mapa dos Vazios Urbanos do Distrito Sede (PINHEIRO e ALIPRANDI, 2015), é possível constatar que a malha urbana da cidade contém significativo número de vazios urbanos. Cabe lembrar que se encontram dentro do perímetro urbano delimitado pelo PDMCG/2008 as terras das usinas São João, São José, Santo Antônio, Queimado, Cambaíba, Cupim, Novo Horizonte, Paraíso, Santa Cruz, Santo Amaro e Sapucaia, bem como as propriedades de antigas fazendas e as propriedades dos atuais investidores.

A título de exemplo, descreve-se a seguir a atual situação das terras da Usina do Queimado. Localizadas na Avenida Arthur Bernardes, são grandes espaços da paisagem e servem de pastagem, para camuflar a utilização dessas glebas como reserva de valor para investidores e empreendedores imobiliários, que, possivelmente, transformarão essas glebas, esses vazios urbanos, em empreendimentos imobiliários como loteamentos populares ou condomínios fechados.

Oportuno também analisar o estado das terras da Usina Sapucaia. Localizadas na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul e subindo seu leito pela BR 356, dentro do Distrito Sede (1º Distrito), estendem-se até o município vizinho de Cardoso Moreira. Possuem extensão de cerca de 2.000 alqueires geométricos e em seu território foram construídos bairros como Parque Aldeia, o conjunto do programa habitacional da prefeitura de Campos dos Goytacazes “Morar Feliz Parque Aldeia” e o bairro Parque Cidade Luz.

Nas terras dessa usina é expressiva a quantidade de áreas alagadiças como consequência da existência de lagoas e brejos. Os projetos urbanísticos (que priorizavam a área central da cidade) e as legislações adotadas ao longo do tempo pelo Poder Público Municipal comprometeram a valorização dessas terras, estigmatizando-as como periferia. Talvez esse seja o motivo de não se encontrar condomínios de classe média alta e alta nesses territórios. Na margem sul do Rio Paraíba estão as terras da predita Usina do Queimado, da Usina Cambaíba e da Usina Santo Antônio, situadas nas áreas de expansão da cidade, categoria de terra mais valorizada pelo mercado imobiliário.

Os vazios urbanos de Campos dos Goytacazes não pertencem apenas às famílias dos usineiros, mas também a fazendeiros e a investidores, tais como Ari Pessanha e Arthur Marinho.

Dentre os investidores, cite-se o Grupo Othon que, apesar de dedicar-se ao setor hoteleiro, diversifica seus negócios com investimentos em usinas da região Norte Fluminense (como a Usina Cupim, localizada no Distrito Sede). Investiu também na região do bairro Vila da Rainha – localizado entre a Universidade Estadual Norte Fluminense – UENF, o Canal Cambaíba, as margens do Rio Paraíba do Sul e o bairro Jockey). Nessas terras vários empreendimentos foram feitos, como o Clube Saldanha da Gama, o Centro de Eventos Populares — CEPOP e os condomínios Palm Spring e Remanso do Paraíba.

Verifica-se que a malha urbana da cidade em estudo é bem centralizada e em constante crescimento. Constata-se verticalização e a busca de aproveitamento máximo do terreno disposto. A área central possui o tecido urbano mais adensado da cidade. Corresponde ao centro histórico e aos bairros mais ocupados e mais valorizados de Campos dos Goytacazes.

O Distrito Sede ocupa o maior território urbano da cidade, compreendendo praticamente todo o perímetro urbano considerado pelo Plano Diretor Municipal (PDM 2008) e, por sua vez, concentra a maior parte da população campista.

A observação do Mapa de Verticalização (PINHEIRO e ALIPRANDI, 2015) permite concluir que o Distrito Sede possui o maior índice de ocupação e que as quadras são densamente ocupadas. Possui o maior índice de verticalização e crescimento populacional do município, referente aos imóveis que possuem sete pavimentos ou mais. Pode-se observar uma concentração de ocupação dos espaços próximos ao centro antigo. Segundo a Secretaria de Fazenda do Município de Campos dos Goytacazes (SFM), são 9843 imóveis construídos no Centro e 3505 imóveis construídos no “novo centro”, que é a região da Pelinca. Por via de consequência, há o aumento na verticalização visível. O adensamento acarreta a supervalorização imobiliária e a saída de moradores com menor renda para as margens do centro urbano.

Quanto aos vetores de crescimento, identifica-se no sentido Goytacazes/Jockey (Leste) os Conjuntos do Programa Morar Feliz e empreendimentos privados. Da Avenida Arthur Bernardes ao Shopping Boulevard (Sul), constata-se a presença de condomínio e loteamentos. Ao Norte, no sentido da BR 101 em direção à Vitória, há o aeroporto e estabelecimentos de abastecimento. Não se identifica expressivo crescimento, muito embora a recente opção pela construção de conjuntos habitacionais populares de grande porte (mais de quinhentas moradias) na área tende a valorizar os terrenos e demandar a implantação de infraestrutura pelo Poder Público municipal, o que poderá configurar um novo vetor de urbanização. No sentido Oeste tem-se a comunidade da Aldeia e tímido crescimento.

4 – IPTU PROGRESSIVO: AMPARO LEGAL E POTENCIALIDADES

Embora a Constituição Federal não preveja sobre o combate à especulação imobiliária, cita instrumentos coercitivos (também chamados de penalidades constitucionais), que têm essa finalidade. O Estatuto da Cidade é um instrumento jurídico que absorve conceitos e linhas de pensamento teórico que, em linhas gerais, vão na contracorrente da adesão ao projeto de cidade transformada em mercadoria.

Da leitura da lei, depreende-se que o Estatuto da Cidade inova quando trata da ocupação do solo, não somente considerando a base material da cidade, ou seja, as necessidades de infraestrutura, de equipamentos públicos e de prestação de serviços para todos os cidadãos. O que o Estatuto da Cidade determina é que a ocupação do solo urbano se realize objetivando a melhoria dos assentamentos humanos, o que requer políticas integradas que propiciem a educação, o trabalho, o aumento da capacidade aquisitiva, o acesso à moradia, à segurança jurídica da posse e à participação democrática. Criou, ainda, uma série de instrumentos para que a cidade possa buscar esses objetivos, sendo o principal o Plano Diretor. Prevê, ainda, outros instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

A tributação sobre a propriedade imobiliária foi um dos principais instrumentos jurídicos criados para controlar o processo de expansão urbana submetida ao princípio da função social da propriedade; a tributação sobre a propriedade imobiliária se tornou um instrumento de política urbana. O IPTU progressivo é um instrumento de minimização da segregação urbana, de democratização do Direito à Cidade, do acesso ao solo urbano e da melhoria da qualidade de vida da cidade. Em termos concretos, uma vez tendo sido introduzida a progressividade do imposto, após notificação, pelo Município, da obrigatoriedade de edificação ou parcelamento, e não tomando o proprietário, transcorrido determinado prazo, qualquer providência, o valor lançado do IPTU virá a sofrer uma constante majoração anual, sob a forma de crescente porcentagem de acréscimo.

Segundo o artigo 7º do Estatuto da Cidade, a majoração da alíquota terá o prazo de cinco anos consecutivos. O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado em lei específica e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

Para que os instrumentos de gestão urbana possam ser utilizados pelo Município para fazer valer a função social da propriedade, é necessário que estejam não apenas previstos no Plano Diretor, mas também em legislação específica que os regulamentem. Apesar da preocupação constitucional, grande parte dos municípios não utiliza os instrumentos de controle do uso do solo instruídos pela norma.

Seguindo as disposições da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, Campos dos Goytacazes revisou o Plano Diretor então existente, sancionado pela Lei 5.251, de 27 de dezembro de 1991. Houve a promulgação da Lei 7.972, de 31 de março de 2008, que instituiu o novo Plano Diretor de Campos dos Goytacazes. Contudo, as transformações urbanas e sociais foram pouco expressivas. É que, embora presentes no texto do Plano Diretor, os instrumentos e disposições da legislação federal não foram regulamentados, o que impede a efetivação em Campos dos Goytacazes da política urbana instituída no Brasil. No que tange à política urbana, Campos dos Goytacazes ainda não conhece o resultado do seu novo Plano Diretor, incapaz de produzir transformações.

É evidente que o aspecto legal não garante o ordenamento da cidade. É preciso mais, para que se atenda ao interesse público e se alcance qualidade de vida para todos. Percebe-se claramente que o Estatuto da Cidade impulsiona o Poder Público a instituir espaços urbanos mais qualitativos e menos excludentes. Assim, da premissa do alcance da função social da propriedade é que deveria surgir a política urbana da cidade, com seus instrumentos de gestão, controle e fiscalização.

Em sede de planejamento e gestão das cidades, falar em tributos não é, necessariamente, falar em arrecadação ao fisco. Nessa específica seara, a tributação urbana ganha status extrafiscal ao transformar-se em importante instrumento para regulação urbanística e minoração de desigualdades no direito pleno à cidade. Assim, para a eficácia do cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade privada, outros objetivos deverão ser alcançados, tais como uma maior atenção e regulação à expansão urbana, a existência de meios hábeis de caráter compensatório para distribuição da renda urbana, bem como o desestímulo, quiçá impedimento, a práticas empresariais contrárias à função social da propriedade. O objetivo não é arrecadar mais, mas garantir o

cumprimento da função social dos imóveis ociosos, bem como ampliar a oferta de terrenos bem localizados. Com isso, há um impacto significativo nos valores imobiliários.

Evidentemente, a questão do acesso ao solo urbano e desconcentração fundiária não se esgota com a implementação do IPTU progressivo. Claro está que, sob o ângulo temporal, a progressividade do IPTU diz respeito, especificamente, à finalidade de coibir a especulação imobiliária com terrenos desocupados ou subutilizados. É com a progressividade no tempo que, além de ficar reforçada a dimensão de extrafiscalidade do IPTU (ou seja, a sua natureza não restrita a uma mera função tributária e arrecadadora), também se estabelece a função disciplinadora, na medida em que se dedica ao objetivo constitucional de garantia da “função social da propriedade”.

Poucos instrumentos são tão necessários à tarefa de promover o desenvolvimento urbano quanto o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo, notadamente nas cidades de países periféricos – ou semiperiféricos, como o Brasil. Ele é, como poucos, capaz de colaborar decisivamente para a tarefa de imprimir maior justiça social nas cidades caracterizadas, simultaneamente, por fortíssimas disparidades sócioespaciais e uma especulação imobiliária desenfreada. Ele é, enfim, graças às suas potencialidades de coibição da atividade especulativa em larga escala e de geração de recursos direcionáveis para a dotação de infraestrutura e regularização fundiária de áreas residenciais segregadas, capaz, como poucos, de colaborar tanto para evitar a formação de vazios urbanos e o problema da ‘urbanização em saltos’, quanto para superar ou, ao menos, minorar a espoliação urbana.

A cidade, vista pelo ordenamento jurídico pátrio, é composta de leis tipicamente territoriais, tais como o Plano Diretor, a Lei Orgânica e a Lei de Zoneamento do Município, sendo pensada, em termos gerais, via Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), o qual apresenta princípios, diretrizes e instrumentos de intervenção no solo urbano, no sentido de que o habitat humano seja um espaço que promova dignidade a todos os seus habitantes, conforme normatiza a Constituição Federal.

O IPTU Progressivo no Tempo é o segundo na sequência dos instrumentos coercitivos que podem ser utilizados pelo Poder Público Municipal, segundo a escala prevista no §4º do artigo 182 da CF e é regulado na Seção III do Estatuto da Cidade.

O Supremo Tribunal Federal também prestou delineamentos sobre a temática ao consolidar o entendimento da progressividade da alíquota no tempo quando para o cumprimento da função social da propriedade. O enunciado sumular nº 668 diz que: “É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da EC 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana” (STF, 2003).

Com a publicação do PDMCG/2008 (Lei nº 7.972/2008, publicada sete anos após o Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/2001), houve o cumprimento formal das determinações do Estatuto da Cidade e da Resolução nº 34 do Conselho das Cidades.

Constata-se que o Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes, na Seção II (“DOS INSTRUMENTOS COMPULSÓRIOS E SUCESSIVOS”), Subseção I, trata do “Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios”. Na Subseção II, dedica-se ao “IPTU Progressivo no Tempo”. Ao longo da Subseção III, trata da “Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública”.

A Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes, promulgada em 15 de julho de 2014, dispõe sobre a Política Urbana em seu Capítulo IV (que é uma repetição *ipsis litteris* do Capítulo III da Lei Orgânica sucedida – promulgada em 28 de março de 1990).

Interessante destacar que o Código Tributário Municipal, de 16 de setembro de 1983 (alterado pelas Leis Municipais nº 4.241/84, 4.348/84, 4.368/84, 4.587/86, 4.683/87, 4.698/87, 4.848/89, 4.983/90, 4.987/90, 4.988/90, 5.137/90, 5.138/90, 5.238/91, 5.250/91, 5.252/91, 5.526/93, 5.537/93, 5.538/93, 6.051/95, 6.297/96, 6.299/96, 6.310/96, 6.406/97, 6.506/97, 6.510/97, 6.712/98, 6.753/99 e 7.020/00), prevê sobre o IPTU nos artigos 110 a 120, mas nada diz sobre a progressividade do imposto no tempo.

Embora haja previsão no Plano Diretor e na Lei Orgânica do Município em estudo, carecem os instrumentos de regulamentação, cujo prazo de cumprimento não foi estabelecido nos textos legais.

Segundo resposta concedida pela Secretaria de Fazenda do Município de Campos dos Goytacazes (SFM) ao requerimento formulado pela pesquisadora no ano de 2016, o IPTU correspondeu a 24,9067% das receitas municipais, o que demonstra uma expressiva importância desse tributo. O Poder Público municipal admitiu que o IPTU progressivo não é aplicado no município de Campos dos Goytacazes, “porém está em curso uma comissão para a implementação do IPTU progressivo no ano de 2017” (o que até os dias atuais não ocorreu).

Quando perguntada sobre o percentual do território, na área urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, que se encontra atualmente sem edificação, a SFM respondeu apresentando uma tabela dos imóveis edificados, o que evidencia que não há uma base de dados sobre o percentual do território urbano não edificado. É urgente essa criação, pois tais dados prévios são essenciais para viabilizar a aplicação do IPTU progressivo.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou contribuir para o debate sobre o espaço urbano como um lugar permeado de contradições e conflitos. O estudo do processo de formação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes permitiu verificar que as ações realizadas pelo Estado demonstram a condução de um planejamento urbano baseado na consolidação de uma área central, que se desenvolveu a partir de um núcleo urbano desenhado ainda no século XVII, e que foi fortemente influenciada pelas intervenções da indústria açucareira na economia e na sociedade. É possível também constatar o crescimento da área de expansão urbana sobre os terrenos das usinas localizadas próximas ao núcleo central, como Usina do Queimado e Usina Sapucaia.

Nesse processo, a terra concentrada e sob mudança de uso é a principal fonte dos vazios urbanos que vieram a ser formar, contribuindo para um processo de crescimento urbano segregador em relação ao acesso ao solo e aos imóveis,

para os segmentos mais pobres e excluídos da população, em Campos dos Goytacazes.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, as aparentes ampliações do domínio público sobre a propriedade privada e a formulação de normas legais que pregavam a atribuição de uma função social à terra urbana vêm tendo como objetivo atender os interesses privados de transformação da terra agrícola em urbana, com a ampliação dos espaços periurbanos e a valorização desses espaços perante o mercado, contribuindo para a especulação imobiliária.

O Poder Público Municipal fomentou políticas públicas carentes do intuito de democratização da terra e de apropriação coletiva do espaço. As políticas de urbanização voltaram-se para a higienização do espaço e valorização estética de áreas centrais.

Nesse sentido, buscou-se apontar a importância da implementação do IPTU progressivo para justamente alcançar o cumprimento da função social da propriedade, especialmente quanto aos vazios urbanos identificados.

Importante destacar que o IPTU Progressivo, embora previsto no PDMCG/2008, em vigor, não está sendo aplicado pela Administradora em exercício. O Poder Público municipal admitiu que o IPTU progressivo não é aplicado no município de Campos dos Goytacazes, “porém está em curso uma comissão para a implementação do IPTU progressivo no ano de 2017”. Com isso, além de não atuar em benefício da justiça e equidade socioespaciais, conforme determina a legislação, age o Poder Executivo Municipal em prejuízo dos cofres públicos: permite que haja perda de receita pela admissão de cobrança do ITR em área urbana (onde deveria ser aplicado o IPTU, e, nas hipóteses legais, o IPTU progressivo). Anui, também, com o exercício abusivo do direito de propriedade pelo proprietário desidioso em relação à coletividade.

A distribuição não equânime da terra reflete-se na formação de discrepâncias sociais: há espaços de segregação tanto da população de baixa renda, que se mantém em áreas menos valorizadas, quanto pelas classes mais abastadas, que se encastelam em condomínios de luxo.

Embora haja pouca correspondência entre os objetivos traçados nas normas e os resultados atingidos, os avanços normativos não devem ser desprezados. Apesar de ser mais frequente a apropriação do arsenal legal pelos interesses empresariais, o uso dessas normas difunde o conhecimento sobre o Direito à Cidade. Entretanto, a lei que responde à questão teórica não esgota a questão da desigualdade estrutural. O aparato legal é resultado dos conflitos existentes e dos embates sociais, mas é limitado, na medida em que não é hábil a solucionar as questões de fundo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO JÚNIOR, Pedro Humberto Bruno de. O sistema avaliatório municipal de imóveis e atribuição do IPTU no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Economia/ UERJ, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CONFEA). Carta Mundial do Direito à Cidade.

Disponível em
<<http://normativos.confea.org.br/downloads/anexo/1108-10.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: ANNABLUME, 2001.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PINHEIRO, Mariana; m ALIPRANDI, Danielly. Os espaços livres de Campos dos Goytacazes: mapeamento e categorização. In: CONFERÊNCIA DA REDE LUSÓFONA DE MORFOLOGIA URBANA, 4, 2015, 25-26 jun, Brasília-DF. Anais.. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.fau.unb.br/noticias/57-pnum-2015>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

PIQUET, Rosélia. Indústria e território no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. RIBEIRO, Ana Clara Torres. O desenvolvimento urbano em questão. 2.ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001.

SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva. Tributação imobiliária no brasil: um difícil percurso rumo à política urbana. Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia, Lisboa-Portugal, v. 49, n. 97, p.1-16, maio, 2014. Disponível em:

<<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4250/4120>> . Acesso em: 10 ago. 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado, o direito e a questão urbana. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda (org.). Invasões urbanas: conflito de direito de propriedade. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 57, 1980. Disponível em: <eduem.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/download/12894/7363>. Acesso em: 13 jul. 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Enunciado sumular nº 668. Brasília: STF, 2003. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.



O REGIONALISMO NA INTERNACIONAL URBANA: A Questão regional na IFHP- International Federation for Housing and Planning (Federação Internacional de Habitação e Urbanismo) e na UCLG- United Cities and Local Governments (Cidades Unidas e Governos Locais) em uma Perspectiva Comparada (1913-2018)

Joel Outtes⁴²

RESUMO

A pesquisa consiste no estudo de duas instituições, a IFHP (International Federation for Housing and Planning – Federação Internacional de Habitação e Urbanismo) e a UCLG (United Cities and Local Governments – União de Cidades e Governos Locais), suas características, rede de participantes, mudanças em sua agenda e políticas, assim como o papel dos países, instituições, grupos e indivíduos nas decisões, políticas e na produção intelectual das mesmas; assim como ao papel que foi dado ao desenvolvimento regional ao longo de suas histórias. A IFHP iniciou com a denominação de International Garden-Cities Association (Associação Internacional das Cidades-Jardim) e a UCLG como IULA - International Union of Local Authorities (União Internacional de Autoridades Locais). Ambas instituições foram criadas em 1913 e continuam existindo até os dias atuais. A pesquisa investiga o papel dessas instituições no fluxo internacional de pensamento, ideias e práticas do desenvolvimento regional, planejamento e gestão urbanos, assim como seu papel na constituição de uma comunidade transnacional de pensadores da questão regional e planejadores/urbanistas. Uma das questões discutidas é de que maneira certas experiências nacionais, regionais e locais em desenvolvimento regional, habitação, planejamento e gestão foram adotadas em determinados períodos por essas instituições. Também serão exploradas as influências de certas idéias e políticas, da IFHP e UCLG especificamente, nas experiências nacionais ou regionais em desenvolvimento regional, habitação, planejamento e áreas correlatas.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, Instituições Internacionais de Planejamento, Instituições internacionais de desenvolvimento regional.

ABSTRACT

The research is a study of two institutions, the IFHP (International Federation for Housing and Planning) and UCLG (United Cities and Local Governments), their characteristics, network of participants, changes in their agenda and policies, as well as the role of countries, institutions,

⁴² DPhil (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: Joel.outtes@ufrgs.br.

groups and individuals in their decisions, policies and intellectual output, but also the role that was given to regional development throughout their histories. IFHP was born as International Garden-Cities Association and UCLG as IULA - International Union of Local Authorities. Both institutions were created in 1913 and still exist. The research investigates the role of these institutions in the international flow of thought, ideas and practices of regional development, urban planning and management, as well as their role in the constitution of a transnational community of thinkers in the regional question and planners/urban designers. One of the questions discussed is in which ways certain national, regional and local experiences in regional development, housing, planning and management were adopted in certain periods by these institutions. The influence of certain ideas and policies of both institutions in national or regional experiences in regional development, housing, planning and related areas will also be explored.

Keywords: Regional development, international planning institutions, international institutions of regional development.

INTRODUÇÃO

pesquisa consiste em um estudo comparativo de várias (no momento 27) instituições urbanas internacionais, ou seja, instituições internacionais ligadas a problemas urbanos e regionais, concentrando-se; para efeito do presente texto, no estudo de duas delas, a IFHP e a UCLG de sua fundação aos nossos dias e sua relação com a gênese e evolução do desenvolvimento regional e das políticas urbanas. O tema se justifica pelo fato de que um conhecimento da história da formação e desenvolvimento das políticas públicas permite uma melhor formulação futura das mesmas, contribuindo para uma melhor planificação das cidades e regiões (incluindo suas áreas para as atividades produtivas de inovação e desenvolvimento tecnológico) e planejamento das políticas urbanas e habitacionais, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos através de melhores sistemas de transportes, abastecimento d'água, localização de espaços abertos, verdes e de lazer; coleta de lixo, esgotos, etc.

CARACTERÍSTICAS DO NOSSO ESTUDO

O grande diferencial do nosso estudo é que pretendemos construir a big picture, a macro-visão, ou seja, mapear toda a rede-mãe da internacional urbana,

começando com o entendimento comparativo de duas das mais importantes instituições da rede, a IFHP e a UCLG, suas relações com os países Latino-Americanos e destes entre si em termos de desenvolvimento regional, das políticas urbanas e habitacionais. A internacional urbana é o conjunto das instituições urbanas internacionais, as instituições internacionais que têm ou tiveram interesse em algum aspecto da questão urbana: saneamento, transporte, habitação, urbanismo, etc. No projeto maior a ser desenvolvido em vários anos e do qual o presente texto é apenas uma minúscula parte, pretende-se comparar e ver a relação com a América Latina de instituições tais como (ano da fundação entre parênteses quando conhecido) a IFHP – International Federation for Housing and Planning (1913), a UCLG - United Cities and Local Governments (União de Cidades e Governos Locais, 2001, antiga IULA- International Union of Local Authorities, União Internacional de Municipalidades, 1913), a UTO-FMCU (United Towns Organization- Federação Mundial de Cidades Unidas, 1957, que ao juntar-se com a IULA em 2001 após aproximações desde 1996 formou a UCLG), a Associação Metropolis (1985), a International Housing Association (que se fundiu com a IFHP nos anos 30 e cujo congresso em 1937 foi junto com o da mesma), a IUA- International Union of Architects, a IsoCarp – International Society of City and Regional Planners (1968, tendo firmado recentemente um protocolo de cooperação com a IFHP), o Global Planners Network, a International City Managers Association (1919), Habitat International Coalition

(2002?), a World Association of Major Metropolis (seu 3º congresso foi em Outubro de 1990 em Melbourne, Australia), a International Union of Building Societies and Savings Association (11º congresso em 1968), e a International Federation of Building Trade Employers and Civil Engineering (antes International Federation of Building and Public Works, 1905, seu 4º congresso foi na Polónia em 1925).

O estudo pretende ainda incluir neste estudo das trocas com a América Latina as instituições internacionais responsáveis pelos congressos seguintes, todos eles internacionais e de temas que de alguma forma vieram a constituir alguma sub-área do planejamento urbano e/ou do desenvolvimento regional (deixarei o título nas línguas originais como indicação da hegemonia lingüística nos mesmos na medida do possível, um de nossos interesses de pesquisa como veremos

adiante): sanitary (sanitário, 1851), higiene e demografia (1852-1912), medicina (1867), art publique (arte pública, 1898-1910), habitations à bon marché (habitações baratas ou sociais ou casas populares como denominamos no Brasil, 1889-1912-6?), de la propriété foncière (propriedade fundiária, 1900), propriété batie (propriedade construída, 1900), valeurs mobilières (valores imobiliários, 1900), assainissement et salubrité de l'habitation (saneamento e salubridade da habitação, 1904-1911), engenharia (1904-1929), tuberculose (1916?-1950), médecine tropicale et d'hygiène (medicina tropical e higiene, 1928), médecine legale et sociale (medicina legal e social, ?-1947), settlements (assentamentos, 1926), building officials (agentes de construção, um deles foi em 2000), international congress of human settlements in developing countries (congresso internacional de assentamentos humanos em países em desenvolvimento, 7º congresso em Calcutá em Outubro de 1993, e 8º em Maio de 1995 também em Calcutá na Índia), e (cidades) capitais (1948-1950).

Nesta pesquisa, atualmente em curso e já tendo alguns resultados e subprodutos preliminares apresentados em congressos e encontros diversos, com parcerias também várias, estamos investigando as características, estrutura de poder, história intelectual, rede de participantes, mudanças lingüísticas e/ou lexicográficas, mudanças nas políticas, assim como o papel dos países, associações, grupos e indivíduos nas decisões, políticas e produção intelectual de todas estas instituições, algumas delas ainda existentes. O estudo tem se concentrado e pretende prosseguir investigando a IFHP e a UCLG como ponto de partida para o entendimento da rede-mãe da Internacional Urbana ou Nebulosa Reformadora. A IFHP foi criada como International Garden-Cities Association em 1913. A IULA, predecessora da UCLG, foi criada no mesmo ano. A pesquisa investiga o papel de todas estas instituições no fluxo internacional do pensamento e da prática urbanísticos, do desenvolvimento regional e da gestão das cidades, assim como o seu papel na formação de uma comunidade transnacional de planejadores/urbanistas. Uma das questões mais importantes a serem discutidas na pesquisa é até que ponto experiências nacionais, regionais e locais em habitação, desenvolvimento regional, planejamento e gestão urbanos foram adotadas ou não em certos períodos por tais instituições. Em sentido oposto, a influência ou ressonância das idéias e políticas das várias instituições em experiências específicas, regionais e nacionais de habitação,

desenvolvimento regional, planejamento, gestão e áreas correlatas também estão sendo e continuarão a ser investigadas. A luta pelo poder no interior das varias instituições, incluindo o papel de países, regiões, indivíduos, gênero e etnicidade também está sendo e continuará a ser tema da investigação.

pesquisa em curso inclui vários estudos biográficos dos dirigentes e participantes das varias instituições e tem um forte componente de trocas internacionais de modelos e experiências de políticas públicas. Isto significa dizer que as trajetórias profissionais são e serão estudadas na medida em que o trabalho dos ou das urbanistas e/ou reformadores e reformadoras sociais em certo período colocaram-no ou colocaram-na em uma posição favorável para a importação e exportação de certas idéias para certos lugares, como estudado por Ward a partir de outras fontes (Ward, 2000). A IFHP, por exemplo, se beneficiou deste tipo de transferência de idéias para a formação de suas políticas assim como a IULA.

Uma das questões sendo e a serem investigadas na pesquisa é a linguagem ou lexicografia, mais precisamente as mudanças no uso da linguagem e conceitos. A IFHP começou como International Garden-Cities Association, tornando-se International Garden-Cities and Town Planning Federation em 1923 no congresso de Gotemburgo, Suécia, adquirindo posteriormente seu nome atual. Além de denotar o fim da hegemonia Britânica no movimento e um declínio da idéia de cidade-jardim, evidências de arquivo sugerem que lutas por poder e influência motivaram estas mudanças lexicográficas. A IULA sempre teve o mesmo nome, com a documentação em Francês definindo-a como Union Internationale des Villes, mas um debate sobre sua lexicografia também teve lugar, tendo havido tentativas de mudança do nome.

Discutimos e discutiremos que experiências nacionais, regionais e particulares em habitação, desenvolvimento regional, planejamento e gestão urbanos foram propostas e adotadas ou não em certos períodos pelas várias associações/instituições. Em sentido oposto, a influência das idéias e políticas das varias instituições em outras experiências nacionais de habitação, desenvolvimento regional, planejamento, gestão e áreas correlatas também são e serão abordadas. A IFHP particularmente, a partir dos anos 60, teve uma influência no estabelecimento de planos diretores, que passaram a ser revisados

em países que tinham alguma forma de planejamento urbano já vigorando, tendo também influência em locais onde estariam sendo criados planos diretores e não havia nenhum regulamento com relação ao planejamento da cidade até então. No mais, ainda no caso da IFHP, por exemplo, a partir de 1952, são feitas algumas tentativas de inclusão de “países não europeus” em sua agenda através da abordagem de assuntos que poderiam vir a ser de interesse para esses países. Mostramos ainda a participação da América Latina e dos outros países em desenvolvimento em geral, na história das várias instituições, e os motivos, a exemplo do que ocorreu com a IFHP, por exemplo, além das trocas ocorridas entre os países Latino-Americanos e as instituições e entre si.

Outro tema da investigação inclui a luta pelo poder no interior das instituições, abrangendo o papel de países, regiões, indivíduos, gênero e etnicidade. Teria sido esta apenas mais uma história de wasps (white protestants), homens brancos heterossexuais de origem Européia ou pessoas de outros gêneros, origens, cor de pele e escolhas sexuais teriam feito parte desta história e também influenciado o seu desenrolar? A pesquisa procura apresentar quais as características das varias instituições, suas justaposições e diferenças, seus participantes, as principais mudanças em suas políticas, assim como qual foi a influência dos países, associações, grupos e indivíduos em suas decisões, políticas e produção intelectual durante os vários períodos de sua existência assim como a influência de uma ou mais instituições na/s outra/s.

A IFHP - International Federation for Housing and Planning (Federação Internacional de Habitação e Urbanismo) é uma Federação da várias associações nacionais, regionais e outras associações de habitação, planejamento urbano e áreas correlatas. A UCLG, antes IULA - International Union of Local Authorities (União Internacional de Autoridades Locais), segue o mesmo modelo, estando mais ligada à questão da gestão/administração municipal. As duas instituições contam também com membros individuais. A IFHP foi criada em 1913 como um desenvolvimento internacional do movimento cidade-jardim Britânico e teve Sir Ebenezer Howard como seu primeiro presidente (Moss-Eccardt, 1973). Com sua morte em 1928, Raymond Unwin, o arquiteto e urbanista preferido de Howard, assumiu a presidência. Em 1935, o urbanista Americano John Nolen foi eleito presidente. Durante a Segunda Guerra

Mundial (daqui em diante 2GM), o presidente foi Karl Strölin, um Alemão que foi funcionário público municipal antes e durante o período Nazista. Em 1936 a IFHP faz pela primeira vez um congresso em um país em desenvolvimento quando no México o urbanista Carlos Contreras organiza o mesmo. Em 1952 outro congresso se dará no mundo em desenvolvimento, em San Juan em Porto Rico.

Vários indivíduos de diferentes nacionalidades estiveram na presidência da IFHP desde aí. A abordagem cidade-jardim da IFHP desapareceu nos anos 30 e a Federação assumiu outras características desde então. A UCLG/IULA é uma instituição também fundada em 1913 durante um congresso em Ghent na Bélgica, o qual teve a presença de muitos dos participantes da rede do IFHP. A IULA e o IFHP tiveram seus momentos de luta e cooperação desde então. Uma das instâncias mais importantes de difusão do IFHP e da IULA são e foram os seus congressos, os quais tem acontecido desde 1913 para a IULA e desde pelo menos 1914 para a IFHP (na verdade a British Garden Cities Association promoveu um congresso internacional em Londres em 1904), com várias periodicidades (anual, bi-anual ou tri-anual com descontinuidades durante as guerras), alguns deles tendo tido mais de 3,000 participantes. Ambas as instituições tiveram sede em Haya na Holanda, havendo a sede da IULA se transferido para Bruxelas em 1948 e depois para Barcelona quando de sua junção para a formação da UCLG em 2001.

O DESENVOLVIMENTO E O PLANEJAMENTO REGIONAL NA INTERNACIONAL URBANA

O desenvolvimento e o planejamento regional foram discutidos na Internacional Urbana em várias ocasiões. Em 1923 no congresso da IFHP (à época IGCTPF- International Garden Cities and Town Planning Federation) de Gotemburgo, Suécia, o planejamento regional foi um dos temas principais, sendo uma das três sessões sobre “o desenvolvimento de novas cidades e centros industriais com referencia especial ao planejamento regional, crescimento de novas indústrias, e desenvolvimento de estradas de ferro e waterways (hidrovias)” (IGCTPF, 1923). O tema foi debatido novamente no congresso de 1924, em Amsterdam, onde entre os dois temas principais um lidou com “O planejamento regional com

relação às grandes cidades”. Em 1925, em Nova York no 9º congresso dois temas lidaram de alguma forma com a questão regional: “Descentralização dentro (within) das regiões” e “a administração das áreas metropolitanas”. Em 1928 no 11º congresso internacional da IFHP em Paris um dos cinco temas gerais foi “dificuldades gerais e práticas em realizar planos regionais e de cidades”. Em 1931 no congresso de Berlim (o 13º) se discutiu problemas de tráfego com relação ao planejamento urbano e regional (IFHP, 1931). Em 1937 no 15º congresso internacional da IFHP um dos três temas centrais foi “planejamento nacional e regional”. No congresso de 1946 em Hastings, Inglaterra, o primeiro depois da 2ª GM foi apresentado o Plano do Condado de Londres como exemplo de um novo plano (para toda uma região) (IFHP, 1946). Em 1948 no congresso da IFHP realizado em Zürich, o 19º, um dos quatro temas principais foi “o planejamento nacional e regional da cidade e do campo”.

Em 1953 no congresso da IULA reunido em Viena se discutiu descentralização territorial e medidas para impedir a continuidade do crescimento das grandes cidades. Discutiu-se se isso seria desejável e possível, se estariam sendo seguidos princípios com estes propósitos, que meios estavam sendo empregados, se o banimento de indústrias, criação de cidades satélites, outros meios, e pedia-se que as várias associações municipais nacionais mencionassem as medidas legislativas existentes em seus países e como elas funcionavam na prática. Vinte países se posicionaram sobre esta questão (IULA, 1953). Em 1954 em Edimburgo no 22º congresso da IFHP um dos três assuntos tratados foi “planejamento do uso do solo nacional”. Em 1954 a IFHP promoveu uma conferência regional no Sudeste da Ásia, em Nova Delhi. Nesta conferência, a primeira na região, além dos 21 papers em três sessões, houve um relatório sobre “o planejamento do vilarejo (village) em sua relação com a região” relativo à sessão sobre configuração rural, apresentado por A. Sharon (IFHP, 1954, p. v, 274-278).

CONCLUSÃO PROVISÓRIA

IFHP é uma instituição de importância à medida que possibilita a discussão e possível aplicação de soluções para o desenvolvimento regional e as

problemáticas urbanísticas ocorrentes em países de todo o mundo. No princípio a Federação tinha como tema principal o movimento das cidades-jardim, mas com o tempo a importância desta temática mudou, incorporando temas como, por exemplo, o planejamento desde um ponto de vista feminista e o desenvolvimento regional. Foi preciso discutir e resolver os problemas de outras áreas, mais próximas do cotidiano da sociedade, como habitação popular, planejamento urbano, revitalização e até mesmo trânsito. Com isso as cidades-jardim perderam força no rol de discussões dos congressos, mas nunca foram completamente esquecidas, tendo voltado à tona mais recentemente em um seminário realizado em Paris em abril de 2013, por exemplo. Nas primeiras décadas a Federação se solidificou, sempre contando com a participação de um número cada vez maior de pessoas. Esse número sofreu queda apenas durante a Primeira Guerra Mundial e nos anos em que não houve congressos (de 1915 a 1918).

Os encontros, nos anos iniciais da história da IFHP, foram realizados em sua maioria em Londres e em outras cidades européias. O congresso só saiu da Europa em 1925, quando foi realizado em Nova Iorque e em 1938 quando foi realizado na Cidade do México. Apesar da tentativa de inclusão dos países latino-americanos e asiáticos dentro da Federação, ela continua não sendo tão expressiva quanto a presença massiva de representantes Europeus. Com relação à participação do Brasil, temos algumas aparições: Victor da Silva Freire esteve no congresso inaugural da IULA em 1913 (UIV, 1913), e o arquiteto-urbanista Birkholz Bastos e o engenheiro-arquiteto Lodi estavam na lista de participantes do congresso da IFHP em 1962 em Paris. Lodi se tornou membro do Bureau, parte da estrutura administrativa da IFHP, naquele congresso (IFHP, 1962, p. 418, 453). Oscar Niemeyer estava na lista de participantes do congresso da IFHP em Jerusalém em 1964 (IFHP, 1964), havia um membro do Escritório (parte da estrutura administrativa da IFHP) que era Brasileiro, em 1976; em 1978 no congresso de Hamburgo havia na lista de participantes um certo E. Haddad, listado como Research Officer do IPT Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IFHP, 1978, p. 399) e houve um artigo publicado no congresso de 1985 pelo arquiteto brasileiro Geraldo Sá Nogueira Batista, com o título “O plano estrutural para o possível crescimento de Brasília”.

No contexto atual, as idéias de cidade-jardim de Ebenezer Howard estão sendo estudadas novamente, porém com enfoques diferentes. Hoje se fala de arquitetura sustentável, interação com a natureza, qualidade de vida. Os propósitos de hoje são os mesmos do início do século XX, até porque os problemas são semelhantes: cidades poluídas, degradadas e com infraestrutura deficiente para suprir as necessidades de sua crescente população assim como permanece a necessidade de um desenvolvimento menos desigual entre as regiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, J. W. R; Yule, B. J. Caractères et objectifs des enquêtes et plans régionaux, in International Federation for Housing and Town Planning 1958. **XXIVth International Congress for Housing and Town Planning: Planning and Housing Problems in the Region, Liège, Belgium, 31 August-7 September**. The Hague: IFHTP, 1958, p. 9-s.

GIEBELS, L. G. National and Regional Goals for Urbanization Policy, in International Federation for Housing and Planning 1974. **32nd World Congress IFHP-FIHUAT-IVWSR Goals for Urban Development Yesterday, Today, Tomorrow, 19-24 August 1974: Papers and Proceedings**. Vienna, 1974, p. II:A1-II:A7.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **Housing Societies Abolish the Slums**. Standing Committee on Housing Societies, Amsterdam, 1960.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **XXVIth World Congress: Human Environment and Civilization, Paris Sept. 1962**. The Hague, IFHP, 1962.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **Bigger Cities or More Cities? Faut-il accroître nos villes ou les multiplier? Sollen wir unsere Städte vergrößern oder sie vermehren?, Golden Jubilee Conference**. Arnhem, 1963, sem paginação.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **Building the Good City: XXIXth World Congress of the International Federation for Housing and Planning, Philadelphia 1968**. Philadelphia, 1968.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **32nd World Congress IFHP-FIHUAT-IVWSR Goals for Urban Development Yesterday, Today, Tomorrow, 19-24 August 1974: Papers and Proceedings**. Vienna, 1974.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **International Congress**

1975: Integrated Planning and Urban Implementation in Urban Areas, Amsterdam 24-30 August RAI Congress Centre, Papers and Proceedings. The Hague: IFHP, 1975.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **International Congress Kobe 1976.** The Hague: IFHP, 1976a.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **The Role of Local and Regional Government in Improving the Environment of Human Settlements: Hyogo International Conference IFHP, Kobe City, Hyogo Prefecture, 18-22 May 1976, Kobe Cultural Hall, Hyogo Civil Centre, Japan, Papers and Proceedings.** Kobe, 1976b.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **International Congress IFHP September 1977 Palais des Expositions, Genève: Towards a More Humane Urban Technology; Papers and Proceedings.** The Hague: IFHP, 1977, vol. 2, 344 white p. + non numbered yellow p.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **34th World Congress Hamburg 1978: Revitalizing Moderately Old Urban Areas, Papers and Proceedings.** The Hague: IFHP, 1978, vol. 2, 436 p.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **IFHP News Sheet n.° 2 Special issue. Sweden, compiled in occasion of the International Congress 14-19 May 1979, Gothenburg, by Martin Percivall M. A, Dip. T.P..** 1979.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **IFHP News Sheet n.° 5 Special issue. Israel compiled and edited by Suzanne Friedman Hochstein and Devorah Ziv on the occasion of the 35th IFHP World Congress, Jerusalem, 9-14 Nov 1980.** 1980.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **Community Planning and Development: The Effectiveness of Housing and Other Socio-Economic Development Programmes at Various Planning Levels, 9-14 November, 1980, Jerusalem, Congress Organized Under the Sponsorship of the Israel Ministry of the Interior, Israel Ministry of Construction and Housing.** 1980a, vol. 1.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **Community Planning and Development: The Effectiveness of Housing and Other Socio-Economic Development Programmes at Various Planning Levels, 9-14 November, 1980, Jerusalem.** 1980b, vol. 2.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **Urban Land Policy, The Energy Problem and Urban/Regional Planning in the 1980s: 26-30 September, 1981, Liège, Papers and Proceedings.** Liège, 1981a, vol. 1.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **Urban Land Policy, The Energy Problem and Urban/Regional Planning in the 1980s: 26-30 September, 1981.**

Liège, 1981b, vol. 2.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **IFHP News Sheet n.° 5 - Special issue. Belgium compiled on the occasion of the IFHP International Congress, Liège, 26-30 September 1981.** 1981c

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **New Approaches to Housing and Planning: Looking Forward After 75 Years of IFHP, 15-20 May 1988 Papers and Proceedings.** 1988

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING, WORKING PARTY NEW TOWNS. **New Towns in National Development.** 1980

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **XXVIIth World Congress of the International Federation for Housing and Planning.** Jerusalem, 1964.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **International Federation for Housing and Town Planning 1926. International Housing and Town Planning Congress Vienna 1926. Congrès International de l'Habitation et de l'Aménagement des Villes Vienne 1926,** 1926.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **XIIth International Housing and Town Planning Congress Rome - September 12th to 22nd, 1929 under the auspices of the governor of Rome and the principal Italian Towns and Institutes for People's Housing arranged by the International Federation for Housing and Town Planning.** 1929.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **XIIth International Housing and Town Planning Congress Rome - September 12th to 22nd, 1929 under the auspices of the governor of Rome and the principal Italian Towns and Institutes for People's Housing arranged by the International Federation for Housing and Town Planning: Preliminary Notice.** 1929.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **International Town Planning and Housing Exhibition in Connection with the German Building Exhibition Berlin May - August 1931.** 1930, 16 p.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **XIIIth International Housing and Town Planning Congress Berlin - June 1st to 5th, 1931 under the auspices of the Reich and Prussian Government arranged by the International Federation for Housing and Town Planning: Official Invitation.** 1931a, 4 p.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **XIIIth International Housing and Town Planning Congress Berlin - June 1st to 5th, 1931 under the auspices of**

the Reich and Prussian Government arranged by the International Federation for Housing and Town Planning: **Preliminary Notice**. 1931b, 3 p.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **International Glossary of Technical Terms Used in Housing and Town Planning (Special Report N° 2)**. London: IFHTP, 1931c.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **XIVth International Housing and Town Planning Congress London - July 16th - 20th, 1935 at 66 Portland Place London, W. I. by invitation of the Royal Institute of British Architects, London, The Victoria House Printing Co. Ltd.** 1935a.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **XIV International Housing and Town Planning Congress**. London, 1935b.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING & INTERNATIONAL HOUSING ASSOCIATION. **International Housing and Town Planning Congress Paris July 5th to 11th, 1937 Organised jointly by the International Federation for Housing and Town Planning and International Housing Association Under the patronage of: - The French Government, the City of Paris, and the Conseil Général de la Seine**. Letchworth: The Garden City Press, 1937.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. *Joint Congress with the International Housing Association, Paris, 1937: National and Regional Planning*, Letchworth, The Garden City Press Ltd, 1937.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **XVI International Housing and Town Planning Congress, Mexico**, 1938.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **XVII International Housing and Town Planning Congress Stockholm 1939**. Bruxelles: Imprimerie D. Van Keerbeghen & Fils, 1939, 3 vols.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **Final Report of the 18th Congress of the International Housing and Town Planning Federation, Hastings, October 7-12 1946**. Hastings: Welbecson Press, 1946a.

International Federation for Housing and Town Planning 1946. **Final report of the 18th Congress of the IFHTP, October 7 to 12, 1946**. London, 1946b.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **XIX International Housing and Town Planning Congress, Zurich, 20-26 June**. London: Wightman & Co. Ltd, 1948, 4 vols.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **XXIVth International Congress for Housing and Town Planning: Planning and Housing Problems in the Region, Liège, Belgium, 31 August-7 September, 1958.** The Hague: IFHTP, 1958.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **Final Report on the 18th Congress of the International Federation for Housing & Town Planning, Hastings, October 7 to 12, 1946.** 1946.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **Relations between Dwelling Type and Plan in the Layout of the Residential Quarter: La Relation Entre le Type et le Plan, 21st Congress.** Lisbon, 1952a.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **Long Term Reconstruction. Reconstruction à Long Terme, 21st Congress.** Lisbon, 1952b.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **IFHP News Sheet.** n.° XXVI, 1952c, no pages.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **Slum Clearance and Rehousing. Suppression des taudis et relogement. Sanierung und Wiederunterbringung, 22nd Congress.** Edinburgh, 1954a.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **National Land Use Planning. Aménagement National du Territoire. Nationale Fläennutzungsplanung, 22nd Congress.** Edinburgh, 1954b.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **IFHP News Sheet,** n.° XXXI, February 1954c, no pages.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN PLANNING. **IFHP News Sheet,** XXXI a XL, February a November, 1954d.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN AND COUNTRY PLANNING AND GARDEN CITIES. **International Town Planning Conference Amsterdam 1924.** Amsterdam, 1924, 2 vols.

INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND TOWN AND COUNTRY PLANNING AND GARDEN CITIES. **International Town Planning Conference New York, 1925: Report. Conférence Internationale de l'Aménagement des Villes New York, 1925: Compte Rendu. Internationale Städtebautagung New York, 1925: Bericht.** 1925.

INTERNATIONAL GARDEN CITIES AND TOWN PLANNING ASSOCIATION. **Report of Conference and Annual Meeting, London, 1920.** London, 1920.

INTERNATIONAL GARDEN CITIES AND TOWN PLANNING ASSOCIATION. **Report of**

Conference, London, 1922. London, 1922.

INTERNATIONAL GARDEN CITIES AND TOWN PLANNING FEDERATION. **Report of Conference at Gothenburg, 1923**, London: IGCTPF, 1923.

INTERNATIONAL UNION OF LOCAL AUTHORITIES. **The Large Town and the Small Municipality, their Strength and their Weakness: Reports Prepared for the Vienna Congress, 15-20 June, 1953.** The Hague: The Union, 1953.

INTERNATIONAL UNION OF LOCAL AUTHORITIES. **National Associations of Local Authorities Throughout the World.** 1956.

INTERNATIONAL UNION OF LOCAL AUTHORITIES. **Les tâches des pouvoirs locaux dans les regions en developpement.** La Haye: IULA, 1960.

INTERNATIONAL UNION OF LOCAL AUTHORITIES. **The Tasks of Local Authorities in Development Areas.** The Hague: Martinus Nijhoff, 1961.

INTERNATIONAL UNION OF LOCAL AUTHORITIES. **Renewal of Town and Village I, A World-Wide Survey of Local Government Experience: Urban Renewal Objectives and Practices of Local Governments, Town and Regional Planning, Economic and Social Aspects, Financial Aspects, Administrative Aspects, A Comparative Study** by George S. Duggar. The Hague: Martinus Nijhoff, 1965a.

INTERNATIONAL UNION OF LOCAL AUTHORITIES. **Renewal of Town and Village II, Ten Special Reports from Five Continents: Reports from the Netherlands, Great Britain, Japan, France, the United States, Yugoslavia, Nigeria, Italy and the United Nations on Land Property Problems, Financial Aspects, Social Aspects-Rehousing, Rural Renewal.** The Hague: Martinus Nijhoff, 1965b.

INTERNATIONAL UNION OF LOCAL AUTHORITIES. **Renewal of Town and Village III, Proceedings of the IULA Congress Belgrade, June 14th to 20th, 1965: An Examination of the Rehabilitation, Redevelopment and Renewal Objectives and Methods of Local Government, Case Studies of Renewal, Land Property Aspects, Social Aspects and Rehousing, Financial Aspects.** The Hague: Martinus Nijhoff, 1966.

INTERNATIONAL UNION OF LOCAL AUTHORITIES. **Urbanization in Developing Countries: Report of a Symposium Held in December 1967, at Noordwijk, Netherlands.** The Hague: Martinus Nijhoff, 1967.

REVERS, H. D. **IULA 1913-1963: The Story of Fifty Years of International Municipal Cooperation.** The Hague: Martinus Nijhoff-IULA, 1963,

ROSSI. Expériences suisses en matières de développement regional dans lès régions de montagne, in INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING. **International Congress IFHP September 1977 Palais des Expositions, Genève:** Towards a More Humane Urban Technology; Papers and Proceedings. The Hague: IFHP, 1977, vol. 2, p. 257-272.

SCHASCHAR, A. Social and Economic Effects of Urban Development on National Development, in International Federation for Housing and Planning 1974. **32nd World Congress IFHP-FIHUAT-IVWSR Goals for Urban Development Yesterday, Today, Tomorrow, 19-24 August 1974:** Papers and Proceedings. Vienna, 1974, p. IIA:9-IIA:11.

SCHEFFER, L. S. P. IFHP: 50 Years, in IFHP. **Bigger Cities or More Cities? Faut-il accroître nos villes ou les multiplier? Sollen wir unsere Stadte vergrossern oder sie vermehren?, Golden Jubilee Conference.** Arnhem, 1963, no page numbers.



UM DARWINISTA SOCIAL INSPIRADO PELO MOVIMENTO CIDADEJARDIM OU O INIMIGO DOS ARRANHA-CÉUS? Armando de Godoy e suas idéias (1923-1944).

Joel Outtes⁴³

RESUMO:

Embora o plano de Le Corbusier nunca tenha sido seriamente considerado e o plano de Agache tenha sido colocado de lado para ser implementado parcialmente em outro momento, *urbanismo* no Rio de Janeiro não pode ser discutido sem um entendimento das atividades e idéias de Armando Augusto de Godoy, um dos mais prolíficos escritores sobre o assunto no Brasil. Este artigo explora empírica e analiticamente as idéias e atividades de Godoy até sua morte em 1944.

PALAVRAS-CHAVE: urbanismo; Rio de Janeiro; Armando de Godoy; idéias; cidades; história do urbanismo.

ABSTRACT:

Although Le Corbusier's plan has never been seriously considered and Agache's plan was put aside to be partially implemented in another moment, urbanismo (city planning) in Rio de Janeiro cannot be discussed without an understanding of the activities and ideias of Armando Augusto de Godoy, one of the most prolific writers about the subject in Brazil. This article explores empirically and analytically the ideias and activities of Godoy until his death in 1944.

KEYWORDS: *planning; Rio de Janeiro; Armando de Godoy; ideias; cities; planning history.*

⁴³ DPhil (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: Joel.outtes@ufrgs.br.

“Eu gostaria de lembrar o nome do Dr. Armando de Godoy, como um dos precursores do urbanismo em nosso país” (SILVA, 1941, pp. 121).

1. INTRODUÇÃO: ARMANDO AUGUSTO DE GODOY E SUA CARREIRA (1876-1944)

“Muito antes da chegada de Alfred Agache, eu comecei na imprensa uma propaganda que durou anos. Eu a fiz por ser um engenheiro municipal e ter sentidos os complexos problemas do Rio de Janeiro de perto, sendo influenciado pela leitura de revistas e livros técnicos (GODOY, 1935, p. 304).”

Armando Augusto de Godoy foi um importante escritor sobre *urbanismo* e habitação no Brasil até sua morte em 1944. Godoy nasceu em 3 de abril de 1876 na cidade de Volta Grande no Estado de Minas Gerais. Como seus pais não tinham recursos, ele se mudou para o Rio de Janeiro aos 16 anos de idade, quando trabalhou como empregado no comércio, estudando à noite para conseguir um lugar na Escola Polytechnica. Godoy sobreviveu como professor de matemática, que ele ensinava sob a filosofia de Auguste Comte, e trabalhou também na Recebedoria de Minas no porto do Rio de Janeiro.

Godoy se formou em 1903 e começou a ensinar matemática, física e agrimensura no Colégio Militar até sua aposentadoria como coronel e professor de álgebra em 1938 devido a uma hemorragia cerebral. Durante a segunda Guerra mundial, Godoy liderou uma campanha humanitária pelas vítimas do conflito, recebendo a condecoração Leopoldo II dada pelo Rei Alberto da Bélgica. O engenheiro era também membro da comissão técnica do Automóvel Club do Brasil e depois presidente do Club, figurando entre os grandes animadores dos Congressos Brasileiros de Estradas de Rodagem tendo tido um papel de liderança no Segundo Congresso Pan-Americano de Rodagem (Recife, 1929) por causa de sua experiência como repórter, autor e debatedor.

Nos anos 1930, Godoy fez parte da comissão que elaborou o esboço do Departamento Nacional de Rodagens, organizado de forma similar à Dirección Nacional de Vialidad da Argentina.

Godoy apoiava o gasogênio como a melhor solução econômica para a questão do combustível, coletando informações sobre o assunto numa viagem autofinanciada pela França, Inglaterra, Bélgica e Alemanha em 1937, que resultou em uma conferência no Club de Engenharia do Rio de Janeiro. Esta conferência interessou ao ministro da agricultura, Fernando Costa, com quem ele planejou a campanha nacional do gasogênio. Godoy fez uma viagem de quatro mil quilômetros para o Nordeste do Brasil com os professores Sampaio Corrêa e Mauricio Joppert e com o engenheiro Hildebrando de Araújo Góis, onde ele estudou os aspectos econômicos, técnicos e sociais da seca na região, estudo que resultou numa conferência no Automóvel Club do Brasil.

Godoy foi um dos grandes entusiastas do urbanismo no Brasil e usou diferentes veículos para sua propaganda como revistas técnicas, associações profissionais e filantrópicas e palestras no rádio.

Godoy lançou as bases para uma nova cidade, Goiânia, planejada como a capital do Estado de Goiás. Seu relatório, publicado mais tarde em seu livro *A urbs e seus problemas*, sugerindo critérios para a escolha do lugar, o planejamento e financiamento da construção, ganharam o apoio do governo do Estado e a cidade foi construída. Godoy apoiou várias campanhas sobre problemas de urbanização, assim como o da real necessidade de um plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro. Enquanto engenheiro municipal ele foi um importante elemento de ligação entre a prefeitura e a equipe de Alfred Agache, tendo feito subsequentemente campanha para a adoção de seu plano. Como diretor do Escritório Técnico ele focou nos problemas de drenagem de chuvas e regularização de cursos d'água, orientando as administrações sobre problemas de hidráulica e engenharia sanitária. Ele escreveu na imprensa explicando as causas dos alagamentos, dando atenção a problemas geohidrológicos das montanhas, para os quais ele propôs o restabelecimento das florestas e um tipo especial de urbanização como solução.

Parece que Godoy teve simpatia por regimes políticos fascistas ou autoritários, uma característica comum entre os urbanistas Brasileiros da época. Em seu artigo sobre cidades novas, ele mencionou o líder Turco Kemal Pachá, Mussolini e Stalin como exemplos de estadistas dirigindo regimes onde construir novas cidades era possível. Não é novidade que Godoy apoiou o regime de Vargas e a chamada revolução de 30, quando um sistema político autoritário foi criado. Mussolini era admirado por causa do plano de Roma, ao qual Godoy tinha tido acesso através de uma cópia presenteada pelo engenheiro J. Souza Leão e o embaixador Cerruti.

2. GODOY E A HABITAÇÃO (1923-1930)

A habitação foi um tema constante nos artigos e palestras de Godoy, sobretudo seus aspectos humanos e sociais. Uma de suas sugestões era a construção de pequenas casas isoladas de um pavimento construídas em lotes grandes nos subúrbios com ar copioso, luz e laser a ser financiado pelo Banco do Brasil como solução para a questão da habitação, uma idéia que, Segundo sua nota funerária, foi seguida pelos institutos de aposentadoria e pensões. Ele era também preocupado com circulação e transporte urbanos, baseando suas observações nas grande metrópoles do mundo. Sua atitude com relação às cidades antigas era pela implementação de planos de remodelação levando em conta a possibilidade de construir cidades satélites, sendo as cidades-jardins consideradas o modelo mais apropriado. No Rio de Janeiro, sua contribuição incluiu a educação da população e a preparação da cidade para os grandes trabalhos da metrópole moderna. Godoy teve um papel importante na elaboração da legislação de obras públicas (Decreto 2,087 de dezenove de janeiro de 1925) e na legislação para abertura de ruas e loteamentos (Decreto 3,549 de cinco de junho de 1931).

Em 1923, Godoy apresentou um trabalho sobre remodelação das cidades no Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene que aconteceu no Rio de Janeiro, mencionando os exemplos de Barcelona e Minneapolis, e legitimando sua opinião através do conhecimento da experiência de engenheiros como Pereira Reis, Paulo de Frontin, Pereira Passos e Carlos Sampaio. Uma das idéias reiteradas neste paper era que o estado não devia construir habitação ou

conceder empréstimos para este propósito. Em sua opinião, o estado deveria apenas estimular e ajudar os proprietários através de prêmios e dispensa de impostos sobre construção, imposto predial e imposto para águas por dois ou três anos. Em 1925 Godoy publicou um artigo sobre o que ele definiu como pequenas habitações no Rio de Janeiro, onde ele apoiou a idéia das cidadesjardins, tomando Letchworth e Tergnier como referencias. Neste artigo, sua idéia de que o estado não deveria construir habitação foi reforçada, devendo o estado expropriar terras nos subúrbios para a abertura de ruas para pequenas habitações isoladas, dispensando estas casas de impostos sobre construção e propriedade. Ele propôs novamente o financiamento pelo Banco do Brasil para construções a serem vendidas para trabalhadores e funcionários públicos.⁷³ A preocupação de Godoy com habitação pode ainda ser vista em suas visitas aos morros onde existiam e existem favelas, como ele fez com Agache, Everardo Backheuser, Henrique de Vasconcelos e Miguel Austregésilo aos morros da Providência e Pinto.⁷⁴ Embora não haja evidência da influência de Godoy, em dezembro de 1930, o ministro do trabalho, Lindolfo Collor e o prefeito Bergamini divulgaram a sua intenção de construir um projeto habitacional abandonado nos subúrbios desde a primeira Guerra mundial e uma comissão planejou um esquema de duas mil unidades habitacionais para a criação de empregos. Embora isto não tenha se materializado, caixas de aposentadoria e pensão foram autorizadas a investir em habitação para os seus membros e o projeto nos subúrbios foi transferido para o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos.⁷⁵

Janeiro, pp. 39-47.

3. O DARWINISTA SOCIAL E O URBANISMO (1926-1936)

Uma das preocupações de Godoy foi o relacionamento entre estética, salubridade da cidade e loteamentos. Em um artigo publicado em setembro de 1926, ele apontou a necessidade de um plano para a cidade do Rio de Janeiro, reforçando a necessidade de se convidar “um urbanista de nome” para projetá-lo. Godoy fez estas sugestões baseado nas experiências de Barcelona, do urbanista francês León Jaussely, nas cidade germânicas e no urbanista Alemão Stübben. O artigo sugeriu que um curso sobre urbanismo deveria ser ministrado para os engenheiros do Rio de Janeiro, especialmente aqueles pertencentes à Directoria de Obras. Isto aconteceu, num certo sentido, posteriormente com as palestras de Agache. Em um artigo sobre vida e transformações urbanas, ele argüiu que ninguém poderia propor melhoramentos para uma cidade sem uma planta cadastral, citando alguns engenheiros importantes que participaram de plantas urbanas como Pereira Reis, Américo Rangel, Duarte Ribeiro e Aarão Reis.

Escrevendo sobre a evolução das cidades e a cidade moderna ele revelou idéias Darwinistas sobre a similaridade entre o desenvolvimento de seres vivos e a evolução das cidades, citando seus urbanistas favoritos para a elaboração de um plano: Stübben, Bennet, Jaussely e Alfred Agache. Em 1927 ele reclamou da consequência negativa da distribuição horizontal da cidade como os custos crescentes de implementar serviços públicos (rede de água, esgotos, limpeza pública e eletricidade), parabenizando a cidade por receber Agache, que estava visitando o Rio de Janeiro à época. Preocupado com loteamentos e sua organização racional, Godoy escreveu um artigo dedicado ao tema onde a maior referência era a Carlos Maximiliano, um juiz da suprema corte que tentou introduzir legislação urbanística na constituição. Godoy elaborou um projeto de lei para a supressão de lotes não apropriados que foi submetido ao Capitão Delso da Fonseca (Diretor de Engenharia Municipal) para o presidente da República; uma cópia foi também enviada ao deputado Professor Baeta Neves, que iria estudá-lo e apresentá-lo à Câmara dos Deputados. Em um seguimento a este artigo com o mesmo título, Godoy propôs regras para um código de obras e loteamentos.

Godoy escreveu até mesmo sobre o que ele considerou a superioridade urbanística de alguns insetos, mencionando a falta de harmonia em cidades que tiveram rápido crescimento e não respeitaram um plano urbanístico, como exemplificado por São Paulo, Rio de Janeiro, New York e Chicago. De acordo com ele, a forma como a humanidade organizava suas comunidades era inferior à forma como colméias, formigas, abelhas e cupins faziam-no. Este artigo foi influenciado pelo escritor anarquista Kropotkin, cujo trabalho *Mutual Aid: A Factor of Evolution*, estudou a lei da ajuda mútua em diferentes espécies como abelhas e formigas e argüiu que estes insetos eram superiores à humanidade com relação a vários aspectos de sua vida coletiva. Godoy mencionou o urbanista Alemão Werner Hegemann, que argüiu que castores constroem suas barragens, casas, armazéns e seus acessos a diferentes lugares com o máximo de bom senso, para defender sua idéia.

De acordo com Godoy as práticas construtivas destes animais adquiriram o máximo bem estar para a maioria, o que não acontecia com a humanidade. O argumento se apoiou na menção de um certo Fabre, provavelmente Jean Henri Fabre (1823-1915), um entomologista francês e ganhador do premio Nobel de literatura em 1910, autor de vários trabalhos sobre a vida dos insetos como os *Souvenirs entomologiques* (Lembranças entomológicas, 1879-1907); e a George Leroy. Leroy, mostrou em suas cartas que animais estão dotados de inteligência e observou que algumas vezes o lobo é mais esperto que o caçador. Um outro ponto levantado por Godoy era que as construções depreciadas que eram construídas com ocupação excessiva dos lotes, assim desvalorizando construções vizinhas (em New York, Chicago e outras cidades), não eram o trabalho de colméias, cupins e formigas.⁸⁸

4. O INIMIGO DOS ARRANHA-CÉUS (1930-1931)

Em 1930 Godoy publicou um estudo detalhado sobre os arranha-céus e sua influência nas cidades, começando com a experiência Estadunidense, e justificando suas idéias através de menções ao engenheiro Roebling, a revista *Architectural Record*, o arquiteto Cass Gilbert, Unwin (um crítico dos arranhacéus), o diretor-gerente da Philadelphia Housing Association e o

American Institute of Steel Construction of New York. Godoy concluiu sugerindo a construção de edifícios de sete a três andares para o centro do Rio de Janeiro e construções com mais de um pavimento nas ruas principais dos outros bairros como uma solução para o problema dos serviços públicos.⁸⁹

Como o Rio passou por um boom de construções durante a depressão, em março de 1931 um artigo no Jornal do Brasil observou que seis arranha-céus estavam em construção na Cinelândia e outros projetos para edifícios de altura similar estavam na fila para permissão na prefeitura. No fim de 1933, engenheiros estadunidenses no Rio disseram que edifícios de trinta andares no centro da cidade seriam possíveis.⁹⁰ Isso mostra que a cidade estava se tornando mais vertical. Em 1936, como resultado de seu interesse em arranhacéus, Godoy publicou um artigo sobre a forma como eles eram tratados na Holanda, comentando que prédios altos em Amsterdam eram necessárias por causa da escassez de terras no país. Isso era influenciado pelos exemplos observados em outras cidades européias como a cidade jardim de Floreal em Bruxelas. De acordo com Godoy, Henri Sellier, à época ministro francês da saúde pública, confirmou que a Holanda era o país que tinha o maior respeito pelos princípios do urbanismo. Godoy concluiu que a construção de arranhacéus na Holanda foi julgada inapropriada pelo alto custo de suas fundações, instalações e serviços assim como a necessidade das grandes áreas entre eles para jardins, play-grounds, escolas, igrejas e supermercados, os quais não estariam em harmonia com grandes construções.

Em um artigo sem data publicado em seu livro *A urbs e seus problemas*, Godoy explicou que quando o arranha-céu foi criado foi uma tentativa do capital para neutralizar o aumento exagerado no valor do solo em New York. O engenheiro estava impressionado com as desvantagens do arranha-céu, como a grande sombra que projeta, impedindo construções vizinhas de ter acesso à luz do sol, a poluição do ar através da poeira, lixo e gases vindos do grande número de cômodos concentrados nos pavimentos superiores, e a iluminação imperfeita dos andares mais baixos. Godoy desaprovou os arranha-céus por eles terem sido condenados em mais de um congresso de urbanismo, refutado na Alemanha e Inglaterra (onde de acordo com ele havia o culto das casas isoladas), na França (de acordo com ele a pátria dos melhores urbanistas), e na Holanda, onde a terra é escassa e o modelo das cidades-jardins se opunha aos arranha-céus.

Os arranha-céus foram também condenados por Godoy porque o aluguel de um apartamento neles era três vezes mais caro do que alugar uma pequena casa com jardim e horta no que ele chamou a cidade-jardim de Suresnes (na realidade

uma municipalidade na região metropolitana de Paris), que ele disse haver visitado uma vez com Agache. Quando ele foi o relator da comissão que elaborou o código de obras do Rio de Janeiro em 1925, ele propôs que nenhuma construção no centro da cidade poderia ter mais de 32 metros. Ele aconselhou que edifícios como o Manger Hotel em New York, os hotéis Sisson e Southmor em Chicago e o hotel Pennsylvania em Philadelphia deveriam ser tomados como modelos para a altura de um arranha-céu.⁹²

Em 1931, durante o governo do prefeito Adolpho Bergamini (24 de outubro de 1930-21 de setembro de 1931), foi declarado que planos urbanísticos deveriam ser obrigatórios para as municipalidades e deveriam incluir uma lei de zoneamento. Bergamini nomeou uma comissão para revisar o plano Agache e promoveu uma série de palestras na rádio sobre noções de urbanismo, assim como entrevistas e artigos em jornais. Godoy deu quinze palestras na rádio sobre princípios de urbanismo e propaganda do plano à época. Em outro artigo sobre o plano para o Rio de Janeiro, Godoy insistiu sobre a necessidade de uma planta com as condições atuais da cidade e de um plano, justificando suas sugestões através dos exemplos dos planos de Washington, Chicago, San Francisco, Barcelona, Colônia e outras cidades germânicas. Neste texto ele também justificou suas idéias através de menções a Stübben, Antonio Prado (prefeito do Rio de Janeiro), Agache, o engenheiro francês Duffieux (responsável pelos esgotos na equipe de Agache) e algumas pessoas que militaram por um plano para o Rio como Gelabert de Simas, José Mariano Filho, Joaquim Souza Leão, Marcelo Taylor e Matos Pimenta. Uma das maiores preocupações neste texto sobre o plano para o Rio foi com abastecimento de água e esgotos.⁹⁷

Em setembro de 1931 Godoy publicou um artigo sobre as quadras no plano Agache. Oito anos antes ele tinha publicado figuras de quadras situadas nos centros de Roterdã e Bremen na primeira página do jornal *A Noite*, explicando que a taxa de ocupação era menor do que no Rio. Godoy mencionou as opiniões do reformador da habitação estadunidense Lawrence Veiller e enfatizou que idéias similares às de Agache para a reconstrução das quadras no centro do Rio foram também empregadas em Cincinnati. A Comissão do Plano de Remodelação submeteu um projeto de lei ao prefeito Adolfo Bergamini propondo que edificações com uma fachada estreita não poderiam ser reconstruídas, mas

apenas reparadas. A reconstrução apenas seria permitida se os proprietários reconstruíssem estas edificações coletivamente (em apenas um edifício que ocuparia vários lotes) com áreas e fachadas comuns. Se o proprietário não concordasse com isso, a municipalidade poderia expropriar estes lotes e vendê-los, obrigando o comprador a construir apenas um edifício nestes lotes. A Comissão também propôs mudanças no sistema de alturas das edificações centrais de Agache.

GODOY, HABITAÇÃO E CIDADES-JARDINS (1931-1936)

No decorrer dos anos 1930 Godoy continuou defendendo a idéia da cidade-jardim e discutiu o trabalho do paisagista francês Le Notre (responsável pelo projeto do parque Vaux e dos jardins de Versalhes), o trabalho de Ebenezer Howard e Raymond Unwin, e o que ele chamou das cidades-jardins de Letchworth, Suresnes e Robinson. Em um artigo sobre habitação cheio de referências à Inglaterra, Philadelphia e San Francisco escrito em 1931 ele defendeu a experiência destes lugares por evitar habitação coletiva, implementando casas isoladas. Esta idéia foi também defendida através de menções a inquéritos e investigações implementados em Johnstown, onde a mortalidade infantil em habitações coletivas era seis vezes maior do que nas casas isoladas, e na Escócia onde crianças que viviam em casas com quatro compartimentos pesavam seis vezes mais e eram alguns centímetros mais altas do que crianças que moravam em pequenos quartos em cortiços.¹⁰² Escrevendo sobre o problema da ventilação e da iluminação nas casas, ele se referiu às experiências estadunidense e européia, especialmente aquelas realizadas por R. Sayer do Mines Bureau e um certo Mr. Hill. A urbanização de morros motivou Godoy a publicar um artigo onde suas idéias eram justificadas com referências a l'Enfant e o plano de Washington. Em 1934 Godoy se tornou presidente de uma comissão criada pelo prefeito Pedro Ernesto para o estudo de habitação de baixo custo, a qual concluiu que a habitação deveria ter pátio, jardim e acesso a uma rua.

Em 1936 outro artigo discutiu habitação, partindo do fato de que na Inglaterra, EUA, Holanda, França, Alemanha e Bélgica a questão da habitação do pobre era urgentemente considerada. Godoy mencionou que a melhor solução eram as cidades-jardim pela sua baixa mortalidade e desaparecimento virtual de criminalidade e greves, justificando que elas estavam sendo construídas na Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda, Finlândia, Alemanha, Áustria e França. Ele escreveu neste artigo que na Inglaterra, assim como nos EUA, o Estado não deveria nunca intervir diretamente em construir habitação, mas apenas prover empréstimos subsidiados ou a baixo-custo. No mais, Godoy havia viajado na França com Alfred Agache que estava encarregado à época com a administração de algumas cidades-jardins pelo Comitê do Departamento da Suíça, quando eles visitaram Suresne e Robinson; Godoy tendo visitado também Tergnier, construída para os empregados de uma estrada de ferro no Norte da França. É interessante observar que embora este artigo tenha sido publicado em novembro de 1936, a única ocasião em que Godoy foi à Europa foi em 1937, durante sua viagem auto-financiada para estudar o gasogênio.

GOIÂNIA E AS CIDADES NOVAS

O interesse de Godoy por cidades novas pode ser percebido em seu artigo sobre as cidades industriais de Gary nos EUA e de Magnitogorsk na Rússia. Elbert H. Gary, que foi proprietário de minas de carvão e ferro com o banqueiro Pierpont Morgan no Michigan, fundaram Gary, a capital do aço, em 1906.

Fundadores de Magnitogorsk tentaram imitar industrialistas estadunidenses como Henry Ford, Carnegie e Gary. Magnitogorsk foi projetada pelo urbanista Alemão Mey e as fábricas foram construídas por uma companhia de Cleveland. Godoy tinha uma grande admiração pela construção desta cidade. Seu interesse em Gary e Magnitogorsk foi possivelmente motivado pelo seu relacionamento com o governo de Goiás para um estudo para sua nova capital, que resultou num relatório para o Dr. Pedro Ludovico, nomeado governador daquele estado, onde foram mencionados os EUA, Belo Horizonte, Letchworth, Gary, Chicago, Magnitogorsk e Radburn como exemplos para dar legitimidade às suas idéias.

A nova capital foi assunto de novo artigo em maio de 1934, quando ele citou urbanistas e filósofos como Ebenezer Howard, Raymond Unwin, Barry Parker, Leibnitz e Rousseau, mas também cidades como Ouro Preto, Belo Horizonte e Planaltina, hoje Brasília. Godoy discutiu os resultados econômicos e sociais do urbanismo em uma palestra no Club de Engenharia de Juiz de Fora em Minas Gerais em outubro de 1935, quando ele mencionou o presidente estadunidense Hoover, Lawrence Veiller e pesquisas sobre mortalidade feitas em Berlim. Ele citou Londres sobre o problema da habitação insalubre e discutiu o seu metro assim como os de Paris, Berlim e New York. O plano desta última cidade foi rememorado junto com Thomas Adams, seu planejador. Uma outra questão abordada foram os arranha-céus do Rio de Janeiro, com as densidades do Rio e New York sendo comparadas. A idéia da cidade-jardim foi sugerida novamente, com Letchworth e Welwyn sendo discutidas. Ele analisou o significado da palavra 'home' (lar) na Inglaterra assim como o trabalho de Ebenezer Howard.

Numa palestra dada na Sociedade Amigos da Cidade em São Paulo, Godoy mediu a transformação do Rio de Janeiro sob diferentes governos e discutiu o plano proposto por Francisco Prestes Maia com João Florence d'Ulhoa Cintra durante a administração do prefeito Pires do Rio (16 de janeiro de 1926-23 de outubro de 1930). Ele continuou falando da importância da fundação da Sociedade Amigos da Cidade que tinha Prestes Maia como presidente e Anhaia Melo como membro, e do fato desta sociedade ter militado pela criação de uma comissão do plano da cidade, o que foi criado durante a administração do prefeito Fabio Prado (1934-1938).

Na administração de Alair Prata no Rio de Janeiro (1922-1926), uma comissão foi nomeada para elaborar o novo código de obras, sendo Godoy um dos membros, seu relator. A comissão usou o trabalho de Lawrence Veiller, *The Model Housing Law*, como um paradigma para a elaboração do código. Uma outra fonte de referências para a comissão foram as discussões sobre o assunto acontecidas no Instituto Polytechnico de São Paulo, e os artigos publicados em sua revista, a *Revista Polytechnica*. O novo código se destinava a ventilar e iluminar o interior das edificações, reduzir a altura dos pés-direitos, conseguir uma melhor ocupação dos lotes, proteção contra incêndios e um melhor uso do

solo nos morros. A comissão comprou livros, seus membros trabalharam hora-extra sem receber pagamento extra e terminou o esboço do código em quatro meses, mas outros membros cujos nomes não foram divulgados substituíram alguns membros do time inicial. A nova comissão se livrou de muitas regras regulando edifícios altos. Agache e Ed Groer incorporaram parte deste código de obras, aprovado em 1925, em seu plano.

Godoy promoveu um almoço na Urca (a partir de onde a cidade podia ser vista de cima) em homenagem a Agache, onde ele falou em nome dos engenheiros sobre a necessidade de dar assistência ao trabalho do francês. Ele foi convidado por Agache para ser o elemento de ligação entre seu time e a Directoria de Obras, e apresentou o trabalho que vinha sendo feito previamente por outros profissionais para a cidade (o tipo de trabalho não foi mencionado). Neste período, Godoy foi removido para trabalhar nos subúrbios por causa de intrigas, sendo nomeado chefe de um departamento nos limites da cidade, Guaratiba e Santa Cruz.

Com a chamada revolução de 1930, Prado Junior foi preso e Adolfo Bergamini foi nomeado prefeito, condenando o fato de que um estrangeiro era quem planejava o Rio. Como Godoy foi o único engenheiro a escrever sobre o plano, com a revolução ele foi nomeado chefe do escritório do plano. Alguns dias depois da inauguração de Bergamini, ele visitou o escritório e observou plantas, maquetes e perspectivas do plano. A reação dos membros do grupo que acompanhava o prefeito foi negativa. Godoy defendeu o plano de Agache (sendo censurado por um antigo chefe do serviço por expressar uma apreciação positiva), e foi convidado por Bergamini para um tour da cidade com ele e seu secretário, Diniz Junior (mais tarde eleito deputado), quando eles visitaram “as partes mais ocultas e escondidas” do Rio. Godoy foi nomeado presidente da Comissão do Plano da Cidade criada por Bergamini, composta por José Mariano Filho, seu relator, Arquimedes Memória, Henrique de Novais, Raul Pederneiras, Angelo Bruhns e Lúcio Costa para analisar o plano de Agache. Pelo menos quatro destes membros da Comissão eram Rotaryanos. Bergamini decretou ainda a lei sobre abertura de ruas e loteamentos.

O prefeito que sucedeu a Bergamini foi Pedro Ernesto (30 de setembro de 1931-03 de março de 1936), que nomeou uma comissão sobre habitação barata em 1934 presidida por Godoy. A maior preocupação de Ernesto foi com hospitais e escolas. Alguns desses edifícios ocuparam espaços públicos como praças e jardins, e o prefeito adotou as principais linhas do plano Agache sob influência de seu Diretor de Obras, o capitão Delso da Fonseca, assinando uma lei sobre o assunto. Embora a lei tenha sido assinada, tanto os governos federal quanto municipal engavetaram o plano. O plano Agache virou letra morta, e o governo federal não concordou com a relocação da estação de trem, o centro cívico, a universidade e o aeroporto. Depois que Delso da Fonseca deixou a Directoria de Obras, a lei não foi mais respeitada, o que motivou a transferência voluntária de Godoy. A Comissão pediu exoneração quando seus membros sentiram que o plano estava sendo engavetado.

Para Godoy o urbanismo era

“Ordem e harmonia entre todos os elementos da cidade, o submerso, o superficial e o elevado; boa utilização dos lotes, redução das desigualdades sociais, solução racional para a questão da habitação, parques, jardins, play-grounds, templos, escolas, hospitais, bibliotecas, museus e meios de transporte bem distribuídos e localizados.”

7. TRÁFEGO E CIDADE (1937 E DEPOIS)

O relacionamento entre tráfego e planos urbanísticos também era uma das preocupações de Godoy. Ele conhecia as idéias de Fritz Malcher, que trabalhou no tráfego de Havana e cujas idéias inspiraram a nova cidade de Radburn na Nova Jersey, onde existem vias separadas para carros e pedestres. Godoy conhecia também o estudo científico de tráfego feito por profissionais estadunidenses, os maiores exemplos sendo a cidade de Dayton, os surveys (inquéritos) feitos em New York e Cincinnati, o sistema de avenidas do plano de Chicago, a extensão do boulevard Haussmann em Paris, e o plano de l'Enfant's para Washington.

À GUIA DE CONCLUSÃO

As idéias de Godoy denotam um desejo de projetar cidades bem organizadas, seja planejando as existentes ou propondo novas capitais como Goiânia. No mais, ele propôs várias medidas que se implementadas iriam infinitesimalmente disciplinar a sociedade através da cidade, como seria o caso com casas pequenas, isoladas de um pavimento que ele queria construir em lotes grandes nos subúrbios com ar e luz; ou suas idéias sobre planos de remodelação, cidades satélites ou mesmo o que ele chamou de cidades-jardins. Outras medidas disciplinares propostas por Godoy, limitando a liberdade de ir e vir (sendo desta forma uma variedade de bio-poder) incluiu leis para a supressão de lotes não apropriados e um código de obras para loteamentos.

REFERÊNCIAS:

AGACHE, D-A. H. **Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930 (traduzido por Francesca de Souza).

AGACHE, D-A. **La Remodelation d'une capitale: aménagement, extension, embellissement**. Paris: Société, 1932.

ANÔNIMO. Armando Augusto de Godoy. **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp. 4-5, 1945.

ANÔNIMO. Entomologia. In: HOUAISS, A. (Ed.). **Enciclopédia mirador internacional**. São Paulo e Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., vol. 8, pp. 3882, 1979,.

BELOCH, I.; ABREU, A. A. (Eds.). **Dicionário histórico-biográfico Brasileiro (1930-1983)**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, vol. 1, pp. 774, 1984.

Collins English Dictionary. 3ª. ed., 1991 (1979).

CONNIFF, M. L. **Urban Politics in Brazil: The Rise of Populism, 1925-1945**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1981.

FOUCAULT, M. **Les mots et les choses**. Paris: Gallimard, 1966.

FOUCAULT, M. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 7ª. ed., pp. 79-98, 1979 [1974].

FOUCAULT, M. **Surveiller et punir**. Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, M. Questions à Michel Foucault sur la géographie. **Hérodote**. n. 1, 1976, traduzido por MACHADO, R. & SOUZA, A. L. como Sobre a geografia. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 9a. ed., pp. 153-166, 1990.

FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. Curso no Collège de France, traduzido por OLIVEIRA, M. T. & MACHADO, R. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 9a. ed., pp. 179-192, 1990 [1976].

FOUCAULT, M. L'œil du pouvoir. In: **Le panoptique**. Paris: Pierre Belfon, 1977, traduzido por SOUZA, A. L. como O olho do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 9a. ed., pp. 209-228, 1990 [1977].

FOUCAULT, M. Verité et pouvoir. **l'Arc**. 70, 1977, traduzido por HOLZMEISTER & SOUZA como Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 9a. ed., pp. 1-14, 1990 [1977].

FOUCAULT, M. A governamentalidade, curso no Collège de France, 1978, traduzido por OLIVEIRA, M. T. & MACHADO, R. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 9a. ed., pp. 277-293, 1990 [1979].

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990 [1979].

FOUCAULT, M. La poussière et le nuage. In: PERROT, M. (Ed.). **L'impossible prison: recherches sur le système pénitentiaire au XIXe siècle**. Paris: Editions du seuil, pp. 29-39, 1980.

GODOY, A. A. Algumas idéias sobre a remodelação das cidades. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HYGIENE. **Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene**. Rio de Janeiro, pp. 39-47, 1923.

GODOY, A. A. A questão social das pequenas habitações no Rio. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 157-161, 1943 (1925).

GODOY, A. A. A subordinação da estética e da salubridade das cidades à divisão dos terrenos. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 57-65, 1943 (1926).

GODOY, A. A. Necessidade inadiável de um plano de remodelação para o Rio de Janeiro. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 37-41, 1943 (1926).

GODOY, A. A. O elemento fundamental da vida e das transformações urbanas". In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 51-55, 1943 (1926).

GODOY, A. A. A evolução das cidades e a urbs moderna". In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 29-33, 1943 (1926).

GODOY, A. A. Cidade jardim. **Notícias Rotárias**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 53, pp. 3-5, 1927.

GODOY, A. A. Uma nova fase para o Rio de Janeiro. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 45-48, 1943 (1927).

GODOY, A. A. Tese sôbre loteamentos e a ocupação racional dos terrenos nas cidades. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 107-110, 1943 (1930).

GODOY, A. A. Tese sobre loteamentos e a ocupação racional dos terrenos nas cidades. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 113-122, 1943 (1930).

GODOY, A. A. O arranha-céu: as causas do seu aparecimento; o seu, surto nos últimos tempos, em Nova York; a sua apreciação sob o ponto de vista do urbanismo e da architectura. **Revista Brasileira de Engenharia**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, pp. 133-142, 1930.

GODOY, A. A. O arranha-céu. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 7-25, 1943 (1930).

GODOY, A. A. A necessidade de planos de remodelação e expansões para as cidades. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 69-73, 1943 (1931).

GODOY, A. A. O Plano de Remodelação da Cidade do Rio de Janeiro. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 77-82, 1943 (1931).

GODOY, A. A. A ordem nas cidades. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 85-88, 1943 (1931).

GODOY, A. A. Zoneamento das cidades. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 91-95, 1943 (1931).

GODOY, A. A. Zoneamento das cidades. **Rotary Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 38, pp. 2425, 1931.

GODOY, A. A. A questão das quadras no Plano Agache. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 99-103, 1943 (1931).

GODOY, A. A. O verdadeiro saneamento. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 125-132, 1943 (1931).

GODOY, A. A. Progressos no domínio da arquitetura. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 165-169, 1943 (1931).

GODOY, A. A. A cidade-jardim. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 135-140, 1943 (1931).

GODOY, A. A. O problema da habitação. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 143-147, 1943 (1931).

GODOY, A. A. Os problemas da ventilação e iluminação na habitação. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 173-177, 1943 (1931).

GODOY, A. A. A urbanização dos morros. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 181-186, 1943 (1931).

GODOY, A. A. O problema do tráfego através do plano de remodelação. **Revista Brasileira de Engenharia**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, pp. 69-78, 1932.

GODOY, A. A. O problema do tráfego através do plano de remodelação. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 189-208, 1943 (1932).

GODOY, A. A. Duas cidades industriaes modelares. **Revista da Directoria de Engenharia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 9-14, 1932.

GODOY, A. A. Duas cidades industriais modelares. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 261-270, 1943 (1932).

GODOY, A. A. Relatório apresentado ao Dr. Pedro Ludovico, Interventor no Estado de Goiás, sobre a mudança da actual capital para Campinas. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 211-229, 1943 (1933).

GODOY, A. A. Relatório apresentado ao Dr. Pedro Ludovico, Interventor no Estado de Goyaz, sobre a mudança da actual capital para Campinas. **Revista da Directoria de Engenharia**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, pp. 20-27, 1933.

GODOY, A. A. Saturnino de Brito: o urbanista. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 273-286, 1943 (1933).

GODOY, A. A. O problema da habitação. **Revista da Directoria de Engenharia**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, pp. 1-4, 1934.

GODOY, A. A. A futura capital de Goiaz. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 2.05.1934, In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Goiânia**. Rio de Janeiro: IBGE, pp. 35-40, 1942 (1934).

GODOY, A. A. O urbanismo nos Estados Unidos. **Revista da Directoria de Engenharia**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 14, pp. 205-213, 1935.

GODOY, A. A. A concorrência do pneumatico ao trilho. **Revista da Directoria de Engenharia**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, pp. 308-311, 1935.

GODOY, A. A. As conseqüências sociais e econômicas dos princípios do urbanismo. **Revista do Club de Engenharia**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, pp. 711-719, 1935.

GODOY, A. A. Os grandes resultados sociais e econômicos da obediência aos princípios do urbanismo. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 289-304, 1943 (1935).

GODOY, A. A. Algumas transformações e conquistas urbanas do Rio através de diferentes governos. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 307-332, 1943 (1936).

GODOY, A. A. Algumas transformações e conquistas urbanas do Rio através de diferentes governos. **Arquitetura e Urbanismo**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 45-48, 1936.

GODOY, A. A. O arranha-céu na Holanda. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 239-241, 1943 (1936).

GODOY, A. A. A superioridade urbanística de alguns insetos. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 245-247, 1943 (1936).

GODOY, A. A. O problema da habitação. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 151-154, 1943 (1936).

GODOY, A. A. A questão dos arranha-céus no Rio de Janeiro. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 233-236, 1943 (sem data).

GODOY, A. A. A rodovia sob o ponto de vista do urbanismo através dos séculos. In: GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, pp. 251-258, 1943 (sem data).

GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, 1943.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Goiânia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

MAIA, F. P. **Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

MELLO, L. A. A 'Sociedade Amigos da Cidade' e sua função no quadro urbano. **Boletim do Instituto de Engenharia**. São Paulo, v. 21, n. 115, pp. 2

63-269, 1935.

OUTTES, J. **La ville: lieu de la dégénérescence?** urbanisme et représentations sociales au Brésil et en Argentine (1920-1945). Paris: Mémoire de DEA, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1993.

OUTTES, J. **Disciplining Society through the City?** The Birth of Urbanismo (City Planning) in Brazil (1916-1941). Oxford: Tese de DPhil (Doutorado), School of Geography and the Environment e Oriel College, 2000.

SILVA, M. J. O Nordeste: impressões de uma viagem em 1932. **Revista do Clube de Engenharia**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 199, pp. 96-109, 1953.

SILVA, N. Discurso de Nascimento Silva in Terceira sessão plenária do 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo - 27-1-1941 - as 9 horas. In: CENTRO CARIOCA. **Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo organizado pelo Departamento de Urbanismo do Centro Carioca, 20 a 27 de Janeiro de 1941**. Rio de Janeiro, pp. 121, 1941.



UM OLHAR PARA AS CALÇADAS CENTRAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A MOBILIDADE DE PEDESTRES EM SANTO ANTONIO DE JESUS –BAHIA

Valdiléia Fabrício Gomes⁴⁴

Milena Andrade Magalhães⁴⁵

Judiaria Azevedo Santos⁴⁶

RESUMO

O presente trabalho é resultado de um estudo feito na região comercial central da cidade de Santo Antônio de Jesus-Bahia, com o objetivo de identificar como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano tem contribuindo para a uma melhoria na mobilidade de circulação de pedestres. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano é um importante instrumento para o planejamento de políticas públicas de uma cidade, que visa a melhoria na implantação dos recursos públicos e que deve ter como participação toda a sociedade civil no seu processo de elaboração e execução. Por sua vez, nem sempre as propostas apresentadas no Plano Diretor das Cidades têm sido executadas conforme o planejado, e como consequência não tem políticas que visem melhorar a circulação de pedestres, tendo assim na mobilidade urbana um importante fator a ser analisado. A metodologia usada na pesquisa foi um levantamento bibliográfico de autores: Carlos (2007), Raia Jr (2000), Corrêa (1996) que discutem a mobilidade urbana, e uma pesquisa de campo para investigar os fenômenos urbanos materializados no centro da cidade de Santo Antônio de Jesus-Ba.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana - Infraestrutura - Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é constituído por vários “equipamentos” que desempenham importantes funções que deveria facilitar a mobilidade de pedestres, e esses espaços fisicamente podem ser constituídos por calçadas, canteiros centrais de avenidas e ruas. São geralmente utilizados para realização de atividades diárias como o de ir e vir pela cidade. Tais significados se constroem pelas inúmeras formas de apropriação do espaço urbano pelos

⁴⁴ Graduanda UNEB. E-mail: val_fabricio_@hotmail.com

⁴⁵ Graduanda UNEB. E-mail: millena26magalhães@gmail.com

⁴⁶ Graduanda UNEB. E-mail: judiaria.azevedo@gmail.com

sujeitos sociais. Tem-se aí a realização de um conjunto de práticas espaciais que determinam tanto a maneira de utilizar esse espaço público, quanto como é feita a utilização das calçadas pelos pedestres fortalecendo a construção de uma ideia de mobilidade e infraestrutura urbana mais forte dos sujeitos.

Com o aumento da população urbana, e os equipamentos de serviços ofertados pelas cidades, é grande a circulação de pedestres pelas ruas dos principais centros comerciais. Para tanto, tais relações aumentam as desigualdades nas cidades, já que o automóvel tende a ser o meio de transporte mais utilizado. Desse modo os pedestres que utilizam como meio de circulação as calçadas acabam tendo que disputar seus espaços com trabalhadores informais, e objetos que são colocados nela.

A intensa circulação de pessoas está ligada as transformações que as cidades vêm sofrendo, seja pelo o aumento da população urbana ou pela circulação pendular ligada ao comércio, serviços ou influência que certos núcleos urbanos exercem sobre determinadas regiões. Assim está caracterizada a cidade de Santo Antônio de Jesus-Bahia, localizada no Recôncavo Sul baiano. Conhecida como o comércio mais barato da Bahia, a cidade recebe um grande número de pessoas diariamente, aumentando o fluxo de pedestres que utilizam com frequências as calçadas da região central da cidade.

Nesse sentido, uma política pública de mobilidade deficiente pode acarretar consequências para uma melhor organização do espaço, comprometendo assim a forma com a qual os indivíduos circulam pelos espaços públicos, gerando problemas para a mobilidade, acessibilidade e infraestrutura urbana. Para Brasil (2004, b), as cidades constituem cenários de desigualdades, sejam elas no âmbito econômico, social ou político, os espaços de circulação estão em constantes disputas pelos condutores de automóveis e pedestres. As principais consequências de uma não política de mobilidade eficiente na cidade são os frequentes congestionamentos, a falta de segurança para a circulação dos pedestres, calçadas sem acessibilidades, iluminação e sinalização.

Em vista do exposto, estabelece-se como objetivo principal desse trabalho analisar de que forma a política de implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA contribui para melhoria na circulação dos pedestres permitindo com que os mesmos tenham

um acesso seguro em sua trajetória em relação ao ir e vim nas calçadas centrais da cidade.

A pesquisa se apresenta enquanto possibilidade de analisar o processo que envolve toda questão da mobilidade de pedestres na região central da cidade, entendido aqui como espaço de maior circulação de pessoas em decorrência da intensa prática comercial. Para isso, buscou-se o suporte de conceitos da Geografia: espaço urbano, práticas sócio espaciais e mobilidade urbana, para entender a problemática que envolve a circulação de pessoas nas calçadas da região central da cidade de Santo Antônio de Jesus e as formas adotadas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para políticas de infraestrutura urbana.

Os procedimentos metodológicos adotados envolvem a pesquisa exploratória, buscando na literatura nacional autores que pesquisam sobre o tema estudado. Visando obter um maior embasamento da temática, o qual Trujillo (1974) diz que não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

E por fim o trabalho de campo que de acordo com Corrêa (1996), é um meio onde o geógrafo aprende a ver, analisar e refletir sobre o infundável movimento de transformação que o homem realiza no espaço, é no campo que o trabalhar as informações a partir do meio estudado faz toda a diferença pela experiência vivenciada no local que está sendo realizada a pesquisa, pois se conseguiu ver e a realidade do lugar. Durante o trabalho de campo foi utilizado um formulário de observação da pesquisa (Pedalita), para medição das calçadas com o intuito de observar, em diversos momentos da área de estudo, a manutenção e objetos de identificação como placas de orientação e equipamentos de acessibilidade para portadores de alguma limitação física. Ir ao campo é uma forma de confrontar com a realidade dos conteúdos vistos no levantamento bibliográfico.

Na estruturação do artigo, inicialmente apresenta-se uma breve introdução na qual constam, além do objetivo da pesquisa e os procedimentos metodológicos usados na realização da mesma, algumas noções de mobilidade urbana enquanto ferramenta para melhoria na circulação de pedestres.

Em seguida, trata-se da função social das calçadas e como ajuda no processo de circulação dos sujeitos sociais com recorte para a região central da cidade. E, por fim, à guisa de conclusão, que traz algumas considerações acerca do resultado da pesquisa.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE MOBILIDADE URBANA

De acordo com alguns autores Carlos (2007), Raia Jr (2000), Corrêa (1996) a medida que as cidades vão se expandindo e passam pelo processo de transformações devido a urbanização, concentrado alguns serviços na região central das cidades ou a periferização da população provocando assim a busca por alternativas para se locomoverem. A precarização dos transportes públicos ou a falta dele faz com que uma grande parcela da população utilize o deslocamento a pé. A não aplicabilidade de política pública urbana e a falta de eficiência no planejamento urbano comprometem a mobilidade urbana e consequentemente a circulação de pedestre.

As principais problemáticas ligadas a ausência de políticas eficientes para a mobilidade urbana são: aumento da frota veicular individual, poluição sonora, poluição do ar, estacionamentos irregulares, pouca segurança para os pedestres e acidentes de trânsito. A circulação de pessoas, segundo Morris et al. (1979), está relacionada com a capacidade de cada indivíduo tem de se locomover, dependendo dos diferentes tipos de transporte até mesmo a pé. Desse modo a mobilidade de pedestres está atrelada ao meio mais conveniente de cada indivíduo de se locomover.

Segundo Raia Jr (2000), a mobilidade urbana pode ser analisada de acordo com o deslocamento nas cidades, através das massas populacionais e seus movimentos em contrapartida das redes e fluxos. Os fenômenos espaciais citados por Raia Jr. (2000) irão determinar a mobilidade urbana de cada lugar, as cidades apresentam suas características próprias, desse modo a avaliação irá variar de acordo com o seu dinamismo.

Segundo a cartilha disponibilizada pelo Ministério das Cidades por meio da Secretaria de Transporte e da Mobilidade Urbana, e o Instituto Polis (2005,

p.03) “A mobilidade urbana é um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano”. As cidades ela tem o dever de desenvolver mecanismos espaciais urbanos que permitam essa mobilidade, independente do meio de locomoção da população. É atribuição de a cidade permitir com que seus pedestres e condutores de qualquer veículo tenham acesso seguro e apropriado em seus deslocamentos.

Sendo assim, se esses atributos referidos pela cartilha se refere a facilidade para tais deslocamentos, logo se entende que essa mobilidade serve para condutores de veículos, e vias e toda a infraestrutura (vias, calçadas, passeios, canteiros e outros) necessária que possibilitem e viabilizem esse ir e vir cotidiano das pessoas. Pensar em mobilidade urbana vai além de transportes públicos e a valorização de veículos, é o pensar nas pessoas em sua comodidade e no percurso realizados por elas, facilitando e promovendo segurança para os pedestres. Um recurso bem importante para as cidades médias e grandes é a elaboração do plano diretor de desenvolvimento urbano para arrecadação de recursos financeiros para o investimento na cidade.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O Estatuto das Cidades Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 prevê a obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes. Dessa forma:

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano se destaca como instrumento de política urbana obrigatória para os municípios com mais de 20.000 habitantes; aos integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; aos situados em áreas de interesse turístico, e aos localizados em áreas de grandes empreendimentos e impactos ambientais, Além disso, a legislação urbana salienta que o referido instrumento deve ser resultado da participação popular e democrática para organizar e planejar o espaço urbano. (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001 p. 33).

Santo Antônio de Jesus por ser uma cidade de médio porte e por ter mais de 20 mil habitantes para obter os recursos de investimento para a cidade e fazer o cumprimento da Lei nº 10.257 implementou o PDDU em 2004 com a contratação da empresa Aquino Consultores Associados LDTA, que através de audiências públicas com a participação da população civil, disponibilizou

engenheiros, urbanistas, arquitetos, paisagistas e outros profissionais para o planejamento e a execução do PDDU, para viabilizar recursos junto ao Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana - PRODUR, que se caracteriza como instrumento de combate à pobreza e tem por objetivo criar ações de planejamento estratégico, visando sustentar o desenvolvimento de reformas municipais, fortalecendo, a capacidade das prefeituras para gerir recursos financeiros e investir em infraestrutura prioritária.

Sendo um dos objetivos desse programa PRODUR a melhoria das condições de vida dos moradores através de recursos disponibilizados para as cidades. Salientando que, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano é um instrumento importante para o planejamento de uma cidade e que deve ter a participação da sociedade em todo o seu processo de elaboração, análise e execução. Significa então, que a participação da comunidade na gestão e no planejamento do território é essencial para que os problemas sejam diagnosticados com mais facilidades e possibilitem as possíveis soluções. Segundo o relatório da Aquino (2001), para que possa ser um instrumento eficiente e de qualidade, o PDDU deve refletir as aspirações da comunidade e traduzi-las tecnicamente em proposições, usando linguagens absolutamente precisas, mas nem por isso, menos acessíveis.

E a participação dessa população é essencial para validar o projeto, sem a população ele não é válido. Por esse motivo o PDDU de Santo Antônio de Jesus teve a participação da comunidade para sua elaboração, a Consultoria Aquino através de visitas e convocações a comunidade realizou dois seminários que aconteceram na UNEB e uma exposição na Biblioteca Municipal do PDDU e contou com a presença de lideranças da comunidade, sindicatos, comerciantes, moradores antigos, empresários e outros, mais infelizmente o cumprimento dessas ações destacadas no programa de PDDU nem sempre é cumprida pela cidade.

UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A CIDADE DE SANTO ANTONIO DE JESUS.

A cidade de Santo Antônio de Jesus localizado no interior da Bahia, mais precisamente no Recôncavo Sul, tem desde sua formação uma importância muito relevante em relação ao seu comércio e serviço, por ser bem localizada

geograficamente, com um relevo tabular, às margens da BR 101 e da Ba 026 o município faz conexão com várias outras cidades e com a capital baiana, tornando-se referência e exercendo influência nas demais cidades no que diz respeito ao seu comércio e serviços que se fortaleceu ao decorrer do tempo, a cidade possui uma historicidade muito relevante para sua formação e crescimento comercial como ela é reconhecida.

Santo Antônio de Jesus concentra uma grande quantidade de serviços e comércios. Toda essa variedade de serviços que a cidade possui, contribuiu diretamente para dinamizar a economia de toda região do Recôncavo Sul Baiano. No entanto, o fato da cidade polarizar as atividades de serviços e comércio, faz com que haja uma dependência dos municípios ao seu redor, tornando suas economias dependentes das questões políticas e econômicas de Santo Antônio de Jesus. Nesse sentido Carlos (2007, pág. 11) ressalta que:

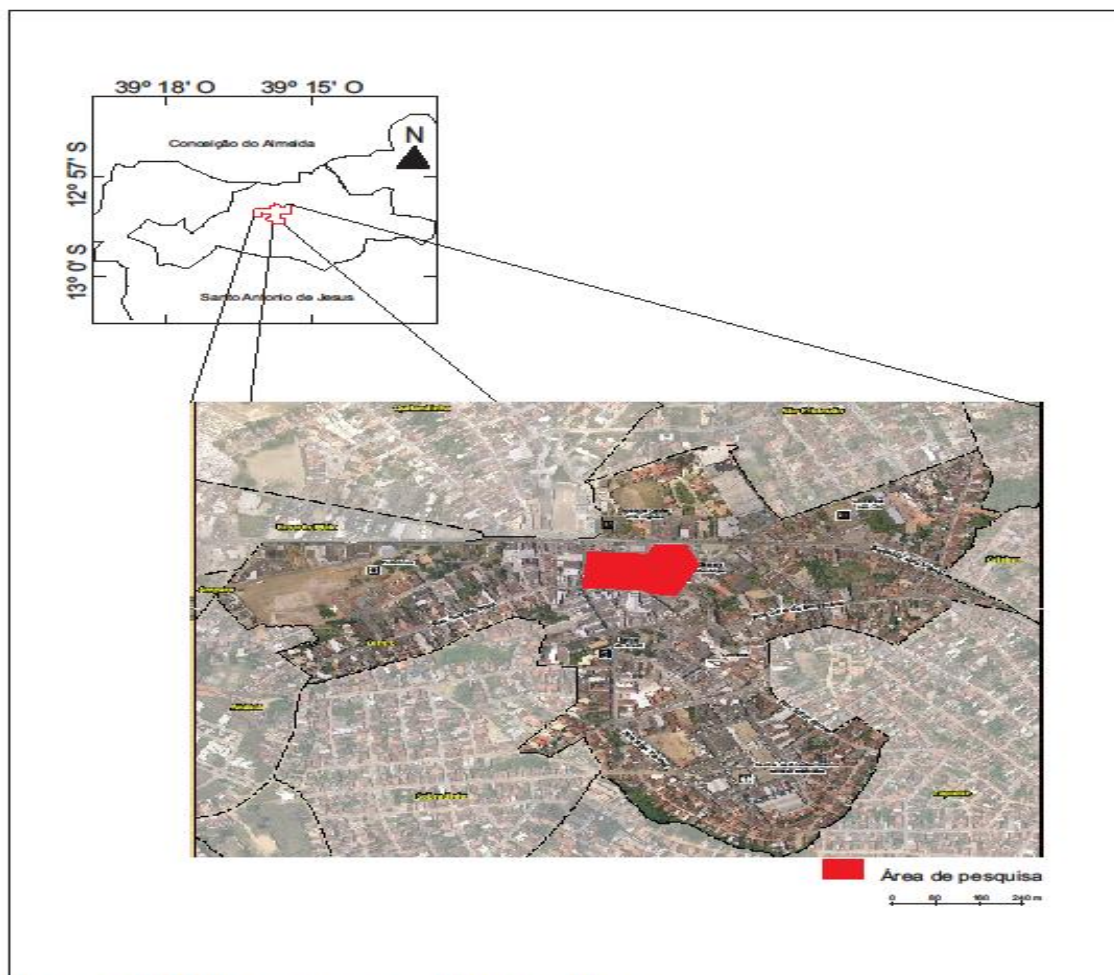
A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado.

Carlos (2007) sinaliza a importância de analisarmos a cidade como um todo com os seus pontos relevantes enquanto construção humana, social e histórico. Assim, entendemos a importância de Santo Antônio de Jesus e sua dinâmica de centralidade regional com as demais cidades do Recôncavo Sul, sendo atrativo diário de pessoas que vem para a cidade com o intuito de fazer compras, estudar, vendas, trabalhar através da migração pendular e até mesmo os que decidem morar. Por vê na cidade oportunidades de crescimento em relação ao comércio, a educação e também na saúde.

PESQUISA *IN LOCUS*: INVESTIGANDO A ÁREA DO OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo da pesquisa é a área central da cidade formada pelas ruas: Rua Antônio Veiga Argolo, Rua Félix Gaspar, Rua Gorgônio José de Araújo, Rua Landúlfio Alves, Rua Luiz Viana, Rua Doutor Renato Machado e a Rua Manoel João da Paixão. Essas ruas foram escolhidas para a pesquisa por serem consideradas de tráfego intenso diário tanto de pedestres quanto de condutores de veículos.

Figura 01: Localização da área de pesquisa no centro comercial da cidade de Santo Antônio de Jesus-Bahia



Na figura 01, podemos localizar em vermelho a área da pesquisa formada pelas ruas que tiveram suas calçadas analisadas, sendo elas formadas por importantes pontos comerciais, como Instituição de Ensino Superior privada, agências bancárias, redes de lojas de departamentos, dentre outros comércios locais que desenvolvem uma importante dinâmica comercial local.

Com o trabalho de campo *in locús*, foi possível detectar como estavam a preservação das calçadas, as sinalizações das ruas, e quais os obstáculos

enfrentados por esses pedestres diariamente, também o fluxo de pedestres que utilizam essas calçadas para sua locomoção e quem são os sujeitos que circulam por elas.

Figura 02: Fotos de calçadas da área de pesquisa.



Fonte: MAGALHÃES, M.A.O. foto retirada na pesquisa de campo em 09/05/2018.

As imagens são de uma das calçadas da rua Landolfo Alves e da rua Gorgônio José de Araújo onde o fluxo de pedestre é intenso na maioria dos dias, pois além de ser passagem para outras ruas centrais, também são localizadas casas comerciais que possuem um poder de venda alto e atrai muitos clientes. Esse fluxo de pedestres também pode ser justificado por outros serviços que a cidade possui como as duas universidades públicas a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), além de outras instituições de ensino particulares, inúmeras clínicas de saúde, Shopping, Supermercados e atacados e outros serviços que também são atrativos para mais pessoas, provocando um aumento na circulação de pessoas nessas ruas por serem ruas centrais e que dão acesso a tais serviços.

Puderam-se constatar durante o trabalho de campo que os passeios na sua maioria se encontram quebrados, desnivelados e malconservados, e que as ocupações dos passeios por ambulantes dificultam muito a circulação de pedestres, além da péssima sinalização das placas, postes de energia no meio dos passeios, são problemas enfrentados pelos pedestres diariamente, levando-o muitas vezes a competirem espaços com os veículos nas ruas, comprometendo sua segurança.

Para Cleps (2003), a ocupação dos espaços públicos por ambulantes, o chamado comércio informal ultrapassa as barreiras do planejamento urbano, surgindo em meio aqueles eventos que resultam de aglomeração, como festas regionais, sazonal. Esta nova modalidade de comércio faz parte do cotidiano das áreas centrais das cidades. Nesse sentido, podemos entender um pouco o porquê da ocupação das calçadas pelos ambulantes aumentam devido ao fluxo de pessoas que circulam por elas, o que facilita o comércio informal.

Outro ponto analisado, foi a questão da sinalização precária e na maioria das vezes a falta dela, pois identificarmos os nomes das ruas é muito difícil em virtude da falta das placas de identificação, e na grande maioria a população não sabe o nome das ruas, mas de uma forma empírica associam o nome as casas comerciais de maior força ou de tradição na localidade observada. Assim é mais fácil para a população conhecer as ruas por meio do comércio e serviços realizados nas mesmas, do que pelo o nome da rua propriamente dita, através das sinalizações que seriam necessárias. Na figura a ser analisada abaixo, traremos ruas e calçadas com um fluxo grande de pedestres e veículos (de todos os tipos) que passam diariamente por elas.

Figura 03: **Pontos de observação da área de pesquisa.**



Na figura três retratada pela imagem de pontos de observação da área de pesquisa, pode ser visualizado o recorte da área pesquisada, com algumas fotos dos passeios analisados e com alguns dos problemas detectados e as dificuldades enfrentadas pelos pedestres que circulam na região central da cidade.

A ida ao campo nos trouxe um conhecimento de causa, pois o levantamento bibliográfico nos traz um conhecimento teórico e o campo nos proporciona um olhar sobre os fenômenos observados, onde podemos concluir se houve ou não melhorias de acordo com o que era previsto pelo Plano Diretor da cidade. Embora uma das vias estudadas apresentasse algum equipamento de sinalização e acessibilidade aos pedestres portadores de necessidades especiais, essa acessibilidade visivelmente era mecanismo de uma instituição privada, no que deveria ser via de regra, tornando apenas uma exceção.

O ATO DE OCUPAR AS CALÇADAS

O ato de ocupar as calçadas ou a falta de manutenção e equipamentos de sinalização para uma melhor circulação dos pedestres, sempre foi uma prática recorrente nos grandes centros urbanos, até mesmo em cidades de

pequeno e médio porte. As diferentes formas de ocupação ou até mesmo a negação básica de manutenção das mesmas preocupam na sua grande maioria os seus usuários.

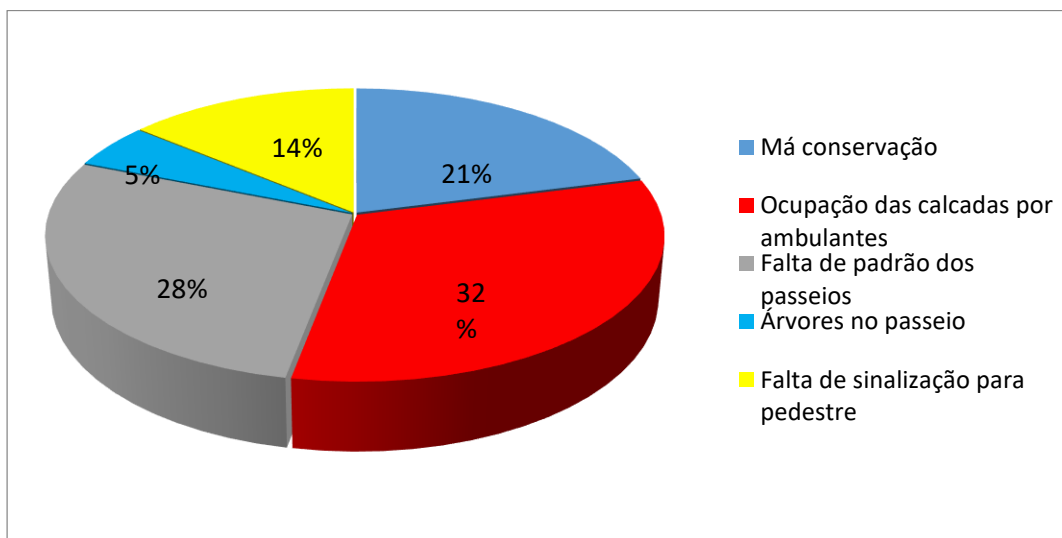
De acordo com os resultados dos questionários aplicados durante o trabalho de campo realizado nas ruas pesquisadas obtivemos algumas respostas para o nosso problema de pesquisa. Pode-se analisar que a maioria dos pedestres utilizam as calçadas diariamente são moradores da cidade, 71% dos entrevistados são residentes deste município, enquanto 29% das pessoas entrevistadas disseram serem moradores das cidades circunvizinhas como, que se deslocam diariamente para o trabalho como também em busca do comércio e serviços que a cidade oferece como saúde, trabalho e lazer.

Esse percurso feito todos os dias pelo mesmo local cotidianamente cria-se uma relação social do espaço urbano, e que esse ir e vir cria movimento de relação com o lugar, assim observando os pontos positivos e negativos do meio social ou até mesmo do local.

Uns dos questionamentos levantados durante a pesquisa foi à ocupação das calçadas pelos vendedores ambulantes. As utilizações dos passeios por esses trabalhadores são estratégicas, visto que o fluxo de pedestres é intenso. O que causa um congestionamento de pessoas, pois a ocupação do mesmo faz com que atrapalhe o trânsito de pedestres. Sabemos que isso não é culpa desses trabalhadores informais é preciso uma atenção maior dos gestores públicos em relação a eles, pois a cada dia mais as cidades têm enfrentado um aumento de trabalhadores informais em locais públicos, muitas vezes pela falta de trabalhos formais e oportunidades de empregos, ou simplesmente pela falta de planejamento urbano de não ter um local específico e estratégico para esses ambulantes trabalharem como exemplo os camelódromos.

Para Cleps (2003), a questão da informalidade: Caracteriza-se, assim como uma atividade que busca enfrentar o desemprego e os baixos salários cada vez mais presentes em diferentes países que compõem o sistema capitalista atual. Assim é necessário um olhar para esses trabalhadores informais que ocupam as calçadas e as vias públicas como um meio de sobrevivência tentando sanar esses percalços. Abaixo segue o gráfico¹, com as principais reclamações levantadas durante a aplicação do questionário no espaço público pesquisado.

Gráfico 1- Maior dificuldade encontrada pelos pedestres na utilização das calçadas.

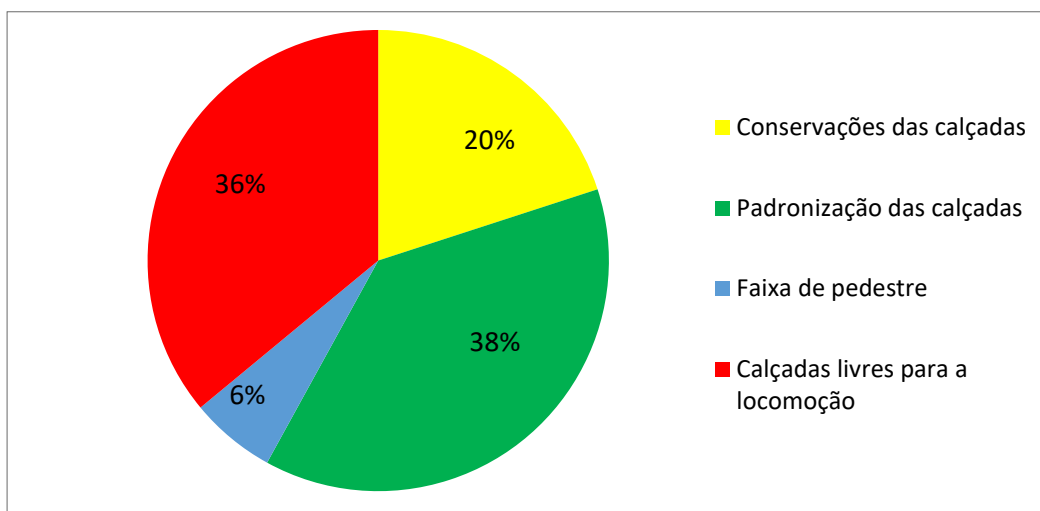


Fonte: SANTOS, J.A. Pesquisa de campo, 2018.

Segundo os dados trazidos pelo gráfico 1: 32% das pessoas entrevistadas nos passeios sentem-se incomodadas com o comércio ambulante que ocupam boa parte das calçadas com suas barracas, 28% questionam a falta de padrão dos passeios onde é possível encontrar áreas com desnivelamentos. Há também um alerta de 21% dos pesquisados sobre a má conservação das calçadas, que é de responsabilidade do proprietário do imóvel. Enquanto 14% queixam-se da falta de sinalização e apenas 5% das árvores nos passeios.

A falta de padronização das calçadas torna-se um fator relevante na pesquisa, visto que não só aqueles que tenham alguma limitação especial possam ter dificuldades como todas as pessoas que por ali circulam. Notoriamente é possível observar o uso das vias públicas pelos pedestres, que acabam disputando espaço com os veículos. Segue abaixo o Gráfico dois com as principais sugestões de melhoria para a mobilidade de pedestres nas calçadas.

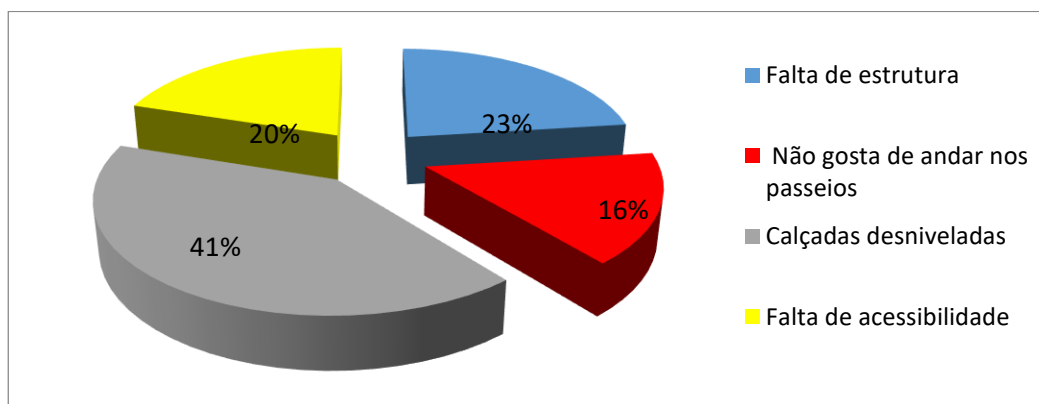
Gráfico 2- Melhorias na circulação dos pedestres



Fonte: SANTOS, J. A. Pesquisa de campo, 2018.

Buscando entender de que forma a mobilidade de pedestres pode ter uma melhoria, 38% dos entrevistados acredita que a padronização das calçadas, seja uma das alternativas para uma boa circulação de pedestres. Outro problema levantado pelos entrevistados são os estacionamentos irregulares de carros e motos, o que acaba atrapalhando o uso das calçadas. Portanto 36% responderam que as calçadas deveriam estar livres para circulação. Chama atenção também que 20% querem calçadas conservadas e apenas 6% dos entrevistados vê a necessidade das faixas de pedestre. No gráfico 3: analisou-se as dificuldades dos pedestres em andar nas calçadas.

Gráfico 3 –Dificuldades em circular pelas calçadas.



Fonte: SANTOS, J. A. Pesquisa de campo, 2018.

Diante do aumento nos números de pessoas que circulam pela área central, um dos principais problemas constatados pela pesquisa são as calçadas desniveladas onde 41% dos entrevistados questionam. Enquanto 23% falam

sobre a falta de infraestrutura e 20% a falta de acessibilidade para todos os pedestres e com isso 16% não gosta de andar nas calçadas, optando por disputar o espaço da via pública com os veículos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao longo da expansão do núcleo urbano dos municípios, a mobilidade tem se tornado uma das premissas importantes para um desenvolvimento sustentável. Questões como acessibilidade e infraestrutura tem se tornado cada vez mais questionada quando o assunto é circulação de pedestres.

De acordo com políticas propostas pelo Plano Nacional de Mobilidade Urbana, o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal Urbano, deve estabelecer diretrizes que visem melhorar: o desenvolvimento de meios não motorizados de transporte, reconhecer a importância do deslocamento dos pedestres, proporcionar mobilidade às pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, qualificação do espaço urbano, investimento em passeios (calçadas), em arborização urbana, equipamentos públicos com acessibilidade a todos os cidadãos, construção de espaços mais acessíveis (sem barreiras arquitetônicas).

Com relação à análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade de Santo Antônio de Jesus-Bahia, foi possível concluir que não houve melhorias no que diz respeito à circulação de pedestres pelas vias de transição pública. Apesar do PDDU está em vigor no município desde o ano de 2004, nota-se muito pouco a evolução no item mobilidade urbana.

Apesar de constar no Plano Diretor Urbano do Município de Santo Antônio de Jesus, algumas ações propostas no relatório final ligadas à mobilidade urbana, como: a construção de ciclovias e espaços reservados aos pedestres, após tantos anos da sua implementação a pesquisa ora realizada observou que na questão subscrita acima, nada foi feito no sentido de melhoria para a circulação de pedestres.

Diante desta constatação é possível pensar em mecanismos que melhorem em curto prazo a organização das calçadas, através de equipamentos de sinalização, acessibilidade, iluminação, e que também se possa pensar em

horários definidos para carga e descargas de mercadoria na área central da cidade.

Dessa forma, enquanto espaço público de circulação de pedestres, as calçadas têm que ser pensadas pelos gestores municipais como áreas importantes para o fluxo de pessoas capaz de atender às especificidades de todos os grupos presentes no espaço urbano.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério das Cidades. 2004. **Plano Diretor Participativo: Guia para Elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília. (B).

CACCIA, L. S. **Mobilidade Urbana: Políticas públicas e apropriação do espaço em cidades brasileiras**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociência, Programa de pós-graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, outubro de 2015.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. FFLCH 1ª edição 2007, 123p. São Paulo.

CORRÊA, R.L. **Trabalho de Campo e Globalização**. Trabalho apresentado no Colóquio Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFSC, Florianópolis, 27-29 de novembro de 1996.

CLEPS, G. D. G. **O Comércio Informal e a Cidade**, II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o cerrado no Século XXI” UFU, Campus do Rio Claro, 26 a 29 de novembro de 2003.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, **Mobilidade Urbana é Desenvolvimento Urbano**, Impresso no Brasil, 1ª edição, novembro de 2005. Para obter arquivo digital dessa cartilha para reprodução, acesse: www.cidades.gov.br.

MORRIS, J. M.; Dumble, P.L.; Wigan, M.R. 1979. **Accessibility indicators for transport planning**. *Transportation Research*, Part A, v.13, n.2, p.91-109.

RAIA JR., A. A. 2000. **Acessibilidade e Mobilidade na Estimativa de um Índice de Potencial de Viagens utilizando Redes Neurais Artificiais e Sistemas de Informação**.

Tese, Doutorado em Engenharia Civil – Transportes pela Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos.

TRUJILLO, F.A. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.



CIDADES GLOBAIS, PARA QUEM? Refletindo sobre o planejamento e o processo de privatização das cidades

Bárbara Carole Passos Alves⁴⁷

RESUMO

Essa revisão da literatura expõe a perspectiva das mazelas da gentrificação e de todos os processos urbanísticos dessa “nova geração”, os quais estão abaixo e obscurecidos pelo manto ideológico capitalista, articulados nos planejamentos estratégicos urbanos e financiados pelos rentistas. A tecnologia como ferramenta e a globalização como pretexto impõem necessidades de transformações das cidades de forma que se tornem competitivas e à altura das cidades conectadas, inovadoras globais. Cria-se uma rede que favorece novamente aqueles que estão por trás desse engendrado contexto. Um ciclo que desfavorece a classe desapossada e que traz uma consequência fatal para a própria cidade. A cultura é o “fenômeno” que articula o pretexto, dando uma expressão material e simbólica da concentração espacial de poder e riqueza. Vê-se uma perda do direito à cidade, indo em direção ao poder e interesses privados e a transformação das cidades em cidades empresas.

Palavras-chave: Tecnologia. Globalização. Privatização. Gentrificação.

ABSTRACT

This literature revision exposes the perspective of the gentrification problems and all the urban processes of this "new generation", which are below and obscured by the capitalist ideological mantle, articulated in the urban strategic plans and financed by the rentiers. Technology as a tool and globalization as a pretext impose the needs of a city refitment in a way that becomes competitive as

⁴⁷ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (UNIFACS)/PPDRU – Bacharel em Administração e Especialista em Desenvolvimento organizacional e Gestão de Pessoas pela Faculdade Castro Alves. Membro do Grupo de Pesquisa de Tecnologia e Desenvolvimento. Membro da GERURB

connected and innovated cities. A network is created that favors again those who are behind this generated context. A cycle that disadvantages the dispossessed class and brings a fatal consequence to the city itself. Culture is the "phenomenon" that articulates the pretext, giving a material and symbolic expression of the spatial concentration of power and wealth. What it sees is a loss of the right of the city, moving toward the private interests and the transformation of cities into corporate cities.

Keywords: Technology. Globalization. Privatization. Gentrification

INTRODUÇÃO

O cenário social da vida humana tem sido transformado por vários acontecimentos historicamente importantes. Algumas dessas transformações foram ao encontro da construção do bem-estar coletivo, no entanto, como lembra Harvey (2012), “os conceitos em circulação não desafiam a hegemonia liberal e a lógica do mercado neoliberal (...). ... os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito. (p. 73).

A tecnologia, conforme Castells (1999), detém o papel principal pela aceleração desses acontecimentos.

Além desses aspectos socioeconômicos, essa confusa e, extraordinariamente, rápida transformação, provocou uma “crise estrutural de legitimidade” nos sistemas políticos, fragmentação dos movimentos sociais e reagrupação da sociedade em torno de “identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais” (CASTELLS, 1999, p. 23), provocando uma divisão entre o instrumentalismo e a identidade, o que Castells chama de “Oposição bipolar entre a Rede e o Ser” ou de “esquizofrenia estrutural” entre a função e o significado, dando espaço para fundamentalismos religiosos, desestruturação das organizações e *deslegitimação* das instituições. Nesse contexto, de confusa reestruturação ou de uma nova estrutura, pautada na lógica computacional e do DNA, a nova era é profetizada por aqueles que dominam essa lógica.

No registro da nova história, esse processo de transformação tecnológica revolucionária, a própria tecnologia, mais especificamente a tecnologia da informação, por sua penetrabilidade social, é o ponto de partida para o entendimento dessa nova economia, sociedade e cultura.

Foi nesse contexto que o novo paradigma tecnológico, baseado em tecnologia da informação, se organizou e se constituiu, sobretudo nos Estados Unidos. O novo estilo de produção e comunicação, modelos de gestão e vida, pautados na cultura da liberdade, inovação individual e na iniciativa empreendedora, advindos dos campuses norte-americanos da década de 60, em interação com a economia global e a geopolítica mundial.

A globalização, extremamente beneficiada pela transformação e utilização da tecnologia, é um processo de integração financeira e intercâmbio sócio, econômico e cultural entre os países, consequência do livre comércio e da necessidade de “achatar” o globo terrestre, seja por meios tecnológicos, que permita maiores ganhos para os mercados internos já saturados. Como fenômeno econômico, tem auxiliado na abertura de fronteiras e alterado a geopolítica mundial proporcionado mobilidade às grandes corporações, negligenciando a sua nacionalidade e unificando moedas. Em termos tecnológicos, tem criado uma diversidade e quantidade de informação circulante que pode ser facilmente adquirida. Produções intelectuais e inovações são disponibilizadas em tempo real independente de qual seja o ponto do globo terrestre em que esteja o interessado.

A globalização passa a ser o pretexto implicate no planejamento das cidades e a necessidade de cidades globais, conectadas, faz erguer novos modelos de gestões urbanas pautados na funcionalidade das cidades, sob intenções e à propósito do Capital. Emerge a cidade-empresa, que, como descreve Arantes (2000), é o resultado de uma visão mercadológica do planejamento urbano, como: *image-making*, políticas *business-oriented* e *market-fiendly*, conferindo visibilidade à indivíduos ou coletividade, transformando a revitalização urbana num processo de gentrificação.

Como qualifica Arantes (2000), a gentrificação é, portanto, uma ferramenta do atual planejamento urbano, mascarada pelo pretexto do crescimento e a responsável pela terceirização das cidades, a precarização da força de trabalho e a existência de uma classe baixa (*underclass*) à margem do mercado de trabalho.

Por traz do discurso da requalificação, revitalização, reabilitação, ou qualquer outra terminologia utilizada para disfarçá-la, a gentrificação é carregada de intencionalidades, da população, do poder público e do interesse privado. A valorização do ambiente ou melhoria do desempenho das funções urbanas implicam diretamente sobre o valor dos imóveis, com a consequente substituição da população original, substituição essa que pode ser voluntária ou forçosa.

Considere-se o caso de Seul nos anos 90: as construtoras e os incorporadores contrataram quadrilhas de lutadores para invadirem vizinhanças nas ladeiras da cidade. Eles destruíam a marreta não apenas as casas, mas também todas as posses daqueles que haviam construído suas casas nos anos 50, agora área nobre. Torres elevadas, que não mostram vestígios da brutalidade que permitiu sua construção, agora cobre muito daquelas ladeiras. (HARVEY, 2012, p. 83).

Se a cidade é assim transformada num empreendimento, a gentrificação é a ação dessa transformação. Mas, esta ação é por quem e para quem? A globalização é o grande pretexto para a ação gentrificadora e as cidades o palco desses jogos, uma vez que nelas acontece a mobilização do excedente. Muito mais que uma questão geográfica, a estruturação física das transacionais e todas as transformações urbanas consequentes estão sob uma intencionalidade do capital como descreve Arantes (2000):

Dá assim para imaginar a força avassaladora dessa máquina urbana de propaganda, ainda mais se dispõe de meios para chantagear com a sempre invocada geração iminente de empregos. Aqui, novamente, o lugar da união simbiótica entre *rentiers*, planejadores urbanos e intermediários culturais na construção de "consensos" cívicos. No centro, para variar, a Cultura, cujo consumo, na forma de refinamento artístico ostensivo, é a melhor garantia de que o clima para os negócios é saudável. Assim, curadores de museus precisam demonstrar que suas instituições (ou melhor, organizações) atraem multidões que multiplicam os negócios, dos *gadgets* de toda ordem às exposições *blockbuster* - de preferência, como até Molotch repara, "*anything Cézanne*"; o mesmo para universidades, cuja sobrevivência institucional depende cada vez mais de sua atitude cooperativa diante do mundo dos negócios etc. Enfim, não se trata de constatar a colonização da animação cultural (que aliás já nasceu colonizada, como o próprio nome indica) pela Máquina de Crescimento, mas sobretudo a operação inversa: o novo combustível sem o qual a coalizão não fabrica os consensos de que necessita, pois se trata de uma máquina ideológica acionada pelos que administram tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento dentro e através dos "lugares" da cidade, apropriadamente denominados *urban imagineers*. Nestas circunstâncias não é de estranhar que o arquiteto-urbanista tenha se tornado um dos operadores-chave desta máquina, reunindo num só personagem o manager (o planejador-empREENDEDOR identificado por Peter Hall) e o "intermediário cultural" (p. 29).

É sobre essas questões que esse trabalho se debruça, sob o pretenso objetivo de fazer ferver e fomentar outras discussões.

UMA CONVERSA SOBRE A GLOBALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS

PORQUE A NECESSIDADE DE GLOBALIZAR AS CIDADES

Segundo Castells (1999), a tecnologia tem sido a protagonista e a responsável pela aceleração de fatos que dão uma nova dinâmica e relação entre a economia, o Estado e a sociedade. O conhecimento, portanto, torna-se o principal fator da produção e a tecnologia seu principal recurso.

Numa revisão geral dessa transformação causada pela tecnologia, entende-se que a globalização foi um dos processos mais beneficiados.

As trocas internacionais se estenderam gradativamente às patentes e às tecnologias e depois aos fluxos financeiros, cujo montante é hoje quarenta vezes superior ao gerado pelas trocas comerciais. O próprio movimento de *globalização financeira* dos anos 80 facilitou as operações de investimentos diretos no exterior (BENKO, 1996, p. 69, grifos do autor).

Sobre essa chamada “nova era econômica”, e de tudo que se discute, a globalização é um fenômeno que traz consigo características essenciais para a formação do seu conceito: a unificação do mercado; “empresas *mundializadas*” e a desconfiguração quanto a identidade das empresas, que deixam de ser nacionais e passam a ser transnacionais, o que implica sobretudo na Divisão Internacional do Trabalho (DIT); e conseqüentemente, uma regulamentação e institucionalização carentes de um mecanismo de regulação de amplitude planetária e universal. Posicionando-se criticamente, percebe-se que a globalização tem se alimentado de países em desenvolvimento, ainda sob a mentalidade da competição agressiva, que se obtém lucro a partir de salários sub-humanos, em detrimento de uma concepção inovadora de produção, como questiona Aktouf (2004):

De que globalização falamos quando cerca de 80% do comércio mundial é feito entre multinacionais e filiais de multinacionais? E sobretudo quando, como prognosticou Alcatel, a tendência aponta cada vez mais para organizações “sem fábricas”, isto é, para transferência desenfreada e desregulamentada (chamada de “flexibilização”) das atividades de produção para outras localidades, apostando na possibilidade de aumentar como nunca a exploração de mão-

de-obra extremamente fragilizada? Isso significa passar do setor (ou organização) de produção de serviços e utilidades da economia real para a posição de holding financeira cujo o único objetivo é multiplicar, por toda parte, o dinheiro pelo dinheiro, custe o que custar, não se preocupando nem com emprego, nem com o bem-estar da sociedade, e nem, ainda menos, com a preservação da natureza. (p. 21 e 22, grifos do autor).

Voltando às cidades, as mudanças advindas a partir das transformações na Divisão internacional do trabalho implicam diretamente nos processos de reestruturação em curso na hierarquia urbana. A globalização, portanto, toma parte dessa discussão no sentido em que seus efeitos sobre as políticas de ocupação do território urbano acendem a necessidade de tornar a cidade competitiva, e, como afirma Arantes (2000), tal necessidade torna explícita a convergência entre governantes, burocratas e urbanistas a fim de emergir cidades protagonistas sob a condição de deter um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização e a perpetuação de uma renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada.

Segundo Benko (1996), o conceito de cidade global transfere o foco da função produtiva das cidades para o vínculo entre a rede mundial de empresas capitalistas e as grandes cidades, sendo essas consideradas como os “centros geográficos privilegiados” de uma economia capitalista transacional.

O conceito de “cidade global” insiste na existência de uma hierarquia funcional entre as cidades no contexto da economia capitalista mundial e lhes reconhece funções supralocais nas quais se possa basear uma nova ordem hierárquica urbana. (...) Segundo o conceito de “cidade global”, a hierarquização do sistema urbano internacional se explica pela distribuição desigual das funções supralocais de comando em relação aos processos de produção e valorização do capital. Ela encontra uma justificação de alcance ainda maior em Smith e Feagin (1987), para quem a classificação das cidades em função da distribuição das sedes sociais das 500 ou 1000 maiores multinacionais, porquanto os centros de decisão dessas sociedades têm um “efeito multiplicador” inegável sobre a economia da região onde se implantaram. (BENKO, 1996, p. 55, grifos do autor).

É a função de comando transacional e de alto nível, portanto que determina o quão importante é a cidade. Importância, essa, conferida pelo uso espacial das empresas de atuação internacional.

A globalização é, portanto, o grande pretexto, o pano de fundo para as novas ações urbanas, no sentido de transformação das cidades em cidades empresas. A grande desculpa que recai sobre a globalização atende às intenções do capital e a tecnologia a grande ferramenta, que distante da apropriação social e tomada

pela lógica industrial, controlada pelas empresas que detêm a capacidade de produzi-la, a tecnologia se torna um valioso mecanismo de poder, capaz de manipular uma lógica, um mercado, técnicas de trabalho e, sobretudo a força de trabalho e de sua mobilidade em prol do capital (PEDRÃO, 2008).

TRANSFORMANDO AS CIDADES EM EMPRESAS

O QUE É ISSO, “CIDADES-EMPRESAS”? O PLANEJAMENTO, A PRIVATIZAÇÃO E A GENTRIFICAÇÃO DAS CIDADES

Nessa altura do texto, já se entende consensualmente o que é e qual o objetivo da cidade-empresa, no entanto, aqui pesa sobre a relação cidade/empresa que está ligada pela figura do empresário. O foco dessa relação, portanto, não está na capacidade gerencial ou administrativa, mas no formato e no poder local que se revela, pois, como Vainer (2000) explica:

O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. A constituição e legitimação da nova cidadania conferida aos segmentos estratégicos caminha pari passu com a destituição dos grupos com "*escassa relevância estratégica*". A cidade-empresa está obrigada a ser realista, conformar-se às tendências do mercado e não pode dar-se ao luxo de produzir planos utópicos. A cidade-empresa atua no mercado de cidades e deve ser competitiva, ágil, flexível... Os controles políticos são estranhos a um espaço social onde o que conta é a produtividade e a competitividade, e onde o que vale são os resultados. (p. 89 e 90, grifos do autor).

Como não se pode atestar que uma cidade-empresa, ainda que planejada e gerida estrategicamente como um negócio, obtenha os resultados esperados de uma empresa, como eficácia, produtividade e competitividade, faz-se imprescindível trazer a figura do "*businessmen*".

Novos atores, portanto, assumem lugar no novo conceito de planejamento, que conheçam de mercado. "A parceria público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e de decisão" (VAINER, 2000, p. 87). Essa parceria é formalizada pelo plano estratégico. O plano político é pensado em termos de gestão e a cidade não é mais o espaço de construção da democracia local.

Percebe-se nesse discurso a emergência da figura no contexto urbanístico: a figura do arquiteto atrelado ao empreendedor; a ideologia do plano, descrita como falida; a função do novo (ainda que atrelado às intervenções pontuais, reabilitações e reutilização do dito anterior) planejamento urbano; o caráter sistêmico-funcional da ideia de estratégia e a fragmentação pela valorização da diferença, quando, por definição, “a dimensão cultural se confunde enquanto esfera refratária da homogeneidade” (p. 14). Eis uma dúvida levantada: É possível planejar estrategicamente políticas urbanas de matriz identitária? Seria como, a autora define de “calcular o espontâneo”. Surge, então, na discussão, os termos que difundem a ideia da visão mercadológica do planejamento urbano, como: *image-making*, políticas *business-oriented* e *market-friendly*, conferindo visibilidade à indivíduos ou coletividade, transformando a revitalização urbana num processo de *gentrification*, possibilitando o encontro entre cultura e Capital.

De origem inglesa (*gentry*) que significa "pequena nobreza", tem como propósito a reestruturação de espaços urbanos residenciais e de comércio independentes com novos empreendimentos prediais e de grande comércio que causa, por consequência a substituição de pequenas lojas e antigas residências. Nos últimos anos, este fenômeno tem provocado profundas mudanças e enobrecimento de vários bairros. Esses processos têm sido criticados pelas suas consequências excludentes e privatizadora.

Por isso a palavra gentrificação normalmente está oculta nos discursos revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, tendo o seu “sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades (...) dando a entender que o planejamento, dito estratégico, pode não ser mais do que outro eufemismo para *gentrification*, sem, no entanto, afirmar que sejam exatamente a mesma coisa” (ARANTES, 2000, p. 31). Essa assertiva sobre gentrificação se resume no exemplo citado por Harvey (2012):

Dharavi, um dos mais proeminentes bairros pobres de Mumbai, é avaliado em US\$ 2 bilhões. A pressão para desobstruí-lo por razões sociais e ambientais que mascaram a grilagem – aumenta diariamente. O poder financeiro apoiado pelo Estado força a desobstrução dos bairros pobres, em alguns casos, tomando posse violentamente da terra ocupada por toda uma geração. A acumulação de capital através da atividade imobiliária é incrementada, já que a terra é adquirida

quase sem custo. As pessoas deslocadas receberão compensação? Os sortudos ganharão uma ninharia. Mas enquanto a Constituição indiana especifica que o Estado tem a obrigação de proteger a vida e o bem-estar de toda a população, sem restrição de casta ou classe, e garantir o direito à habitação e à proteção, a Suprema Corte tem emitido sentenças que reescrevem esta exigência constitucional. Como os favelados são ocupantes ilegais e, definitivamente, muitos não podem prover sua residência no longo prazo, eles não têm direito a compensação. Conceder este direito, diz a Suprema Corte, seria a mesma coisa que recompensar os batedores de carteira por sua ação. Assim, os ocupantes ou resistem e lutam ou se mudam com seus poucos pertences, acampando-se às margens de autoestrada ou em qualquer espaço exíguo que encontrem (Ramanathan, 2006 e Shukla, 2006). (p. 83 e 84).

“Fazer cidade”, portanto tornou-se menos racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor e tantas outras classificações, e mais “requalificação”. A imagem como negócio, a cidade como mercadoria, como esclarece Arantes (2000), acabou moldando indivíduos e coletividades que se identificam pelo “consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca” de um lado e; de outro, o sistema de provedores desses produtos tão intangíveis quanto lucrativos. “Daí a âncora identitária da nova urbanística”. (p. 16)

Numa trama internacional, a cidade deve ser atraente ao capital estrangeiro, inclusive no setor imobiliário. Essa lógica urbanística, sob a influência da dita globalização, tem matriz (hegemônica) americana, nascida do “consenso keynesiano”, quando o planejamento urbano deixou de controlar o crescimento, contrário, encorajando-o. As cidades, a partir de então, seriam máquinas produtoras de riquezas. E assim, se deu, nas décadas de 70/80, a degradação das localizações empresariais ótimas e a pobreza estrutural. A revitalização urbana veio por intermédio da parceria entre a iniciativa privada e o setor público. Eis a arquitetura do espetáculo: “estetização bastarda”, “impacto nulo sobre a pobreza” e déficits sociais, contudo de grande apelo cultural pelas iniciativas e necessidade de se formar a ideia de “cidade como comunidade”, “celebrando a “vizinhança” e a diversidade étnica da cidade” (p.23). Forma-se um “conjunto de condições para pôr em movimento a máquina urbana de ‘aumentar rendas agregadas’: ‘orgulho cívico’ dos habitantes do lugar e o ‘patriotismo de massas’” (p.25). Vê-se portanto, uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital. As cidades passaram a ser geridas e consumidas como mercadorias, contudo não “*like business*”, mas antes “*for business*”. Uma estratégia fatal:

‘O processo de construção da cidade distribui esculturas, museus, edifícios de alto padrão atraindo aqueles que têm condições de escolher onde viver, trabalhar e gozar sua influência. As

zonas favorecidas incorporam, como lugares, o capital cultural que forja não somente seu futuro privilegiado, mas reduz o futuro das áreas menos favorecidas'. Trata-se claramente de uma estratégia autodestrutiva. (...) como é próprio da natureza de um sistema que hierarquiza e estratifica, porque o seu desenvolvimento não pode deixar de ser desigual – enfim, cidades mundiais demandam longos ciclos históricos de polarização sistêmica, não são geradas por pacotes de vantagens competitivas planejadas em agências de consultoria. (ARANTES, 2000, p. 29, grifos do autor).

A cultura sustenta a camuflagem de clima saudável para os negócios, preparando terrenos para as multinacionais de sempre e respondendo a altura às necessidades que a globalização determina. Camuflada ainda na cultura, o processo de gentrificação, ou como se conhece requalificação ou ainda, nos termos do texto, planejamento estratégico da cidade, eufemismos para invasão, espoliação e reconquista. Além da terra, trabalho e capital, outras camadas simbólicas de trocas desiguais são disfarçadas: 1. Linguagem simbólica de exclusão e habilitação. O que e quem pode estar visível ou não. O visual da cidade submetida à estetização do poder. 2. A economia simbólica da cidade sob os símbolos do crescimento, promessas de empregos e negócios. 3. A cobertura do edifício que ostenta e alia os círculos de negócios dentro da *world-class-city*, “pois é essa simbiose de imagem e produto que caracteriza a cidade-empresa-cultural (...)” (p. 34). Um ambiente urbano altamente qualificado digno de uma *global city*. A civilidade e a estetização do medo são os discursos de manobra utilizados pelas elites para justificar o cerco (*enclosures*) e a gentrificação do espaço. Áreas gentrificadas são altamente vigiadas e polidas.

Ao fazer um apanhado exemplificado dos processos de gentrificação das cidades de Paris, Bolonha, Bilbao, Lisboa e Berlin, Arantes (2000) declara:

Para encurtar: deu-se o que estamos vendo, algo como um pensamento único das cidades em que se casam o interesse econômico da cultura e as alegações culturais do comando econômico – que rodam as cidades em competição pelo financiamento escasso no sistema mundial, e por isso mesmo compartilhado à revelia das preferências político-ideológicas dos administradores de turno. Num universo tão unidimensional assim, por certo não ocorrerá a ninguém considerar uma aberração histórica suicida do capitalismo global. (p. 67).

CONCLUSÃO

Assim como a globalização é pretexto para a transformação das cidades em *global cities*, sob comando decisivo do capital, a tecnologia é a ferramenta facilitadora da nova ordem. A competitividade é a grande fonte de novas tecnologias e processos organizacionais e provém aos rentistas uma vantagem

competitiva sobre (ou exclui) àqueles que detêm tecnologias e processos inferiores ou obsoletos. As inovações produzem novas necessidades, mercados, reduz o tempo de retorno do capital e a extensão geográfica.

O desenvolvimento de tecnologias produz automação, que acelera o tempo e se perpetua utilizando o mesmo conhecimento para novas finalidades. Gera-se um ciclo entre adquirir conhecimento e a necessidade de poder para usar o conhecimento e, conseqüentemente, a necessidade da ciência para gerar tecnologia, inclusive de base científica. A separação entre tecnologia e ciência esgota as possibilidades de expansão criativa da tecnologia. Isso também demonstra que há uma relação entre ciência, tecnologia e poder quanto ao seu sentido, finalidade e a dada pelo controle do Estado e das empresas sobre a produção e os usos do conhecimento, da formação e acumulação de capital, situado no contexto político do poder.

Distante da apropriação social e tomada pela lógica industrial, controlada pelas empresas que detêm a capacidade de produzi-la, a tecnologia se torna um valioso mecanismo de poder, capaz de manipular uma lógica, um mercado, técnicas de trabalho e, sobretudo a força de trabalho e de sua mobilidade em prol do capital. Não se concebe um olhar ingênuo sobre a tecnologia diante da profundidade das questões neste trabalho levantadas. Transporta-se, no entanto, a imperfeição para o uso intencional de uma tecnologia intencionalmente imperfeita. Um campo de tensões entre necessidades e intenções que se estende para o âmbito das práticas, conhecimento, das técnicas, saber fazer, renovação e inovação. Entende-se a necessidade de uma abertura a um debate sobre o significado social da tecnologia, pois, como define Pedrão (2008):

O debate sobre tecnologia se desenvolve sobre um fundamento filosófico irreduzível, onde se adverte o papel dos processos da tecnologia na inter-relação entre a sociedade e a natureza e nos movimentos combinados e contrários de valorização social e de desvalorização. (p. 60)

Quanto à urbanização, pode-se dizer que tem cumprido com o seu papel na movimentação de capital excedente, mas a que preço? Sob pena de perder o direito à cidade? O mundo testemunha o direito à cidade sendo cada vez mais dado ao poder e aos interesses privados.

É necessário um governo de cidade que se digne a pensar em controle democrático sobre a produção e a utilização do excedente, em políticas sociais compensatórias a fim de diminuir as desigualdades periféricas, estabelecer a democracia, reestabelecendo, dessa forma, o direito à cidade. Diante de leituras esclarecedoras dos processos urbanísticos de crescimento das cidades, uma desmistificação da visão romântica e ingênua da pretensa requalificação, da realidade alterada para àqueles que perdem com a “valorização” e “enobrecimento” do local. Quem ganha? Erguem-se questões quanto à moderna estética das cidades; encontros e desencontros, finalidades e ironias nas localizações e funcionalidades das cidades *máquinas-mercadorias-empresas-empreendimento*, perpassando por um campo de intencionalidades embarcado no contexto das novas gestões urbanas pautada na dimensão cultural.

REFERÊNCIAS

AKTOUF, Omar. **Pós-Globalização, Administração e Racionalidade Econômica: A Síndrome do Avestruz**. São Paulo: Atlas S.A., 2004.

_____. **Governança e Pensamento estratégico: Uma Crítica a Michael Porter**. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, v. 42, n. 3, p. 43-53, Jul/Set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v42n3/v42n3a04.pdf>> Acesso em: 04 Dez. 2014.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Uma Estratégia Fatal: A cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. *A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 11 – 74.

ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BENKO, Georges. **Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (orgs). *Território: globalização e fragmentação*. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

_____. CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-%C3%A0-ac%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>>. Acessado em 04 Nov. 2014.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>> Acesso em: 15 Jun. 2015.

PEDRAO, Fernando. **A economia da Tecnologia Imperfeita**. RDE Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, BA, Ano X, n.18, p.59-65, Dez. 2008. Disponível em: < <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1038>> Acesso em: 10 Out. 2014.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano** In: ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75 – 103.



O BRASIL NO PANORAMA DO ECOTURISMO MUNDIAL: UMA BREVE ANÁLISE DA PERFORMANCE DO DESTINO EM SITES ESPECIALIZADOS

Lorraine Santos ⁴⁸

RESUMO

Este artigo procura discutir a promoção do destino Brasil no mercado de ecoturismo mundial, tendo como base o site “The International Ecotourism Society (TIES)”. O estudo baseou-se em pesquisas documentais, dados estatísticos, pesquisa bibliográfica, informações obtidas através do site da TIES, além da utilização de comparativos com outros sites de abordam questões pertinentes ao tema. Conclui-se que, em função do grande potencial apresentado pelo país, a promoção do destino Brasil no segmento de viagens ecoturísticas é insuficiente e inadequada.

Palavras-chave: Ecoturismo, Turismo Sustentável, TIES, Brasil.

ABSTRACT

This article discuss the promotion of Brazil destination in the world ecotourism market, based on the website "The International Ecotourism Society (TIES)". The study was based on documentary research, statistical data, bibliographic research, information obtained through the TIES website, and the use of comparatives with other websites to address issues relevant to the topic. It is concluded that, due to the great potential presented by the country, the promotion of Brazil's destination in the ecotourism travel segment is insufficient and inadequate.

Keywords: Ecotourism, Sustainable Tourism, TIES, Brazil.

INTRODUÇÃO

Entende-se o Ecoturismo como “uma forma ambientalmente responsável” de viajar e visitar áreas naturais, relativamente pouco alteradas, com o objetivo de usufruir, estudar e apreciar a natureza (e quaisquer elementos culturais associados – passados ou presentes), que promove a conservação, tem baixo nível de impacto pelo visitante e promove um envolvimento socioeconômico benéfico e ativo das populações locais”. (União Internacional para a Conservação da Natureza -IUCN, 1993 apud Ministério do Turismo)

⁴⁸ Aluna UNIFACS. E-mail: lorraine.ssantos@yahoo.com.br

As modalidades do Ecoturismo ainda não são um consenso entre os estudiosos sobre o tema, mas elas têm em comum o fato de serem praticadas em meio natural com baixo impacto ambiental, algumas delas são: observação de fauna, flora e paisagem; Cavalgadas, Ciclismo; Trekking Arborismo; Canoagem e Rappel.

Devemos considerar o Brasil como uma grande potência do Ecoturismo no mundo. Existem vários *rankings*, feitos por sites especializados e blogs, que apontam diferentes posições do Brasil, como destino de Ecoturismo no mundo. Tomando como base uma recente pesquisa publicada pelo portal americano US News & World Report (2016), a consultoria BAV e a escola de negócios Wharton, da Universidade da Pensilvânia, o Brasil é apontado em 1º lugar, no ranking específico, como melhor opção para o Turismo de aventura. No *ranking* geral, a Alemanha ficou em primeiro lugar e o Brasil figura na 20ª posição. A pesquisa foi realizada com 60 países do mundo e teve como objetivo “entender e quantificar a percepção global sobre as marcas países”.

No Brasil, alguns destinos tornaram-se referências, como os casos de Bonito (MS), Pantanal (MT/MS), as Chapadas Diamantina (BA), dos Guimarães (MT) e dos Veadeiros (GO) e praias como Fernando de Noronha (PE), Itacaré (BA) e Caravelas(BA). (REVISTA VIAGEM E TURISMO, 2017)

A internet, assim como acontece com a indústria de viagens no geral, tem se tornado a principal forma de divulgação dos destinos de ecoturismo e, ao mesmo tempo, fonte de informações para um público cada dia maior de interessados neste segmento. De acordo a Revista Viva Sustentável (2017) a Organização Mundial de Turismo (OMT), afirma que o ecoturismo é o segmento que proporcionalmente mais cresce no mundo. Enquanto o turismo convencional cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo está crescendo entre 15 a 25% por ano. Segundo a OMT (através da revista Viva Sustentável) estima que 10% dos turistas em todo o mundo tenham como demanda o turismo ecológico. O faturamento anual do ecoturismo, a nível mundial, é estimado em US\$ 260 bilhões, do qual o Brasil se apropriaria com cerca de US\$ 70 milhões.

A presente pesquisa tem por objetivo verificar se a relevância do destino Brasil no mercado ecoturístico se expressa na forma como o destino tem sido promovido nas plataformas especializadas. Para alcançar esse objetivo, optou-se por uma análise do site da Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES).

A TIES foi fundada em 1990, e é a maior e mais antiga organização de ecoturismo do mundo dedicada à divulgação de informações sobre ecoturismo e turismo sustentável. Atualmente, tem membros em 100 países, incluindo os operadores turísticos, empresários e gestores de eco-albergues, acadêmicos, consultores, organizações e profissionais em conservação, governos, arquitetos, especialistas em desenvolvimento sustentável, ONGs, meios de comunicação, estudantes e viajantes.

METODOLOGIA

O procedimento escolhido foi a pesquisa documental, baseada nas informações disponíveis sobre o Brasil no site da TIES (www.ecotourism.org). A coleta de informações aconteceu entre os meses de setembro e dezembro de 2016 e abrangeu o seguinte leque de parâmetros: os destinos mais divulgados, membros associados, o que é comercializado pela organização, quais são as parcerias e a participação e divulgação do destino Brasil, frente aos demais destinos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A TIES tem como um dos poucos parceiros no Brasil o site *Viajar Verde*, que foi criado para discutir questões e práticas do Turismo Sustentável e incentivar que atitudes sustentáveis sejam compartilhadas para que se crie uma corrente verde e responsável.

Em se tratando de operadoras Turísticas para divulgação do destino Brasil é perceptível a precariedade na divulgação do destino Brasil, tendo em vista o tamanho da nossa oferta que contempla a maior biodiversidade do planeta, respondendo por quase 20% do total de espécies da Terra, segundo o Ministério do Meio Ambiente. São mais de 55 mil espécies vegetais e 108 mil variedades animais.

Verificou-se que, de 77 Operadoras Turísticas, inseridas no site em todo o mundo, apenas duas são brasileiras. Isso significa menos de 4% das instituições associadas ao site.

É possível encontrar operadores de diversos destinos no mundo como a Austrália, Malásia, Índia, África do Sul, Panamá Venezuela e Reino Unido. O que, também nos traz uma reflexão é que alguns destinos menores que o Brasil

como Venezuela, Chile, Equador e Canada ganham mais destaques em relação a divulgação de pacote. Dos 77 membros associados apenas 10 divulgam o destino Brasil, o Chile e o Equador, por exemplo, são divulgados por 13 operadores. O país mais divulgado é os Estados Unidos, com quase metade dos parceiros entre Operadores turísticos e meios de hospedagem. Em hospedagem nenhuma empresa brasileira relacionada ao site.

As operadoras Brasileiras que utilizam a TIES, como instrumento de divulgação para o Ecoturismo no Brasil são a Brazil Nature Tours (BNT) e a Tunibra Travel Turismo. A Brazil Nature Tours (BNT) é brasileira com gerência holandesa / francesa, especializada em Ecoturismo e na organização de viagens e passeios em todo Brasil. A empresa é localizada em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul. E como pacotes destaques, trabalham com o destino Pantanal e Bonito. Já a Tunibra Travel Turismo, atende cliente em viagens de férias e lazer, não é especializada em Ecoturismo. Fica localizada em São Paulo e atende para destinos de todo o Brasil.

Ainda na plataforma da TIES, podemos buscar operadores e profissionais especializados nos destinos de interesse. Surpreendentemente, quando se busca pelo destino Brasil, é verificado sete operadores dos Estados Unidos (Lost World Adventures, Natural Habitat Adventures, Rainforest Cruises, Southwind Adventures, Terra Incognita Ecotours, Tour Operator, uma do Reino Unido (Sumak Sustainable Travel) e as duas brasileiras já citadas neste estudo.

Observa-se na plataforma da TIES, ao descrever destaques de destinos para Ecoturismo na América do Sul, uma ênfase nas Cataratas do Iguaçu. E ao falar especificamente do Brasil, um dos 17 países megadiversos do mundo, é visto também o destaque as Cataratas do Iguaçu, Floresta Amazônica e Pantanal.

É sabido da diversidade de biomas no Brasil, e este fato é relevante na divulgação do país como destino Turístico. Em todas as descrições no TIES que descrevem o Brasil abordam-se os seis biomas: a Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica, Cerrado, a Caatinga, as Pampas, além de enfatizar sempre o nosso ecossistema costeiro.

Em se tratando de cidades brasileiras, a TIES explana sobre as cidades consideradas patrimônio mundial da UNESCO, sendo elas Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro, Iguaçu e Fernando de Noronha e o Parque da Serra da Capivara.

Como indicações de lugares a ser visitados, o site aponta Bonito, no Mato Grosso do Sul e Manaus na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, por esta análise que o Brasil não tem sido divulgado com o potencial turístico que tem, sendo necessárias intervenções de organizações públicas e privadas para que o país possa alcançar um número maior de visitantes com intuito de praticar o ecoturismo em todo o país. No entanto, é válido ressaltar que o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), em agosto de 2016, inaugurou um novo portal *Visit Brasil*, com este objetivo de divulgar o potencial turístico brasileiro no exterior. É possível verificar no site opções por roteiros temáticos, como esportes, aventura, ecoturismo, praias e cultura. Entende-se como um grande canal de divulgação que ainda precisa ser melhorado e trabalhado com intuito de atingir turistas estrangeiros. Uma parceria com a TIES e com outros veículos de compras online pode ser uma opção viável.

REFERÊNCIA

BRASIL, Ministério do turismo. **Conteúdo Fundamental Turismo e Sustentabilidade.** Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/conteudo_fundamental_turismo_e_sustentabilidade.pdf. Acesso em 12 dez. 2016.

BRASIL, Ministério do turismo. **ECOTURISMO: Orientações Básicas.** Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO .pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO.pdf). Acesso em 21 nov. 2016.

OMT. **Código de ética mundial para o turismo.** Tradução para o português pela FUNDATEC / Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos;

Revista Viagem e Turismo. **Referencia de ecoturismo no Brasil**. Disponível em: <https://viagemeturismo.abril.com.br/>. Acesso 30 jul 2018.

THE INTENATIONAL ECOTURISM SOCIETY. **Definição e princípios do Ecoturismo**. Disponível em: <<http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>>. Primeiro Acesso em: 30 set. 2016.

Viva Sustentável. **Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento** <<http://vivasustentavel.eco.br/2017-ano-internacional-do-turismo-sustentavel-para-o-desenvolvimento-2/>>. Acesso em 31 Jul. 2018.

US NEWS. **Best Countries**. Disponível em: <<http://www.usnews.com/news/best-countries/overall-full-list>>. Acesso em 01 dez 2016.



O DIREITO À CIDADE INTELIGENTE: A INCLUSÃO DIGITAL COMO REQUISITO À CIBERCIDADANIA

Patrícia Borba Vilar Guimarães⁴⁹

Douglas da Silva Araújo⁵⁰

RESUMO

Diante o efervescente debate que gira em torno das cidades inteligentes, compreender esse fenômeno aliado ao direito à cidade, é essencial quando se pretende democratizar os novos espaços e as novas espécies de sociabilidades oriundas desse processo de “smartização” dos centros urbanos. Nesse cenário, a inclusão digital revela-se extremamente importante para a efetivação da participação popular na gestão urbana das *smart cities*. Por isso, o presente ensaio tem por objetivo ponderar sobre a importância da inclusão digital na gestão urbana das novas cidades inteligentes.

1. INTRODUÇÃO

O direito à cidade, analisado sob a perspectiva de Lefebvre e Harvey, está intimamente ligado às formas de acesso de toda a população ao ambiente urbano e as chances dessa população participar do processo de transformação da cidade, avesso ao processo de excludente marginalização, proveniente do modo de produção capitalista do espaço.

Numa perspectiva mais jurídica, mas sem se afastar do sentido filosófico que permeou sua gênese, o direito à cidade representa a possibilidade de acesso e de transformação ao que o espaço urbano oferece; é a oportunidade de satisfação das diferentes necessidades da vida moderna e de autoafirmação do cidadão – qualidade do indivíduo que vive na cidade; é a reunião de diversos

⁴⁹ Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Departamento de Direito Processual e Propedêutica (DEPRO)

⁵⁰ Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: douglasaraujojp@gmail.com

direitos fundamentais, que asseguram a dignidade da pessoa humana e a verdadeira democracia (FERREIRA, 2012).

No Brasil, a criação da Lei n.º 10257/2001, denominada como Estatuto da Cidade, representou talvez o maior avanço na conquista de prerrogativas que nortegassem a política urbana no Brasil, estabelecendo “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (art. 1º).

Segundo Fernandes (2007, p. 204) o Estatuto da Cidade representou um desenvolvimento importante na materialização do direito à cidade em termos legais, e não apenas enquanto uma noção política.

Numa tentativa ao menos teórica de alinhar o conceito do direito à cidade às novas cidades inteligentes ou *smart cities*, oriundas do processo de inserção da tecnologia no âmbito do planejamento urbano, deve se dar a partir do alinhamento da perspectiva das cidades inteligentes ao desenvolvimento das funções sociais da cidade na busca de uma convergência entre ambas. Com a primeira denotando o envolvimento dos cidadãos no processo de inovação urbana, e a segunda significando a priorização de funções destinadas a combater e reduzir as desigualdades sociais e territoriais, a combater e eliminar a pobreza, a promover a justiça social, a satisfazer os direitos fundamentais das pessoas de terem condições de vida digna (LIBÓRIO & SAULE JÚNIOR, 2017).

As cidades inteligentes têm foco em um modelo particularizado, com visão moderna do desenvolvimento urbano e que reconhecem a crescente importância das TICs no direcionamento da competitividade econômica, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida geral (DUTTA, 2011).

Porém, no processo de “smartização” de uma cidade revela-se imprescindível a inclusão dos cidadãos nos processos decisórios (*smart governance*), com a tecnologia funcionando como uma espécie de “ponte” de aproximação entre Poder Público e a população.

Nesse contexto, este ensaio tem por objetivo ponderar acerca da importância da inclusão digital no âmbito da gestão urbana das cidades inteligentes por

representar um fenômeno indispensável quando se fala em participação popular nessas novas espécies de cidades.

2. METODOLOGIA

Este ensaio tem um caráter descritivo-exploratório ao discorrer sobre programas e políticas de inclusão digital, os quais se mostram essenciais para a efetivação da participação popular e cidadania nas novas cidades inteligentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir encontram-se algumas experiências de programas do Governo Federal que incentivam a inclusão digital, bem como de leis que visem difundir as novas tecnologias às classes menos desfavorecidas.

O Programa Governo Eletrônico de Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC): programa do Governo Federal que “oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite – a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos”. GESAC já alcançou resultados significativos. Outra importante política de inclusão digital está materializada no Convênio ICMS 141, de 14 de dezembro de 2007, o qual autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção de ICMS na prestação de serviço de comunicação no âmbito do Programa Governo Eletrônico de Serviço de Atendimento do Cidadão (GESAC).

Diferentemente dos programas de inclusão digital listados acima, os quais mais se alinham à definição de política pública de governo, as leis, elaboradas com a mesma finalidade, são tão quanto ou até mais eficientes frente a uma modernidade tecnológica que remodela os laços sociais, criando novos conflitos. Isto é, as leis por serem políticas públicas que envolvem em sua constituição processos burocráticos, com tramitação pelas casas legislativas e/ou outras instâncias de discussão, representando exemplo de políticas de Estado, revestem-se de um caráter mais perene, considerando que qualquer mecanismo de revogação ou reformulação também será mais burocrático, além de estarem menos associadas a uma única agenda político-partidária, tendo em vista que a sua concepção depende de outros poderes e de várias instâncias de debate.

Nessa perspectiva, ainda em fase embrionária, encontra-se em trâmite no Congresso Nacional os Projetos de Lei n.º 5319/2016 (Câmara dos Deputados) e n.º 431/2014 (Senado Federal), ambos visam acrescentar dispositivo à Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997, reconhecendo o serviço de acesso à internet em banda larga como essencial. Outro projeto de lei em trâmite na Câmara dos Deputados, relevante quando se fala em inclusão digital, é o PL n.º 7861/2017 (Apensado ao PL n.º 1481/2007). O projeto visa alterar a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a inclusão digital, acrescentando como dever do Estado a implantação da infraestrutura de conectividade por meio de Wifi aberto e banda larga até as salas de aula, complementada pelo desenvolvimento de uma cultura digital, que inclui o ensino e o acesso a habilidades, ferramentas e plataformas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos desafios a inclusão digital ainda serem muitos, nos últimos anos esse cenário tem ganhado especial avanço, ao passo que a tendência demonstrada por este ensaio é de incentivo por parte do Governo Federal a programas de inclusão digital, além de o próprio Poder Legislativo está dando mais atenção às leis que visam regular as novas formas de sociabilidades oriundas da sociedade virtual ou cibersociedade. Tais políticas são imprescindíveis à concretização da cidadania em tempos de globalização (cibercidadania).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Sobre Políticas de Governo e Políticas de Estado:** distinções necessárias. Instituto Millenium – Centro de pensamento. 07/04/2016. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>>. Acesso em: 01 jun. 2018

DUTTA, S. (Ed.). (2011). **The Global Innovation Index 2011:** accelerating growth and development. Fontainebleau: INSEAD.

FERNANDES, Edésio. 2007. **“Constructing the ‘right to the city’ in Brazil”**. Social & Legal Studies, v.16, n.2, pp.201-19.

FERREIRA, Valéria Corrêa Silva. **Cidade e democracia: o espaço urbano, os direitos fundamentais e um novo conceito de cidadania.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 103, ago. 2012.

LIBÓRIO, Daniela Campos, SAULE JÚNIOR, Nelson. **Princípios e instrumentos de política urbana.** Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Álvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/76/edicao-1/principios-e-instrumentos-de-politica-urbana>>. Acesso em: 12 jun. 2018.



O ESPAÇO EDUCACIONAL DO SENAI CIMATEC EM SALVADOR COMO FORMA DE (RE)CONSTRUÇÃO DO SUJEITO IMPLICADO

Wheliton Chiang Shung Moreira Ferreira⁵¹

Luzinete Barbosa Lyrio⁵²

Martha Santana Martins⁵³

RESUMO

O presente trabalho tem como premissa compreender o espaço educacional como forma de (re)construção do sujeito. Como objeto de estudo, discute-se o Centro universitário SENAI Cimatec, por ser um complexo de abrangência local, regional, nacional e internacional. Devido ao caráter teórico-crítico-reflexivo desta análise, procura-se identificar como esse espaço visa o acolhimento dos anseios da sua comunidade e aos objetivos de sua missão através de ampliações na infraestrutura. Quanto à abordagem, optou-se pelo aspecto qualitativo, prevalecendo-se a interpretação das condições históricas, atuais e futuras da instituição. Quanto à metodologia, elegeram-se a pesquisa exploratória e as aplicações de estudo de caso de Yin. Como resultados, aponta-se que o SENAI Cimatec tem efetivado suas ampliações dos espaços com base nas possibilidades de (re)construção do sujeito, especialmente no que tange a sua inserção em uma sociedade voltada aos processos tecnológicos e às possibilidades de relações significativas.

Palavras-chave: Espaço Educacional. SENAI Cimatec. Sujeito implicado.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é de caráter teórico-reflexivo e tem o objetivo de compreender o espaço educacional do SENAI Cimatec em Salvador-BA como forma de (re)construção do sujeito. A presente análise se justifica por ser um espaço educacional de grande imponência na área de tecnologia, principalmente por estar vinculado à indústria com abrangência local, regional, nacional e internacional.

Ao se fazer uma incursão pelo SENAI Cimatec, observa-se que sua história tem início em 1998 com um grupo que planejou a criação de um núcleo de capacitação de mão de obra e suporte técnico para atender às demandas do novo ciclo de industrialização da Bahia. Em 2017, deixa de ser Faculdade e torna-se Centro Universitário. Parte-se do pressuposto de que os espaços da instituição são reconfigurados para representar as demandas dos sujeitos

⁵¹ Mestrando no Instituto Federal da Bahia. E-mail: wheliton@hotmail.com

⁵² Mestranda. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. luzinetelyrio@hotmail.com

⁵³ Mestranda na Universidade Salvador. E-mail: marazul4525@gmail.com

implicados, que neste caso se trata da comunidade envolvida na pesquisa tecnológica.

Para atingir os objetivos traçados neste trabalho, elegeu-se a pesquisa exploratória, que busca uma proximidade da realidade do objeto estudado. Como método de pesquisa, utilizaram-se os pressupostos de análise do estudo de caso de acordo com Yin (2015), o qual baseia-se em uma inquirição empírica de investigação do fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real.

Serão definidas 4 aplicações ao estudo de caso segundo Yin (2015, p. 20) para o desenvolvimento desta análise.

Quadro 1- Aplicações ao estudo de caso segundo Yin (2015)

Aplicação	Descrição
1ª	Explicar os presumidos vínculos causais nas intervenções de vida real que são demasiado complexos para as estratégias de levantamento ou experimentais.
2ª	Descrever uma intervenção e o contexto da vida real no qual ela ocorreu.
3ª	Ilustrar determinados tópicos em uma avaliação, novamente em modo descritivo.
4ª	Explorar as situações em que a intervenção sendo avaliada não possui um único e claro conjunto de resultados.

Fonte: elaborado pelos autores.

E quanto à abordagem, optou-se pelo aspecto qualitativo, de modo que as interpretações a partir de descrições são preponderantes. O texto está estruturado em introdução, metodologia, resultados e discussões e considerações finais.

METODOLOGIA

Para uma análise metodológica acerca do sujeito implicado em um espaço que se apresenta em constante (re)construção, propõe-se analisar características do SENAI Cimatec em suas ampliações no decorrer de sua história. Yin (2015) indica justamente essa delimitação de aspectos, sendo que a relação entre os elementos em questão esteja claramente definida.

Sobre a primeira aplicação do estudo de caso, tentando-se compreender o objetivo principal da estrutura em análise e sua função na vida real, observa-se que o SENAI Cimatec tem como grande vórtice de desenvolvimento a sua possibilidade de ampliações. Uma demanda por maior espaço, para conter a efervescência dos debates em torno da pesquisa tecnológica, assim como o lugar de criação e utilização de equipamentos de ponta requerem constante

replanejamento espacial. Muito embora se perceba que a ampliação de uma obra de engenharia esteja pautada na norma e nos padrões, observa-se que o objeto em análise é uma representação de que as demandas da sociedade, especialmente no que diz respeito às necessidades do sujeito, são as molas propulsoras da recriação do espaço.

Em uma segunda aplicação do estudo de caso a partir de Yin, traz-se a possibilidade de descrever uma intervenção e o contexto da vida real no qual ela ocorreu. Dentre as importantes ampliações que a estrutura física do SENAI Cimatec sofreu, destacam-se a sua constituição como Centro Universitário em 2017 e a previsão da construção do Cimatec Industrial. Esta última fase citada contemplará um grande complexo tecnológico e industrial numa área de 4 milhões de metros. Estas intervenções aqui descritas tanto no plano físico quanto na constituição institucional são reflexos de que sua ampliação deriva das constantes ações dos sujeitos implicados, a saber, a comunidade, a vizinhança, as relações pessoais desde o bairro, cidade até os contextos mais amplos, como o internacional.

A terceira aplicação do estudo de caso, voltada a ilustrar determinados tópicos em uma avaliação, novamente em modo descritivo, permite-nos conhecer melhor as áreas de interesse do lugar. Em um quadro sintético, listam-se software e supercomputação; biotecnologia e saúde; manufatura avançada; mobilidade e infraestrutura, robótica e automação; micro e pequenas empresas; novos produtos, materiais e metrologia; energia e sustentabilidade e outras competências (SENAI CIMATEC, 2018). Esta sequência aponta para uma estrutura voltada à atenção do objetivo principal do espaço, que é a pesquisa tecnológica para atender à produção industrial.

Em uma quarta e última aplicação do estudo de caso, na qual cabe explorar as situações em que a intervenção sendo avaliada não possui um único e claro conjunto de resultados, propõe-se levantar a infraestrutura do lugar. Conforme pode ser observado na Figura 1, a infraestrutura corresponde às áreas de interesse da instituição.

Figura 1- Esquema da infraestrutura atual do SENAI Cimatec





Fonte: <http://www.senaicimatec.com.br>

Em torno dessa proposta, pode-se constatar que a construção e a reconstrução do espaço – aqui apresentada como a expressão “(re)construção” – trazidos neste estudo pelas ampliações que a estrutura física que o SENAI Cimatec sofreu ao longo dos anos, procura contemplar a atenção aos sujeitos implicados em sua constituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a infraestrutura atual, pode-se afirmar que o SENAI Cimatec integra “os processos de pesquisa e inovação de um Centro de Tecnologia às pesquisas científicas e acadêmicas de um Centro Universitário” (SENAI CIMATEC, 2018). Com o foco no desenvolvimento da indústria, a instituição procura refletir o cenário atual de valorização da inovação dos processos de produção, intervindo de forma singular na parceria com empresas e instituições externas, na inserção profissional de seus alunos e ex-alunos no mercado de trabalho, assim como na efetividade do relacionamento com a comunidade. De fato, a instituição se projeta não apenas por sua constituição física e estrutural interna, ainda que represente o que há de mais contemporâneo na produção tecnológica. Sua inserção social e suas possibilidades para aqueles que com ela mantém contato são a maior distinção deste centro de pesquisas e desenvolvimento de processos industriais.

4 CONCLUSÃO

Levando-se em consideração as aplicações tratadas no estudo de caso na perspectiva de Yin (2015), constata-se que o SENAI Cimatec é um espaço educacional que reflete os sujeitos implicados como forma de sua (re)construção. Tal constatação parte da reflexão dos aspectos analisados ao se observar que o SENAI Cimatec tem um forte movimento para o desenvolvimento. É notória a possibilidade de ampliações por ser um complexo tecnológico e industrial, por ter uma estrutura voltada à atenção do objetivo principal do espaço

– que é a pesquisa tecnológica para atender à produção industrial – e, por fim, por procurar contemplar a atenção aos sujeitos implicados em sua constituição.

REFERÊNCIAS

SENAI CIMATEQ. Disponível em <<http://www.SENAlcimatec.com.br>>. Acesso em 01 ago. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.



DIREITO À CIDADE, DIREITO À SAÚDE: atenção à saúde da mulher

Ana Luiza Pitta Lima⁵⁴

Cristiane Sarno Martins dos Santos⁵⁵

RESUMO

O direito à cidade e o direito à saúde, ao garantirem espaços urbanos saudáveis, diminuem as desigualdades e grupos desfavorecidos alcançam os benefícios da urbanização. Em se tratando das desigualdades de gênero, razões complexas levam os sistemas de saúde a negligenciar as mulheres, especialmente em países em desenvolvimento, caso do Brasil. Políticas de atenção à saúde devem ser capazes de promover um atendimento eficaz, assegurando a dignidade da mulher.

Palavras-chave: Direito à Cidade; Direito à Saúde; Atenção à Saúde; Mulher.

1. INTRODUÇÃO

1.1. JUSTIFICATIVA

De acordo com Figueiredo e outros (2017), o direito à cidade se relaciona diretamente com o direito à saúde, pois, ao garantir espaços urbanos saudáveis, as desigualdades também diminuem e os benefícios da urbanização são assim alcançados por grupos desfavorecidos. Tratando-se das desigualdades baseadas em gênero, a capacidade de meninas e mulheres de protegerem a sua própria saúde é limitada. A Organização Mundial de Saúde (2009), ressalta que existem razões complexas pelas quais os sistemas de saúde negligenciam as mulheres. A restrição do acesso à atenção à saúde e à informação, influenciando diretamente nos resultados de saúde, se dá pelo aumento da exposição e da

⁵⁴ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo. E-mail: luiza.apl@hotmail.com

⁵⁵ Mestre. Professora adjunta e Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

vulnerabilidade aos riscos, resultantes da interação entre determinantes biológicos e sociais da saúde das mulheres e o papel da desigualdade de gênero.

1.2. REVISÃO DE LITERATURA

Coube a Henry Lefebvre, em 1968, a introdução do tema do direito à cidade. Sua definição acerca do assunto, buscava evidenciar a não exclusão de nenhuma parcela da sociedade das qualidades e dos benefícios que a vida urbana é capaz de proporcionar.

Dando seguimento ao debate, David Harvey expõe um pensamento mais voltado para a conexão entre cidadãos, cidades, valores e natureza. Para o autor, o direito à cidade pressupõe um exercício de poder coletivo no sentido de moldar o processo de urbanização, para que desta forma seja resgatada a liberdade de construir e reconstruir a cidade e os cidadãos.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. GERAIS

Estabelecer a conexão entre o direito à cidade e o direito à saúde

1.3.2. ESPECÍFICOS

Discutir a questão da saúde da mulher, à luz do direito à saúde.

Apresentar os aspectos gerais que envolvem à atenção à saúde da mulher.

Apresentar breve cenário atual da atenção à saúde da mulher no Brasil

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, definida e baseada com vistas nos objetivos propostos, fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, livros, artigos e relatórios, além da coleta de dados em websites.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que, para Figueireido e outros (2017), a garantia de espaços urbanos saudáveis, de livre acesso a todos os cidadãos, tende a diminuir as desigualdades, relacionando assim, diretamente, o direito à cidade com o direito a saúde.

Por conseguinte, a falta de planejamento de espaços urbanos saudáveis, seria responsável por causar diferentes percepções da cidade para cada grupo de diferentes identidades sociais, raciais e de gênero, mostrando que, o não planejamento adequado da cidade pode ser um agravante nas desigualdades.

Em se tratando das mulheres, historicamente, por questões culturais, não eram inseridas no mercado de trabalho quando os principais planejadores das cidade eram homens, indicando que as cidades em sua maioria, não foram pensadas para a inserção e atuação de todos os grupos pertencentes à elas, principalmente no que diz respeito ao quesito segurança e saúde pública.

Hoje, no Brasil, as mulheres representam 51,48% da sua população (IBGE, 2010) e são a maioria das usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS).

O grupo em idade reprodutiva, de 10 a 49 anos, representam 65% do total da população feminina, estabelecendo um segmento social importante para a elaboração das políticas de saúde. Em 2011 a RMM (Razões de Mortalidade Materna) foi de 64,8 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos (DATASUS), enquanto em países desenvolvidos a RMM oscila entre 6 e 20 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

Em 2014, de acordo com o IBGE, as principais causas de morbidade hospitalar do sexo feminino foram de doenças do aparelho circulatório (590 óbitos), neoplasias (544 óbitos) e doenças infecciosas e parasitárias (582 óbitos).

A violência doméstica e sexual atinge prioritariamente a população feminina e o SUS atende 2,5 vezes mais mulheres vítimas de violência do que homens, superando R\$5 milhões com gastos em internações.

As pacientes mais negligenciadas, entretanto, são aquelas vítimas de complicações como hemorragia e infecção, consequências de aborto realizado em condições de risco, agravadas pelo desconhecimento desses sinais pela

maioria das mulheres, pela demora em procurar serviços de saúde e pela falta de capacitação dos mesmos para esse tipo de atendimento.

4. CONSIDERAÇÕES

O que se observa de modo geral, no Brasil como na maioria dos países em desenvolvimento, é que a oferta de serviços de atenção à saúde da mulher é insuficiente tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Além disso, a maior parte dos estabelecimentos de saúde voltados para o atendimento feminino, seguem um estereótipo de necessidades impostas ao gênero, que não se propõem a conhecer a real necessidade das usuárias, resultando em atendimentos ineficazes e que não asseguram a dignidade da mulher.

Faz-se necessária assim, para esse grupo de modo especial, a promoção de políticas de atenção à saúde capazes de promover um atendimento eficaz, assegurando a dignidade da mulher.

5. REFERÊNCIAS

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em 11 ago 2018.

FIGUEIREDO, G. L. A. et al. Direito à cidade, direito à saúde: quais interconexões? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 3821–3830, 2017.

HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, v. 29, n. jul/dez, p. 73–89, 2012. LÉFÈVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução. São Paulo: Centauro, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Mulheres e Saúde: Evidências de hoje agenda de amanhã. Brasil, 2011. Disponível em: <chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdmfmadadm/http://www.who.int/ageing/mulheres_saude.pdf>. Acesso em: 11 ago 2018.

SANTOS, O.; BURSZTYN, I. A ARQUITETURA E A ASSISTÊNCIA AO PARTO E NASCIMENTO : Humanizando o Espaço . Guilherme Coelho Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura , Faculdade de Arquitetura e Urbanismo , da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2003.

BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE. Normas para projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde Série saúde e tecnologia, 1994.

Disponível

em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/normas_montar_centro_.pdf>



ARQUITETURA SUSTENTÁVEL: direito à cidade a partir da promoção de iniciativas sustentáveis no campo habitacional

*Alyne Carneiro Mesquita Siffert Lemos⁵⁶
Laumar Neves de Souza⁵⁷*

RESUMO

O déficit habitacional é um problema gritante no Brasil e atinge mais as famílias de baixa renda, àquelas com renda mensal de até três salários mínimos. Segundo a última PNAD/IBGE, Salvador tem um déficit habitacional de pelo menos 106.415 imóveis, mas desde 2013 tem construído em média 2.458 imóveis populares por ano. Esse trabalho visa apontar alternativas e ideias de iniciativas sustentáveis na arquitetura e na construção, mostrando que existem maneiras de minimizar os impactos causados ao Meio Ambiente e promover o desenvolvimento social, com baixo custo e durabilidade dentro dos novos conceitos de habitação. Promover iniciativas concretas voltadas à sustentabilidade nunca foi tão atual e a arquitetura sustentável tem vantagens inúmeras, podendo adequar os serviços básicos de iluminação, abastecimento de água com canalização interna, esgotamento sanitário ou fossa séptica e local adequado para a coleta de lixo, a um custo baixo e acessível à população mais carente.

Palavras-chave: Arquitetura sustentável, Déficit habitacional, Iniciativas sustentáveis.

INTRODUÇÃO

⁵⁶ MBA em Planejamento e Gestão Ambiental. Aluna de Pós Graduação em Docência do Ensino Superior. E-mail: alynemesquita@yahoo.com.br

⁵⁷ Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU). E-mail: laumarneves@gmail.com

De acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), instituição mineira de pesquisa, referência na criação de indicadores econômicos, demográficos e sociais, déficit habitacional é uma expressão que se refere à quantidade de cidadãos sem moradia adequada em uma determinada região (FJP, 2018).

Segundo estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2015, o Brasil tem um déficit habitacional de 7,757 milhões de moradias. Esse estudo tem como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2015 pelo IBGE. Já para o déficit habitacional estimado apenas por situação de domicílios particulares, segundo regiões geográficas, em 2015, o número chega a 6,355 milhões de domicílios, dos quais 5,572 milhões, ou 87,7%, estão localizados nas áreas urbanas e 783 mil unidades encontram-se na área rural (Fundação João Pinheiro - FJP, 2018; PNAD/IBGE, 2015).

Com um déficit habitacional de pelo menos 106.415 unidades, a cidade de Salvador tem construído em média 2.458 imóveis populares por ano desde 2013 (FJP, 2018; PNAD/IBGE, 2015).

As habitações inadequadas não proporcionam condições desejáveis de moradia, mas essa inadequação poderia ser resolvida se os domicílios tivessem, pelo menos, os serviços básicos de iluminação, abastecimento de água com canalização interna, esgotamento sanitário ou fossa séptica e local adequado para a coleta de lixo, a um custo baixo e acessível à população mais carente. (FJP, 2018). Haja vista a recomendação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), que propõe “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (PNUD/ONU-Habitat, 2015).

Um imóvel sustentável gera uma economia de aproximadamente 30% em sua manutenção, gasta menos água e energia elétrica e pode ter uma boa durabilidade. Escolher técnicas mais sustentáveis garante menor uso de material e desperdício, e utilizar material reciclado também pode trazer economia, de acordo com fonte do Ministério do Meio Ambiente (MMA), publicado em 2013 na *Série Caderno Construções e reformas particulares sustentáveis: Moradias sustentáveis economia e durabilidade* (MMA, 2013).

Esse trabalho visa apontar alternativas e ideias de iniciativas sustentáveis na arquitetura e na construção, mostrando que existem maneiras de minimizar os

impactos causados ao Meio Ambiente e promover o desenvolvimento social, com baixo custo e durabilidade dentro dos novos conceitos de habitação.

Ter ações concretas que minimizem os danos causados ao Meio Ambiente nunca foi tão atual e a arquitetura sustentável tem vantagens ambientais e financeiras, com matérias-primas, processos, técnicas e produtos mais acessíveis. Alguns dos principais benefícios em construções sustentáveis são a reutilização de materiais de construção, a construção ecologicamente correta, a diferenciação e valorização do produto, a aposta nas soluções tecnológicas e a mitigação dos os impactos ambientais.

A construção sustentável, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, no âmbito da Agenda 21 para a Construção Sustentável em Países em Desenvolvimento, é "um processo holístico que aspira a restauração e manutenção da harmonia entre os ambientes natural e construído, e a criação de assentamentos que afirmem a dignidade humana e encorajem a equidade econômica" (MMA, 2012).

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo desse trabalho a metodologia aplicada foi baseada em i) revisão bibliográfica, ii) pesquisa documental. O levantamento bibliográfico e a pesquisa documental permitiram identificar e selecionar textos compatíveis com o tema escolhido e apoiaram as afirmações e explicações a serem desenvolvidas em diferentes contextos temporais e espaciais.

RESULTADOS

Com iniciativas sustentáveis no campo habitacional se reduz o impacto ambiental, evita-se desperdícios e ainda é possível gerar uma economia financeira, tanto para o cliente quanto para o arquiteto. Uma saída viável para o déficit habitacional pode ser uma construção cada vez mais sustentável, àquela que busca através das iniciativas concretas, minimizar os impactos causados ao meio ambiente e promover o desenvolvimento social, oferecendo condições de conforto e usabilidade aos ambientes projetados.

Mas é preciso ficar atento aos principais erros que são cometidos em construções sustentáveis, pois a falta de planejamento, o não comprometimento, o retrabalho, a discordância entre as partes e o não cumprimento das Leis podem

comprometer o resultado do projeto. Por isso avaliar a viabilidade do projeto é fundamental.

CONSIDERAÇÕES

Diante do cenário atual, algumas mudanças já são observadas nos fornecedores, que estão focados cada vez mais em criar produtos e processos menos agressivos ao meio ambiente, apresentando um leque enorme de alternativas de materiais sustentáveis. O mercado das construções sustentáveis, por sua vez, já não se restringe apenas as edificações de alto padrão, ele está presente em residências, escolas, aeroportos, hospitais e museus. O consumidor e os profissionais de arquitetura, design, decoração e construção civil, começaram a tomar consciência da necessidade de substituir materiais nocivos ao Meio Ambiente, seja em sua produção ou uso, por outros de menor impacto. Mas nada disso será suficiente para a redução do déficit habitacional se não houver conscientização, mais diálogo e colaboração entre o governo e o setor privado.

REFERÊNCIAS

- FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Diretoria de Estatística e Informações (DIREI) /Coordenação das Estatísticas Urbano Ambientais. Belo Horizonte, 2018.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasília, 2015. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/salvador/panorama_. Acesso em: 02 jul. 2017.
- MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Boas Práticas em Sustentabilidade Ambiental Urbana 2012**. Brasília. 26 jun. 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/cidades-sustentaveis/category/138-geral.html>. Acesso em: 02 ago. 2018.
- MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cartilha de Construções Sustentáveis. **Série Caderno Construções e reformas particulares sustentáveis: Moradias sustentáveis economia e durabilidade**. Brasília. 08 abr. 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/cidades-sustentaveis/category/138-geral.html>. Acesso em: 12 mai. 2018.
- PNAD/IBGE - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Síntese de indicadores 2015**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_sintese.sh tm>. Acesso em: 05 jul. 2017.

PNUD/ONU-Habitat - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Escritório Nacional, Brasília. 15 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

EIXO 2

DESAFIOS DA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO



ANÁLISE DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO LEGAL DE NOVAS EMPRESAS NA CIDADE DE SALVADOR/BA: Uma percepção do empreendedor

Jader Sá Teles Silva Araújo⁵⁸

Paulo Márcio da Silva Melo⁵⁹

Manoel Joaquim Fernandes de Barros⁶⁰

Resumo

Esse estudo aborda o papel da Prefeitura no processo de constituição legal de novas empresas na cidade de Salvador, Bahia. Foram entrevistados empreendedores de operações do segmento de comércio varejista de registro empresarial limitada, constituídas entre os anos de 2015 e 2016. O referido estudo teve caráter exploratório e abordagem qualitativa / quantitativa, tendo como estratégia de pesquisa, a utilização do método tipo *survey*, com aplicação de questionário semiestruturado. Como resultado, esse estudo mostrou que a maioria (62,7%) das empresas terceirizaram o processo de constituição de novas empresas e que a Prefeitura é o órgão com menor índice de satisfação entre os agentes envolvidos, com 43,4% de satisfação de acordo com os empreendedores pesquisados. Esse nível de satisfação está muito relacionado com a emissão do TVL (Termo de Viabilidade de Localização), que pode demorar até 20 dias úteis.

Palavras-Chave: Nova Economia Institucional. Gestão Pública. Empreendedorismo.

Abstract

⁵⁸ Mestre em Administração Estratégica pela Universidade de Salvador - E-mail: jadersateles@hotmail.com

⁵⁹ Ph.D pelo Waterford Institute of Technology (WIT) – E-mail: paulomsmelo@gmail.com

⁶⁰ Professor Titular da Universidade Salvador (Brasil). Estágio Pós-Doutoral pela Grenoble École de Management - different425@gmail.com

This study deals with the role of the City Hall in the process of legal constitution of new companies in the city of Salvador, Bahia. It was interviewed entrepreneurs from the retail business segment with limited business registration status, established between the years of 2015 and 2016. The research was an exploratory study with a qualitative / quantitative approach, having as a research strategy a survey method, with application of a semi-structured questionnaire. As a result, this study showed that the majority (62.7%) of the companies have outsourced their processes of legal constitution. Also, the local city authority which is one of the institutions responsible for the legal constitution of new companies is rated with the lowest level of satisfaction among the agents involved in the process, with 43.4% of satisfaction among the entrepreneurs surveyed. This level of satisfaction is closely related to the TVL (Locality Feasibility Term), which can take up to 20 working days to be issued.

Keywords: *New Institutional Economy. Public Administration. Entrepreneurship.*

1. Introdução

Esse estudo busca enfatizar o papel do empreendedorismo no Brasil, onde segundo o relatório da GEM 2016 (Lima, et al. 2017), quatro em cada dez brasileiros adultos (18-64 anos) já possuem um negócio ou estão envolvidos com a criação de uma empresa. Nesse aspecto, as cidades onde esses empreendimentos são instalados têm um papel importante no estímulo e facilitação para constituição e abertura de novos negócios.

Em um mercado cada vez mais globalizado, mais competitivo e mais conectado, o ambiente institucional, no qual as empresas estão inseridas, constitui parte importante do sucesso do empreendimento, visto que acaba influenciando na disposição dos empreendedores para abertura de novos negócios, bem como afeta o próprio desempenho e resultado das empresas já instaladas.

Por ambiente institucional, entende-se o ambiente onde todos os principais atores econômicos: Estado, organizações e indivíduos interagem de forma a propiciar um maior desenvolvimento econômico e social (NORTH, 1990). Assim, ambientes mais ou menos favoráveis à implantação e ao desenvolvimento de

negócios acabam impactando em maior ou menor grau na competitividade das organizações e no bem-estar da sociedade como um todo.

De acordo com North (1990), as instituições são as “regras do jogo” em que vários atores interagem e são definidas como as restrições formais (constituição, leis, contratos escritos, direitos de propriedade, entre outras formas pré-definidas) ou informais (tabus, tradições, costumes e religião) criadas com a intenção de estruturar as interações políticas, econômicas e sociais no decorrer do tempo. O entendimento sobre o impacto do ambiente institucional nos negócios, considerado por este estudo, baseia-se no modelo da teoria da Nova Economia Institucional (NEI), defendido por Douglas North, no qual, segundo Strassburg, Oliveira e Rocha Jr. (2015), as relações entre as diversas instituições afetam a eficiência das organizações.

Para Oliveira e Silva (2012), a NEI valoriza as instituições no sentido de influenciar o ambiente cada vez mais competitivo, refletindo, desse modo, no desempenho econômico das organizações. Essa influência pode ter um maior ou menor grau, medido pelo reflexo da força ou fraqueza dessas instituições. Nesse sentido, o Estado, como um dos principais atores institucionais e agente regulador e normativo, pode ou não se tornar um aliado no processo de desenvolvimento econômico e social de uma cidade, estado, região ou até de um país, influenciando diretamente no surgimento e constituição de novas empresas.

No tocante à atividade empreendedora, a constituição legal e abertura formal de um empreendimento se dão na medida em que o empreendedor busca, junto aos órgãos públicos, registrar formalmente o negócio, e, nesse momento, esse ambiente normativo e regulatório pode impactar de imediato no sucesso ou fracasso de uma empresa. Esse impacto acontece a partir da demora para obtenção de alvarás, registros e licenças até os custos de todo o processo que podem tornar a empresa menos competitiva.

No caso do Brasil, o processo de constituição legal de empresas parece ser algo muito regulamentado, complexo e dispendioso, o que impõe um esforço maior, causando uma certa ineficiência ao setor empresarial, restringindo a competitividade e diminuindo o potencial para criação de empregos.

A constituição legal da empresa é o momento em que ocorre o registro do seu ato constitutivo no órgão competente (no caso em questão, esse órgão é a Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB), que lhe conferirá personalidade jurídica com a obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (FARIAS; ROSENVALD, 2013). Como constituição legal da empresa, o código civil brasileiro – Lei 10406/02 de 10 de janeiro de 2002 esclarece no seu artigo 45, que:

Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passa o ato constitutivo.

Dentre os principais agentes do ambiente institucional para constituição legal (obtenção do cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ) de empresas, destacam-se principalmente a Prefeitura, a Secretaria da Fazenda Estadual, a Receita Federal e a Junta Comercial. Para efeito desse trabalho, será considerado, para análise, o fluxo pertinente à constituição de empresas na cidade de Salvador/BA.

Esta pesquisa então tem como objetivo analisar o ambiente institucional e a percepção do empreendedor em relação ao processo de constituição de novas empresas na cidade de Salvador/BA.

O estudo do processo de constituição de novas empresas em Salvador se justifica pelos dados levantados no relatório do Índice de Cidades Empreendedoras da Endeavor¹ de 2017, onde a cidade ocupa a 25ª posição entre as 32 cidades pesquisadas. No quesito ambiente regulatório, a posição de Salvador é ainda pior, chegando a ocupar a 27ª posição (Figura 1).

Figura 1 - Índice de Cidade Empreendedora 2017



Fonte: Lipkin et al, (2017)

Historicamente, Salvador nunca foi explicitamente um pólo de manufatura e atração de indústrias, embora tenha se beneficiado diretamente pela expansão da industrialização na sua região metropolitana, como, por exemplo, a partir do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu. Esse movimento econômico, referente à industrialização da região metropolitana, se refletiu nas áreas do comércio e serviços, gerando novos empregos e desenvolvendo uma classe média com mais poder de consumo.

Para atender essa demanda de consumo, era necessário um setor de comércio varejista de porte, que foi formado basicamente pelas empresas de representações, lojas de departamento, revendas de veículos, cadeias de supermercados e, mais recentemente, *shoppings centers* (SUAREZ, 1990). Dentro desse contexto, a pesquisa então escolheu o setor de comércio varejista, principalmente pela sua importância dentro da economia local.

Assim, para essa pesquisa foram selecionadas empresas do setor de comércio varejista constituídas sob o registro empresarial de sociedade limitada (LTDA) nos anos de 2015 e 2016. De acordo com a JUCEB (2017), nesse período foram constituídas cerca de 3.352 empresas, das quais 1.351 sob registro na forma de sociedade limitada, representando cerca de 40% do total de empresas abertas no período.

2. A Burocracia, o Empreendedorismo e a NEI

O processo de constituição legal de novas empresas faz parte do fenômeno da burocracia inerente aos diversos agentes públicos envolvidos e é uma função importante para o controle do Estado sobre as atividades econômicas privadas, o que não implica que esse mesmo fenômeno deva se transformar em um algoz dos empresários, criando exigências em excesso, que possam chegar ao ponto de atrapalhar e até mesmo inibir a competitividade das empresas.

Conceitualmente, vários autores definiram burocracia. Para Weber, Gerth e Mills (1982), a burocracia é vista como uma estrutura formal da organização, o que permite organizar as atividades humanas na busca por objetivos comuns. Motta (1982) entende que burocracia é uma estrutura social, impessoal e hierarquicamente organizada. A autoridade então estaria relacionada ao cargo e não ao indivíduo. Já Robbins (2005), vê a burocracia como um sistema de tarefas, que seguem um determinado padrão de regras e regulamentos formais para uma tomada de decisão mais assertiva. Motta e Vasconcelos (2006, p.11) por sua vez, argumentam que

A burocracia é uma solução organizacional que tenta evitar a arbitrariedade, o confronto entre indivíduos e grupos de abuso de poder. Seu objetivo é de organizar a atividade humana de modo estável para a consecução de fins organizacionais explícitos. A utilização de regras e a rotinização do trabalho humano fornecem segurança, pois estabelecem etapas e procedimentos a serem seguidos, tentando assim minimizar incertezas e riscos.

Desse modo, a burocracia se ajusta tanto à administração pública quanto à privada, independentemente do seu tipo, como por exemplo: industrial, política, religiosa, educacional e militar. Para Motta (1982), embora tenha tido sua origem nas relações de produção, a burocracia consolida-se no Estado como forma organizada de controle social e amplia-se com as organizações de modo geral, controladas pela grande organização burocrática, que é o Estado. Segundo Weber (1987), é preciso esclarecer que a burocracia surgiu do entendimento da necessidade de um sistema organizacional no qual predominasse o emprego e veneração da autoridade, da racionalidade-legal, da hierarquia e da disciplina rigorosa.

Nesse estudo, o conceito de burocracia adotado segue Weber, Gerth e Mills (1982), que entende esse fenômeno como um processo racional de sistematização, roteirização e criação de normas e regulamentos de uma organização ou órgão público. Contudo, o excesso de regras e normas gerado por esse processo, pode se tornar prejudicial e transformar-se em uma disfunção burocrática, a qual, de acordo com Schwingel e Rizza (2013), exerce relevância negativa para o processo de formalização e crescimento organizacional, o que acaba por dificultar uma maior competitividade no ambiente de negócio. As consequências da burocracia às vezes podem ser imprevisíveis ou indesejadas e podem levar à ineficiência e anomalias de funcionamento, um fenômeno conhecido na literatura como disfunção da burocracia. Essa forma disfuncional do modelo é consequência do excesso de ritualismos, papelório e exagerada conformidade a regras (SILVA, 2013).

Motta e Pereira (1983) destacam que o excesso de burocratização pelo Estado, mesmo sendo visto como finalidade da organização pública é responsável, muitas vezes, pela ineficiência do sistema e o surgimento de organizações informais. Apesar de ter se passado mais de 30 anos da citação dos autores no que se refere ao papel do Estado em gerar processos burocráticos, o quadro no Brasil parece não ter mudado. No que tange a constituição de novas empresas no país, Domingos (2015) acredita que o excesso de regras no ambiente regulatório faz com que existam mais empresas atuando na irregularidade, uma vez que esse excesso de regulamentações tende a desencorajar principalmente as pequenas empresas a entrarem no mercado formal.

Para Fowler (2017), processos mais simples e com menos regras tendem a ser mais eficientes e contribuem para o aumento da produtividade da economia. A busca pela redução e racionalização dos processos formais, principalmente a constituição legal de novas empresas, pode vir a contribuir para a melhoria do sistema e, conseqüentemente, para o crescimento do país e geração de mais postos de trabalho, fortalecendo assim o ambiente de negócios.

No Brasil, a burocracia, ou melhor, suas disfunções, sempre foram um dos maiores obstáculos para o avanço do crescimento econômico e têm ocupado espaço importante na qualidade do ambiente institucional. Schwingel e Rizza

(2013) enfatizam que é cada vez mais notória a importância da simplificação, desburocratização e desoneração do ambiente de negócios, com o intuito de reduzir as exigências e facilitar a vida dos futuros empreendedores no momento da abertura de empresas. A abertura de novos negócios é a manifestação real do empreendedorismo e do espírito empreendedor.

A redução da chamada disfunção da burocracia, através da eliminação de processos desnecessários e papelada em excesso, parece poder ajudar a promover uma onda de abertura de novas empresas e levar a um movimento pró-empreendedorismo muito positivo para o desenvolvimento do Brasil. Ao longo dos últimos anos, o empreendedorismo tem se mostrado importante para o desenvolvimento econômico e social dos países e, nesse caso, objeto de estudo em áreas como administração e economia.

Segundo Araújo (1988), o empreendedorismo é um fenômeno dinâmico e capaz de gerar riqueza onde o empreendedor assume riscos em termos de patrimônio, tempo e/ou comprometimento com a carreira, gerando valor para algum produto ou serviço. Pode-se então concluir que o empreendedorismo é a tentativa de criação de um empreendimento, de uma atividade autônoma, uma nova empresa ou expansão de um negócio já existente (LIMA et al., 2016).

Para Schumpeter (1997), a função de empreender está diretamente relacionada à mudanças, estabelecendo novos padrões de produção, estratégias organizacionais e de comercialização e métodos tecnológicos para produzir um novo bem ou um bem antigo de maneira nova. Dessa forma, o empreendedorismo também tem um papel de promover a inovação, alterando o sistema em equilíbrio por meio da identificação de novas oportunidades ou a realização de combinações novas. Essa abordagem do empreendedorismo através da inovação é um importante aspecto do meio empreendedor (LUMPKIN; DESS, 1996), sendo um elemento causador de desequilíbrios que movimentam as economias e as sociedades em direção ao desenvolvimento. Assim, por meio do empreendedorismo, diversas sociedades vêm se beneficiando ao longo do tempo com geração de riquezas e novas oportunidades de emprego e renda.

Entender o que torna as nações mais ricas ou pobres sempre foi um desafio e nesse sentido, compreender o funcionamento do ambiente e as estruturas institucionais dos países é de fundamental importância para estimular a criação e sobrevivência de novos negócios, contribuindo para o progresso econômico e social de uma nação.

O impacto do ambiente e da estrutura institucional nos negócios é o objeto de estudo da NEI, que enfatiza a importância do papel das instituições e mudanças institucionais no processo de desenvolvimento econômico. De acordo com North(1990), as instituições facilitam a interação entre os indivíduos, organizações e Estado, reduzindo as incertezas e criando condições para o desenvolvimento econômico no longo prazo

Segundo Gala (2003), diferentes ambientes institucionais podem produzir níveis de desenvolvimento econômico diferente e são fatores que contribuem diretamente para determinar as desigualdades entre as sociedades mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas. As sociedades pobres e pouco empreendedoras e inovadoras parecem encontrar-se nessa situação por não terem sido capazes de desenvolver uma base de regras, leis e costumes capazes de estimular atividades economicamente produtivas, especificamente para a acumulação de capital e de conhecimento.

Um levantamento da literatura, que procure relacionar a NEI e o empreendedorismo, aponta inicialmente para a reflexão de Burns e Stalker (1961), que, através de estudos de casos, analisa como as organizações respondem à ambientes de estabilidade e mudanças. Nessa análise surgem dois modelos de organizações: uma de característica mais orgânica, relacionadas a ambientes em processo de mudança e outra mais mecanicista, em ambientes institucionais mais consolidados. Para Vesper (1990), o sucesso ou insucesso da ação empreendedora está condicionado por diferentes fatores, que vão desde os elementos-chaves para o início da atividade até características do contexto econômico, fortemente determinadas pelas condições institucionais do ambiente.

Num estudo que relaciona fatores como confiança, etnia e identidade, Landa (1994) utiliza-se da NEI para demonstrar como construtos de direito de

propriedade e escolha pública podem explicar o processo de trocas em economias descentralizadas em contextos históricos distintos, principalmente para operação de empreendimentos de natureza não-econômica. Neste mesmo diapasão, Morgan e Cooke (1998) sugerem que um modelo associativo, devido à sua alta capacidade de interação social, comunicação, aprendizagem e confiança podem levar uma organização ao sucesso social e econômico, criando uma terceira via, para além da orientação estatal e do mercado, capaz de influenciar o ambiente institucional. Williamson (2000) realizou a primeira revisão da produção sobre o tema, demonstrando que, embora a literatura apresentasse muitos exemplos de aplicações de políticas com resultados satisfatórios, um número expressivo de casos de insucesso neste contexto também foi reportado.

Mais contemporaneamente, a relação entre NEI e empreendedorismo começou a tomar folego a partir das discussões, propostas por Minniti e Lèvesques (2008), sobre economia do empreendedorismo. O reconhecimento da ação empreendedora, como fenômeno de catalisação micro e macroeconômico, demonstrou a envergadura dos resultados produzidos por pesquisas que poderiam ligar as duas perspectivas (VECIANA; URBANO, 2008). Desde então, a dinâmica epistemológica do pretenso empreendedorismo institucional (PACHECO et al, 2010) se dividiu em um viés mais sociológico, preocupado com o processo e os mecanismos que orientam esta dinâmica, e outro mais econômico, focado em antecedentes e resultados do processo. Finalmente, Smelser e Swedberg (2010) sugerem que o campo encontra-se atualmente circunscrito à sociologia econômica, na tentativa de explicar os debates globais sobre organizações em rede e metamorfoses dos modelos econômicos.

3. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS EM SALVADOR E A SATISFAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Para efeito desse estudo, procurou-se entender o ambiente institucional relativo ao processo de constituição legal de novos negócios na cidade de Salvador. Nesse processo, o primeiro passo é solicitar o Termo de Viabilidade de Localização (TVL) através do *website* <http://www.sucom.ba.gov.br>. O procedimento é *online* e é pré-requisito para obtenção do CNPJ. Nesse primeiro momento, o futuro empreendedor deverá pagar uma taxa com um valor fixado

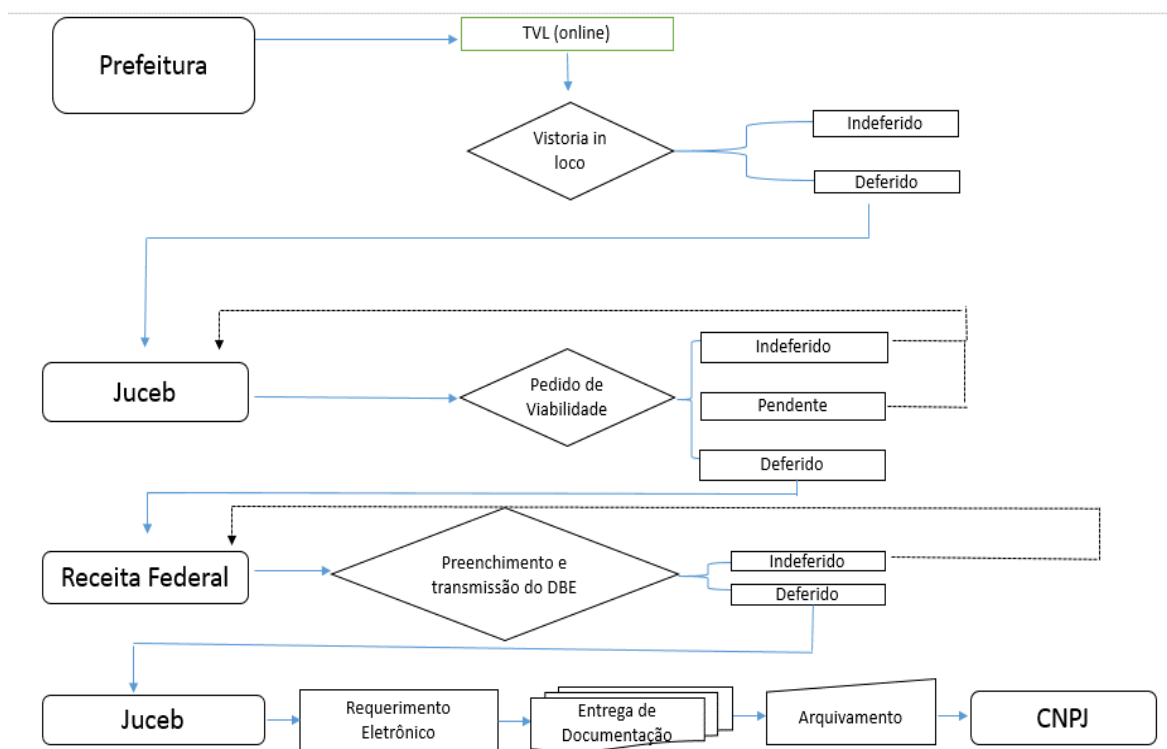
pela prefeitura. Depois de efetuado o pagamento, o sistema irá gerar um código para que o empreendedor possa dar entrada ao processo na Prefeitura, através do preenchimento de um formulário no *website* da Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR).

Caso o processo seja deferido, o sistema gerará um Documento de Arrecadação de Registro Mercantil (DAM) complementar, onde o valor será calculado com base no tamanho do imóvel, localização e atividade econômica. Assim que o pagamento do DAM complementar for efetuado, já é possível imprimir a TVL. O tempo estimado para a liberação do TVL é em média de até 20 dias úteis.

Os próximos passos para constituição de empresas envolvem outros atores como a Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) e a Receita Federal. O empreendedor precisa acionar a JUCEB em dois momentos: no primeiro momento, todo o processo é feito através do seu próprio *website* e seu deferimento demora cerca de três dias úteis; já no segundo momento envolve a presença física, pois, nessa etapa, o empreendedor precisa entregar cópias de documentos para finalização da obtenção do CNPJ. Esse processo dura até dois dias úteis. No que tange à Receita Federal, todo o processo pode ser realizado *online* e dura até dois dias úteis (Ver Figura 1).

De posse do CNPJ, já é possível consultar a Inscrição Estadual, através do *website* da Secretaria Estadual da Fazenda (<http://www.sintegra.gov.br/>), e a inscrição municipal, através do *website* da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/>), órgãos subordinados ao governo do Estado da Bahia e a prefeitura de Salvador respectivamente.

Figura 1 – Fluxograma do Processo de Constituição de Empresas em Salvador/BA



Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação à operacionalização e acompanhamento do trâmite junto aos órgãos competentes, como a Prefeitura, Receita Federal e Junta Comercial, a pesquisa identificou dois grupos de empresas:

O que buscou contratar serviços de terceiros, como contadores;

O que os próprios empreendedores ou prepostos operacionalizaram e acompanharam o trâmite de constituição legal da empresa.

4. Considerações Finais

Como resultado, a pesquisa mostrou alguns dados que devem levar a Prefeitura de Salvador e os outros agentes institucionais a refletir seus papéis como facilitadores do empreendedorismo. Em primeiro lugar, o estudo mostrou que a maioria (62,7%) das empresas terceirizaram o processo de constituição legal de empresas. De acordo com os respondentes, a opção por terceirizar a constituição legal da empresa passa pela percepção da suposta complexidade do processo, da documentação necessária e pelo tempo dispendido. Contratar

terceiros pode agilizar o trâmite e evitar reprocesso de documentos, o que poderia acarretar mais custos e demora na constituição da empresa.

Quando os empreendedores foram questionados para saber quanto tempo foi necessário para que o processo de constituição legal (obtenção do CNPJ) da empresa fosse concluído com êxito, 40,2% dos respondentes disseram que todo o trâmite durou entre 30 e 60 dias, enquanto 29,9% responderam até 30 dias e outros 29,9% relataram prazos acima de 60 dias. Essa variação de dias para liberação do CNPJ deve-se, principalmente, de acordo com os respondentes, à demora da Prefeitura em fazer a visita *in loco* para o deferimento da TVL. Ao verificar se os empreendedores consideram satisfatório esse prazo para constituição de uma empresa em Salvador, observou-se que 43,3% dos respondentes mostraram-se satisfeitos. Uma vez que o papel da Prefeitura está relacionado à emissão da TVL (Termo de Viabilidade de Localização), esse grau de satisfação está muito relacionado ao tempo gasto para a vistoria *in loco* do futuro empreendimento, que chega a demorar até 20 dias úteis.

A pesquisa demonstrou ainda que os prazos de finalização do processo podem variar de acordo com o procedimento que o mesmo foi conduzido. No caso dos processos abertos e acompanhados por terceiros (62,7%), como contadores, o prazo máximo foi de até 60 dias para 81% dos casos. Já para as empresas, onde os empreendedores ou prepostos operacionalizaram o processo (37,3%), o prazo de até 60 dias foi constatado em somente 56% dos casos. Embora com essa estratégia de terceirização, que trouxe mais agilidade para a obtenção do CNPJ, a mesma reforça uma disfunção do processo, pois se precisa da contratação de um contador para dar celeridade ao trâmite processual.

Quando se analisa a coleta individualmente por órgãos envolvidos, a pesquisa mostrou que, entre os principais agentes do processo de constituição legal de empresas, a Prefeitura obteve o menor índice de satisfação, sendo avaliada satisfatoriamente por somente 43,4% dos respondentes, e tendo esse menor nível de satisfação sendo muito relacionado ao tempo gasto para a emissão da TVL (Termo de Viabilidade de Localização), documento necessário para dar seguimento ao processo, que, nesse caso, tem até 20 dias úteis para emissão do documento. Assim, o ambiente institucional tem-se mostrado relevante no

processo de desenvolvimento econômico e social de um país, a partir do entendimento de que as instituições devem facilitar a interação entre os indivíduos, as organizações e o Estado, propiciando a redução das incertezas, estimulando o empreendedorismo e o bem-estar da sociedade.

Um melhor ambiente de negócios diz respeito aos níveis de complexidade associados a diversos procedimentos, como os de abertura e fechamento de empresas ou de recolhimento de tributos, entre outros. A melhoria do ambiente de negócios está associada, portanto, a ações de simplificação e desburocratização desses procedimentos (CAVALCANTE, 2015). Associado a esse cenário, a própria percepção dos empreendedores, quanto a esse ambiente institucional, aparece como um elemento importante para o desenvolvimento do empreendedorismo (ESPINOSA; GARCIA, 2004; NIXDORFF; SOLOMON, 2005 apud SANTOS et al., 2007).

Desidério (2015) afirma que um dos grandes entraves para o empreendedorismo no Brasil é a necessidade de apresentação de documentos, guias, registros em cartórios etc. O empreendedor precisa percorrer repartições públicas nas esferas Municipal, Estadual e Federal para conseguir abrir formalmente uma empresa, sem contar o tempo que se dispende nestas atividades. A complexidade burocrática dos processos e prazos, além das várias etapas para constituição de empresas em Salvador, e a atuação dos órgãos intervenientes, traz enormes desafios e barreiras para o fomento do empreendedorismo na cidade.

Referências

ARAÚJO, E.B. Entrepreneurship e Intrapreneurship. *Revista de Administração de empresas*, São Paulo, v.28, n.4, p.67-76, 1988.

BURNS, T.E.; STALKER, G.M. The management of innovation. University of Illinois at Urbana, 1961.

CAVALCANTE, L.R. *Como o ambiente de negócios impacta os investimentos e a produtividade?* Disponível em: < <http://www.brasil-economia-governo.org.br/?p=2626>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

DESIDÉRIO, M. Os 4 principais obstáculos para abrir uma empresa no Brasil. *Exame*, São Paulo, 18 set. 2015.

DOMINGOS, G. A. Reduzir burocracia é o caminho ao empreendedorismo. *Exame*, São Paulo, 9 nov. 2015.

ENDEAVOR. Índice de Cidades Empreendedoras. São Paulo, Endeavor, 2017.

ESPINOSA, M.M.B.; GARCÍA, I. S. El estudiante universitario como emprendedor. In: ROIG, S et al. *El emprendedor innovador y la creación de empresas de I+ D+ I*. Valencia: Servei de Publicacions Universitat de Valencia, cap. 24, p.403-419, 2004.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. *Curso de Direito Civil*. 11 ed. Salvador: jusPODIVM, 2013.

FOWLER, G. Precisamos falar sobre burocracia e produtividade das empresas no Brasil. *Endeavor*, 10 out. 2017.

GALA, P.A. Teoria Institucional de Douglas North. *Revista de Economia Política*, v.23, n.2, p.89-105, 2003.

LANDA, J.T. *Trust, ethnicity, and identity*. University of Michigan Press, 1994.

LIPKIN, P. et al. Índice de Cidades Empreendedoras. 2016. Disponível em: <www.endeavor.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2017.

LIMA, B.R. et al. *GEM (Global Entrepreneurship Monitor) Empreendedorismo no Brasil - 2016*. Disponível em: <<https://goo.gl/ZaYmrz>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

LUMPKIN, G.; DESS, G. Clarifying the entrepreneurial orientation construct and linking it to performance. *Academy of Management Review*, v.21, n.1, p.135-172, 1996.

MINNITI, M.; MOREN, L. Recent developments in the economics of entrepreneurship. *Journal of Business Venturing*, v.23, n.6, p.603-612, 2008.

MORGAN, K.; COOKE, P. *The Associational Economy*. University of Illinois, 1998.

MOTTA, F.C.P. *O que é burocracia*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982

MOTTA, F.C.P.; VASCONCELOS, I.F.G. *Teoria Geral da Administração*. 3. ed. São Paulo: Cenage Learning, 2006.

MOTTA, F.C.P.; PEREIRA, L.C.B. *Introdução à organização burocrática*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, L.F.T.; SILVA, S.P. Mudanças Institucionais e Produção Familiar na Cadeia Produtiva do Leite no Oeste Catarinense. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v.50, n.4, p.705-720, 2012.

PACHECO, D.F. et al. The coevolution of institutional entrepreneurship. *Journal of management*, v.36, n.4, p.974-1010, 2010.

ROBBINS, S.P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTOS, P.C.F. et al. Empreender por oportunidade versus necessidade. In: ENEP, 27,2007. *Anais...Foz do Iguaçu*, p. 1-9, 2007.

SCHUMPETER, J.A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHWINGEL, I; RIZZA, G. Políticas Públicas para Formalização das Empresas. In: *Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise*. IPEA. Brasília, v.54, p.47-56, 2013.

SILVA, P.H.F. *O impacto da burocracia nas pequenas e microempresas*. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Administração Pública e de Empresas. FGV, Rio de Janeiro, 2013.

SMELSER, N.J.; RICHARD, S. (eds). *The handbook of economic sociology*. Princeton university press, 2010.

STRASSBURG, U; OLIVEIRA, N.M.; ROCHA JUNIOR, W.F. Cadeia do Biogás no Oeste do Paraná. *Revista de Estudos Sociais*, Cuiabá, v.17, n.35, p.63-82, 2015.

SUAREZ, M. A. *Salvador: uma alternativa pós-industrial*. Salvador: Press Color, 1990.

VECIANA, J.M.; DAVID, U. The institutional approach to entrepreneurship research. *International Entrepreneurship and Management Journal*, v.4, n.4, p.365-79, 2008.

VESPER, K.H. *New venture strategies*. University of Illinois, 1990.

WEBER, M. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Moraes, 1987.

WEBER, M.; GERTH, H.H.; MILLS, C.W. *Ensaio de sociologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WILLIAMSON, O.E. The new institutional economics. *Journal of economic literature*, v.38, n.3, p.595-613, 2000.

WORLD BANK. *Doing Business*. Washington, DC: World Bank, 2017.



O QR CODE COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO NA VALORIZAÇÃO CULTURAL EM SALVADOR (BA) QR CODE AS A COMMUNICATION TOOL FOR CULTURAL VALORIZATION IN SALVADOR (BA)

Ives Emídio Gutierrez⁶¹

Jonathan Bastos Cruz⁶²

Mariana Namen Jatobá⁶³

RESUMO

O foco central desta pesquisa foi analisar o QR Code como ferramenta de valorização dos monumentos e bens culturais na cidade de Salvador (BA). O intuito de pesquisar sobre o tema foi investigar, através da percepção do turista, o quanto a ferramenta pode contribuir para que se mantenha viva a memória e cultura local. Tomou-se como base a análise prévia da existência de relação entre competitividade turística e as influências das tecnologias da informação no remodelamento da base material da sociedade. Assim, esta pesquisa, de estudo descritivo quantitativo, através de pesquisa de opinião, buscou conhecer também a visão do turista acerca do QR Code como ferramenta agregadora de valor, bem como para o panorama de crescimento da produção turística.

Palavras-chave: Competitividade Turística, QR Code, Tecnologia.

ABSTRACT

The central focus of this research was to analyze the QR Code as a tool for valuing monuments and cultural assets in the city of Salvador (BA). The aim of this research was to investigate, through the perception of the tourist, how much the tool can contribute to keep the memory and local culture alive. It was based on the previous analysis of the existence of a relationship between tourism competitiveness and the influences of information technologies in the remodeling

⁶¹ Pós-graduado, PPGA - UNIFACS. E-mail: ivesgutierrez@hotmail.com.

⁶² Pós-graduado, PPGA - UNIFACS. E-mail: jonbcruz@gmail.com.

⁶³ Pós-graduada, PPGA - UNIFACS. E-mail: mariananamen@gmail.com.

of the material base of society. This research, from an descriptive quantitative study, through an opinion survey, also sought to know the tourist's view about QR Code as a value-adding tool, as well as for the panorama of tourism production growth

Key words: Tourism Competitiveness, QR Code, Technology.

INTRODUÇÃO

Segundo Junqueira (2011), podemos afirmar que as tecnologias da comunicação e da informação são grandes responsáveis pela integração global, a partir de um sistema de comunicação digital que engloba diferentes culturas e, ao mesmo tempo, as tornam únicas, personalizadas de acordo com as identidades dos indivíduos.

O QR Code (*Quick Response Code*) é um código, de 2 dimensões (2D), composto por vários módulos de cor preta, dispostos em diferentes lugares sobre um fundo branco, (MARQUES, 2017). Sendo o QR Code, considerado por muitos, como outra versão do comum Código de Barras (1D) (KARASINSKI, 2013). Entre as duas tipologias, a diferença mais evidente, está na representação gráfica, de ambos.

Para MacCannell (2003), o turismo deve ser analisado enquanto cultura, especificando fatores que dinamizam e particularizam centros receptivos e suscitam suas simbioses.

Tratando-se do setor turístico, sendo o destino uma unidade de análise, a produção pode ser vista por meio de vários indicadores, dentre eles o fluxo turístico, o número de empregos, a contribuição ao PIB nacional, o gasto turístico, entre outros. Os indicadores de melhorias da qualidade de vida seriam a medida ideal, mas são mais complexos de medir, além do fato de raros países possuírem indicadores atualizados ou índices agregados que expressem o construto qualidade de vida. A tecnologia em interface ao turismo e os modelos de competitividade turística, por herança porteriana, têm sido tratados desde uma premissa de causa e efeito. Assim, considera-se que o potencial competitivo se transformará em habilidades e resultados (CROES; KUBICKOVA, 2013). Isso significa que uma boa infraestrutura, clima, recursos naturais, recursos culturais, estabilidade econômica e política são geradores de um bom fluxo turístico. A cidade de Salvador, capital da Bahia, com uma população de 2 953 986

habitantes (IBGE, 2017) é uma das cidades mais visitadas no Brasil. A primeira cidade fundada no Brasil, oferece diversas opções turísticas, como: praias, música, museus, cultura, teatros, carnaval, além de representar um patrimônio histórico do País.

Segundo Pereira (2012), o turismo surge como instrumento de valorização e conservação dos bens culturais.

O Ministério do Turismo (2014), em seus estudos de Demanda Turística Doméstica, afirma que Salvador é o terceiro destino mais procurado por viajantes brasileiros, depois do Rio de Janeiro e São Paulo, e o quarto mais desejado do país. A maioria dos turistas estrangeiros que visitam a capital baiana estão em busca de atrativos de sol e praia.

Segundo REAT (2017), o intuito da Prefeitura de Salvador (2017) é reposicionar a cidade de Salvador como o melhor destino turístico de lazer e negócios do Norte e Nordeste, através do Projeto Salvador Capital do Turismo. Esse visa, além da implantação do Centro de Convenções de Salvador, recuperar a sua capacidade de atrair grandes eventos. O intuito é aumentar em 800 mil o fluxo de visitantes em Salvador com ações de promoção do turismo, nos principais mercados emissores.

Além desse projeto, outras ações vêm sendo desenvolvidas para consolidar a imagem da cidade como roteiro e referência de história, cultura e turismo.

Percebe-se atuação na recuperação do centro histórico de Salvador, visando explorar novas oportunidades para negócios na região. No ano de 2013, a Prefeitura de Salvador iniciou ações de proteção e estímulo ao patrimônio cultural da cidade, com a restauração e recuperação de 43 monumentos. Essas ações terão seu prolongamento, através de um projeto denominado Salvador Memória Viva. O projeto tem como premissa ampliar e valorizar os bens culturais preservados, sensibilizando a sociedade na preservação do patrimônio do município.

Segundo SETUR (2018), conforme Planejamento Estratégico da Prefeitura de Salvador (2017-2020), a meta é de atuação na preservação ou tombamento de 150 monumentos públicos, igrejas e outros patrimônios culturais, em continuidade às atividades de valorização da história da cidade. Dentre eles destaca-se: realização de 10 tombamentos e registros especiais de bens culturais; execução de 60 ações de conservação, manutenção, recuperação,

restauração dos monumentos públicos e de outros bens culturais da cidade; execução de 17 ações de salvaguarda ao patrimônio; realização de 60 atividades de educação patrimonial para promover a sensibilização, o pertencimento e a preservação do patrimônio cultural de Salvador; republicação da Coleção Capoeira Viva e difusão desse bem cultural; execução projetos de conservação de bens culturais da cidade, como o altar da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, dentre outras ações.

A previsão é que até dezembro de 2018 sejam entregues 20 monumentos recuperados e até dezembro de 2019 sejam realizados de seis tombamentos de bens culturais.

Segundo a Sescom - Secretaria de Comunicação Social do Governo da Bahia (2017), 05 patrimônios foram identificados com QR Code até agosto de 2017, são eles: monumento Cairu, em frente ao mercado modelo; Thomé de Souza, na Praça Municipal; o Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, o Zumbi dos Palmares, ambos na Praça da Sé; Castro Alves, na praça que leva o nome do poeta. A expectativa é que até o final de 2018, 20 monumentos recebam QR Code.

Salvador tem 173 monumentos catalogados como de interesse público. A iniciativa reconhece o papel que a comunicação e a tecnologia exercem como impulsionadora do conhecimento da história e da cultura baiana.

Diante do elucidado, levantou-se como pergunta norteadora: qual a importância do QR Code como ferramenta de valorização dos monumentos e bens culturais de Salvador (BA)?

Tendo como objetivo geral analisar o QR Code como ferramenta de valorização dos monumentos e bens culturais na cidade de Salvador (BA).

O intuito de pesquisar sobre o tema é investigar acerca da utilização da ferramenta de QR Code na cidade de Salvador, através de embasamento teórico e da percepção do turista, identificando pontos de sua visão sobre a importância da ferramenta como promotora da valorização de monumentos e bens culturais de Salvador.

MARCO TEÓRICO

CÓDIGO DE BARRAS DE 2 DIMENSÕES: QR CODE

O QR Code é um código de barras presente no mercado e o seu nome provem da abreviação das palavras “*quick response*” pela capacidade rápida de interpretação.

O código QR foi desenvolvido em 1994 pela empresa japonesa Denso-Wave do grupo Toyota, e aprovado como Padrão Internacional ISO no ano 2000 (ISO / IEC 18004, 2006). Esse código de barra QR é bidimensional (2D), conforme ilustrado na figura 1, pelo fato de armazenar os dados em duas direções, horizontal e vertical, na estrutura da matriz diferenciando do código de barra de uma dimensão, que é linear e os dados estão somente na posição horizontal.

A princípio, o uso do código QR foi destinado para controle de produção de peças automotivas para auxiliar e catalogar no rastreamento dos produtos, devido à facilidade na captura da imagem do código utilizando dispositivos com câmera, como scanner de mão, transferir os dados para o microcomputador através da interface RS-232C.

Figura 1: QR Code
Fonte: Google Imagens



O código QR foi rapidamente difundido em vários países, principalmente no Japão, por atingir as seguintes características (SOON, 2008, ISO/IEC 18004, 2006):

Maior capacidade de armazenamento de dados;

Suportar codificação de diferentes tipos de caracteres: alfanumérico, kanji (símbolo japonês), cyrillic (símbolo russo), outros símbolos, código binário e código de controle.

A empresa Denso-Wave tem a patente da tecnologia e disponibilizou a licença de uso livre para o domínio público e sem custo;

Apresenta estrutura padrão que não exige pré-requisitos de uso;

Os aplicativos de leitura estão disponíveis para instalação no aparelho celular.

Desta forma, esta tecnologia foi bem aceita no mercado e, após o desenvolvimento de aplicativos de leitor de código QR para instalar no aparelho

celular, tornou-se um dos principais dispositivos para leitura do código de barra QR, passando a ser um novo escopo de estratégia para outras áreas, principalmente relacionadas às áreas de comunicação. Em vista da popularização e do crescimento no acesso à rede de internet, o setor de marketing passou a utilizar o QR para publicação de propagandas de produtos, armazenando o endereço de acesso do catálogo na internet (*URL – Uniform Resource Locator*).

Assim, normalmente, o código QR é lido por meio do aparelho celular e direcionado para visitar o site do divulgador.

Desse modo, encontram-se disponíveis diversos tipos de aplicativos com função de leitura do código de barra para aparelhos celulares de fácil acesso para instalar, conforme ilustrado na figura 2.

O código de barra pode ser considerado como ferramenta bem utilizada no mercado global, cuja tecnologia é inovadora. Sua utilização expandiu devido atribuir facilidade no manuseio e maior segurança das informações, principalmente, para identificar produto, características da mercadoria, boleto de pagamento, crachá de identificação entre outros.

CARACTERÍSTICAS DO QR CODE

Algumas características do QR Code devem ser ressaltadas: reduzida área de impressão e alta capacidade de armazenamento de dados; leitura 360°; resistência à distorção; resistência à sujeira; resistência a dano e capacidade de subdivisão; posição padrão (três quadrados grandes dos cantos utilizados para detectar a posição, o tamanho e o ângulo do QR Code); padrão de alinhamento - usado para corrigir a distorção do QR Code; tempo padrão (módulos de branco e preto e disposto alternadamente colocado entre dois padrões de posição que é utilizado para determinar a coordenada central de cada célula na QR Code); zona 'silenciosa' (espaço de margem que torna mais fácil de detectar o QR Code); área de dados (contém os dados codificados em números binários, incluindo códigos para fornecer funcionalidades de correção de erros).

Figura 2: Imagem meramente ilustrativa (QR Code)

Fonte: Google Imagens



Com o corrente avanço da tecnologia nos telefones e tablets e a massificação da Internet móvel, os QR Codes são em grande parte utilizados para ações de marketing. Na tentativa de ligar o mundo físico ao mundo online. Os QR Codes revelam-se eficazes na promoção interativa de marcas e produtos junto dos utilizadores de dispositivos móveis.

PERFIL DO TURISMO

Chen e Huang (2009) utilizam como base as escalas AIO de Perreault, Darden, & Darden's (1977), Gladwell (1990), e Zins (1998). E, somados a sua própria pesquisa, chegaram a um perfil de estilo de vida nas férias com três grupos: viajantes orientados para viagens familiares, viajantes orientados para viagens sociais, e viajantes orientados para viagens com estilo. Os viajantes orientados para viagens familiares têm muito interesse em viagens em família e acreditam que, com os mesmos, a viagem é mais feliz. E seu interesse tem um viés mais econômico que os outros dois grupos. Já os viajantes orientados para viagens com estilo não se preocupam com as despesas da viagem. Estão interessados em achar boas comidas e bebidas não importando o custo. Quando planejam uma viagem, vão considerar se nas áreas existe um hotel de luxo ou não. As pessoas desse grupo consideram ficar em hotéis com instalações de *spas* saudáveis. E apresentam menor orientação para viagens sociais de todos os grupos. Os viajantes orientados para viagens sociais têm um grande interesse em interações sociais; preferem viagens com grupos de colegas; gostam de se juntar a viagens organizadas por grupos de associações. A pesquisa mostrou que eles também buscam por viagens para alívio do estresse, mas não são inclinados a viajar junto da família.

Com relação ao processo de tomada de decisão nas compras em turismo, pode-se perceber que há muito mais por trás da simples decisão de viajar, ou seja, a decisão de compra no turismo não termina com a definição do destino. Continua-

se tomando decisões no decorrer da viagem a respeito dos meios de hospedagem a serem utilizados, dos serviços de alimentação a serem escolhidos, dos locais a serem visitados, entre tantas outras escolhas. Além disso, o processo de tomada de decisão nas compras baseado no reconhecimento da necessidade, busca de informações, avaliação das alternativas, decisão de compra, consumo e avaliação pós-compra é essencial para conhecer como os turistas tomam suas decisões quanto ao consumo de produtos e serviços do turismo. Dessa maneira, a Internet progressivamente conquistou seu espaço na sociedade, e fez com que as pessoas se relacionassem por meio de redes sociais e mídias digitais, ampliando, de certa maneira, a influência que o consumidor tem de seus conhecidos. Além disso, estreitou a relação de proximidade das organizações com os clientes por meio da comunicação via Internet, fidelizando o consumidor de maneira cômoda e prática.

QR CODE EM TURISMO

Segundo Jesus e Silva (2009), numa era altamente tecnológica não faz sentido que não utilizemos os meios que temos ao nosso dispor para dar um salto qualitativo na forma e na quantidade de informação turística que recebemos.

Partindo dessa premissa, percebe-se que muitos países, como Portugal, França e Argentina já utilizam a ferramenta do QR Code como instrumento que visa melhorar o acesso ao turismo. Nesses países, o código QR traz em sua fonte o acesso à informações e fotos sobre o local turístico que está sendo visitado, como o nome da região, atividades turísticas, dicas e curiosidades, enriquecendo e enaltecendo a cultura. No Brasil, estados como Rio de Janeiro e Pernambuco também já utilizam a ferramenta, como instrumento de apoio e atratividade ao turismo, em prol da melhoria da economia local.

Segundo Costa (2005), o turismo possui uma base de relação muito próxima com a área da cultura. Mesmo segundo uma perspectiva de mercado, prova-se que o sucesso empresarial do turismo depende largamente da forma com a vertente cultural e patrimonial é tomada em consideração.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, realizado por meio de uma pesquisa de opinião, com abordagem quantitativa dos dados. A metodologia escolhida para este estudo proporciona ao pesquisador uma maior intimidade com o problema, de modo que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao tema (SELLTIZ et al, 1967).

O método descritivo foi escolhido, pois, com a presença de diversas bibliografias sobre esse tema, há várias informações que complementam a pesquisa em questão, e embasam ainda mais o tema escolhido.

Pesquisa de opinião é um levantamento estatístico com amostra específica da opinião pública que através de perguntas indica as opiniões de uma determinada população analisada. É a melhor forma para se conhecer a opinião da população sobre determinado tema. Além disso, confere legitimidade a uma causa, seja ela de interesse público ou não, com propósitos positivos ou negativos, bem-intencionada ou não (CHAMUSCA & CARVALHAL, 2011).

Foi utilizada a ferramenta do *Google Forms* para aplicação da coleta de dados e realizou-se um questionário estruturado, com perguntas sobre o conhecimento do turista acerca do QR Code, bem como o conhecimento deles acerca do instrumento, além da influência deste instrumento para valorização de monumentos e bens culturais na cidade de Salvador – Bahia. Após a confecção do questionário foi divulgado para o público alvo, turistas em visita a cidade, foi disponibilizado um computador portátil para que os envolvidos na pesquisa pudessem utilizar para responder a pesquisa de opinião; o local que viabilizou o acesso ao questionário foi o farol da Barra, um dos locais mais visitados pelos turistas. A amostragem voluntária, por conveniência, ou seja, participaram do estudo os voluntários que aceitaram responder o questionário, aplicado no mês de março de 2018, totalizou 113 pessoas. Como critérios de inclusão: turista em visita a cidade, brasileiros. Como critérios de exclusão: turista estrangeiros, por entender que a tecnologia digital é algo a ser difundido no cenário nacional.

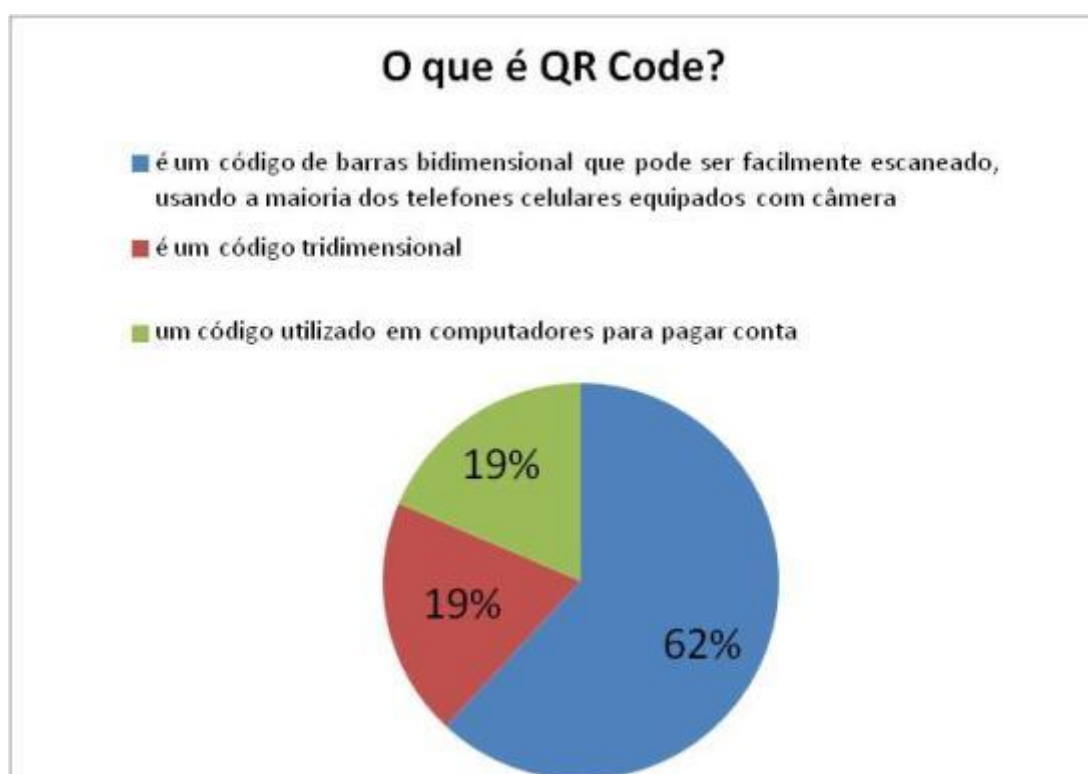
As variáveis pesquisadas foram: O que é QR Code? Você já utilizou a ferramenta QR Code? Se respondeu sim na pergunta anterior. Na sua experiência, você encontrou alguma vantagem na utilização do QR Code? Você já visitou alguma cidade no Brasil que possuía o QR Code como ferramenta de informação cultural? Em sua estadia na cidade de Salvador (BA), você visitou algum monumento e ou bem cultural que continha o QR Code como ferramenta de

comunicação? Você considera o QR Code como ferramenta de comunicação na valorização de monumentos e bens culturais? Excluíram-se variáveis como sexo e idade, por não entender como influenciadoras para atingir o objetivo proposto para o trabalho. Já no que tange a técnica para a análise de dados utilizada foi a estatística descritiva com apresentação de distribuição de frequência e dos valores absolutos e relativos, com auxílio do programa Microsoft Excell 2016. No que diz respeito aos aspectos éticos, por se tratar de uma pesquisa de opinião realizada por meio eletrônico e sem a identificação dos participantes, foi dispensada a aprovação em Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Gráfico 1: O que é QR Code?

Fonte: Dados da Pesquisa



No que foi pesquisado, percebe-se que, cerca de 62% dos turistas têm conhecimento do conceito do QR Code, já 19% acredita que “é um código tridimensional”, e 19% “é um código utilizado em computadores para pagar conta”. Assim, concluiu-se diante da análise, que o acesso a esse tipo de tecnologia da informação está bastante difundido, entendendo ainda que

favoreça de forma positiva para continuidade nas respostas propostas. No entanto, percebe-se que a ampliação da informação desta ferramenta é essencial tendo em vista que alguns participantes desconhecem o QR Code.

Gráfico 2: Você já utilizou a ferramenta QR Code?

Fonte: Dados da Pesquisa

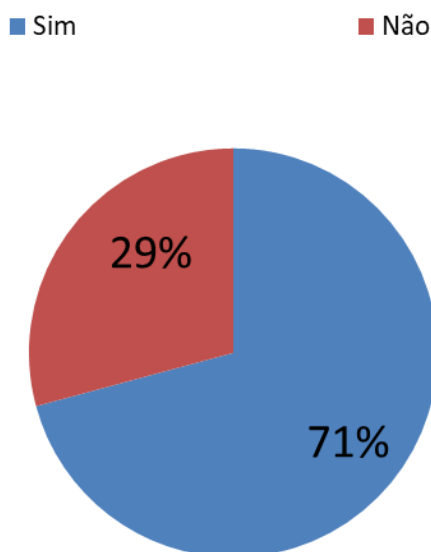


Percebe-se na pesquisa que 71% dos respondentes já utilizou a ferramenta QR Code e que de alguma forma o manuseio do aplicativo em seu *Smartphone* favorece para compreensão da ferramenta. Somente 29% não utilizou o aplicativo, o que se acredita empiricamente que não houve momento oportuno para utilização do mesmo, tendo em vista que no Brasil a ferramenta ainda está a suplantar.

Gráfico 3: Se sim na pergunta anterior. Na sua experiência, você encontrou alguma vantagem na utilização do QR Code?

Fonte: Dados da Pesquisa

**Se você respondeu sim na pergunta anterior.
Na sua experiência, você encontrou alguma
vantagem na utilização do QR Code?**



Percebe-se que 71% dos pesquisados encontrou alguma vantagem no manuseio da ferramenta. Assim, compreende-se que a totalidade daqueles que responderam sim no Gráfico 2 tem uma intimidade com a mesma.

Já 29% não percebe vantagem na utilização da ferramenta.

Gráfico 4: Você já visitou alguma cidade no Brasil que possuía o QR Code como ferramenta de informação cultural?

Fonte: Dados da Pesquisa



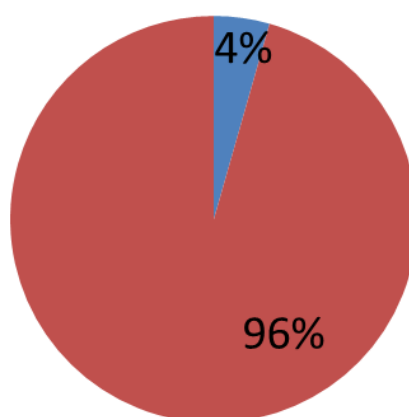
Verifica-se que 88% dos pesquisados não visitou, em suas experiências turísticas, a ferramenta QR Code como apoio à informação cultural. Assim, esta é algo a suplantar no que tange no cenário turístico nacional. Em contrapartida, 12% dos pesquisados a encontraram como recurso de comunicação e /ou informação de aspectos históricos tangíveis, que impactam para uma melhor acessibilidade cultural, apesar de considerarmos um percentual baixo.

Gráfico 5: Em sua estadia na cidade de Salvador (BA), você visitou algum monumento e/ou bem cultural que continha o QR Code como ferramenta de comunicação?

Fonte: Dados da Pesquisa

**Em sua estadia na cidade de Salvador (BA),
você visitou algum monumento e/ou bem
cultural que continha o QR Code como
ferramenta de comunicação?**

■ Sim ■ Não



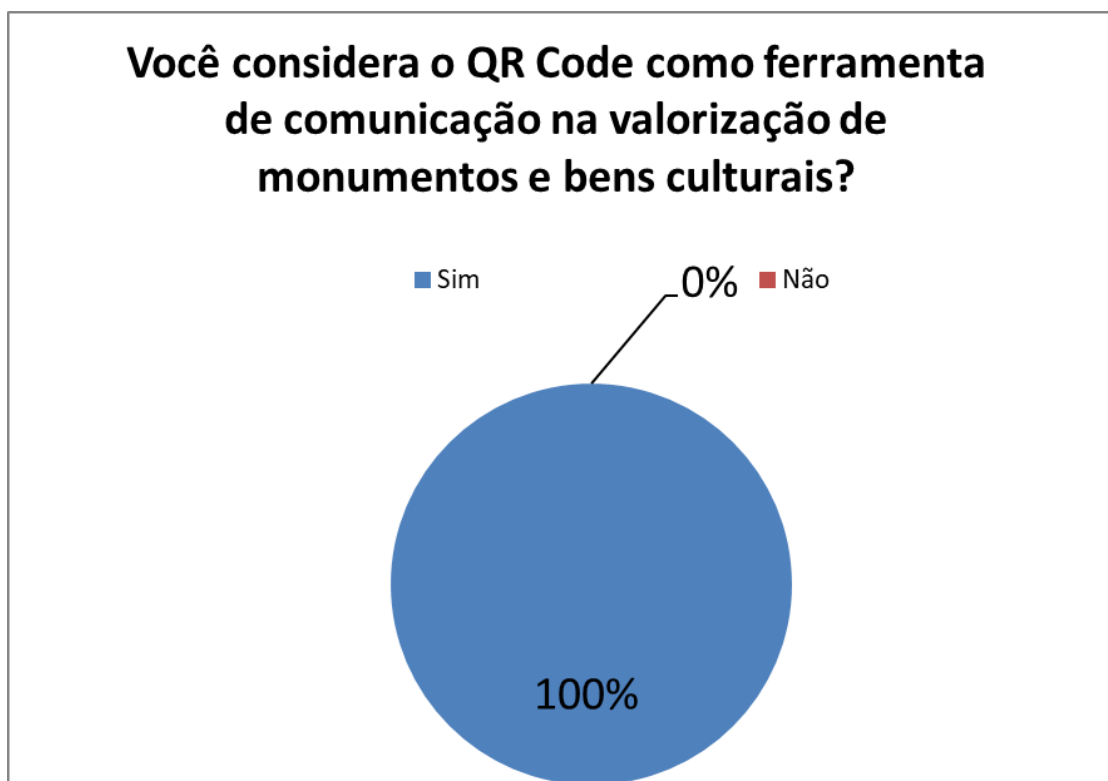
Diante da análise do estudo, percebeu-se que 96% dos pesquisados não visitou nenhum monumento e/ou bem cultural na cidade de Salvador. A precisão dessa negativa não nos garante efetivamente que este resultado seja pela inexistência do QR Code no local visitado. Mas, acredita-se que a existência dessa ferramenta poderia contribuir de alguma forma para a valorização dos monumentos e bens culturais na cidade.

Quanto à utilização do QR Code na cidade de Salvador, a implantação da ferramenta iniciou em agosto de 2017, através do Projeto #Reconectar, conduzido pela FGM – Fundação Gregório de Mattos, segundo Prefeitura Municipal de Salvador (2017). O que permite às pessoas identificarem e conhecerem a história dos monumentos da cidade com o uso de *smartphones* ou *tablets*, por meio de um leitor QR Code.

Ratifica diante do elucidado que os 4% pesquisados poderiam supostamente ter visitado os monumentos nos quais a ferramenta foi implementada.

Gráfico 6: Você considera o QR Code como ferramenta de comunicação na valorização de monumentos e bens culturais?

Fonte: Dados da Pesquisa



Percebe-se que 100% dos pesquisados entende sobre a importância do QR Code como ferramenta de comunicação na valorização de monumentos e bens culturais. Diante do que foi pesquisado, acredita-se que a existência do QR Code em monumentos e bens culturais melhoraria a forma como os turistas percebem para comunicação, aumentando a informação e/ou acessibilidade da informação no turismo local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão da tecnologia de informação e a velocidade com que ela se propaga, a internet surgiu, sendo praticamente a principal forma de comunicação global.

As tecnologias da informação remodelam a base material da sociedade e nos encaminham para novos padrões sociais, políticos e econômicos.

Outro ponto de extrema importância é a contribuição que o turismo pode exercer ao PIB nacional, se bem estruturado, através de ações consistentes e que aliem tecnologia às mesmas.

Nesse âmbito é impossível pensar em desenvolvimento de cultura e valorização de bens culturais, sem associar aos mecanismos de divulgação de informações,

de forma que permitam o acesso à informação ao maior número de pessoas possível.

Consideramos nesta pesquisa que o QR Code é uma ferramenta tecnológica de simples implantação, mas de grande impacto no que diz respeito às possibilidades de acesso e inclusão de pessoas, inclusive daquelas que apresentam deficiência visual e auditiva (tecnologia com função de informar e incluir); também percebida pelos turistas participantes da pesquisa de opinião.

Salvador tem grande potencial competitivo para atrair o turismo e posicionar-se no país como propulsor do PIB nacional. Já existem diversas iniciativas governamentais e municipais em torno do tema. Uma delas é o projeto #reconectar que iniciou a implantação de QR Code em 20 monumentos da cidade.

Num sentido amplo, percebe-se que a evolução tecnológica caminha na direção de tornar a vida mais fácil. A tecnologia assistiva deve ser então entendida como um “auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento” CORDE (2007). Pode-se então dizer que o objetivo maior da tecnologia assistiva é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social.

Uma iniciativa importante é o uso de leitores de tela para computadores e smartphones, pois, orientam o deficiente visual, por exemplo, ao narrar o que acontece em cada dispositivo e motivam o surgimento de programas acessíveis que não seriam possíveis sem a tecnologia dos leitores de tela. Esse uso de leitores são de extrema importância no processo de inclusão digital e acessibilidade para o fomento no ramo turístico em monumentos históricos, museus, teatros, ruas e avenidas.

Tratando-se do setor turístico, sendo o destino uma unidade de análise, o fluxo turístico tem contribuição direta ao PIB nacional.

No entanto, a proposta inicial de utilização do QR na cidade de Salvador ainda é embrionária e está bem aquém do que ela pode proporcionar em termos de ampliação do acesso de diversos pontos e lugares interessantes da cidade; de personalidades que compõem a cultural local na elucidação e valorização do baiano, através de seus bens culturais.

Como se trata de um instrumento de recente utilização sugere-se, portanto, que novas pesquisas sejam realizadas no intuito de fomentar e acompanhar o desenvolvimento dessa ferramenta poderosa na valorização da cultura de Salvador; bem como o acompanhamento de como essa implantação tem contribuído para a participação mais ativa do turista, promovendo a acessibilidade e a inclusão social, além da ampliação das dimensões como sexo, idade e outras variáveis dos pesquisados, que por sua vez não foram contempladas para este estudo, neste primeiro momento.

REFERÊNCIAS

Alfonso, M. J. P. (2001). **De la teoría a la práctica antropológica: el museo como referencia: materiales de apoyo docente**. Alicante: Universidad de Alicante.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI – Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, 2008. Disponível em <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#artigos>. Acesso em 19 nov. 2017.

BLACKWELL, R.D.; MINIARD, P.W.; ENGEL, J.F.; **Comportamento do Consumidor**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning. 2005.

Buenos Aires Argentina – **Turismo Guia de Viagens**. Disponível em: <https://www.buenosairesturismo.com.br/passeios/cemiterio-da-recoleta.php>. Acesso em 12 maio. 2018.

Brasil. **Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. – Brasília:CORDE, 2009. 138 p

Karasinski, L. (2013) **O que significa cada quadrado de um QR Code?** Acesso em 24 de abril de 2018 em: <https://www.tecmundo.com.br/QR-code/37372-o-que-significa-cada-quadrado-de-um-QR-code-.htm>.

CHAMUSCA, Marcello; CARVALHAL, Márcia. **Comunicação Móvel e Mobile Marketing: conceitos, usos e aplicações**. In: _____. Comunicação e Marketing Digitais: conceitos, práticas, métricas e inovações. Salvador: Edições VNI, 2011, pp. 191- 220

Chen, Joseph S., Huang, Yu-Chih and Cheng, Jen-Son. VACATION LIFESTYLE AND TRAVEL BEHAVIORS. **Journal of Travel & Tourism Marketing**,26:5,494 — 506. 2009.

Costa, C. (2005). **Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do Turismo (1990-2000)**. *Análise Social*, vol. XL (175), 279-295

CORDE, (2007). Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Pessoa Portadora De Deficiência: Legislação Federal Básica. Brasília, 2007.

CROES, R.; KUBICKOVA, M. From potential to ability to compete: Towards a performance-based tourism competitiveness index. *Journal of Destination Marketing & Management*, v.2, n.3, p.146-154, 2013.

JESUS, C. & SILVA, L. (2009). **Potencialidades dos serviços móveis de Realidade Aumentada aplicados ao Turismo**. Actas do 8º Congresso LUSOCOM. pp. 2296-2314

JUNQUEIRA, Flávia Campos. **Choque, afetividade e experiência estética: linguagem e percepção em Um homem com uma câmera na mão e sua pertinência contemporânea**. Juiz de Fora, 2011. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2138>. Acesso em 01 de agosto de 2018.

KOTLER, Philip, KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 12ª Edição. São Paulo: Prentice Hall. 2010.

FERREIRA, N. N.; ALVES, S. Medida da Competitividade do Destino Brasil: Uma aplicação do Índice de Competitividade Turística do WEF 2008. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 4, n. 2, 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em 10 de Abril de 2018.

Maccannell, D. (2003). **El turista. Uma nueva teoria de la classe ociosa**. Melusina: Barcelona.

Marques, S. (2017) **QR Code**. Disponível em: <http://knoow.net/ciencinformtelec/informatica/QR-code/>. Acesso em 24 de abril de 2018.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. 1996.

Monumentos baianos são identificados com QR Code. Criado em 17 de Agosto de 2017. Disponível em <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias-4/50486-monumentos-baianos-sao-identificados-com-qr-code>. Acesso em 10 de Maio de 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Pesquisa revela perfil do turista de Salvador** - Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/4110-pesquisa-revela-perfil-do-turista-de-salvador.html> acesso em: 10 de maio de 2018.

OBSERVATÓRIO DE TURISMO DA BAHIA - SISTEMA DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS DO ESTADO DA BAHIA. Ano III - BOLETIM Nº 3. Janeiro a Dezembro de 2014 – Disponível em: <http://observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/Boletim3.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2018.

Pereira, C. R. (2012). **O turismo cultural e as missões Unesco no Brasil**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, Recife, UFPE.

Revista Eletrônica de Administração e Turismo. REAT. ISSN: 2316-5812. Competitividade Turística: Impactos no posicionamento e na produção turística, v.10, n.5, jan – jun/2017.

Revista de Tecnologia Aplicada. RTA. ISSN: 2237-3713. A importância do marketing digital utilizando a influência do comportamento do consumidor, v.6, n.2, mai - ago/2017, p. 28-39.

SETUR – SECRETARIA DE TURISMO DA BAHIA - Programa para a integração da cultura e turismo na Bahia (BR-T1038; ATN/JC-10081-BR), Disponível em: <http://www.slideshare.net/turismobahia/programa-para-integracao-da-cultura-e-turismo-resumo>, acesso em 10 de maio de 2018.

SILVA, V. B. Marketing digital como ferramenta estratégica e as oportunidades nas redes sociais. E3 - **Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP**, Vol.2(1), pp.42-61. 2016.

SOON. TJ. **QR Code**. **Synthesis Journal**. P59-78, 2008. Disponível em http://www.itsc.org.sg/pdf/synthesis08/Three_QR_Code.pdf, Acesso em 10 set 2017.

VIANNA, S. L. G. **A Competitividade e a Qualidade de Vida na Destinação Turística: Análise quanto à sua correspondência**. Tese (Doutorado em Turismo), Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Balneário Camboriú, 2011.



DESENVOLVIMENTO E RENDAS PETROLÍFERAS: os desafios do planejamento na escala local.

*Irenice Aparecida Nunes de Souza Deodato*⁶⁴

*Valdir Júnio dos Santos*⁶⁵

RESUMO

A descoberta de petróleo na Bacia de Campos alterou sobremaneira a configuração sócio-política-administrativa e econômica da região Norte Fluminense no Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, vinculado ao fato da Constituição de 1988, ter permitido maior autonomia administrativa e financeira a Estados e Municípios. Dessa forma, o presente artigo, tem como objetivo analisar a composição dos gastos públicos sociais e orçamentários do período de 1999 a 2016 (analisando o período da abundância, estabilidade e queda nas taxas de recebimento) no município de Quissamã. Nesse cenário, esse município apresenta-se como um dos grandes beneficiários das rendas do petróleo, visto que na década de 1990 a “febre emancipatória” que acometeu o estado do Rio de Janeiro, também aportou nesse município, já com a abertura orçamentária e administrativa advinda da Constituição Federal. Os resultados da pesquisa apontam que apesar do município ser altamente dependente dessas rendas, também depende de outras fontes de recursos para dinamizar o seu desenvolvimento socioeconômico, tendo por princípio a equidade e a construção de padrões mais justos de redistribuição de acesso a bens e recursos públicos que visam a reparação de desigualdades sociais.

Palavras-chave: Planejamento, Orçamento, Rendas petrolíferas e Justiça Intergeracional.

ABSTRACT

⁶⁴ Mestrado, Universidade Candido Mendes (UCAM). E-mail: sousadato@gmail.com.

⁶⁵ Doutorado, Universidade Candido Mendes (UCAM).

The discovery of oil in the Campos Basin has greatly altered the socio-political-administrative and economic configuration of the North Fluminense region in the State of Rio de Janeiro. In this context, linked to the fact of the Constitution of 1988, have allowed greater administrative and financial autonomy to States and Municipalities. Thus, this article aims to analyze the composition of public social and budgetary expenditures from the period 1999 to 2016 (analyzing the period of abundance, stability and fall in rates of receipt) in the municipality of Quissamã. In this scenario, this municipality presents itself as one of the great beneficiaries of oil revenues, since in the 1990s the "emancipatory fever" that affected the state of Rio de Janeiro also contributed to this municipality, already with the budgetary and administrative opening. The results of the research indicate that although the municipality is highly dependent on these incomes, it also depends on other sources of resources to boost its socioeconomic development, based on equity and the construction of fairer patterns of redistribution of resources. access to public goods and resources aimed at redressing social inequalities.

Keywords: Planning, Budgeting, Oil Rents and Intergenerational Justice.

1 – INTRODUÇÃO

Muitos estudos teóricos e empíricos buscam compreender a dinâmica dos gastos públicos, porém são unânimes em apontar que não existe uma composição perfeita na esfera da aplicação que assegure um desenvolvimento adequado. A literatura que analisa a relação entre o tamanho do governo e o crescimento econômico deixa em segundo plano a composição dos gastos públicos e a consequência na taxa de crescimento de um país.

É perceptível que o efeito dos gastos públicos na economia é uma preocupação recorrente, principalmente frente ao questionamento de como esses gastos impactam no crescimento econômico, assim como, sua potencialidade produtiva.

O debate contemporâneo da expansão dos gastos públicos tem como princípio a diferenciação de entendimento frente às estratégias governamentais na elaboração de políticas públicas que visam potencializar o bem-estar dos cidadãos. O cenário sociopolítico criado sedimenta-se na perspectiva diferencial em que grupos de beneficiários tendem a dar apoio político ao governo e seus

programas de transferência de renda, enquanto os que financiam essa redistribuição tendem a pressionar o governo para que ocorra a redução dos tributos ocasionando uma ação política de elevados custos.

Para Mendes (2013, p.153), a grande maioria dos autores que discute o problema do gasto público no Brasil não considera nenhuma relação entre despesa pública e demanda social, levando em conta apenas o problema macroeconômico e esquecendo-se do microeconômico, que é justamente a demanda social. E acentua que a maneira mais adequada para compreender a demanda coletiva é por via de indicadores de “características socioeconômicas locais relacionando-os ao comportamento do gasto público”. Com isso, a evolução dos gastos públicos seguiria o comportamento da demanda social representada por bens e serviços públicos de acordo com a realidade econômica territorial específica. Mendes complementa que o papel do planejamento regional é exatamente o de tentar ser conciliador de uma melhor distribuição dos recursos com melhor uso dos gastos públicos na solução de problemas de natureza histórica e estrutural da sociedade. A relação entre os gastos públicos e as demandas sociais e regionais são de suma importância para a compreensão do orçamento público, para tentar equilibrar o social e a integração nacional e não somente o equilíbrio fiscal e financeiro.

Anteriormente à década de 1990, o Brasil detinha uma política de intensa participação dos governos nos investimentos em infraestrutura, porém, a partir das reformas liberais no início da década, dentre outras medidas, o Estado foi obrigado, em um curto período de tempo, a ajustar o equilíbrio orçamentário entre receitas e gastos, ocasionando a diminuição da participação do setor público na infraestrutura pública do País, visto que os gastos com seguridade social aumentaram vertiginosamente (SILVA e SANTOLIN, 2012).

Já Arretche e Vazquez (2009) salientaram que, o Brasil é uma federação descentralizada, possuindo um alto grau de autonomia devido à transferência de responsabilidades da execução de um grande conjunto de políticas públicas aos governos subnacionais, o desempenho destas competências é afetado pela regulação e supervisão do governo federal, realidade associada a um modelo concentrador de autoridade. Para as autoras, as políticas centrais de bem-estar dos cidadãos brasileiros estão sob a competência dos governos municipais.

O setor público trabalha com múltiplos centros decisórios da organização governamental, “combinando instrumento operado pelo governo central e outro administrado pelos governos subnacionais”, cujo processo de descentralização é presidido pela razão econômica central que apresenta como característica a otimização da relação existente entre preferências dos agentes econômicos e o perfil do sistema fiscal, que traz como consequência a adoção do federalismo fiscal, pois distribui competências constitucionais fiscais entre os vários entes federados, na medida em que cada um, de modo autônomo possa construir desenhos institucionais necessários para composição da dimensão da despesa (SILVA, 2005, p.119). As alterações desses elementos provocam consequências no desenho do federalismo resultando em transformações no quadro de competências em escala nacional ou a capacidade fiscal de cada nível de governo para o atendimento das demandas.

Com a promulgação da Constituição de 1988, foram criados significativos rearranjos das relações federativas, traduzindo na redistribuição de competências tributárias, na redistribuição dos poderes, e principalmente de recursos entre esferas governamentais, o que consideravelmente ampliou as transferências constitucionais para essas esferas, alterando a repartição do “bolo” tributário e com isso fortalecendo a capacidade de financiamento de gastos e abrindo assim novas perspectivas para a redução da dependência de cobertura das políticas sociais pelo governo federal.

Recentemente o papel dos gastos públicos no crescimento econômico provém das teorias relacionadas ao crescimento endógeno, em que a política fiscal, as mudanças tecnológicas e o crescimento populacional são variáveis importantes inseridas num modelo capaz de acionar um diferencial de crescimento capaz de prolongar o período de convergência entre a renda *per capita* dos países (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

Essa afirmação é complementada por Rezende (1997), no sentido de que a expansão dos gastos públicos influencia a elevação do bem-estar dos cidadãos, porém impõem pesados custos sobre determinados grupos que arcam com esses custos e que o desenho institucional passa a ser um componente importante no sentido de regular a ação política e que esses gastos refletem as preferências dos atores sociais. Diferentemente desse cenário, está o município de Quissamã, visto que possui um orçamento vantajoso em relação

a vários outros municípios de mesmo porte e que não há a necessidade de repassar esses custos aos cidadãos.

Partindo desse pensamento, pode-se perfazer que o maior problema são os acessos aos recursos. Devido a um processo de descentralização desordenado, muitos entes públicos dependem de transferências para arcar com suas despesas e estas muitas vezes são efetuadas considerando a posição política, o prestígio e a vinculação partidária, associados a interesses eleitoreiros e clientelistas. Logo, propor, formular e participar da gestão de alternativas de políticas públicas é um grande desafio para a sociedade civil devido à forma de alocação dos recursos públicos (TEIXEIRA, 2002). Porém, ao que tudo indica Quissamã não faz parte dessa desigualdade e possui capacidade orçamentária e financeira para arcar com seus gastos públicos.

Rezende (2006, p.12) analisando várias teorias sobre o gasto público complementou que:

[...] A expansão de mecanismos de descentralização e de responsabilização política é associada ao aumento dos gastos os governos locais [...] A descentralização dos poderes fiscais com maior autonomia para os governos sub-nacionais para decidirem “de forma independente” sobre suas políticas fiscais produziram restrições para a expansão dos gastos e da tributação.

Essa teoria aborda o fato de que com a descentralização, tende a criar competição política e fiscal entre os governos locais e provavelmente uma diminuição nos gastos públicos, porém, como impacto positivo haveria a expansão das demandas por participação e inclusão nas políticas públicas.

2 – RENDAS PETROLIFERAS E A COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO: O DESAFIO DO PLANEJAMENTO NO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

Desde década de 1970, a atividade petrolífera na Bacia de Campos, alterou sobremaneira a configuração econômica regional. Assim, é mister relatar que, desde do processo no qual ocorreu a colonização do Norte Fluminense, até a vinda da indústria petrolífera, a principal atividade econômica dessa região era a indústria açucareira. Com a chegada da indústria do petróleo essa configuração foi alterada, tanto economicamente, quanto socialmente, visto que as receitas provenientes das rendas petrolíferas (royalties e participações especiais) têm injetado significativos recursos financeiros nos municípios.

Remontando o histórico de arrecadação, o município de Quissamã recebe royalties e participação especial desde ano de 1999, logo após a edição da Lei do Petróleo, passando a ter o maior PIB per capita da região Norte Fluminense em 2013.

Tabela 1- Arrecadação de *royalties* e participação especial em valores correntes de 1999-2016 (Milhões).

Ano	Royalties + PE Rio de Janeiro	Royalties + PE Quissamã
1999	254.040.687,39	15.900.697,84
2000	906.980.569,40	32.271.214,42
2001	1.096.716.770,29	33.598.003,95
2002	2.032.752.876,77	48.529.278,63
2003	2.797.885.702,20	63.064.726,98
2004	3.280.531.928,85	66.083.508,29
2005	4.076.261.003,70	72.982.583,90
2006	5.103.986.235,00	91.565.639,24
2007	4.473.574.661,97	124.388.669,93
2008	6.585.271.650,44	146.649.730,18
2009	5.772.400.501,35	90.969.685,66
2010	5.767.425.074,22	90.508.817,62
2011	7.311.314.622,26	94.410.013,75
2012	8.417.928.052,25	106.949.297,46
2013	8.229.013.792,99	94.737.917,01
2014	8.194.875.491,77	95.103.720,48
2015	4.864.219.346,38	54.621.192,70
2016	3.841.249.429,93	40.089.495,04
Total	83.006.428.397,16	1.362.424.193,08

Fonte: Adaptado do INFOROYALTIES, 2017.

Na tabela 1 observamos os valores arrecadados pelo município no período de 1999 a 2016. Essas rendas petrolíferas, conforme descritos no artigo 20 §1º da Constituição Federal de 1988, não são identificados como tributos e nem como repasses da União aos municípios, são tratadas como compensações financeiras oriundas da exploração de jazidas de óleo e gás. Porém trazendo a realidade econômica municipal, são recursos financeiros que adentram os cofres públicos mensalmente, como é o caso dos *royalties*; e trimestralmente como é o caso das participações especiais. É notório que o município de Quissamã não é

um dos maiores recebedores de rendas petrolíferas do estado do Rio de Janeiro, visto que sua arrecadação anual não chega a 1% da arrecadação do estado.

A evolução orçamentaria do município de Quissamã é fruto da “febre emancipatória” que acometeu o estado do Rio de Janeiro, com grande expressão na região Norte Fluminense, no início dos anos 90 . E foi fundamental para a economia do novo município a arrecadação de *royalties* e participações especiais, principalmente após a aprovação da Lei do Petróleo de 1997, já que as regras para o rateio das rendas petrolíferas baseiam-se em um determinismo geográfico, que favorecem assim os municípios confrontantes com a bacia petrolífera, formando uma região *petro-rentista* altamente dependente dos *royalties*, ou seja, a região optou por um modelo de desenvolvimento congenitamente articulada a indústria do petróleo e seu modelo unisetorial (offshore) e viu-se frente a latente dificuldade em criar novas capilaridades para além do rentismo. Diante desse cenário, apresenta-se a evolução das receitas orçamentárias do município de Quissamã no período de 1999 a 2016, no intuito de analisar o crescimento das receitas em confronto com o aumento da arrecadação das rendas petrolíferas.

As receitas orçamentárias arrecadadas seguem o que preceitua o artigo 35 da Lei 4.320 de 1964, que indica que o exercício financeiro está atrelado as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas. Ou seja, as receitas orçamentárias são aquelas que foram arrecadadas dentro do exercício financeiro, independente de pertencer a esse exercício.

Tabela 2– Evolução da arrecadação das receitas orçamentárias 1999-2016(Milhões)

Ano	Receitas Orçamentárias
1999	30.787.591,63
2000	53.528.390,35
2001	69.788.673,15
2002	93.275.021,15
2003	120.845.052,57
2004	119.976.346,90
2005	122.578.870,83
2006	135.813.678,90
2007	187.625.381,10
2008	227.399.273,50
2009	168.956.039,61
2010	190.871.667,36
2011	212.608.348,01

2012	242.225.633,65
2013	271.248.623,84
2015	214.085.878,23
2016	188.204.426,84
Total	2.649.818.897,62

Fonte: FINBRA (2017).

Na tabela 2, estão demonstrados os dados que apresentam a evolução das receitas orçamentárias do município de Quissamã. No entanto, é mister destacar, que o crescimento anual, bastante acentuado do orçamento municipal deve-se principalmente a arrecadação das rendas petrolíferas, cabendo ressaltar que as receitas próprias e as demais transferências constitucionais de União e Estado, apresentam um impacto considerável na evolução do orçamento municipal.

Tabela 3 –Evolução das receitas orçamentárias do município de Quissamã 1999-2016 (Milhões).

Ano	Receita Corrente Própria	Outras Receitas	Royalties + participação	Receitas Orçamentárias
1999	565.783,06	14.321.110,73	15.900.697,84	30.787.591,63
2000	789.822,89	20.467.353,04	32.271.214,42	53.528.390,35
2001	1.697.172,76	34.493.496,44	33.598.003,95	69.788.673,15
2002	3.953.381,33	40.792.361,19	48.529.278,63	93.275.021,15
2003	7.626.272,24	50.154.053,35	63.064.726,98	120.845.052,57
2004	5.701.582,26	48.191.256,35	66.083.508,29	119.976.346,90
2005	5.549.678,04	44.046.608,89	72.982.583,90	122.578.870,83
2006	5.044.930,85	39.203.108,81	91.565.639,24	135.813.678,90
2007	7.158.039,09	56.078.672,08	124.388.669,93	187.625.381,10
2008	10.143.042,89	70.606.500,43	146.649.730,18	227.399.273,50
2009	5.453.055,94	72.533.298,01	90.969.685,66	168.956.039,61
2010	7.126.990,99	93.235.858,75	90.508.817,62	190.871.667,36
2011	11.614.723,75	106.583.610,51	94.410.013,75	212.608.348,01
2012	11.651.506,84	123.624.829,35	106.949.297,46	242.225.633,65
2013	9.376.711,00	167.133.995,83	94.737.917,01	271.248.623,84
2014	ND	ND	95.103.720,48	ND
2015	8.966.419,13	150.498.266,40	54.621.192,70	214.085.878,23
2016	11.060.604,76	137.054.327,04	40.089.495,04	188.204.426,84
Total	113.479.717,82	1.269.018.707,20	1.362.424.193,08	2.649.818.897,62

Fonte: FINBRA e INFOROYALTIES (2017).

Ao analisar a tabela 3, fica evidenciado que o crescimento anual, bastante acentuado do orçamento municipal deve-se principalmente as rendas provenientes do petróleo, e que no ano de 2008, devido a alta do preço internacional do petróleo e consequentemente o aumento da arrecadação, essa dependência foi mais acentuada. Isso significa que de todas as receitas que adentraram aos cofres municipais no referido ano, a grande maioria foi proveniente das rendas petrolíferas, demonstrando assim que o orçamento municipal é extremamente dependente dessas rendas.

A dependência orçamentária frente à arrecadação das rendas petrolíferas assenta-se na indagação de que essas rendas representam uma duabilidade para os municípios beneficiários, como é o caso de Quissamã, visto que além de permitir uma maior autonomia na execução das políticas públicas, causam um grau muito elevado de dependência desses recursos (TERRA, 2006). É importante destacar que o significativo repasse de recursos de royalties e participações especiais não promoveu em Quissamã uma redução da dependência orçamentária, essa afirmativa fica bem clara ao se analisar a comparação das receitas orçamentárias com as rendas petrolíferas, como pode ser observado na tabela 4, demonstrando que quanto maior a arrecadação dessas rendas, maior a dependência orçamentária.

Tabela 4- Dependência Orçamentária das rendas petrolíferas (Milhões).

Ano	Receitas Orçamentárias	Royalties + participação	%
1999	30.787.591,63	15.900.697,84	51,65
2000	53.528.390,35	32.271.214,42	60,29
2001	69.788.673,15	33.598.003,95	48,14
2002	93.275.021,15	48.529.278,63	52,03
2003	120.845.052,57	63.064.726,98	52,19
2004	119.976.346,90	66.083.508,29	55,08
2005	122.578.870,83	72.982.583,90	59,54
2006	135.813.678,90	91.565.639,24	67,42
2007	187.625.381,10	124.388.669,93	66,30
2008	227.399.273,50	146.649.730,18	64,49
2009	168.956.039,61	90.969.685,66	53,84
2010	190.871.667,36	90.508.817,62	47,42
2011	212.608.348,01	94.410.013,75	44,41
2012	242.225.633,65	106.949.297,46	44,15

2013	271.248.623,84	94.737.917,01	34,93
2015	214.085.878,23	54.621.192,70	25,51
2016	188.204.426,84	40.089.495,04	21,30
Total	2.649.818.897,62	1.267.320.472,60	47,83

Fonte: FINBRA e INFOROYALTIES (2017).

Analisando a Tabela 5 é possível observar que no ano de 2008 essa dependência atingiu o valor de 65% muito influenciado pela arrecadação vultuosa das rendas petrolíferas. Nesse cenário, percebe-se que as rendas petrolíferas se apresentam como receitas expressivas nos orçamentos públicos já que a legislação não vincula essas receitas aos desembolsos de despesas com pessoal e a amortização da dívida pública, permitindo aos municípios uma maior capacidade de promover políticas públicas que visem o bem comum da população. O grande desafio da dependência é o fato de que as receitas advindas da indústria do petróleo são de volumes incertos, pois:

[...] para fins de cálculo dos royalties e participações especiais poderá ser o preço real médio de venda ou o chamado preço mínimo fixado pela ANP, aplicando-se aquele que for maior. Para se calcular esse preço utiliza-se também como referência o preço do petróleo Brent utilizado no Reino Unido. Outras variáveis são levadas em consideração para esse cálculo, como: teor de enxofre taxa de câmbio para o dólar (BARBOSA, 2001, p. 136-140).

Como existe essa volatilidade no preço do petróleo, altamente influenciados por crises econômicas internacionais ou guerras entre países produtores e que venham a afetar direta ou indiretamente os municípios que são dependentes dessas rendas, contudo, é contundente demonstrar que no ano de 2016 devido à queda na arrecadação das rendas petrolíferas ocorreu também a queda na porcentagem de dependência da receita orçamentária, que passou a ser de 21,3%.

Para exemplificar melhor essa situação, efetuou-se um desmembramento das receitas arrecadadas pelo município estudado, no intuito de verificar a real influência dessas rendas na arrecadação e como elas são representadas num todo.

Os dados observados a tabela 6 demostram evidencias consideráveis que essas rendas foram durante muitos anos, a principal fonte de recursos do município, como no ano de 2007 que 66% das receitas arrecadadas pelo município foi proveniente das transferências de *royalties* e participação especial

pela União. Apenas ocorreu uma diminuição, dessa relação de dependência, a partir de 2013 que foram evidenciados a queda da arrecadação, em decorrência da baixa no preço do petróleo no mercado internacional. Para Serra (2006) e Pacheco (2003) a queda na arrecadação a partir de 2014, provenientes da crise enfrentada, é prenuncio de que esses municípios necessitam buscar formas de diversificação da economia, para que estejam preparados para período de estagnação ou até mesmo do fim da produção de petróleo e gás natural nos campos de exploração.

Tabela 5- Peso das receitas correntes arrecadadas no período de 1999-2016.

Ano	Tributárias	Patrimonial	Royalties	Contribuições	Outras	Transf. União	Transf. Estado
1999	1,7	0,1	49,6	0	0	7,4	41,2
2000	1,4	0,1	58,5	0	3,3	6,3	30,4
2001	1,4	1,1	51,5	0	3,1	7,2	36,2
2002	1,5	1,9	49,7	0	2,9	6,2	37,8
2003	1,7	3,5	54,5	0	1,3	5,1	33,9
2004	2,1	1,4	55,6	0	1,8	6,2	33,1
2005	2,2	1,4	62,8	0	1,7	6,3	25,6
2006	2,7	1	64,4	0	1,5	5,7	24,8
2007	3	0,8	66,8	0,2	5	4,2	20
2008	3,7	0,8	64,4	0,2	1,2	4,8	21,1
2009	2,8	0,4	56,2	0,3	2,4	6,9	31
2010	3,1	0,6	50,6	0,2	1,9	6,6	36,8
2011	4,3	1,2	46	0,2	1,9	7,2	39,2
2012	4,2	0,6	47,1	0,2	1,9	7,5	38,4
2013	3,3	0,5	42,2	0,2	1,7	7,6	44,4
2014	4,8	0,8	41	0,2	2,7	8,1	42,4
2015	3,4	0,9	33,1	0,4	1,7	10,5	50
2016	4,3	1,1	23,7	0,4	1,7	20,5	48,1

Fonte: FINBRA 1999-2016.

Percebe-se que o município não tem elevado o esforço em sua arrecadação própria, analisando, por exemplo, o ano de 2016 as receitas tributárias representavam 4,3% da receita corrente total arrecadada, o que é algo preocupante. Pode-se observar que a relação da dependência das rendas petrolíferas, devido à crise nesse setor, diminuiu, porém aumentou a relação de dependência das transferências que o Estado do Rio de Janeiro faz para o município, a título de exemplo no ano de 2016 alcançou a ordem de 48,10%, significando que do total das receitas arrecadadas pelo município quase a

metade foram provenientes de repasses do Estado das transferências constitucionais e legais. Cabe destacar que o estado do Rio de Janeiro encontra-se em uma profunda crise, então cabe ao município buscar um maior esforço tributário para assim garantir suas receitas e conseguir a consecução de suas políticas.

Tabela 6- Composição dos gastos públicos sociais 1999-2016 (Milhões)

Ano	Assistência Social	Saúde	Saneamento	Educação	Cultura	Urbanismo	Habitação	Trabalho
1999	3.216.110,03	4.078.210,50	0	4.876.767,84	0	0	0	0
2000	5.252.506,03	10.480.578,72	0	10.845.620,63	0	0	0	0
2001	8.023.546,46	12.925.624,47	0	11.984.712,33	0	0	0	0
2002	3.893.813,93	18.545.566,25	4.216.877,13	13.502.645,49	419.970,02	5.731.482,00	1.220.919,52	849.714,74
2003	6.194.820,18	19.820.291,09	6.509.939,77	18.456.577,91	1.938.743,37	10.684.251,44	1.438.210,66	1.187.570,80
2004	8.079.315,26	23.723.863,12	4.329.993,76	21.527.529,71	1.392.480,65	10.862.774,78	2.340.254,52	1.199.763,83
2005	7.146.906,65	27.719.929,32	6.169.915,76	20.423.864,92	2.007.827,96	4.477.232,80	1.693.131,99	1.234.963,55
2006	10.457.275,23	28.953.498,78	9.920.462,88	22.818.112,57	5.851.833,50	8.878.874,23	0	1.476.647,36
2007	11.042.037,47	35.410.856,92	12.478.555,76	27.134.889,39	10.743.386,89	10.145.551,67	0	2.297.054,78
2008	15.763.790,41	44.630.293,17	14.790.999,23	31.230.511,20	10.467.321,42	29.514.985,58	0	3.117.236,02
2009	10.056.337,80	38.525.998,90	11.095.260,20	35.697.672,70	6.884.762,30	6.399.967,60	2.077.966,80	1.820.894,00
2010	8.869.661,00	40.340.490,80	3.614.815,60	35.549.392,60	6.917.827,30	12.632.454,20	2.550.828,40	2.114.318,00
2011	9.507.571,33	47.917.761,94	3.089.281,38	42.702.199,11	7.871.548,57	11.483.718,74	2.768.882,17	2.131.767,47
2012	11.883.798,06	50.134.914,19	5.461.687,46	46.946.228,14	9.263.982,34	18.418.561,77	3.769.430,15	2.695.266,85
2013	11.368.360,20	56.975.767,28	1.709.542,69	54.212.132,79	4.500.088,35	19.003.340,51	571.661,02	2.751.936,05
2015	9.336.137,73	54.831.876,15	1.007.459,66	54.448.786,65	1.202.038,62	19.828.989,85	123.830,65	2.118.943,19
2016	8.342.182,65	57.835.833,57	653.353,40	42.863.240,34	754.548,95	13.681.264,55	0	1.981.853,87
	131.942.007,90	545.366.941,48	85.048.144,68	467.513.783,52	70.216.360,24	181.743.449,72	18.555.115,88	26.977.930,51

Fonte: FINBRA, 2017.

Defende-se uma aplicação das rendas petrolíferas em prol da manutenção das condições de vida e sustento das gerações futuras quando da finitude da exploração e produção do petróleo, porém faz-se necessário visualizar as necessidades de melhoria das populações hoje. Não existe nenhum dispositivo legal, que obrigue a administração pública municipal a utilizar os recursos provenientes das rendas petrolíferas nos setores sociais. Assim, como os gestores possuem grande liberdade para emprego desses recursos, vislumbramos que sejam empregados no bem-estar da população, elevando o gasto na promoção de um desenvolvimento social, já que a função da administração pública é a eficiência de uma prestação de serviço de qualidade para a população.

Ao efetuar a análise da Tabela 6, percebe-se nitidamente que os maiores gastos no período analisado, são os gastos com saúde no valor de R\$ 545.366.941,48 e com educação no valor de R\$ 467.513.783,52. Porém, à medida que as rendas petrolíferas começaram a ingressar nos orçamentos municipais, ocorreu uma tendência no aumento das despesas com custeio, que são justamente os necessários a manutenção da máquina pública, tais como pagamento de pessoal, aquisição de materiais diversos e tudo o mais necessário para o bom funcionamento do órgão, e por consequência uma boa prestação de serviços à população (COSTA DA SILVA, 2012, p.16).

Através dessas informações entende-se que o aumento das receitas proporcionado pelo recebimento das rendas petrolíferas, altera as preferências de gastos dos Municípios, ao invés de educação se gasta mais com saúde. E à medida que o recebimento dessas rendas apresentam um aumento muito expressivo, o urbanismo passa a ser o item eleito para receber mais recursos entre as demais despesas sociais, no montante de R\$ 181.743.449,72, mais que a assistência que foi da ordem de R\$ 131.942.007,90. Os demais setores sociais recebem poucos recursos em geral, sendo habitação e trabalho aqueles que menos recebem, em todos os anos do período estudado.

Alinhado ao debate em defesa de uma aplicação dos royalties que permita a manutenção das condições de vida e sustento para as gerações futuras, quando da finitude desses recursos, faz-se necessário levar em consideração as necessidades atuais da população, e a maneira pela qual os entes públicos buscam cumprir essa premissa. No caso específico de Quissamã, podemos observar que como não existe nenhum dispositivo legal obrigando a administração a utilizar as rendas petrolíferas nos setores sociais, os gastos são realizados de acordo com os interesses dos governos e seus respectivos períodos. Como por exemplo, no exercício de 2016 ocorreram gastos na ordem de R\$ 13.661.264,50 em urbanismo e nada foi gasto com habitação.

Esses dados revelam a importância das rendas petrolíferas para o orçamento municipal de Quissamã, ao mesmo tempo em que expõem os dilemas e paradoxos que necessitam ser enfrentados para a solidificação de um desenvolvimento intergeracional qualificado.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da década de 1990, com a quebra do monopólio estatal sobre a exploração de petróleo e gás, o território brasileiro passou a ter uma nova configuração no que diz respeito às compensações financeiras devidas nas três esferas de Governo. Após 1997, ano da edição da Lei n. 9478, mais conhecida como “Lei do Petróleo”, lei esta que aumentou a alíquota pelo pagamento de *royalties* e criou as participações especiais, onde as receitas provenientes dessas rendas passaram a crescer de forma mais volumosas.

Nesse contexto a região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, que apresenta em sua composição quase a totalidade dos seus nove municípios como produtores, passaram a receber volumes crescentes e significativos de recursos financeiros provenientes das rendas da indústria petrolífera. Os orçamentos desse conjunto de município apresentam somas volumosas e “invejáveis”, porém altamente dependente destes. Essa dependência demonstra a incapacidade destes municípios em aplicar esses recursos para a promoção da justiça intergeracional.

Relembrando os debates acerca de uma possível redistribuição das rendas da indústria do petróleo para os demais entes federados, no ano de 2009, não somente para a recente descoberta área do pré-sal, mas também para as áreas pagas através do regime de concessão, representando desta maneira, uma grande ameaça aos orçamentos públicos dos municípios pertencentes à zona de produção principal. E assim, seria inevitável um caos econômico e social e até mesmo a falência frente aos altos níveis de dependência desses recursos.

Conforme estabelecido na legislação esses gastos serão efetuados com os valores arrecadados a título de receitas próprias, o que demonstra que o esforço da arrecadação tributária e das transferências que a União efetua, com exceção das rendas provenientes dos *royalties*, serão destinadas ao cumprimento desses limites, o que pode ocasionar a inviabilidade de gastos em outras áreas.

Observa-se que a perspectiva da justiça intergeracional, não foi cumprida já que os recursos dos *royalties* não desempenham efetivamente sua função, apesar da evidência das melhorias no município ao longo do período analisado.

Cabe destacar, que apesar da Constituição Federal de 1988, ter conferido aos municípios uma maior autonomia através do processo de descentralização,

o pacto federativo estabelecido vem sendo modificado e com isso tornando a atuação dos municípios mais engessada.

Através da análise das receitas próprias, foi possível constatar que o município não possui um esforço tributário em arrecadar as receitas estabelecidas pela Constituição Federal. Em relação às receitas arrecadadas pelo município essas representavam apenas 3.36%, o que significa dizer que caso somente tivesse arrecadado essas receitas não haveria condições de promover o bem-estar da coletividade.

Através dos dados coletados ao longo do período analisado, foi possível verificar que ações foram implementadas para uma melhor arrecadação, porém, não podemos deixar de destacar as dificuldades impostas à arrecadação das receitas próprias, como a complexidade e os custos para efetuar os levantamentos necessários para identificar o contribuinte, visto que o IPTU, por exemplo, tem como fato gerador o imóvel e para tanto, o mesmo precisar estar cadastrado na Secretaria de Fazenda Municipal, e é bem sabido que nem todos os contribuintes possuem seus imóveis regularizados, o que demanda uma maior fiscalização e proporcionalmente mais custos com pessoal.

Contudo, é mister ressaltar que a partir de 2013, com a crise no setor petrolífero, influenciado pela queda do preço internacional do petróleo, queda da produção, escândalos na Petrobrás, a dependência em relação a essas rendas foi diminuindo, porém, o Estado passou a ser o maior provedor do município. Foi possível observar que apesar do município ser dependente para a execução de seu orçamento das rendas provenientes do petróleo, somente essas rendas não foram capazes de promover o bem-estar social no município de Quissamã, visto que indicadores sociais ligados ao desenvolvimento humano apresentaram melhorias, porém não foi possível afirmar que esse fato tem relação com o recebimento das rendas petrolíferas. Contudo, Serra (2006) destaca que os recursos provenientes da exploração das rendas petrolíferas sejam utilizados na busca por fonte alternativa de energia, a preservação do meio ambiente e a formação do capital humano pelo fato de se tratar de um recurso natural finito e que as gerações futuras deveriam ser compensadas pelo seu uso hoje.

REFERÊNCIAS

- ARRETACHE, Marta T.S.; VAZQUEZ, D. **Descentralização, instituições políticas e autonomia: padrões de gasto dos governos locais no Brasil**. In: Congress of the Latin American Studies Association. Rio de Janeiro, jun. 2009.
- BARBOSA, Décio H. (coord.). **Guia dos Royalties do Petróleo e do Gás Natural**. Rio de Janeiro: ANP, 2001. 156 p.
- CÂNDIDO JUNIOR, José Oswaldo. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? **IPEA -planejamento e políticas públicas** | n. 23 | jun, p. 233-260, 2001.
- FERNANDES, Joseane de Souza, TAVARES, Denise Cunha, CAMPOS, Mauro Macedo. Mobilidade populacional e as novas espacialidades urbanas: municípios da OMPETRO, Rio de Janeiro (2000-2010). **Revista EURE**. Chile: Santiago, PUC. V.41, N. 123 Mayo 2015, pp 53-80.
- GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves, OLIVEIRA, Elzira Lúcia. **A pobreza e a riqueza nas cidades do petróleo**. In: PIQUET, Rosélia & SERRA, Rodrigo. *Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância*. Rio de Janeiro:Garamond, p. 139-168, 2007
- PIQUET,R. **Petróleo e Desenvolvimento regional no Brasil**. In: Monié. F. e Binsztok, Jacob (orgs) *Geografia e Geopolítica do Petróleo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- _____. TAVARES, Érica, MONTEIRO, João. Perfil do emprego nos setores açucareiro e petrolífero do Norte Fluminense no período de 1970 a 2000. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 132; v.38 abr/jun 2017. Pág. 131-148.
- REZENDE, F. C. Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil (1980-1994). **Dados. Revista de Ciências Sociais**. v. 40, n.3, p. 413-440, 1997
- _____.Fatores Políticos e Institucionais nas Teorias Contemporâneas sobre a Expansão dos Gastos Públicos. **Revista de Economia Política**.v.26, n.2, p. 274-289, 2006.
- SILVA, J.C. G.; SANTOLIN, R. S. Gastos Públicos e Crescimento Econômico Recente nos Estados Brasileiros. **Revista Economia e Teconologia (RET)**. v. 8, pp. 19-38, 2012.
- SILVA, M.S. Teoria do Federalismo Fiscal: notas sobre as contribuições e Oates, Musgrave, Shah e Ter-Minassian. **Nova Economia**. v.15, n. 1, p. 117-137, jan-abr, 2005.

SILVA NETO, Romeu. **Indústria e desenvolvimento na região Norte Fluminense: crescimento econômico e o problema da extrema heterogeneidade econômico-regional no Estado do Rio de Janeiro.** In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (orgs). *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense.* Rio de Janeiro : Garamond, 2006.

TEIXEIRA. E.C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na Transformação da Realidade.** AATR- BA. 2002. Disponível em:< http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>.

Acesso em: 02 out. 2016.



FENÔMENO URBANO: O OLHAR DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Marcus Amany Castellar Pinheiro⁶⁶

Alessandro Leboreiro de Souza⁶⁷

Renato Reis Barbosa⁶⁸

RESUMO

Dentre os fatores presentes durante a investigação do fenômeno urbano, notadamente nas pesquisas voltadas para o planejamento e o desenvolvimento urbano, que são realizados através de correlações entre variáveis físicas e socioeconômicas, a definição do método de procedimento, que esclarece as técnicas adotadas proporciona aos pesquisadores os meios adequados para garantir a objetividade e a precisão do estudo. Percebe-se que os novos sistemas de informações geográficas permitem uma correlação espacial e começam a utilizar uma nova teoria estatística de estruturas com uma dinâmica espacial, que permite explorar dados que darão corpo a novas modelagens dinâmicas de estruturas urbanas e regionais. Conclui-se que, mesmo reconhecendo a inviabilidade de esgotar as possibilidades do estudo de um objeto dinâmico como fenômeno urbano, marcado pelas pluralidades, pelas divergências sociais e pelas incertezas inerentes à condição humana, é útil, observar a contribuição dos métodos quantitativos para os estudos do fenômeno urbano.

Palavras-Chave: Fenômeno Urbano. Sistemas de Informações Geográficas. Dinâmica Espacial.

ABSTRACT

⁶⁶ Mestre em Administração Estratégica pela UNIFACS. E-mail: marcus.pinheiro@unifacs.br.

⁶⁷ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS. E-mail: alessandro.leboreiro@unifacs.br.

⁶⁸ Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz - Fundação Oswaldo Cruz, Brasil. Docente UNIFACS - Universidade Salvador. E-mail: renato.reis@unifacs.br.

Among the factors present during the investigation of the urban phenomenon, notably in research aimed at planning and urban development, which are conducted through correlations between physical and socioeconomic variables, the definition of the method of procedure, which clarifies the adopted techniques gives researchers adequate resources to ensure the objectivity and accuracy of the study means. It is noticed that the new geographic information systems allow for spatial correlation and begin to use a new statistical theory of structures with a spatial dynamic that allows data that will explore the new body dynamics modeling of urban and regional structures. We conclude that, while recognizing the impossibility of exhausting the possibilities of the study of a dynamic object as an urban phenomenon, marked by plurality, by social differences and uncertainties inherent in the human condition, it is useful to note the contribution of quantitative methods for studies urban phenomenon.

Keywords: Urban Phenomenon. Geographic Information Systems. Spatial dynamics.

1. INTRODUÇÃO

René Descartes (1596-1650), um pensador francês, publicou em 1637 o *Discurso do Método*. Tratava-se de um manual da razão que postulava a ideia de que a razão deveria permear todos os domínios da vida humana e que a observação era parâmetro para todas as coisas. Descartes propunha inclusive que a razão não deveria conhecer limites e poderia aventurar-se até a conhecer a essência de DEUS. Talvez isso não seja de DEUS, mas estavam lançados os princípios do racionalismo e era inaugurada a filosofia moderna.

Durkheim, um teórico positivista do final do século XIX, buscou de forma sistemática, definir o objeto e o método de investigação a ser utilizado pela sociologia, tendo como uma das regras fundamentais a necessidade de tratar os *atos sociais*¹ como coisas. Entretanto, o positivismo e a ideia de que o conhecimento científico é perfeito sempre foi questionada.

Hoje em dia, na era da informação, a crítica ao positivismo de numerosos estudiosos da área de humanas pode ser exposta por Bourdieu,

Chamboredon e Passeron (1999) ao afirmarem que, não existe o milagre da tríade arquivo, data e computadores, pois os dados, até mesmo os mais objetivos, são obtidos pela aplicação de grades (faixa etárias, de remuneração etc), desta forma, o positivismo que trata os fatos como dados está condenado a proceder a reinterpretações inconsequentes com simples confirmações técnicas.

Podemos também acrescentar, como crítica ao positivismo, a dificuldade enfrentada para análise de fenômenos complexos, como o fenômeno urbano, a partir de Lefebvre (2004, p.59), que identifica um pluralismo epistemológico no tratamento do fenômeno urbano: “Nenhum método assegura uma ‘cientificidade’, teórica ou prática, absoluta. Especialmente na sociologia (urbana ou não)”. Lefebvre prossegue defendendo o abandono da simplicidade cartesiana e pregando a evidência de uma teoria da complexidade, na qual os fenômenos sociais passam de uma complexidade (relativa) para uma complexidade (maior).

Entretanto, para uma análise crítica é necessário delimitar o objeto de estudo. Castells (1995), em seu livro “*A Questão Urbana*”, delimita o fenômeno urbano, primeiro distinguindo o termo urbanização em dois sentidos, quanto à concentração espacial de uma população e quanto à difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos, sendo o último denominado de “cultura urbana”. E prossegue demonstrando a ligação entre a forma espacial e o conteúdo cultural com o objetivo de construir uma resposta teórica para do fenômeno urbano.

Castells tratou o fenômeno urbano ligando-o a problemática do desenvolvimento, através de uma análise crítica das correlações entre variáveis físicas e socioeconômicas. Contudo, Castells reconhece a confusão, à qual o termo desenvolvimento remete, com a “cilada” ideológica, que opera para um nível técnico-econômico ou para um processo de transformação qualitativa nas estruturas sociais, mas prossegue sua análise utilizando métodos quantitativos e qualitativos, que delimitam suas representações e consubstanciam as suas conclusões.

Nos últimos 20 anos, com o uso de computadores no planejamento urbano, as representações das cidades e regiões, com foco nas análises espaciais, prognósticos e projetos, passaram a contar com o auxílio fundamental de sistemas de informações geográficas (SIGs), tipicamente baseados em computadores e *softwares* específicos para identificação e tratamento de dados georeferenciados. Também a coleta de dados passou a ser auxiliada por dispositivos remotos para sensoriamento de alvos que compreendem novas tecnologias. Entre estas tecnologias, estão os aparelhos de geoposicionamento (GPS) que obtém os dados precisos do posicionamento geográfico físico individual em toda e qualquer parte do globo terrestre.

Diante do exposto, o nosso esforço está concentrado em promover o exame dos benefícios que métodos quantitativos, baseados na utilização dos SIGs, poderão trazer para a análise do fenômeno urbano, notadamente para pesquisadores ligados ao planejamento urbano.

Desta forma, para facilitar o entendimento deste estudo, de uma maneira sintética, inicialmente apresentamos a evolução, a teoria das medidas, os paradigmas, as ontologias e o ambiente computacional inerentes aos SIGs; em seguida apresentamos fragmentos do artigo “*Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência*” (Netto, Paschoalino e Pinheiro, 2007), que demonstra a complexidade da análise de variáveis físicas e socioeconômicas com as quais os SIGs conseguem lidar, e, por fim, realizamos a conclusão do estudo.

2 ENTRE O REAL E O DIGITAL: A EVOLUÇÃO, A TEORIA DAS MEDIDAS, OS PARADIGMAS, AS ONTOLOGIAS E O AMBIENTE COMPUTACIONAL INERENTES AOS SIGS

2.1 EVOLUÇÃO

Apropriando-nos das palavras de Santos (1994, p.15) “É sempre perigoso buscar reduzir a história a um esquema. Mas aqui a simplificação se impõe, com todos os seus riscos, para apontar o início de um processo e o seu estágio atual.”.

Gradualmente, com os desafios de ordenamento das cidades e regiões, novas questões envolvendo distribuição de empregos e população, além da forma de utilização do solo urbano, passaram a ampliar os usos dos SIGs. Contudo, basicamente estes primeiros modelos não demonstravam seus resultados de forma espacial. Com os avanços da computação gráfica na década de 80, os SIGs avançaram nos estudos ambientais, através da representação do ambiente computacional por meio da ideia de uma *camada de layers* permitindo a criação, o armazenamento, a manipulação, a visualização e a recuperação da informação geográfica.

Na entrada do século XXI, com a disseminação dos usos das imagens via satélite e os aparelhos de geoposicionamento (GPS), aliados a potentes sistemas computacionais, que permitiram a realização de sofisticadas operações estatísticas entre dados espaciais, começam a surgir os modelos espaciais bi e tridimensionais, que demonstravam a dinâmica de ocorrências de correlação no espaço em variáveis socioeconômicas como, por exemplo, variáveis como renda e nível de instrução da população, aliados a fatores como áreas de encostas ou segregadas e suas relações com as redes de esgoto, tv a cabo e fibra ótica. Essas novas possibilidades de correlação determinaram uma revolução nas análises de fenômenos urbanos.

Figura 1: Passeio virtual (modelagem tridimensional) na cidade de New York



Fonte: turbosquid.com/3d-models/3d-new-york-city-model/779717 (2014)

Uma reprodução tridimensional, como a representada na figura 1, em ambiente urbano pode desvendar várias aplicações, como, por exemplo, análises

de sombras produzidas por edifícios altos, dando margem a estudos sobre ilhas de calor urbano ou em estudos sobre acessos de autoridades em caso de terremotos.

Almeida (2007) ressalta que, nessa linha de pensamento, a realidade virtual transcenderia a noção de réplica da dimensão real e se prestaria a materializar o idealizável em ambiente virtual, de modo a sugerir e orientar sua reprodução no mundo real e em última estância subjugar a realidade ao virtual.

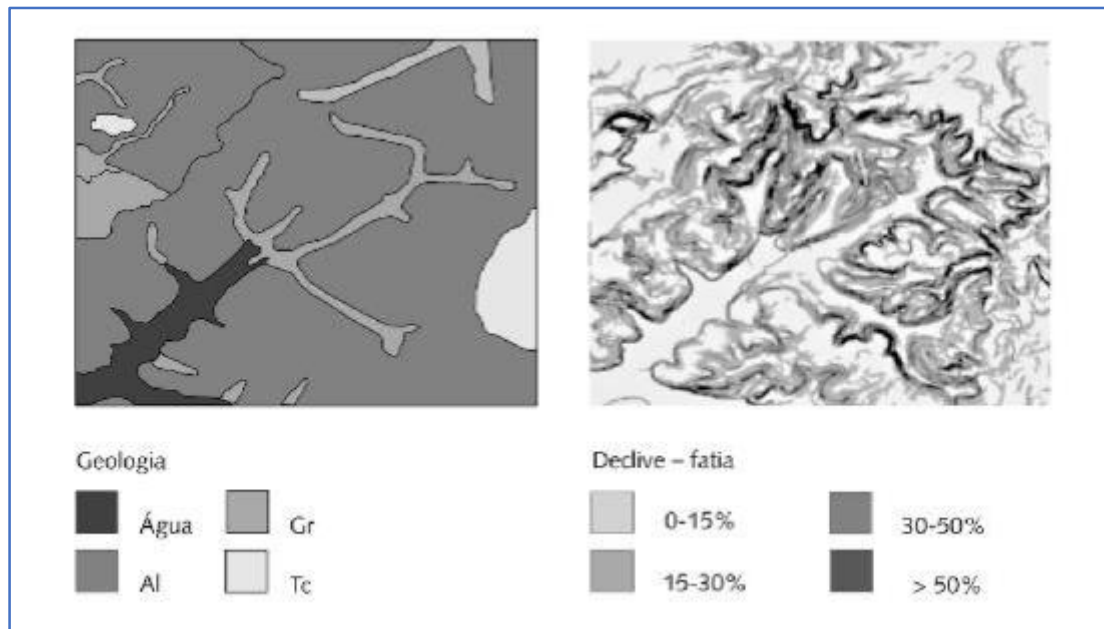
2.2 TEORIA DAS MEDIDAS

Para representar dados geográficos no computador é necessário descrever a variação no espaço e no tempo. Ramos, Câmara e Monteiro (2007) explicam que precisamos responder a pergunta chave: Qual é o valor deste dado aqui e agora? O processo de medida consiste em associar números ou símbolos a diferentes ocorrências. Por exemplo, a poluição de uma cidade pode ser medida através de sensores localizados em diferentes pontos da cidade e cada um deles dará uma medida diferente, mas como será feita a mensuração destas escalas de medidas?

Ramos, Câmara e Monteiro (2007), destacando a proposta de Stevens (1964), um importante estudo sobre **Escala de Medidas**, propõem quatro escalas de mensuração: nominal, ordinal por intervalo e por razão. De forma resumida:

- a) Escala nominal e ordinal são temáticas, pois a cada medida são atribuídos um número ou nome associando a observação a um tema ou classe.

Figura 2 – Nominal (mapa geológico) Ordinal (mapa de declividade)



Fonte: Ramos, Câmara e Monteiro (2007)

- b) Escala por intervalo são arbitradas e possuem uma faixa de medida proporcional entre os intervalos como, por exemplo, a temperatura em graus Celsius, o ponto zero foi arbitrado como o ponto que a água transforma-se em gelo, corresponde a uma convenção que determina faixas de medida de $[-\infty, \infty]$.
- c) Escala por razão permite um tratamento mais analítico da informação, pois nela o ponto zero de referência não é arbitrado, mas determinado por alguma condição natural. Sua faixa é limitada entre $[0, \infty]$. O número zero não é permitido, pois o número zero representa a ausência daquilo que é medido. Por exemplo, na descrição de atributos como peso e volume de objetos.

Outro conceito importante para determinar as medidas e os modelos básicos, que serão utilizados em uma pesquisa com dados geográficos, é o conceito de espaço absoluto e o de espaço relativo, a escolha de um dos dois tipos de representação será fundamental para melhor entendimento do usuário dos SIGs.

Questões como, quais são os rios que cruzam determinado território requerem uma representação no espaço absoluto e questões como, qual a média da mortalidade infantil requer uma representação no espaço relativo.

2.3 PARADIGMAS

Almeida (2007) acrescentou que, nesse novo cenário de representação digital do ambiente urbano, o uso de ferramentas de geoinformação como instrumento de análises, impõem novos paradigmas e concepções de espaço e tempo que devem endossar e sustentar as análises dos pesquisadores que utilizam geoinformação, sendo eles:

1º Reciprocidade – A capacidade do meio digital de analisar fenômenos e processos espaço-temporais de maneira sistêmica.

2º Simultaneidade – Materializada pelas novas possibilidades advindas da articulação entre SIGs, internet e GPS, a simultaneidade pressupõe o acesso instantâneo as informações do meio digital. Assim, diversos objetos, ou mesmo pessoas, podem ser dotados de dispositivos de GPS e serem visualizados de forma *on-line*, o que pode ser útil em caso de, por exemplo, prevenção de delitos ou acidentes.

3º Interatividade – A possibilidade da interação entre os diversos componentes dos sistemas abre várias possibilidades no campo técnico-operacional gerencial, em especial na confecção do planejamento urbano e das políticas públicas urbanas.

4º Intemporalidade – Negroponte (1995 apud ALMEIDA, 2007) define a intemporalidade, quando afirma que “[...] a era informacional irá remover os limites da geografia. A vida digital incluirá uma dependência cada vez menor de estar em determinado lugar em dado tempo [...]”.

5º Recursividade – Batty e Hudson-Smith (2005 apud ALMEIDA, 2007) afirmam que “as cidades são microssomos de sociedades, mundos dentro de outros mundos, que se repetem em diferentes escalas espaciais e ao longo de distintos horizontes de tempo”.

Talvez o melhor exemplo para entendermos a recursividade, esteja na concepção de Chomsky (1972) da teoria gerativa, bastante difundida na literatura e baseada entre o sistema numérico e a língua. A proposição de Chomsky é a de que de um conjunto finito (certo número de entradas), como o

sistema de uma língua (alfabeto), através de associações dentro deste mesmo conjunto, obtém-se um conjunto infinito (frases) derivado do conjunto finito.

2.4 ONTOLOGIAS

O uso de ontologias na ciência da computação visa padronizar informações de um determinado domínio para permitir o compartilhamento em diversos usos. Para Guarino (1998 apud PINHO; GOLTZ; CÂMARA, 2007), “ontologia é uma teoria lógica para relacionar o significado pretendido de um vocabulário formal, isto é, seu comprometimento, com uma conceitualização particular de mundo”.

Relacionar o significado com o significante não é tarefa simples. Novello (2002 apud PINHO; GOLTZ; CÂMARA, 2007) destaca as relações mais usadas na representação das ontologias, sendo elas: de taxonomia (“é um”, “tipo de”), de partonomia (“parte de”), de mereologia (teoria “parte-todo”), de cronologia (precedência entre conceitos) e de topologia (teoria de limite e fronteira). Guarino (2000 apud PINHO; GOLTZ; CÂMARA, 2007) afirma que é possível classificar as ontologias de acordo com sua aplicabilidade em:

a) Nível de topo: descreve conceitos gerais, como, por exemplo, espaço, tempo e objeto;

b) Domínio: expressa conceituações de domínio particulares, descrevendo o vocabulário relacionando a um domínio genérico, como, por exemplo, medicina e direito;

c) Tarefa: expressa conceituações sobre a resolução de problemas e descreve o vocabulário relacionando a uma atividade ou tarefa genérica, como, por exemplo, diagnose e vendas;

d) Aplicação: descreve os conceitos dependendo de uma ontologia de domínio e de tarefas particulares, que correspondem a papéis desempenhados por entidades do domínio quando se realiza certa atividade;

e) Representação: explica as conceituações que fundamentam os formalismos de representação de conhecimento.

2.5 AMBIENTE COMPUTACIONAL

Não é objetivo, deste artigo demonstrar a complexidade matemática e estatística necessárias para construção dos SIGs, ademais, o pesquisador, estando no nível de usuário, poderá usufruir dos benefícios dos sistemas. Entretanto, para o leitor com pouca proximidade com o tema, necessário se faz algumas explicações. Dentre as representações mais usuais dos SIGs, de acordo com a classificação de Anderson (1982), conforme segue os tipos de mapas:

- a) Observacionais – descrevem o mundo real com o mínimo de interpretações. Ex: imagens de satélites, mapas geológicos e fotografias.
- b) Analíticos – descrevem o mundo real, através do processamento de um modelo de análise pré-determinado. Ex: Mapas de declividade e mapas hidrográficos.
- c) Integrados – são mapas cruzados através de modelos lógicos. Ex: simultaneidade booleana, possibilidade fuzzy e probabilidade bayesiana.
- d) Fundidos – mapas derivados de operações algébricas cumulativas como adição, multiplicação e subtração.

O que os SIGs têm em comum é a capacidade de realizar operações de superposições e o ponto de partida é a organização da base de dados, que compreende basicamente o tratamento realizado destes dados nas operações de saída e entrada

3 MÉTODOS QUANTITATIVOS: NOVAS POSSIBILIDADES DE CORRELAÇÃO

A compreensão da dinâmica do espaço urbano não deve desprezar uma ótica objetiva para auxiliar sua compreensão do fenômeno urbano. Mesmo para correlação de variáveis complexas, o pesquisador pode estar amparado na lógica probabilística subjetiva, que leva em conta incertezas e a própria crença em consideração. Assim, o pesquisador pode modelar situações nas quais o conhecimento incompleto inerente à condição humana pode ser colocado de

forma binária, e então será possível criar inúmeras possibilidades de correlação entre variáveis físicas e socioeconômicas possíveis de análises através dos SIGs.

Após a breve apresentação de conceitos e estruturas inerentes ao SIGs, no item anterior, deste artigo, examinaremos o artigo “*Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência*”, destacando a maneira que os SIGs foram utilizados e como auxiliaram os autores em suas conclusões.

A proposta do artigo é analisar a segregação dinâmica no fenômeno urbano através da mobilidade das pessoas, pois as pessoas se movimentam da casa para o trabalho, ou em busca do lazer, o que permite pensar que não só o espaço de moradia das pessoas é um meio de produzir, configurar ou consolidar a segregação. O ponto central do artigo está em que, nas sociedades modernas, tanto os sistemas complexos de interação quanto as pessoas são móveis. Portanto, deve-se olhar para o espaço para além das abordagens tradicionais.

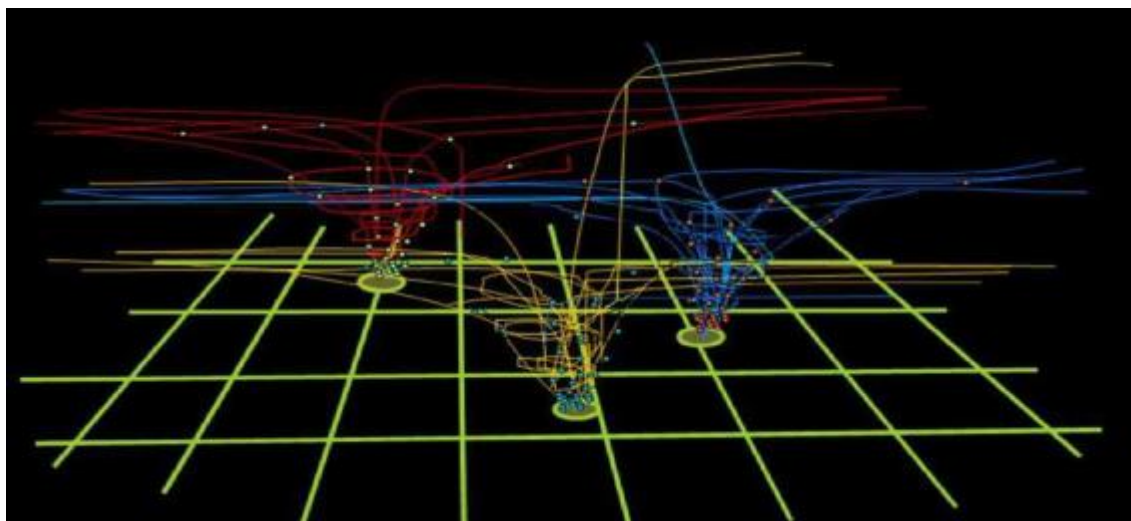
A seguir apresentamos dois fragmentos de texto e uma figura do artigo de Netto, Paschoalino e Pinheiro (2010), com o objetivo de demonstrar ao leitor as combinações de variáveis destacadas para elencar a problemática da segregação e o modelo tridimensional escolhido para demonstrar as **nodalidades** urbanas.

Se os deslocamentos e ações deixassem traços visíveis no espaço, poderíamos ver como se dá a apropriação das redes espaciais urbanas; relacionar os caminhos aos indivíduos que os percorreram, e organizar esses indivíduos em grupos ou classes pode revelar padrões específicos de apropriação do espaço e sua influência na formação das redes sociais. É justamente esse o objetivo e o método que este artigo se dispõe a desenvolver.(p. 4).

A cidade é atuada como uma estrutura de espaços atratores acessados em diferentes momentos. Essas nodalidades aumentam o potencial de convergência de atores que compartilham capacidades semelhantes de deslocamento e atuação na cidade, constituindo-se, portanto como pontos de

formação de determinadas redes sociais. Padrões mais complexos de apropriação do espaço [envolvendo capacidades inerentes de mobilidade espacial e social] resultam em um potencial mais transpacial – menos dependente do espaço – na formação de redes pessoais. (p. 6).

Figura 3 – Representação espacial de nodalidades urbanas



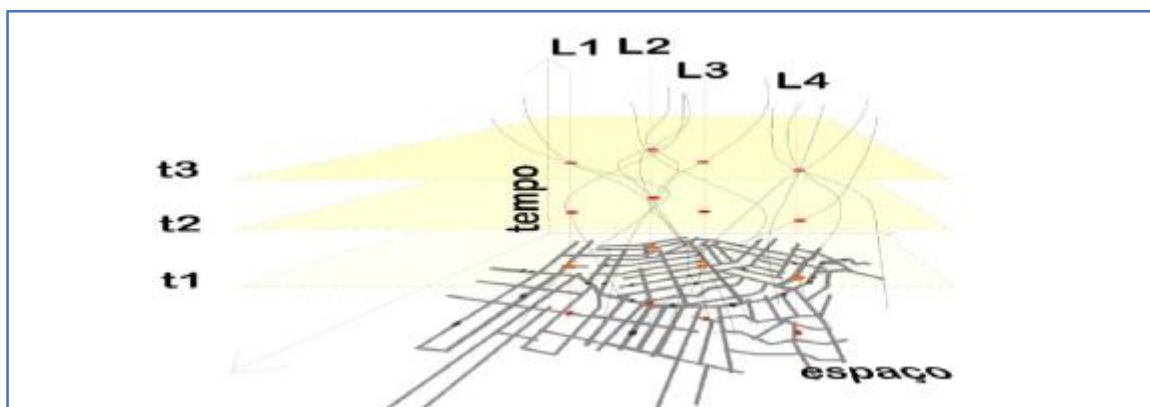
Fonte: Netto, Paschoalino e Pinheiro (2010, p.???)

Seguindo com a análise do artigo de Netto, Paschoalino e Pinheiro (2010), destacamos três fragmentos de texto, sendo que o primeiro demonstra a preocupação dos autores em delimitar as escalas e os conceitos em que irão tratar as variáveis, o segundo expõe a complexidade de como correlacionar as variáveis, e o terceiro, juntamente com a figura 3, explica como foram correlacionadas as variáveis tempo, autores do processo e espaço.

Gostaríamos de introduzir uma abordagem microestrutural da coexistência social e seu oposto, a segregação social, usando o conceito de 'rede social', aqui definido como conjunto de relações entre seres sociais. Esse conceito geral é capaz de operar em escalas diferentes de relações sociais baseadas em interações entre grupos, classes ou etnias, e pode ser estendido de forma a tratar das condições espaciais de integração social em diferentes contextos. (p. 3)

O espaço desempenha um papel de difícil compreensão teórica: devemos imaginar atores imersos em atividades dispostas em períodos de tempo, alguns convergindo simultaneamente em pontos do espaço urbano que podem estar vazios no período seguinte. Ver a disposição espacial desse emaranhado tremendamente complexo de linhas de convergência e divergência de ações é virtualmente impossível, mas reduções desse cenário permitem a compreensão de aspectos das dinâmicas da vida social e das condições de integração, segregação e coexistência. Fragmentos dessa forma espaço-temporal de organização podem ser mapeadas em um diagrama tetradimensional. As atividades realizadas em T1, T2 e T3 ocorrem em diferentes momentos ou períodos de tempo; nesses eixos temos a convergência/divergência dos caminhos de ação dos diferentes atores.

Figura 4 – Redes sociais atuando na cidade: recursividade, sincronicidade e complementaridade das atividades em localização no espaço.



Fonte: Netto, Paschoalino e Pinheiro (2010)

Para finalizar o nosso exame, destacamos mais três fragmentos de texto e a figura 4, sendo o último fragmento a conclusão do artigo em questão, que pretende esclarecer como os autores se apropriaram diretamente dos SIGs para consubstanciar as análises apresentadas no artigo.

Esses padrões podem ser identificados através de métodos que incluem o mapeamento dos caminhos de ação individuais e a análise dos padrões de acessibilidade e redes de transporte urbano. O conjunto dos mapas dos caminhos de ação dos diferentes grupos são descrições espaciais parciais de redes

sociais. Técnicas de superposição desses mapas [analógica, computacional ou por meio de sistemas de informação geográfica] podem ser empregadas de maneira a permitir vislumbrar como se dá a interação potencial entre redes sociais no espaço. (p. 14)

Estratos sociais foram baseados na renda familiar mensal dos entrevistados, distribuídos em três categorias: azul [até R\$ 1114 ou US\$ 637], roxo [R\$ 1114 a R\$ 4806 ou US\$ 2747] e vermelho [acima de R\$ 4806 ou US\$ 2747]. Foram coletados dados referentes às rotinas dos atores, desde o momento que eles deixaram suas casas, englobando também outras atividades realizadas durante o dia [local de almoço, compras para casa, etc.]. (p. 15)

Figura 5 – Detalhes dos mapas espaciais no Centro



Fonte: Netto, Paschoalino e Pinheiro (2010)

Nesse cenário de possibilidade de segregação sobre o corpo, como situamos o design da coexistência? Talvez a questão mais apropriada seja “como podemos projetar espaços e planejar cidades de maneira a estimular a coexistência?” Qualquer resposta a essa questão deve ter como base o conhecimento de quais as espacialidades que de fato potencializam a coexistência. Diversidade urbana de atividades, socialidades, complexidade do padrão de localização, acessibilidade e

mobilidade são claramente características-chave a serem incluídas em tais ações de projeto. (p. 20)

Conclusão

Através da apresentação dos SIGs, o estudo teve como objetivo contribuir com os pesquisadores do fenômeno urbano, principalmente com aqueles que desenvolvem pesquisas para programas de desenvolvimento urbano e regional. Entende-se que o conhecimento dos SIGs por parte dos pesquisadores possibilita uma fundamentação teórico-prática, que contribui para consolidar as análises e ratificar as conclusões dos estudos. Ressalta-se, entretanto, que os conceitos e estruturas dos SIGs ainda demandam de critérios e modelos, que permitam ir além da justaposição de disciplinas, sendo este um campo aberto para os estudiosos do assunto.

Demonstrar a complexidade e as possibilidades de utilização dos SIGs, que é formado sob a égide de uma intensa dinâmica de mutação, foi a proposta deste estudo. Por outro lado, o estudo buscou também evidenciar a necessidade de combinar o entendimento do essencialmente teórico ao potencialmente prático, de forma, a produzir um conhecimento espacial dinâmico, coerente com a evolução dos processos, que caracterizam o fenômeno urbano.

Nesses termos, através de uma síntese dos conceitos e estruturas dos SIGs e a apresentação de uma breve análise de um artigo com variáveis correlacionadas através de SIGs, o estudo procurou chamar a atenção para fatores que devem ser considerados pelos pesquisadores na modelagem de suas análises. Portanto, antes de refutar as possibilidades de análises quantitativas, mesmo em variáveis socioeconômicas, é necessário averiguar a existência de novos métodos disponíveis, pois as análises advindas da relação entre métodos quantitativos e qualitativos, em geral, consubstanciam as conclusões dos pesquisadores.

Como limitação, entende-se que o estudo apresentado proporciona uma primeira aproximação e determina a necessidade de aprofundamento, por parte do pesquisador, no tema geoprocessamento e nos SIGs.

Referências

ALMEIDA, C. M. de. **O diálogo entre as dimensões real e virtual do urbano**. In: Almeida, C. de A.; Câmara, G.; Monteiro, A. M. **Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual**. São Paulo: Oficina de Texto, 2007. p. 19-31.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J.C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NETTO, V. de M.; PASCHOALINO, R.; PINHEIRO, M. **Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência**. **V!RUS**, São Carlos, n.4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=5&lang=pt>>. Acesso em: 14 06 2014.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHOMSKY, N. **Linguística Cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista**. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EdUSP, 1972.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2010.

FELGUEIRAS, Carlos Alberto. **Modelagem ambiental com tratamento de incerteza em sistemas de informação geográfica: o paradigma geoestatístico por indicação**. 1999. 198f. Tese de doutorado INEP, São José dos Campos. 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

PINHO, C. M. D.; GOLTZ, E.; CÂMARA, G. **Territórios digitais urbanos** In: Almeida, C. de A.; Câmara, G.; Monteiro, A. M. **Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual**. São Paulo: Oficina de Texto, 2007. p. 57-65.

RAMOS, F. R.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. **Territórios digitais urbanos** In: Almeida, C. de A.; Câmara, G.; Monteiro, A. M. **Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual**. São Paulo: Oficina de Texto, 2007. p. 37-56.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E GOVERNANÇA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Eduardo Maia Carneiro⁶⁹

Patrícia Dias Santos⁷⁰

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar em que medida o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB pode ser utilizado como um instrumento para a governança municipal e promoção do saneamento básico. Este que, atualmente, mostra-se indispensável para a qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, além de implicações diretas em diversos outros aspectos da vida humana e da cidade, como na saúde e no meio ambiente. Como objeto, foi utilizado o PMSB do Município de Feira de Santana, instituído em 2015, segunda maior cidade do Estado da Bahia em relevância econômica e população.

Palavras Chave: governança municipal; saneamento básico;

ABSTRACT

This article aims to analyze to what extent the Municipal Basic Sanitation Plan - PMSB can be used as an instrument for municipal governance and promotion of basic sanitation. This, which is currently indispensable for quality of life, sustainable development, and direct implications in many other aspects of human life and the city, such as health and the environment. The PMSB of the Municipality of Feira de Santana, established in 2015, was the second largest city in the State of Bahia in terms of economic relevance and population.

⁶⁹ Especialista em Direito Público; Especialista em Direito e Governança e Políticas Públicas; Mestrando em Direito e Governança e Políticas Públicas. E-mail: Eduardo.maia90@gmail.com.

⁷⁰ Especialista em Controle e Contabilidade Aplicados ao Setor Público. E-mail: patriciadias.tj@hotmail.com.

Keywords: municipal governance; basic sanitation;

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 realizou verdadeiro processo de descentralização da administração pública no país, atribuindo especial importância aos Municípios, conferindo competências relativas a temas de interesse local(art.30), autonomia administrativa, política e financeira.

Entretanto, houve uma onda de emancipações na década de 90 com a criação de muitos município, contudo, muitos destes não possuíam infraestrutura mínima, como água encanada, escolas e postos de saúde. Aliado ao crescimento não planejado, limitações financeiras e aumento constante das demandas populacionais, problemas de gestão prejudicaram o seu desenvolvimento e a efetividade das normas Constitucionais. (LIMA, 2018)

Uma das dificuldades observadas é a implantação e desenvolvimento de sistemas eficientes de saneamento básico, haja vista que, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2015), cerca de 30 milhões de brasileiros não possuem acesso à água potável, quase metade da população nacional não possui esgoto e apenas 30% dos municípios instituíram seus Planos Municipais de Saneamento Básico.

Nesse cenário, apesar da pouca adesão pelas municipalidades, os Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB, mostram-se ser possíveis instrumentos de uma gestão racional, planejamento e governança.

Assim, o presente artigo busca analisar o PMSB do Município de Feira de Santana, especialmente nos aspectos relacionados à governança municipal, como cooperação, transparência e controle social, assim como utilizar os dados históricos contidos no SNIS, para apresentar eventuais impactos do PSBM.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA GOVERNANÇA MUNICIPAL

A expressão governança vem sendo amplamente utilizada nas mais diversas áreas do conhecimento, inicialmente difundida no setor privado, no âmbito das corporações e, posteriormente, levada ao setor público, como instrumento de gestão e melhoria de eficácia e efetividade da administração pública.

No setor público o objetivo da governança é, sinteticamente, atender ao interesse público, ou seja, mobilizar a máquina pública e seus recursos de forma a atender a vontade coletiva, os objetivos e princípios constitucionais com efetividade. Nesse contexto, a governança pode ser definida como:

"(...)a expressão de uma dinâmica complexa de relações e inter-relações transformadoras que articulam os mais diversos âmbitos, tais como: Estados nacionais e as instâncias que lhe são constitutivas; sociedade civil; grupos de interesse; *lobbies*; redes sociais; empresas e atores implicados na gestão de negócios públicos em nível local" (VILLAS BOAS, 2016, P.5)

A governança se apresenta como um instrumento democrático de tomada de decisões, nas quais são inseridos outros atores além dos tradicionalmente estabelecidos, especialmente no setor público. Em verdade, representa a corrosão do sistema *Top Down*, trazendo pluralidade para a gestão, assim como potencializa a legitimidade das decisões proferidas, uma vez outras pessoas são inseridas no processo. (VILLAS BÔAS, 2016)

Por outro lado, não se limita aos aspectos administrativos, mas também aos padrões de articulação e cooperação, arranjos institucionais, incluindo outros atores sociais antes esquecidos, como a sociedade civil organizada, ONGs e outros.(GONÇALVES, 2012)

Ademais, vale ressaltar que outros vieses a integram, como a *accountability* ou responsividade e transparência. Esta última, está baseada no próprio princípio constitucional da publicidade, na qual os gestores tem a obrigação de fornecer as informações requisitadas pelos cidadãos, assim como disponibilizar meios para o seu acesso, máxime das necessárias para um efetivo controle social.(CORRALO, 2010)

A *accoutability* está estritamente ligada ao controle, seja dos órgãos que possuem essa finalidade instituição, seja do próprio controle da população.

Entretanto, este é um controle que deve levar a responsabilização dos gestores por eventual ineficiência, atos ilegais, dentre outros. (CORRALO, 2015)

Nesse sentido, a maior ou menor capacidade de governança dependerá da possibilidade da criação de canais institucionais, legítimos e eficientes, engajamento da comunidade na gestão e elaboração das políticas públicas, e da competência da administração pública em realizar as atividades (AZEVEDO e ANASTASIA, 2002).

Já nos municípios, a governança passou a ter maior importância após a Constituição Federal de 1988, devido a já citada ampliação de suas competências, tornando cada vez mais importante uma gestão eficiente e responsável. Nesse contexto, a governança pode ser importante instrumento de melhoria da gestão municipal, com, inclusive, a legislação pátria fornecendo subsídios para sua implementação.

No que tange ao processo democrático de tomada de decisões, há previsão legal autorizando a realização de referendos, plebiscitos, consultas públicas, audiências públicas, ouvidorias, mecanismos que possibilitam a participação da população, empresas, entidades da sociedade civil organizada na própria gestão municipal. (CORRALO, 2015)

Quanto a responsabilização, os Municípios devem fortalecer seus sistemas de controle interno, assim como os órgãos de controle externo devem ter uma participação ativa, assim como facilidade na obtenção de dados e informações para seu exercício institucional. (CORRALO, 2015)

Já na esfera local/regional, a governança *"significa que as cidades fortaleçam cada vez mais a cooperação com os cidadão, as empresas e as entidades sem fins lucrativos na condução de suas ações."* (HEIDEMANN e KISSLER, 2006, p. 4)

Assim a cooperação é fator primordial na governança local, não sendo apenas o trabalho dos atores públicos, mas também a transferência de serviços para atores privados e comunitários, associações, sociedade civil, ONGs, dentre outros. (HEIDEMANN e KISSLER, 2006)

3. O SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

O saneamento básico vem sendo discutido no Brasil há muito tempo, especialmente pela falha na prestação de seu serviço, cobertura, assim como pela sua importância e direta interferência na saúde pública e no meio ambiente.

Saneamento origina-se da palavra *sanus* do latim, que significa “boa saúde”, e, como diz o próprio nome, seria o conjunto de ações, atividades que proporcionam condições básicas ambientais que provocam ou conservem a saúde humana ou, em síntese, proporcionem a salubridade ambiental (RIBEIRO, 2015).

Observa-se que o conjunto de ações é amplo, uma vez que são diversas atividades possíveis que tem o condão de promover a salubridade ambiental, entretanto, estas se destacam como os serviços públicos básicos, como o abastecimento de água potável, esgotamento, manejo de resíduos, manejo de águas pluviais, dentre outros. (RIBEIRO, 2015)

Devido sua importância, o legislador constituinte estabeleceu no art. 21, XX, que compete à União definir as diretrizes para o saneamento básico e, mais adiante, no art. 23, IX, atribuiu à todos os entes a competência para promoção e execução de obras e serviços de saneamento básico, e ao Sistema Único de Saúde a participação na formulação e execução das ações de saneamento básico.

No exercício de sua competência, a União editou a Lei 11.445/07 que estabelece as diretrizes nacionais do saneamento básico, assim como o plano nacional de saneamento básico, definindo os princípios fundamentais, programas, ações, objetivos, definindo o saneamento básico como o conjunto de serviços e obras de abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas pluviais.

A lei também trouxe avanços e novas obrigações aos entes públicos, como o dever de cooperação, com a imprescindibilidade da gestão compartilhada, cooperação entre os entes na produção de planos, programas e obras. (art. 52)

Também indica que o principal responsável pela execução serviço público é a municipalidade, independente do apoio dos outros entes públicos, haja vista dispor que a prestação pode ser regionalizada por meio dos consórcios, deve haver um plano de saneamento para concessão dos serviços e uniformização dos interesses locais. (GUEDES E MACHADO, 2017)

Este último instrumento, propõe uma série de medidas e obrigações a serem seguidas em sua constituição compatíveis com algumas das características da governança municipal, objetivando uma gestão eficiente. Nos termos desta Lei, os responsáveis pela elaboração da Política e Plano Municipal são os gestores, entretanto a norma traz a obrigatoriedade da participação popular (FUNASA, 2015)

Contudo, apesar de sua importância social e da promulgação da lei comentada, o Brasil ainda apresenta graves déficits de saneamento básico, uma vez que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em pesquisa realizada no ano de 2010, havia, no país, 1.915.292 domicílios sem abastecimento adequado de água e 7.218.079 domicílios sem sistema de depósito de resíduos urbanos.

Pode-se inferir que ainda há muitos problemas na implementação e na gestão eficiente dos programas de saneamento básico, no qual ainda há uma parcela da população se serviço adequado, seja pela falta de investimento, interesse e planejamento do poder público (GUEDES E MACHADO, 2017).

3.1 - PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA - BAHIA

Haja vista a obrigatoriedade da Lei Federal de Saneamento Básico publicada em 2007, o Plano Municipal de Feira de Santana – Bahia foi editado apenas em 2015, por meio da Lei Complementar Municipal nº. 94/2015, com um alcance de 20 anos, possibilitando a realização de revisões quadrienais.

De início, cumpre asseverar que a norma supracitada segue as diretrizes gerais da Lei Federal, mantendo os princípios gerais que orientam o serviço em busca de maior eficiência, transparência, participação e controle social (art. 3º), objetivos e diretrizes gerais (arts. 7º e 8º)

O plano ainda cria o Sistema de Saneamento Básico com o objetivo de gerir o saneamento básico municipal, assim como promover e executar o Plano Municipal, inclusive trabalhando em suas revisões quadrienais. O Sistema Municipal de Saúde é composto pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico, além do Plano Municipal e do Sistema Municipal de Informações.

Pois bem, o Conselho Municipal é responsável por analisar propostas e programas de saneamento, incentivar a pesquisa científica, fomentar a criação de associações ou conselhos locais e, também, articular-se com outros municípios, estado e outros órgãos. (art. 17)

Em sua composição, o Conselho Municipal promove a integração com a sociedade civil organizada, uma vez que é composta por membros do próprio poder executivo local e por representantes de associações e entidades locais, como de sindicatos, órgãos de defesa do meio ambiente, OAB, dentre outros. (art. 18)

No que tange à participação e o controle social, estes ocorrerão por meio do acesso às informações, acesso a formulação, planejamento e avaliação das políticas públicas. (art. 25) Essa participação deverá ser minimamente garantida, especialmente através de contato direto com as comunidades, através de pesquisas, debates, reuniões, audiências públicas, conferências, seminários, além de outros meios que possibilitem a cooperação com a sociedade. (art. 26)

Por fim, quanto ao financiamento, foi instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico, que sofrerá aportes financeiros com o objetivo de custear as obrigações assumidas em parcerias, convênios e contratos, bem como financiar os serviços de saneamento básico do próprio município. (art. 28)

4. METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado para consecução desta pesquisa iniciou-se com uma breve revisão da literatura acadêmica, de modo a fundamentar a temática com uma reflexão teórica. Nessa esteira, a presente pesquisa se processou através de uma abordagem qualitativa utilizando-se o método da pesquisa bibliográfica e documental.

O objeto de estudo constituiu-se do PMSB do município de Feira de Santana. Atualmente, Feira de Santana configura-se como a segunda maior cidade do Estado da Bahia possuindo uma população estimada de 627.477 habitantes, segundo dados do IBGE (2017), com uma estratégica localização geográfica e importante centro econômico.

A metodologia procede com a seleção das variáveis a serem analisadas e suas respectivas fontes de dados. Buscou-se analisar o alcance da prestação dos serviços que compõem o saneamento básico e o montante de recursos alocados para execução.

Os dados utilizados foram coletados a partir do banco de dados do SNIS, considerado o maior e mais importante sistema de informação do setor de saneamento no Brasil. Utilizou-se, também, dados de relatórios de gestão fiscal encontrados no Portal de Transparência Cidadã do município de Feira de Santana. Os dados utilizados foram delimitados entre o período de 2013 e 2017, últimos cinco anos, visando a análise do antes e depois da implantação do PMSB.

Por fim, foram utilizadas informações do Diagnóstico Participativo, documento integrante do Relatório Preliminar do PMSB, publicado em 2018 pela Fundação Escola Politécnica da Bahia, objetivando avaliar os serviços de saneamento básico ofertados sob a percepção dos usuários.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados disponibilizados pelo SNIS verificou-se o formato de alocação dos recursos investidos, bem como o alcance dos serviços de saneamento básico prestados no município de Feira de Santana. Para uma melhor apresentação, os dados foram organizados em tabela.

Tabela 1 – População atendida com os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Ano de referência	População total	População com abastecimento de água	População com esgotamento sanitário
2016	622.639	595.820	360.037

2015	617.528	581.908	340.893
2014	612.000	568.216	319.473
2013	606.139	554.590	297.032

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

A Tabela 1 apresenta dados que identificam a abrangência local dos serviços de **água e esgoto** prestados à população de Feira de Santana. Entre os períodos de 2013 e 2016, os dados apresentam valores que apontam um aumento gradual no contingente de população atendida com abastecimento de água, apresentando um incremento de 41.230 habitantes atendidos, em 2016.

Para o esgotamento sanitário, os dados evidenciam um menor alcance. Em 2013, a população atendida com serviços de esgoto é de 297.032 de habitantes, uma representatividade de 49% em relação ao total da população do município. Em 2014 e 2015 os índices alcançam um percentual de 56,22% e 58,58%, respectivamente. Cabe ressaltar, que o quantitativo da população atendida com serviços de esgoto saltou de 340.893 habitantes em 2015 para 360.037 habitantes em 2016, correspondendo a um aumento de 5,61%.

Os dados apresentados denotam que houve pouco avanço em relação à abrangência dos serviços de água e esgoto prestados à população. Em relação ao abastecimento de água, constata-se uma elevação percentual de apenas 7,43% entre os anos de 2013 e 2016. Ao tomar por referência o ano de implantação do PMSB, em 2015, obtém-se um acréscimo, tão somente, de 2,39%, reafirmando que o PMSB não revelou um caráter efetivo a curto prazo.

Em alusão ao serviço de esgoto, os dados obtidos demonstram pouca abrangência em comparação ao serviço de abastecimento de água. E os reflexos de melhorias, levando em conta a implantação do PMSB, a partir de 2015, são consideravelmente baixos.

No tocante aos **resíduos sólidos**, verifica-se, com base nos dados colhidos no SNIS, o montante da população contemplada com os serviços de coleta de resíduos sólidos públicos e domiciliares. Buscou-se assim, apresentar o quantitativo da população urbana e rural atendidas por esse serviço.

Os dados são evidenciados a seguir na tabela 2, na qual constam, somente, dados da população urbana, uma vez que o SNIS não retornou informações acerca da população rural. Nesse feito, observa-se que em 2013 o serviço de coleta de resíduos sólidos atingiu 82,48% da população, apresentando em 2016 elevada cobertura do serviço regular de coleta, a saber, 91.54% da população.

Tabela 2 – População atendida com coleta de resíduos sólidos domiciliares e públicos

Ano de Referência	População total	População urbana atendida	População total atendida
2016	622.639	570.000	570.000
2015	617.528	450.000	450.000
2014	612.000	561.418	612.000
2013	606.139	500.000	500.000

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Em relação aos resíduos sólidos, infere-se que toda a população urbana é atendida por esse serviço. Nota-se que, comparando os valores referente a 2014 e 2015, houve uma queda na prestação do serviço de um ano para outro, o que gera uma inconsistência diante da perspectiva de melhora no alcance do atendimento de um ano para o outro. Apesar dessa inconsistência, os dados ora analisados, apontam um aumento de 26,66% em relação a 2015 e 2016.

A tabela 3 apresenta o volume dos recursos investidos nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Nota-se que em 2013 o serviço de esgotamento sanitário obteve maior representatividade na distribuição de recursos, atingindo 62,34% dos recursos totais. Já em 2014, passa-se a atribuir maior relevância ao serviço de abastecimento de água o qual recebeu um aumento significativo de 188,24% em relação ao ano anterior, sendo o ano que obteve maior volume de recursos. A partir de 2015, verifica-se uma redução no investimento de ambos serviços, porém apresenta uma composição mais equilibrada.

Tabela 3 – Recursos investidos nos serviços de água e esgoto pela prestadora de serviço no município.

Ano de referência	Investimento com abastecimento de água	Investimento com esgotamento sanitário	Investimentos totais

2016	15.230.839,50	14.581.081,06	36.399.460,29
2015	18.329.612,41	13.697.228,61	41.850.704,01
2014	22.817.360,06	18.297.623,39	46.463.279,05
2013	7.915.898,09	16.735.893,76	26.842.496,28

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Já os investimentos em saneamento básico realizados pela Prefeitura de Feira de Santana são demonstrados na tabela 4. Os dados apresentados mostram que a Prefeitura costuma fixar despesas anualmente para atender despesas com saneamento básico. Entretanto, nota-se que não houveram despesas empenhadas ao longo do período em análise, e consequentemente nenhuma despesa foi executada para o gasto em questão.

Tabela 4 - Gastos orçamentários com saneamento efetuados pela Prefeitura de Feira de Santana.

Ano de referência	Dotação inicial (R\$)	Despesa empenhada (R\$)
2017	52.500,00	-
2016	110.000,00	-
2015	945.000,00	-
2014	602.650,00	-
2013	12.000,00	-

Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana

Diante dos dados apresentados acerca dos investimentos realizados pela prestadora de serviço, evidencia-se a maior parte do aporte financeiro é feito pela prestadora do serviço, contudo não constatou-se diferenças significativas ao longo do período avaliado. Isto demonstra que, no que tange ao aspecto financeiro o PMBS não apresentou impacto imediato. Ressalta-se, inclusive, que a dotação orçamentária do município diminuiu desde a implementação do plano.

Ademais, em relação à participação popular e controle social, pode-se observar que o Município vem adotado medidas objetivando efetivá-los, especialmente na oitiva e coleta de dados dos principais problemas enfrentados pelos moradores do município.

Pois bem, o Governo Municipal vem realizando consultas públicas desde a edição da Lei Municipal, e antes da realização de cada uma, disponibiliza informações úteis para os que se interessem em participar, assim como abre canal virtual para apresentação de sugestões.

Dentre os relatórios disponíveis, cabe destacar o diagnóstico de participação popular, no qual apresenta os resultados dos instrumentos utilizados para integração com a sociedade no que tange ao saneamento básico.

O diagnóstico participativo é um método que objetiva a coleta de informações a partir da comunidade, obtenção de dados que demonstram a vivência dos moradores, seus problemas e, assim, fornecer subsídios para melhorias e, inclusive, para produção científica. (FEIRA DE SANTANA, 2018)

Como um dos meios de participação, foram realizadas oficinas com os moradores e nestas, eram apresentadas as equipes, explanação sobre saneamento básico, relevância enquanto Direito Social, formas de participação popular e controle social, assim como sua importância. (FEIRA DE SANTANA, 2018)

Após as explicações iniciais, ocorriam trabalhos em grupo, para que os moradores de diferentes regiões pudessem mostrar a realidade vivenciada em suas regiões, de modo que todos pudessem tomar conhecimento dos problemas e potencialidades. (FEIRA DE SANTANA, 2018)

De modo geral, a partir das informações fornecidas pelos moradores nota-se que na zona urbana, muitas regiões sofrem com constantes falhas no abastecimento de água e ainda há algumas áreas com esgotamento a céu aberto ou sem tratamento de esgoto, com despejo de resíduos diretamente em fontes fluviais e fossas rudimentares. (FEIRA DE SANTANA, 2018)

Nas zonas rurais, principalmente dos distritos mais afastados da sede, há problemas mais graves de todos os aspectos do saneamento básico dos que os encontrados na zona urbana. Algumas das regiões, como o distrito de Maria Quitéria possuem água encanada, mas também sofre com desabastecimento, enquanto os distritos mais afastados não possuem água encanada, com todo seu abastecimento derivado de fontes fluviais, poços artesianos e cisternas. (FEIRA DE SANTANA, 2018)

Quanto ao esgotamento sanitário, como regra geral, os distritos não possuem esse serviço, como solução alternativa, utilizam fossas rudimentares,

despejam em rios próximos, lançam o esgoto à céu aberto ou bacias de evapotranspiração. (FEIRA DE SANTANA, 2018)

Pois bem, observa-se esforços do governo municipal em incluir a população nas discussões do plano municipal, não apenas abrindo espaço para apresentação de sugestões, mas realizando as supracitadas oficinas, nas quais os cidadãos podem expor suas dúvidas e principais problemas enfrentados nos serviços de saneamento básico.

Entretanto, cabe asseverar que não foi possível verificar a existência de mecanismos de decisão compartilhada ou outros que confirmem maior capacidade decisória aos cidadãos, mantendo-se um sistema *Top Down* na execução do PMSB.

Nesse sentido, tanto o diagnóstico de participação popular e suas oficinas, assim como as consultas públicas, são meios de emissão de opinião e levantamento de problemas, inexistindo vinculação entre estas e a decisão final do governo, na execução da política municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo analisar o PMSB do município de Feira de Santana com base em aspectos relacionados à governança municipal através de dados disponibilizados pelo SNIS e informações contidas no Diagnóstico Participativo acerca do PMSB do município.

O referencial teórico abordou, em apertada síntese, os principais aspectos da governança municipal e evidenciou o PMBS como instrumento propulsor da governança no âmbito do saneamento básico. Para tanto, realizou-se um análise dos componentes essenciais do saneamento básico.

Em atenção aos dados coletados, constatou-se que os serviços de água e esgoto e manejo dos resíduos sólidos apresentaram pouco avanço em termos de abrangência desde a implantação do PMBS. Finalmente, abordou a estrutura dos recursos alocados para a consecução do serviços de saneamento básico e efetuou uma análise dos serviços com base na percepção dos usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Alcindo. O Conceito de governança. [2012]. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>>.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **O impacto da governança sobre a regulação jurídica contemporânea: uma abordagem a partir de André-Jean Arnaud.** Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES 4

CORRALO, Giovani da Silva. A democracia participativa nos municípios brasileiros. In: HERMANY, Ricardo (Org.) Empoderamento social local. Santa Cruz do Sul: Editora IPR, 2010, p.289-306.

CORRALO, Giovani da Silva. Boa Governança Municipal. Disponível em <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=57f5b6b5cd278f4b>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

LIMA, Diana Vaz de. Como promover a boa governança na gestão municipal – Brasília, DF: CNM, 2018.

GUEDES, Demian. MACHADO, Adriana. Serviço Público de Saneamento Básico: evolução histórica e questionamentos presentes. Revista de Direito Público da Economia. Belo Horizonte, ano 15, n. 57 p. 81-100. 2017.

ANASTASIA, Fátima. DE AZEVEDO, Sérgio. Governança, “Accountability e Responsividade. Revista de Economia Política, vol. 22, nº 1 (85), janeiro-março/2002

RIBEIRO, Wladimir Antônio. O saneamento básico como um direito social. Revista de Direito Público da Economia. Belo Horizonte, ano 13, n. 52 p. 229-251. 2015.

FUNASA. Política e Plano Municipal de Saneamento Básico. 2 Edição. Brasília, 2014.

LOPES, K. P. S. Uma análise sobre a Institucionalização da Região Metropolitana de Feira de Santana (BA). Caderno de Geografia, v. 27. n. 51. 2017. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/viewFile/13719/12338>> Acesso em 05 fev. 2018.

HEIDEMANN, F. G.; KISSLER, L. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 40 (3): 479-99, Maio/Jun. 2006.

SNIS. Informações e indicadores municipais consolidados. Disponível em: <<http://app3.cidades.gov.br/serieHistorica/>>. Acesso em 30 de julho de 2018.

FEIRA DE SANTANA. Lei Complementar nº 94/2015, de 08 de abril de 2015. Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2015/10/94/lei-complementar-n-94-2015-estabele-e-a-politica-municipal-de-saneamento-basico-revoga-o-capitulo-viii-arts-42-a-48-da-lei-complementar-n-57-de-06-de-setembro-de-2011-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 22 de julho de 2018.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm>. Acesso em 22 de julho de 2018.

IBGE. Estimativas de população. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em 30 em julho de 2018.



O PANORAMA DA VIOLÊNCIA EM SALVADOR E A TEORIA DO STATUS CRIMINÓGENO – UMA APLICAÇÃO DA ANÁLISE CRIMINAL

*Carlos Augusto Alves Marx⁷¹
 Carolina de Andrade Spinola⁷²
 José Gileá de Souza⁷³*

RESUMO

O presente artigo objetivou avaliar padrões, tendências e sazonalidades referentes aos homicídios ocorridos em Salvador, entre 2012 e 2016, a partir da aplicação da Análise Criminal Estratégica. A metodologia empregada, a Teoria Fundamentada nos Dados, estruturou-se, inicialmente, numa coleta quantitativa decorrente das informações disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública da Bahia e, posteriormente, em entrevistas semiestruturadas, propiciando o processo de codificação e de categorização que culminou numa teoria substantiva capaz de explicar e de contextualizar o fenômeno estudado. De acordo com a teoria produzida - denominada de teoria do *status* criminógeno- integrar uma gangue de rua vinculada ao narcotráfico ou consumir entorpecentes em bairros carentes da cidade de Salvador simboliza *status* social num paradigma que configura a violência como instrumento de imposição de poder.

Palavras-chave: Análise Criminal. Teoria Fundamentada nos Dados. Homicídios. Salvador.

ABSTRACT

The present article aimed to evaluate patterns, trends and seasonalities related to homicides occurred in Salvador, between 2012 and 2016, from the application of Strategic Criminal Analysis. The methodology used, the Theory Based on the Data, was structured, initially, in a quantitative collection and, later, in semi-structured interviews, propitiating the process of codification and categorization that culminated in a substantive theory capable of explaining and contextualizing the studied phenomenon. According to the theory produced, that was called criminogenic status theory, to integrate a street gang linked to drug trafficking or to consume drugs in poor neighborhoods of the city of Salvador symbolizes social status in a paradigm that configures violence as an instrument of imposition of power.

Keywords Criminal Analysis. Grounded Theory. Homicide. Salvador.

⁷¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS). E-mail: gutocamarx@yahoo.com.br.

⁷² Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS), Docente Unifacs Universidade Salvador, Laureate International Universities. E-mail: jose.gilea@pro.unifacs.br.

⁷³ Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona - UB, Coordenadora do PPDRU - UNIFACS. E-mail: carolina.spinola@unifacs.br.

1 INTRODUÇÃO

Imbricada numa problemática complexa e composta por diversos fatores e dimensões, a insegurança pública constitui-se em uma das mais significativas preocupações da sociedade brasileira neste início de século XXI. A sensação de impunidade que permeia a nação e os números alarmantes inerentes à criminalidade potencializam esse contexto criminógeno (SILVA, 2015).

O cenário atual no estado da Bahia e em sua capital caracteriza-se por significativos índices de criminalidade. A Secretaria de Segurança Pública da Bahia (2015) divulgou que 20.882 pessoas foram vítimas de mortes violentas, incluindo homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, apenas na Bahia, entre janeiro-junho/2015. Em Salvador, entre janeiro/2012 e dezembro/2016 (SSP, 2017), foram 6.664 casos registrados.

A capital baiana está caracterizada por profundas desigualdades socioeconômicas por inúmeras áreas repletas de ocupações irregulares e aglomerados subnormais, por índices significativos de desemprego e por possuir, em seu miolo e em seu subúrbio, carências relevantes de infraestrutura e de serviços públicos (SPINOLA, 2015).

Isto posto, há uma urgente necessidade da academia investigar esta problemática em todas as suas vertentes, sendo assim capaz de elaborar soluções factíveis ou meios para mitigar este quadro preocupante. Neste cenário, a Análise Criminal emerge como uma teoria já consagrada no meio científico e capaz de indicar padrões criminais que subsidiem a gestão da segurança pública e privada, em que pese à diminuta produção de pesquisas nela lastreadas no Brasil (MARX, 2018).

Esta pesquisa visou aplicar a Análise Criminal, em sua tipologia Estratégica (BOBA, 2017) na cidade de Salvador, no período compreendido entre 2012 e 2016, objetivando identificar os padrões espaciais e temporais das ocorrências policiais, o perfil das vítimas e traçar uma linha de tendência que possibilite o esboço do seu comportamento futuro.

Para alcançar tais objetivos, além da revisão bibliográfica, este trabalho empregou a metodologia denominada *Grounded Theory*, que possui como tradução mais comum a expressão “Teoria Fundamentada nos Dados” (TFD),

que pressupõe a formulação de uma teoria substantiva decorrente de um processo de análise. Prescinde assim de hipóteses a serem testadas, pois é uma metodologia que visa produzir conhecimento útil, não se tratando de um método hipotético-dedutivo.

O artigo está dividido em três seções além dessa Introdução. Inicia apresentando, na primeira seção, o conjunto de técnicas que compõem a Análise Criminal. Na segunda seção, traz-se os aspectos metodológicos da pesquisa. Em seguida, são apresentados os principais resultados e as Considerações Finais.

2. ANÁLISE CRIMINAL

A análise criminal é entendida como

um conjunto de processos sistemáticos direcionados para o provimento de informação oportuna e pertinente sobre os padrões do crime e suas correlações de tendências, de modo a apoiar as áreas operacional e administrativa no planejamento e distribuição de recursos para prevenção e supressão de atividades criminais (GOTTLIEB, ARENBERG, SINGH 1994, p. 5).

Sendo o crime o objeto de pesquisa, a Análise Criminal requer uma abordagem multidisciplinar e holística, englobando métodos quantitativos e qualitativos, estudados por profissionais de diversos ramos do conhecimento e com vivência em segurança. Destarte, o profissional analista criminal assume a precípua função de subsidiar o processo de tomada de decisão, munindo a figura do gestor das informações e das análises necessárias (SILVA, 2015).

O formato e as circunstâncias da aplicação desse marco teórico, sobretudo em operações policiais, delineará a tipologia em questão. Operações que ocorram com certa regularidade, de grande porte e que tenham sido planejadas tomando-se por base um lapso temporal mais abrangente requererá uma Análise Criminal Estratégica (ACE). A Análise Criminal Tática (ACT) referendar-se-á em operações pontuais, de curto prazo, em áreas mais restritas. Já a Análise Criminal Administrativa (ACA) tratará de estruturar a melhor forma de informar sobre essas pontuais ações operacionais e sobre os resultados alcançados, baseada em critérios práticos, legais e administrativos (BOBA, 2017).

Ressalta-se a Análise Criminal de Inteligência como a que visa investigar a cadeia produtiva do crime organizado, identificando as circunstâncias e as pessoas relacionadas à atividade criminosa, sobretudo as lideranças e as correlações criminais, informando o gestor de inteligência. Trata-se de uma tipologia que se reveste do necessário secretismo em suas atividades (SILVA, 2015). Esta pesquisa adotou a ACE, abrangendo um lapso temporal significativo (2012 a 2016), uma área complexa – a cidade de Salvador – e um volume de dados abrangente e crônico.

Uma ACE pressupõe uma abordagem holística sobre o fenômeno criminal, englobando a análise de causas e efeitos, o perfil dos autores e das vítimas e o direcionamento dos estudos para outros campos do conhecimento. Requer um volume de dados amplo, complexo, que seja capaz de demandar aferições mais aprofundadas sobre um rol de dados inerentes a um lapso temporal considerável. Um relatório que contemple tais questões será capaz de identificar prospecções e cenários probabilísticos sobre as manifestações criminais, assumindo a capacidade de indicar soluções que perpassam pela potencialização do emprego do aparato de defesa social.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A TFD foi delineada por Barley Glaser e Anselm Strauss no final da década de 1960 como alternativa à tradição positivista (GLASER e STRAUSS, 1967). Por ser um método geral de análise comparativa, neste método, a coleta e a análise dos dados ocorrem simultaneamente e a comparação ocorre em todas as fases da pesquisa, com a intenção de construir uma teoria que emergja dos dados coletados.

A TFD não prevê uma trajetória delineada, fixa. O percurso depende do fenômeno analisado, da maneira em que os dados forem coletados e das dimensões exploradas na pesquisa. Ela visa construir uma teoria substantiva capaz de identificar e refletir sobre os processos subjacentes a um fenômeno. Glaser e Strauss (1967) explicaram que uma teoria substantiva refere-se a um específico problema decorrente de uma área particular, elaborada por um pesquisador próximo a um problema delimitado, diferindo-a de uma teoria formal, mais abrangente, capaz de aplicar seus conceitos em contextos distintos.

O processo de culminância do método perpassa pela saturação teórica, a consolidação dos achados da pesquisa decorrente do processo de codificação, abrangendo uma amostragem teórica, não estatística. Satisfaz-se a amostra da pesquisa quando ocorre a saturação das categorias, independente das quantidades em questão, ocorrendo a modificabilidade, quando uma TFD se autocorrige no processo, não havendo a necessidade de uma validação externa (GLASER, 2008).

Nesta pesquisa foi adotado um processo de codificação dividido em inicial - quando o pesquisador estuda todas as trajetórias possíveis aos seus dados e conceitua suas interpretações - e a focalizada - etapa em que ocorre a sintetização, separação, classificação e integração de dados, conferindo-lhes sentido em virtude das análises realizadas (CHARMAZ, 2009).

A fase inicial da pesquisa englobou a coleta dos dados disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP), sendo adotado o lapso temporal entre 2012 e 2016, configurando-se numa séria longa e crônica, inerente à Análise Criminal Estratégica. Foram produzidas categorias decorrentes do processo de codificação e de conceituação lastreadas em Glaser (2008), que definiu a possibilidade de uma fase inicial quantitativa.

Posteriormente foram codificadas obras sobre a caracterização socioeconômica e criminal de Salvador. Por fim, ingressando na fase qualitativa da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com residentes na Cidade, buscando-se as respostas aos aspectos não abrangidos pela fase inicial da pesquisa. Foram entrevistados um Delegado com larga experiência em investigação de homicídios, um Oficial da Polícia Militar da Bahia que havia laborado em quatro unidades operacionais diferentes da capital baiana na área de inteligência e, evitando-se um discurso exclusivo de representantes do aparato de defesa social, foram entrevistados um líder comunitário com cerca de cinquenta anos de experiência neste labor, um morador do subúrbio da cidade e um presidente de um sindicato em nível estadual, ocorrendo ao final dessas entrevistas a saturação teórica.

Os dados desta pesquisa foram coletados nos *links* “boletim” e “diário” do sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, onde constam os homicídios ocorridos em Salvador e na RMS por dia. Para a formação do banco

de dados que subsidiou esta pesquisa foram angariados os registros dos homicídios de 01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2016, data por data.

Foi adotada por referência a malha de bairros da cidade de Salvador estipulada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Buscou-se associar o bairro não definido a um bairro que fosse policiado pela mesma Área Integrada de Segurança Pública – (AISP), definição inerente ao Programa Estatal Pacto Pela Vida, delineado pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia, objetivando-se aproximar o crime ocorrido da Unidade Policial responsável pela área de atuação, visto que o objetivo primordial da Análise Criminal Estratégica é definir padrões criminais para subsidiar a gestão da Segurança. Houve casos de endereços em que não constavam bairros, mas sim áreas da cidade. Nestes casos foi adotado o bairro que englobava o ponto médio da área no mapa (MARX, 2018).

4 – RESULTADOS e DISCUSSÃO

A área da pesquisa, a cidade de Salvador, capital da Bahia, caracteriza-se por marcantes desigualdades socioeconômicas e por um considerável desnível de renda de sua população. Há três vetores de expansão com características absolutamente heterogêneas entre si: a orla marítima norte, o “miolo” e o subúrbio ferroviário (PEREIRA, SILVA E CARVALHO, 2017). Este último, com uma população de cerca de 500 mil habitantes (IBGE, 2010), constitui-se como uma das áreas mais pobres e mais violentas da Cidade.

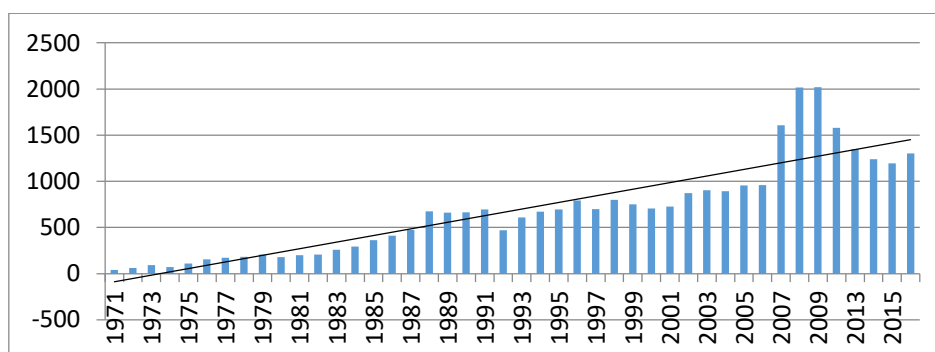
Os indicadores inerentes à saúde, à educação e às condições de emprego e renda da Cidade denotam uma capital pobre e que abrange poucas possibilidades de mobilidade social. Possui um sistema de saúde deficitário e resultados preocupantes sobre as condições de renda e ocupação de sua população. Há um exército de reserva significativo, resultando numa precarização dos trabalhos e numa compressão salarial (PEREIRA, SILVA e CARVALHO, 2017).

As regiões mais abastadas da Cidade, nomeadamente, os bairros da Barra, da Boca do Rio, Brotas e Itapoan, além das áreas que acompanham a Avenida Luis Viana Filho em direção ao Litoral Norte, concentram os equipamentos urbanos de melhor estrutura, decorrentes de investimentos públicos e

decisivamente influenciados pela lógica do mercado imobiliário (SPINOLA, 2015). Ressalta-se que neste vetor de expansão predominam os crimes contra o patrimônio, num perfil criminal diferente dos demais vetores de povoamento, caracterizados principalmente por crimes contra a vida (SILVA, 2015).

Referendando-se entre os anos de 1971 e 2016, a análise dos homicídios em Salvador demonstra uma tendência de crescimento e um volume considerável de casos. Destaca-se o número de homicídios acima da previsão e em quantidades elevadas entre os anos de 2007 e 2011. Houve uma redução dos índices em relação à previsão a partir de 2013, conforme demonstrado no gráfico 1:

Gráfico 1 – Linha de tendência linear dos homicídios ocorridos em Salvador entre 1971 e 2015.



Fonte: Marx (2018), baseada nos dados coletados em Silva (2015) e no sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Nota: não foram registrados os homicídios ocorridos nos anos de 2010 e 2011.

O tipo penal escolhido como categoria de análise foi o crime de homicídio. A análise inerente ao contexto criminal foi fundamentada no conceito de Durkheim (1999), em que este consiste na ofensa aos estados definidos da consciência coletiva, sendo um fato social presente em todas as sociedades (SILVA, 2010). Assim, homicídio é um crime contra a pessoa humana, previsto no artigo 121, caput, do Código Penal brasileiro: “matar alguém”. A sua objetividade jurídica é tutelar o bem jurídico mais valioso, a vida humana (MIRABETE, 2002).

A fase quantitativa e inicial da pesquisa, lastreada nos dados públicos e disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP, 2017), visou inicialmente espacializar os homicídios na cidade, tomando por referência os vetores de expansão históricos e os bairros delineados. As informações foram codificadas e categorizadas, perpassando pelas fases inicial e focalizada (CHARMAZ, 2009), consubstanciando-se em quadros

demonstrativos. Desta forma, foram produzidos memorandos (TAROZZI, 2011) sobre cada categoria elencada, conforme o modelo apresentado:

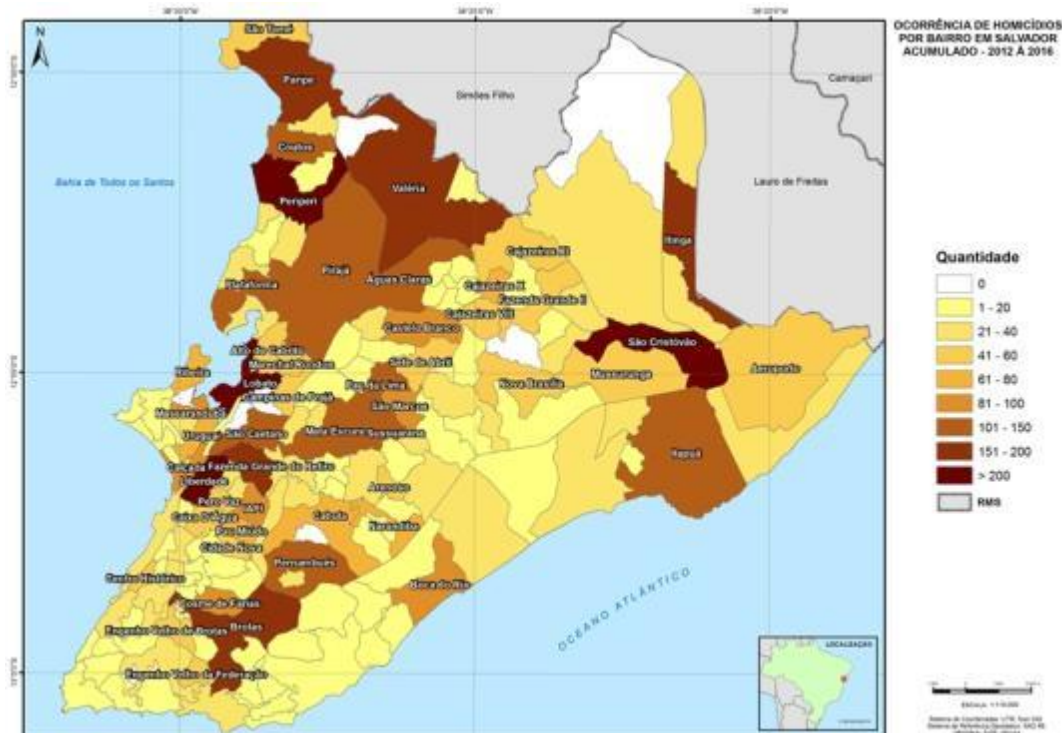
Quadro 1 – Memorando sobre a categoria “espacialização dos homicídios em Salvador”

Memorando sobre a categoria “espacialização dos homicídios em Salvador”	
Codificação inicial	Onde ocorreram os homicídios na cidade do Salvador entre 2012 e 2016?
Codificação focalizada	Localizando os homicídios em Salvador; Identificando os bairros com maior incidência criminal;
Conceito elaborado	Os homicídios ocorreram preponderantemente em bairros com carências socioeconômicas, com destaque para os localizados no miolo, no subúrbio e na região nordeste da cidade, como Lobato, Liberdade, Periperi e São Cristóvão com mais de 200 (duzentos) homicídios registrados e Paripe, Valéria, Fazenda Grande do Retiro, Itinga e Brotas com registros variando entre 151 (cento e cinquenta e um) e 200 (duzentos) crimes de homicídios;
Categoria emersa	Espacializando os homicídios nos bairros de Salvador.

Fonte: Elaboração própria

A espacialização dos homicídios, conforme ilustrado na figura 1, demonstra que a maior incidência dos crimes ocorre nos vetores de expansão historicamente menos abastados e mais carentes de serviços públicos, o miolo e o subúrbio da Cidade. Destacaram-se em quantidade de crimes os bairros do Lobato, Liberdade, Periperi e São Cristóvão. A figura a seguir espacializa os crimes coletados no lapso temporal da pesquisa:

Figura 1 – Mapa dos homicídios ocorridos nos bairros de Salvador entre 2012 e 2016



Fonte: Adaptado de SSP BA (2017).

A codificação realizada caracteriza socialmente a cidade como pobre e extremamente desigual, identificando as áreas populares como as mais densamente povoadas. Foram delineadas as áreas mais carentes e abastadas de Salvador, destacando-se o subúrbio ferroviário e o seu miolo como áreas de significativa pobreza da capital. Os bairros que apresentam os melhores índices econômicos também são aqueles melhores assistidos pelo poder público.

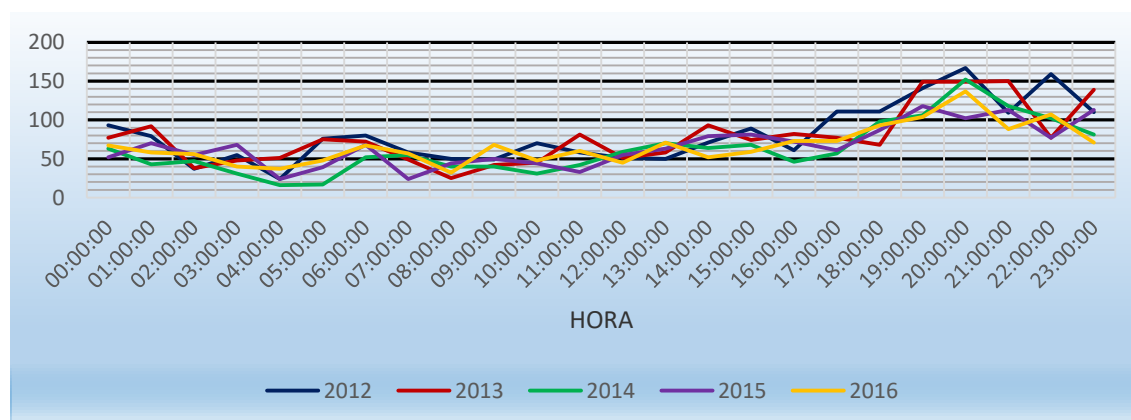
Quadro 2: Memorando sobre a categoria “identificando quando ocorreram os homicídios em Salvador”

Memorando sobre a categoria “identificando quando ocorreram os homicídios em Salvador”	
Codificação inicial	Quando ocorreram os homicídios na cidade de Salvador?
Codificação focalizada	Identificando os horários, os dias da semana, os meses e os dias do mês com maiores índices criminais;
Conceito elaborado	Os homicídios registrados em Salvador ocorrem em sua maioria entre às 19h e às 23h, nos finais de semana, com destaque para o dia de domingo.
Categoria emersa	Identificando quando ocorreram os homicídios em Salvador.

Fonte: Elaboração própria (2017).

Foram codificados os horários e os dias da semana que se destacaram com maiores índices de homicídios, visando subsidiar o processo de gestão da segurança sobre quando ocorrem as mortes violentas na cidade. Seguem os gráficos que demonstram a temporalização dos crimes de homicídios em Salvador, destacando-se o período noturno (19h às 23h) e os finais de semana, sobretudo o dia de domingo:

Gráfico 2: Homicídios por hora em Salvador, entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Apesar do destaque dos casos de homicídios ocorridos entre 17h e 18h, entre 00h e 02h e entre 14h e às 16h, o gráfico denota um padrão, entre os anos

de 2012 e 2016, em que o maior quantitativo de mortes violentas ocorreu à noite, entre às 19h e às 23h.

A maior parte dos registros de homicídios em Salvador, no lapso temporal da pesquisa, ocorreu nos finais de semana, destacando-se o domingo. Sobre o seu perfil, as vítimas de homicídios em Salvador são, em sua maioria, homens (93%), com destaque para a faixa etária entre 17 e 26 anos de idade (Gráfico 3).

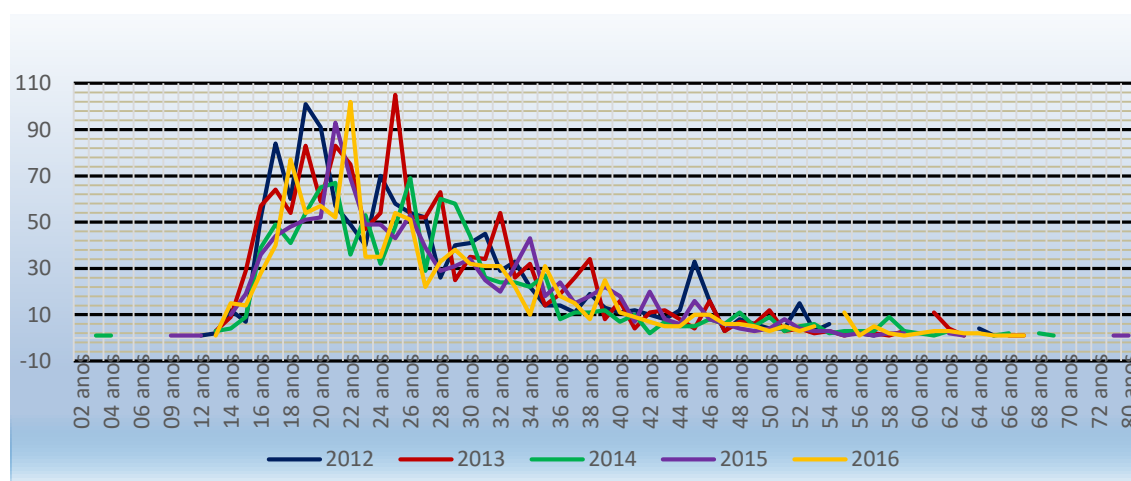
Quadro 3: Memorando sobre a categoria “caracterizando as vítimas dos homicídios em Salvador.”

Memorando sobre a categoria “caracterizando as vítimas dos homicídios em Salvador.”	
Codificação inicial	Quem são as vítimas dos homicídios registrados na cidade de Salvador?
Codificação focalizada	Identificando o sexo das vítimas de homicídios em Salvador;
	Identificando a idade das vítimas de homicídios em Salvador;
Conceito elaborado	As vítimas de homicídios em Salvador são, em sua maioria, homens, com destaque para a faixa etária entre 17 e 26 anos de idade;
Categoria emersa	Caracterizando as vítimas dos homicídios em Salvador.

Fonte: Elaboração própria (2017).

Os gráficos dessa categoria foram lastreados na coleta de dados quantitativa da pesquisa, sendo delineados pelo processo de codificação. Destaca-se a faixa etária entre 17 e 26 anos de idade para as vítimas de homicídios entre 2012 e 2016 em Salvador. Registrou-se ainda o significativo número de casos que não tiveram a idade evidenciada.

Gráfico 3: Idade das vítimas de homicídios em Salvador, entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Após a codificação inerente à coleta e às análises quantitativas iniciou-se a fase qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas (LAVILLE e DIONE, 1999). Esta etapa da pesquisa objetivou responder de forma mais

fundamentada a causa primordial para o número de homicídios em Salvador e a dinâmica criminal da cidade, respostas que não emergiram da fase quantitativa, em face às limitações dos dados coletados.

Quadro 4: Memorando sobre a categoria: “qual a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador?”

Memorando sobre a categoria “qual a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador?”	
Codificação inicial	Qual a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador?
Codificação focalizada	Identificando a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador.
Conceito elaborado	O tráfico de entorpecentes e as disputas territoriais entre as gangues de rua são a principal causa dos crimes de homicídios em Salvador, representando uma centralidade para o entendimento da manifestação criminal na cidade.
Categoria emersa	Identificando o narcotráfico como a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador.

Fonte: Elaboração própria

No Quadro 5 constam registrados os extratos significativos dos conteúdos das entrevistas:

Quadro 5: codificação inerente às entrevistas

FALA DO ENTREVISTADO 01	CODIFICAÇÃO
E a nossa justiça, com a criação do instituto da audiência de custódia... que é tão somente para esvaziar os presídios, mas não está resolvendo o problema, muito pelo contrário, o que é que fizeram...	Identificando as audiências de custódia como um incentivo ao cometimento de delitos pela sensação de impunidade causada;
O tráfico lá (bairros nobres) também acontece, mas de forma calma, nos banheiros dos restaurantes de luxo. Mas não há crime, porque ali é um consumo mais elitizado, as pessoas estão em suas boates, em seus restaurantes de luxo. Já nos paredões existem as rixas, existem as dívidas, e tudo é cobrado ali mesmo, ali é um balcão de negócios, mas também um balcão de execução.	Explicando as diferenças do tráfico de drogas entre os bairros nobres e periféricos; Apontando os “paredões” como local de narcotráfico e de mortes violentas.
FALA DO ENTREVISTADO 02	CODIFICAÇÃO
Porque cresceram vários pontos de drogas, e aí começa a disputa, um quer vender mais, outros querem trazer mais as pessoas desempregadas para o seu lado... aquelas pessoas que aprenderam a fumar e não tem dinheiro para pagar eles vão lá e mandam matar, aqueles que vendem também e não devolvem o dinheiro eles mandam matar, e fica uma briga entre facções...	Estabelecendo uma relação de causa e efeito entre o tráfico de entorpecentes e os homicídios em Salvador.
FALA DO ENTREVISTADO 03	CODIFICAÇÃO

...Hoje a violência é do jovem contra o jovem, você pode observar que hoje é o jovem que mata outro jovem. Primeiro, uma coisa que falta aí é a família, você percebe que a família hoje é uma estrutura falida...	Identificando o jovem como principal autor e vítima da violência na cidade; Qualificando a família, atualmente, como uma instituição ineficaz para proteger os jovens da inserção na criminalidade.
FALA DO ENTREVISTADO 04	CODIFICAÇÃO
Muitas vezes eles (os jovens) são absorvidos pelo tráfico, essa ostentação que eu acredito que até a imprensa mesmo, as músicas, influenciam isso né [...] eles são muito seduzidos por essa ostentação que criaram aí.	Associando a inserção dos jovens no narcotráfico ao consumismo fomentado pela imprensa e pelas manifestações musicais.
FALA DO ENTREVISTADO 05	CODIFICAÇÃO
Que realmente a gente tem que prestar atenção e olhar para o futuro é com relação ao sistema prisional... agente percebe hoje que o sistema prisional não consegue ressocializar... ainda que presos, muitos conseguem continuar a perpetuar e a emanar as suas ordens ao mundo externo, então o fato dele estar preso ou recolhido em cárcere não o limita de ser violento, quando não até agrava... particularmente eu já verifiquei muitas pessoas que passaram a ser muito mais violentas depois de recolhidas ao cárcere, depois de entrarem no sistema prisional do que quando fora, muitos não fazem nem questão mais de serem postos em liberdade, tamanha a liberdade que eles conseguem ter... não conseguem privá-lo da comunicação com o mundo externo, hoje em dia boa parte desses crimes que agente observa em Salvador... mas dizer aqui, a pesquisa apontou 6.664 mortes em Salvador entre 2012 e 2016, não tenha dúvida que grande parte desses crimes as ordens emanaram de pessoas que estavam recolhidas ao cárcere, de pessoas que já estavam presas...	Reconhecendo o insucesso do sistema prisional em ressocializar; Identificando que muitos presos conseguem emanar ordens ao mundo externo; Percebendo a intensificação da violência em pessoas presas; Admitindo que muitos presos não aspiram a liberdade em decorrência dos benefícios percebidos na prisão; Associando o mando de grande parte dos homicídios cometidos entre 2012 e 2016 a ordens emanadas por pessoas presas.

Fonte: Elaboração própria (2018).

Observa-se a partir dos extratos (Quadro 5) que as análises inerentes à pesquisa evidenciaram que a categoria que se vincula e fundamenta as demais mediante a aplicação da *Grounded Theory* para o problema em questão deriva das atividades criminosas do narcotráfico e das disputas territoriais entre as gangues de rua.

Sobre o processo de codificação das entrevistas semiestruturadas evidenciaram-se alguns destaques. Foi enfatizada a presença de jovens nas gangues de rua como uma realidade. Foi codificado que diante de uma ação policial repressiva esses jovens assumem a posse dos produtos dos crimes, bem como a sua autoria, resguardando as lideranças das gangues, por vezes adultos e já passíveis de pena.

A história de formação dos vetores de povoamento de Salvador evidencia aspectos sobre o contexto criminal dos bairros mais violentos da Cidade, aqueles que detêm os piores índices socioeconômicos. No vetor mais abastado da capital baiana predominam os crimes contra o patrimônio e um consumo refinado e disfarçado de entorpecentes. Este fator gera o desejo de imitação dos residentes dos demais vetores de ocupação (miolo e subúrbio). O consumismo difundido na cidade inclui o uso de entorpecentes.

Foi evidenciada uma sensação de impunidade na cidade na codificação das entrevistas. Há em vigor um procedimento denominado audiência de custódia, em que um juiz avalia as circunstâncias das prisões em flagrante delito vinte e quatro horas após a sua realização. Os entrevistados frisaram que diversas prisões são relaxadas nessas audiências, para que o preso responda o processo penal em liberdade. Denotaram ainda uma legislação penal desatualizada e descontextualizada.

Há indícios de insucesso na ressocialização dos presos e muitos destes conseguem manter a liderança das ações criminosas das gangues de rua, sobretudo vinculadas ao narcotráfico. Diversos homicídios registrados na cidade originam-se de ordens emanadas por líderes presos, indicando a vítima e o algoz.

Diversas manifestações culturais realizadas em bairros carentes de Salvador representam a dinâmica do crime nessas localidades. Os denominados “paredões” (festas movidas pela confluência de veículos e potentes aparelhos de som, com a presença de representações do narcotráfico) e muitas das festas de largo são promovidas por pessoas vinculadas às gangues de rua e camuflam o comércio de entorpecentes, disfarçando-o em meio à venda de bebidas alcoólicas e comidas. A confluência de pessoas ligadas ao crime por vezes gera, nessas festas ou em situações que dela derivam, cobranças de dívidas, punições ou disputas por *status* e poder, gerando a violência, conforme evidenciado nas entrevistas realizadas.

Os homicídios ocorridos em Salvador se constituem como crime meio para os fins delineados pelo narcotráfico. As mortes violentas servem como efeito das disputas por território e mercado consumidor, além de punições aos devedores ou a integrantes que não tenham cumprido o determinado numa gangue de rua.

Em meio à dinâmica exposta sobre a criminalidade, vale questionar: afinal, o que emerge como específico em Salvador no que se refere ao tráfico de entorpecentes? O que caracteriza a cidade no cenário criminal?

Entendendo a centralidade do narcotráfico para a dinâmica criminal na cidade, que posiciona jovens matando jovens num contexto de sensação de impunidade, consumismo exacerbado e perda do valor da vida, emerge a teoria substantiva desta pesquisa, denominada Teoria do *Status* Criminógeno: integrar uma gangue de rua vinculada ao narcotráfico ou consumir entorpecentes em bairros carentes da cidade de Salvador simboliza *status* social num paradigma que configura a violência como instrumento de imposição de poder.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos delineados nesta pesquisa foram satisfeitos na medida em que a aplicação da Análise Criminal, na tipologia Estratégica (BOBA, 2017), na cidade de Salvador, entre 2012 e 2016 identificou os padrões espaciais e temporais das ocorrências policiais, o perfil das vítimas e uma linha de tendência referente ao comportamento criminal futuro, resultando na formulação de uma teoria substantiva capaz de explicar o contexto criminógeno..

A sensação de insegurança na cidade decorre de uma resignificação de valores morais e éticos impulsionados pela dinâmica do narcotráfico, em que a violência se constitui numa forma de imposição de poder, fundamentada pelo volume de casos e pela motivação dos homicídios em Salvador. A banalidade das razões que ocasionam as mortes violentas denota a perda do valor da vida humana.

O que decorre da dinâmica do narcotráfico na cidade e se constitui como específico para Salvador é a ostentação de poder das lideranças das gangues de rua, o *status* criminógeno. A sedução de jovens oriundos de contextos familiares desajustados em bairros carentes decorre de frustrações inerentes a uma inalcançável possibilidade de aquisição de bens e serviços difundidos por um consumismo exacerbado, motivando a demonstração de prestígio em manifestações culturais específicas. Trata-se de um constructo inerente às áreas mais carentes da cidade, principalmente os bairros que compõem os vetores de expansão do subúrbio ferroviário e do miolo da cidade.

Finaliza-se esta pesquisa denotando as possibilidades de aplicação da TDA lastreada em dados quantitativos, em levantamento bibliográfico e em entrevistas semiestruturadas, ratificando a viabilidade de associação da Análise Criminal com esta metodologia. O cerne de sua aplicação, uma teoria substantiva, é capaz de fundamentar o planejamento da segurança pública e privada, aflorando como um marco teórico imprescindível e capaz de sistematizar dados, identificar problemas e propor soluções.

O planejamento de programas, planos e operações policiais lastreadas na construção de uma teoria substantiva criminal decorrente da ACE certamente é capaz de potencializar o emprego do aparato de defesa social, revestindo-se da aplicação científica ao fenômeno criminal. Contudo, essa pesquisa não assume a presunção de resolver os problemas de segurança pública da cidade de Salvador. Certamente este constructo complexo e multidimensional requererá soluções que perpassam pela reestruturação processual penal, socioeconômica e cultural da área de análise, mas o delineamento dos achados deste trabalho se traduz numa trajetória propícia para uma redução criminal e para a construção de uma sensação de segurança.

REFERÊNCIAS

- BOBA, Rachel S. **Crime analysis with crime mapping**. Califórnia: Sage, 2017.
- CHARMAZ, K. 2009. **A construção da Teoria Fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Trad. De Joice Elias Costa. Porto Alegre, Artmed.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução: Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldene de Gruyter, 1967. 271p.
- GLASER, B. G. **Doing quantitative grounded theory**. Mill Valley, CA: Sociology Press, 2008.
- GOTTLIEB, S.L., ARENBERG, S., SINGH, R., 2002. **Crime Analysis: from first report to final arrest: study guide and workbook**. Montclair, CA: Alpha Publishing, p. 5.
- INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>
Acesso em: 2 abr. 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber**. Trad. Lana Mara Siman. Artes Médicas: UFMG, 1999.

MARX, Carlos A. A. **Análise Criminal**: a compreensão da criminalidade em Salvador. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador – UNIFACS.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal** – 19ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA. **Estatística de principais delitos por município**. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/wp-content/estatistica/2015/01_ESTADO_MUNICIPIO_2015.pdf>. Acesso em 01 setembro 2015.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA. **Estatística de principais delitos por município**. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/wp-content/estatistica/2017/01_ESTADO_MUNICIPIO_2017.pdf>. Acesso em 01 março 2017.

SILVA, João Apolinário da. **Criminalidade nas Cidades Centrais da Bahia**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador – UNIFACS.

SILVA, João Apolinário da. **Análise Criminal, Teoria e Prática**. ABACRIM. 2015

SPINOLA, Noélio D. **A Cidade do Salvador e sua Centralidade**. 55th ERSA Congress, 25-28 August 2015, Lisbon, Portugal.

TAROZZI, M. 2011. **O que é grounded theory?** Metodologia de pesquisa e de teori fundamentada nos dados. Trad. De Carmen Lussi. Petrópolis, RJ, Vozes.

PEREIRA, Gilberto Corso; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Salvador no século XXI**: transformações demográficas, sociais, urbanas e metropolitanas. Cenários e desafios. 1ª edição. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SOUZA, Angela Gordilho. **Limites do habitar**. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador, EDUFBA, 2000.



OBJETIVOS DO PARQUE TECNOLÓGICO DE SALVADOR: DO CENÁRIO DESENHADO À REALIDADE DOS FATOS

Bárbara Carole Passos Alves⁷⁴

Laumar Neves de Souza⁷⁵

Carolina Andrade Spinola⁷⁶

RESUMO

O Parque Tecnológico de Salvador foi inaugurado em 2012, com a missão de estimular a criação, fortalecer e atrair empreendimentos inovadores e de transferência de tecnologia, gerando um conjunto de consequências positivas no espaço regional e fazendo de Salvador um centro de negócios de alto valor agregado. Neste artigo busca-se identificar quais os objetivos que foram alcançados com a criação dessa estrutura. Foi adotada a estratégia metodológica indutiva realizando-se análise de documentos relacionados à criação e administração do parque, aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários aos gestores e às empresas residentes e, numa abordagem de Estudo de Caso. Observou-se e foi detectado que apesar de ter sido fruto de um planejamento bem elaborado, não foi possível se atingir, com essa estrutura, todos objetivos previstos, possivelmente por razões que vão desde o enfrentamento de problemas na fase de execução do projeto, passando por questões de ordem política e de governança.

Palavras-chave: Parque Tecnológico. Inovação. Salvador.

ABSTRACT

The Technology Park of Salvador was inaugurated in 2012 with the mission of stimulating the creation, strengthening and attracting innovative ventures and technology transfer, generating a set of positive consequences in the regional space and making of Salvador a high value business center aggregate. Based on this understanding, the present article seeks to identify the objectives that were achieved with the creation of this structure in the city of Salvador. Such research is classified, as to its method, as inductive and adopts the approach of the Case Study. In addition to the documentary research carried out on documents related to the creation and administration of the park, we used semi-structured interviews and the application of questionnaires to managers and to resident and incubated companies. Although it was the result of a well-prepared planning, it was not possible to achieve with this structure all the expected objectives. The reasons for this mismatch range from tackling problems in the execution phase of the project that led to it, through political and governance issues.

Key words: Technological Park. Innovation. Salvador.

⁷⁴ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano. E-mail: barbaracarole.77@gmail.com

⁷⁵ Doutor, UNIFACS. E-mail: laumar.souza@unifacs.br

⁷⁶ Doutora, UNIFACS. E-mail: colina.spinola@unifacs.br

INTRODUÇÃO

Com o propósito de contribuir para o desenvolvimento regional e de promover a cultura da inovação, os parques tecnológicos surgiram “como eficientes instrumentos para aproximação física e temática da ciência e da tecnologia com as empresas e com o mercado”, agregando características que respondem ao contexto emergente (ATRASAS, DIAS, LEITE, 2003, p. 9).

Ainda que existam controvérsias quanto aos efeitos que promovem nas regiões, haja vista que os resultados da implantação dos parques tecnológicos só são passíveis de mensuração no longo prazo e dependem da formulação de políticas públicas específicas, no Brasil, com base na literatura, prevaleceu a crença de que estes instrumentos poderiam desempenhar um importante papel no incremento da competitividade da economia nacional.

Se, em tese, admite-se que os parques tecnológicos exercem um papel importante para o desenvolvimento regional, vale uma análise do empreendimento baiano. Destarte, este estudo tem o objetivo de identificar quais os objetivos que foram alcançados com a criação dessa estrutura na cidade de Salvador.

Com efeito, tal pesquisa classifica-se, quanto ao seu método, como indutiva e adota a abordagem do Estudo de Caso. Trata-se, portanto, de um estudo de natureza qualitativa. Em função desse seu traço, consultou-se documentos relacionados à criação e administração do parque em foco, bem como utilizou-se de entrevistas semiestruturadas e da aplicação de questionários junto aos gestores e às empresas residentes e incubadas.

Feitas essas ponderações, cabe dizer que este estudo está organizado em três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira, vasculha-se, de maneira sintética, certos acontecimentos históricos que marcam o surgimento dos parques tecnológicos, bem como apresenta-se o seu conceito. Na segunda, investe-se num breve panorama da presença de parques tecnológicos no Brasil. Na terceira, caminha-se na direção de evidenciar qual foi o contexto que deu lugar ao parque baiano, bem como, de explicitar quais eram os objetivos previstos dessa estrutura e avaliar se foram alcançados.

1. SURGIMENTO E CONCEITUAÇÃO DOS PARQUES TECNOLÓGICOS

Os primeiros “parques científicos e/ou tecnológicos” advém de “experiências espontâneas de aglomeração espacial e de sucesso tecnológico do Vale do Silício, na Califórnia, e da Rota 128, na região de Boston, Massachusetts, no período compreendido entre fins dos anos 1940 e início dos 1960” (VEDOVELLO e cols., 2006, p. 106). Segundo Aulicino (2012), o exemplar pioneiro de uma experiência dessa natureza foi criado no campus da Universidade de Stanford, na década de 1950. Destaque-se que essa iniciativa assumiu o caráter de um centro global de tecnologia, finanças, educação e investigação. Dado ao êxito alcançado, o modelo que nela foi gestado se perpetuou de forma que o seu entorno, nomeadamente a região do Vale do Silício, assumisse posição privilegiada no desenvolvimento tecnológico mundial.

Entre 1970 e 1980, os países desenvolvidos, em “um momento de ausência de vitalidade econômica e industrial”, adotaram, de forma planejada, o modelo de inovação emergente, “inovação como um resultado linear da transferência de conhecimentos produzidos pela pesquisa acadêmica à produção e à comercialização empresarial” (VEDOVELLO et al., 2006), e buscaram inserir na trama industrial elementos da ciência e tecnologia através das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das empresas, com intuito de estabelecer políticas de fortalecimento de inovação tecnológica no âmbito local, regional e nacional, envolvendo empresas e universidades.

Ao ter isso em mente, não se pode deixar de comentar também, assim como muito bem o fazem Spolidoro e Audy (2008, p. 68), que na economia globalizada, também designada de economia baseada no conhecimento, o sucesso de um parque não depende da sua capacidade de atrair grandes empresas, mas da capacidade de “estabelecer pontes entre o ambiente de ensino e pesquisa e o ambiente empresarial, de modo a criar e produzir bens e serviços inovadores e competitivos em âmbito mundial”. Esses atributos têm provocado a valorização de dois tipos de iniciativas: os parques científicos e tecnológicos vinculados a universidades e os parques tecnológicos disseminados no tecido urbano e regional. Ainda no dizer desses estudiosos,

Os parques científicos e tecnológicos vinculados a universidades distinguem-se pela sua capacidade de promover uma intensa sinergia do setor universitário, setor empresarial e governo, essencial ao ciclo da inovação na nova era. Os parques

tecnológicos disseminados no tecido urbano e regional estimulam a citada sinergia mediante **a justaposição dos espaços em que ela se realiza e dos ambientes em que vivem as pessoas envolvidas**. A abordagem, além de oferecer maior qualidade de vida ao capital humano envolvido e a possibilidade de revitalização de cidades, permite significativa economia de recursos devido a fatores como o aproveitamento de ativos existentes, melhores sistemas de transporte público devido ao adensamento populacional e menores distâncias nos deslocamentos e limitações à destruição do meio ambiente pela propagação indefinida das áreas urbanas (SPOLIDORO e AUDY, 2008, p. 69).

Diante dessa perspectiva conceitual, lançada por esses autores, estabeleceu-se uma ampliação da compreensão do que venham a ser parques tecnológicos, que passam a ser entendidos como um “instrumento de política de inovação tecnológica e de desenvolvimento e/ou revitalização econômica” (VEDOVELLO et al., 2006).

Em termos sintéticos, pode-se dizer, albergados na interpretação que está presente em diferentes trabalhos (ATRASAS, DIAS E LEITE, 2003; AULICINO, 2012; BENKO, 1998; CHIOCHETTA, 2010; CORREIA, 2012; GAINO E PAMPLONA, 2014; HAUSER; DARONCO; SOUZA 2015; LASTRES; CASSIOLATO, 2003; RODRIGUES, ROVERE E SHEBATA, 2007; STEINER, CASSIM E ROBAZZI, 2012) que os parques tecnológicos são aglomerações de empresas de base científica e tecnológica, intensivas em conhecimento, geograficamente localizadas, que atuam em rede e em colaboração sinérgica com outros atores, como, por exemplo, empresas, universidades, centros de pesquisas, agentes financeiros e governo, com estímulo à transferência de conhecimento e tecnologia para inovação e desenvolvimento regional.

2. BREVE PANORAMA DA PRESENÇA DE PARQUES TECNOLÓGICOS NO TERRITÓRIO NACIONAL

Duas coisas devem ser ditas ao se abrir essa seção. A primeira, com base no que pontuavam Vedovello et al. (2006), é que, no Brasil, os parques tecnológicos diferem substancialmente no que tange ao seu planejamento, delimitação geográfica e infraestrutura disponibilizada para a instalação de empresas e negócios, dos mais variados tipos e tamanhos. A segunda, por seu turno, diz respeito ao fato de que - ainda que observados com ponderações quanto a considerá-los como instrumentos relevantes de uma política de

desenvolvimento econômico e de desconcentração regional, como alertava Diniz (1995), considerando ainda que sua maturação é de longo prazo e dependente de políticas públicas relevantes - no Brasil, existe forte crença de que esses instrumentos se consolidariam “como uma das principais estratégias do país para se posicionar como uma economia competitiva, inovadora e globalizada no âmbito mundial” (ANPROTEC, 2008a, p. 22).

Prova disso pode ser encontrada em estudo relativamente recente do MCTIC (2014). Neste documento consta que, no alvorecer dos anos 2000, o Brasil só contava com 10 propostas de parques tecnológicos. Já quase no final dessa década, em 2008, essa realidade muda completamente, posto que o país passou a acolher 74 empreendimentos dessa natureza, movimento esse que traduzido em termos percentuais correspondeu a um crescimento da ordem de 640%. Desse último ano até 2013, de igual modo, também se verificou uma elevação no número de parques existentes no território nacional, só que dessa vez, como era esperado, dada a intensidade da ampliação anterior, ele se deu de maneira importante, porém bem menos expressiva, uma vez que atingiu o patamar de 94 unidades, número esse que corresponde a um incremento da ordem de 27%. Vale pontuar que desse total contabilizado, em 2013, 38 (40,42%) estavam em fase de projeto, 28 (29,79%) em fase de implantação, e 28 (29,79%) em fase de operação.

No que tange à distribuição geográfica dos parques, nota-se que as regiões Sul e Sudeste concentravam, em 2013, 78,7% deles, restando para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste 5,3%, 7,5% e 8,5%, respectivamente. Registre-se aqui que os parques localizados nas regiões Norte e Centro-Oeste não se encontravam a essa altura em fase de operação. Em verdade, todos os que lá existem ou estão em fase de planejamento ou em implantação, mesmo após um prazo de cinco anos. Neste quesito, o Nordeste se apresenta com uma maturidade relativamente avançada, haja vista que dos seus sete parques, quatro estão em operação (MCTIC, 2014).

Ressalte-se, nesse ponto, os parques tecnológicos brasileiros reúnem, ainda baseado nesse último documento, um conjunto de 939 empresas. Chama a atenção que deste total, 906 empresas se encontram estão instaladas nos parques localizados nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, sendo digno de nota o fato de que apenas essa última responde por 32,27% delas. Esse número

parece surpreendente quando analisado à luz da diminuta representatividade da região Nordeste no que tange à proporção de empreendimentos dessa natureza que abriga. Porém, deixa de sê-lo na medida em que se admite que a função precípua de um parque tecnológico, pelo menos é o que se espera, deve ser a promoção do desenvolvimento regional, conforme se assinalou anteriormente.

Enfocando-se o desenvolvimento regional, não se pode esquecer de um dos seus mais benfazejos resultados, que é exatamente a criação de postos de trabalho, o que, por conseguinte, implica a dinamização da economia, via processo de ampliação da renda. No tocante a esse aspecto, o referido estudo do MCTIC assinala que os parques tecnológicos espalhados pelo território nacional congregavam cerca de 32.237 trabalhadores, dos quais 1.797 estavam vinculados a institutos de pesquisa, 531 envolviam-se com a área de gestão dos aludidos parques e 29.909 atuavam em empresas.

Ao investigar sobre quais eram as áreas de atuação dos parques tecnológicos brasileiros, o MCTIC (2014) constatou o seguinte quadro quanto a fomento e iniciativas: em 36 deles se fomentam atividades ligadas a área de Tecnologia de Informação (36); iniciativas voltadas ao setor de Energia (27); ações dirigidas ao setor de Biotecnologia (26); medidas relacionadas a área de Saúde (20); empreendimentos ligados a Petróleo e Gás Natural (19); negócios relacionados a Telecomunicações (16).

3. OBJETIVOS DO PARQUE TECNOLÓGICO DE SALVADOR: O PROJETADO E O EXECUTADO

Fomentado pelas políticas e linhas de apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), agência de fomento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC) e encorajado pelo aumento quantitativo dessas experiências em todo o País, como se viu na seção anterior, o Parque Tecnológico baiano, concebido em 2004, nasceu na perspectiva de ser uma iniciativa estruturante do “novo” desenvolvimento do Estado, contribuindo para a inclusão de Salvador “no clube relativamente seletivo das novas metrópoles globais do século XXI” (SECTI, 2004, p. 58). O comentário do então Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, Rafael Lucchesi, presente nesse documento, simboliza, de maneira categórica, essa espécie de rendição da Bahia com a implantação do Parque Tecnológico. Essa era uma estratégia de “inserção proveitosa da Bahia

no contexto da sociedade do conhecimento”, que “surgiu como uma proposta de consenso, envolvendo os representantes de segmentos empresariais, de base científica, de órgãos governamentais do Estado e do poder público local” (SECTI, 2004, p. 2).

Essa leitura otimista em relação a esse empreendimento estava presente em outros documentos oficiais do Governo do Estado da Bahia, como, por exemplo, no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento (2004, SECTI). A defesa desse ponto de vista assentava-se na argumentação de que essa cidade constituía-se em um espaço privilegiado do ponto de vista político, institucional, acadêmico e empresarial para se planejar e implantar um empreendimento complexo como um parque tecnológico.

Não bastassem esses predicados, os planos contavam com serviços urbanos relativamente desenvolvidos, infraestrutura portuária, rodoviária, telecomunicações, energia, entre outros considerados importantes quando se tem a intenção de levar a termo um projeto de um parque tecnológico. Apostava-se àquela altura num desenvolvimento endógeno para Salvador, que buscasse explorar as capacidades empreendedoras existentes internamente na região (SECTI, 2004).

De igual modo, em Relatório do Plano Diretor: Plano de Desenvolvimento do Parque Tecnológico de Salvador (SECTI, 2011, p. 32) afirmava-se que “o espaço urbano escolhido oferece uma combinação de fatores que condicionam favoravelmente o desenvolvimento do empreendimento, localizado estrategicamente” por estar próximo do aeroporto e da rodoviária. Em tempo, também destacava-se, nesse mesmo documento, que é “onde está a maior concentração empresarial do estado e vizinho à região de maior desenvolvimento imobiliário de alto padrão da cidade de Salvador”,

[...] a Avenida Paralela se tornou o principal eixo de expansão de Salvador. Sua localização é estratégica: entre a região do Iguatemi e da Avenida Tancredo Neves, principal centro empresarial da cidade, e o aeroporto, com amplos espaços verdes bem localizados na nova trama urbana da capital baiana. Hoje, além de comércio e serviços, a avenida concentra faculdades, institutos de pesquisa e órgãos públicos, inclusive o Centro Administrativo da Bahia (inaugurado em 1974). Em seus arredores, além de bairros populares e de classe média, surgem também novíssimos bairros de luxo induzidos por grandes loteamentos, como o Alphaville (SECTI, 2011, p. 19).

Com efeito, baseado em experiências de sucesso, como os parques de Málaga, Milão, Manchester, Barcelona, entre outros eficientes e eficazes instrumentos de transferência de tecnologia e de incubação de empreendimentos inovadores (SECTI, 2004, p. 58), o Estado da Bahia montou a infraestrutura necessária para viabilizar seu parque tecnológico, desenvolvendo, para tanto, uma série de mecanismos, dentre os quais destacam-se: a) A regulamentação da sua Lei Estadual de Inovação; b) O fortalecimento de sua Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESB), por meio da alavancagem de seu orçamento e a consolidação de uma variedade de parcerias e instrumentos para sua adequada operação; c) A criação do Programa Estadual de Incentivos à Inovação Tecnológica (INOVATEC), criando um mecanismo para subsidiar o investimento na infraestrutura física requerida para a implantação de investimentos de base tecnológica no Estado; e d) A montagem de um pacote de incentivos fiscais específico para o parque tecnológico, em parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) (SECTI, 2011, p. 8).

Despontavam como pontos favoráveis, naquele momento, a confluência dos interesses dos governos nas três instâncias, o apoio político, técnico e institucional da Federação das Indústrias do Estado (FIEB), e a atuação da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), sendo a criação do Parque, um dos seus projetos.

Feitas essas ponderações, tem-se que o Parque Tecnológico da Bahia foi inaugurado em setembro de 2012, na presença do então ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antônio Raupp, e do governador da Bahia, Jaques Wagner. Em sua inauguração, o Parque já contava com ocupações formalizadas de 15 instituições, públicas e privadas, e nove empresas instaladas na incubadora (SECTI, 2013).

Situado na Avenida Paralela, o empreendimento ocupa uma área de 581 mil metros quadrados com potencial construtivo de edificações de 500 mil metros quadrados. O Tecnocentro ou Tecnovia ou ainda Tecnocentro Bautista Vidal, prédio principal e sede do Parque Tecnológico, é uma edificação de aproximadamente 25.900 m² de área total construída. Sua estrutura dispõe de quatro pavimentos em duas alas, salas administrativas, dois níveis de garagem, auditório para aproximadamente 100 pessoas, espaços comerciais, áreas de

convivência de aproximadamente 450 m² e uma biblioteca, com dois pavimentos (SECTI, 2013).

Enfatize-se, mais uma vez, nesse ponto, que, de acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (SECTI, 2011), a decisão quanto à localização do parque tecnológico partiu de premissas importantes como disponibilidade de área total; localização no principal eixo de desenvolvimento urbano do município de Salvador; facilidade logística de conexão com a malha urbana central, ou seja, proximidade com a Av. Tancredo Neves (centro financeiro, comercial e de serviços do Município), do Centro Administrativo da Bahia e do aeroporto internacional, permitindo rápida conexão do parque com os principais destinos globais, e proximidade com grandes centros de pesquisas e desenvolvimento tecnológico como o Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (CIMATEC), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e do Hospital São Rafael (HSR). Esses últimos amplamente inseridos na definição das áreas de atuação do Parque Tecnológico de Salvador.

As áreas prioritárias de atuação do Parque, conforme Planejamento Estratégico de Desenvolvimento (SECTI, 2004), seriam: biotecnologia e saúde; energia e meio ambiente; tecnologia da informação e comunicação. A escolha dessas áreas teria sido influenciada por um conjunto de fatores tais como o perfil econômico local e regional, a oferta (existente e potencial) de ativos científicos e tecnológicos e endógenos, decisões institucionais advindas de políticas públicas de desenvolvimento tecnológico, bem como da instalação de empresas âncoras e das primeiras empresas a residir no Parque, visto que essa presença gera um movimento sinérgico de atração de outras empresas congêneres. O planejamento estratégico admite adotar o formato multissetorial tendo como modelos os parques ibéricos.

Nesse ponto, deve-se destacar também que o empreendimento baiano se utilizou de políticas de benefícios, de âmbitos municipal e estadual, para atração de empresas, como incentivos fiscais. No que tange aos primeiros, esses assumiram a forma da redução de 60% da alíquota do Imposto sobre serviços - ISS, incidente sobre as operações das empresas prestadoras de serviços localizadas na Zona de Uso Especial Parque Tecnológico (ZUE II) (Lei n. 7.186/06). Já no âmbito estadual, tais incentivos foram os que seguem: redução de até 90% no ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços);

diferimento do ICMS na aquisição de equipamentos importados (Decreto Estadual n. 10.456/07); incentivos financeiros (bolsas para pesquisadores e financiamento através de programas como o Programa Estadual de Incentivos à Inovação Tecnológica – INOVATEC); e, ainda, a concessão de área física em espaços construídos, lotes ou terrenos, entre outros.

Em contrapartida, de acordo com a Lei Municipal n. 7.995/2011 de 09 de junho de 2011, as empresas e empreendimentos econômicos beneficiados deveriam: a) ter 20% do seu corpo funcional composto por mulheres; b) disponibilizar vagas de estágio para alunos de cursos técnicos e profissionalizantes ofertados por instituições educacionais subvencionadas pela União, Estado da Bahia ou Município de Salvador; c) capacitar jovens em situação de risco para o mercado de trabalho na área de tecnologia, no prazo de seis meses após o início dos trabalhos no parque tecnológico, em parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão (SETAD).

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (SECTI, 2004), a governança do Parque Tecnológico de Salvador deveria atender a duas necessidades: 1) definir o seu direcionamento estratégico, que implica no relacionamento que mantém com o ambiente externo; e 2) estruturar o seu modelo de gestão operacional, que diz respeito ao seu relacionamento com o ambiente interno. Para tanto, o parque incorporaria representantes de entidades públicas e privadas locais.

A direção estratégica adviria de um Conselho Deliberativo composto por representantes do governo estadual e municipal, empresários e comunidade científica, voltado para decisões relacionadas ao desenvolvimento do parque, e de um Conselho Consultivo, formado por representantes de entidades da sociedade civil organizada, voltados para as questões que dizem respeito à sua missão e objetivos. As estruturas de gestão operacional possuiriam as características de agilidade e flexibilidade necessárias e considerariam dois aspectos fundamentais: a natureza jurídica e a estrutura funcional do parque. No entanto, desde a sua implantação, o parque vem sendo gerido pela SECTI, tanto estratégica quanto operacionalmente, que também mantém um representante na Coordenação de Gestão do Parque Tecnológico (CGPqT).

Em conformidade com SECTI (2004, p. 60), definia-se ainda que a missão dessa estrutura deveria:

Ser um ambiente de geração de inovações e de estímulo à transferência de conhecimentos e tecnologias, integrando universidade, empresas e governo, bem como incentivando a competitividade das empresas da Bahia, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a ampliação do emprego qualificado e renda e a elevação da qualidade de vida.

Foram estabelecidos os objetivos desse empreendimento, com a elaboração do Mapa Estratégico do Parque Tecnológico, que compõe o Relatório do Plano Estratégico do Parque, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Objetivos do Parque Tecnológico de Salvador

DIMENSÕES	OBJETIVOS
Retorno Socioeconômico	1. Atingir 5% da geração de riqueza estadual nas áreas do parque
	2. Gerar 10% dos postos de trabalho do estado nas áreas afins do parque
Sustentabilidade Ambiental	3. Tornar-se referência nacional de ocupação urbana em 5 anos
	4. Implantar equipamentos de educação ambiental
PDI	5. Atrair 5 centros de referência global para o Parque Tecnológico
	6. Implantar balcão da inovação
	7. Estimular o desenvolvimento de projetos que permitam maior conectividade com a matriz econômica baiana
	8. Estimular o desenvolvimento de atividades de iniciação científica
Imobiliário	9. Desenvolver propostas reconhecendo a característica do cliente para o processo de desenvolvimento do parque
	10. Identificar e atrair parceiros privados
	11. Implantar diretrizes construtivas que estimulem o surgimento de edificações sustentáveis
	12. Desenvolver soluções alternativas de financiamento
Processos Internos	13. Desenvolver perfil das empresas-alvo
	14. Desenvolver estrutura de governança corporativa
	15. Desenvolver instrumentos que estimulem a conexão entre EBTs, ICTs e Órgãos públicos
	16. Desenvolver barema para parametrizar ocupação da área pública
Aprendizado e Desenvolvimento	17. Atrair instituição de ensino superior para os limites do Parque Tecnológico
	18. Implantar equipamentos de popularização da ciência
	19. Desenvolver instrumentos de formação de mão de obra qualificada

Fonte: SECTI (2011, p. 10).

De todos os equipamentos previstos para integrar o Parque Tecnológico, apenas o edifício Tecnocentro Bautista Vidal (prédio principal) foi concluído em agosto/2018. Este fato faz menção ao previsto na perspectiva de sustentabilidade ambiental, nos objetivos 3 e 4 que, respectivamente, referiam-

se à transformação do projeto arquitetônico original do parque em uma referência nacional de ocupação urbana e à implantação de equipamentos de educação ambiental, ação que igualmente não foi realizada.

O não andamento de muitas obras previstas também comprometeu o objetivo 11 “Implantar diretrizes construtivas que estimulem o surgimento de edificações sustentáveis”. Não é à toa que, nos dias que correm, algumas empresas residentes avaliam a infraestrutura do Parque nos quesitos conforto ambiental e estético e área de preservação ambiental como nada adequado, e, de igual modo, são unânimes em concordar que as áreas destinadas a convívio social e desconpressão, bem como a sua própria localização são “nada adequadas”.

Dito isso, vale pontuar que o Parque Tecnológico, em 2017, abrigava: organizações (38): empresas privadas residentes (09); instituições de pesquisa (05) e de apoio (02); startups que fazem parte da Áity Incubadora (22), esta que, segundo o portal institucional do Parque, em apenas dois anos, já se posicionava como a oitava maior incubadora do País em número de empresas.

Analisando as informações que dão conta da segmentação das empresas presentes no parque, com maior acuidade, descobre-se que, a despeito dele se posicionar como centro multissetorial e generalista, apresenta um predomínio da área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), posto que a área abriga 58% do conjunto das iniciativas lá instaladas. Também se fazem presentes nessa estrutura, empresas das áreas de microeletrônica (1), saúde (3), engenharia (4), jogos eletrônicos (4), gestão costeira (1) e energia (1). Esse predomínio da área de TIC descola-se do objetivo de estimular o desenvolvimento de projetos que permitam maior conectividade com a matriz econômica baiana, uma vez que uma pequena parte das iniciativas guardam esse compromisso.

Os objetivos 5 e 10 abordavam, respectivamente, a atração de cinco centros de referência global para o Parque Tecnológico e a identificação e captação de parceiros privados. Além da incubadora de empresas e as startups por ela incubadas, o Parque Tecnológico contava, em sua inauguração, com “empresas internacionalmente conceituadas” (SECTI, 2013), a saber: IBM, INDRA, Portugal Telecom Inovação e Ericsson Inovação. Vale salientar, ainda, a presença do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

(SEBRAE-BA), instituição de apoio ao empreendedorismo e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), instituição de apoio à propriedade intelectual.

É bastante sintomático o fato de que, em 2017, dessas empresas de âmbito internacional, apenas a Ericsson permanecia. Registre-se aqui que esse êxodo intenso, muito provavelmente, está correlacionado às fragilidades do parque em termos de infraestrutura. Nem mesmo as empresas que lá estão incubadas mostram-se satisfeitas em relação a isso. É bem verdade que, no caso dessas últimas empresas, parte dessa insatisfação se deve ao próprio desconhecimento do que o Parque oferece, conforme verificado na pesquisa de campo.

Quanto às instituições de ensino superior, que estão relacionadas com os objetivos 8 e 17, o Parque Tecnológico conta com a presença de cinco instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). No entanto, todos os equipamentos mencionados no relatório do Plano Diretor (SECTI, 2011) e no Documento Interno SECTI (2013), como a construção e implantação do Complexo de Equipamentos Dinamizadores, que seria composto pelo Laboratórios Compartilhados, Laboratórios Especializados, Espaço Interativo/Museu Mundo da Ciência e o Parque Ambiental, Espaço Plug and Play, dentre outros, da mesma forma que se processou com os equipamentos de educação ambiental, não foram levados a termo. Destarte, comprometeu-se, por via de consequência, a consecução de algo extremamente importante e benfazejo para o estado da Bahia, que seria a implantação de equipamentos de popularização da ciência.

De uma forma geral, o inquérito que se fez aos dirigentes dessas empresas incubadas evidenciou, de igual modo, insatisfação com algumas outras situações que imperam no Parque. Para eles, essa estrutura não oferece condições ou estímulos para o estabelecimento de conexões e interatividade, o que compromete, por certo, os efeitos de transbordamento em termos de conhecimento, pesquisa e inovação que são típicos em estruturas congêneres espalhadas pelo mundo.

Concretamente, visando o alcance de uma das principais finalidades de um parque dessa natureza, que é a transferência de tecnologia entre empresas, a única que de fato foi levada a termo refere-se à criação do Balcão de Inovação,

direcionado justamente para as empresas incubadas e cujo provedor é o SEBRAE.

Todavia, há ainda outras razões para que o Parque baiano não tenha se tornado, nesses seus anos de operação, referência em termos de transbordamento tecnológico. Uma delas, identificada na pesquisa documental e confirmada nas entrevistas que se realizou, é a completa lacuna no que diz respeito à definição de critérios que conduzam a identificação de empresas com perfil e/ou DNA inovador e que favoreçam certos aspectos peculiares de um parque tecnológico, a exemplo da interação e da troca de experiências. Some-se a isso, os gargalos que se tem no tocante à governança do parque.

A despeito do previsto no seu planejamento, desde a sua implantação, o Parque vem sendo gerido unicamente pela SECTI, tanto estratégica quanto operacionalmente, tendo um representante na Coordenação de Gestão do Parque Tecnológico (CGPqT) e sem nenhuma participação dos demais atores envolvidos. Esse “modelo de governança”, completamente desalinhado em relação ao que recomendam as boas práticas de governança seguidas por outros parques tecnológicos bem sucedidos no mundo, traz, segundo os entrevistados, em sua estrutura todo o peso de um órgão do governo, no caso a SECTI, o que acaba por reverberar negativamente em termos de flexibilidade e agilidade na tomada de decisões, comprometendo, por via de consequência, a capacidade de articulação entre as empresas, e dificultando, portanto, o transbordamento tecnológico entre elas. A morosidade de uma estrutura pública é incompatível com as necessidades de um parque tecnológico e da iniciativa privada. Prevista em seu planejamento, houve um movimento de publicização⁷⁷ que daria ao Parque uma dinâmica própria, mas em função das discordâncias em relação aos seus termos, o processo permaneceu estagnado.

Em termos sintéticos, se pode dizer que dos quatorze objetivos estratégicos que foram abordados neste estudo, apenas dois foram atingidos (criação do Balcão de Inovação e atração de instituições de ensino). Quatro

⁷⁷ Publicização é o processo de transferência da gestão de serviços de interesse público, não exclusivos do Estado, para entidades privadas sem fins lucrativos, qualificadas como OS, mediante processo de seleção e celebração do contrato de gestão. Este instrumento é firmado entre o Poder Público e a entidade, com vistas à formação de parceria entre as partes. Com a transferência do serviço, o Estado deixa de exercer a função de executor ou prestador direto e passa a exercer a função de regulador, provedor ou promotor. Nesta condição, o Estado continuará a subsidiar o serviço, buscando, ao mesmo tempo, controle social direto e a participação na sociedade (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2016, p. 17).

objetivos foram alcançados parcialmente: (atrair centros de referência (apenas um dos cinco centros propostos permanece); estimular o desenvolvimento de iniciação científica (entendendo que a atração das instituições de ensino superior faz parte deste objetivo); identificar e atrair parceiros privados (representados pelas empresas privadas residentes no parque); e desenvolver instrumentos que estimulem a conexão entre empresas, ICTs e órgãos públicos (considerando que o movimento de palestras, reuniões periódicas, redes sociais e eventos culturais sejam tais instrumentos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um investimento de R\$ 42 milhões, apenas no edifício do Tecnocentro Bautista Vidal, como é designada a sua sede, e com marco inicial de implantação, originalmente previsto para 2008 (ANPROTEC , 2008a), esse empreendimento contou com forte papel indutor do poder público. Nos últimos dez anos, o Estado investiu mais de R\$ 70 milhões nessa iniciativa. Some-se a esse montante, os incentivos fiscais concedidos aos empreendimentos situados no parque (INOVATEC e ProPARQ), a redução de barreiras à entrada de empresas líderes no setor, a criação de instrumentos legais de apoio à inovação e à criação de novos cursos de mestrado e doutorado.

Inequivocamente, depois de tudo que foi exposto, não há como negar a existência de um enorme gap entre aquilo que foi planejado e o que foi efetivamente executado no Parque Tecnológico baiano. Ao que parece, dois fatores concorreram para esse descompasso. O primeiro tem a ver com o disfuncional modelo de governança que lá prevalece, liderado unicamente pela SECTI, que contraria o previsto no planejamento do Parque, o que, não favorece a tomada de decisões ágeis e flexíveis.

O segundo relaciona-se ao encerramento do período de confluência política, que prevaleceu na primeira metade dos anos 2000, que reunia de maneira uníssona as vozes dos representantes dos poderes municipal, estadual e federal, e dava lugar à conformação de um cenário extremamente promissor para a implantação do Parque Tecnológico na capital baiana. Esse desencontro de interesses ficou evidenciado quando, nos Planos Plurianuais Municipais, de 2010 e 2014, essa estrutura deixou de ser contemplada.

A configuração desse quadro, por certo, mina, de maneira categórica, as pretensões desse Parque vir a ser um instrumento dinamizador do desenvolvimento regional. Essa leitura parece ser bastante razoável, sobretudo quando se constata que os incentivos fiscais constituem a “vantagem” que mais atrai as empresas a residirem nesse local. Mesmo ressentindo-se de toda sorte de apoio, inclusive daqueles que hipoteticamente seriam fáceis de se conseguir num ambiente como esse, a exemplo de infraestrutura tecnológica (redes, voz, etc.), que no caso é considerada “nada adequada” pelos usuários entrevistados, curiosamente os dirigentes das empresas residentes e das incubadas recomendam o Parque.

Suspeita-se que esse aparente paradoxo possa ser explicado, por uma vicissitude da economia baiana e especialmente da sua metrópole, que é precisamente a grande carência de ambientes empresariais de tecnologia, sendo o Parque Tecnológico soteropolitano a opção mais oportuna. Outro fator que se supõe também ajudar na tarefa de explicar essa contradição é a visibilidade que passam a ter as empresas que integram o Parque, fato esse que coloca as deficiências estruturais apontadas, anteriormente, em segundo plano na hora que decidem ingressar e/ou permanecer nesse ambiente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMIENTOS INOVADORESC. **Parques Tecnológicos Brasileiros: Estudo, Análise e Proposições**. Brasília: ANPROTEC, 2008a. Disponível em: <http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/estudo-parques_pdf_16.pdf>. Acesso em 04 dez. 2013.

_____. **Projetos Sócio-culturais: Plano do Desenvolvimento do Parque Tecnológico de Salvador**. Salvador, Jun. 2011.

_____. **Relatório do Plano Diretor: Plano do Desenvolvimento do Parque Tecnológico de Salvador**. Salvador, Abr. 2011.

_____. **Relatório do Plano Estratégico: Plano do Desenvolvimento do Parque Tecnológico de Salvador**. Salvador, Abr. 2011.

_____. **Portfolio de Parques Tecnológicos do Brasil**. Brasília: ANPROTEC, 2008b. Disponível em: <http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/portfolio_completo_resol_media_pdf_28.pdf>. Acesso em 04 Dez. 2013.

_____. **Parque Tecnológico da Bahia: Planejamento Estratégico de Desenvolvimento.** Salvador, Jun. 2004.

ATRASAS, Ana Lúcia. DIAS, José Manuel Cabral de Souza. LEITE, Lucas Antônio de Souza. **Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas: Fatores de Desenvolvimento Tecnológico e Regional em Portugal e Espanha: Relatório de Viagem Internacional.** (Documentos 96) Brasília: EMBRAPA, Set/2003. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/1355163/2020453/doc096.pdf/0c6a5df8-0d69-4fae-8d88-911fe0a2be07>>. Acesso em 10 Set 2015.

AULICINO, Antonio Luis. **Implementation of Technology Parks for the Eradication of Poverty in Emerging Countries: A Brazilian case.** In: IASP WOLRD CONFERENCE, 29, 2012. Tallin: Institute for Sustainable Development IDS, 2012. p. 2-17.

BENKO, Georges. El impacto de los tecnopolos en el desarrollo regional: Una revisión crítica. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 24, n. 73, dic. 1998. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71611998007300003&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 05 Nov. 2014.

CHIOCHETTA, João Carlos. **Proposta de um Modelo de Governança para Parques Tecnológicos.** 2010. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós Graduação em Engenharia da Produção, UFRGS. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28794/000770257.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10Jan. 2016.

CORREIA, Ana Maria Magalhães. GOMES, Maria de Lourdes Barreto. Habitat's de Inovação na Economia do Conhecimento: Identificando Ações de Sucesso. **Revista de Administração e Inovação.** São Paulo, v. 9, n. 2, p. 32-54, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79262>> Acesso em: 14 Set. 2015.

GAINO, Alexandre Augusto Pereira. PAMPLONA, João Batista. **Abordagem teórica dos condicionantes da formação e consolidação dos parques tecnológicos.** Production, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 177-187, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v24n1/aop_prod_0174-11.pdf>. Acessado em: 02 Dez. 2014.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas.** v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Manual de Gestão: Programa Estadual de Organizações Sociais.** Salvador, 2016.

LASTRES, Helena M. M. CASSIOLATO, José E. Glossário de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. **Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais.** Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ. Nov. 2003. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf>. Acessado

em 04 Nov. 2014.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos**. Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília: CDT/UnB, 2014 Disponível em: <http://www.cdt.unb.br/pdf/programaseprojetos/parquetecnologico/Estudo_PNI_Completo.pdf>. Acessado em 16 Jan. 2016.

RODRIGUES, Ricardo Furtado. ROVERE, Renata Lèbre La. SHEBATA, Lucy Domingues. **Os Parques Tecnológicos enquanto Instrumentos de Apoio ao Desenvolvimento Local: o caso do Petrópolis-Tecnópolis**. In: Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica, 12, 2007. ALTEC: Asociación Iberoamericana de Gestión Tecnológica, 2007.

ROVERE, Renata Lèbre La. Paradigmas e Trajetórias Tecnológicas. In: PELAEZ, Victor. SZMRECÁNYI. (orgs). **Economia da Inovação Tecnológica**. São Paulo: Hucitec: Ordem das Economias do Brasil, 2006.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Parque Tecnológico da Bahia**. [Documento Interno] Salvador, Nov. 2013.

_____. **Parque Tecnológico da Bahia: Planejamento Estratégico de Desenvolvimento**. Salvador, Jun. 2004.

_____. **Relatório do Plano Estratégico: Plano do Desenvolvimento do Parque Tecnológico de Salvador**. Salvador, Abr. 2011.

_____. **Relatório do Plano Diretor: Plano do Desenvolvimento do Parque Tecnológico de Salvador**. Salvador, Abr. 2011.

_____. **Projetos Sócio-culturais: Plano do Desenvolvimento do Parque Tecnológico de Salvador**. Salvador, Jun. 2011.

_____. **Estudos Ambientais: Plano do Desenvolvimento do Parque Tecnológico de Salvador**. Salvador, Jun. 2011.

_____. **Parque Tecnológico da Bahia**. [documento de caráter interno] Salvador, Nov. 2013.

SPOLIDORO, Roberto. AUDY, Jorge. **Parque Científico e Tecnológico da PUCRS: TECNOPUC**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

STEINER, João E. CASSIM, Marisa Barbar. ROBAZZI, Antônio Carlos. **Parques Tecnológicos: Ambientes de Inovação**. São Paulo: IEA Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/steinercassimrobazziparquestec.pdf/view>. Acessado em 10 Jan. 2016.

VEDOVELLO, Conceição Aparecida., JUDICE, Valéria Maria Martins.,

MACULAN, Anne-Marie Dalaunay. Revisão Crítica às Abordagens a Parques Tecnológicos: Alternativas Interpretativas às Experiências Brasileiras Recentes. **Revista de Administração e Inovação**. São Paulo/SP, p. 103-118, 2006. Disponível em <<http://www.revistarai.org/rai/article/view/58/0>>. Acessado em 05 dez. 2013. <http://dx.doi.org/10.5773/rai.v3i2.58>.



COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO E ITABORAÍ: a guerra dos lugares na região metropolitana após crise político-econômica de 2014

Wander de Souza Dias Guerra⁷⁸

RESUMO

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro foi o bastião do modelo novo-desenvolvimentista brasileiro, o que seria um dos maiores investimentos da história da Petrobras. O município escolhido para localização do megaempreendimento foi Itaboraí, localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A escolha da RMRJ e do município evidenciou o processo de guerra dos lugares e a lógica competitiva tanto entre regiões quanto entre município e é recheada de polêmicas. Apesar de ter vencido a guerra dos lugares e vivenciado ligeiras melhorias, Itaboraí, após em 2014, com a crise político econômica brasileira começa a vivenciar a perversidade da guerra dos lugares e os limites do modelo novo-desenvolvimentista. Nesse sentido, o objetivo era entender a situação atual de Itaboraí e os efeitos da crise. A partir de uma pesquisa qualitativa, elaborado por meio de entrevistas e visitas técnicas, pode-se constatar a condição atual do município e a percepção da sociedade quanto ao empreendimento, que se transformou em uma frustração ao município.

Palavras-Chave: Comperj, Itaboraí, Guerra dos Lugares, Crise Político-econômica

ABSTRACT

The Petrochemical Complex of Rio de Janeiro was the bastion of the Brazilian new-development model, which would be one of the largest investments in Petrobras' history. The municipality chosen to locate the mega project was Itaboraí, located in the Metropolitan Region of the state of Rio de Janeiro. The choice of the municipality evidenced the war of the places and the competitive logic both between regions and between the municipality and is filled with controversies. Despite having overcome the war of the places and experienced slight improvements, Itaboraí, after 2014, with the Brazilian political economic crisis begins to experience the perversity of the war of the places and the limits of the new-developmental model. In this sense, the objective was to understand the current situation of Itaboraí and the effects of the crisis. From a qualitative research, prepared through interviews and technical visits, one can verify the current condition of the municipality and the society's perception of the enterprise, which has become a frustration to the municipality

Keywords: Comperj, Itaborai, war of places, brazilian crisis

⁷⁸ Mestre em População, Território e Estatísticas Públicas. Secretaria Municipal do Ambiente de Guapimirim. E-mail: guerra.wander@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O estado do Rio de Janeiro desde a fusão com o estado da Guanabara, vem passando por transformações significativas, sendo que a metropolização do estado se deu de caráter singular, e hoje é uma das metrópoles mais importantes do Brasil, mas também uma das mais problemáticas.

Na primeira década do século XXI, graças ao alinhamento político entre União e Estado, o Rio de Janeiro entrou na rota dos investimentos do período novo-desenvolvimentista brasileiro, tendo como vetor principal os setores ligados à cadeia do petróleo. O Rio de Janeiro passou a figurar como um dos principais símbolos do progresso novo-desenvolvimento, o que por sua vez, propiciou que o estado e conseqüentemente, sua região metropolitana, se tornasse destino de grandes investimentos públicos e privados, impulsionados, principalmente por grandes obras de infraestrutura.

No auge do projeto novo-desenvolvimento, em 2007, anunciou-se o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ. O Comperj, na época, seria o maior investimento da história da Petrobras e foi alocado, de forma surpreendente, na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, no município de Itaboraí. A escolha deste município é recheada de polêmicas e questões até hoje não respondidas, mas é signo importante da guerra dos lugares – seja num contexto macro (uma disputa nacional entre regiões metropolitanas nacionais e globais), seja num contexto micro (municípios da própria RMRJ).

A partir do ano de 2013, o projeto novo-desenvolvimentista começa a encontrar seus limites e suas contradições, resultando em uma crise político-econômica no Brasil. Em 2014, os efeitos da crise político-econômica chegam com força no estado do Rio de Janeiro, afetando de forma significativa a RMRJ, e por consequência imediata, o município de Itaboraí, diminuindo de forma drástica os investimentos públicos, desacelerando empreendimentos como o Comperj e causando transformações na dinâmica econômica da região e do município.

Nesse contexto de transformações socioeconômicas, o objetivo deste artigo é discutir os efeitos da desaceleração do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, devido à crise político-econômica brasileira no município de Itaboraí à luz da guerra dos lugares. Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa qualitativa e uma revisão bibliográfica sobre o tema, em conjunto com uma série de visitas técnicas e entrevistas em Itaboraí, que subsidiou uma análise e uma observação relevante do estágio e dos efeitos e fracassos da política novo-desenvolvimentista no estado do Rio de Janeiro.

UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: A REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A GUERRA DOS LUGARES

Do ponto de vista econômico, até a década 1960, quando ainda era capital federal, o Rio de Janeiro sempre foi alvo de significativos investimentos federais, como a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria Duque de Caxias, numa nítida tentativa de contrabalancear o domínio econômico paulista (Osório, Versiani, 2013).

Contudo, a partir da década 1960, o Rio de Janeiro passa por um processo de erosão em seu prestígio e importância, além do enfraquecimento da sua dinâmica socioeconômica. Na década de 80, com a inversão do processo de crescimento econômico e a crise fiscal que atingiu o Brasil, o Rio de Janeiro é atingido fortemente, graças à forte dependência da economia fluminense dos investimentos públicos da União, fazendo com que a economia do estado do Rio de Janeiro ficasse estagnada por duas décadas (Osório, Versiani, 2013).

Após a estagnação nas décadas de 80 e 90, no final do século XX surge uma mudança significativa em relação ao posicionamento do Rio de Janeiro no cenário nacional, com o objetivo de retomada de prestígio e do crescimento econômico. Em 1997, a partir da quebra do monopólio do petróleo pela Petrobras, ocorre a revitalização da infraestrutura fluminense, com vistas ao potencial de exploração da Bacia de Campos e a possível chegada de novos investidores e investimentos. Essa perspectiva transformou o ambiente econômico do Rio de Janeiro, trazendo novas possibilidades de crescimento para a economia fluminense, embora ainda baseado na indústria extrativista (Oliveira, Rodrigues, 2009).

Nos anos 2000, o Rio de Janeiro, embalado por mudanças no cenário econômico e político nacional, busca consolidar a reestruturação do seu parque produtivo. T tamanha reestruturação se deu por meio, principalmente, de parcerias público-privadas (PPP), que permitiram a criação de novas estruturas físicas, com destaque para as voltadas para o escoamento de petróleo e gás natural, devido à consolidação da exploração de petróleo na Bacia de Campos, sendo alvo principal de diversos investimentos do PAC, nas áreas de logística e de energia, mantendo-se ainda dependente de recursos federais (Cruz, 2014).

A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro tem papel fundamental nessa reestruturação produtiva do estado. Portanto, se faz necessário entender melhor a RMRJ e o que a torna tão importante para o Brasil e para a economia fluminense.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, para Rodrigues e Oliveira (2009) e Davidovich (2001), surge devido à expulsão das indústrias da cidade central, o que por sua vez resultou em uma política de espraiamento das indústrias do município-sede em direção à periferia imediata. Com o espraiamento acelerado, a RMRJ se tornou destino de trabalhadores de baixa renda que se instalavam em áreas próximas às indústrias ou acessos. No contexto produtivo, as plantas fabris se viram atraídas para a região por fatores como facilidade de acesso às vias de escoamento, disponibilidade de recursos hídricos, baixo preço das terras e abundância de mão-de-obra não organizada. Na RMRJ ficam evidentes a segregação socioespacial e, até mesmo, a distribuição desigual de recursos e de riscos.

Davidovich (2001) entende que a metropolização do estado do Rio de Janeiro se deu de forma singular, pois as grandes indústrias foram os principais agentes atuantes na reconfiguração do espaço metropolitano, com base em políticas públicas que possibilitaram tal atuação. Portanto, há um fortalecimento de atores exógenos que passam a construir novos espaços, alheios às características anteriores das cidades por onde se instalam. Por fim, na Região Metropolitana, consolidam-se as estratégias para capacitá-la para a atração de negócios, colocando a RMRJ na lógica da competitividade imposta pela globalização da economia.

Para Oliveira (2005), o processo de metropolização do Rio de Janeiro foi um marco da mutação da vida em suas múltiplas dimensões, sendo possível observar no espaço metropolitano as relações antagônicas de diferentes segmentos sociais, reproduzindo modalidades – legais ou ilegais – de poder, intensificando a segregação socioespacial entre ricos e pobres. Para a autora, os usos diferentes do território da RMRJ foram constituídos de forma desigual, contraditória e segregadora, resultante da desigualdade social de uma sociedade de classes.

Atualmente, dos 92 municípios fluminenses, 21 estão oficialmente inseridos na Região Metropolitana. A RMRJ, de acordo com o Censo Demográfico (2010), possui 11.835.708,00 habitantes, é a segunda maior área metropolitana do Brasil, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi instituída legalmente pelo Poder Público pela Lei Complementar nº20, de 1º de julho de 1974, com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, unindo as regiões metropolitanas do Grande Rio Fluminense e da Grande Niterói.

Para Araújo e Rufino (2014), institucionaliza-se a Região Metropolitana com o objetivo oficial e ideológico de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas para atender prioritariamente os interesses dos municípios que a compõem, promovendo um fortalecimento da região, numa nítida tentativa de ganhar competitividade frente às demais regiões, evidenciando que desde a sua institucionalização, até hoje, a RMRJ tem o propósito de ser competitiva com demais regiões do país e do mundo.

De acordo com Barral Neto *et al.* (2008), a guerra dos lugares surge a partir da imposição de uma lógica competitiva do mundo capitalista, em escalas menores, incorporando a cidades e regiões expressões de mercado como eficiência, produtividade, concorrência e lucro.

Sendo assim, os países dividem-se em cidades-empresas ou regiões-empresas, que buscam a todo o momento mostrar que são mais eficazes que outras e, com isso, atrair mais investimentos e garantir melhor posição no mercado global. Desta forma, grandes grupos empresariais – estatais ou privados, nacionais ou transnacionais – ganham vantagens de ordem técnica e

política, visto que formam contingentes de lugares, o que permite a esses grupos hegemônicos promover chantagem locacional, procurando garantir a rentabilidade dos investimentos (Barral Neto *et al.* 2008).

Contudo, o valor que um lugar adquire no mercado não é perpétuo e, por vezes, é efêmero. Ou seja, espaços outrora altamente valorizados, ocupados por numerosas empresas, podem deixar de ser atrativos, assim como lugares anteriormente ignorados podem se tornar bem-vistos pelos representantes do capital, desde que comecem a oferecer condições para o aumento das taxas de lucro (Barral Neto *et al.* 2008).

O discurso ideológico no qual se fundamenta a guerra dos lugares ancora-se principalmente sobre o argumento da geração de emprego e de resultados econômicos positivos, retirando da população o controle dos destinos de seus próprios lugares, por meio da chantagem. Por exemplo, a atração de empresas se justifica tão somente por indicadores econômicos, mesmo que isso resulte em prejuízos sociais e ambientais consideráveis para as populações, e que melhorias de infraestrutura promovidas por estes negócios lhe sejam negadas (Barral Neto *et al.* 2008; Moyses, 2016; Acselrad, 2013).

No estado do Rio de Janeiro há indícios significativos que permitem a aplicação do conceito da guerra dos lugares. O período entre as décadas de 60 e 80 foi marcado por mudanças negativas para o estado do Rio de Janeiro e para a sua Região Metropolitana em particular. Fatores como perda de prestígio no cenário nacional, queda de investimentos de todo o tipo, além de perda de autoestima da população fluminense por diversos episódios, como a fusão autoritária dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, fizeram com que o estado vivesse períodos complicados até o fim da década 90 (Moyes, 2010).

Nesse panorama desolador, surge a necessidade ideológica e econômica de que o estado se recoloca no cenário nacional e mundial. Entretanto, para isso, é necessário acirrar a competição com demais regiões do país, a fim de atrair investimentos.

De acordo com Rigolon (1998), uma alternativa que promove crescimento econômico fortalecendo o ambiente de negócios é o investimento

em infraestrutura pelo poder público, pois isso possibilita o retorno de insumos privados. Em outras palavras, investimentos públicos em áreas estratégicas, como produção de energia, transporte e telecomunicações, são vitais para que o lugar volte a ser competitivo no mercado. E foi exatamente nesse contexto que o Rio de Janeiro voltou a figurar no cenário econômico nacional e global, pois se consolidou no projeto novo-desenvolvimentista compreendido no PAC, recebendo grandes investimentos, principalmente os associados à cadeia produtiva de gás e petróleo, além de outros empreendimentos de infraestrutura.

Um dos maiores investimentos da Petrobras, um complexo petroquímico, ao ser anunciado que seria instalado no Rio de Janeiro, deixou nítido que o estado voltava a ser uma das mais importantes unidades federativas no que diz respeito à economia nacional. O Comperj trouxe consigo incrementos de infraestruturas, para colocar o estado do Rio de Janeiro na rota de investimentos. Um dos ativos mais relevantes é o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, pensado na década de 70, mas implementado devido ao PAC e impulsionado pelo Comperj. Esse processo tem um forte componente de inserção do Rio de Janeiro também no mercado global, visto que contou com a presença maciça do Estado-nação, para colocar a região no rol de lugares competitivos globais, com alto investimento no setor de infraestrutura (Vieira, 2015; Concremat, 2007).

Logo, o Comperj trouxe em seu bojo concepções sobre o desenvolvimento, modernização e sustentabilidade, numa clara estratégia de fomentar a chegada de novos ativos para o estado e a RMRJ.

ITABORAÍ: DA ESCOLHA DO MUNICÍPIO À DESERDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Para Santos (2000), resumidamente, competir é uma necessidade, que é largamente aceita e difundida, sendo que desobedecer a esse imperativo implica diretamente na perda de posições no mercado ou até no desaparecimento do cenário econômico.

Portanto, o Comperj jamais iria ser negado por qualquer ator político da região, principalmente por causa da sua lógica modernizadora e desenvolvimentista, sob o risco de fazer com que o Rio de Janeiro e a Região

Metropolitana deixassem de figurar como atraentes no mercado globalizado de cidades e regiões. O próprio empreendimento assume pra si a responsabilidade de reverter o processo de esvaziamento econômico que começou com a mudança da capital federal para Brasília, acentuou-se na fusão com a Guanabara e aprofundou-se com a fuga de investimentos nas décadas de 80 e 90 (Concremat, 2007).

Nesse caso, não era possível para a Região Metropolitana ser desfavorável a qualquer determinação econômica ou alocação de um grande empreendimento, já que, na guerra dos lugares, a única regra é a conquista de melhor posição. Ou seja, Itaboraí, município da região metropolitana, sob a lógica da competitividade, viu-se na obrigatoriedade de aceitar tamanho empreendimento, com o objetivo de subir posições e inserir-se no varejo de cidades, mesmo que isso não garantisse melhorias significativas e/ou benesses para a população.

A alocação do Comperj no estado do Rio de Janeiro ocorreu devido a uma campanha motivada pela percepção de que, com a chegada de um empreendimento desse porte, ele seria um vetor de desenvolvimento para o município, para a Região Metropolitana do estado e para o próprio estado. O debate acerca do local a ser instalado o complexo deu-se entre os municípios de Itaboraí, Campos dos Goytacazes e Itaguaí. Itaboraí foi escolhida com a alegação de facilidades logísticas e oportunidades de negócios da RMRJ, somadas aos interesses políticos envolvidos na escolha locacional, objetivando aumentar os lucros e diminuir gastos da Petrobras, em detrimento do aspecto social e ambiental (Soares, 2012).

No aspecto ambiental, Itaboraí é o município, dentre todos os concorrentes, que mais possui unidades de conservação em seu entorno. A área de influência (Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta, conforme RIMA) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro conta com 74 Unidades de Conservação da Natureza que abrangem um espaço territorial de cerca de 343.000 hectares, quase metade da área de influência do Complexo (Concremat, 2007; Moyses, 2010; Andrade Filho *et al.*, 2009).

Para Soares (2007), quando se escolheu Itaboraí para a implantação do empreendimento, outros aspectos deveriam ter sido considerados, como a escassez de água da região, a fragilidade do ecossistema da Baía de Guanabara, a chegada de novos assentamentos urbanos e possíveis fontes de contaminação.

Há um consenso dentro dos órgãos ambientais de que a escolha do local foi motivada por aspectos políticos e econômicos, conforme constataram Faustino e Furtado (2013). De acordo com as autoras, a questão política trata de que Campos dos Goytacazes se constitui um reduto eleitoral da família do ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho e, portanto, não havia interesses do Governo Federal em realizar investimentos vultosos no município cujos representantes defendiam interesses políticos divergentes do Governo Federal.

No aspecto econômico, em Campos dos Goytacazes o Complexo seria instalado em uma região de plantação de cana, o que eliminaria a necessidade de supressão de vegetação natural e as implicações em unidades de conservação. Contudo, optou-se por não entrar em conflito com os fazendeiros e usineiros de cana, evidenciando, assim, uma escolha que parte de uma disputa entre grupos sociais diferentes e em situações diferenciadas de poder, o que nos indica uma escolha permeada também por injustiças ambientais e com forte componente classista (Faustino, Furtado, 2013).

No período de anúncio do empreendimento e do início das obras, entre 2007 e 2013, sob a perspectiva de crescimento econômico, expansão de negócios, especulação imobiliária e aumento de investimentos, o município de Itaboraí se tornou destino de muitos trabalhadores e investidores. Para os trabalhadores, o Comperj seria capaz de gerar cerca de 173 mil empregos diretos e indiretos; 75 mil na área de região de influência direta e 65 mil na área de influência indireta, sendo a maioria desses no setor da construção civil. Para os investidores, Itaboraí era o palco de uma das maiores obras públicas e símbolo do sucesso do novo-desenvolvimentismo brasileiro. O município que outrora tinha um papel de pequena relevância, fosse no cenário industrial, estadual ou nacional, agora figurava no case de diversos investidores nacionais

ou multinacionais, pela perspectiva de retorno rápido (Benavides *et al.*, 2009; Concremat, 2007; FIRJAN, 2008).

Durante o boom do Comperj, o município teve ligeiras melhoras socioeconômicas. Usando dados exclusivamente econômicos, podemos perceber, por exemplo, que de 2006 a 2014, houve um aumento incremental da participação da economia de Itaboraí no estado do Rio, com destaque para a indústria e o aumento na geração de emprego e renda, como indica o Índice Firjan de desenvolvimento municipal (Gaspar, Aguiar, 2015; FIRJAN, 2016; IBGE, 2016).

Contudo, Milton Santos já avisara, que o capital deserda cidades na mesma velocidade que os descobre. No contexto de desaceleração econômica somada à crise política e à queda do preço do barril do petróleo em cenário mundial, o que fez com que o Brasil caminhasse para a recessão, os impactos negativos da crise foram rapidamente sentidos pelo município e pelos trabalhadores.

Apesar de ter sido vencedor da guerra dos lugares, alheio a todos os riscos ambientais e sociais, e de ter se adequado às regras da globalização perversa, Itaboraí não gozou da prosperidade prometida na época do anúncio do Comperj. Santos (2007) alerta que o capital “escolhe lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter [...] e deserdam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer tais respostas (p. 19)”. O município metropolitano experimenta hoje esse processo, pois vem passando por transformações profundas desde o anúncio da escolha do município para a instalação do Comperj até o presente momento.

Atraso significativo das obras, postergação de investimentos, redução da planta do Complexo, aumento do desemprego e não consolidação do polo industrial tornaram-se a realidade do Comperj e de Itaboraí (Gaspar, Aguiar, 2015). Sendo assim, o município, que aguardava um futuro de grandes ganhos econômicos e sociais, se deparou com a ascensão do desemprego e do abandono de investimentos.

De acordo com os dados do CAGED, verificamos que de 2007 a 2013, houve aumento do emprego formal no município. Contudo, com a desaceleração do Comperj e a consolidação da crise econômica brasileira, em 2014 o número de empregos formais começa a declinar. Em 2015, no pico da crise, o município perdeu mais de 15 mil postos de trabalho formais, conforme dados do CAGED, devido à paralisação de obras do Complexo (MTE, 2016).

Outro aspecto que pode exemplificar também a crise do município é o fechamento de empresas. Em 2015 e 2016, de acordo com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 512 micros e pequenas empresas fecharam as portas no município. Esse número é superior ao somatório de micro e pequenas empresas que fecharam no período de 2010 a 2014, que totalizaram 333 fechamentos (CNC, 2017).

Percebendo a perda de investimentos e a fuga do capital, diversos foram os movimentos de trabalhadores e do Poder Público local para a retomada do empreendimento. Em matéria veiculada pelo jornal El País, no dia 29 de julho de 2015 as palavras de Helil Cardozo, prefeito do município de Itaboraí no período de 2012 a 2016, mostram o descontentamento com a diminuição do ritmo do empreendimento:

Riram da população e dos investidores que acreditaram nessas palavras [sobre o Comperj]. Disseram que iríamos ser a segunda renda mais alta do estado do Rio de Janeiro. Foi uma piada de mau gosto [...] Antes do Comperj, éramos um Fusquinha com combustível. Passamos a dispor de uma Ferrari que ia a toda a velocidade, mas que agora não tem nem gasolina nem pneus (Araújo, Veciana, 2015).

Em outra matéria, desta vez para a BBC Brasil, em 26 de junho de 2016, as palavras de Helil Cardozo, dá-se ainda mais destaque à decepção com o Comperj. Nas palavras do político, o “sonho virou um grande pesadelo para a cidade” (BBC, 2016).

Não obstante, nada mudou até o presente momento o panorama do município não mudou. Vários veículos da mídia noticiaram o abandono de Itaboraí. Em visitas realizadas ao município no período de novembro de 2016 a janeiro de 2017, verificamos que um shopping, o Itaboraí Plaza, construído às

margens da BR-101, que possui infraestrutura gigantesca, lojas luxuosas e praça de alimentação de ponta, se encontrava vazio em todas as ocasiões. A praça de alimentação, em pleno horário de almoço, ostentava lugares vazios. O hotel construído junto ao shopping nem sequer foi inaugurado. O estacionamento com capacidade para milhares de carros também estava vazio, signo do esvaziamento econômico. Duas torres comerciais encontram-se com diversas salas vazias, que deveriam estar ocupadas por gerências de empresas que chegariam a Itaboraí.

No centro do município, a desolação é a mesma. Grandes prédios comerciais com inúmeras lojas vazias, cartazes de “vende-se” ou “aluga-se”. Empreendimentos de grandes redes hoteleiras, como o Íbis, trabalham na menor capacidade de atendimento. Diversos prédios corporativos com infraestrutura de ponta tornaram-se grandes elefantes brancos na paisagem de Itaboraí

Além disso, obras inacabadas e esqueletos de construções surgem na paisagem urbana do município. Estruturas abandonadas, equipamentos de infraestrutura danificados e construções por terminar refletem a situação de estagnação do município.

No rosto e nas falas da população local, é evidente a frustração e decepção. A maior parte dos munícipes culpa a “falência” do Comperj pela estagnação do município. Afirmam o tempo todo que o município está perdido, abandonada à própria sorte após a paralização do Comperj. Ao mesmo tempo, porém, trabalhadores e funcionários demonstram um fio de esperança da retomada das obras; aguardam para que a sonhada prosperidade econômica volte ao município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, podemos observar que a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro é uma das regiões mais importantes do País, figurando também em uma das regiões mais importantes do mundo. Contudo, os próprios municípios que a compõem possuem características singulares, o que promove uma disputa entre eles, além, da disputa já consolidada entre a RMRJ e demais regiões do mundo globalizado, por investimentos públicos ou

privados. Nesse sentido, esse processo retoma aquilo que é denominado de guerra dos lugares, evidenciada e materializada pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Portanto, o Comperj é o signo maior da guerra dos lugares, que buscou trazer a Região Metropolitana para a nova arena de embates entre regiões no mundo. Ao mesmo tempo, os investimentos fizeram com que na própria Região Metropolitana a competitividade entre seus municípios fosse acirrada, contrapondo o objetivo de integração da RMRJ, e colocando a lógica do mercado acima da lógica do bem comum.

Percebe-se, por fim, que mesmo com as mazelas trazidas pelo Comperj, o município espera o seu retorno, preso na chantagem locacional e nas alternativas infernais, que serão debatidas posteriormente, graças às estratégias que fizeram com que o empreendimento fosse tratado como vetor e única força capaz de promover o desenvolvimento do município e da Região Metropolitana no estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Liberalização da economia e flexibilização das leis - O meio ambiente entre o mercado e a justiça. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**. Duque de Caxias, v.3, n. 3, p. 62 – 68, set./dez. 2013. Disponível em: <publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/download/2549/1199>. Acesso em: 26 set. 2016.

ANDRADE FILHO, J.M. BARROS. E.B.M, FRANCISCO. C.N. DI MAIO, A.C. PIRES. I.O. Diagnóstico dos instrumentos legais de gestão territorial da área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj. In: XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 3447-3453. **Anais Eletrônicos...** Natal: INPE, 2009. Disponível em: <<http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.17.23.28/doc/3447-3453.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

ARAUJO, H. VECIANA, A. Cidade de Itaboraí, no Rio, definha junto com o caos da Petrobras. **El País**, Brasil, 29 de julho de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/28/politica/1438102186_804949.html>. Acesso em: 24 set. 2017.

ARAUJO, E. C. RUFINO, W. B. A especialização do espaço na escala metropolitana – CONLESTE: utopia ou uma forma de blindagem aos impactos

do COMPERJ. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo, 2014. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/artigos/st/st-epc-007-3-araujo.rufino.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2016

BARRAL NETO, J.F. PASSOS, W.S. SILVA NETO. R. O petróleo como grande financiador da “Guerra de Lugares”: o caso dos municípios da Bacia de Campos – RJ. **Cadernos IPPUR**, v. 22, n. 2, p. 185-216, ago./dez. 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download/292/101>>. Acesso em: 15 fev. 2016

BBC. A decepção na cidade fluminense que esperava prosperar com o petróleo. BBC Brasil, Jun, 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36385300>>. Acesso em: 14 jan. 2017

BENAVIDES, Z.C.; CINTRÃO, R.P.; FIDALGO, E.C.C.; PEDREIRA, B.C.C.G.; PRADO, R.B. **Consumo e abastecimento de água nas bacias hidrográficas dos rios Guapi-Macacu e Caceribu – RJ**. Série Documentos, nº 115. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009, 158p.

CNC. Estatísticas sobre a mortalidade de micro e pequenas empresas. Itaboraí, 2017. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/estatisticas>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

CONCREMAT. Relatório de Impacto Ambiental do COMPERJ. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.comperj.com.br/util/pdf/rima.pdf>> Acesso em 01 de março de 2013.

CRUZ, B.O. A influência dos novos empreendimentos da metrópole do Rio de Janeiro na bacia do rio Imboaçú - SG. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. A AGB e a Geografia Brasileira no contexto de lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. Vitória, 2014. **Anais Eletrônicos...** Vitória: AGB, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405768917_arquivo_ainfluenciadosnovosempreendimentosdametropoledeoriodejaneironabaciadorioimboacu_sg_.pdf. Acesso em: 19 jul 2016.

DAVIDOVICH, F. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, n. 6, pp. 67-77, 2º sem, 2001 Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/9269/6875>. Acesso em: 03 jul. 2016

FAUSTINO, C. FURTADO. F. Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj. **Relatório da Missão de Investigação e Incidência**. Plataforma Dhesca - Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). Comperj: Potencial de desenvolvimento produtivo: estudos para o

desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro**, n.1. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2008. Disponível em:
<<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CE9215B0DC40121737C11980860>>. Acesso em: 05 ago. 2016

GASPAR. L.H.M. AGUIAR. P.R.R. Desenvolvimento do município de Itaboraí durante o processo de instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Fortaleza, 2015. **Anais Eletrônicos**. Disponível em:
<http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_214_267_26919.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra**. Brasília, 2010. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso em: 05 out. 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Microdados. Brasil, 2016.

MOYSES, Y. Comperj e unidades de conservação: contradições no território. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E X SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1. Rio Claro, **Anais...** Rio Claro: UNESP, 2010. p. 5858-5878.

MOYSES. Y. Pescadores artesanais e COMPERJ: discursos ambientais e a disputa pela Baía de Guanabara. Tese de Doutorado. 190 p. (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal Fluminense). Niterói, 2016.

OLIVEIRA D.S. Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Confluências e Disparidades. A evolução da segregação sócio-espacial no contexto da RMRJ. 2005. Disponível em:
<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST5-3.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

OLIVEIRA. A. RODRIGUES. A.O. Industrialização na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. **Semestre Económico**, volume 12, No. 24 (Edición especial), p. 127-143, Medellín, 2009. Disponível em:
<<http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v12nspe24/v12nspe24a8.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

OSORIO. M. VERSIANI. M.H. O papel das instituições na trajetória econômico-social do estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**. Rio de Janeiro, julho/2013. Disponível em:
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9095>. Acesso em: 25 AGO. 2016

RIGOLON. F.J.Z. O investimento em infraestrutura e a retomada do crescimento econômico sustentado. **Revista Pesquisa Planejamento e Economia**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 129-158, abril/1998. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/716/656>>. Acesso em: 05 jun. 2016

RODRIGUES. T.A. SALVADOR. E. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas políticas sociais. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9689/1/ARTIGO_ImplicacoesProgramaCrescimento.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2016

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000

SANTOS. M. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA. M.P, HAESBAERT, R. MOREIRA. R (org.) **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Editora Lamparina, 3ª edição, 2007. p. 13-22.

SOARES, D. G. Conflito, ação coletiva e luta por direitos na Baía de Guanabara. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) UFRJ/IFCS. Rio de Janeiro, 2012.168f.

VIEIRA, T.W.M. Novo desenvolvimentismo e conflitos ambientais: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e os pescadores artesanais da Baía de Guanabara. 126 f. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.



BIOMETANO, A PARTIR DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS:

Viabilidade técnica do processo produtivo

Rayme Vasconcellos Soares⁷⁹

Jerisnaldo Lopes Matos⁸⁰

RESUMO

É de incontestável importância econômica, social e ambiental, a análise da viabilidade técnica do processo produtivo do biometano a partir dos resíduos sólidos urbanos, considerando o aterro sanitário como estrutura fundamental para a disposição dos resíduos, matéria-prima básica do referido processo. Há de se validar, contudo, a eficiência de um aterro sanitário projetado adequadamente, cuja composição possui, dentre outros elementos o sistema de drenagem de águas, o sistema de impermeabilização de fundo e de laterais, o sistema de drenagem de lixiviados, o sistema de drenagem de gases, a camada de cobertura e um sistema de monitoramento, que visa garantir a preservação do meio ambiente, a salubridade da população do entorno e a segurança da obra, basicamente. O biometano é resultado da purificação do biogás que compreende a dessulfurização, o processo de secagem e a remoção do CO₂, visando a alcançar um teor de metano de mais de 95%.

Palavras-chave: Resíduos; Aterro Sanitário; Biogás; Biometano.

ABSTRACT

It is of incontestable economic, social and environmental importance to analyze the technical feasibility of the biomethane production process from urban solid waste, considering the landfill as a fundamental structure for the disposal of waste, the basic raw material of said process. However, the efficiency of a

⁷⁹ Bacharel em Administração; Especialista em Gestão de Pessoas e em EAD. Mestrando – FTC; Docente em Faculdade Metropolitana de Camaçari FAMEC. E-mail: raymesoares@gmail.com

⁸⁰ Doutor, Docente na FTC. E-mail: jerislopes@hotmail.com.

properly designed landfill, whose composition has, among other elements, the water drainage system, the bottom and side waterproofing system, the leachate drainage system, the gas drainage, the cover layer and a monitoring system, which aims to ensure the preservation of the environment, the salubrity of the surrounding population and the safety of the work, basically. Biomethane is the result of the biogas purification comprising desulphurisation, the drying process and the removal of CO₂, aiming to achieve a methane content of more than 95%.

Keywords: Waste; Landfill; Biogas; Biomethane.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um contribuinte efetivo para o quadro de descuido com o meio ambiente, no que se refere ao tratamento dos resíduos, assim como demais setores de saneamento. Conforme registro da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) - Panorama 2014, no país os recursos aplicados pelos municípios para custear os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos pouco aumentaram ao longo dos anos. É importante, no entanto, destacar que do tratamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU), obtém-se matéria-prima para a produção do biogás/biometano.

O biometano é um biocombustível oriundo de biomassa e, desta forma, trata-se de uma fonte de energia renovável, ainda não utilizada em escala comercial, sendo assim, faz-se necessária, inicialmente, a análise da viabilidade técnica. Para o entendimento dos processos de produção do biogás/biometano é importante delimitar os sistemas e subsistemas da referida produção e das operações a esta inerentes.

A coleta e a destinação/disposição adequadas contribuem para a melhor qualidade ambiental, e culmina em uso otimizado do resíduo sólido orgânico decorrente das áreas urbanas. O lixo, gerado nos estados brasileiros, denota um potencial produtivo bastante considerável. De acordo com a forma nacional de caracterização de resíduos, constante na versão preliminar do PNRS, mais de 50% do total de resíduos sólidos urbanos produzidos no Brasil é

de composição orgânica (MMA, 2017). Calderone (1999), em seus estudos, aponta que, do lixo coletado no país, 60% é de origem orgânica.

A disposição final adequada dos RSU se dá quando esta ocorre nos aterros sanitários, uma vez que estes atendem aos critérios de proteção e preservação ambiental e de saúde pública. Conforme Caldas (2011), nos aterros sanitários ocorre o processo de digestão anaeróbica dos RSU, onde são produzidos o biogás, o lixiviado e a matéria orgânica estabilizada.

ATERRO SANITÁRIO

Conforme Elk (2007), o aterro sanitário é o resultado de uma obra de engenharia, cujo projeto atende a critérios técnicos, com o objetivo de, efetivamente, possibilitar a disposição dos resíduos sólidos urbanos, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

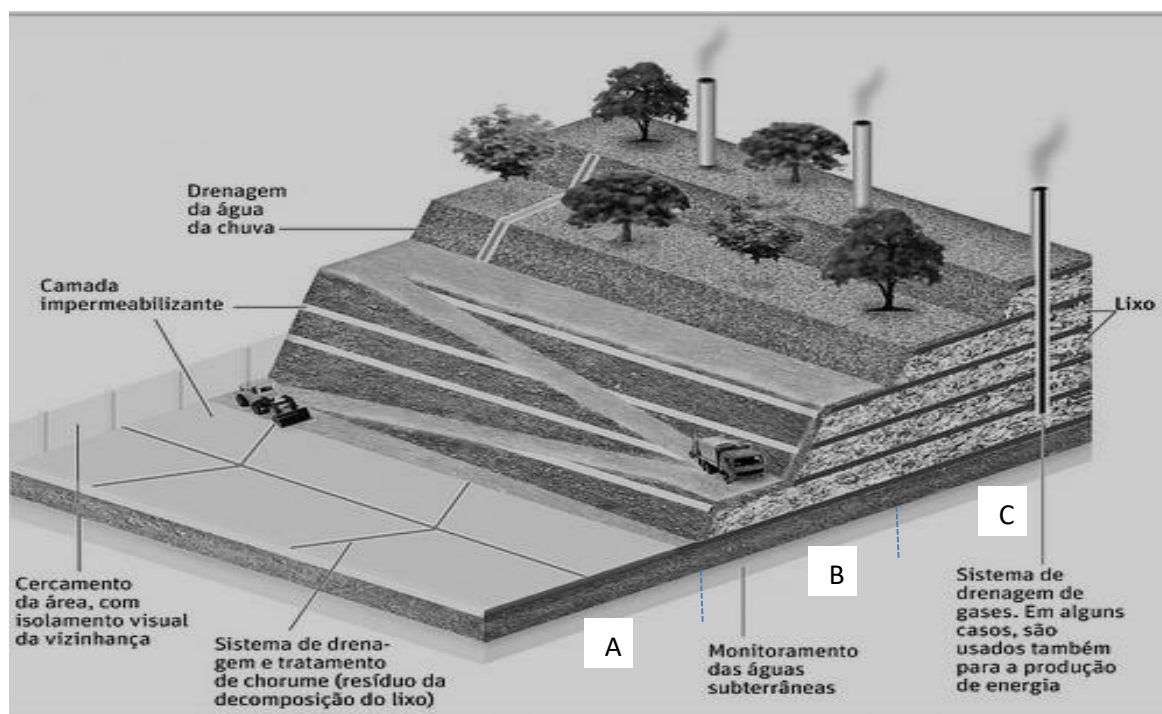
Para a elaboração de um projeto de aterro sanitário para resíduos sólidos de Classe II (não perigosos), faz-se necessário o atendimento à norma de número NBR 8419/ NB 843, estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que faz referência às diretrizes técnicas dos elementos básicos de projetos de aterros, como, impermeabilização da base e superior, monitoramento ambiental e geotécnico, sistema de drenagem de lixiviados e de gases, exigência a respeito de células específicas para resíduos de serviços de saúde, disponibilização do manual de operação do aterro, bem como a definição a respeito do uso futuro da área do aterro, pós-atividades.

Conforme Carvalho *et al.* (2008), o aterro sanitário é contextualizado, habitualmente, como um reator bioquímico de grandes proporções que tem resíduos e água como importantes produtos de *input* e, gás e lixiviados, como produtos de *output*. No que se refere ao projeto de construção de um aterro sanitário, segundo Nascimento (2007), deve haver o seguinte conjunto de componentes: divisão em células, compactação de resíduos, cobertura, sistema de impermeabilização do solo de fundação, sistema de coleta e drenagem de líquidos e gases, tratamento do lixiviado, monitoramento geotécnico e ambiental, entre outros.

De acordo com Naime (2012), a preparação se efetiva com a impermeabilização e o nivelamento do terreno, com obras de drenagem que visam a impedir que a percolação, na massa dos resíduos depositados (lixo), atinjam as águas pluviais e, desta forma, aumente o volume de chorume a ser tratado. No setor de execução, os resíduos são discriminados conforme as suas características, e dispostos separadamente. Na conclusão do processo, momento em que é atingida a capacidade de disposição final de um setor do aterro sanitário já esgotado, um selamento com manta de polietileno de alta densidade, é feito. Acima é colocada uma camada de matéria orgânica onde são plantadas gramíneas.

Na figura 1, podem-se verificar, em uma configuração básica, os sistemas inerentes ao funcionamento de um aterro sanitário, que se distribuem em três setores identificados, neste trabalho, pelas letras maiúsculas A (setor em preparo), B (setor em execução) e C (setor concluído).

Figura 1 – Configuração básica de um aterro sanitário.



Fonte: Adaptado pelo autor, a partir de GRALTEC (2016).

A estrutura do aterro deve possuir drenos de gás, que liberam o metano e o gás carbônico; além disso, são utilizadas técnicas de monitoramento durante e após o seu fechamento.

Um aterro sanitário é composto por uma estrutura de considerável complexidade técnica, que possibilita um processamento eficiente dos resíduos depositados.

Na figura 1, setor C, pode-se verificar a ilustração de como se dá um sistema de drenagem das águas da chuva. Conforme Elk (2007), a função deste sistema é impedir que ocorra entrada de água de escoamento superficial, no aterro, pois, esta infiltração, além de aumentar o volume de lixiviados, pode resultar na instabilidade da massa de resíduos pelas poro-pressões induzidas. A escolha do local e dimensionamento do sistema de drenagem superficial resultam dos dados adquiridos com base em levantamentos topográficos e climatológicos.

Visando à proteção e ao impedimento de percolação do chorume para o subsolo e aquíferos, é feita a impermeabilização. A exigência mínima para a contenção de lixiviados não perigosos no Brasil é que as camadas de fundo e laterais consistam de uma camada simples, que pode ser de argila compactada de permeabilidade inferior a 10^{-7} cm/s, sendo, também, possível a utilização de geomembranas de polietileno de alta densidade (PEAD), cuja espessura mínima seja de 1mm. Com o propósito de reduzir os impactos ambientais e proporcionar durabilidade e segurança, deve-se atentar para a qualidade do material e dos métodos de construção (ELK, 2007).

Guedes (2007) salienta sobre a possibilidade de que, em substituição da camada de geotêxtil, seja utilizada uma camada de argila impermeável com altura aproximada de 50 cm (que pode variar em função de um estudo de permeabilidade, granulometria, compactação e umidade do solo). Do mesmo modo que a camada de geotêxtil, a camada de argila é indicada como proteção da geomembrana contra as ações mecânicas que, por ventura, possam danificá-la, resultando na perda da sua capacidade de estaqueamento.

A respeito do lixiviado, também chamado de chorume ou percolato, Elk (2007), expõe que estes são possuidores de elevado volume de elementos sólidos e importante quantidade de matéria orgânica. Uma vez percolados, por meio do substrato inferior dos aterros, sem terem sido submetidas a tratamento, estas substâncias degradam as águas existentes nos espaços subterrâneos. Desta forma, faz-se necessário a existência de um sistema fluido de drenagem que impeça o acúmulo de lixiviados no interior do aterro.

O dreno do lixiviado pode ser efetivado por meio de uma rede de drenos internos, constituídos, com frequência, de tubos perfurados, preenchidos com brita, cuja conformação é similar a uma “espinha de peixe”, que conduzem o chorume drenado até um sistema de tratamento. O processo de drenagem deve acontecer acima da camada impermeabilizante inferior (ELK, 2007).

O dreno de gases, decorrentes da decomposição da matéria orgânica, é o objetivo do sistema de drenagem de biogás. Desta forma, o referido sistema impede a migração de gases por entre os meios porosos constituintes do subsolo, o que poderia resultar no seu acúmulo em fossas, poços, redes de esgoto e sob edificações, internas e externas ao aterro sanitário. (D’ALMEIDA, 2000).

Usualmente, os drenos de biogás nos aterros sanitários se constituem de linhas de tubos perfurados, sobrepostos e envoltos por uma camada de brita, cuja espessura é igual ao diâmetro do tubo utilizado. Os referidos tubos atravessam a massa de resíduos aterrados no sentido vertical, e vão da base à superfície, formando uma chaminé (D’ALMEIDA, 2000).

Conforme Guedes 2007, quando os aterros não possuem estruturação para o aproveitamento energético do biogás, este é diretamente lançado na atmosfera ou é queimado em um dispositivo simples para a sua ignição e queima (*flare*). Já os aterros, que utilizam de estruturas visando à produção de energia, possuem um sistema de captação do biogás. O biogás produzido é captado nesse sistema e encaminhado para uma estação de captação.

Conforme Maciel (2003) a cobertura é um sistema que tem como característica servir de ligação entre o interior de um aterro e a atmosfera. Em função disto, é percebido como parâmetro fundamental para o controle de poluição do ar.

De acordo com Maciel (2003), a vegetação sempre relacionada com a parte externa das camadas, independentemente do sistema adotado, tem como objetivo evitar problemas de erosão e contração do solo. Boscov (2008), afirma que a combinação da camada argilosa, que costumeiramente possui coeficiente de permeabilidade menor ou igual a 1×10^{-9} m/s, com a geomembrana possibilita a efetiva impermeabilização.

Conforme Elk (2007), o sistema é composto de monitoramento ambiental e geotécnico, descrito no Quadro 1.

Quadro 1. Sistema de monitoramento.

Monitoramento ambiental	Monitoramento geotécnico
Controle das águas superficiais, através de análises físico-químicas e bacteriológicas, em pontos determinados tecnicamente, a montante e a jusante do aterro;	Inspeção visual – indícios de erosão e trincas e fissuras, na camada de cobertura, ou qualquer outro sinal do movimento da massa de resíduos;
Monitoramento de águas subterrâneas – instalação de poços, a montante e a jusante no sentido do fluxo do escoamento preferencial do lençol freático;	Deslocamentos verticais e horizontais – marcos superficiais e inclinômetro;
Estação pluviométrica – grandes aterros;	Medidas de pressões de gases e líquidos, no interior do maciço – piezômetros.
Controle da qualidade do chorume, após o tratamento, através de análises físico-químicas para caracterização deste;	
Controle da descarga de líquidos lixiviados no sistema de tratamento.	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Elk (2007).

Vale ressaltar que, além do monitoramento denominado ambiental e geotécnico, é de fundamental importância que haja controle dos resíduos, no que se refere às características físicas (análise gravimétrica, teor de umidade e densidade).

De acordo com Castilho Jr (2003), o plano de um aterro deve ser simples, e contemplar todas as atividades operacionais rotineiras em um aterro, de modo a garantir que a operação seja segura e ininterrupta. A inadequação da operação pode resultar na transformação de um aterro sanitário em um lixão.

Na projeção da construção de um aterro sanitário, a reutilização da área posterior ao fim das suas atividades, ou após a sua vida útil, deve ser considerada. Comumente nestes espaços são realizadas a construção de locais de lazer, de centros de capacitação de trabalhadores, de pequenas edificações, de novas urbanizações etc. Ou seja, o local, ao final é utilizado para fins que denotam ações ambientalmente corretas (ELK, 2007). Sendo assim, de nada vale um projeto de aterro sanitário que não vislumbre o reaproveitamento adequado da área.

PURIFICAÇÃO DO BIOGÁS

O biogás compõe-se de muitos elementos, destacando-se, no entanto, o CH_4 (50% a 75%) e o CO_2 (25% a 45%). Ao passar por processo de limpeza e purificação, o biogás dá origem ao biometano que possui características funcionais suficientes para substituir o gás natural na produção de eletricidade, combustível veicular e aquecimento. (MONTEIRO, 2011).

O processo que se dá no biogás, transformando-o em biometano, objetiva, prioritariamente, a elevação da concentração de metano, por meio da remoção de CO_2 , juntamente com outros componentes (VEIGA & MERCEDES 2015).

Um veículo com motor devidamente adaptado para funcionar à base de gás natural e com condições de armazenamento capaz de suportar as pressões do combustível (200-250 bar) é considerado próprio para o uso do biometano (MONTEIRO, 2011).

Segundo informações contidas em PROBIOGÁS (2016), as mais importantes medidas para a purificação do biogás são a separação de dióxido de carbono e sulfeto do biogás, bem como o processo de secagem, visando alcançar um teor de metano de mais de 95%. Em primeiro lugar, aplicam-se procedimentos físicos, baseados em adsorção e absorção, refrigeração e separação por membranas, tal como etapas de absorção química. Com base, ainda, no PROBIOGÁS (2016), são diversos os processos utilizados para a dessulfurização, para a separação do dióxido de carbono e para a secagem. A seguir, conforme Probiogás (2016) estão discriminadas (conceituadas) as etapas de purificação:

- Dessulfurização

Visando assegurar o processo de enriquecimento do metano, a ação primeira é a dessulfurização. Para este fim podem ser utilizados processos biológicos ou de absorção química e de adsorção bem como processos de sorção catalítica. Há, ainda, a distinção entre os processos de dessulfurização grossa e fina.

A denominada dessulfurização grossa evita que ocorram problemas em alguns dos componentes de instalação (como exemplo, na Central de Cogeração de energia elétrica - CHP). A presença, na ordem de algumas centenas de ppm de sulfeto de hidrogênio, no biogás bruto, é considerável para gerar avarias no equipamento. Existe a possibilidade de a dessulfurização se efetivar na geração do biogás ou posteriormente a esta, fora do biodigestor. Para a extinção grossa de partículas de enxofre, pode-se destacar a dessulfurização biológica, no biodigestor, a limpeza bioquímica do biogás e a precipitação do sulfeto. No processo de dessulfurização fina, o enxofre é excluído até um teor limite de sulfeto de hidrogênio de 5 mg/m^3 , atendendo, desta forma, o que consta nas leis alemãs para a utilização do biometano, como gás, na rede de gás natural e o seu uso como combustível. Os baixos valores de H_2S no biogás podem ser obtidos através de processos de adsorção com carvão ativado, óxidos de zinco e óxidos de ferro.

- Secagem

A secagem do biogás se faz necessária devido à possibilidade de corrosão em função do efeito de condensação de H_2O . Para a secagem de biogás podem ser aplicados os processos de secagem por condensação, de adsorção com sílica gel e carvão ativado, e de lavagem com glicóis como processo de absorção.

- Remoção de CO_2

Visando a concentração de metano, faz-se necessária a separação do CO_2 . Uma vez que o CO_2 é a mais importante substância coadjuvante do biogás, dependendo da sua composição, a sua separação é fundamental para que, desta forma, aumente a concentração do CH_4 , obtendo-se, assim, as propriedades do gás que irão alimentar as redes de gás natural e o uso como combustível. São empregados, para este fim, os processos de adsorção (por variação de pressão), de absorção física e química, a separação por membranas, bem como processos criogênicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias utilizadas para a construção de um aterro sanitário asseguram o adequado processamento dos resíduos sólidos, resultando em produtos para utilizações diversas, e, mais especificamente o biogás, que dentre outras finalidades, é a matéria-prima para biocombustível. Destaca-se o fato de ser um mecanismo eficiente que funciona sem agredir o meio ambiente onde está localizado. A PNRS alicerça e orienta para as práticas que culminam em ações fundamentais para o equilíbrio ambiental, social e econômico. Delineando um cenário adequado para o uso efetivo dos resíduos sólidos.

O biogás deve passar por um processo de limpeza e purificação, transformando-se em biometano através de processamentos físicos e químicos. Desta forma, torna-se um biocombustível extremamente viável. As tecnologias de processamento são, comprovadamente, eficientes, resultando em uma alternativa ambientalmente e tecnologicamente adequada para o uso em veículos.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, 2014**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: 01/07/2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 8.419: apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos – procedimento**. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Probiogás. **Biometano como combustível veicular** / Probiogás; organizadores, Ministério das Cidades, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH [GIZ]; autor, Uwe Becher. – Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2016. 101 p. : il. – [Desenvolvimento do mercado do biogás; 5].

BOSCOV, Maria Eugenia Gimenez. Geomecânica dos resíduos sólidos urbanos. In: _____. **Geotecnia Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. cap. 2, p.31-62.

CALDAS, Átila Santos. **Geração de metano devido à digestão anaeróbia de resíduos sólidos urbanos – estudo de caso do Aterro Sanitário Metropolitano Centro, Salvador – BA**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Março, 2011.

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. 4. Ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2003.

CARVALHO, Miriam de Fátima. MACHADO, Sandro. Lemos., NASCIMENTO, Júlio Cesar Fialho, CALDAS, Átila Santos. **Procedimento simplificado para obtenção de parâmetros de geração de metano em regiões tropicais**. In: XIV COBRAMSEG - Congresso Brasileiro de Mecânica dos solos e Engenharia Geotécnica, 2008, Búzios, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: COBRAMSEG, 2008.

CASTILHOS JUNIOR, Arnaldo Borges. (Coord.). **Resíduos sólidos urbanos: aterro sustentável para municípios de pequeno porte: projeto PROSAB**. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

D'ALMEIDA, Maria Luiza Otero. VILHENA, Andre. **Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado**. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.

ELK, Ana Ghislane Henriques Pereira van. Redução de emissões na disposição final. In: _____. **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aplicado a resíduos sólidos**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

GRALTEC, Treinamentos: Solução de qualidade em cursos e treinamentos para o Universo GEO e Meio Ambiente. **Como funciona um aterro sanitário e a que tipo de resíduos se direciona?**. Disponível em: <<http://graltec.com/como-funciona-um-aterro-sanitario-e-a-que-tipo-de-residuos-se-direciona/>> Visitado em: 12/12/17.

GUEDES, Vinicius Paiva. **Estudo do fluxo de gases através do solo de cobertura de Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos**. 2007. 117 f. Tese (Mestrado em Engenharia Civil) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia - COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MACIEL, Felipe. Jucá. **Estudo da geração, percolação e emissão de gases no aterro de resíduos sólidos da Muribeca**, PE. Recife: UFPE, 2003. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 20 novembro 2017.

MONTEIRO, Silvio Daniel da Silva Carvalho. **Produção de Biometano: Análise de Mercado e Estudo da Separação por PSA**. 2011. Dissertação de Mestrado Disponível em: <<https://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/69219/1/000150475.pdf>>. Acesso em: 27/06/17.

NASCIMENTO, Júlio César Fialho **Comportamento mecânico de resíduos sólidos urbanos**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geotecnia) - Escola de Engenharia de São Carlos - EESC, USP, São Carlos, 2007.

NAIME, Roberto. **Destinação final em Aterro Sanitário**. Disponível em <<https://www.ecodebate.com.br/2012/05/03/destinacao-final-em-aterro-sanitario-artigo-de-roberto-naime/>> Acesso em: 28/12/2017.

VEIGA, Ana Paula Berber, MERCEDES, Sonia Serger. **Biometano de gás de aterros no Brasil: Potencial e Perspectivas**. AGRENER GD 2015 10º Congresso sobre Geração Distribuída e Energia no Meio Rural. 11 a 13 de novembro de 2015 Universidade de São Paulo – USP – São Paulo.



DIREITO À CIDADE ATRAVÉS DO ESPAÇO GAYFRIENDLY NO CARNAVAL DE SALVADOR

Alyne Cosenza Castro⁸¹
 José Euclimar Xavier de Menezes⁸²

RESUMO

O presente artigo discute a representatividade da igualdade de direitos através do acolhimento a grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexual e outras formas de representação sexual (LGBTQ+), no espaço temporário da cidade de Salvador, o Carnaval. A metodologia se dará pelo estudo histórico da formação do povo soteropolitano, coleta de dados publicados na imprensa local e referências bibliográficas sobre Salvador e sobre direitos humanos. O artigo se dividirá em três partes. Na primeira, será abordada a relação histórica dos soteropolitanos com a questão da sexualidade. A segunda seção versará como a imagem da cidade no período carnavalesco se formou e como é refletida no mundo. O terceiro corte tratará sobre a igualdade de direitos na cidade que respeita a diversidade sexual e como esse fator poderá ser utilizado a favor do desenvolvimento urbano.

Palavras-chave: Receptividade. Diversidade sexual. Desenvolvimento. Direitos Humanos.

ABSTRACT

This article discusses the representativeness of equal rights by welcoming lesbian, gay, bisexual, transsexual and other forms of sexual representation (LGBTQ +), in the temporary space of the city of Salvador, the Carnival. The methodology will be based on the historical study of the formation of the Soteropolitan people, the collection of data published in the local press and bibliographical references on Salvador and on human rights. The article will be divided into three parts. In the first one, the historical relation of the soteropolitanos with the question of sexuality will be approached. The second section will look at how the image of the city in the carnival period was formed and how it is reflected in the world. The third section will deal with equal rights in the city that respects sexual diversity and how this factor can be used in favor of urban development.

⁸¹ Arquiteta e Urbanista, mestranda PPDRU. E-mail: alynecosenza@yahoo.com.

⁸² Filósofo e teólogo, Pós doutor em filosofia contemporânea, Docente UNIFACS.

Keywords: Receptivity. Sexual diversity. Development. Human rights

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo trata dos espaços receptivos a comunidade LGBTQ+ no carnaval de Salvador, espaços *Gay-Friendly*, expressão norte-americana utilizada no Brasil para se referir a esses locais públicos ou privados. Nesses lugares, os membros da comunidade são tratados de forma respeitosa, o que significa uma ascensão aos seus direitos. A metodologia se dá através do estudo sobre como as raças que formam a base da população baiana e a história do carnaval soteropolitano contribuíram para o fato exposto. O artigo se divide em três seções: a primeira aborda a relação das raças base soteropolitanas e a sexualidade; a segunda, a história do carnaval de Salvador, e a terceira seção finaliza com a defesa dos direitos humanos e o direito à cidade.

Reconhecer os direitos da parcela LGBTQ+ significa valorizar uma parte da população brasileira estimada em cerca de 20 milhões de pessoas, segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), valendo destacar que o órgão elabora o primeiro levantamento sobre essa população.

O segmento LGBTQ+ do Brasil possui potencial financeiro estimado em US\$ 133 bilhões, o equivalente a R\$ 418,9 bilhões, ou 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, segundo a associação Out Leadership que desenvolve iniciativas internacionais para esse público. O mercado está de olho no “Pink Money”, termo usado nos Estados Unidos e Grã Bretanha. Em 2013, o Observatório do Turismo, núcleo de pesquisas de São Paulo Turismo, publicou sobre o “Segmento GLS Paulistano”, traçando um perfil do público e trazendo dados da antiga Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes (ABRAT-GLS), atual ABTLGBT (Associação Brasileira de Turismo LGBT), que afirmam que esse público movimenta R\$ 150 bilhões por ano no Brasil. Segundo a consultoria InSearch Tendências e Estudos de Mercado, no país, esse público é formado por cerca de 18 milhões de pessoas, tem renda média de R\$ 3.247, 36% pertencem a classe A e 47% a B.

O turismo é um setores que mais atrai investimentos voltados para o “pink money”. Segundo o presidente da EMBRATUR, Vicente Neto, o segmento LGBTQ+ possui um grande potencial para a geração de divisas para o Brasil,

pois apresenta gastos per capita mais elevados, em média 30% superior que o turista heterossexual. O valor movimentado pela comunidade LGBTQ+ é tão significativo para a economia que o governo Federal, na gestão do governo de Michel Temer, desenvolveu uma cartilha sobre como ter uma boa relação com esse público.

Apesar da reconhecida importância econômica dessa parcela e evoluções jurídicas a respeito do tratamento de igualdades e direitos a essa comunidade, o preconceito ainda existe. A resistência, própria ou da sociedade, à homossexualidade começa pela primeira expressão usada para se referir a indivíduos que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo, homossexualismo. O sufixo ismo se refere a doenças e, portanto, nessa linha de raciocínio, o homossexualismo deveria ser tratado como uma patologia, tendo sido catalogada como transtorno mental, entre 1948 e 1990, pela Organização Mundial de Saúde.

Os constrangimentos que podem passar aumentam o temor à rejeição e contribuem para a não aceitação dos próprios indivíduos e da família. A reprovação da religião também contribui para tal rejeição. Assim, muitas vezes, indivíduos acabam sofrendo transtornos psicológicos, existindo um aumento no índice de suicídio entre eles.

A importância de locais *gay-friendly* não é somente um fator econômico reconhecido. Nesses locais, há um aumento da autoestima desses indivíduos, num lugar onde elas podem se libertar dos rótulos, sem olhares discriminatórios que os apontam como “seres diferentes”, sendo apenas pessoas com seus Direitos Universais garantidos.

2 SALVADOR E A SEXUALIDADE

Para o entendimento histórico sobre a sexualidade soteropolitana, deve-se compreender a respeito dos seus primeiros habitantes: os índios, e sua relação com a sexualidade. Andavam nus, faziam sexo por prazer e a poligamia era existente entre as primeiras tribos. Tão luxuriosos que não há pecado de luxúria que não cometam (FREIRE, 2006, p. 169). No clássico literário “Casa Grande e Senzala”, Freire registra a falta de pudor indígena, desnudos e com grande apetite sexual:

O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual.

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com muito cuidado, senão atolavam o pé na carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (FREIRE, 2006, p. 161).

Posteriormente, chegaram os negros. A malemolência dos escravos africanos estava presente no gingado das rodas de capoeira e nos batuques dos atabaques de uma religião onde os santos dançam. As danças eróticas eram freqüentes para desempenhar funções afrodisíacas, e estímulo à atividade sexual.

Refletindo sobre o comportamento de comunidades negras, Freire (2006) diz que a população baiana, que recebeu maior número de africanos, é mais alegre, expansiva e sociável, se comparada com outras que tem mais mistura com o povo indígena, notadamente mais reservado, apesar de mais sexualizado, como a piauiense, a paraibana e a pernambucana. O fato levanta suspeitas sobre o porquê de o Carnaval ter se tornado uma grande festa popular aqui e não em outros lugares, mesmo com as diversas tentativas de sua exportação:

Populações tristonhas, caladas, sonsas e até sorumbáticas, as do extremo Nordeste, principalmente nos sertões; sem a alegria comunicativa dos baianos; sem aquela petulância às vezes irritante. Mas também sem a sua graça, a sua espontaneidade, a sua cortesia, o seu riso bom e contagioso. Na Bahia tem-se a impressão de que todo dia é dia de festa (FREIRE, 2006, p. 372).

Dos africanos, percebe-se a herança do riso fácil, do gosto pelas danças sensuais e da musicalidade das batucadas rítmicas. Dos índios, a falta de vergonha em mostrar o corpo, a pureza do prazer sexual. Para equilibrar, dos portugueses, o baiano, aprendeu a ter pudor junto com a religiosidade cristã, uma moralidade patriarcal que dava todas as possibilidades ao homem, cabendo a mulher o gozo para a procriação.

A mistura entre o europeu e índios passa a acontecer também entre o sinhô e suas escravas, no tempo dos coronéis, período áureo do Cacau, muito explorada pelo maior romancista baiano, Jorge Amado. No seu romance mais célebre, Gabriela Cravo e Canela publicado em mais de 30 países, relata a baiana brejeira, despida de pudor, que, apesar de apaixonada, trai sem culpa. A história que se situa nos tempos do coronelismo, é regada com muita sensualidade.

Ainda há o elemento climático, terra com temperatura média anual de 25º, passando de 35º no verão, usar pouca roupa é sinônimo de conforto.

Com esses elementos, história e clima, a cidade do Salvador passou a ser apreciada e desejada por turistas que querem conhecer o que é cantado e contado. Chegando na terra de contrastes que abriga todos os tipos de individualidades, se despem como um todo. O ápice do desejo e da mistura é o carnaval.

3 O ESPAÇO DO CARNAVAL

Várias festividades, a maioria de origem cristã, marcam o calendário da cidade, sendo o carnaval a maior delas. Presente na sociedade soteropolitana desde a colonização, trazido pelos jesuítas portugueses que festejavam desde a idade média o “entrudo”.

Apesar de existir no Brasil desde o século XVI, o entrudo foi mais forte durante o século XIX. Era festejado por uma série de brincadeiras, como jogar uns nos outros água e limões de cheiro pelas ruas da cidade.

No ano de 1844, acontece o primeiro baile de mascaras em teatro público no Rio de Janeiro, à moda francesa e italiana. Durante o baile, as danças deveriam ocorrer em completo silêncio. Mas o requinte do baile de máscaras não foi suficiente para acabar com o da rua.

É certo que esse carnaval elegante, fino, silencioso, de fantasias de seda, não matou o outro: o grosseiro, plebeu, ruidoso, com oportunidades para os moços expandirem sua mocidade, para os negros exprimirem sua africanidade (de certo modo recalcada nos dias comuns), para pretos, escravos, moças, meninos gritarem, dançarem e pularem como se não fossem de raça, de classe, de sexo e de idade oprimidas pelos senhores dos sobrados (FREYRE, 2004, p.227).

Por trás da segurança proporcionada pela máscara e o disfarce das fantasias, homens com jeitos efeminados podiam se vestir e se comportar como mulher. O mesmo acontecia com o sexo oposto.

Em Salvador, os festejos de rua incorporaram as danças e rituais dos africanos. Em 1950, o carnaval soteropolitano ganha a fubica elétrica, precursor do trio elétrico, criação de Dodô, Osmar e Temístocles Aragão (por isso, o nome trio). Em 1975, Moraes Moreira, ex Novos Baianos, se torna o primeiro cantor de trio e lança clássicos do carnaval, como “Pombo Correio”, “Vassourinha Elétrica” e “Chame Gente”. Antes o som era unicamente instrumental.

Mas o maior impulso para o carnaval baiano foi em 1980 com a axé music, mistura de ritmos afro brasileiros e caribenhos. Nascendo também um novo estilo de dançar, criado pelo cantor e compositor Luís Caldas. Os “novíssimos” baianos ganham destaque em programas televisivos de rede nacional. O carnaval passa a ser um grande negócio.

Em 1992, Daniela Mercury lança o “Canto da Cidade”, nascendo, ali, a Rainha do Axé, com o Brasil se rendendo de vez ao novo ritmo. A musa de fala eloqüente e coreografias elaboradas era o que faltava para transformar de vez o carnaval de Salvador numa festa para o mundo.

Daniela defendia causas gays e o bloco puxado por ela a partir de 1994, o Crocodilo, passa a arrastar multidões de homossexuais. Em 2011, ela lança o Camarote da Rainha, em parceria com uma badalada *boite* gay da cidade. Em 2013, revela-se homossexual, casando com a sua namorada.

Em 1999, desfila pela primeira vez no circuito do carnaval o bloco “Os Mascarados” e Salvador tem a volta do baile de máscaras, na rua. Como no passado, a comunidade LBGT se vale da passagem do bloco para se despir das máscaras que usava durante o resto do ano.

Com Daniela e os Mascarados, a festa atrai multidões de uma parte da população considerada minoria, a comunidade LGBTQ+. A aceitação das estrelas locais e visibilidade alcançada nas mídias sociais transformam as ruas da cidade em local *gayfriendly*, apesar de ainda existirem olhares da agora minoria heterossexual. Mas campanhas são feitas para diminuir o preconceito e o espaço urbano passa a ser um local de afirmação para o público LGBT que se

revela confortável em demonstrar a homoafetividade em ambiente público e aberto.

4 O ESPAÇO DA CIDADE COMO GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS

No Brasil, existe o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) que desenvolve políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Salvador possui o Observatório de Combate a Homofobia e a Lei Municipal 5.275/97 que proíbe qualquer desacato aos homossexuais, referindo-se a todos os lugares e épocas.

A fundamentação normativa e princípio norteador para o desenvolvimento de leis sobre direitos e liberdades é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948.

O preâmbulo da Declaração dos Direitos Humanos proclama como ideal comum a ser atingido promover o respeito a direitos e liberdades. Podendo ser a diversidade compreendida como uma liberdade individual e interpretada nos artigos transcritos abaixo:

Artigo 2º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Artigo 3º

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
(...)

Artigo 5º

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
(...)

Artigo 7º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.
(...)

Artigo 20º

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.

(...)

Artigo 27º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

(...)

Artigo 29º

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.
2. No exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.
3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30º

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

Os artigos da Declaração podem ser interpretados com foco no respeito e aceitação à comunidade LGBTQ+ quando trata o ser humano como igual sem distinção de sexo, afirmando que todo individuo tem direito a liberdade e não pode ser submetido a tratamento degradante, tendo proteção da lei contra qualquer discriminação.

O indivíduo com seus direitos garantidos pode tomar parte da vida cultural da comunidade, tendo liberdade de reunião pacífica e, sob esse olhar, pode-se interpretar as manifestações da comunidade LGBTQ+ durante o carnaval.

Deve haver o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros para manter as exigências da moral, ordem pública e bem estar numa sociedade democrática.

Para defesa da comunidade, Salvador conta com o apoio do Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980, a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil.

Em 2016, Salvador inaugurou o primeiro centro de referência LGBTQ+, que trata das vítimas das fobias e possui um observatório.

Nos últimos carnavais da cidade notou-se um crescimento da parcela homossexual.

O que se vê no circuito do carnaval raramente se repete em outros locais da cidade, como empreendimentos públicos ou privados. No espaço do circuito Barra-Ondina, existe tolerância e respeito por parte da comunidade heterossexual, onde as demonstrações de carinho homo afetivo acontecem publicamente. O circuito Barra-Ondina transformou o olhar da população soteropolitana com o publico LGBTQ+, talvez depois de consolidada essa relação no espaço do carnaval, ela passe a acontecer em outros locais.

A cada ano, verifica-se o aumento deste público de turistas que se sente acolhido na cidade, não somente no período do carnaval, e, por isso, retornando em outros anos, desenvolvendo um enorme potencial turístico. O presidente da Bahiaturisa em 2014 já indicava que 15% dos turistas na Bahia eram de homossexuais. O turismo LGBTQ+ é um dos segmentos de mercado que mais crescem em todo o mundo. Dados do World Travel EC1 Tourism Council apontam que o turismo gay cresce 10,3% anualmente, enquanto o turismo geral tem crescimento na ordem de 3,8% por ano. O aumento do turismo agrega valores em lazer e serviços contribuindo para maior demanda de oferta de empregos e com isso melhorando a qualidade de vida da população.

Com segurança e respeito à comunidade LGBTQ+, a cidade de Salvador conseguiu ser reconhecida como destino *gay friendly*.

5 CONCLUSÃO

De um povo com características próprias, que não se encontra em outros locais do Brasil, nasceu uma festa popular diferente das outras, o carnaval de Salvador.

A mistura do negro alegre e festeiro com o índio livre da moral católica e um povo europeu com vontade de ser libertar dos tradicionais costumes e atento

ao aumento da sua libido resultou no soteropolitano, povo expansivo, caloroso e receptivo.

Comparando com os carnavais de outros estados, observam-se poucas semelhanças. No carnaval do Rio de Janeiro, as festas são em clubes, sendo que, na rua, o desfile é de fantasias pomposas das escolas de samba numa avenida reservada ou bandas tocando marchinhas de carnaval espalhadas pela cidade, talvez um reflexo de ter sido a capital do Brasil num período com mais requinte e o luxo e a tradição européia ainda prevaleçam.

No tradicional carnaval de rua de Recife, o frevo dita o ritmo, porém a dança segue um movimento mais contido, menos sensual e mais rítmico. As fantasias do frevo cobrem uma possível nudez, não prevalecendo as máscaras nos rostos que formam uma barreira invisível aos olhares preconceituosos.

Em Salvador houve uma evolução natural que transformou o carnaval numa indústria. O olhar atento de cantores e empresários descobriu um novo nicho de mercado. Os homossexuais começaram a enxergar uma diferença dada a eles no período do carnaval. A nova parcela de turistas que chegava tinha um grande potencial econômico e era importante que algo se fizesse para que eles retornassem. Com isso, foi natural constatar um trabalho conjunto de empresários, organizações de apoio a causa LGBTQ+ e do município para que em Salvador todos se sentissem acolhidos e seguros. Dessa forma, a cidade passou a ser conhecida como destino *gay-friendly*, não só no carnaval, mas em todos os períodos do ano.

Ser uma cidade *gay-friendly* é uma forma de expressar ao mundo que nela se respeita os direitos humanos.

Salvador soube reconhecer as diferenças e encontrou na diversidade um caminho para ser valorizada. Ainda há muito a se fazer, ainda existe o preconceito e a homofobia, muito menos do que já houve e do que existe em outros lugares. A cada ano, a colorida comunidade retorna e vai conquistando o seu espaço. Assim, a mistura de raças iniciada nos tempos da colonização perpetua agora com a mistura de escolhas de gêneros diferentes, confirmando a imagem de cidade única e múltipla em todos os sentidos, sendo reconhecida como a capital da diversidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO LGBT. Disponível em: <<http://www.abtlgbt.com.br>>, acesso em dezembro de 2017

ASSOCIAÇÃO OUT LEADERSHIP. Disponível em: <<http://outleadership.com>>, acesso em dezembro de 2017

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 15ª edição. São Paulo: Global Editora, 2004

_____. **Casa Grande e Senzala**. 51ª Ed. Ver. São Paulo: Global Editora, 2006

GASPAR, Lucia. **Entrudo**. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=262%3Aentrudo&catid=40%3Aletra-e&Itemid=1>, acesso em dezembro de 2017

GOVERNO DO BRASIL. **Embratur divulga brasil como destino turístico lgbt na Espanha**. Disponível em: <www.brasil.gov.br/turismo/2014/12/embratur-divulga-brasil-como-destino-turistico-lgbt-na-espanha>, acesso em dezembro de 2017

GRUPO GAY DA BAHIA – GGB. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br>>;, ceso em dezembro de 2017

IBGE. **População estimativas**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=resultados>>, acesso em dezembro de 2017

InSearch **Tendências e Estudos de Mercado**. Disponível em: <www.insearch.com.br>, acesso em dezembro de 2017

MELO, Juan. **Conheça a história do carnaval de Salvador contada por jornalista da BA**. Globo.com. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/carnaval/2014/noticia/2014/02/conheca-historia-do-carnaval-de-salvador-contada-por-jornalista-da-ba.html>>, acesso em dezembro de 2017

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA E MINISTÉRIO DO TURISMO. **Cartilha LGBT, Dicas para atender bem o turista LGBT**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/CartilhaLGBT145x105cm_WEB.PDF>, acesso em dezembro de 2017

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em:

<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf>, acesso em dezembro de 2017

REVISTA LADO A. **Carnaval de Salvador mistura homofobia e aceitação.**

Disponível em: <<http://revistaladoa.com.br/2014/03/noticias/carnaval-salvador-mistura-homofobia-aceitacao#ixzz50Wp9MZrm>>, acesso em dezembro de 2017

SEBRAE, **Brasil tem os destinos mais procurados para turismo pelo público**

LGBT. Disponível em:

<<https://sebraeinteligenciasetorial.com.br/produtos/noticias-de-impacto/brasil-tem-os-destinos-mais-procurados-para-turismo-pelo-publico-lgbt/5578626114d0c01d007ffcfb>>, acesso em dezembro de 2017



EXPERIÊNCIA DE MICROCRÉDITO NA MAIOR “CIDADE INTERNA” DA METRÓPOLE BAIANA

Carlos Moisés Oliveira Chaves⁸³
 Agda Sueid Andrade Magalhães⁸⁴
 Laumar Neves de Souza⁸⁵

RESUMO

O objetivo principal deste texto é relatar a experiência de concessão de microcrédito popular que ocorreu dentro de uma “cidade” interna da metrópole baiana, o bairro de Cajazeiras. Para tanto, investiu-se na realização de uma visita a essa localidade, com a intenção de observar a organização da sua dinâmica econômica. A partir desta visita, identificou-se a necessidade da efetivação de entrevista não estruturada com Sérgio Túlio, ex-presidente da Associação de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte de Cajazeiras (AMICRO). Complementarmente, recorreu-se também às informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico de 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com vistas a proceder uma caracterização socioeconômica do referido bairro, bem como executou-se uma pesquisa bibliográfica com a intenção de identificar alguns fatos que marcaram a sua formação histórica e recuperar as notícias que davam conta da experiência do Cajazeiras Card.

Palavras-Chaves: Cajazeiras, Microcrédito, Cajazeiras Card.

ABSTRACT

The main objective of this text is to report the experience of granting popular microcredit that took place inside an "inner city" of the Bahian metropolis, the Cajazeiras neighborhood. In order to do so, he invested in making a visit to this locality, with the intention of observing the organization of his economic life. From this visit, the need for an unstructured interview with Servio Túlio, former president of the Association of Small and Medium-sized Enterprises of Cajazeiras (AMICRO), was identified. In addition, the information provided by the 2010 Demographic Census, prepared by the Brazilian Institute of Geography and

⁸³ Mestre, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: cchaves@hotmail.com.

⁸⁴ Graduação em Pedagogia, UNIFACS. E-mail: agda.ead@gmail.com.

⁸⁵ Doutor, UNIFACS. E-mail: laumar.souza@unifacs.br

Statistics (IBGE), was used, with a view to proceeding with a socioeconomic characterization of said neighborhood, as well as a bibliographical research was carried out with the intention of to identify some facts that marked its historical formation and to recover the news that gave account of the experience of the Cajazeiras Card.

Keywords: Cajazeiras, Microcredit, Cajazeiras Card.

INTRODUÇÃO

A iniciativa de elaborar este texto surgiu no âmbito das discussões que foram estimuladas, em 2016.1, na disciplina “Teoria do Desenvolvimento Regional e Urbano”, oferecida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), da Universidade Salvador (UNIFACS). À época, uma das propostas do curso era apresentar um estudo sobre bairros selecionados de Salvador que poderiam caracterizar-se como “cidades” dentro da cidade.

Uma destas “cidades” é o bairro de Cajazeiras, distante 22km do centro de Salvador, próximo à divisa com o município de Lauro de Freitas. As dificuldades enfrentadas pelos habitantes de lá, semelhantes a de todos os demais moradores de bairros periféricos de Salvador, despertou o senso de inovação e criatividade de alguns dos seus residentes, o que acabou reverberando no lançamento do Cajazeiras Card, que em alguma medida, buscava superar algumas dessas debilidades de acesso a recursos de todo o tipo que marcam a vida das pessoas que lá residem.

Historicamente, as oportunidades para superação e desenvolvimento econômico são concedidas àqueles que têm capacidade de realizar o pagamento dos empréstimos alcançados, e não para os mais pobres, que são, via de regra, excluídos do sistema tradicional de bancos. No entanto, Lima (2009) considera que a concessão de crédito é uma forma importante de superação do ciclo de pobreza daqueles que não têm acesso ao referido sistema, reduzindo as desigualdades de oportunidades entre os empreendedores e favorecendo a viabilidade e a expansão dos micro empreendimentos.

Esta experiência se inicia na Ásia e na América Latina a partir da década de 1970, com a concessão de crédito aos microempreendedores e à população de baixa renda, por meio da adoção de práticas inovadoras, adequadas às possibilidades e limitações do seu público-alvo. O gesto inicial de concessão de pequenas parcelas de crédito que se transformou no movimento mundial de microcrédito começou com um empréstimo de 27 dólares, em 1974, feito por Muhammad Yunus a 42 mulheres para que elas pudessem comprar bambu para fabricar e vender banquinhos.

Este empréstimo inicial transformou Yunus no banqueiro dos pobres e fundador do Banco Grameen, fundado em 1983, com uma ideia bastante simples: são fornecidos pequenos empréstimos (geralmente menos de 300 dólares) para aqueles que não conseguiam obter crédito dos bancos tradicionais. Os empréstimos são administrados para grupos de cinco pessoas, majoritariamente mulheres que não possuem terras, entre as quais apenas duas recebem o dinheiro adiantado. Assim que esses dois beneficiários efetuam alguns pagamentos regulares, os demais empréstimos são gradualmente estendidos ao restante do grupo.

Desse modo, o programa constrói um sentido de comunidade, bem como de autoconfiança individual. Desde o início, o Banco Grameen tem um índice de pagamento da dívida superior a 98% e este modelo de microcrédito se espalhou por mais de cinquenta países, como Estados Unidos, Noruega, Nepal, Brasil, dentre muitos outros (YUNUS, 1997).

Na América Latina, segundo Lima (2009), a primeira instituição a adotar as práticas operacionais características do microcrédito foi a ACCIÓN International, que surgiu a partir do trabalho dos chamados *accionistas*, voluntários que trabalhavam na identificação das necessidades das comunidades locais. Em 1973, um grupo de *accionistas*, em Recife – Pernambuco, se colocou como alternativa aos agiotas realizando pequenos empréstimos, substituindo as garantias reais por jovens profissionais que desenvolviam relações pessoais com os tomadores e eram responsáveis por todo o ciclo do empréstimo, da aprovação ao pagamento. Em função dos

resultados positivos obtidos com a experiência, a ACCIÓN passou a apoiar a implementação de programas de microcrédito em toda a América Latina.

O Microcredit Summit (2007, *apud* ZOUAIN *et al*, 2008) define microcrédito como pequenos empréstimos à população muito pobre, para trabalhar por conta própria, permitindo gerar renda para seu sustento e de suas famílias. Segundo esses autores, a concessão de microcrédito ocorre pela intermediação de um agente bancário e no caso brasileiro isto é um problema já que um número expressivo de cidadãos não possui acesso a conta bancária, dificultando sua integração a sociedade e a expansão do crédito que incentivaria o consumo, ampliando a demanda por bens e serviços e, por consequência, exigindo maior produção e investimentos das firmas, gerando novos empregos.

De acordo com Lima (2009), até o início da década de 1990, o microcrédito era praticado predominantemente por Organizações Não-Governamentais (ONG's), que, no geral, tinham como atividade principal o treinamento e a capacitação de microempreendedores, sendo a concessão de crédito um instrumento complementar de combate à pobreza. O avanço das ONG's na direção da concessão de crédito levou ao debate entre aqueles que se mostram contrários a esse movimento, por temer o desvio da missão social dessas instituições e os que defendem a concessão do crédito como forma de aumentar o impacto das micro finanças na geração de mais postos de trabalho.

Em relação a esta segunda abordagem, no Brasil, uma experiência de bastante sucesso na constituição de uma instituição financeira popular de crédito ocorreu com a constituição do Banco Palmas, em 20 de janeiro de 1998, localizado no Conjunto Palmeiras, distante do centro de Fortaleza – Ceará, na direção sul, bairro construído durante a década de 1970, fruto do programa de desfavelamento da capital cearense, com falta de infraestrutura adequada para a instalação dos novos moradores e longe dos principais postos de ocupação de trabalho.

De acordo com Prim *et al* (2017), o Banco Palmas se insere num novo modelo de instituição financeira conhecida como Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), cuja origem se dá a partir da forma associativa e comunitária, com foco voltado à geração de trabalho e renda, buscando atender

a demanda de pessoas marginalizadas socialmente e financeiramente, apoiando empreendimentos de economia popular em locais com baixo índice de desenvolvimento humano, reorganizando as economias locais com a oferta de microcrédito, finanças solidárias, inclusão financeira, políticas públicas para a geração de trabalho e renda, moeda social, focando o desenvolvimento, o empoderamento e a sustentabilidade da comunidade local.

Segundo Oliveira (S/D), o Banco Palmas desenvolveu, em 1998, uma experiência bastante exitosa e muito semelhante ao que ocorreu no bairro de Cajazeiras com o Cajazeiras Card, o Palmacard que permitia o consumo de produtos, mercadorias e serviços no próprio bairro, antecipando crédito aos moradores, que ganhavam mais prazo e flexibilidade no pagamento de suas contas. De outro lado, o comerciante garantia a fidelização deste cliente ao seu empreendimento.

O funcionamento do Palmacard era bastante simples. Em seu verso o comerciante anotava o valor total da compra realizada e pouco a pouco uma pequena tabela de gastos seria preenchida até o limite de crédito concedido pelo banco ao cliente, que variava entre 20 a 100 reais, em valores da época. Ao final do mês, o comerciante se dirigia ao banco, com as faturas das vendas realizadas e o repasse em dinheiro era feito a ele.

Diante dessa contextualização, argumenta-se que a implementação do Cajazeiras Card consistiu em uma experiência criativa de concessão de microcrédito no bairro de Cajazeiras, na cidade de Salvador - Bahia. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo principal relatar como essa experiência foi operacionalizada, como já se disse, em uma “cidade” interna da metrópole baiana.

Para tanto, investiu-se na realização de uma visita a essa localidade, com a intenção de observar a organização da sua dinâmica econômica. A partir desta visita, identificou-se a necessidade da efetivação de entrevista não estruturada com Sérgio Túlio, ex-presidente da Associação de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte de Cajazeiras (AMICRO). Complementarmente, recorreu-se também às informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico de 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), com vistas a proceder uma caracterização socioeconômica do referido bairro, bem como executou-se uma pesquisa bibliográfica com a intenção de identificar alguns fatos que marcaram a sua formação histórica e recuperar as notícias que davam conta da experiência do Cajazeiras Card.

No que respeita à estruturação, cabe esclarecer que este texto, além desta introdução e das considerações finais, é composto de duas outras seções. Na seção 2, busca-se realizar, de maneira sintética, a caracterização do bairro de Cajazeiras. Para tanto, investe-se na descrição dos elementos históricos que marcaram e definiram a sua formação. Feito isso, parte-se para apresentar algumas das principais características socioeconômicas dessa localidade. Na seção 3, parte-se para relatar a criação do Cajazeiras Card e sua semelhança com aspectos de microcrédito.

1. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BAIRRO DE CAJAZEIRAS

Na década de 1970, a cidade de Salvador acolheu um grande fluxo migratório que foi determinado, em boa medida, pela operação das atividades econômicas que se desenvolviam no Complexo Petroquímico de Camaçari e no Centro Industrial de Aratu (CIA). Como não poderia deixar de ser, tal movimento acarretou uma demanda por novas moradias, infraestrutura e serviços urbanos, fatos esses que determinaram a expansão da cidade para além de seus limites tradicionais, através do planejamento urbanístico feito pelo Governo do Estado da Bahia, mais precisamente pela Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CEDURB), dando lugar aquilo que ficou conhecido como Reforma Urbana (TOURINHO *et al*, 2016).

Com efeito, segundo Tourinho *et al* (2016), o governo estadual iniciou, em 1975, o processo de desapropriação das terras de quatro grandes espaços na capital baiana: 1) Fazenda Jaguaripe de Cima, também conhecida como Fazenda Grande; 2) Fazenda Cajazeiras; 3) Fazenda Boa União; e 4) Chácara Nogueira. No total, tais espaços correspondiam a uma área com cerca de 16 milhões de m², que perpassava áreas na BR-324 até o Km 5,5 da Estrada Velha do Aeroporto, e cujos limites abrangiam os bairros de Castelo Branco e Nova Brasília, atravessando o Golfe Clube. A escolha da área foi pensada de forma estratégica, posto que nas suas proximidades já existiam diversos núcleos

habitacionais instalados, o que favorecia um processo de integração e, por via de consequência, se constituiria numa alternativa para o surgimento de um centro sub-regional de comércio e serviços, retirando as pressões urbanas sobre o centro de Salvador.

Conforme indica Almeida (2013), essa expansão dos limites tradicionais de Salvador ocorreria a partir da elaboração de três projetos urbanos, quais sejam: 1) Projeto Urbanístico Integrado Narandiba; 2) Projeto Urbanístico Integrado Caji; e, 3) Projeto Urbanístico Integrado Cajazeira⁸⁶. Neste último se previa a construção de um bairro que poderia ser comparado a uma cidade de porte médio à época.

O bairro de Cajazeiras se origina, portanto, deste planejamento de expansão dos limites urbanos da cidade de Salvador e contaria com 7 creches, 14 escolas de educação pré-escolar, 19 escolas de 1º grau e três de 2º grau, 11 centros de saúde, uma delegacia, 2 postos policiais, 7 centros comunitários e 2 postos de gasolina e áreas de lazer. Inicialmente, foi prevista a construção de 18.523 habitações. Deste total, 15% corresponderia a apartamentos, 63% a casas isoladas ou geminadas e 22% a sobrados geminados, que abrigariam, no total, um contingente próximo a 97.000 pessoas (SANTOS, 2008, p. 50).

Na primeira metade da década de 1980, na entrega dos primeiros apartamentos, a reportagem do Jornal A Tarde (1983) dava conta das expectativas grandiosas sobre o projeto Cajazeiras, que deveria assumir características de uma cidade de porte médio. Mais tarde, Nunes (1997) já considerava Cajazeiras uma “cidade de médio porte” dentro da Região Metropolitana de Salvador (RMS), com cerca de 500 mil habitantes vivendo em moradias regulares e outras centenas de moradias irregulares que surgiram das invasões pelos arredores da região.

Já na década seguinte, em reportagem publicada no jornal Tribuna da Bahia, destacava-se que 20 pequenos bairros formavam o conjunto Cajazeiras e que ele era àquela altura o maior bairro da América Latina, semelhante a uma “cidade” dentro de Salvador, com comércio diversificado e

de concorrência intensa. Nessa mesma matéria, dava-se ênfase ao fato de que tal bairro padecia de problemas de infraestrutura urbana (SOUZA, 2001).

O descompasso entre o que foi planejado e executado na implementação do conjunto habitacional de Cajazeiras pode ser discutido a partir de inúmeras causas. Scheinowitz (1998 *apud* SANTOS 2008, p. 50), por exemplo, aponta que o projeto não foi implementado plenamente dadas as inúmeras dificuldades encontradas no relevo do terreno, que apresentava características de declividade, vales profundos achatados e estreitos e encostas. Por consequência, somente 1/3 da área disponibilizada para a implementação do projeto urbanístico de Cajazeira pôde ser ocupada.

Além destas características do terreno que dificultavam a execução do planejamento, o projeto inicial de Cajazeiras sofreu outras complicações importantes pelas dificuldades de financiamento das moradias e as incertezas decorrentes das mudanças constantes de políticas de expansão urbana. De acordo com Freire *et al* (2002 *apud* TOURINHO *et al*, 2016, p. 2), estas adversidades acarretaram inúmeras invasões nas encostas e vales nos arredores do conjunto.

Segundo Almeida (2013, p. 124), muitas dessas invasões se transformaram em bairros oficializados pelas autoridades, como é o caso do Conjunto Jaguaripe I e II, e passaram, inclusive, a ser beneficiados por programa governamentais, como foi o caso do Programa Viver Melhor do Governo do Estado da Bahia, que tinha como meta a urbanização de áreas carentes ocupadas pela população de baixa renda.

Atualmente, apesar do planejamento inicial, o bairro de Cajazeiras caracteriza-se por uma carência de serviços públicos adequados e satisfatórios. Segundo o Censo Demográfico 2010, a renda média mensal das pessoas ocupadas acima de 10 anos que eram responsáveis pelos domicílios que lá existem correspondia a R\$420,88, valor esse bem inferior ao salário mínimo vigente no ano em foco, que se situava no patamar de R\$510,00.

Porém, apesar desta baixa renda média é possível observar um comércio bastante dinâmico que, segundo a Tribuna da Bahia (2011), contava

com mais de três mil empresas, entre grandes redes varejistas como Ricardo Eletro, Casas Bahia, Lojas Americanas e Magazine Luiza. Como se não bastasse, tal bairro passou a contar, em dezembro de 2015, com o Shopping Cajazeiras, estrutura essa que abriga 108 lojas variadas, distribuídas em espaço bastante agradável, com ambiente climatizado, duas escadas rolantes, três elevadores, praça de alimentação com diversidade de opções, estacionamento com 250 vagas e quatro salas para cinema variando entre 80 a 200 poltronas. Segundo o jornal Tribuna da Bahia (2014), o shopping espera movimentar um volume de negócios de aproximadamente R\$1 bilhão por ano.

Detalhando um pouco mais as características do comércio de Cajazeiras, cabe assinalar que a grande parte dele ocorre em pequenos estabelecimentos comerciais, como mercadinhos, farmácias, lojas de confecções, pequenos salões de beleza, restaurantes, entre outros, com as lojas muito próximas umas das outras. Nas caminhadas feitas pelas ruas centrais do bairro, o que se pode identificar com clareza é que as vendas ocorrem, praticamente, nas calçadas, com bancas, cabides e pequenas barracas em que os compradores e vendedores parecem interagir de maneira bastante pessoal e com informalidade jurídica e econômica. Junte-se a esses ingredientes, a enorme dinâmica de tráfego de veículos e de pessoas, situações essas que tornam o ambiente bastante agitado e caótico.

Provavelmente, uma das grandes razões para um comércio local tão dinâmico seja a enorme dificuldade de se sair e chegar ao bairro de Cajazeiras utilizando o transporte público, já que ele é atendido por apenas duas linhas de ônibus que utilizam as suas duas principais avenidas, que são a Estrada da Paciência e a Estrada do Coqueiro Grande. Não por acaso, é nestas duas avenidas que se concentram suas principais lojas, o Shopping Cajazeiras e grande parte do pequeno comércio.

2. A EXPERIÊNCIA CRIATIVA DE MICROCRÉDITO COM O CAJAZEIRAS CARD

De acordo com Souza (2011), Cajazeiras, com população estimada em 600 mil habitantes, é maior que cidades importantes da Bahia e de outros estados, como Feira de Santana, Juiz de Fora e Ribeirão Preto. Mas, a grande

parte de seus habitantes não possui emprego formal, tem dificuldade para usar o sistema bancário e acessar outros centros de consumo da capital baiana. Estas particularidades, por certo, motivaram a criatividade de comerciantes locais e dos representantes da AMICRO para experimentar lá algo completamente inédito no Estado da Bahia, que era um cartão local de pagamentos eletrônicos.

Segundo Lyrio (2011), o cartão Cajazeiras Card foi criado a partir da iniciativa dos comerciantes José Carlos Serrão, Carlos Pinheiro e Sérgio Túlio de Moura, esse último presidente da AMICRO, entre 2011 a 2014, com o objetivo de atingir um público que costuma ter dificuldades de acessar linhas de crédito tradicionais por conta da informalidade. À época, Sérgio Túlio estimava que cerca de 100 mil residentes de Cajazeiras enfrentavam algum grau de informalidade, seja quando vistos como consumidores e/ou fornecedores. Por conta disso, ele acreditava que o Cajazeiras Card poderia gerar emprego, renda e fazer o dinheiro circular no bairro, alterando e ampliando o comércio local e regenerando áreas degradadas.

Segundo Sérgio Túlio, logo no início de sua gestão na presidência da AMICRO foram realizadas as tratativas para levar essa experiência a termo. Foi assim que, em 2011, se estabeleceu com a MinasCred, financeira paranaense, contrato de exclusividade para o fornecimento de um “cartão de crédito” que pudesse ser utilizado no comércio local do bairro de Cajazeiras.

Em termos operacionais, a MinasCred confeccionaria os “plásticos”, como eram chamados os cartões, concederia o crédito e realizaria as cobranças aos usuários do aludido cartão, além dos pagamentos pelas vendas aos comerciantes cadastrados. Foi necessário um investimento inicial de R\$5.000,00 (cinco mil reais em valores da época), que foram pagos pela AMICRO, para confecção dos “plásticos”, pagamentos de funcionários para cadastramento dos usuários e empresários, análise de solicitações de crédito, entre outros serviços.

Segundo Lyrio (2011), logo no lançamento do Cajazeiras Card, 282 moradores de Cajazeiras tiveram acesso ao cartão, que era aceito em 36 estabelecimentos comerciais. Porém, esse número saltou logo para 1.280 usuários e poderia ter crescido ainda mais, posto que foram contabilizadas cerca de 4.800 (quatro mil e oitocentas) solicitações de acesso, sendo muitas delas

rejeitadas em função das inadimplências registradas no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), que foi um dos critérios para a concessão do Cajazeiras Card.

De outro lado, os estabelecimentos comerciais locais que desejavam realizar suas vendas através do Cajazeiras Card deveriam associar-se a AMICRO, possuir conta bancária na Caixa Econômica Federal (CEF), ou Banco do Brasil (BB), ou Banco Itaú, ou Banco HBSC para o recebimento dos pagamentos feitos pela MinasCred. Caso essa última condição não fosse atendida, havia a possibilidade de repasse de valores para as contas bancárias das empresas participantes, porém com custo financeiro mais elevado.

De acordo com as informações contidas no Quadro 1, foram estabelecidas as seguintes formas de autorização de vendas e custos para que as empresas credenciadas operassem com o cartão Cajazeiras Card.

Quadro 1 - Formas de Autorização de Vendas com o Cajazeiras Card

OPÇÕES	VALOR MENSAL ⁽¹⁾ (R\$)	DESCRIÇÃO
URA (Unidade de Resposta Audível)	0,00	Autorização de venda via telefone ao custo de uma ligação local.
POS GET NET	49,90	Além do Cajazeiras Card o comerciante também teria a possibilidade de pagamentos com as bandeiras VISA e MASTER, e realizar vendas de crédito para telefone celular de todas as operadoras.
POSWEB	9,90	Autorização das vendas via internet.
TEF DEDICADO	0,00	A solução de TEF Dedicado possibilita ao estabelecimento comercial receber no próprio equipamento de ponto de venda (PDV) as transações eletrônicas de cartões de crédito, débito e benefícios.
Para credenciados com direito ao envio de proposta de cartão no ato da compra		
LICENÇA PARA USO DE PRIMEIRA VENDA	300,00 (Adesão Única)	Possibilita ao Credenciado o envio de propostas para compra no momento de realização.

Fonte: AMICRO, 2011. Adaptado pelos autores.

(1) Valores correntes em 2011.

Para os usuários consumidores, a AMICRO estabeleceu, junto a MinasCred, as seguintes condições: i) não haveria a cobrança de anuidade; ii) prazo de até quarenta dias para o pagamento; iii) troca de pontos de crédito a cada R\$10,00 em compras; iv) possibilidade de parcelamento das compras em até seis parcelas sem juros; vi) comprovante de residência no bairro de Cajazeiras; e, vii) comprovação de renda, ou faturas de outros cartões de crédito, ou quatro referências de crédito. A concessão de crédito ficou ajustada da maneira como se observa no Quadro 2.

Quadro 2 - Concessão de Crédito para o Usuário do Cajazeiras Card.

COM RENDA COMPROVADA	SEM RENDA COMPROVADA ⁽¹⁾

Inicial de 40% da Renda	De 18 anos até 25 anos – R\$100,00
6 Faturas Pagas – 50% da Renda	De 25 anos e 1 dia até 35 anos – R\$150,00
12 Faturas Pagas – 60% da Renda	De 35 anos e 1 dia até 50 anos – R\$250,00
18 Faturas Pagas – 70% da Renda	De 50 anos e 1 dia até 65 anos – R\$150,00
24 Faturas Pagas – 80% da Renda	De 65 anos e 1 dia até 75 anos – R\$100,00
30 Faturas Pagas – 90% da Renda	
36 Faturas Pagas – 100% da Renda	

Fonte: AMICRO, 2011.

(1) Valores correntes em 2011.

Com vistas a reunir o maior número de usuários possível, os gestores do Cajazeiras Card decidiram não cobrar anuidade. Essa, com certeza, pareceu ser uma estratégia acertada, posto que, conforme se viu, a renda média da população do bairro em questão era baixa. De igual modo, tais gestores também pensaram em medidas que assegurassem a adesão do maior número de comerciantes. A mais importante delas foi permitir que eles pudessem utilizar o cartão como instrumento de venda sem terem que arcar com o pagamento de qualquer despesa a operadora MinasCred. Some-se a isso, a facilidade mesmo na operacionalização das vendas, sem a necessidade de lançar mão de equipamentos eletrônicos sofisticados, bastando apenas o preenchimento de um boleto, em duas vias, e efetuação de uma ligação para a MinasCred através de um número 0300 para autorização do crédito da venda.

Segundo Sérgio Túlio, essa foi a primeira experiência na Bahia com cartão de crédito comunitário e gerou grande estímulo ao comércio, com a valorização dos pequenos empreendimentos do bairro, com o número de usuários chegando a aproximadamente 1.500, e com sessenta e seis empresas cadastradas utilizando o cartão no financiamento de suas vendas. Neste particular, o maior destaque foi o Fazendão, de acordo com Lyrio (2011), a maior loja do comércio local de material de construção, com quatro mil metros quadrados de área construída e 92 funcionários.

Rocha (2012) comenta que a expectativa era ampliar as vendas do comércio em R\$1 milhão mensais, expandindo o comércio de Cajazeiras, facilitando as vendas, beneficiando a economia do bairro.

Além desse impulso na dinâmica do comércio, com a inclusão de consumidores com dificuldade de acesso ao crédito tradicional, de pequenos comerciantes, que proporcionou a ampliação da circulação de dinheiro dentro do próprio bairro, o Cajazeiras Card, trouxe um reflexo imaterial importante, qual

seja o despertar de um certo orgulho dos moradores do bairro de Cajazeiras. Segundo Lyrio (2011), os moradores do bairro tratavam o Cajazeiras Card como uma questão de identidade, por considerarem ter uma ligação afetiva com o local, sentindo satisfação em abrir a carteira e exibir o cartão que levava o nome de onde se mora. Tal fato, indubitavelmente, reforçava os valores de inclusão e de coesão social que identificam os moradores do bairro.

Porém, segundo Sérgio Túlio, a partir de 2014, a inadimplência com o pagamento das faturas do Cajazeiras Card se ampliou a 18%. Ao se buscar os motivos que conduziram ao estabelecimento desse quadro pode-se elencar: a reduzida educação financeira das classes de rendas mais baixas no uso do crédito e o pensamento popular generalizado de que ocorreria algum perdão da dívida ou algum subsídio do governo para continuar realizando consumo.

Na tentativa de reverter este quadro de mal-uso do crédito, a AMICRO realizou palestras de educação financeira, inclusive com o sorteio de brindes para estimular a participação da população. Não obstante, segundo Sérgio Túlio, a MinasCred interrompeu o crédito dos usuários não pagadores e, conseqüentemente, as compras com o cartão Cajazeiras Card diminuíram, afetando negativamente a expansão na utilização do cartão de crédito comunitário.

Na avaliação de Sérgio Túlio, outra frente de dificuldades para que o Cajazeiras Card se consolidasse advinha, curiosamente, da grande dificuldade das empresas do bairro de Cajazeiras de dispor de mão-de-obra qualificada que pudesse gerenciar de maneira adequada as suas respectivas contabilidades. Isso porque, esta falta de pessoal qualificado levou a equívocos de acompanhamento dos depósitos/repasses feitos pela MinasCred às empresas. Como seria de se esperar, a ocorrência desse fato acabou gerando um clima de desconfiança dos comerciantes em relação a MinasCred.

Desta forma, a interrupção do crédito dos usuários inadimplentes, com conseqüente diminuição na utilização do cartão, o despreparo e a insuficiência de pessoal qualificado para gerir as empresas e a diminuição na confiança decorrente da divulgação de uma informação incorreta sobre os pagamentos da MinasCred levaram inúmeras firmas, por volta do fim do primeiro

semestre do ano de 2015, a não aceitarem mais o cartão Cajazeiras Card como instrumento de crédito para a realização das vendas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro de Cajazeiras foi planejando, ao final da década de 1970, com a infraestrutura e serviços públicos para atender a uma população do tamanho de uma cidade de porte médio à época. No entanto, o relevo inadequado do terreno, as dificuldades de financiamento e as incertezas sobre as políticas públicas de moradia no Estado da Bahia resultaram no aproveitamento de 1/3 da área disponibilizada para a instalação do conjunto habitacional e no descompasso entre as obras e o enorme fluxo migratório para a cidade de Salvador determinado, em boa medida, pelo início das operações do Complexo Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari.

Com população estimada em 600 mil habitantes, o conjunto das Cajazeiras compõem o maior bairro da América Latina, com rendimentos médios abaixo do salário-mínimo, em 2010, e com enormes dificuldades de acesso a linhas de crédito tradicionais para financiamento de consumo. De outro lado existe um amplo número de pequenos estabelecimentos comerciais que operam com grande informalidade jurídica e econômica.

Estas características de escassez e informalidade da renda despertou entre os diretores da AMICRO a ideia de implementar em Cajazeiras o Cajazeiras Card, com o objetivo de alcançar consumidores e fornecedores que tivessem dificuldade de acesso ao crédito para financiar o consumo. Dessa forma, próximo de 100 mil residentes consumidores e/ou fornecedores seriam incluídos ao fluxo produtivo do bairro, ampliando em cerca de R\$1 milhão por mês as vendas, valorizando, alterando e ampliando o comércio local, aumentando e diversificando a renda e gerando emprego, e regenerando áreas degradadas, com a circulação de dinheiro no bairro.

Mas, para além disso, o Cajazeiras Card levou a população a sentir orgulho, despertando sentimento de identidade e afetividade com o seu local de moradia, realçando valores de inclusão, coesão e empoderamento social.

Por estas verificações se considera que a experiência do Cajazeiras Card, que é única no Estado da Bahia, tratou-se de uma experiência importante na concessão de microcrédito no bairro de Cajazeiras.

No entanto, a experiência foi interrompida no primeiro semestre de 2015 pela alta inadimplência com os pagamentos, a falta de inteligência financeira dos usuários no uso do crédito e, a inabilidade de profissionais em contabilidade das firmas, que propagou um sentimento equivocado de risco entre os comerciantes locais que aceitavam o Cajazeiras como pagamentos das vendas.

Embora não se perca a importância deste relato sobre a experiência pioneira e, até este momento, única no Estado da Bahia com a implementação do Cajazeiras Card é necessário apontar sua limitação com a escassez de dados financeiros capazes de quantificar com maior precisão o volume de negócios e abrangência que esta empreitada alcançou. Estas informações exigiriam uma pesquisa mais extensa, demorada e custosa que tornaria a execução deste artigo impraticável.

Para finalizar, recomenda-se ampliar as discussões científicas sobre as formas de concessão de microcrédito, que da mesma forma quanto experiências locais de concessões de crédito como o Cajazeiras Card, ainda despertaram pouco interesse da comunidade científica. Mesmo envolvendo um contingente importante de pessoas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tania Maria Scofield Souza. **Cajazeira. Planejamento, Processos de Ocupação e Contradições:** Um percurso entre os discursos e as práticas que configuraram o território Cajazeira. Salvador, Bahia. Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2013.

ASSOCIAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MEDIO PORTE DE CAJAZEIRAS (AMICRO) Institucional. Mimeo. 2011.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico de 2010.

JORNAL A TARDE. Projeto Cajazeiras Vai Ter 22 mil Habitantes. **Jornal a Tarde**, Caderno 1, p.2, 06 de outubro de 1983. Disponível em

<<http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/doc-polo/projetocajazeirasvaiter22.pdf>>. Acesso em: agosto de 2017.

LIMA, Shanna Nogueira. Microcrédito como Política de Geração de Emprego e Renda. **Revista do BNDES**, nº 32, dezembro de 2009. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>>. Acessado em 29 de setembro de 2018.

LYRIO, Alexandre Moradores de Cajazeiras Contam com Cartão de Crédito Próprio. **Jornal Correio**. 17 de setembro de 2011. Disponível em <<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/moradores-de-cajazeiras-contam-com-cartao-de-credito-proprio/>>. Acesso em: agosto de 2017.

NUNES, Roberto. Cidade de “Médio Porte”. **Correio da Bahia**. 06 de setembro de 1997, p. 14. Disponível em <<http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/doc-polo/cidadedemedioporte.pdf>>. Acesso em: agosto de 2017.

OLIVEIRA, Bárbara Magalhães de Aguiar. A (r)evolução das Moedas Sociais: do Palmacard ao E-dinheiro. **Instituto Banco Palmas**. S/D. Disponível em <http://www.institutobancopalmas.org/a-revolucao-das-moedas-sociais-do-palmacard-ao-e-dinheiro/>. Acessado em 29 de setembro de 2018.

PRIM, Maria Aparecida; AGUIAR, Ranieri R. Silva de; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. Banco Palmas: um caminho para o Empoderamento Comunitário através da Inovação Social. **Produção em Foco**, Joinville – Santa Catarina, V. 7, nº 1, p. 64 – 78, 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/12.pdf>> . Acessado em 29 de setembro de 2018.

ROCHA, LETÍCIA. Cajazeiras Card em Alta. **Leia Jorge**. out/2012. Disponível em <<http://leiajorge1.blogspot.com.br/2012/10/cajazeiras-card-em-alta.html>>. Acesso em: agosto de 2017.

SANTOS, Cínthia Maria Seibert. **Casa do Sol: entre sombra e luz. Uma proposta de educação em Cajazeiras**. Salvador, Bahia. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. 2008.

SOUZA, Dayanne. Comerciantes Lançam Cartão de Crédito de Bairro, O Cajazeiras Card. **Portal Terra**. 23 de setembro de 2011. Disponível em <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5365912-EI6578,00-BA+Comerciantes+lancam+cartao+de+credito+de+bairro+o+Cajazeiras+Card.html>>. Acesso em: agosto de 2017.

SOUZA, Emanuela. Cajazeiras: capital com jeito de interior. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 30 de outubro de 2001. Disponível em <<http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/doc-polo/cajazeirascapitalcomjeito.pdf>>. Acesso em: agosto de 2017.

TOURINHO, Cleber. ANTONINO, Vivian. **Vertentes do Português popular do Estado da Bahia**. Disponível em <http://www.vertentes.ufba.br/bairro-cajazeiras>>. Acesso em: 22 de junho de 2016

TRIBUNA DA BAHIA. Cartão de Crédito Exclusivo para Cajazeiras. **Tribuna da Bahia**. Caderno de Notícias. 15 de setembro de 2011. Disponível em <<http://bahia.ig.com.br/2011/09/15/cartao-de-credito-exclusivo-para-cajazeiras-15-09-2011-16-09-41>>. Acesso em: agosto de 2017.

_____. Cajazeiras Vai Ganhar Shopping Center. **Tribuna da Bahia**. Caderno Cidade. 23 de julho de 2014. Disponível em <<http://www.tribunadabahia.com.br/2014/07/23/cajazeiras-vai-ganhar-shopping-center>>. Acesso em: julho de 2016.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**; Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. 1ª Ed. São Paulo, Editora Ática, 1997.

ZOUANI, Debora Moraes; BARONE, Francisco Marcelo. Acesso ao Crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v 42, n 6, p 1249 – 1267, nov/dez 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/12.pdf>>. Acessado em 29 de setembro de 2018.



DESCARACTERIZAÇÃO DOS MODOS DE VIVER E DO COMÉRCIO DA PRAIA DO FORTE

Joannna Milanez⁸⁷
Márcia Maria Couto Mello⁸⁸

RESUMO

Este artigo discute as transformações ocorridas nos modos de viver e no comércio da Vila de Pescadores da Praia do Forte, localizada no Município da Mata de São João, Litoral Norte do Estado da Bahia – Brasil. Reconhecido como um microterritório diferenciado das demais localidades daquela região, o acelerado processo de desenvolvimento econômico da Praia do Forte, iniciado há quarenta anos, foi impulsionado pelo turismo e pela construção de uma rodovia que interliga o Litoral Norte à capital e promoveu uma série de mudanças nos modos de viver naquela anteriormente pacata vila de pescadores. Em meio a produtos de diversas origens, ofertados nas lojas da vila, é possível observar que com a forte tendência de padronização cultural, os novos movimentos contemporâneos globalizados deixam de enaltecer os modos de viver e a produção artesanal local para evidenciar produtos produzidos em série que vão de encontro ao discurso de que a Praia do Forte é “auto-suficiente”.

Palavras-chave: transformações urbanas; artesanato; modos de viver; Praia do Forte.

ABSTRACT

This article discusses the transformations occurred in the ways of living and in the trade of Vila de Pescadores da Praia do Forte, located in the Municipality of Mata de São João, North Coast of the State of Bahia - Brazil. Recognized as a microterritory differentiated from the other localities of that region, the accelerated process of economic development of Praia do Forte, initiated forty years ago, was driven by tourism and the construction of a highway that connects the North Coast to the capital and promoted a series of changes in the ways of living in that formerly quiet fishing village. In the midst of products of different origins, offered in the village shops, it is possible to observe that with the strong tendency of cultural standardization, the new contemporary globalized movements fail to extol

⁸⁷ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (PPDRU/UNIFACS), Professora na FTC. E-mail: joanna.milanez@gmail.com.

⁸⁸ Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), Professora Titular e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (PPDRU/UNIFACS); Líder do Grupo de Pesquisa Cidades, Urbanismo e Urbanidades. E-mail: mellomarcia@uol.com.br.

the ways of living and the local artisan production to make evident a serial production that go against the speech that Praia do Forte is "self-sufficient."

Keywords: urban transformations; crafts; ways of living; Praia do Forte.

INTRODUÇÃO

A historicidade da Praia do Forte remonta ao século XVI, quando grandes extensões de terras foram cedidas ao português Garcia D'Ávila, que ali resolveu edificar um castelo (Casa da Torre, também conhecido como Castelo Garcia D'Ávila) para se instalar e melhor controlar as suas atividades agropecuárias. Distante cerca de 80 km do centro da capital baiana, durante séculos, o acesso à Praia do Forte se dava apenas através da fazenda de côcos, com o mesmo nome, que era de propriedade privada. Não se pode precisar quando, mas alguns pescadores formaram uma pequena vila, próxima à praia, confirmando a pesca como mais uma atividade extrativista do local.

Conforme se observa na figura 01, a Vila dos Pescadores da Praia do Forte, até a década de 1970, foi um localidade muito simples, totalmente desprovida de infraestrutura, inclusive, não contava nem com água encanada, esgoto e nem com o fornecimento de luz elétrica, de acordo com Santos (2011). A tipologia arquitetônica das casas feitas de taipa, evidencia a imagem da vila que abrigava moradores cujos modos de viver se limitavam às tradições locais e às práticas cotidianas colaborativas, compondo uma pequena comunidade.

Figura 01 - O núcleo central da aldeia de pescadores de Praia do Forte, em 1975.



Fonte: Arquivo pessoal Adriano Paiva

Na segunda metade do século XX, a cidade de Salvador teve a sua expansão direcionada à costa litorânea norte e, naturalmente, foi o início de um processo de especulação imobiliária naquela faixa de terras. Contudo, pode-se dizer que especificamente na Praia do Forte esse processo se deu de forma bastante diferenciada.

Apostando nos encantos naturais da paisagem e na cultura que direcionava os modos de viver na vila de pescadores da Praia do Forte, nos anos de 1970, o empresário paulista Klaus Peters adquiriu grandes propriedades, que incluíam a própria vila. Desde então, a vila foi cedida à municipalidade, mas foram impostas algumas condições que norteariam um projeto particular de urbanização, visando manter a originalidade do microterritório e objetivando que a vila representasse um atrativo aos megaempreendimentos que foram erguidos no seu entorno. Sem dúvidas, a estratégia funcionou e a valorização dos espaços na Praia do Forte aconteceu de forma imediata e absolutamente desproporcional às demais praias que compõem as centenas de quilômetros daquele mesmo litoral.

A ampliação da Rodovia BA-099, em 1992, facilitou o acesso (antes possível apenas por meio de uma pequena balsa como ilustra a figura 02) e potencializou o processo de desenvolvimento da Praia do Forte, assim como contribuiu

efetivamente para acelerar a especulação imobiliária naquele local, que logo se confirmou como um importante destino do turismo nacional e internacional.

Figura 02 – Travessia de Balsa no Rio Pojuca, década de 1960.



Fonte: Silva, Faria e Mello (2013).

Atualmente, na vila da Praia do Forte, apresenta um sofisticado comércio de diferentes nacionalidades que convive com pequenas empresas locais e a informalidade, que em meio a esse contexto paradoxal tenta se colocar para também atender a um mercado flutuante e elitista, revelando uma imbricação de forças.

A economia da vila de pescadores da Praia do Forte é baseada no turismo, ou seja, o comércio e os serviços disponíveis na Vila dão suporte a essa atividade através das lojas de artesanato, sorveterias, bares e restaurantes além dos *resorts*, hotéis, albergues e pousadas. Tudo o que é pensado pelos setores público e privado, desde as intervenções urbanas aos eventos efêmeros, para enaltecer a atividade turística realizada naquele território.

As atividades tradicionais que ainda se mantêm por conta dos moradores tradicionais ou nativos, são importantes somente para os moradores da vila, não mais se configurando como o elemento fundamental para a economia da Praia do Forte e sim, para dar ares de legitimidade e divulgar o destino nos roteiros turísticos. Essas atividades como a pesca, o artesanato, a venda de coco, a produção de farinha de mandioca e da tapioca auxiliam no sustento de algumas famílias que foram impactadas negativamente pelas ações dos poderes hegemônicos.



Fonte: Joanna Milanez, 2017.

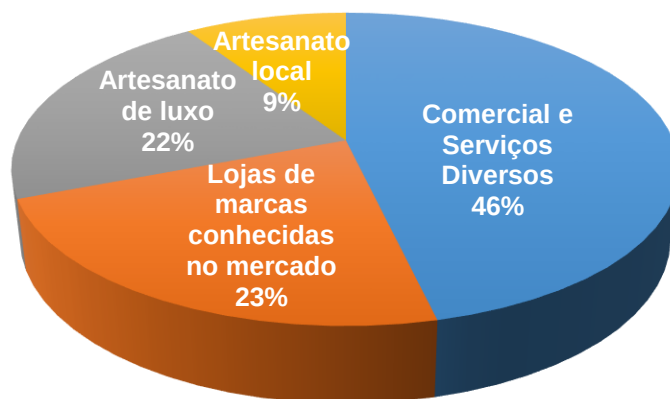
Figuras 06 e 07 respectivamente – Lojas diversas na Alameda do Sol



Fonte: Joanna Milanez, 2017.

De acordo com um levantamento feito *in loco* por Mello, Saback e Sousa (2017), foram detectados 220 pontos de vendas de produtos tangíveis e intangíveis na vila da Praia do Forte. Para as autoras, a oferta de serviços, que varia desde a hospedagem em hotéis internacionais à simples operações bancárias em caixas eletrônicos, ocupa 114 estabelecimentos e os demais 106 pontos comerciais de vendas se dividem em 30 lojas que oferecem produtos modais industrializados de famosas marcas nacionais e internacionais, 53 estabelecimentos ofertam produtos artesanais de luxo enquanto apenas 23 lojas comercializam produtos artesanais locais. Tais informações podem ser visualizadas no gráfico 01.

Gráfico 01 – Porcentagens do comércio e serviços da Praia do Forte.



Fonte: Dados de Mello, Saback e Sousa (2017). Elaborado por Joanna Milanez.

Conforme dados aferidos por Sousa (2017), apresentados no Quadro 01, na Avenida Antônio Carlos Magalhães (Alameda do Sol) concentram-se 76 unidades comerciais, sendo 33 de empreendedores ou empresas externos à Praia do Forte, ou seja, que não são originalmente daquele local, 23 lojas pertencem a empreendedores ou a empresas locais e 20 pontos comerciais são voltados para artesanato.

Já em relação ao uso de serviços, estão presentes na vila 55 unidades, sendo que 13 são referentes a marcas ou redes exógenas e 42 unidades são de pessoas da vila. No quesito residência, são 21 unidades de casas, sendo todas dos nativos, e quatro villages.

Quadro 01 – Usos na Avenida Antônio Carlos Magalhães (Alameda do Sol) na Praia do Forte.

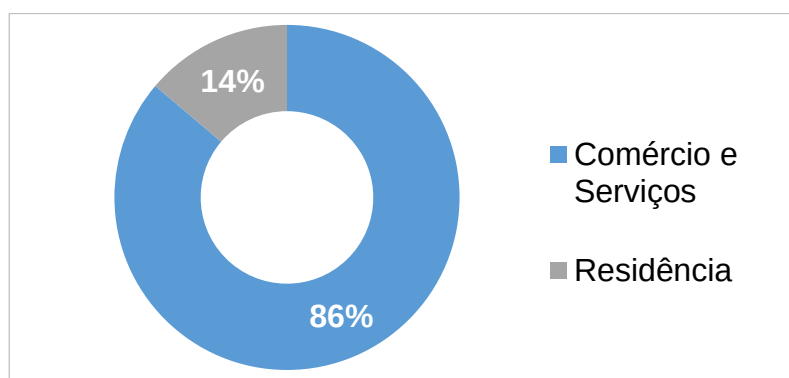
OCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS NA AV. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (AVENIDA DO SOL)			
	COMERCIAL	SERVIÇOS	RESIDENCIAL
	ROUPAS, ACESSÓRIOS E DESIGN.	HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E IMOBILIÁRIAS.	CASAS, VILLAGES OU CONDOMÍNIOS.

	Empresas externas	Empresas locais	Artesanato	Empresas externas	Empresas locais	Casas (nativos)	Villages (veranistas)
	33	23	20	13	42	17	4
SUBTOTAL	76			55		21	
TOTAL	152						

Fonte: Adaptado de Sousa (2017).

Pode-se então observar que de um universo de 152 imóveis contabilizados na Avenida Antônio Carlos Magalhães (Alameda do Sol) na Praia do Forte, a maioria, ou seja, 86% dos usos estão relacionados ao comércio e serviços, enquanto que somente 14% são de residências, como pode ser verificado no gráfico 02. Desta forma, esta Avenida é verdadeiramente um *shopping*, pois aos poucos foi cedendo o lugar que originalmente eram de habitações dos moradores nativos para outros tipos de ocupações, fato que será abordado mais adiante.

Gráfico 02 – Predominância de usos na Av. Antônio Carlos Magalhães (Alameda do Sol) na Praia do Forte.



Fonte: Dados de Souza (2017). Elaborado por Joanna Milanez.

A Alameda da Lua (Figuras 08 e 09), como uma das principais vias da vila, já se apresenta de uma forma diferente da Alameda do Sol. É uma via mais tranquila e voltada para o cotidiano dos nativos, com poucas casas comerciais, que são normalmente empreendimentos do local, e com pequenas vendas na frente das casas.

Figura 08 e 09 respectivamente – Entrega de mercadorias na Alameda da Lua e animais que são facilmente encontrados neste local.



Fonte: Joanna Milanez, 2017.

Já a Rua da Aurora (Figura 10), outra rua de destaque, dá acesso direto à praia como também a algumas pousadas e aos condomínios residenciais Enseada Praia do Forte, Solar dos Arcos, Solar Garcia D'Ávila e Solar do Forte. Assim como na Alameda da Lua, existem pequenos comércios e alguns os nativos comercializam, informalmente, água, gelo, peixes, lanches e doces em frente às suas casas para incrementar a renda familiar.

Figura 10 - Comércio informal na Rua da Aurora.



Fonte: Joanna Milanez, 2017.

São nessas vias mais tranquilas, paralelas à Alameda do Sol acontece a vida cotidiana mais desvinculada do cenário espetacularizado, ou seja, com a presença de “pequenos comércios e vendas locais, através de uma ambiência conformada por construções mais simples, muito diferente dos padrões recorrentes das novas pousadas, *villages* e condomínios residenciais de luxo que emergem em uma velocidade assustadora”. (SILVA et. al. 2017, p. 09)

A supervalorização imobiliária na Praia do Forte, de acordo com Silva et. al. (2017), aconteceu de uma forma surpreendentemente rápida e fez com que alguns dos antigos moradores cedessem aos imperativos capitalistas ao locarem parte das suas residências como uma fonte de renda alternativa. Para as autoras é perceptível a tipologia característica dessas residências, embora parte delas tenha sido adaptada para o comércio de alto padrão (Figura 11) e com isso, atualmente na Vila, convivem no mesmo imóvel, o comércio elitista de marcas nacionais ou internacionais e o comércio informal.

Figura 11 – Mesmo imóvel com usos diferentes: comercial (lojas) e residencial (portão azul).



Fonte: Joanna Milanez, 2018.

Para Silva, Faria e Mello (2013), face a uma vertente econômica agressiva, alguns moradores criaram uma tática de resistência interessante (Figuras 12, 13

e 14): alugam parte da frente da casa para comércio e moram nos fundos do imóvel ou alugam a metade da testada do edifício e continuam morando na outra. “Esse processo tem uma singularidade própria, pois é possível perceber essa coexistência de multifuncionalidade de usos e ocupações mistas”. (SILVA; FARIA; MELLO, 2013, p. 17) É perceptível, conforme as autoras, que os inquilinos desses pontos comerciais não reformam a testada por inteiro e isso gera uma leitura temporal muito clara entre uma arquitetura vernacular a uma arquitetura produzida para atender a demanda comercial.

Figuras 12 (acima) e 13 (abaixo), respectivamente. Residência no pavimento superior e comércio no térreo da edificação e casa com fração da testada alugada.



Fonte: Joanna Milanez, 2017.

Figura 14. Casa nos fundos de loja.



Fonte: Joanna Milanez, 2017.

A comercialização do artesanato confeccionado pelos nativos como bordados, pinturas e objetos de palha, foi retirada das vias principais da vila para um espaço reservado para a atividade. Inaugurado em dezembro de 2015, pela Prefeitura de Mata de São João, o Centro de Artesanato de Praia do Forte (Figura 15), tem por objetivo ser um local aprazível para o turista fazer suas compras e dedicado exclusivamente a esses artesãos. Esse espaço, localizado na Rua dos Benvindos, conta com 54 boxes onde os artesãos contemplados expõem seus produtos. Todavia, somente 40% deles comercializam produtos artesanais de fabricação própria. Os outros 60% compram em fornecedores ou importam esses produtos.

Figura 15 – Centro de Artesanato na Praia do Forte.



Fonte: Joanna Milanez, 2018.

Segundo informações obtidas na Associação de Artesãos, representada pelo Centro de Artesanato, foi através de uma audiência pública que os artesãos se

organizaram e solicitaram à Prefeitura de Mata de São João, a criação de um espaço para dar visibilidade aos produtos e proporcionar maior comodidade e uma melhor estrutura para eles, conforme é valorizado no folder publicitário na figura 16, já que anteriormente não tinham disponível uma infraestrutura adequada para esse tipo de comércio.

Figura 16 – Folder distribuído no balcão de informações ao turista da Praia do Forte



Fonte: Joanna Milanez, 2017.

Para Mello, Saback e Sousa (2017) o comércio atualmente instalado na vila oferece uma vasta gama de produtos artesanais, entretanto, a maior parte se distancia da cultura local. As autoras afirmam entre os produtos artesanais e industrializados ali comercializados, 75% das ofertas têm as mais diversas origens (como Ásia, Europa e Estados Unidos da América), que por vezes vão de encontro aos modos de conviver com aquele lugar, negando as origens do povo nativo, e, ao mesmo tempo inibindo-lhes o acesso a essa possível fonte de renda, afinal “a produção do artesanato local é muito limitada, funcionando em pequenos espaços colaborativos improvisados, sem o apoio de órgãos oficiais”. (MELLO, SABACK, SOUSA, 2017, p. 9)

Porém, a implantação deste Centro de Artesanato afastou esses comerciantes do contato direto com veranistas e turistas o que, segundo informações colhidas pela autora, dificultou a venda desse tipo de mercadoria e os deixou “escondidos”, pois os turistas que visitam a Praia do Forte, muitas vezes não vão ao Centro de Artesanato, concentrando-se apenas na Alameda do Sol e na Praça São Francisco. Apesar da existência desse espaço físico dedicado exclusivamente ao artesanato, ele é limitado e não pode atender a todos os artesãos da Praia do Forte e do litoral de Mata de São João, que são por volta de 500 pessoas e fazem parte da Associação de Artesãos, representada pelo Centro de Artesanato.

O Centro de Artesanato está implantado na Praia do Forte tanto para os trabalhos que comercializam artesanato quanto para atender a demanda do público atraído pelo turismo, o que favorece também a outras empresas e prestadores de serviços. Todavia, os artesãos reclamam, exatamente, da falta de turistas, especialmente os estrangeiros, responsáveis pela maior parcela de consumo dos seus produtos. Uma parte dos artesãos da Associação foi contra a construção do Centro de Artesanato como está instalado atualmente, por não concordarem com a sua localização e com o espaço disponibilizado. Portanto, os que não se conformaram e/ou não tiveram um box disponível no Centro de Artesanato, continuam a vender suas mercadorias na principal via da vila (Figura 17) com autorização da Prefeitura de Mata de São João.

Figura 17 – Comércio de artesanato na Praça São Francisco.



Fonte: Joanna Milanez, 2017.

A princípio, o Centro de Artesanato não se configurou como um elemento criado para compor o marketing turístico e sim, para atender uma solicitação dos artesãos. Todavia, nota-se que na atualidade, a figura do Centro de Artesanato

é utilizada como estratégia de publicidade para a Praia do Forte e sustenta uma desigualdade no local, quando nem todos os artesãos são beneficiados e ainda concorrem com produtos industrializados provenientes de outros locais do Brasil e do mundo.

Conforme argumentam Silva, Mello e Faria (2016), os processos que pretendem ser transformadores não atuam simultaneamente em todas as dimensões (social, cultural, ambiental, econômica, espacial e histórica). Na verdade, eles se apossam das dimensões mais simples e puras, anulando a possibilidade de autonomia e de ampliação da atuação dos sujeitos. As decisões de expansão territorial ficam, de fato, limitadas às escalas de comando, as quais, raramente desejam uma real construção social, ou sequer enfrentar os conflitos e tensões inerentes ao processo de desenvolvimento.

As transformações ocorridas no microterritório da vila, provocadas pelo turismo, e pela consequente especulação imobiliária, abriram portas para um novo cenário que não privilegia a arte e a cultura local, além de provocar uma descaracterização dos modos de viver e conviver com aquele espaço. Ao mesmo tempo, comprometem o ecossistema daquela frágil região de restinga.

Na Vila de Pescadres da Praia do Forte, deu-se início a um processo paralelo de territorialização que aponta para as relações desiguais de força e poder, redefine as fronteiras culturais e atua diretamente sobre a lógica espacial e suas significações, impondo condicionantes às livres expressões culturais, que são os verdadeiros atrativos daquele lugar de rara beleza.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo**: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 601p.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**: uma dinastia de pioneiros. 3ª. Ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

MELLO, Márcia. **Modas, arquiteturas e cidades**: interfaces, conexões e interferências. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2010.

_____; SABACK, Virginia; SOUSA, Jéssica Odilza Moreira de. **O antagonismo no comércio de moda da Praia do Forte**. In: Anais do 24th APDR Congress: Intellectual Capital and Regional Development: New Landscapes and Challenges for Planning the Space, Covilhã – Portugal, 2017. Angra do Heroísmo - Portugal: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional - APDR, 2017. v. 1. p. CD ROM.

SANTOS, Telma. **Urbanização turística e a produção do espaço nos centros do lazer**: um estudo sobre Praia do Forte – Bahia. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011 - Costa Rica II Semestre, p. 1-15, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/3129/2988>>. Acesso em 15 de maio de 2018.

SILVA, Ana Licks de Almeida; et. al. **Dinâmicas Territoriais e Transformações na Praia do Forte**. In: Anais do 24th APDR Congress - Intellectual Capital and Regional Development: New Landscapes and Challenges for Planning the Space, Covilhã – Portugal, 2017. Angra do Heroísmo - Portugal: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional - APDR, 2017. v. 1. p. CD ROM.

SILVA, Ariadne Moraes. FARIA, Gabriella Almeida. MELLO, Márcia. **Natureza, Patrimonialização e Cenarização**: o caso da Vila de Pescadores da Praia do Forte. In: Encontro Internacional Arquimemória 4: sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador – BA, 14-17 de maio de 2013.

SOUSA, Jéssica Odilza Moreira de. **Modas como veículo de afirmação e resistência**. Trabalho de Iniciação Científica, Universidade Salvador – UNIFACS. Salvador, 2017.

SPINOLA, Carolina de Andrade. **O turismo como fator de desenvolvimento sócio-econômico**: o impacto da atividade turística na Praia do Forte. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1996.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria** – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2000. P. 75-103.



LEGISLAÇÃO, DINÂMICA URBANA E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

Mariane Reis Vila Verde⁸⁹

Leonardo Silvério Gonçalves de Santana⁹⁰

RESUMO

A legislação urbana modifica a paisagem por conta da promoção do desenvolvimento. As leis do uso e ocupação do solo expressam os anseios políticos da cidade ideal, elevando o valor do solo e negando as particularidades de cada local. O objetivo deste artigo é analisar os desafios e conflitos do desenvolvimento no bairro da Graça, Salvador-Bahia, de acordo com a legislação e a paisagem urbana. Para atingir o objetivo buscou-se trabalhar com leis que regulamentaram a consolidação do uso e ocupação do solo do bairro e para analisar a paisagem urbana da Graça, buscou-se o aporte teórico dos autores Kevin Lynch e Gordon Cullen. Por fim, concluiu-se que a verticalização do bairro, a substituição da arquitetura residencial existente por grandes edifícios, sendo apoiada por leis de uso e ocupação do solo e pela grande especulação imobiliária, promovendo assim a modificação e dinâmica da paisagem.

Palavras-chave: legislação urbana; paisagem urbana; desenvolvimento; especulação imobiliária.

ABSTRACT

Urban legislation modifies the landscape by promoting development. The land use and occupation laws express the political yearnings of the ideal city, elevating the value of the soil and denying the particularities of each place. The objective of this article is to analyze the challenges and conflicts of development in the neighborhood of Graça, Salvador-Bahia, according to the legislation and the urban landscape. In order to reach the objective, we sought to work with laws that regulated the consolidation of land use and occupation of the neighborhood and to analyze the urban landscape of Graça, we sought the theoretical contribution of authors Kevin Lynch and Gordon Cullen. Finally, it was concluded that the verticalization of the neighborhood, the replacement of the existing residential

⁸⁹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Salvador – UNIFACS. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS. Discente – Bolsista CNPq. E-mail: mariane.vila@gmail.com

⁹⁰ Bacharel em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda, graduado pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC. E-mail: leo.ftc@gmail.com.

architecture by large buildings, is supported by land use and occupation laws and by the great real estate speculation, thus promoting the modification and dynamics of the landscape.

Keywords: urban legislation; urban landscape; development; real estate speculation.

1. INTRODUÇÃO

A legislação urbana, leis, decretos e normas que regulamentam o uso e a ocupação do solo de uma cidade interferem diretamente na paisagem urbana, sendo ela composta por elementos naturais e/ou construídos. Mas as normativas vão além de regulamentar, elas transformam e ditam como os espaços devem ser apropriados e detém o poder do desenvolvimento de cada zona (ROLNIK, 1999).

A legalidade urbana organiza e classifica o território urbano, podendo ser vista como um molde da cidade ideal, com características a serem alcançadas de acordo com os anseios políticos, tornando-se um grande paradigma, entre a cidade real e a ideal. Porém a legislação atua somente em uma parte do território construído, regulamentando e modificando a paisagem, e confirmando que os tais aparatos funcionam na cidade como elementos segregadores socioespaciais, privilegiando os ricos e excluindo as áreas carentes (ROLNIK, 1999; ROLNIK, 2003; TEIXEIRA, 2016).

As características físicas e estéticas das edificações definem a paisagem de cada zona, espaço, local e bairro da cidade, portanto delimitam os espaços públicos e privados. O bairro escolhido para estudo vive em constante expansão e modificação da paisagem, mediante as demolições e descaracterizações das antigas construções para promover a verticalização. O objetivo deste artigo é analisar os desafios e conflitos do desenvolvimento no bairro da Graça, Salvador-Bahia, de acordo com a legislação e a paisagem urbana,

Para o alcance do objetivo proposto, buscou-se trabalhar com a pesquisa bibliográfica e documental, que segundo Gil (2008) afirma ser

fundamentada através de contribuições de outros autores e produções realizadas de acordo o objeto de estudo. Portanto, neste artigo além da introdução e conclusão, a pesquisa foi dividida em duas seções. A primeira utilizou-se de um regate aos Códigos Municipais de Posturas e leis que contribuíram para o desenvolvimento, regulamentação e consolidação do uso e ocupação do solo no bairro e a segunda buscou-se o aporte teórico dos autores Kevin Lynch e Gordon Cullen para estudar a paisagem urbana da Graça.

2. LEGISLAÇÃO URBANA – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O bairro da Graça desde sua origem se caracteriza pela ocupação organizada, padrão típico de outros bairros denominados como área nobre. A organização se manteve ao longo das décadas tornando hoje um dos bairros com metro quadrado mais valorizado da capital baiana. Nesta seção será abordada códigos e leis que contribuíram para a modificação da paisagem do bairro.

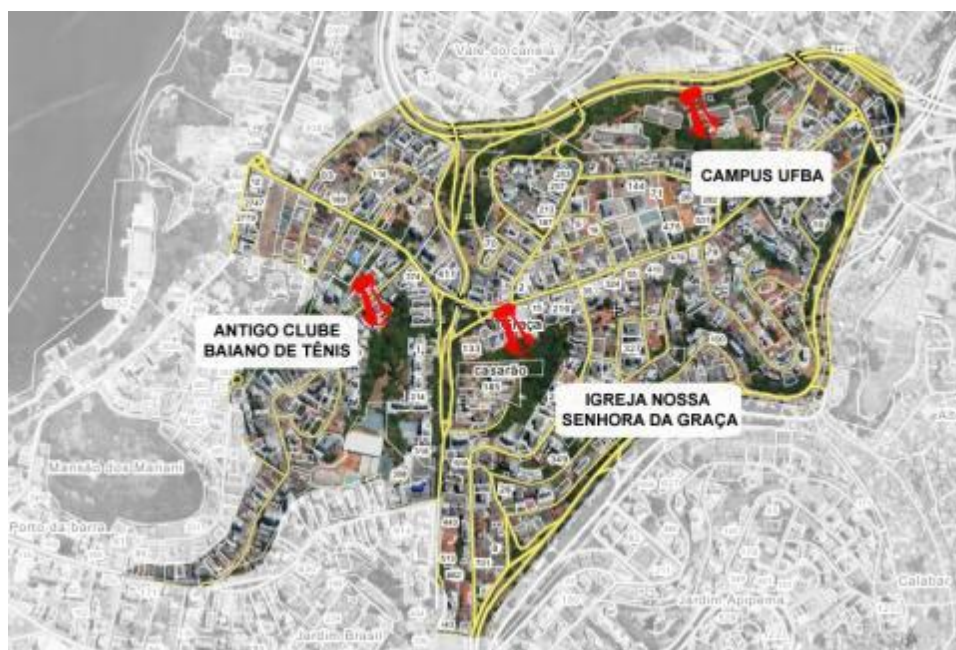
A cidade de Salvador entre 1912 a 1916, no governo de J. J. Seabra, passou por um processo de reformas e urbanizações, dentre elas o alargamento das vias no centro da cidade. Rahy (2012) afirma que o Código Municipal de Posturas de 1920 no Capítulo VIII, estabelecia limites mínimos e máximos do gabarito das edificações e em 1926 (Lei 1146 – Salvador, 1926) surgem os parâmetros restritivos as alturas das edificações. O Código Municipal de Postura 29 é enfático em proibir edificações com somente um pavimento na área central e nas margens das 7 (sete) vias, dentre as citadas no código, está inclusa a Rua da Graça. Tais normativas são regras urbanísticas que promovem a reforma e modificação da paisagem do bairro da Graça. Outra lei de uso e ocupação do solo que influenciou de forma significativa a modificação da paisagem, segundo Rahy (2012), é a Lei 2403/72 por negar parâmetros construtivos antigos e liberar, sem restrições, as alturas das edificações, visando os interesses políticos de aumentar o valor venal dos terrenos.

De acordo com a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS) de 1984, que correspondente a Lei nº 3.377/84 – Consolidada, o bairro

da Graça juntamente com os bairros Barra, Vitória e Canela, faziam parte da mesma zona de uso, a Zona de Concentração de Uso Residências 02 (ZR), que permitia usos: uniresidencial, multiresidencial, misto, comercial, serviços e industrial. Segundo a Lei 3.377/84, os parâmetros de construção da ZR 02 eram iguais em toda a zona de uso e regulamentados através das restrições do uso do solo que determinavam os índices de ocupação, utilização, permeabilidade, recuos, testada e áreas mínimas do lote. Os tais índices juntamente com o tamanho do lote, passaram a ser determinantes quanto à ocupação do lote (metragem) e altura das edificações (quantidade de pavimentos).

Para as áreas verdes, regulamentada pela LOUOS, não eram válidas as restrições de ocupação. De acordo com a Lei 3.377/84, essas áreas eram regulamentadas pelo Decreto Nº 4.756 de 13 de Março de 1975 e classificada como área de propriedade privada declarada não edificáveis e área de domínio público não edificáveis. No bairro da Graça o decreto determinava áreas de propriedade privada não edificáveis, o grotão (grande cavidade que se forma pela ação da água da chuva) atrás da Igreja da Graça, entre a Rua Manoel Barreto e Almeida Capimirim, no qual atualmente existe uma área bastante arborizado e o Conjunto de árvores no Vale do Canela atrás da Rua Conde Filho, onde está localizada a Escola de Direito e Administração da UFBA; para as áreas de domínio público não edificáveis o decreto determinava, o conjunto arborizado no grotão limitado pelas Ruas Rio de São Pedro e Rua Barão de Loreto na Graça, local no qual atualmente encontra-se completamente edificado e Conjunto Arborizado do Baiano de Tênis, hoje uma parte dessa área está sendo usada para a Mansão Bahiano de Tênis, construção imobiliária de alto padrão (Figura 01).

Figura 01 – Bairro da Graça em destaque as áreas verdes



Fonte: Adaptação do Google Earth, 2017.

A LOUOS de 2016, também conhecida como nova LOUOS, corresponde a Lei nº 9.148/2016, em conjunto com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano 2016 (PDDU), são as legislações regentes que regulamentam o uso e ocupação do solo na cidade de Salvador. A nova LOUOS está em conformidade com o PPDU e classificam o bairro da Graça como pertencente a uma macroárea de urbanização consolidada em uma Zona Predominante Residencial 3 (ZPR3), que significa zona de alta densidade construtiva e demográfica. Está classificação ocorre por conta da evolução e adensamento das moradias do bairro, neste caso os edifícios, e permite o uso do solo além de residências, para comércio de abastecimento, serviços de alimentação e no enquadramento industrial somente para abate de animais. A lei determina que o Sistema de Área de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM), regulamente a Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) e as Áreas Remanescentes do Bioma da Mata Atlântica (RMA), presentes no bairro estudado.

A APCP no bairro da Graça foi incluso através da “reunião de questionamentos e contribuições” realizada na 13ª Audiência Pública (24 de outubro de 2015), no qual foi questionado e acatado a criação da APCP Graça que abrange Largo da Graça, a Igreja, a área verde posterior que vai até a Manoel Barreto e a Casa dos Carvalho, somente não foi incluída a Fonte de

Catarina Paraguaçu, pois a mesma encontra-se incorporada na APCP da Encosta do Canela. A RMA do bairro da Graça manteve-se iguais às “áreas de propriedade privada não edificáveis” abordadas no Decreto Nº 4.756 de 13 de Março de 1975 e as “áreas de domínio público não edificáveis”, atualmente encontra-se completamente edificada.

Devido à grande especulação imobiliária e poucas áreas livres edificáveis, o bairro residencial verticalizou-se, impactando na sua dinâmica de maneira perceptível, atraindo serviços e comércios que hoje atendem toda a cidade e refletindo no aumento de circulação de pedestres e veículos. Apesar de tratar-se de um bairro nobre, os pedestres que circulam não são privilegiados e acabam tendo que enfrentar as mesmas dificuldades encontradas por toda Salvador: calçadas ocupadas por comerciantes e carros, ausência de sinalização, piso tátil e rampas de acesso mal instaladas, obstáculos diversos e a constante insegurança.

3. LYNCH E CULLEN: PAISAGEM URBANA DO BAIRRO DA GRAÇA

A paisagem é um grupo de elementos relacionados em diferentes tempos, um recorte espacial de relações do homem com o meio, ou seja, um conjunto de imagens inter-relacionadas, construída através do cotidiano, e como um espaço gerador de bem estar e facilidades (LYNCH, 2006). Nesta seção realizou-se uma breve análise da paisagem urbana do bairro da Graça, para isso buscou-se o aporte teórico dos autores Kevin Lynch e Gordon Cullen.

A paisagem do bairro de estudo se transformou ao longo do tempo com a demolição da maioria dos antigos casarões para dar lugar aos edifícios, que hoje disputam espaços com novas construções, cada vez mais altas e com fachadas exuberantes. A arquitetura e a estética do local são expressivas e refletem o alto poder aquisitivo dos moradores do bairro e o crescimento vertical das residências surge com o processo evolutivo e solução lucrativa para os construtores e empresários do ramo imobiliário, tornando-se barreiras visuais irreversíveis.

Lynch (2006, p.74) afirma que “os bairros são áreas relativamente grandes da cidade, nas quais o observador pode penetrar mentalmente e que possuem algumas características comuns” e completa afirmando que “podem ser reconhecidos internamente, às vezes usados como referências externas – como, por exemplo, quando uma pessoa passa por eles ou os atravessa”. Para o autor o bairro tem que ser compreendido e estudado como um fragmento urbano no qual as pessoas penetram locomovendo-se e o identifica através de suas características e dinâmicas. O bairro é um recorte e reflexo das relações sociais e evolução história da cidade.

Os teóricos citados desenvolvem pontos analíticos, como conceitos metodológicos nos quais aplicados à forma visual da escala urbana irá definir e localizar o indivíduo em um espaço e demonstrar a importância do lugar para os frequentadores. Segundo Lynch (2006) as imagens podem mudar de acordo com o ponto de vista e evidenciar a experiência individual de cada um ao experimentar o espaço. Entender o bairro da Graça dentro dessa ótica implica em analisar as imagens que ele remete e compreender que o conjunto define a identidade, a legibilidade do lugar e a percepção humana são essencialmente qualitativa.

Nas fachadas das edificações estão presentes, as cercas, grades e muros, segundo os conceitos metodológicos de Lynch (2006) são elementos de interferência que colocam limites na dinâmica da paisagem. Para Cullen (1983) são elemento de continuação que delimita o espaço privado do público, porém esses elementos juntamente com portões, guaritas, câmeras e seguranças particulares comportam-se como uma grande fortaleza, transmitindo sensação de segurança para o morador e uma percepção de insegurança para o pedestre.

A Rua da Graça e a Avenida Euclydes da Cunha são as principais vias do bairro e detém diversos conceitos metodológicos de Cullen (1983):

- Continuidade, identificada nas fachadas dos lotes;
- Barreiras visuais, tendo como parâmetro o campo visual do pedestre, ocasionadas pelos edifícios altos;

- Tempo e espaço, definido pela coexistência entre a arquitetura nova e antiga;
- Edificações notáveis como exemplo o Palacete das Artes Rodin Bahia, Mansão Solar dos Carvalhos e Igreja de Nossa Senhora da Graça. Sendo o Palacete das Artes Rodin Bahia além de uma edificação notável, uma arquitetura que também pode ser conceituada de tempo e espaço, após a intervenção moderna de Marcelo Ferraz, oposta ao estilo eclético do casarão.

Segundo Lynch (2006) a legibilidade é um conceito ligado aos símbolos identificáveis de um espaço, o que torna legível a imagem do espaço dentre tantos outros, a sua identidade. Ele afirma que é “um cenário físico vivo e integrado, capaz de produzir uma imagem definida [...]” (LYNCH, 1997, p. 05) e que “[...] a característica num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador” (LYNCH, 1997, p. 11). Dentre isso, o conceito pode ser aplicado no bairro da Graça, ao observar o contraste na coexistência entre a Graça antiga, os casarões resistentes à expansão urbana e a arquitetura religiosa, a modernidade e a contemporaneidade, refletida na própria arquitetura das fachadas e marcando cada época na qual foi construída, ou seja, refletindo a história da evolução do bairro, determinando a sua identidade (figura 02).

Figura 02 – Cenário integrado, coexistência da Graça antiga sendo representada pelo Palacete das Artes Rodin Bahia e a modernidade do edifício residencial



Fonte: GEOGRÁFICO (2018)

O ponto de convergência da Rua da Graça e a Avenida Euclides é a Praça Dr. Paterson, local definido dentre os conceitos de Cullen (1983) como foco visual, pois o “espaço livre”, a praça, é o ponto de ruptura da barreira visual de continuidade ocasionada pelas fachadas edificadas dos lotes e para Lynch (2006) pode ser definida como ponto nodal, por ser um espaço símbolo do bairro onde a população se locomove e contém um marco, um objeto físico que preenche e compõe a paisagem da praça, o busto do Dr. Paterson envolto em uma cúpula de mármore.

Segundo Serpa (2009, p. 75), na cidade são considerados “espaços livres” todos os largos, ruas, praças, pátios, quintais, parques e jardins. São esses os espaços de sociabilidade, as áreas que “amarram” o conjunto dos edifícios e casas. O bairro da Graça conta com poucos “espaços livres” podemos citar a Praça Dr. Paterson e a Praça Catarina Paraguaçu.

A Praça Dr. Paterson, fica localizada no ponto de encontro entre a Rua da Graça e a Avenida Euclides da Cunha, no centro do Largo da Graça e estende-se até o canteiro próximo a Perini (estabelecimento comercial). O local não oferece atrativo, é composto por bancos, caminhos, árvores e o busto de Dr. Paterson e sua manutenção, a mais de 10 anos, foi adotada pelo Hospital Português, mediante o Programa Municipal de Adoção de Praças, Áreas Verdes, Monumentos e Espaços Livres de Salvador, difundido pela Prefeitura através do Decreto nº 11.579, em 11 de Abril de 1997.

A Praça Catarina Paraguaçu, tem como marco a Fonte Nossa Senhora da Graça também conhecida como Fonte de Caramuru, pouco frequentada por moradores diante da sua vulnerabilidade e localização. A praça fica no Vale do Canela, entre duas pistas Rua Almirante Cleto Japiassu e Ladeira da Gabriela, tornando-se um lugar de pouca passagem de pessoas.

Para Carvalho e Pereira (2008, p.184) as praças,

[...] continuam a ser adotadas por empresas nessas áreas e outras novas são criadas, muitas vezes para valorizar o solo urbano ou para promover a “limpeza” desses locais de usos e usuários indesejáveis, como é o caso da Praça Catarina Paraguaçu, localizada no bairro da Graça, um dos redutos da classe média alta soteropolitana. [...] é difícil encontrar alguém que se aproprie dos equipamentos disponibilizados.

Para Jacobs (2000), a principal qualidade dos espaços públicos, praças, ruas, bairros e centros urbanos, é o fato das pessoas terem a sensação de segurança, mesmo estando entre desconhecidos. Os “olhos da rua” assim chamados por Jacobs são as próprias pessoas que “vigiam” (voluntariamente ou não) os espaços urbanos, ao ocupar e utilizar, assim transmitindo a sensação de segurança. Os serviços e comércios na proximidade com a Praça Dr. Paterson principalmente o comércio de rua, apesar de impactar na qualidade da circulação do pedestre por serem locados na calçada, asseguram a circulação de pessoas diariamente em horário comercial e de certa forma “vigiam” e são os “olhos da rua” do trecho urbano no qual a praça está inserida e transmitem uma sensação de segurança.

4. CONCLUSÃO

Ao analisar o fragmento da cidade, o bairro da Graça, dentro das perspectivas propostas das leis e os seus reflexos na dinâmica da paisagem

urbana, pode-se afirmar que tal fato se reverbera por bairros históricos existente no território soteropolitano no qual não tem suas edificações protegidas por leis. A segregação social pode ser vista como resultado de uma política capitalista, com a concentração de renda desigual e elitista. Segundo Carvalho (2006) a prefeitura detinha a posse de grandes áreas do município e no final da década de 60 realizou inúmeras transferências de propriedade para pessoas e empresas através da Reforma Urbana, fomentando a especulação imobiliária na cidade.

Existe uma tendência na cidade de Salvador que implica em verticalizar os bairros nobres, o elevado valor do solo implica na substituição da arquitetura residencial de no máximo três pavimentos por edifícios com diversas unidades residenciais, com atrativos de lazer e promovendo a sensação de segurança. O bairro da Graça é reconhecido pela importância histórica na formação da cidade de Salvador e por conta de especulação imobiliária, as antigas construções de diversas épocas e estilos arquitetônicos, vêm sendo demolidas e descaracterizadas para ceder espaços às construções contemporâneas de alto padrão.

Atualmente o bairro se depara em um dilema urbano: a proteção e manutenção das características das antigas construções, apoiadas nas leis de conservação do patrimônio histórico da cidade, contrapondo-se a constante e inevitável especulação imobiliária, aparada pelas novas leis e planos que regulamentam o uso e ocupação do solo, resultando na descaracterização do bairro em prol da modernidade e conforto arquitetônico.

A verticalização dos bairros representa o desenvolvimento local e demonstra a modernidade intrínseca da cidade aplicada naquele fragmento do espaço. Aos poucos a paisagem se modifica, as construções que antigamente limitavam-se as alturas das copas das árvores dão espaço para os novos arranha-céus. Limitam a paisagem, tornam-se extensas obstruções visuais, criam corredores de concreto e alteram a qualidade da ambiência do espaço urbano. As construções residenciais com gabaritos altos e com fachadas modernas são barreiras permanentes que modificam o microclima, transmitem

sensações físicas e psicológicas e deturpam não só a paisagem local, como também o seu valor histórico.

Como forma de redução dos impactos negativos do desenvolvimento surge propostas de melhorias e soluções da acessibilidade, voltadas para as calçadas, desobstruindo os caminhos dos pedestres, tornando-os mais agradáveis e convidativos, melhorias da iluminação e sinalização pública que facilitem a locomoção, e o incentivo ao uso dos “espaços livres” do bairro pela população, transmitindo assim a sensação de pertencimento e de segurança.

As construções demolidas não voltarão, porém pode-se promover a conservação das poucas edificações antigas ainda existentes, com características estéticas pertinentes da sua época. Modificar as leis e normas de forma a moldar o bairro a coexistir com diversos padrões estéticos e arquitetônicos de forma harmônica visualmente, com funcionalidade e preservando a qualidade da ambiência.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **As “cidades” de Salvador**. In: Inaiá M. M. de Carvalho; Gilberto Corso Pereira. (Org.). Como anda Salvador. 2ed.Salvador: Edufba, 2006, v. , p. 81-106.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2. ed. Salvador. Editora da UFBA, 2008.

CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

GEOGRÁFICO Guia. Museus de Salvador. Palacete das Artes Museu Rodin da Bahia. Disponível em: <<http://www.salvador-turismo.com/graca/rodin.htm>> Visitado em julho de 2018.

GIL, C. F. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. Coleção a. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

LYNCH, Kevin. A Imagem Da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo – São Paulo. Martins Fontes 227p, 1997. 2ª tiragem novembro de 1999.

RAHY, B. Izarosara. Verticalização e Paisagem Urbana. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS, 3., 2012, Salvador. Anais Verticalização... Salvador: UFBA, 2012.

ROLNIK, Raquel. Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades: instrumentos para uma política urbana democrático-participativa. **II Fórum da cidade da Florianópolis**: v. 6 n.2 (pp. 221-234). Florianópolis: UFSC, jul./dez.2003.

ROLNIK, R. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: Maria Adélia A Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). **Metrópole e Globalização-Conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo. Editora CEDESP, 1999.

SALVADOR. **Decreto 11.579/1977, 11 de abril 1977**. Dispõe o "Programa Municipal De Adoção De Praças, Áreas Verdes, Monumentos E Espaços Livres", e dá outras providências. Salvador: Prefeitura da Cidade do Salvador, 1977. Disponível em: <
<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/1997/1157/11579/decreto-n-11579-1997-cria-o-programa-municipal-de-adocao-de-pracas-areas-verdes-monumentos-e-espacos-livres-e-da-outras-providencias>> Visitado em junho de 2017.

SALVADOR. **Lei 3.377/84 - LOUOS, de 23 de julho de 1984**. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município da Cidade do Salvador e dá outras providências. Salvador: Prefeitura da Cidade do Salvador, 1984. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/LOUOS-COMPLETA-3377_84.compressed.pdf> Visitado em junho de 2017.

_____. **Lei 3.377/84 - LOUOS, de 23 de julho de 1984**. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município da Cidade do Salvador e dá outras providências. Salvador: Prefeitura da Cidade do Salvador, 1984. Distribuição digital em CD-ROM, 2001-2004.

_____. **Lei 9.148 /2016- LOUOS, de 13 de setembro de 2016**. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município da Cidade do Salvador e dá outras providências. Salvador: Prefeitura da Cidade do Salvador, 2016. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/novalouossancionada.pdf>> Visitado em junho de 2017.

_____. **Lei 9.069/2016 – PDDU 2016, de 30 de junho 2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU

2016 e dá outras providências. Salvador: Prefeitura da Cidade do Salvador, 2016
Disponível em: < <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>> Visitado em junho de 2017.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

TEIXEIRA, Fernando. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador - PDDU 2006: estrutura e conteúdos da minuta da lei. **Revista VeraCidade**: n.1 v.1 (pp. 1-13). Salvador: 2016.



URBANIZAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO E A PERCEPÇÃO DOS RISCOS EPIDEMIOLÓGICOS

Mariane Reis Vila Verde⁹¹

RESUMO

O processo acelerado de urbanização no Brasil ocasionou em ampla expansão populacional das cidades e uma ocupação desordenada em seu território, resultando em diversas consequências negativas, sendo uma das mais preocupantes a proliferação e avanço das epidemias de doenças urbanas. O objetivo deste artigo é analisar de que maneira a precariedade de infraestrutura sanitária afeta a saúde urbana de uma determinada população, perpassando pelo processo de urbanização brasileira, a fim de justificar algumas problemáticas atuais e demonstrar que as metrópoles brasileiras são um grande desafio para o urbanismo. Para atingir o objetivo utilizou-se da pesquisa bibliográfica, embasado na construção de um referencial teórico. O propósito é apresentar informações que demonstram a relação do ambiente urbano com algumas mazelas e analisar o grau do desafio das políticas públicas de saneamento básico presentes no orçamento governamental, uma vez que investimentos nestas ações previnem e reduzem gastos no sistema de saúde.

Palavras-chave: urbanização; saúde urbana; ambiente urbano; infraestrutura sanitária.

ABSTRACT

The accelerated process of urbanization in Brazil resulted in a large population expansion of cities and a disorderly occupation in its territory, resulting in several negative consequences, one of the most worrisome being the proliferation and advancement of epidemics of urban diseases. The objective of this article is to analyze how the precariousness of sanitary infrastructure affects the urban health of a particular population, passing through the Brazilian urbanization process, in order to justify some current problems and to demonstrate that the Brazilian metropolises are a great challenge for urbanism. In order to reach the objective, we used bibliographical research, based on the construction of a theoretical reference. The purpose is to present information that shows the relation of the urban environment with some problems and to analyze the degree of the challenge of the public policies of basic sanitation present in the governmental

⁹¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Salvador – UNIFACS. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS. Discente – Bolsista CNPq. E-mail: mariane.vila@gmail.com.

budget, since investments in these actions prevent and reduce expenditures in the health system.

Keywords: urbanization; urban health; urban environment; health infrastructure.

1. INTRODUÇÃO

A revolução industrial desencadeou uma expansão urbana rápida, desordenada e com realidades opostas, abarcando o surgimento da segregação espacial e socioeconômica urbana. Os reflexos negativos não foram superados, ao longo do tempo pelas ações das políticas públicas, portando podem ser verificados nas metrópoles brasileiras através da desigualdade social, contrastes nos padrões dos bairros, degradação ambiental, habitações em locais irregulares e precariedades nos serviços de infraestrutura sanitária básica que refletem na qualidade de vida e saúde da população local (SANTOS, 2009; VILLAÇA, 2003).

Os surtos de doenças e endemias atingem uma comunidade expondo todos aos mesmos riscos de saúde, tornando-se uma população propensa a desenvolver doenças específicas oriundas da contaminação das águas e solo, de inundações, trato com animais, poluição e degradação ambiental. Indicadores sociais explanam as consequências através do aumento da mortalidade, redução da longevidade, incidência de doenças e redução da qualidade da vida urbana (MONTE-MÓR, 1994; MARICATO, 1996).

Tendo como aporte a percepção de que a proliferação de algumas patologias está diretamente ligada às condições precárias da infraestrutura urbana, o presente artigo visa como objetivo analisar a urbanização e seu reflexo na saúde urbana.

Depois de descritos o aspecto de estudo cabe abordar que além desta introdução, metodologia e conclusão, o artigo encontra-se dividido em dois momentos: processo de urbanização no Brasil e infraestrutura sanitária.

1.1. METODOLOGIA

Para cumprir o objetivo, buscou-se trabalhar com a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008) afirma ser fundamentada através de contribuições de outros autores, a partir de material elaborado e publicado em livros e artigos científicos disponibilizados em meios físicos e virtuais.

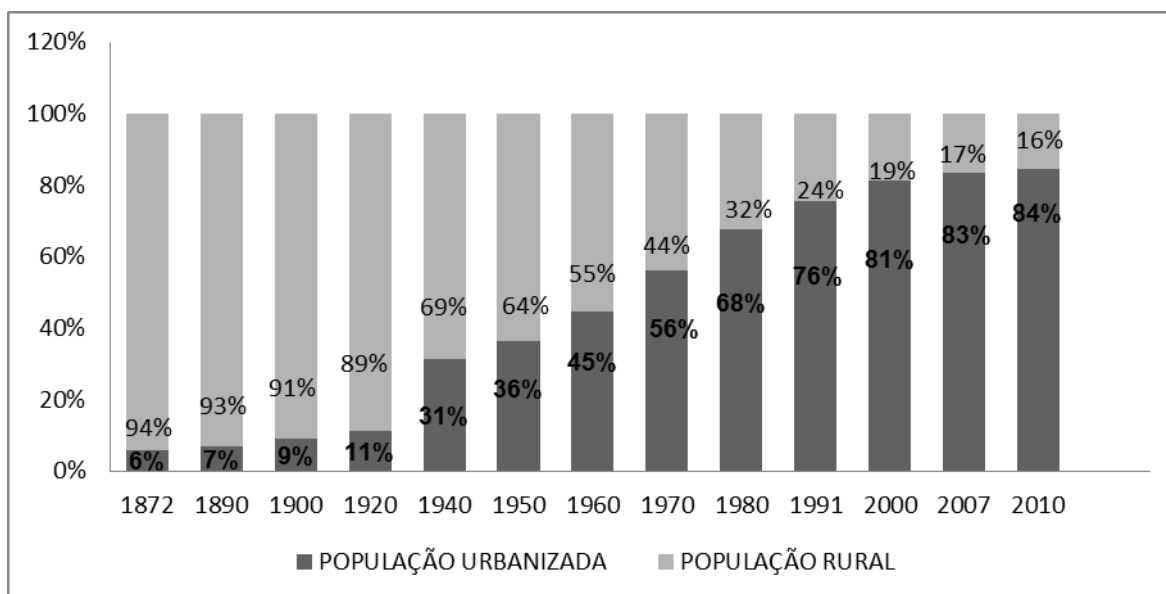
A pesquisa foi realizada através da construção do referencial teórico, a partir de conceitos sobre: urbanização, infraestrutura sanitária, saúde urbana e degradação ambiental. Tais conceitos definiram a compilação das diretrizes de estudo e por meio de uma análise descritiva, foi realizada a seleção de autores conceituados para não comprometer a qualidade do estudo.

2. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL

O processo de urbanização brasileira está relacionado aos movimentos migratórios internos atrelados aos ciclos econômicos, sendo a industrialização o estopim das grandes migrações, ou seja, o território desenvolve-se amplamente com a revolução industrial sendo formado por uma população que na sua grande maioria, moradoras de zonas rurais e pertencente a um país considerado agrário (SANTOS, 2009).

Com a revolução industrial a cidade torna-se a residência dos trabalhadores do campo e senhores de engenhos, o processo migratório ocasiona na expansão das cidades, que se transformam rapidamente. Os dados apresentados por Santos (2009) demonstram que em 1872, a população do país era de 10.112.061 habitantes, sendo 5,9% da população residente da zona urbana, com o passar das décadas foi observado o crescimento desta população. Entre as décadas de 20 e 40 marca-se o período que ocorreu o maior crescimento da população urbana, chegando aproximadamente 20%. Na década de 70 ocorreu um equilíbrio entre a população rural e urbana com respectivamente 44% e 56%. Segundo o IBGE (2010), a partir dos anos 80 a população urbana começa a crescer de 5% a 10%, a cada década, chegando ao ano de 2010, com 84% da população brasileira vivendo em áreas urbanas (Gráfico 01).

Gráfico 01: Taxa de urbanização



Fonte: Adaptado de Santos (2009); IBGE (2010).

Com a crescente busca por emprego e melhores condições de vida, as cidades passam a serem vistas como uma grande oportunidade, refletindo em um grande crescimento populacional, as metrópoles expandem para além de seus limites iniciais e ganham áreas periféricas. Segundo Monte-Mór (2006), para buscar ordem a esses espaços consolidados, importavam-se modelos de planos urbanos europeus, que mediante o desenho urbano peculiar das metrópoles o transformava e incorporava diversos profissionais que tratavam das questões arquitetônicas e estéticas e tinham o objetivo de resolver problemas técnicos através de médicos e engenheiros sanitários. Para Maricato (1996), a importação de planos europeus, deu início a exclusão da população pobre das cidades, resultando na consolidação das periferias, morros, várzeas e subúrbios sem qualquer planejamento, transformando-se em locais de epidemias e problemas sociais.

Diante do contexto percebe-se que a maior problemática das grandes metrópoles foi à ausência de um planejamento urbano, durante o acelerado crescimento populacional, pois os centros urbanos se desenvolveram sem a devida atenção as novas demandas de ocupação urbana e sem manutenção das áreas verdes. Portanto pode-se afirmar que o urbanismo no Brasil nasceu dos problemas oriundos da revolução industrial e seus reflexos negativos que geraram espaços urbanos consolidados por habitações desordenadas em locais

insalubres, sem condições mínimas de infraestrutura que suportasse o alto adensamento populacional.

As metrópoles brasileiras no final do século XX ganham destaque pela desigualdade social, segregação territorial e meio ambiente degradado, para Maricato (2003) a ocupação ilegal é gerida pelo Estado de acordo com seus interesses e principalmente por conta do mercado imobiliário, que detém o poder especulativo e de determinar o cumprimento de leis pelo valor da terra, ou seja, a lei torna-se um mecanismo que atende anseios de alguns, aumenta a segregação e exclusão no contexto urbano, refletindo no crescimento da população com renda baixa em locais inapropriados, desprezados pela especulação imobiliária e sem assistência.

As áreas ocupadas de maneira inadequada são locais consolidadas sem planejamento e compõe um ambiente vulnerável a risco de desastres e de saúde pública. Devida à acelerada ocupação do território, ocorre à impermeabilização do solo em larga escala e sem as devidas precauções aumentam o escoamento superficial e o volume dos rios, ocasionando em transbordamento, sendo que a grande maioria dos rios urbanos encontram-se comprometidos com depósitos de esgotos. As temporadas de altas precipitações pluviométricas, segundo Maricato (1996), são acompanhadas por tragédias urbanas e com frequência são vistas situações de inundações, que devido a ausência do saneamento básico é o fator fundamental para a proliferação de doenças.

Para Monte-Mór (1994), as grandes metrópoles urbanizadas desenvolveram-se sem uma infraestrutura sanitária implantada integralmente e ocasionou em problemas ambientais e na saúde pública. A ausência de saneamento básico expõe aos mesmos riscos uma população, de forma igualitária e podendo evoluir a casos com óbitos. Segundo o relatório do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2006, disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a ausência de esgotamento sanitário reflete na saúde e tem consequências na educação das crianças, que em decorrências das doenças faltam com maior frequência às

aulas, e nos períodos de chuvas são mais recorrentes, impactando diretamente em um dos pilares do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Portanto, o saneamento precisa ser planejado para áreas com precariedade da infraestrutura sanitária, para que reduza os riscos presentes, tal como a melhoria da qualidade de vida urbana.

A ausência da universalização de infraestrutura nas cidades foi descrita por Villaça (2003), quando reporta que a problemática é devido à segregação urbana, demonstrando que nas regiões metropolitanas e cidades de médios portes do Brasil ocorre o mesmo padrão de investimentos, a destinação de recursos públicos em infraestrutura sanitária, educação e conscientização ocorrem de maneira significativa em locais de ocupação da classe média e alta.

Consequentemente é válido elucidar que o Estado tem um papel neste processo de urbanização das cidades, em realizar a implantação de políticas públicas que regule o uso e a ocupação do solo, bem como identificar áreas precárias de infraestruturas de saneamento básico, englobando, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Faz-se necessário que a atualização e regulamentação dos Planos Diretores, Estatuto da Cidade e Leis de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo, esteja de acordo com a cidade real e de forma igualitária, que atenda as necessidades locais com o aporte da população, para identificar as deficiências de cada lugar.

3. INFRAESTRUTURA SANITÁRIA

A ideia de infraestrutura sanitária inicia-se na antiguidade, de acordo com Cavinatto (1992), quando o homem inicia o desenvolvimento em técnicas de captação, condução, armazenamento e utilização da água. Diante das próprias experiências, o homem começa a ter consciência de que a água suja e acúmulo de resíduos, não ofertam qualidade de vida e ocasionam em graves problemas para a saúde da população.

Na visão de Cavinatto (1992), no Brasil as necessidades em criar soluções para o saneamento surgem com o fim da escravatura, por não haver mais pessoas para o transporte dos dejetos, as fezes e urinas, das casas até o rio. O início do século XX é marcado por vistorias sanitárias aos portos marítimos brasileiros e campanhas de erradicação das epidemias, iniciadas no Rio de Janeiro pelo higienista Oswaldo Cruz, através de medidas sanitárias com o intuito de exterminar criadouros de insetos e roedores. Em 1930, o trabalho do Engenheiro Saturnino de Brito, ganha destaque com obras voltadas a melhorar e efetivar o saneamento nas capitais brasileiras, como sistemas de distribuição de águas e coleta de esgotos, determinando o início do saneamento no Brasil.

O conceito de infraestrutura sanitária está em conformidade com a ciência sanitaria e pode ser definido por Carvalho (2011) como uma maneira de contribuir com a preservação do meio ambiente através dos serviços públicos básicos refletindo a qualidade de vida das pessoas ao amenizar os impactos negativos decorrente a ocupação de maneira errônea do espaço.

O saneamento é definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), assim descrito no Instituto Trata Brasil (2017), como um conjunto de medidas aplicadas e adotadas em um determinado lugar, que visa à melhoria da qualidade de vida e saúde da população, ou seja, ações que preservam o meio ambiente e previne de doenças. O Instituto Trata Brasil (2017) registrou que saneamento está relacionado à saúde da população quando são contemplados pelo abastecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais, porém tais medidas de saneamento devem ser adotadas de maneira coletiva pelo governo municipal, estadual e federal.

Atualmente o saneamento básico nas grandes metrópoles restringem as ações realizadas na tentativa de amenizar as problemáticas ocasionadas pela ocupação em massa. Para Acselrad (2005), um dos maiores problemas nas cidades é a flexibilidade de normas ambientais e urbanísticas que favorece o empreendedorismo urbano, ou seja, os interesses empresariais são beneficiados através de acordos de troca com o poder público, onde áreas ricas

são protegidas e a população carente sofre com os riscos urbanos. Silva (2008) assinalou o rápido processo de urbanização e como isso favoreceu o movimento de periferização das cidades e a ocupações de áreas de risco ou proteção ambiental, ocasionando em problemas ambientais urbanos, como concentração de densidade demográfica, baixo potencial hídrico, falta de infraestrutura e contaminações das águas e o impacto na saúde, como proliferação de doenças e mortalidade infantil.

As disseminações de doenças negligenciadas estão associadas à baixa condição socioeconômica que está intrinsecamente ligada a precariedade ou o déficit de saneamento básico (WHO, 2015). Nas áreas carentes, composta por adensamento de aglomerados subnormais é recorrente a exposição à contaminação ambiental em período de altos índices pluviométricos que acarretam nas inundações, são considerados fatores fundamentais para epidemias de doenças de veiculação hídricas como cólera, febre tifóide, hepatite, amebíase, esquistossomose e principalmente leptospirose. Os sintomas primários das doenças citadas são similares com febre, vômitos, náuseas e diarreia, não sendo diagnosticados e tratados no início podem levar as pessoas a óbito (MARICATO, 1996; SAÚDE, 2017).

Os estudos do Instituto Trata Brasil (2017), registraram que no ano 2011, ocorreram 400 mil casos de internações por diarreia provenientes da falta de saneamento básico, sendo 53% dos casos crianças com até 5 anos por estarem em fase de desenvolvimento e com o sistema imunológico frágil, ficam propensas aos agentes patogênicos urbanos. Em 2014, o estudo ampliou abrangendo outros diagnósticos e demonstrou que 19% dos cidadãos adultos que convive com a falta de saneamento, estão propícios a ficarem doentes e não exercerem suas atividades cotidianas.

A maioria das doenças negligenciadas são consideradas de veiculação hídrica e demonstram que o saneamento básico não é prioridade no orçamento governamental. Segundo Borja (2014) de acordo com o censo demográfico realizado em 2010, dos 56,5 milhões de domicílios brasileiros entrevistados, aproximadamente 4% não tinham água encanada, 3% não tinham

esgotamento sanitário e 13%, mais de 7 milhões de domicílios, faziam o lançamento de resíduos sólidos de maneira inadequada. Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Trata Brasil (2018), em 2016, aproximadamente 52% da população brasileira não tinham acesso à coleta de esgoto e mais de 34 milhões de habitantes não tinham acesso à água encanada. Tais números revelam que uma parcela significativa da população brasileira fazia o uso de fontes inseguras de água e despejavam seus dejetos, fezes e urina, sem qualquer tratamento no meio ambiente, assim tornando-se um grupo propício a desenvolver uma ou mais doenças de veiculação hídrica.

A Organização Mundial da Saúde levantou dados que foram disponibilizados pelo Instituto Trata Brasil (2018), referente à coleta de esgoto em 2014, informando através da relação entre o índice de atendimento total de esgoto e o índice de atendidos com água no estado da Bahia, corresponde a aproximadamente 37% dos municípios. Conforme o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS, 2018), um levantamento realizado em 2016, demonstrou que dos 417 municípios que compõe o estado da Bahia com uma população aproximada de 15,2 milhões habitantes, 395 são assistidos com abastecimento de água, abrangendo uma população de proximamente 14,8 milhões e somente 149 tem esgotamento sanitário, atendendo uma população aproximada de 10,6 milhões pessoas.

A infraestrutura sanitária detém investimentos do Governo Federal, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em vigência entre 2007 e 2014, na qual estimulou o setor da construção civil e tinha o setor de saneamento básico dentre as suas prioridades. De acordo com Mello (2015), o programa aplicou no Brasil R\$ 21 bilhões nas obras de esgotamento sanitário e abastecimento de água, porém as pesquisas realizadas pelo Instituto Trata Brasil demonstraram que 52% das obras de saneamento enfrentam problemas de paralizações, atrasos e início licitações, e afirmou que somente 29% as obras realizadas em todo o território foram concluídas e 15% até o final da pesquisa tinha o seu andamento normal.

Na Bahia o PAC, durante toda a sua vigência, investiu mais de R\$ 3 bilhões em 638 obras de infraestrutura sanitária, porém segundo Ribeiro (2017), apenas 14% obras tinha sido concluída até outubro de 2014 e as demais se encontravam em fase de licitação e em obras, sendo que algumas haviam iniciado atividades em 2007. Ribeiro (2017) conclui que os longos atrasados das obras, condena uma parcela da população a conviver com problemas gravíssimos da falta de saneamento, dentre eles, viver em meio a esgoto a céu aberto, sem água encanada e a permanecer vítima de doenças, infecções e enfermidades.

O déficit do saneamento básico reflete diretamente na saúde da população, um estudo realizado pelo Instituto Trata Brasil (2014) em 2013, concluiu que em cada R\$1,00 (um real) investido em saneamento básico gera uma economia de R\$4,00 (quatro reais) na saúde, tais levantamentos se deu após serem divulgados os dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) referente ao quantitativo de internações atrelados à média nacional de custo para cada paciente com enfermidade causada pela falta de saneamento ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os problemas ambientais urbanos são um desafio para elaboração de políticas públicas integradas e na sua aplicabilidade, o relacionamento entre humanos e o meio ambiente impacta na sua maioria de forma negativa, a população e seus hábitos refletem na escassez de recursos e na mudança da qualidade de vida dos cidadãos. Segundo Silva e Travassos (2008), diversos problemas ambientais urbanos estão conectados e funcionam em efeito de cascata, provando que para saná-los somente através de ações integradas. Portanto os investimentos públicos voltados para a saúde e as infraestruturas sanitárias, visando à erradicação as doenças negligenciadas provenientes dos impactos negativos da urbanização, teriam que ser aplicados em conjunto para beneficiar com eficiência a população.

4. CONCLUSÃO

As maiores problemáticas das metrópoles brasileiras são reflexos do passado, uma grande parcela é oriunda do processo de urbanização acelerado que em 50 anos, mais que dobrou a população urbana, atualmente mais de 84% vivendo em áreas urbanas. O turbilhão demográfico ocorrido nas cidades atrelado à globalização, ausência de ação do governo, segregação social e a economia refletem a urbanização desordenada das grandes metrópoles, sendo este um conjunto fatores que contribuíram para o surgimento das situações socioespaciais particulares e peculiares, tornando a cidade um complexo ambiente urbano onde uma parcela da população não tem acesso aos serviços básicos, tornando-se um grande desafio para o urbanismo.

O processo de urbanização no Brasil é observado por sua associação com pobreza, mediante tamanhas necessidades emergentes e seu reflexo na população que sofre grandes impactos no perfil de morbidade e mortalidade. O conceito de saúde urbana explicita a adaptação do ambiente com as ações humanas, o modo e a qualidade de vida são reflexos preocupantes para a saúde, sendo assim, perpassando por todo o estudo bibliográfico realizado pode-se afirmar que a saúde da população está atrelada ao seu meio físico e socioeconômico, sendo determinante o lugar que cada cidadão está inserido no ambiente urbano.

O crescimento desordenado combinado à ausência de saneamento básico, planejamento urbano pouco eficiente para áreas necessitadas e baixo investimento dos governantes no setor, contribuem com proliferações de doenças urbanas. As doenças negligenciadas geralmente atingem as classes carentes, com pouco acesso aos serviços de saúde e desprovidas de informações. Antigamente era verificada em zonas periféricas e rurais, hoje é vista nos centros urbanos, sendo que o processo de migração interna continua desequilibrado, mantendo-se em constante o crescimento populacional e com ocupações irregulares.

O investimento em obras de saneamento, nunca foi atraente aos governantes, o fato de serem não visíveis, pouco beneficia nas campanhas eleitorais. Porém não é exclusiva a parcela de culpa da população, que com

baixa renda familiar, pouco tempo de estudo e falta de conhecimento tem a degradação ambiental intrínseca nos seus costumes. A população precisa ser educada para compreender que os recursos naturais perdidos ou degradados não têm retorno e ter a consciência dos prejuízos imediatos à saúde que é gerada ao jogar resíduos sólidos em encostas e rios, desmatar as áreas verdes, dentre outros problemas ambientais causados pelo homem mal informado ou motivado por interesses rentáveis.

Como forma de redução dos impactos negativos da urbanização surge como propostas melhorias das condições sanitárias, remanejamento das pessoas em situações de risco, controle de animais transmissores de doenças e educação ambiental. Por fim, a implantação de infraestrutura sanitária não pode ser vista como despesas e sim como um investimento que tem efeito em cadeia, principalmente na redução de custos para a saúde, na área de medicina curativa.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. In: Encontro Nacional da Anpur, 11. 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpur, 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/henri.pdf>. Acessado em: 2 out 2017.

BORJA, P. C. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Saúde Soc.:** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 432-447, 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n2/0104-1290-sausoc-23-2-0432.pdf>>. Acessado em: 28 mar 2018.

CARVALHO, A. R.; OLIVEIRA, M. V. C. **Princípios Básicos do Saneamento do Meio**. 10 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2011.

CAVINATTO, V. M. **Saneamento Básico: fonte de saúde e bem-estar**. São Paulo: Ed. Moderna, 1992.

GIL, C. F. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>>. Acessado em: 28 mar 2018.

INSTITUTO Trata Brasil. **Ociosidade das Redes de Esgotamento Sanitário no Brasil**. 1 ed. Brasília: 1 ed. Brasília: Instituto Trata Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ociosidade/relatorio-completo.pdf>>. Acessado em: 26 mar 2018.

INSTITUTO Trata Brasil. **[Saneamento - Principais Estatísticas no Brasil - Saúde]**. 2014. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-e-saude>>. Acessado em: 11 nov 2017.

INSTITUTO Trata Brasil. **[Saneamento - Saneamento é Saúde]**. 2017. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-e-saude-3>>. Acessado em: 11 nov 2017.

INSTITUTO Trata Brasil. **[Saneamento – Principais Estatísticas no Brasil]**. 2018. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas-no-brasil>>. Acessado em: 28 mar 2018.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**: São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013>. Acessado em: 12 out 2017.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec: 1996. 141p.

MELLO, D. Metade das obras de saneamento do PAC enfrenta problemas, mostra balanço. **Agência Brasil**, set. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-09/52-das-obras-de-saneamento-do-pac-enfrentam-problemas-aponta-levantamento>>. Acesso em: 14 jul 2018.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. **Economia Regional e Urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte, p. 61-85, 2006. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT2308201001849.PDF>>. Acessado em: 14 out 2017.

MONTE-MÓR, Roberto L. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 169-181, 1994. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper34.pdf>>. Acessado em: 14 out 2017.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. **[Publicações - RDHs Globais - Relatório do Desenvolvimento Humano 2006]**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-20006/>>. Acessado em: 13 nov 2017.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. **[Publicações - RDHs Globais - Relatório do Desenvolvimento Humano**

2006]. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/PressReleases/undp-br-rdh_br_odm-2006.pdf>. Acessado em: 13 nov 2017.

RIBEIRO, P. Saneamento básico: apenas 14% das obras do PAC foram concluídas na Bahia. **Correio 24h**, nov. 2017. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/saneamento-basico-apenas-14-das-obras-do-pac-foram-concluidas-na-bahia/>>. Acesso em: 14 jul 2018.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009b.

SAÚDE Curitiba. **Doenças de Veiculação Hídrica**. Químea Saúde Curitiba, set. 2017. Disponível em: <<http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/index.php/vigilancia/sanitaria/orientacoes-tecnicas/12-vigilancia/118-doencas-de-veiculacao-hidrica/>>. Acessado em: 27 out. 2017.

SILVA, L. S.; TRAVASSOS, L. R. F. C.. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo, v. 19, p. 27-47, 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/download/8708/6459>>. Acessado em: 03 out 2017.

SNIS – Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento. **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2016**. Diagnóstico Anual Água e Esgotos, mar. 2018. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2016>>. Acessado em: 28 mar 2018.

VILLAÇA, F. A segregação urbana e a justiça. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, v. 11, n. 44, p. 341-34, 2003. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/Gabrieldibernardi/villaa>>. Acessado em: 13 nov 2017.

WHO – World Health Organization. **Neglected tropical diseases**. Diseases, nov. 2015. Disponível em: <http://www.who.int/neglected_diseases/diseases/en/>. Acessado em: 15 nov 2017.



CIDADES DIGITAIS: A CIDADE A SERVIÇO DO CIDADÃO: UM OLHAR SOBRE LAURO DE FREITAS - BA

Denise Lefrançois⁹²

Edvaldo Machado Boaventura⁹³

Manoel Joaquim Fernandes de Barro⁹⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a política pública Cidades Digitais, implantada no município de Lauro de Freitas, ao considerá-lo como vetor de cidadania, frente às possibilidades oferecidas pelo programa à população municipal. Desta forma, este estudo pretende relacionar em que medida está política pública assegura o exercício da cidadania aos munícipes. Trata-se de um estudo de caso, onde foram utilizados pesquisa documental e bibliográfica com abordagem metodológica exploratória descritiva, pesquisa qualitativa e observação participante. O resultado obtido na pesquisa, a partir da observação participante no *locus*, aponta que, o município, através do Programa Cidades Digitais, favorece a prática da cidadania digital e o desenvolvimento de uma consciência cidadã, assim como a possibilidade de promover transformações sociais. Outrossim, revela algumas fragilidades no processo tanto na vertente da compreensão das dimensões de cidadania, como no entendimento das possibilidades que a rede mundial de computadores oferece.

PALAVRAS-CHAVES: Política Pública. Cidades Digitais. Cidadania. Inclusão Digital.

INTRODUÇÃO

⁹² Especialista, Mestranda Unifacs. E-mail: deniselefrancois@gmail.com.

⁹³ Doutor, Docente Unifacs. E-mail: edivaldoboaventura@gmail.com.

⁹⁴ Doutor, Docente Unifacs. E-mail: manoeljb@unifacs.br.

O presente artigo tem como objetivo discutir a política pública Cidades Digitais, implantada no município de Lauro de Freitas, ao considerá-lo como vetor de cidadania, frente às possibilidades oferecidas pelo programa à população.

Dentre as políticas públicas que abarcaram a causa da inclusão digital, destaca-se, na atualidade, o Programa Cidades Digitais, que traz no seu escopo, o acesso gratuito à internet além da possibilidade de participar da gestão municipal e a obtenção de melhor performance dos órgãos da administração, visto que foram interligados e conectados à internet, por meio da implantação de elementos de infraestrutura tecnológicas.

A metodologia utilizada compreendeu o estudo de caso, que, conforme Gil (2008), aborda o delineamento de pesquisa, indicando princípios e regras a serem observados ao longo de todo o processo de investigação. Utilizou-se também de levantamento documental e bibliográfico, onde foi possível aprofundar conhecimentos sobre diretrizes, amplitude e concepção do Programa Cidades Digitais, além de análise das suas prerrogativas, limitações e impactos na sociedade. Optou-se pela pesquisa exploratória descritiva e pela qualitativa, que, segundo Minayo (2016), não se trata apenas de uma estratégia, no conjunto de investigações, mas de um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade. A observação participante, foi utilizada como estratégia para coleta de dados, que, de acordo com Gil (2009), consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa.

Para atingir o objetivo proposto, delineou-se o seguinte percurso: Introdução; Programa Cidades Digitais: Política Pública para Inclusão Digital; Programa Cidade Digital em Lauro de Freitas: Resultados e Considerações Finais.

2. PROGRAMA CIDADES DIGITAIS: POLÍTICA PÚBLICA PARA INCLUSÃO DIGITAL

As políticas públicas, nas diversas dimensões, se concretizam através de programas, ações e atividades desenvolvidas pelos governos, objetivando assegurar determinados direitos de cidadania, através da participação direta ou indireta, de entes públicos ou privados, para atender um determinado nicho social, cultural, étnico ou econômico. Os eixos políticas públicas, cidadania e inclusão digital convergem para o ponto onde se constata que, em tempos atuais, ainda existem milhares de brasileiros que não têm acesso à internet, alargando a classe de excluídos digitais, que perdem oportunidades de trabalho, por não estarem usufruindo de conteúdos culturais, participando de maneira efetiva e crítica da sociedade da informação.

Segundo estudo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2015), políticas públicas de inclusão digital, em concomitância com as tecnologias da informação e comunicação (TIC), proporcionam, aos indivíduos, oportunidades concretas para a melhoria da sua condição de vida: possibilitam usufruir das facilidades oferecidas pelo comércio eletrônico, dos serviços bancários, do acesso aos programas de governo ligados à saúde, educação e segurança pública. As redes digitais permitem uma maior interação com seus pares e, um certo fomento ao associativismo, ao cooperativismo e ao empreendedorismo; além de maior participação comunitária e política.

Teixeira, Pereira e Tretins (2013), ao tratarem da inclusão digital, no contexto das políticas públicas, ressaltam que a educação é a questão que encontra destaque frente aos desafios desta temática. O ponto chave é possibilitar o acesso fundamental para que cada cidadão possa fazer parte dos processos decisórios do mundo contemporâneo, ao tempo que goze de possibilidades de acesso a bens culturais que potencializem seu desenvolvimento enquanto ser humano integral.

O Programa Cidades Digitais, fez parte das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 27 de janeiro de 2007, através do decreto no. 6.025. No contexto nacional, trata-se de uma política pública que contempla a Inclusão Digital, além de gestão participativa e conectividade dos órgãos administrativos. Salienta-se que o programa se iniciou em 2012, quando

o Ministério das Comunicações, abriu a primeira seleção para o projeto-piloto, envolvendo 80 municípios. Atualmente, conforme informações disponibilizadas no *site* do Ministério do Planejamento, existem cerca de 258 empreendimentos de cidades digitais distribuídos entre os municípios brasileiros, beneficiando uma população total de 6,2 milhões de pessoas em 262 cidades.

Face ao exposto, o desafio é lançar políticas públicas claras, estruturadas e essenciais para o avanço da inclusão digital no Brasil. Estas devem ser dirigidas estrategicamente para os diversos segmentos da sociedade, de modo a atender suas expectativas e necessidades. Planejamento e efetividade devem ser contemplados, tanto pela iniciativa pública, quanto privada, no sentido de capacitar a parcela da população excluída digitalmente para as necessidades do cidadão moderno.

2. PROGRAMA CIDADE DIGITAL EM LAURO DE FREITAS

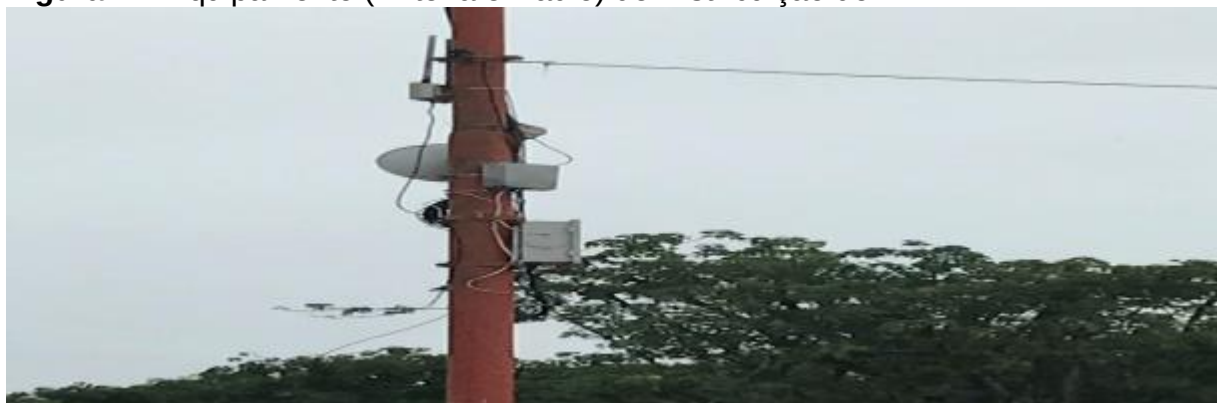
Originalmente, Lauro de Freitas pertencia a Salvador - Ba, até que em 1880 passou a distrito de Montenegro, atual Camaçari. Em 1932, retornou a Salvador, quando em 31 de julho de 1962 foi transformado em município. Onze anos depois passou a integrar a Região Metropolitana de Salvador. Em 2016, houve uma reestruturação do município, baseada na Lei Municipal no. 1.596, de 19 de novembro de 2015, criando uma nova configuração dos seus bairros. Nesse contexto, o município passou a ter 19 bairros e 1.510 logradouros.

Nos últimos anos, o crescimento exponencial da região, nos mais diversos setores, exibiu um quadro de valorização e de expansão urbana. Formou-se um mercado diversificado, e um dos maiores polos de desenvolvimentos regional, inclusive de educação, por conta da instalação de faculdades. Muitos empreendimentos imobiliários eclodiram, com a implantação de indústrias e serviços, turismo e lazer, em virtude dos seus sete quilômetros de praia, constituindo-se em uma das cidades baianas que mais se desenvolveu nesse período.

Em 2012, Lauro de Freitas é contemplada com o Programa Cidades Digitais. No ano de 2014, foram instaladas a infraestrutura e cabeamentos, para

em 2015, inaugurar-se um ponto de internet na praça Matriz Santo Amaro de Ipitanga, conforme figura 1.

Figura 1 – Equipamento (Antena e Rádio) de Distribuição do WiFi



Fonte: registro feito pela autora (2017)

É através deste equipamento, que se dá o acesso à internet. A Praça, passa a ter nova ressignificação, tornando-se um ponto de conectividade (internet) e seus frequentadores, a partir de telefones celulares, passam a exercer a cidadania digital.

Na perspectiva dos ganhos sociais obtidos com a implantação do Programas Cidades Digitais, pode-se apontar que, a partir da implementação dos equipamentos de infraestrutura que interligou os setores da administração, o município tornou-se mais eficiente em aspectos relativos à gestão, bem como na qualidade dos serviços prestados ao cidadão, que passou a desfrutar de maior celeridade e exatidão no atendimento de suas necessidades.

Uma outra forma de ganho social, ocorre por meio do acesso às informações, seja por meio do *wifi* gratuito na praça matriz do município ou pelo *site* oficial da prefeitura.

No *site*, é possível verificar a transparência da gestão, que, aliada à possibilidade de interação do cidadão com os gestores públicos, configura-se no seu objetivo mais relevante: permitir a colaboração e controle, por parte do cidadão, das ações dos gestores, verificando se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam. Acredita-se que a transparência pode se configurar numa forma de induzir os gestores públicos a agirem com responsabilidade, num exercício de cidadania, sob a ótica propiciada por uma gestão participativa. Essa possibilidade de interação também permite uma certa

inferência histórica, social, econômica e cultural no processo de desenvolvimento local, provocando mudanças no modo como os cidadãos agem, sentem e pensam o local onde vivem.

3. RESULTADOS

Levando-se em consideração a observação realizada na Praça Matriz, constatou-se que, o Programa Cidades Digitais, configurou-se como uma prática de cidadania digital, uma vez que, possibilita, à população, o acesso gratuito à informação. Não obstante, verificou-se, também, que a ação ainda precisa de ajustes, melhorias e expansão para outros lugares públicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou a relação existente entre Inclusão Digital e Cidadania na perspectiva do Programa Cidades Digitais em Lauro de Freitas. Nesse aspecto, a pesquisa procurou conhecer como a inclusão digital vem se configurando atualmente. Apesar das iniciativas, dos investimentos realizados, das campanhas, dos programas e projetos no município, que objetivavam inserir pessoas no universo digital, ainda temos, atualmente, uma grande parcela da população que permanece alheia a este processo de inclusão, não desenvolvendo um sentimento de pertencimento a esse contexto.

Cabe ressaltar, também nos achados da pesquisa, que inclusão digital, na contemporaneidade, não se restringe apenas ao acesso à internet, mas existe a necessidade de um processo de alfabetização informacional, que capacite o indivíduo a compreender as possibilidades que a rede mundial de computadores oferece.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos, **Métodos e Técnicas De Pesquisa Social**, 6, São Paulo, Atlas, 2008.

LEMOS, André Org., **Cidade Digital, Portais, Inclusão e Redes no Brasil**. Salvador Ba, EDUFBa, 2007.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

TCU – Tribunal de Contas da União - **Política Pública De Inclusão Digital**, 2015. Disponível em <http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/politica-publica-de-inclusao-digital.htm>. Acesso em 20.08.2017.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro, PEREIRA, Ana Maria de Oliveira, TRENTIN Marco Antônio Sandini (Org.) **Tecnologias e Metodologias**, EDUFBa, 2013.

LAURO DE FREITAS < <http://www.laurodefreitas.ba.gov.br/site/>> acessado em 20.09.16

CIDADES DIGITAIS, **Ministério do Planejamento – PAC** disponível em < <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/cidades-digitais> > acessado em 15.07.2016.

CIDADES DIGITAIS **Cidades Digitais cria sistema exclusivo para prefeituras.** 2013, disponível em < <http://www.brasil.gov.br/editoria/infraestrutura/2013/10/cidades-digitais-cria-sistema-exclusivo-para-prefeituras>>, acessado em 15.07.2017.



OS INSTRUMENTOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Lianna Sousa de Aras⁹⁵

Núbia Mara Pereira Barbosa⁹⁶

RESUMO

O presente trabalho busca analisar, sem a pretensão de esgotar o tema, a regularização fundiária de áreas públicas através da legitimação fundiária de imóveis públicos e legitimação de posse, instituídos pela Lei n. 13.465/2017, regulamentados pelo Decreto n. 9.310/2018. Tendo como ponto de partida a análise do direito social à moradia, atrelado ao Direito à cidade, abordaremos a regularização fundiária como política pública destinada à legalização da propriedade de áreas ocupadas irregularmente, promovendo a dignidade da pessoa humana, fundamento da Carta Constitucional Republicana. Para tanto, utilizamos o método indutivo, com pesquisa bibliográfica e normativa, de modo a concluir que a legitimação fundiária, criada pela Lei n. 13.645/2017, e a legitimação de posse são instrumentos para se efetivar o Direito à habitação e promover a dignidade da pessoa humana, valor central da Carta Constitucional Republicana e do Estado Democrático de Direito.

Palavras chave: regularização fundiária, direito à cidade, moradia, legitimação fundiária, legitimação de posse, função social da propriedade, propriedade, posse, reurb.

⁹⁵ Tabeliã do 15º Tabelionato de Notas de Salvador.

⁹⁶ Tabeliã do 9º Tabelionato de Notas de Salvador.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os problemas urbanos decorrentes da ocupação irregular do solo, tem sido objeto do estudo de acadêmicos, profissionais e gestores públicos. Inicialmente, as ações públicas se concentraram no processo de urbanização dos assentamentos urbanos irregulares e clandestinos, decorrentes de ocupações espontâneas bem como da ação ilegal de proprietários ou grileiros. O objetivo era melhorar a infraestrutura urbana, contornando as adversidades decorrentes da falta de planejamento e que impactam a prestação do serviço público aos moradores, prejudicando a saúde, saneamento, educação e, mesmo o meio ambiente, em razão da contaminação dos recursos hídricos.

Recentemente, ganhou ênfase a necessidade de associar a urbanização a devida titulação dos imóveis, mediante regularização fundiária de assentamentos informais, garantindo o Direito à moradia e à propriedade, ambos realizadores da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, a Lei 13.465/2017 revogou o capítulo III da Lei 11.977/2009 que tratava da regularização fundiária urbana na busca por corrigir os graves problemas urbanos causados pela ocupação desordenada do solo.

Dentre os objetivos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, importa para o presente trabalho: ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados; garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas; garantir a efetivação da função social da propriedade; ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo.

A fim de alcançar os objetivos listados acima, a Lei 13.465/2017 criou novo instituto jurídico, denominado legitimação fundiária, apto a instrumentalizar a regularização de imóveis urbanos utilizados para moradia situados em núcleos informais urbanos consolidados, entendido como aqueles de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização

das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo ente federativo competente.

Quanto à aplicação da legitimação fundiária aos imóveis públicos, sua fundamentação encontra-se, dentre outros, no princípio da função social da propriedade pública de modo a assegurar o Direito à moradia e à sua respectiva propriedade, ambos componentes do Direito à cidade.

E mais, a legitimação fundiária de imóveis públicos, ao facilitar, através de ato administrativo negocial, a concessão da propriedade, favorece o crescimento econômico, permitindo que o imóvel seja dado em garantia para a obtenção de crédito junto às instituições financeiras.

Na construção deste artigo foi utilizada a classificação bibliográfica, como metodologia escolhida, estudo sistematizado com base em produção científica e acadêmica publicada em livros, revistas, artigos e outros, adotando-se uma ótica multidisciplinar.

2. A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO AFIRMAÇÃO DO DIREITO À CIDADE.

A cidade, formada pelo agrupamento de pessoas com diferenças culturais, étnicas, econômicas e filosóficas em um determinado espaço físico, é palco de inúmeros problemas. Sua estruturação está diretamente relacionada à realidade social e suas discrepâncias, bem como aos conflitos pelo uso e apropriação do solo urbano.

O crescimento exagerado das cidades, decorrente da industrialização e da migração das zonas rurais para os espaços urbanos em busca de melhores condições de vida, promoveu a ocupação irregular de áreas urbanas que, embora centrais, eram desvalorizados pelo mercado imobiliário e a expansão da periferia também por meio de agrupamentos habitacionais “à margem da lei”, ou seja, assentamentos irregulares, loteamentos irregulares e clandestinos, formando o que se chama de “cidade informal”.

Além da falta de controle e planejamento urbano, imputa-se à mercantilização do solo, valorizado de acordo com as utilidades que pode

proporcionar, a ocupação irregular de áreas públicas e privadas por pessoas de baixa renda.

A consequência é a divisão da cidade de acordo com as condições econômicas dos seus moradores, coexistindo espaços urbanos com infraestrutura adequada e bairros, ocupados pela população mais pobre, que sofrem com a falta de serviços públicos básicos (BATTAU; OLIVEIRA, 2016). Ante a essa realidade social, surge o Direito à cidade, definido pela Carta Mundial do Direito à Cidade (2005) como

Usufruto equitativo das cidades, visando o desenvolvimento sustentável através de alternativas e de novas formas de pensar a gestão do solo urbano de forma a potencializar o interesse social na apropriação da terra, fazendo com que a cidade cumpra sua função social e que se produza de forma democrática, justa, sustentável e equitativa. Isto posto, pressupõe o exercício pleno e universal da vida, ou seja, o pleno exercício de todos os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, inerentes ao ser humano, previstos na norma nacional e pelos pactos e tratados internacionais.

Trata-se de um conjunto de direitos articulados que devem se moldar às necessidades sociais, e sua concretização perpassa a viabilização da eficácia dos direitos sociais como garantia de uma vida digna aos seus habitantes. De acordo com CAVALAZZI (2007, p. 56), o direito à cidade é núcleo de um sistema composto por um feixe de direitos que inclui a moradia – implícita a regularização fundiária -, a educação, o trabalho, a saúde, os serviços públicos, ao lazer, a segurança, ao transporte público, a preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico, como direito humano na categoria dos direitos difusos.

Ademais, busca assegurar a dignidade da pessoa humana mediante o cumprimento satisfatório de serviços essenciais aos que nela vivem, a incorporação das questões ambientais ao tratamento urbano e o acesso as condições de moradias legais na cidade.

Portanto, a abordagem da legalização da posse e da propriedade de imóveis públicos para o exercício da moradia em núcleo informais consolidados, através da regularização fundiária afirma o direito à cidade e o dever dos órgãos dos poderes públicos de observar a função social da sociedade e da propriedade pública.

A concessão do título jurídico àqueles que conferem função social à propriedade, fazendo dela sua moradia, além de assegurar a habitação, resolve o problema da insegurança da posse que é o medo do morador ter de deixar sua moradia, pois embora o ordenamento jurídico reconheça a posse como um direito, a propriedade é tratada como direito maior, especialmente em razão do artigo 1.245, do Código Civil, que consagra a regra segundo a qual “só é dono quem registra”. (CAVALAZZI; PEREIRA. 2016)

A preocupação do constituinte com a função social está expressa no artigo 182, da Constituição Federal, atribuindo ao Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, a competência para executar a política de desenvolvimento urbano, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988).

Dentre as diretrizes gerais da política urbana, o artigo 2, inciso XIV, do Estatuto da Cidade (2001), prevê a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação.

Na qualidade de diretriz para consecução do objetivo constitucional de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, a regularização fundiária é um dos eixos operacionais da ação estatal, vinculando órgãos dos poderes públicos à sua observância e orientando o controle a ser exercido pelos órgãos e instâncias competentes.

Nesse sentido, DALLARI (2006, p. 26) esclarece que “as políticas públicas corresponderiam, no plano jurídico, às diretrizes, normas de um tipo especial, na medida em que romperiam as amarras dos atributos de generalidade e abstração – que estremam as normas dos atos jurídicos, esses sempre concretos - para dispor sobre matérias contingentes”.

Como política pública, a regularização fundiária busca promover e efetivar princípios e direitos como, moradia, justiça social e igualdade substancial, legalizando áreas urbanas ocupadas irregularmente para fins de moradia e, acessoriamente, promovendo melhorias no ambiente urbano e na qualidade de vida do assentamento.

Segundo ALFONSIN (2000), a regularização fundiária é

(...) importante no caminho da garantia efetiva do Direito a cidade, já que nas últimas décadas se observa uma complexificação da segregação sócio-espacial, em um fenômeno no qual os pobres passaram a ocupar também os interstícios da cidade formal e das regiões de alta renda, inclusive tendo em vista a busca de oportunidades de emprego e rendimentos, evidentemente mais abundantes nestas regiões da cidade. A possibilidade de regularizar as ocupações localizadas no tecido intra-urbano da cidade (às vezes existentes há décadas) é uma garantia à população pobre de que ela também terá “Direito ao Centro” e aos bens oferecidos por este mesmo centro.

Publicada em 11 de julho de 2017, a Lei n. 13.465, resultante da conversão da Medida Provisória n. 759/16, estabeleceu um novo marco legal para a regularização fundiária.

Criou-se o termo REURB para designar a regularização fundiária urbana, definida, conforme artigo 9, da Lei n. 13.465/2017, como conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais, e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e a titulação de seus ocupantes (BRASIL. 2017).

A REURB compreende duas modalidades, de acordo com o critério econômico: interesse social (REURB-S), aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal, e interesse específico (REURB-E), aplicável aos núcleos informais ocupados por população não qualificada na REURB de interesse social.

No que diz respeito à regularização de imóveis públicos, a Lei n. 13.465/2017 criou a legitimação fundiária, demonstrando a importância do tema e o esforço legislativo em atender a função social da propriedade pública.

Importante registrar a existência de outros instrumentos jurídicos voltados à regularização fundiária de imóveis públicos, como, a medida provisória n. 2.220/01, que trata da concessão especial de imóveis públicos para fins de moradia, e a Lei n. 11.481/07, que trata do mesmo tema no âmbito da união.

Portanto, o arcabouço jurídico tem sido moldado a fim de garantir a tutela efetiva do direito à cidade e suas funções sociais, conforme prescreve o artigo

182 da Constituição Federal, tendo a regularização fundiária como principal política pública de promoção do direito à moradia, à justiça social, à cidadania, todos atrelados à efetivação da dignidade da pessoa humana.

3. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PÚBLICA

A constituição Federal Brasileira rompeu com o patrimonialismo anteriormente consagrado, constitucionalizando o direito privado e colocando a pessoa humana como elemento central do direito. Assim, o direito à propriedade, inicialmente considerado absoluto, foi limitado pela função social que lhe é imposta e legitima o direito à propriedade.

De acordo com o artigo 39 do Estatuto da Cidade, a propriedade cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Embora a aplicabilidade da função social à propriedade pública não seja tema pacífico, tem recebido destaque o posicionamento segundo o qual não se pode admitir a ociosidade de bens públicos. Conforme REZENDE (2017, p. 209) “o Estado deve aplicar todos os seus recursos móveis e imóveis para promover o desenvolvimento, incentivar a atividade econômica e assegurar a obtenção de recursos para implantar um conjunto de atividades necessárias ao bem-estar da comunidade. “

Segundo Di Pietro (2006, p. 12):

A ideia de função social envolvendo o dever de utilização não é incompatível com a propriedade pública. Esta já tem a finalidade pública que lhe é inerente e que pode e deve ser ampliada para melhor atender ao interesse público, em especial aos objetivos constitucionais voltados para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar dos seus habitantes.

Para adentrar o assunto, não obstante haver corrente doutrinária que defende serem bens públicos todos aqueles destinados à utilidade pública, independentemente da titularidade, o artigo 98, do Código Civil, define bens públicos como todos aqueles da titularidade das pessoas jurídicas de direito

público, estejam ou não afetados ao interesse coletivo, conceito que utilizaremos quando nos referirmos aos bens públicos.

Os bens públicos têm caráter instrumental, são destinados à realização das necessidades públicas e promoção dos direitos individuais. Assim, submetem-se a um regime jurídico distinto do que regula os bens privados, gozando de atributos como a alienabilidade condicionada ou incondicionada, impenhorabilidade, imprescritibilidade e impossibilidade de oneração, o que impediria afastaria a aplicação do dever de observância da função social da propriedade pública.

Para melhor compreender a matéria, a classificação dos bens públicos, conforme artigo 99 do Código Civil é feita, de acordo com sua destinação, em: bem de uso comum, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; e, os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Assim, os bens dominicais não são necessários nem úteis à fruição conjunta do povo nem é utilizado para a satisfação das necessidades coletivas. Em verdade, sua função é patrimonial ou financeira, assegurando “rendas ao Estado, em oposição aos demais bens públicos, que são afetados a uma destinação de interesse geral”. (REZENDE; MARÇAL, 2017, p. 209).

Essa função é mantida, mas segundo Di Pietro (2006, p. 11) “não há dúvida de que aos bens dominicais pode e deve ser dada finalidade pública, seja para aplicação do princípio da função social da propriedade, seja para observância do princípio da função social da cidade. “

Assim, não restam dúvidas de que a função social da propriedade pública impõe para o poder público um dever de conferir utilidade pública aos bens imóveis sobretudo àqueles que vem sendo utilizados pela população há muitos anos para fins de moradia.

Nesse sentido, a legitimação fundiária de bens públicos é instrumento que busca conferir função social a propriedade pública há anos utilizada pela

população de baixa renda para fins de moradia, concedendo-lhe o título de propriedade. Em verdade o que se busca é resgatar a fundamento que justifica os atributos dos bens públicos, estarem relacionados à promoção e defesa dos direitos fundamentais e às demais finalidades públicas.

4. A LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA

A Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017, inovou ao criar o instituto da legitimação fundiária, definido como forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, independentemente do tempo e da natureza da posse. Aplica-se tanto em áreas públicas quanto em áreas privadas, em qualquer das modalidades de Reurb, desde que configure núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2017).

Para fins de aplicação da legitimação fundiária, entende-se por núcleo urbano informal consolidado o assentamento humano, clandestino ou irregular, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei nº 5.868/1972, de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município.

Para receber o título jurídico, o beneficiário deve atender às seguintes condições: não ser concessionário, foreiro ou proprietário de imóvel urbano ou rural; não ter sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto; e, em caso de imóvel urbano com finalidade não residencial, seja reconhecido pelo poder público o interesse público de sua ocupação.

Tendo em vista ser modo de aquisição originária da propriedade, a legitimação fundiária, em qualquer das modalidades da REUB, confere ao ocupante a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado.

Passível de aplicação aos imóveis públicos, a legitimação fundiária tem sido alvo de duras críticas acadêmicas. Todas elas sustentam que a legitimação fundiária viola o dispositivo constitucional que veda a usucapião de bem público. Ademais, quando conjugada com os dispositivos que dispensam a alienação de bens públicos em geral e da União em particular de desafetação, licitação, autorização legislativa e avaliação prévia, a legitimação fundiária vulnera a defesa do patrimônio público, a transparência da gestão pública e a responsabilidade fiscal (ROSEVALD, 2017).

O parágrafo 4º do artigo 23 dispõe que, a legitimação fundiária na REURB-S de imóveis públicos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e as suas entidades vinculadas, quando titulares do domínio, ficam autorizados a reconhecer o direito de propriedade aos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado por meio da legitimação fundiária.

Portanto, trata-se de ato discricionário, cabendo poder público decidir utilizar ou não a legitimação fundiária, mas sempre com fundamento no interesse público. Certamente, a opção pela legitimação fundiária depende do estudo prévio da localidade e seus problemas sociais, para, então, definir ser o procedimento adequado.

Por sua vez, o parágrafo 4º do artigo 23 da Lei n. 13.465/2017, reforça ser a legitimação fundiária destinada às hipóteses de REURB de interesse social (REURB-S), modalidade em que os beneficiários são economicamente hipossuficientes. Posicionamento contrário privilegiaria a legalização de áreas públicas decorrentes de grilagem, o que, por motivos óbvios, deve ser vedada.

A legitimação fundiária, por sua vez, não se confunde com a usucapião, posto ser forma de aquisição da propriedade originária, não contrariando a Constituição Federal. Conforme a definição do instituto, trata-se de forma de aquisição originária decorrente de ato do poder público. Assim, a concessão do título jurídico se dá através de ato administrativo do titular do imóvel, de natureza negocial, cuja definição se extrai do magistério de Celso Antônio Bandeira de Mello (2005, p. 395). “Atos negociais ou negócios jurídicos – os em que a vontade administrativa é, de direito, preordenada a obtenção de um resultado jurídico, sendo ela que cria imediatamente os efeitos jurídicos, embora dentro dos quadros legais”.

Como ato administrativo negocial, a legitimação fundiária decorre da manifestação do ente federativo proprietário do imóvel que coincide com a pretensão dos particulares. Não se confunde com os contratos administrativos, pois nestes há a manifestação bilateral da vontade das partes, enquanto nos atos administrativos negociais, a Administração Pública decide se concorda ou não com o pedido do interessado.

Acerca da legitimação fundiária, a cartilha de regularização fundiária elaborada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo esclarece (art. 21, §5o):

Quando aplicável a imóveis públicos, não há maiores dificuldades em se entender o novel instituto, pois o Poder Público praticará ato sobre bem que lhe é próprio. Nesse caso, haverá a discricionariedade também para avaliar qual a melhor forma de titulação, podendo optar pela concessão de direito real de uso ou pela concessão de uso especial para fins de moradia. Vale lembrar que, nessas hipóteses, a Lei no 8.666/93, em seu art. 17, I, “f”, já dispensava a necessidade de avaliação prévia, licitação e autorização legislativa, desde que se tratasse de regularização fundiária de interesse social. De qualquer forma, a Medida Provisória no 759 confere prévia autorização aos entes públicos para a concessão da legitimação fundiária.

Quanto ao procedimento, o parágrafo 5º, do artigo 23 atribui ao poder público o encaminhamento do certificado de regularização fundiária (CRF) para registro imediato da aquisição de propriedade, dispensados a apresentação de título individualizado e as cópias da documentação referente à qualificação do beneficiário, o projeto de regularização fundiária aprovado, a listagem dos ocupantes e sua devida qualificação e a identificação das áreas que ocupa.

A análise dos dispositivos que tratam da legitimação fundiária releva a opção legislativa pela desburocratização dos procedimentos, conferindo a propriedade àqueles que utilizam o imóvel público para fins de moradia em núcleos informais consolidados, o que por si só faz com que sua aplicabilidade se dê em locais ocupados há muitos anos, como no caso das favelas e outros assentamentos da periferia urbana.

Há, portanto, objetivo de interesse coletivo, sobretudo no que diz respeito a efetivação do Direito à moradia e à habitação. A concessão do título jurídico de propriedade transporta para a “cidade formal” possuidores de imóveis urbanos originariamente segregados do solo urbano. Ademais, promove o mercado imobiliário e a cidadania, permitindo que o registro de propriedade

possa ser utilizado para garantir hipotecas e propriedades fiduciárias e, assim, seu titular possa obter crédito para financiar o empreendedorismo.

5. A LEGITIMAÇÃO DE POSSE

Ao contrário da legitimação fundiária que é verdadeira inovação trazida pela Lei 13.465, de 2017, o instituto da legitimação de posse veio com a Lei 11.977, de 2009. O instituto já conhecido pelo direito brasileiro foi mantido, porém sofreu diversas modificações com a inovação legislativa. O instituto foi ampliado para possibilidade de conversão além dos limites trazidos pela usucapião especial urbana.

Outra modificação apresentada é a simplificação do procedimento, não sendo mais necessária a prévia demarcação urbanística, que é o procedimento destinado a identificar os imóveis públicos e privados e obter a anuência dos titulares de direitos inscritos na matrícula do imóvel, que resulta na averbação da viabilidade da regularização fundiária.

A legitimação de posse é instrumento de regularização fundiária, sendo o ato do poder público que reconhece a posse do imóvel, por meio de título, a qual pode ser convertida em direito real de propriedade. Ao contrário da legitimação fundiária, a legitimação de posse não se aplica aos imóveis urbanos públicos e pode ser transferida por causa mortis ou por ato Inter vivos. Conclui-se que o beneficiário pode dar como garantia o seu direito sobre a legitimação de posse ao obter um financiamento, mesmo junto ao Sistema Financeiro de Habitação.

O título de legitimação de posse, além de reconhecer a posse do imóvel objeto da REURB, deve identificar os seus ocupantes, o tempo da ocupação e a natureza da posse.

Segundo o art. 26, caput, da Lei 13.465, de 2017.

Sem prejuízo dos direitos decorrentes do exercício da posse mansa e pacífica no tempo, aquele em cujo favor for expedido o título de legitimação de posse, decorrido o prazo de cinco anos de seu registro, terá a conversão automática dele em título de propriedade, desde que atendidos os termos e condições do art. 183 da Constituição Federal, independentemente de prévia provocação ou prática de ato registral (BRASIL,2017)

Sendo assim, os requisitos para que haja a conversão automática em propriedade no prazo de cinco anos são: que a área seja urbana, com dimensão não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados, e que a posse seja exercida por cinco anos, sem interrupção ou oposição e que o imóvel seja utilizado pela moradia própria ou da família, e desde que o titular da legitimação da posse não possua outro imóvel urbano ou rural (BRASIL, 1988).

O título da legitimação de posse expedido e registrado, autoriza que no prazo de cinco anos ocorra a sua conversão automática em propriedade, desde que atendidos os requisitos da usucapião especial urbana. No entanto, a conversão do título de posse em propriedade é instituto autônomo em relação aos procedimentos de usucapião, mesmo que os requisitos sejam os mesmos. No caso a conversão do título registrado opera-se automaticamente, ao contrário da usucapião que necessita ser reconhecido judicial ou extrajudicialmente, mesmo que tal reconhecimento tenha natureza declaratória.

Caso a situação concreta não atenda aos requisitos da usucapião especial urbana, deve-se analisar se são atendidos os requisitos para qualquer outra modalidade de usucapião, caso a análise resulte positiva, será necessário requerimento do interessado perante o registro de imóveis competente. Salienta-se, dessa forma, que o legislador optou pela conversão automática, independentemente de provocação do interessado, ou seja, ato de ofício do oficial de registro de imóveis, apenas no caso que atenda aos requisitos da usucapião especial urbana, em todos os outros casos, de atender aos requisitos de qualquer outra modalidade de usucapião, será necessária a provocação do interessado, respeitado o Princípio da Rogação, que é regra em se tratando de atos registrais.

Pelo Princípio da Instância ou Rogação, o Oficial de Registro de Imóveis não poderá agir de ofício, para que atue deverá haver o pedido do interessado, a conversão da legitimação de posse em propriedade seria mais uma exceção. Nicolau Balbino Filho discorre que a solicitação de qualquer ato registral é simples, independe de forma especial e pode ser expressa ou tácita. É expressa quando o requerente manifesta claramente ao registrador sua vontade de obter o lançamento registrário. A pretensão é tácita quando o registrador, por experiência própria, detecta a vontade do interessado. Como regra geral

entende-se que o mero fato de apresentar documentos ao registro constitui uma solicitação para a prática dos atos registrais inerentes a todo o seu conteúdo. No direito pátrio a solicitação expressa pode ser escrita ou verbal (BALBINO, 2001).

O direito real de propriedade oriundo da conversão da legitimação de posse possui natureza de aquisição originária de direito real, sendo assim, nenhum ônus, direitos reais, gravames ou restrições que eventualmente existam na matrícula de origem será transportado para a nova matrícula, necessariamente aberta, a exceção à essa regra se dá quando o ônus, direito real, gravame ou restrição disser respeito ao próprio beneficiário da conversão.

Por fim, a Lei 13.465, de 2017, trata da possibilidade de cancelamento do título de legitimação de posse, tal cancelamento poderá ser realizado pelo poder público emitente quando verificadas que as condições exigidas não são mais satisfeitas. Pelo cancelamento do título, ato vinculado do poder público, não será devida qualquer indenização a quem se beneficiou irregularmente do instrumento. No entanto, a legislação é silente quanto ao que regularmente se beneficiou e não concorreu com dolo ou culpa para que as condições deixassem de ser atendidas, nesse caso, o entendimento defendido é que haverá a necessária indenização, tratando-se o silêncio legislativo de silêncio eloquente.

Outro aspecto a ser analisado é o marco temporal que estabiliza o título e impossibilita o seu cancelamento, tal marco seria o registro, dessa forma, após registrado o título de legitimação de posse, não seria mais possível o cancelamento unilateral por meio de ato administrativo vinculado, já que ao admitir tal possibilidade seria criada uma insegurança jurídica que afetaria os pilares do sistema registral brasileiro.

A Lei 6.015, de 1973, preconiza, em seu art. 216, que o registro poderá ser retificado ou anulado por sentença em processo contencioso, ou por efeito do julgado em ação de anulação ou de declaração de nulidade de ato jurídico, ou de julgado sobre fraude à execução (BRASIL, 1973), sendo o Princípio da Presunção Relativa de Veracidade fundamental para a construção do sistema registral brasileiro, assim, o simples cancelamento do título, por ato unilateral do poder público, mesmo que vinculado e devidamente fundamentado, não enseja o cancelamento do registro automaticamente, caso o título já tenha sido

registrado, no caso, o poder público deverá promover a medida judicial cabível para o cancelamento, não mais do título, mas sim, do registro.

Conforme art. 167 da Lei 6.015, de 1973, a legitimação de posse será registrada, assim como a sua conversão em propriedade quando será averbada a extinção da legitimação de posse, em qualquer caso em que haja extinção da legitimação de posse, seja por conversão em propriedade, seja por qualquer outro motivo, a extinção será averbada. Tais atos registrários, registro de título de legitimação de posse, e sua conversão em propriedade, devem ser realizados independentemente de custos e emolumentos, além de que independem da comprovação do pagamento de qualquer tributo, inclusive previdenciários.

Diante da não exigência do auto de demarcação urbanística para a concessão do título de legitimação de posse, baste que o ocupante prepare a documentação de regularização fundiária urbana de sua área, leve ao crivo do Município, para receber o título de legitimação de posse, em seguida, o beneficiário, ocupante, deverá encaminhar o título ao registro de imóveis competente.

6. A TITULARIZAÇÃO DA POSSE E O DIREITO À MORADIA

A Lei 13.465, de 2017, prioriza a titulação da propriedade aos ocupantes de imóveis irregulares, conferindo propriedade a indivíduos que detinham apenas a posse do imóvel, inserindo, assim, os bens imóveis no mundo jurídico e proporcionando a circulação de riqueza e a segurança jurídica, no entanto, tais efeitos, por si só, não garantem o direito à moradia, nem o direito à cidade, se na conversão da posse em propriedade os problemas socioeconômicos não são solucionados.

A regularização de assentamentos urbanos de interesse social deve transcender a conversão da posse em propriedade, devendo ser considerados os equipamentos e serviços urbanos, além da infraestrutura física e social. Imperativo existir a integração das políticas de regularização fundiária com as políticas socioeconômicas.

A regularização fundiária urbana deve ser encarada como política pública reparadora da precarização da moradia e vida, e dos danos ao ordenamento

urbanístico, ao uso e ocupação do solo, porém, não é, por si só, medida de combate à desigualdade social. O grande desafio é que coexistam de forma eficaz e harmoniosa as políticas de regularização fundiária, o direito de propriedade e o direito à moradia.

Diante do emergente conceito de cidadania urbana não há que se contentar em transformar o ocupante em proprietário, mas há que se garantir diversos outros aspectos ligados à cidadania e à dignidade da pessoa humana.

7. CONCLUSÃO

A cidade cumpre sua função social quando atende adequadamente as necessidades essenciais dos seus moradores, através de bens e serviços aptos a propiciar uma vida digna. Conforme VIEIRA (2010. p. 295), “a cidade desejável é a que está cumprindo com sua função social de garantir o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, aos transportes, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. “

Alvo de críticas pela comunidade acadêmica e por setores da sociedade como facilitadora da regularização de imóveis decorrentes de grilagem, a legitimação fundiária, quando adequadamente aplicada é mais um instrumento para segurança e estabilidade das relações jurídicas, notadamente ao possuidor da área, conferindo legitimidade aquele que utiliza o bem como sua moradia e assegurando a função social da propriedade pública.

Nesse sentido, o parágrafo 1, do artigo 1, da Lei 13.465/2017 estabelece que a regularização fundiária é da responsabilidade de todos os entes políticos da Federação (Direta e Indireta), e estes formularão e desenvolverão no espaço urbano de suas competências de acordo com os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental e ordenação territorial, buscando a ocupação do solo de forma eficiente, combinando seu uso de forma funcional (BRASIL, 2017).

Como todo novo instrumento jurídico, a legitimação fundiária poderá encontrar dificuldades em sua aplicabilidade. Entretanto, deve-se buscar a superação pelo adequado e profundo debate sobre o tema, mediante interpretação que assegure os principais objetivos da regularização fundiária, qual seja: ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa

renda; garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas; garantir a efetivação da função social da propriedade; ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo (BRASIL, 2017).

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Da invisibilidade a Regularização Fundiária: Trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre – século xx.** (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional), Porto Alegre: UFRGS. 2000.

BALBINO FILHO, Nicolau. **Direito Imobiliário Registral.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BATTAUS, Danila M. de Alencar; OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de. **O direito a cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira.** Lua Nova. São Paulo. 97: 81-106, 2016.

BUCCI, Maria Paula Dallari. (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: **Senado Federal**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

BRASIL. Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2018.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da **Constituição Federal**, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

BRASIL. Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm>. Acesso em 14 de junho de 2018.

BRASIL. **Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001.** Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm>. 14 de junho de 2018.

CARTA Mundial do Direito à Cidade. **V Fórum Social Mundial**, Porto Alegre, jan. 2005. Disponível em: http://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/carta_mundial_direito_cidade.pdf. Acesso em 14 de junho de 2018.

CARVALHO, Afrânio de. **Registro de Imóveis.** 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001

CAVALCANTI, Eugênia Giovanna Simões Inácio. **A Concessão de Uso Para Fins de Moradia Como Forma de Concretizar a Função Social da Propriedade Pública.** Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico. Salvador, n. 30, maio/junho/julho 2012. Disponível em <http://www.direitodoestado.com.br>. Acesso em 04 de julho de 2018.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli; PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. **Posse e propriedade na afirmação do direito a cidade:** uma metodologia de pesquisa fundiária aplicada ao morro da previdência (RJ). Anais do 7º Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico: direito urbanístico e justiça urbana: cidade, democracia e inclusão social. / Organizado por Nelson Saule Junior e Henrique Botelho Frota. São Paulo: IBDU, 2016. p. 185-207

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **O Estatuto Epistemológico do Direito Urbanístico Brasileiro: Possibilidades e Obstáculos na Tutela do Direito à Cidade.** In: COUTINHO, R.; BONI- ZZATO, L. Direito da Cidade: **Novas Concepções sobre as Relações Jurídicas no Espaço Social Urbano.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Função Social da Propriedade Pública.** Revista Eletrônica de Direito do Estado. Salvador, Instituto de Direito Público da

Bahia, n. 06, abril/ma/junho 2006. Disponível na Internet: <http://www.direitodoestado.com.br>. Acesso em 04 de junho de 2018.

FARIAS, A. R.; MINGOTI, R.; VALLE, L. B.; SPADOTTO, C. A.; LOVISI FILHO, E. **Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil**. 2017. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1069928/identificacao-mapeamento-e-quantificacao-das-areas-urbanas-do-brasil>. Acesso em 15 de junho de 2018.

KUMPEL, Vitor Frederico. **Legitimação da Posse na Lei 13.645/2017**: Ligeiras Observações. Disponível em <http://www.migalhas.com.br/Registralhas/98,MI275672,81042-Legitimacao+de+posse+na+lei+134652017+ligeiras+observacoes> . Acesso em 15 de junho de 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Melhoramentos. 2005.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; MARÇAL, Thaís Boia. **A Função Social e a Usucapião dos Bens Públicos**: uma Releitura a partir da Constitucionalização do Ordenamento Jurídico. Revista da EMARF, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 201 a 230, mai/out 2017

PINTO, Victor Carvalho. **A Regularização Fundiária Urbana na Lei 13.465/2017**. Disponível em <https://www.linkedin.com/pulse/regularizacao-fundiaria-urbana-plv-122017-decorrente-carvalho-pinto/?trk=mp-reader-card>. Acesso em 15 de julho de 2018.

RAMOS Júnior, Lourival da; Souza, Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo. **Regularização Fundiária Urbana**: Uma Análise Comparativa Legal para o Nascimento da Propriedade Social em São Luís. Revista de Políticas Públicas, 2017. v. 21(2), p. 1085-1102. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8263/5124>. Acesso em 14 de junho de 2018.

REIS, Émilien Vilas Boas; OLIVEIRA, Márcio Luís de. **A regularização fundiária urbana e rural**: a necessidade de marcos teóricos de políticas públicas distintos. Revista Brasileira de Políticas Públicas (online). Brasília. V. 7, n. 2, 2017 p. 41-53.

ROSENVALD, Nelson. **Legitimação fundiária: uma polemica inovação**. 2017. Disponível em: <https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2017/12/20/A->

Legitimação-fundiária—uma-polêmica-inovação. Acesso em 15 de julho de 2018.

SODRÉ, Jorge Irajá Louro. **A Propriedade Urbana Funcionalizada pelo Direito a Moradia Adequada: Instrumentos Contidos no Código Civil e no Estatuto da Cidade a Permitir a Coexistência Desses Direitos**. Revista do Direito Público, Londrina, v. 11, n. 3, p.224-242 dez. 2016.



CIDADANIA NA BAHIA: uma visão a partir do mapeamento da oferta de alguns documentos certificadores

*Vaner José do Prado*⁹⁷

*Laumar Neves de Souza*⁹⁸

*Renato Reis Barbosa*⁹⁹

*Carolina Andrade Spínola*¹⁰⁰

RESUMO

O exercício da cidadania ainda não se constitui em um direito amplamente exercido na sociedade brasileira, notadamente no que se refere às camadas mais pobres da população. O acesso à cidadania inicia-se pelo reconhecimento do indivíduo como cidadão, por intermédio de fichas simbólicas ou documentos certificadores elementares, instituídos pelo Estado, como políticas públicas constitutivas. Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é mapear a oferta/emissão de alguns documentos certificadores (Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade e Carteira Nacional de Habilitação) para acesso à cidadania no Estado da Bahia. Para dar conta de alcançar o propósito deste estudo foram feitas consultas aos bancos de dados do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) e Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) que forneceram informações referentes ao ano de 2016. Consultou-se também as informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), notadamente aquelas que revelam o tamanho da população residente de cada município baiano. O artigo constata a existência de vazios ou zonas de sombreamento na infraestrutura de serviços para a oferta de documentos certificadores no Estado da Bahia, coincidentes com os territórios de municípios menos populosos, com menor importância econômica e com baixo índice de desenvolvimento social.

Palavras-chave: Documentos Certificadores, Cidadania, Bahia

⁹⁷ Doutor, UNIFACS. E-mail: vaner.prado@unifacs.br.

⁹⁸ Doutor, UNIFACS. E-mail: vaner.prado@unifacs.br.

⁹⁹ Doutor, UNIFACS. E-mail: vaner.prado@unifacs.br.

¹⁰⁰ Doutora, UNIFACS. E-mail: colina.spinola@unifacs.br.

ABSTRACT

The exercise of citizenship is not yet a widely accessed right in Brazilian society, especially in relation to the poorest sections of the population. Access to citizenship begins with recognition of the individual as a citizen, through symbolic tokens or elementary certifying documents, instituted by the State, as constitutive public policies. Given this context, the objective of this study is to map the offer / issue of some certifying documents (Birth Certificate, Identity Card and Driver's License) for access to citizenship in the state of Bahia. The databases of the Bahia State Court of Justice (TJBA), the State Secretariat of Public Security (SSP) and the State Transit Department (DETRAN) were consulted to provide information on the year of 2016. The information provided by the Demographic Census 2010, of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) was also consulted, especially those that reveal the size of the resident population of each municipality in Bahia. The article notes the existence of shading areas in the infrastructure of services for the provision of certification documents in the State of Bahia, coinciding with the territories of less populous municipalities, with less economic importance and with low social development.

Key words: Certification Documents, Citizenship, Bahia

INTRODUÇÃO

A despeito do grave quadro de instabilidade política e econômica que enfrenta, é possível afirmar que a sociedade brasileira, nas últimas quatro décadas, tem vivenciado avanços que revelam um padrão de desenvolvimento, que não era possível de ser encontrado em outros momentos históricos. Conquistas como a Constituição cidadã de 1988, a estabilidade monetária alcançada com o Plano Real, em 1994, e os avanços sociais mais recentes, promovidos por programas como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida e outros, referendam esse ponto de vista. Em comum, esses marcos trouxeram, em seu âmago, direta ou indiretamente, a possibilidade de inclusão à cidadania, em um país com dimensões continentais e com um longo histórico de desigualdades.

Em que pese os mencionados avanços, pode-se asseverar que a sociedade brasileira permanece desigual quando se trata da garantia da cidadania, tanto no que se refere ao seu acesso quanto no seu desfrute. A dificuldade de acesso refere-se às barreiras enfrentadas por uma parcela significativa da população para adentrar as arenas ou espaços da própria

cidadania que, uma vez superadas, são substituídas pelas dificuldades existentes para fazer valer esses direitos.

O reconhecimento da existência dessas lacunas, na sociedade brasileira, reforça a ideia de que para ser cidadão é preciso estar incluído e que a igualdade da cidadania é uma conquista de cada sociedade ou Estado-Nação. Essa inclusão ou acesso, inicia-se pelo reconhecimento do indivíduo como cidadão, por intermédio de fichas simbólicas ou documentos certificadores elementares, instituídos pelo Estado, como políticas públicas constitutivas.

Cabe afirmar que, no âmbito deste estudo, a denominação documentos certificadores refere-se àqueles considerados elementares para a identificação do indivíduo como cidadão, ou seja, capazes de proporcionar o acesso às arenas ou espaços da cidadania de Marshall, T. (1967), conferindo direitos civis, direitos políticos e direitos sociais (econômicos), como por exemplo: Registro Civil de Nascimento (RCN), Registro Civil de Identificação (RG) ou Carteira de Identidade (CI), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Título Eleitoral, Cartão de Contribuinte Pessoa Física (CPF), Certificação Digital, Cartão de Saúde, Passaporte e outros. Esse conjunto de documentos representam as fichas simbólicas identificadas por Giddens (1991), que visam tornar o indivíduo reconhecido como cidadão perante o Estado e seus pares.

Com efeito, o acesso aos tais documentos certificadores no Brasil é um problema de grande monta. Prova cabal disso é o fato de que entre 700 mil a 1 milhão de crianças ainda deixam de ser registradas ao nascer, situação esta ocasionada por problemas diversos, como, por exemplo, falta de infraestrutura do Estado no que diz respeito a integração dos sistemas de cadastramento e registro, ou até mesmo a desinformação ou desinteresse das famílias (IBGE, 2015).

Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é mapear a oferta/emissão de alguns documentos certificadores (RCN, CI e CNH) para acesso à cidadania no Estado da Bahia. De modo mais preciso, pretende-se identificar a cobertura e os vazios espaciais em termos dos serviços de emissão de RCN, CI e CNH, no estado em foco.

A razão que justifica a escolha deste recorte espacial no âmbito deste estudo assenta-se nos desafios de sua dimensão territorial (564.831 Km², o que representa 6,6% do território brasileiro, dividido em 417 municípios, grande parte deles marcada por uma realidade socioeconômica bastante desfavorável) e populacional (congregava, em 2010, um contingente populacional da ordem de 14.016.906, ocupando a 4^o posição nacionalmente nesse quesito), pontos significativos para o alcance dos serviços da administração pública.

Para dar conta de alcançar o propósito deste estudo foram feitas consultas aos bancos de dados do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) e Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) que forneceram informações referentes ao ano de 2016. Consultou-se também as informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), notadamente aquelas que revelam o tamanho da população residente de cada município baiano.

Do ponto de vista da sua estruturação, optou-se por organizar esse artigo em duas seções além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira investe-se no esclarecimento pormenorizado do que seja documentos certificadores para a cidadania, procurando-se evidenciar como eles se relacionam com a sua promoção. Na segunda parte, envereda-se na identificação da presença ou não dos serviços que permitem o acesso aos referidos documentos, privilegiando-se uma análise espacial para os municípios que integram o Estado da Bahia.

1. DOCUMENTOS CERTIFICADORES E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Conforme já brevemente sinalizado, documentos certificadores é um termo utilizado para denominar um conjunto de documentos identificadores elementares, capazes de conferir a qualidade ou condição de cidadão aos indivíduos. Ao dizer isso, abre-se, naturalmente, espaço para comentar o que é que vem a ser cidadania. Para Weis (1999), cidadania, em sua forma mais ampla, é formada por um conjunto de direitos humanos decorrentes de tratados referentes a direitos globais (em sentido universalizante), sempre que for viável

identificar as medidas requeridas, relacionadas aos âmbitos social, econômico, político e cultural.

Seguindo essa leitura, Caltram (2010) inclui o direito ao RCN entre esses direitos humanos de caráter universalizante, que envolvem diretamente o acesso e o desfrute da cidadania, como um poder-dever que garante um mínimo necessário e imprescindível à dignidade humana, sem o qual o indivíduo não pode estar inserido na sociedade em que vive, pois trata-se de direito indivisível pertencente a titulares indetermináveis, a todos os indivíduos indistintamente. Portanto, o RCN está diretamente relacionado com a questão da cidadania, na medida em assegura a garantia de identidade do cidadão e sua relação inicial com o Estado brasileiro.

Em verdade, o RCN é o primeiro documento da pessoa natural, sem o qual é impossível a retirada dos demais documentos necessários ao longo da vida do indivíduo. As informações constantes do assento de nascimento da pessoa são tão fundamentais que acompanham o indivíduo por toda a vida, individualizando-o das demais pessoas e provando sua idade e relações de parentesco (CALTRAM, 2010).

Ademais, assinale-se também que sem o registro, as pessoas não terão acesso aos sistemas públicos de saúde e educação, ao exercício de direitos políticos como votar e ser votado, exercer uma profissão com registro regular, acesso a crédito, abertura de conta corrente em bancos, além de ficarem impedidas de terem acesso a alguns programas sociais. De acordo com a argumentação de Kang, Santos e Doneda (2016), o RCN é um direito em si, e também um garantidor de outros direitos e a partir dele se estruturam as diversas modalidades de documentos.

Outro documento certificador também de importância vital para o acesso e o exercício da cidadania é a CI. Segundo o Instituto Nacional de Identificação (INI, 2016), os primeiros documentos de identificação no país seguiam o modelo antropométrico criado em Paris, com nome, peso e cor dos indivíduos. Em 1903, no governo de Rodrigues Alves, foi instituído o método de identificação por datiloscopia, que usa como parâmetro as impressões digitais.

No Sistema Papiloscópico, o processo se baseia no aproveitamento das impressões papilares, com fins individualizadores das pessoas.

Mais de um século depois, em 2009, pela Lei no 12.037, de 1 de outubro, artigo 2º, ficou definido que a identificação civil poderia ser atestada por qualquer dos seguintes documentos: I – carteira de identidade; II – carteira de trabalho; III – carteira profissional; IV – passaporte; V – carteira de identificação funcional; VI – outro documento público que permita a identificação do indiciado.

Pouco tempo depois, o Ministério da Justiça, em 2012, passou a estabelecer o Registro de Identificação Civil (RIC), que havia sido regulamentado, em 2010, com a publicação do decreto nº 7166, constituindo-se como uma nova forma de identificação que, gradativamente, vai substituir a CI. A previsão de substituição dos documentos para toda a população brasileira foi estabelecida para um período de 10 anos. O sistema de identificação que passará a vigorar utilizará a tecnologia do SmartCard, semelhante a um cartão de crédito, tendo sido adquirido, em 2004, pelo Governo Federal, por 35 milhões de dólares. O documento contém um chip capaz de reunir as mais diversas informações sobre o cidadão, como, por exemplo, altura, impressões digitais, entre outras, com a promessa de dificultar falsificações.

Para o Ministério da Justiça (2012), além dos dados da CI, o RIC deverá carregar os dados do CPF, título de eleitor, Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e outros. A nova identidade ainda trará um campo de observações optativos, com tipo sanguíneo e se a pessoa é doadora ou não de órgãos.

Em função da adoção dessas medidas, percebe-se todo um cuidado do Estado brasileiro: 1) para modernizar seu sistema de CI; 2) com as tratativas para unificação das diversas informações que estão dispersas, adotando um sistema e documento único; e 3) com a adoção de estratégias para evitar falsificações, que hoje assombram os órgãos judiciais. Mas, para além disso que está sendo proposto, é preciso antes cuidar do acesso das pessoas ao documento.

Não por acaso, Fachin (2016) considera que além da CI ser prova fundamental para a identidade civil, ela precisa ser reconhecida como um documento certificador de acesso gratuito para a população. Isso porque, na sua perspectiva analítica

Como a certidão de nascimento é prova da existência civil e a carteira de identidade é prova da identidade civil, e tendo em vista que a Constituição Federal estabeleceu que lei da União deve arrolar as hipótese em que a gratuidade se sobrepõe a qualquer outro interesse, uma vez que o primado maior é o exercício da cidadania, não há inconstitucionalidade na lei atacada, sendo possível acolhê-la como decorrente da gratuidade já concedida aos registros de nascimento e, portanto, com o mesmo desiderato (FACHIN, 2016, p. 2).

Ainda no que tange a CI, cabe pontuar que todo o controle nacional pela sua emissão é de competência do INI. Este órgão, por sua vez, por meio de convênios com os estados que integram a Federação, descentralizou a emissão desse documento para as suas respectivas Secretarias de Segurança Pública, que realizam a operacionalização do serviço, conforme a infraestrutura que possuem. Essa medida, com efeito, atende a um requisito importante que é a aproximação do Estado dos seus cidadãos. No entanto, ela não assegura a qualidade na excelência da prestação do serviço, que depende da existência de estruturas adequadas em cada uma das aludidas secretarias.

O terceiro documento certificador que é analisado no contexto deste estudo é a CNH. Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN, 2016), tal documento atesta que o cidadão brasileiro está apto a conduzir veículos, sendo seu porte e/ou posse obrigatório para quem dirige.

Para se perceber a interconexão deste documento com a questão da cidadania é preciso recorrer, por exemplo, ao que comentam Souza e Ribas (2015). Para eles, a cidadania exige comprometimento com o bem comum e participação ativa nas atividades públicas e isso exige virtude cívica. Portanto, pressupõe cidadão aquele que tem consciência de seus direitos e deveres, contemplando assim o acesso irrestrito ao documento que lhe dá direito de ir e vir no trânsito, que é a CNH.

Outro autor que também nos ajuda nessa tarefa de identificar as inter-relações entre a CHN e a questão da cidadania é Carvalho (2002). Na visão

deste autor, a cidadania engloba os direitos sociais, políticos e civis que se desdobram na garantia de ir e vir, elencado junto a esse direito, o trânsito. Nesses termos, o trânsito pode ser o espaço democrático onde todos são iguais perante a lei, desde que, com segurança, possuam assegurada a livre circulação. Assim sendo, no dizer dele, o acesso facilitado a CNH e a educação podem ser o começo da solução para a cidadania no trânsito, ou seja, um caminho para diminuir as distâncias entre cidadão e Estado.

Ao se travar essa discussão, que busca compreender como o acesso a CHN se entrelaça com a questão da cidadania, não se pode perder de vista que os automóveis têm se transformado, cada vez mais, em um símbolo de poder. Além da finalidade para a qual inicialmente foram criados - facilitar o deslocamento de pessoas - tornaram-se um bem (uma propriedade) e viraram um símbolo de status para uma geração, alterando inclusive as condições de organização das cidades, criando novas profissões (motoristas), modificando, portanto, o espectro das arenas da cidadania, cujo documento de acesso a essas condições é a CNH.

Ilustrando esses aspectos, Uzêda (2009) afirma que a rua, na concepção do urbanismo, ao menos do urbanismo progressista de Le Corbusier, é uma máquina de circular. Dessa maneira, a imagem projetada era de uma fábrica que deveria garantir, por meio de suas ferramentas, a circulação. Portanto, novas arenas da cidadania são criadas e controladas pelo Estado e novos documentos certificadores tornam-se necessários.

Dito isso, cabe esclarecer que o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) divide a habilitação para dirigir em 5 (cinco) categorias: i) Categoria A - condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral (motos); ii) Categoria B - condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A, com peso bruto total inferior a 3.500 quilos e lotação máxima de oito lugares, além do motorista (automóveis); iii) Categoria C - condutor de veículo motorizado usado para transporte de carga, com peso bruto superior a 3.500 quilos (como caminhões); iv) Categoria D - condutor de veículo motorizado utilizado para o transporte de passageiros, com lotação superior a oito lugares além do motorista (ônibus e vans, por exemplo) e; v) Categoria E - condutor de combinação de

veículos em que a unidade conduzida se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada ou rebocada tenha peso bruto de 6 mil quilos ou mais; ou cuja lotação seja superior a oito lugares; ou, ainda, que seja enquadrado na categoria trailer.

Outro aspecto importante a ser considerado sobre a CNH é que a sua primeira solicitação deve ser feita nas categorias, A, B ou AB. Neste último caso, a pessoa deve participar de dois cursos preparatórios. Assim, quem possui habilitação na categoria B pode mudá-la para C ou D; quem possui na categoria C, pode mudar para as categorias D ou E; e quem possui o documento na categoria D, pode obtê-lo na categoria E. Para solicitar a admissão nas categorias C, D ou E, o condutor deve estar habilitado há pelo menos um ano na categoria anterior exigida. Por exemplo: para obter a CNH na categoria C é necessário ter no mínimo um ano de habilitação na categoria B. Em cada estado, o órgão responsável pela emissão da CNH é o DETRAN.

Nesse contexto, estão aptos para solicitar a CNH, nas categorias A e B, os brasileiros maiores de 18 anos, que saibam ler e escrever, que possuem documento de identidade e CPF. Após iniciado, o processo de solicitação deve estar concluído em um ano. Ultrapassado esse limite de tempo, é necessário dar início a um novo procedimento de solicitação. O processo para tirar a CNH deve ser feito somente pelo interessado, pois envolve exame médico e psicológico, aulas, provas teórica e prática.

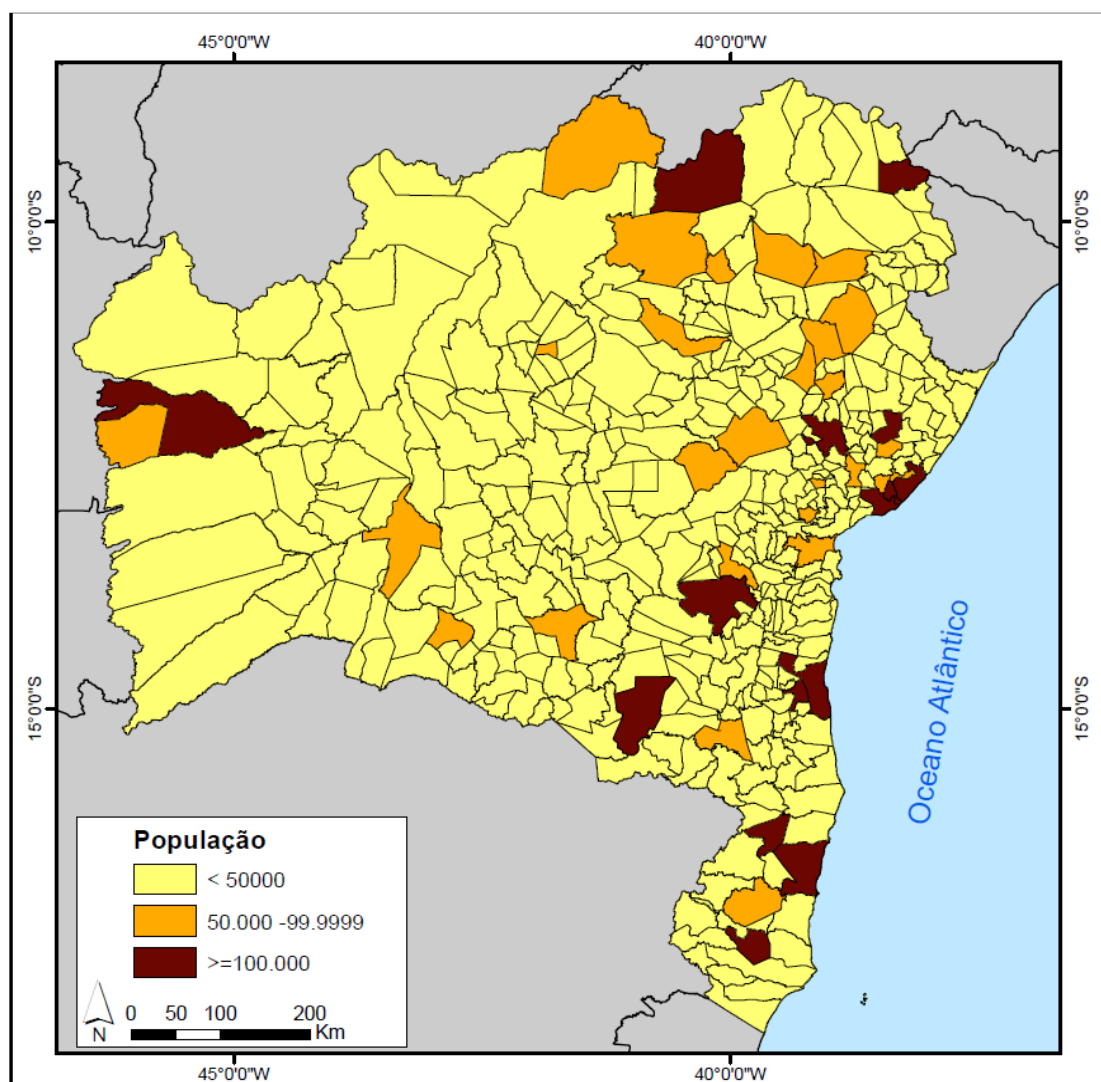
Na medida em que o cidadão é aprovado nas avaliações, receberá, em cerca de cinco dias úteis, a permissão para dirigir. A CNH definitiva será expedida após um ano da emissão, se o condutor não tiver cometido infração de natureza grave ou gravíssima durante esse período. O motorista também não pode ter cometido infração de natureza média mais de uma vez.

2. MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DE EMISSÃO DOS DOCUMENTOS CERTIFICADORES E IDENTIFICAÇÃO DE VAZIOS NO ESTADO DA BAHIA

Antes de se apresentar a realidade em termos da existência ou não dos serviços de emissão dos documentos certificadores segundo os municípios

que integram o território baiano, cabe evidenciar como se dá a distribuição da população residente nesses municípios (Mapa 1), pois é ela que demanda pela emissão dos referidos documentos, de modo que seus integrantes desfrutem da cidadania que a sociedade lhe oferece. Ao fazer esse exercício se constata que cerca de 90% (374) dos municípios baianos possuem populações inferiores a 50.000 habitantes, 6% (27) apresentam populações que reúnem entre 50.001 a 100.000 habitantes, 3% (14) possuem contingentes populacionais que vão de 100.001 a 500.000 habitantes e apenas dois municípios possuem população superior a 500.000 habitantes (Salvador e Feira de Santana).

Mapa 1 – Distribuição da População Residente, Bahia, 2010

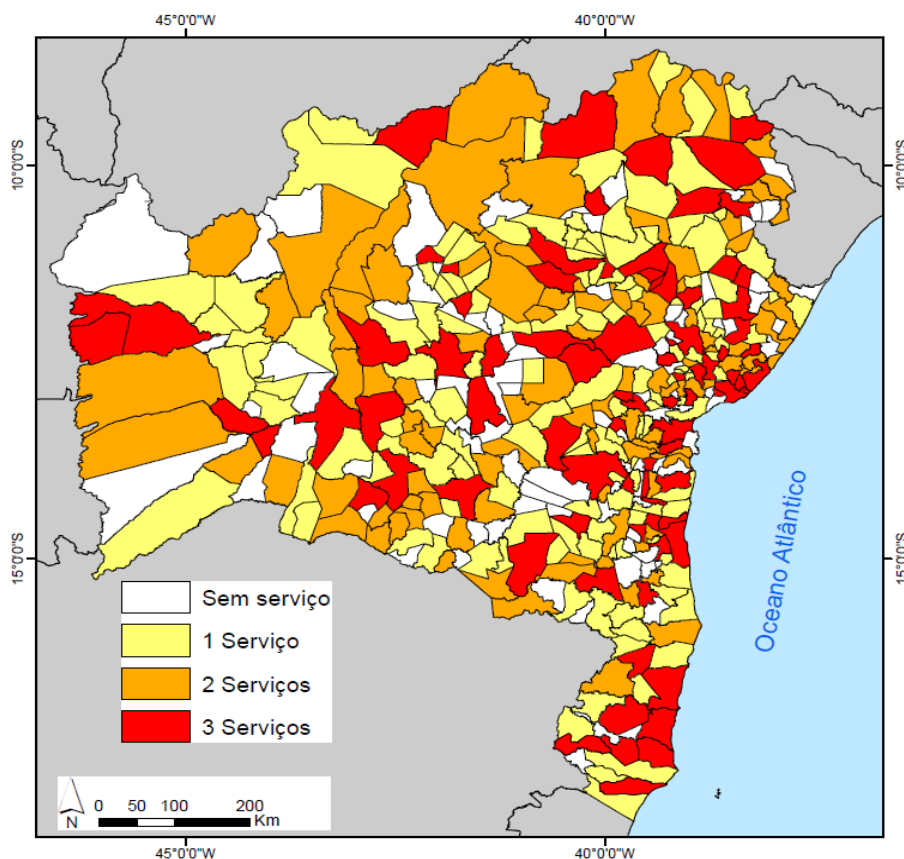


Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Conhecer o tamanho populacional desses municípios é um aspecto importante para dimensionar a rede necessária para a prestação dos aludidos serviços, facultando às populações que residem nos municípios baianos o acesso direto, fácil e rápido.

Uma vez feita essa brevíssima caracterização populacional do Estado da Bahia, passa-se agora a detalhar, em termos espaciais, como se dá propriamente a disponibilização do serviço de emissão dos documentos certificadores para a cidadania. Dando vazão a esse propósito, identifica-se, de pronto, um dado preocupante, qual seja que 22% dos 417 municípios baianos não contam com os serviços de emissão de nenhum dos três documentos certificadores que estão sendo analisados (RCN, CI e CNH). Completando esse quadro, tem-se também que 35% do total de municípios baianos registram apenas a oferta de um serviço, 24% contabilizam a presença de dois serviços, e apenas 19% registram a presença dos três serviços de emissão (Mapa 2).

Mapa 2 - Distribuição Espacial da Oferta de Serviços de Emissão de Documentos Certificadores, Bahia, 2016

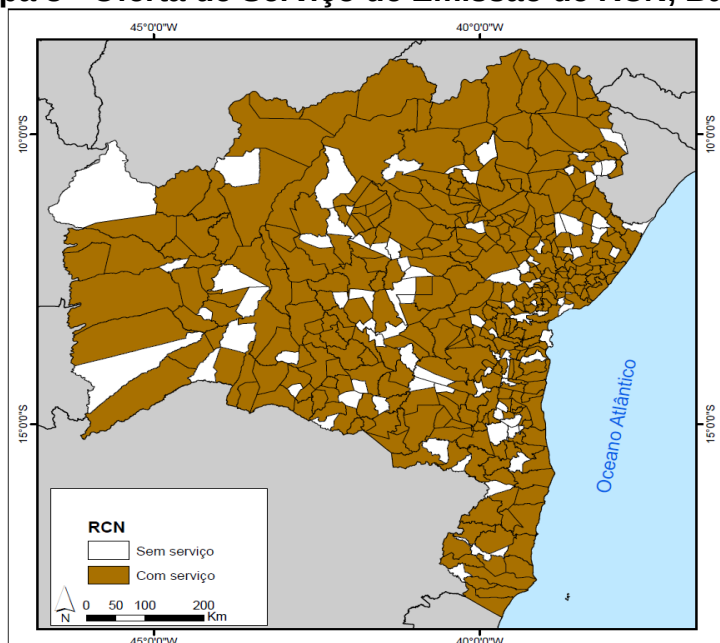


Fonte: TJBA, SSP e DETRAN.

Procurando-se melhorar o padrão de detalhamento dessa análise, parte-se para averiguar os níveis de cobertura de atendimento da população com a oferta dos aludidos serviços de emissão dos documentos certificadores que interessam para este estudo. Ao se enveredar nessa direção se depara com a seguinte realidade: 58% da população baiana (o que corresponde a um contingente populacional da ordem de 8.168.424 pessoas) era atendida com os três serviços; no extremo oposto estavam 8% da população do estado (percentual esse que, em termos absolutos, representa cerca de 1.083.977 pessoas) completamente desassistida nesse particular, ou seja, não conseguindo acessar nenhum desses serviços de emissão no seu próprio município de residência. Vale notar que muito embora essa carência esteja presente em todo o Estado, as regiões Oeste e Central, caracterizadas por pequenos municípios e maiores distâncias geográficas, aparecem com a maior quantidade de vazios dos serviços.

Seguindo-se nesse diapasão, que visa a pormenorização do conteúdo dessa investigação, é possível identificar precisamente quais são os municípios baianos que disponibilizam para os seus naturais os serviços de RCN (Mapa 3).

Mapa 3 - Oferta de Serviço de Emissão de RCN, Bahia, 2016

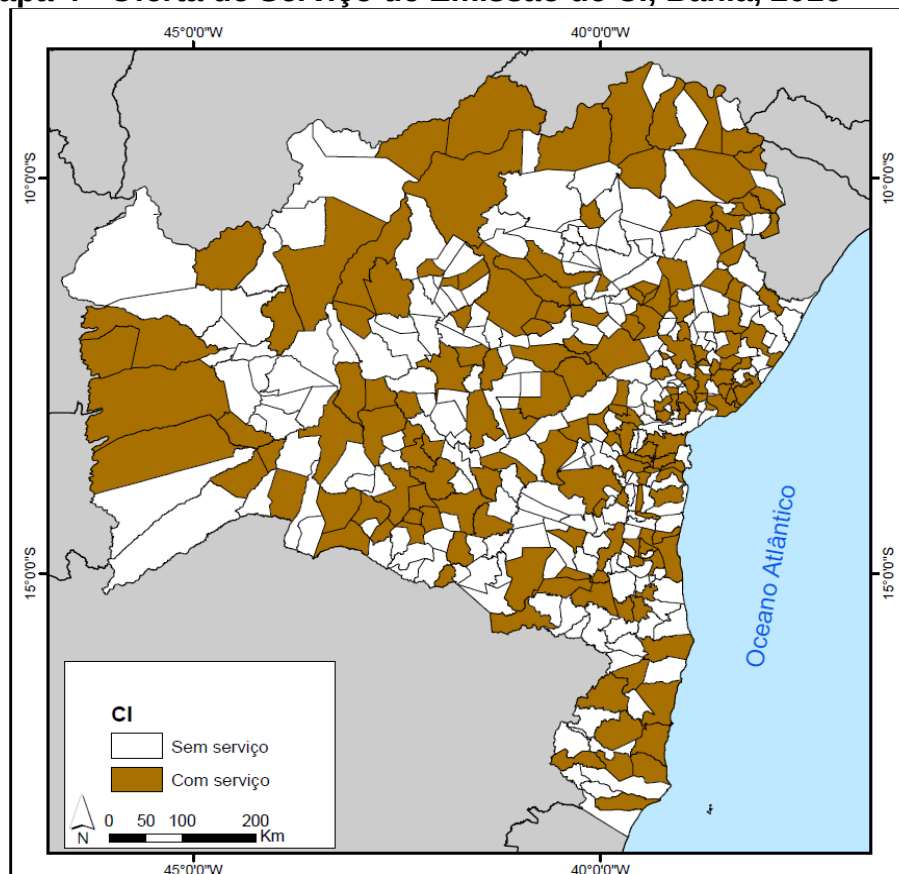


Fonte: TJBA.

Quando se investe nessa perspectiva analítica, encontra-se com uma situação preocupante, posto que 21% (88) dos municípios baianos não possuem a oferta desse tipo de serviço em suas sedes. Isso significa dizer, por outro ângulo, que 2.081.278 de baianos podem estar enfrentando sérias dificuldades para acessar a sua cidadania.

Realidade ainda mais adversa é encontrada quando se mapeia o número de municípios na Bahia que não disponibilizam aos seus residentes a infraestrutura necessária para o acesso a CI (Mapa 4). Esse número corresponde, em termos percentuais, a cerca de 59% (244) do total de municípios do Estado. Em função desse quadro, nada mais nada menos do que quase cinco milhões de pessoas (4.913.829) não conseguem acessar tal documento nos municípios que moram. Enfatize-se, neste particular, que as regiões Norte e Noroeste do Estado apresentam as maiores lacunas na oferta desse serviço.

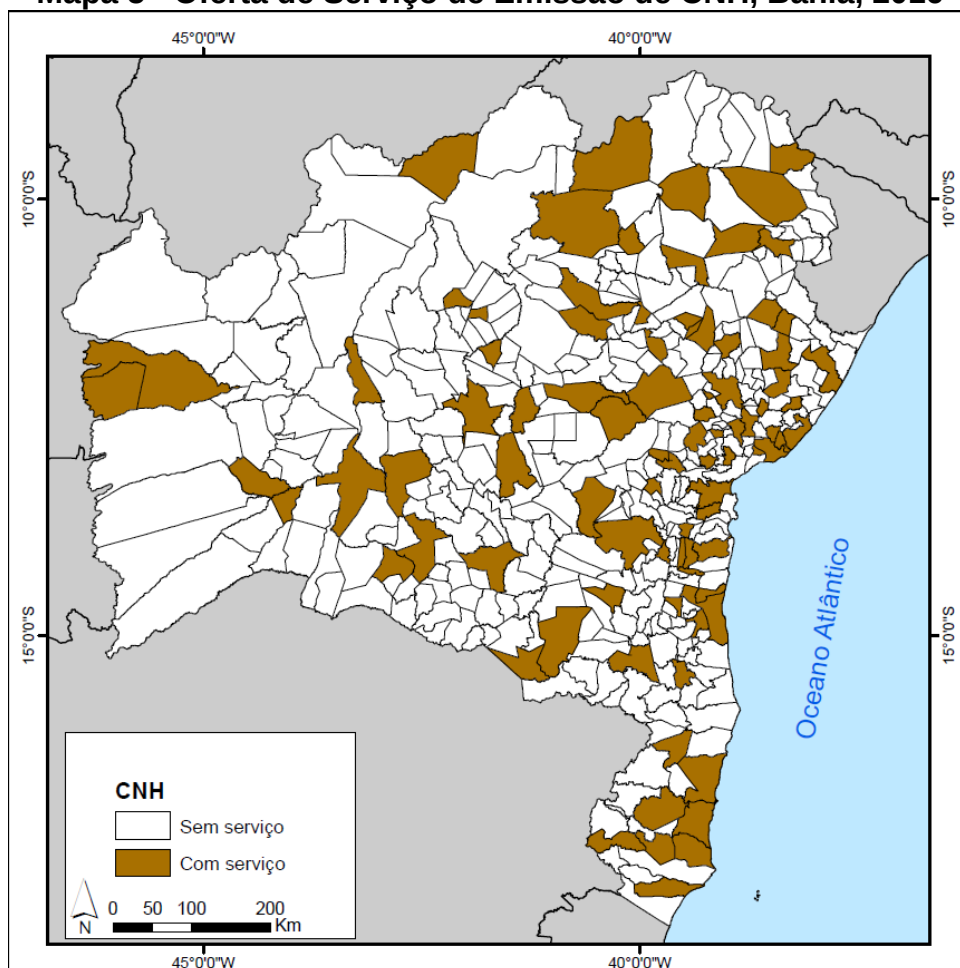
Mapa 4 - Oferta de Serviço de Emissão de CI, Bahia, 2016



Fonte: SSP/BA.

Tanto em termos absolutos quanto relativos, a situação mais escassa do ponto de vista da oferta dos documentos certificadores na Bahia diz respeito à CNH. Com efeito, esse serviço não é prestado em 328 dos seus municípios, ou seja, em 79% deles (Mapa 5). Vale notar que embora atinja essa proporção, o tamanho da população que não é atendida pela emissão desse tipo de serviço é um pouco menor (4.708.164/9.597.387) do que a contabilizada para aquela que não dispõe do serviço de emissão da CI. As regiões Oeste, Noroeste e Sudeste do Estado apresentam as maiores lacunas nesse particular.

Mapa 5 - Oferta de Serviço de Emissão de CNH, Bahia, 2016



Fonte: DETRAN.

Ao se evidenciar essa realidade por meio da espacialização, não se pode, em hipótese alguma, deixar de asseverar que o Estado da Bahia é marcado por grandes assimetrias no que tange a oferta de serviços de acesso dos documentos certificadores para a cidadania. Ao se chegar a essa leitura, deve-se ter em mente, para o bem da verdade, que a configuração desse quadro

adverso não é resultado de nenhum processo econômico e social recente. Ao invés disso, ele decorre das dificuldades históricas enfrentadas pela sociedade brasileira, de uma forma geral, no que diz respeito a construção social da cidadania.

Ao tocar nessa questão, faz-se mister pontuar que no Brasil a promoção da cidadania é algo contemplado na Carta Constitucional de 1988, artigo 1º que trata dos Princípios Fundamentais da Cidadania, seguindo pelos artigos 2º e 3º que estabelecem mais parâmetros para o seu exercício. Não obstante, apesar dessa Carta Magna possuir esse conteúdo, no dizer de Souza, J. (2000), se tem, nesse país, uma sociedade periférica “moderna”, formada pela oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e pelas demais classes sociais que são, ainda que diferencialmente, incluídas.

Em sendo assim, para esse autor, a cidadania é apenas um anseio distante para a maioria das pessoas que integram tal sociedade. Esse ponto de vista é reforçado por Holston (2013), que por meio de sua análise histórica e antropológica da sociedade brasileira, define o Brasil como sendo um exemplo paradigmático da observação de um tipo de cidadania, que todas as nações desenvolveram em algum momento e que permanece entre os mais comuns: uma cidadania que administra as diferenças sociais legalizando-as de maneira que legitimam e reproduzem a desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função de tudo que foi apresentado, resta claro que são evidentes os vazios ou zonas de sombreamento existentes quando se observa a infraestrutura de serviços para a oferta de documentos certificadores. Com efeito, as carências encontradas são mais visíveis em municípios menores, com menor importância econômica e com baixo desenvolvimento social.

O desenho desse quadro dá força ao argumento que defende a ideia de uma seletividade e de uma dificuldade real do exercício da cidadania no contexto da sociedade baiana, que conforme se mencionou, anteriormente, faz

parte do espectro de vicissitudes experimentadas pela sociedade brasileira, de uma forma geral.

Pensar estratégias que conduzam à reversão e/ou a amenização dessa problemática é uma tarefa prioritária. Ao defender esse posicionamento, alega-se que é absolutamente imperioso que se passe a contemplar a possibilidade de que outros atores institucionais intervenham, de alguma forma, no processo de fortalecimento das políticas públicas que fomentam a cidadania no país, atuando como uma espécie de agentes catalizadores.

É interessante perceber, também, a existência de outros países com problemas semelhantes, que têm despertado inclusive a atenção e o interesse de organismos internacionais. Em um contexto mais amplo, essa realidade, vivenciada, principalmente em países periféricos ou em desenvolvimento, tem se mostrado presente em relatórios técnicos e nas preocupações de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), criada com o objetivo de promover a igualdade entre os países membros.

Prova disso é que a União Postal Universal (UPU), órgão da ONU que trata da integração e universalização dos serviços postais, tem sinalizado, em seus instrumentos de planejamento, relatórios e congressos mundiais, a exemplo de Nairóbi (Quênia), em 2010, e de Doha (Catar), em 2012, que a maioria dos países em desenvolvimento criou estruturas postais públicas centenárias com o intuito de formar uma rede contendo plataformas de atendimento e logística, visando a promoção da integração nacional. Não obstante, tal instituição admite que os governos desses países as utilizam ainda muito pouco para auxiliar na promoção da cidadania.

Diante dessas constatações e preocupações recentes da UPU, torna-se necessário recorrer ao exemplo de países que já desfrutam de uma cidadania mais plena. É correto afirmar que para se atingir esse estágio de cidadania plena, muitas etapas precisaram ser superadas. De acordo com a literatura, as políticas públicas de inclusão foram os mecanismos utilizados nessa construção. Países como Itália, Suíça, Estados Unidos, França e Canadá demonstram que foram e ainda são utilizadas as plataformas do próprio Estado ou outras plataformas

públicas, como, por exemplo, a de serviços postais - Correios, visando encurtar distâncias e dar acesso à cidadania para suas populações.

Autores como Osborn e Sund (2010; 2011; 2012) e Osborn (2013) sustentam a tese que um dos fatores mais relevantes para superar as barreiras de acesso à cidadania, nesses países, foi aproximar a infraestrutura do Estado dos cidadãos. Para eles, essa aproximação ocorreu basicamente de duas formas: pela criação de estruturas próprias do Estado ou pela utilização de plataformas públicas, sejam elas específicas ou múltiplas, presenciais ou virtuais, visando proporcionar alternativas de acesso dos cidadãos aos serviços, com maior conforto e comodidade.

Essa seria, pois, uma condição que se imporia, por exemplo, aos Correios brasileiros, haja vista sua extensa plataforma de atendimento e rede logística. Se essa infraestrutura de tal instituição fosse canalizada também para esse fim, ampliar-se-ia muito a capacidade do Estado e Governos de estender os limites da oferta de serviços para o acesso e desfrute da cidadania no Brasil, fato esse que, por via de consequência, oportunizaria maior acesso, conforto, comodidade e menor custo aos cidadãos.

Ao se propor essa “solução”, não se pode perder de vista que apesar dos muitos pontos favoráveis aos Correios para exercer o papel de instituição catalisadora de políticas públicas para a cidadania, torna-se necessário observar, também, as limitações existentes, que são capazes de criar barreiras para tal instituição no sentido de cumprir esse papel importante. Entre essas limitações, cabe destacar aquelas de caráter mais sistêmico e com maior potencial de bloqueio: 1) o gigantismo e natureza de uma empresa pública; 2) a orientação de gestão da empresa; e 3) tecnologias, qualificações, segurança e legalidade dos processos.

Acredita-se que corrigindo-se essas limitações, são inegáveis as possibilidades de ampliação da oferta de serviços relativos aos documentos certificadores à sociedade brasileira utilizando as plataformas de atendimento e logística dos Correios. Concretamente, isso já foi vivenciado em países considerados desenvolvidos e está sendo vivenciado em muitos países em desenvolvimento (China, Índia, Rússia e África do Sul), inclusive em diversos

entes públicos (Federação, Estados e Municípios) no Brasil, embora de forma fragmentada.

REFERÊNCIAS

CALTRAM, Gladys Andréa Francisco. O registro de nascimento como direito fundamental ao pleno exercício da cidadania. 2010. Dissertação (Mestrado) - **Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP**, Piracicaba – SP, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FACHIN, Edson. Acórdão ADI 4825/MS. **Supremo Tribunal Federal**. Brasília, 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gestão pública e cidadania: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro. 31(4):126-56. JUL./AGO. 1997

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10 ago. 2016.

KANASHIRO, Marta Mourão. Biometria no Brasil e o Registro de Identidade Civil: novos rumos para identificação. Tese de Doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. **Universidade de São Paulo – USP**. São Paulo, 2011.

KANG, Margareth. SANTOS, Maike Wille. DONEDA, Danilo. Políticas de Identidade na Era Digital e o registro Civil Nacional. **Revista em Debate**. Belo Horizonte, v.8, n.6, p. 41-64, ago. 2016.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OSBORN, Derek. **Reinventing the post**. Unit Kingdom: Libri Publishing, 2013.

OSBORN, Derek; SUND, Kristian J. **The future is in the post: perspectives on strategy in the postal industry**. Faringon: Libri Publishing, 2010.

_____. **The future is in the post II: perspectives on transformation in the postal industry**. Faringon: Libri Publishing, 2011.

_____. **The future is in the post III: perspectives on innovation in the postal industry**. Faringon: Libri Publishing, 2012.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**. Brasília: Editora UNB, 2000.

SOUZA, Josimeri Antônia de; RIBAS, João André Nascimento. Educação dos Cidadãos Para o Trânsito: um enfoque no município de Siqueira Campos – PR. **Congresso Internacional de Educação**. Ponta Grossa – PR, setembro de 2015.

UPU - UNIÃO POSTAL UNIVERSAL. **Estratégias postais de Nairóbi**. Berna, Suíça, 2010.

_____. **Estratégias postais de Doha**. Berna, Suíça, 2012.

WEIS, Carlos. **Os direitos humanos contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 1999.



OS DESAFIOS DA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EM SALVADOR (BA): A crise econômica e o segmento de alimentos e bebidas

Fábio Da Silva Santos¹⁰¹

Luisa Maria Peixoto Talento¹⁰²

Lorraine Da Silva Santos¹⁰³

Resumo:

Este artigo faz uma análise dos desafios da promoção do desenvolvimento em Salvador, capital do estado da Bahia, a partir da relação entre a crise econômica e o segmento de alimentos e bebidas entre os anos de 2010 a 2016, período marcado por um forte crescimento e seguido por uma queda no desempenho econômico do país. Analisou-se o reflexo da crise econômica no saldo de emprego no segmento de alimentos e bebidas e a importância econômica que o setor de serviços tem para a cidade como gerador de emprego e renda. Para realização deste trabalho utilizou-se dados do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados – CAGED e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A hipótese que norteia este artigo é de que a crise econômica afetou os segmentos de alimentos e bebidas de forma significativa, acompanhando uma tendência nacional. Verificou-se, ainda, o reflexo desta problemática no saldo de empregos formais do segmento.

Palavras-chaves: Segmento de alimentos e Bebidas, crise econômica, emprego formal, Salvador.

Abstract:

This article analyzes the relationship between the economic crisis and the food and beverages segment between the years 2010 and 2016, a period marked by strong growth and followed by a drop in the country's economic performance. We analyzed the economic crisis in the balance of employment in the food and beverage segment and the economic importance that the services sector has for the city as a generator of employment and income. To perform this work was used data from the General Register of Employed and Unemployed - CAGED and the Annual Relation of Social Information (RAIS). The hypothesis that guides

¹⁰¹ Mestre e Doutorando pela Universidade Salvador (UNIFACS) e Bolsista CAPES. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Especialista em Direito Público e em Docência do Ensino Superior. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise Econômica do Direito (UFBA), Educação e Desenvolvimento e em Cidades, Urbanismo e Urbanidades (UNIFACS). Pesquisador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Professor de Direito, Metodologia Científica e Pesquisa Jurídica. E-mail: fabiosantosdireito@gmail.com.

¹⁰² Graduada em Turismo. Especialista em Gestão de Pessoas e Metodologia do ensino Superior. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs. E-mail: luisatalento@hotmail.com.

¹⁰³ Graduada em Turismo. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs. E-mail: lorraine.ssantos@yahoo.com.br.

this article is that the economic crisis affected the food and beverage segments significantly, following a national trend, the reflection of this problem in the formal job balance of the segment.

Keywords: Food and Beverage Sector, economic crisis, formal employment, Salvador.

1 INTRODUÇÃO

Com muitas praias, diversidade musical, museus, cultura, carnaval, patrimônio histórico e uma rica e diversificada gastronomia, Salvador, primeira capital do Brasil, possui uma população de 2.675.656 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010) e está entre as cidades mais visitadas do país.

Por conta de suas características a cidade possui um setor de serviço que se destaca dentro da economia. Dentro de tal setor o segmento de alimentos e bebidas apresenta uma importante representatividade.

Dentro dessa perspectiva, o segmento de Alimentos e Bebidas (A e B), tem parte significativa na economia da cadeia produtiva que compõe o Turismo, que é assistido também por outros tipos de serviços. Por ser indispensável para satisfazer as necessidades nutricionais do ser humano, a alimentação é inerente à atividade turística; neste sentido, os serviços de alimentação estão relacionados com todas as aéreas econômicas de uma cidade. Por outro lado, o segmento envolve fatores sociológicos, por questões de costumes e cultura e através da gastronomia pode-se conhecer a história de uma localidade e sua gastronomia pode ser determinante na escolha de um destino de viagem ou passeio.

Por conseguinte, é válido ressaltar que o segmento de A e B, mesmo com sua importância para a atividade Turística, não está disponível apenas para o turista ou para a população local, ambos são contemplados ao mesmo tempo. Este segmento compreende os empreendimentos de restaurantes, bares, cafés, lanchonetes, sorveterias, padarias, cantinas, quiosques, barracas de praias e etc. O mesmo exige bastante mão de obra, portanto importante na geração empregos.

Em face dessa contextualização tem-se que o objetivo deste trabalho é analisar a crise econômica do Brasil, cujo primeiros sinais apareceram em 2013, afeta a nossa população até os dias atuais de forma geral. Alguns segmentos

conseguem mensurar este acontecimento mais do que outros, por isso os impactos são diferentes na economia de cada segmento. É sabido que o setor de alimentos e bebidas tem importância para a segmentação do setor de serviços. Dessa maneira, como objetivo geral deste trabalho buscou-se analisar os impactos da crise econômica recente na geração de postos de trabalho formal do segmento de alimentos e bebidas de 2010 a 2016 em Salvador/BA.

Para combater os efeitos da crise financeira mundial, que teve como marco o ano de 2008, o então presidente Lula da Silva, adotou um modelo econômico baseado em medidas que estimulasse o consumo, tais como redução de impostos, queda da taxa de juros e incentivo a liberação de crédito. Como resultado o crescimento do país foi substancial, este cenário refletiu nos números do Produto Interno Bruto (PIB), especialmente no ano de 2010.

De acordo com o relatório anual do Banco central, o PIB cresceu 7,5% em 2010, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, registrando-se, no âmbito da demanda, contribuições de 10,3 p.p. do componente doméstico. Sob a ótica da oferta, ocorreram aumentos anuais no valor adicionado dos três setores da economia, atingindo 10,1% no segmento secundário, 6,5% no primário e 5,4% no de serviços. A evolução anual do setor de serviços foi impulsionada, fundamentalmente, pelo dinamismo dos segmentos comércio, 10,7%; transporte, armazenagem e correio, 8,9%; e intermediação financeira, seguros, previdência e serviços relativos, 10,7%.

No entanto, o governo aumentou a sua dívida pública e a arrecadação de impostos e tributos diminuíram, o que gerou um grande desequilíbrio das contas públicas. Esse desequilíbrio entende-se como uma barreira econômica, já que o governo acaba perdendo a capacidade de continuar estimulando o crescimento.

Utilizando-se desse parâmetro, este estudo trouxe uma análise da situação econômica de 2010 a 2016, pois se constatou que o ano de 2010 foi marcado pelo período de grande crescimento do Brasil. Esse crescimento foi contínuo até a fragilidade econômica de 2013, ano que a crise apresenta os primeiros sinais, até dias atuais.

Depois de feitas essas ponderações, cabe salientar que optou por estruturar o presente estudo em quatro seções, além desta introdução. Na próxima seção apresenta-se um breve panorama da situação econômica do Brasil de 2010 até 2016, abordando a crise econômica e seus impactos na

economia do Brasil e consequentemente no setor de alimentos e bebidas em Salvador. A terceira seção é composta pelo panorama do setor de Alimentos e Bebidas em Salvador e um breve histórico de sua representatividade para a economia local. Na quarta seção, apresenta-se o levantamento dos dados colhidos no CAGED, bem como tabelas e gráficos com as devidas análises. Por fim, serão apresentadas nas considerações finais na última seção;

É válido ressaltar que para composição deste artigo foi utilizado como referência os dados do CAGED – Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados. O cadastro foi criado com o objetivo de ter um registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da CLT – Consolidação das Leis de Trabalho. Todo estabelecimento que tenha admitido, desligado ou transferido empregado com contrato de trabalho regido pela CLT deve declarar ao CAGED como um acerto de movimento de empregado.

2 A CRISE ECONÔMICA NO BRASIL E SEUS REFLEXOS EM SALVADOR (BA)

Diante da crise econômica, torna-se imperiosa a reflexão sobre o desenvolvimento das cidades, diante dos desafios neste contexto de garantir o direito à cidade dos cidadãos. Tal garantia se encontra disposto no Estatuto da Cidade de 2001, documento jurídico de grande avanço e uma conquista para a ampliação de uma democracia participativa, que está prevista em nossa Constituição Federal (art. 1º, parágrafo único). Contudo, a efetivação desta legislação só ocorre através da participação, e que está presente acima de tudo um caráter ativo e representativo da população.

O Estatuto foi recebido como sendo:

[...] um valioso instrumento de política urbana que, se apropriado pela população organizada e pelas administrações locais [...], seria de grande utilidade na mudança do quadro de desigualdades, exclusão e segregação, bem como seria uma grande contribuição na luta por cidades mais justas, democráticas e sustentáveis (GRAZIA, 2003, p. 59).

Configura-se um importante desafio a promoção do desenvolvimento das cidades para diminuir desigualdades, exclusão e segregação. Nesse contexto, destaca-se o fato do Brasil atravessar uma crise econômica que já perdura mais de três anos. No entanto, antes disto, vivenciou-se uma grande fase de crescimento financeiro que proporcionou principalmente a classe média do país uma melhoria de padrão de vida, mesmo que temporária.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil fechou 2010 com alta de 7,5% contra 2009, o maior crescimento desde 1986, quando o índice também cresceu 7,5%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

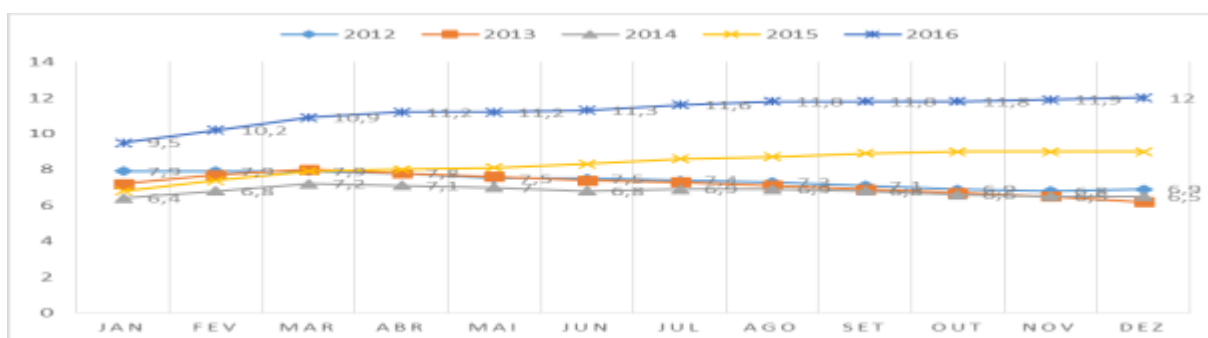
Os efeitos da retomada do crescimento foram sentidos no mercado de trabalho. Em janeiro de 2003 a taxa de desemprego era de 11,3%. Em outubro de 2010 a taxa alcançou 6,1%, menor patamar registrado pela série histórica. A retomada do crescimento econômico tem provocado também impactos positivos sobre o mercado de trabalho brasileiro em diversas dimensões, com destaque para a redução de seu grau de informalidade e para a elevação do rendimento médio real. (CURADO, 2011)

Com o aumento da dívida pública e diminuição da arrecadação de impostos, por conta dos incentivos oferecidos pelo governo, o Banco central precisou elevar a taxa de juros, conhecida como Selic. Este aumento inibiu o consumo, que estava fortemente incentivado pelo governo, e também o investimento das empresas que fez com que a economia perdesse um pouco do fôlego. Essa diminuição do consumo reflete no PIB que apresentou uma considerável queda. Afinal, se a população consome menos produtos e serviços, o governo gasta menos e as empresas deixam de investir, exportando menos do que importando, o PIB não cresce, gerando uma crise.

Com a crise já instalada no país, os reflexos na queda de demanda do consumidor foram em praticamente todos os setores. Na tentativa de sobrevivência as empresas começam a enxugar o seu quadro funcionários e assim desencadeia outro fenômeno no país: o aumento contínuo da taxa de desemprego.

Nesse sentido o gráfico 1 apresenta certa estabilidade na taxa de desemprego entre os anos de 2012 a 2015. Em 2016 a taxa foi crescente, o que vai acarretar na maior taxa de desemprego dos últimos tempos no ano de 2017. A figura 1 se refere a taxa de desemprego do Brasil, englobando todos os segmentos de emprego formal.

Figura 1: Taxa de Desemprego de 2012 a 2017.



Fonte: IBGE, 2017.

Em Salvador, o segmento de alimentos e bebidas foi um dos mais afetados. Os bares e restaurantes são uns dos estabelecimentos que mais sofreram no estado: 236 fecharam de janeiro a julho de 2015. De acordo com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), o setor, que contabiliza mais de 4 mil demissões no período, teve uma queda de 40% na movimentação.

Os dados refletem em vários setores, como por exemplo, o Turismo, que diminui a sua possibilidade de oferta ao turista (menos opções a oferecer), e por muitas vezes, sofrem com a perda da qualidade de atendimento, já que se tem uma oferta menor de mão de obra, em muitos casos.

Alguns números que expressam este cenário serão apresentados na próxima seção.

3 PANORAMA DO SETOR DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM SALVADOR

O crescimento do setor de alimentos e bebidas em Salvador está relacionado ao crescimento do setor de Turismo, principalmente no início de 1970. O turismo se tornou um vetor de mudanças significativas no espaço regional. Na Bahia o setor está vinculado com a sua cultura local, como símbolo da construção da identidade sócio cultural dos cidadãos baianos. Assim os aspectos geográficos, históricos e culturais se destacaram e a mestiçagem social proporcionou tamanha singularidade ao povo baiano.

Foi no século XX também que o mundo conheceu a Bahia, através das obras do ilustre Jorge Amado, que listou roteiros turísticos, que aos poucos

ajudou a fortalecer essa atividade, e hoje Salvador está entre as cidades mais visitadas do Brasil.

Conceitua-se o setor de alimentos e bebidas sendo: “Uma fatia de mercado que comercializa serviços de alimentação: englobam bares, restaurantes, lanchonetes, cafés, casas, de chá etc., que servem ao público em geral, pertencendo ou não a um hotel”. (RICETTO, 2013, p. 17).

Nesse sentido o setor de alimentos e bebidas possui uma grande importância econômica para um país, e também para o desenvolvimento do turismo, como destaca Percival Maricato, quando afirma que:

O setor de bares e restaurantes é, ao lado da construção civil, o que mais gera empregos no país, numa época em que eles são cada vez mais necessários. Nos grandes centros urbanos, é uma das principais opções de lazer da população (MARICATO, 2007, p. 27)

Assim, nos meios de hospedagem, o setor de alimentos e bebidas tem um papel de grande importância e a indústria de hospedagem vem dando atenção cada vez maior ao gerenciamento de operações da sua área de alimentos e bebidas.

Falando em panorama atual do mercado de Alimentos e Bebidas, refletimos sobre a globalização. Afinal a globalização vem transformando e modificando o mundo em vários aspectos e com a gastronomia não seria diferente.

Essa globalização que trouxe vários ingredientes, receitas e atitudes, gerou um movimento oposto, preocupado com as raízes culturais que as receitas tradicionais representam. Então ao mesmo tempo em que buscam inspiração em povos e culturas diferentes, existe uma preocupação em fortalecer as cozinhas regionais de seus países. Conforme nos mostra Maria Leal, quando afirma que: “Cozinhar hoje é manter um olho na feirinha da esquina e outro na prateleira reservada aos produtos importados” (LEAL, 1998, p. 98).

Assim entende-se que no mundo globalizado o grande desafio do setor de A e B é estar aberto ao novo, absorver novas tendências, sem perder a autenticidade, valorizando o caráter regional, expressão maior da evolução e das experiências acumuladas, ajustando a geografia, valores e culturas.

Quando falamos de bares e restaurantes faz-se necessário abordar ainda, a qualidade no atendimento. Sem dúvida é um fato de fundamental importância para manter os clientes, sem os quais nenhum estabelecimento sobrevive.

Destaca-se a frase de Maricato quando afirma que: “Há uma diferença entre Deus e o cliente mal atendido: Deus perdoa” (MARICATO, 2007, p. 95). E o mesmo autor destaca ainda que pesquisas indicam que 70% dos clientes são perdidos por má qualidade dos serviços, embora destes, apenas 4% reclamem.

Nesse sentido é de fundamental importância o bom atendimento e a importância de ter o cliente como foco da qualidade. É preciso atender as necessidades, vontades e desejos do cliente quando são elaboradas as decisões sobre o restaurante. A partir do momento em que a qualidade de serviço do restaurante for conhecida no mercado os clientes aumentarão.

Destaca-se, ainda, que essa qualidade deva estar presente em todos os momentos. Desde a chegada ao cliente no estabelecimento, durante o serviço, na qualidade dos alimentos e das bebidas oferecidas, na temperatura dos pratos, na diversidade dos pratos, até a saída do estabelecimento. Assim, concordamos com Carlos Davies quando conceitua qualidade sendo: “o resultado de um esforço de operação, para descobrir exatamente o que o cliente quer. Quando uma operação satisfaz as expectativas do cliente está proporcionando a qualidade de serviços (DAVIES, 2001, p. 25).

Ou seja, o atendimento de qualidade é aquele que supre ou supera as expectativas do cliente. E como vimos o cliente insatisfeito dificilmente retornará ao estabelecimento. Ele irá gastar o dinheiro em outro local, no concorrente.

Porém com a crise econômica brasileira tivemos uma grande queda no setor de Alimentos e Bebidas em Salvador. Segundo dados da ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, muitos clientes sumiram, e os que permanecem estão gastando pouco. A ABRASEL apresenta ainda dados relacionados de 2015 a janeiro de 2017, informando que nos últimos dois anos mais de seis mil estabelecimentos fecharam as portas, com uma redução de 37,19%. Considerando apenas a capital, a redução foi de 35,84%, reduzindo o número de estabelecimentos de 5.248 para 3.367, afirma Luiz Henrique Amaral, presidente da Associação.

Ele afirmou ainda que considerando apenas os Bares - ou similares especializados em venda de bebidas, no Estado, reduziu de 8.606 para 2.062 bares. Em Salvador o número também chama a atenção, de 2.700 para 959 estabelecimentos representando uma redução de 64,48%. Ele afirma ainda, que

para driblar a crise muitos empresários reduzem o cardápio, cortam despesas e demitem funcionários.

Em Salvador, pode-se listar alguns restaurantes famosos que encerraram as suas atividades empresariais nos últimos dois anos: Deli e Cia Pizzaria e Restaurante (Graça), Farid (Shopping da Bahia), Balthazar Grill & Bar (Avenida ACM), Restaurante 496 (Comércio), Utopia Bar e Red River (Rio Vermelho), The Beef (Pituba) e ErcolanoBar e Restaurante (Itaigara).

4 REFLEXOS DA CRISE NO SETOR DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Por fim merece destaque a análise dos dados do segmento de alimentos e bebidas para análise do reflexo da crise econômica de 2010 a 2016.

Para análise dos dados que se coletou no intuito da construção do presente artigo, utilizou-se apenas aos dados de empregos formais (celetistas) disponibilizados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Segundo Costanzi:

Trabalho Formal é aquele em que o trabalho é exercido com carteira assinada, de acordo com a legislação trabalhista vigente e, portanto, assegurando ao trabalhador todos os direitos a que faz jus” (contribuição à seguridade social; retenção de imposto de renda - quando houver base de incidência - sobre o salário; depósitos ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); horas extraordinárias - quando prestadas - com os acréscimos legais; abono de férias e etc.). (CONSTANZI, 2004)

Analisando o saldo de emprego da figura 2, identifica-se que no setor de alimentos e bebidas no ano de 2010 o número de admitidos foi maior do que o de desligados. O mesmo aconteceu em 2011. Porém nos anos seguintes de 2012 ocorreu o inverso, com um saldo negativo de -105. No ano de 2013 observa-se um pequeno aumento no número de admitidos com um saldo positivo de 813. Por fim nos anos seguintes de 2014 a 2016 observa-se um aumento considerável no número de desligados deixando um saldo negativo e um saldo acumulado de -1661 para o período, conforme nos mostra figura a seguir.

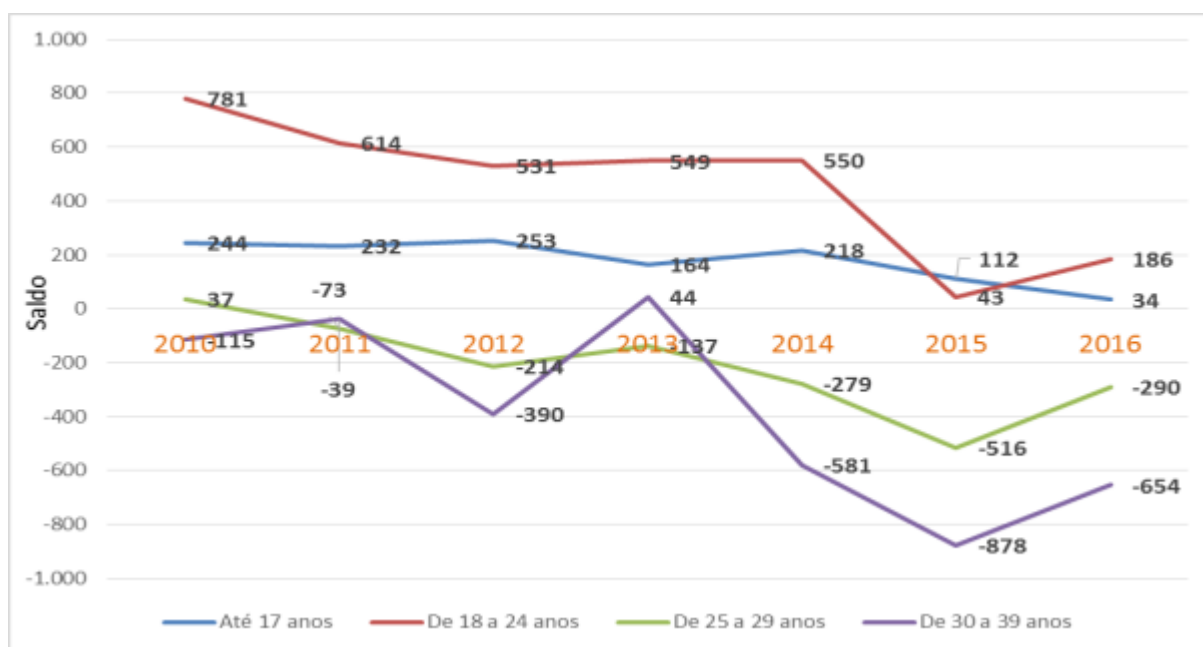
Figura 2: Saldo de emprego celetista no setor de alimentos e bebidas - Salvador - 2010-2016



Fonte: Elaboração própria

Fazendo uma análise do saldo de emprego celetista no setor por faixa etária, identificamos que em geral uma queda no saldo de emprego de 2010 a 2016, porém uma queda maior na faixa etária dos 30 aos 39 anos, conforme é evidenciado na figura 3.

Figura 3: Saldo de emprego celetista no setor de alimentos e bebidas, por faixa etária- Salvador - 2010-2016

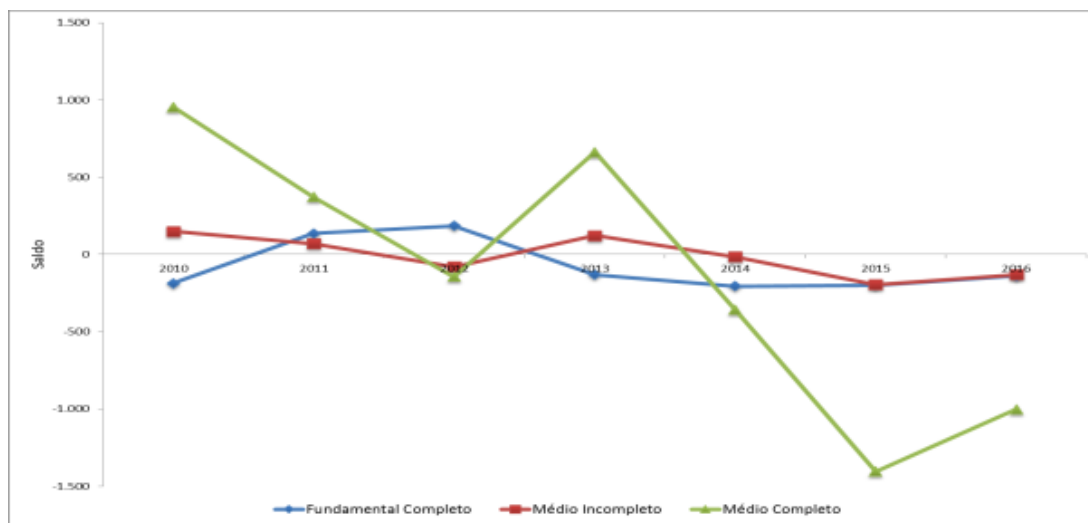


Fonte: Elaboração própria

Em relação ao saldo de emprego celetista no setor por grau de instrução identificamos também uma queda no saldo de emprego de 2010 a 2016, e

observa-se uma queda considerável dentre as pessoas que possuem o ensino médio completo.

Figura 4: Saldo de emprego celetista no setor de alimentos e bebidas, por grau de instrução - Salvador - 2010-2016



Fonte: Elaboração própria.

A tabela 01 demonstra o estoque das empresas em cada ano em questão. Apesar do número de desemprego crescente em 2015 e 2016, a quantidade de empresas também aumentou. Estes dados são reflexos do crescente número de pessoas cadastradas como Microempreendedor Individual (MEI), EPP (Empresas Pequeno Porte) e ME (Microempresa).

Segundo dados do Portal do Empreendedor, muitos dos desempregados brasileiros vêem no empreendedorismo uma forma de sobreviver à grave crise econômica atualmente vivida. A criatividade, a qualificação e experiência adquirida e a possibilidade de trabalhar na própria residência, justifica o fato do indivíduo procurar trabalhar como autônomo.

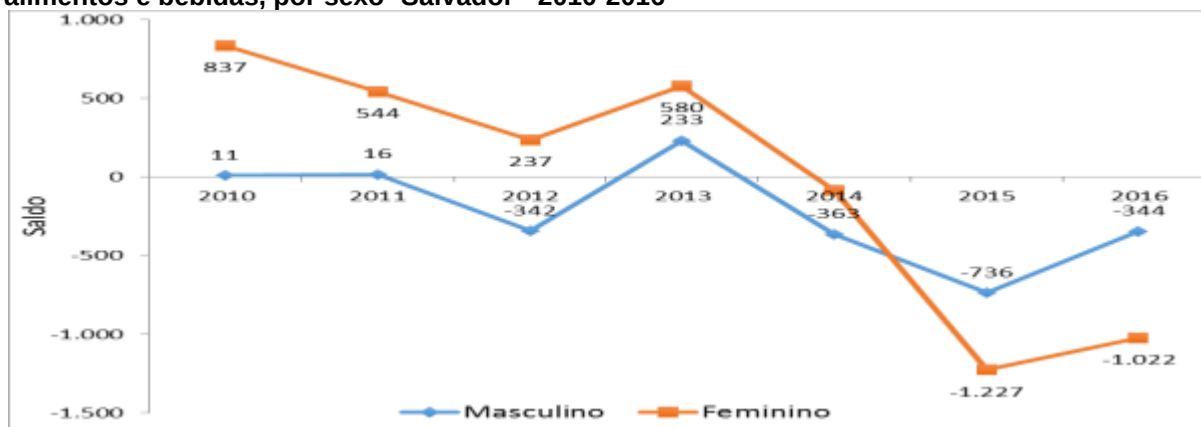
Tabela: 01 - Número de estabelecimentos, estoque de emprego formal e média dos trabalhadores nas empresas do setor de alimentos e bebidas - Salvador - 2010 – 2015.

Ano	Empresas	Estoque	Média
2010	2.872	27.359	9,53
2011	3.063	29.084	9,50
2012	3.214	30.441	9,47
2013	3.323	33.589	10,11
2014	3.590	33.154	9,24
2015	3.630	31.665	8,72

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2017.

Observa-se na figura 5 que durante todo o período em estudo, que o gênero masculino predomina o mercado de trabalho de alimentos e bebidas. É valido ressaltar que em 2012, o saldo de emprego do gênero masculino foi negativo e do feminino positivo, ou seja, houve mais demissões de homens, incomum no panorama do mercado. Em 2014 o saldo de emprego para as mulheres foi melhor, no entanto, analisando os números absolutos houve mais mulheres do que homens desligadas e também admitidas. Estes números refletem o mercado de trabalho em geral que empregam mais homens que mulheres desde sempre.

Figura 5 -Número de admitidos, desligados e saldo de emprego celetista no setor de alimentos e bebidas, por sexo- Salvador - 2010-2016



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2017.

Ademias é crucial destacar uma análise do panorama geral da participação geral do setor de alimentos e bebidas identificou-se que apesar do número de desligados o saldo encontra-se positivo, representando uma importante fatia no mercado, de acordo com os dados da tabela 02.

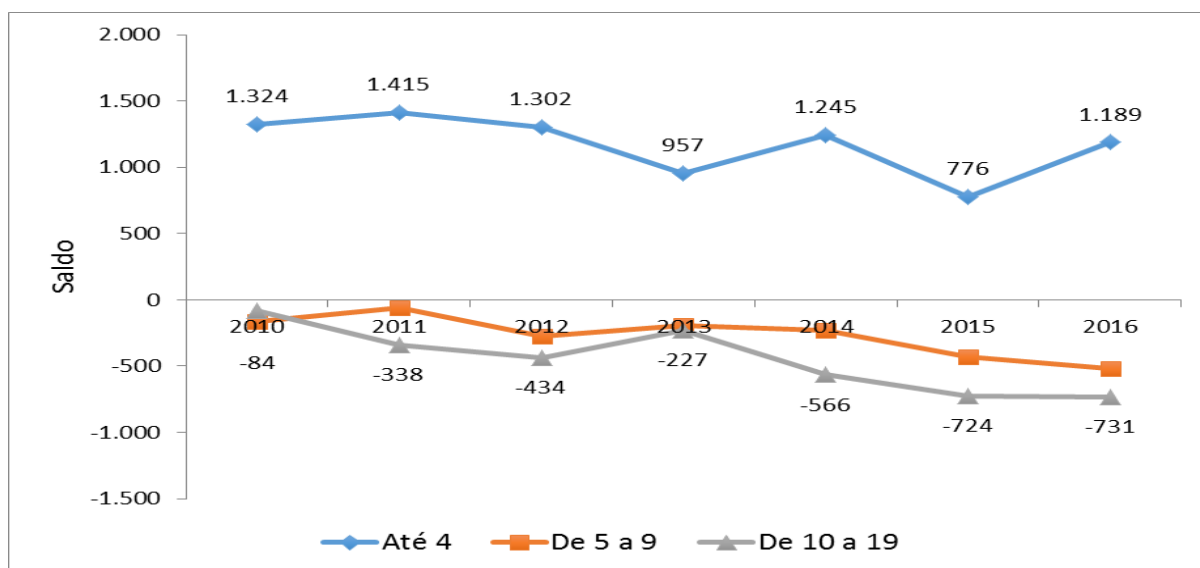
Tabela 02 - Participação percentual do setor de alimentos e bebidas em relação ao total, quanto à frequência e saldo celetista - Salvador - 2010-2016

Ano	Participação Percentual		
	Admitidos	Desligados	Saldo
2010	4,97	5,17	3,14
2011	5,39	5,55	3,08
2012	5,54	5,70	-1,76
2013	6,13	6,02	10,13
2014	6,49	6,57	12,21
2015	6,65	6,53	5,73
2016	6,53	6,30	4,85

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2017.

Deve-se mencionar que segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o tamanho do estabelecimento é determinado pelo número de empregados nele existente. Destaca-se na figura 6, que as empresas com menor porte de até quatro funcionários, revelam um saldo de emprego positivo, maior. Nesta categoria de até nove funcionários os estabelecimentos são considerados microempresa. Os estabelecimentos mais estáveis são os de grande porte que possuem de 100 a 249 funcionários.

Figura 6: Evolução do saldo de emprego celetista, segundo o tamanho da empresa no setor de alimentos e bebidas - Salvador - 2010-2016



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2017.

Em termos mais precisos, muitos dos empregos gerados no setor de alimentos e bebidas são nos estabelecimentos de pequeno e médio porte. E apesar da crise eles estão se mantendo dentro do mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, o segmento de alimentos e bebidas representa um setor importante dentro da economia da cidade de Salvador, e além de ser um importante gerador de emprego e renda, contribui significativamente para a promoção do desenvolvimento local.

Apesar da crise econômica que assola o país tem-se investido em bares e restaurantes, e essa mão de obra de fato precisa ser qualificada, para atender bem o turista o visitante, garantido satisfação e retorno do cliente. No entanto, este não é o único fator importante para geração de renda. O incentivo do governo, no intuito de que os empresários possam ampliar o seu negócio, lhes dando possibilidade de financiamento, poder de negociação com fornecedores e melhoria do seu estabelecimento são imprescindíveis.

A revolução global está mudando o mundo dos negócios, e a forma de se negociar também está mudando o meio empresarial. As estruturas das empresas, a natureza do trabalho e definição de sucesso estão mudando. O resultado poderá ser uma revolução muito maior do se imagina, se houver apoio governamental para as novas tendências e necessidades do setor privado. As mudanças estão cada vez mais rápidas e frequentes.

Diante da agilidade que o mercado ganhou nessa década e, principalmente, das mudanças que ocorreram e ocorrerão neste novo século, conforme nos mostra Carlos Trigueiro (2001 p. 57); “as autoridades governamentais e o próprio *trade* tem de repensar as organizações que estão insertas na indústria turística”.

Sendo assim a gestão dos negócios, a partir desse momento, está sendo configurada de formas diferentes. A motivação vem do atendimento às necessidades das pessoas. O processo de troca e comércio gira em torno que todos devem ganhar, e diante de uma crise econômica, os únicos favorecidos são os grandes empresários que possuem um alto capital de giro. Trigueiro afirma ainda que “a competição é estimulada, respeitando as variáveis

socioculturais, ecológicas, tecnológicas e, sobretudo, as legislações específicas”. Enfim, tendência atual é rever os produtos, serviços e formas de agir, independentemente da atividade de negócio.

Percorrido esse trajeto analítico identifica-se que é necessário investimento, não somente da iniciativa privada em qualificação, treinamento, zelo com a mão de obra, mas também incentivo governamental. Garantindo segurança, transporte apoiando os empreendedores. Dessa maneira todos terão a ganhar: o turista, moradores, colaboradores, empresários e a cidade, que com uma economia aquecida gerará mais empregos, mais impostos, garantindo a sustentabilidade do destino Salvador.

Nesse ponto é preciso considerar que para isso ocorrer, é fundamental que o país retorne a sua estabilidade financeira, afinal, na linha da sobrevivência os empresários não conseguem renda para aperfeiçoar os seus empreendimentos. Com a crise, o setor fica sem possibilidade de inovação, o consumidor gasta apenas o essencial, e as melhorias necessárias ficam em segundo plano.

REFERÊNCIAS

ABRASEL. **Associação Brasileira dos Bares e Restaurantes**. Disponível em: <www.abrasel.com.br 20/12/2016>. Acessado em 19 de agosto de 2017.

BRASIL, Boletim Do Banco Central. **A Economia Brasileira**. Relatório Anual, 2010.

COSTANZI, ROGÉRIO. **Evolução do Emprego Formal No Brasil (1985-2003) e Implicações Para as Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda**. 2014.

CURADO, MARCELO. **Uma Avaliação da Economia Brasileira no Governo Lula**. Economia & Tecnologia - Ano 07, V. Especial. 2011

DAVIES. Carlos Alberto. **Alimentos e Bebidas**. 2. Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

GRAZIA, Grazia de. **Reforma urbana e estatuto da cidade**. In: RIBEIRO, Luiz C. de Q.; CARDOSO, Adauto L. (Org.). Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do estatuto da cidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 53-59.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População de Salvador**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em 15Ago 2017.

_____. **A taxa de desemprego da população brasileira ativa**. Disponível em: <<https://br.advfn.com/indicadores/pnad>>. Acesso em 24 ago 2017.

_____. **Crise: mais de 2 mil bares fecharam em Salvador no último ano**. Disponível em: <<http://www.metro1.com.br/noticias/cidade/24164,crise-mais-de-2-mil-bares-fecharam-em-salvador-no-ultimo-ano.html>>>. Acesso em 19 ago 2017.

_____. **Economia Brasileira em 2010**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,economia-brasileira-cresce-7-5-em-2010-maior-avanco-em-24-anos,57374e>>. Acesso em 20 Ago 2017.

_____. **Entenda a crise economia**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda- crise-economica>>. Acesso em 20 Ago 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) em 2016**. Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/pnad/2016>>. Acesso em 23ago 2017.

LEAL. Maria. L. S. **A história da Gastronomia**. Rio de Janeiro: Senac, 1998.

MARICATO. Percival. **Como montar e administrar bares e restaurantes**. 7. Ed. São Paulo: Senac, 2007.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2017.

RICCETTO. Luli Neri. **A & B de A a Z: Entendendo o Setor de Alimentos & Bebidas**. Brasília: Senac, 2013.

TRIGUEIRO, Carlos M. **Marketing e Turismo: como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.



A LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO SUL DO AMAPÁ: BR 156 trecho não pavimentado

Thiago dos Santos Damasceno¹⁰⁴
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão¹⁰⁵

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise na BR 156 trecho sul, sob a perspectiva socioeconômica desta região para o estado do Amapá, compreendida pelos municípios de Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí. Verificou-se a frágil infraestrutura rodoviária, tendo em vista, a proposição do planejamento de políticas públicas e integração com os outros municípios, observando os diferentes contextos socioeconômicos. Buscou-se, ainda, a compreensão da lógica do sistema rodoviário, que deveria possibilitar o fluxo de bens e serviços de maneira otimizada e mais vantajosa para a integração regional, através de um viés com enfoque na formação e indução do desenvolvimento da região, sob a ótica de uma rede de transporte.

Palavras – chaves: Rodovias não pavimentadas; infraestrutura; Políticas públicas.

ABSTRACT

This work had the objective of analyzing the BR 156 southern section, from the socioeconomic perspective of this region to the state of Amapá, comprising the municipalities of Mazagão, Laranjal do Jarí and Vitória do Jarí. The fragile road infrastructure was verified, with a view to proposing the planning of public policies and integration with other municipalities, observing the different socioeconomic contexts. It was also sought to understand the logic of the road system, which should enable the flow of goods and services in an optimized and more advantageous way for regional integration, through a bias focused on the formation and induction of the development of the region, under the point of view of a transport network.

Key words: Unpaved highways; infrastructure; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa ainda em andamento, onde objetivo é analisar o recorte espacial em estudo expõe, desta forma compreender os possíveis déficits em infraestrutura existente na região Sul do estado do

¹⁰⁴ Mestrado em desenvolvimento regional - UNIFAP. E-mail: thyo.engprod@hotmail.com

¹⁰⁵ Doutor, Professor/ coordenador do PPGMDR. E-mail: filoucreao@unifap.br.

Amapá. Verifica-se a frágil concepção implantada do tripé energia, transportes e comunicação.

Neste sentido visualiza-se uma interessante gama de acessos as áreas com produção agrícolas, pecuárias e agroextrativistas. O trecho rodoviário sul da BR 156 tem a extensão aproximada de 270 quilômetros não pavimentados (asfalto), funciona como um dos entrepostos direcionadores de produtos e serviços para o interior do estado, e com isso, aos outros municípios. A região insere empreendimentos hortifrutigranjeiros, comerciais, clubes esportivos, sítios, fazendas, reservas agro florestal e extrativistas.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração deste estudo utilizou-se o seguinte processo metodológico: fez-se uma leitura analítica a respeito das políticas públicas de planejamento para o fomento de desenvolvimento; a coleta de dados documentais, e com isso realizou-se a construção dos aspectos gerais e contextualizados da dinâmica da região. Estabeleceu-se à análise da literatura acadêmica e documental de projetos, planos, relatórios, pesquisas e ações propostas pelos os entes públicos e instituições privadas nas mais diversas esferas governamentais, com o intuito de alavancar ao processo de integração em face às demandas.

3 A PERSPECTIVA ENTRE A INFRAESTRUTURA E O DESENVOLVIMENTO

Ao analisar o que apontam algumas condições para a abordagem territorial do desenvolvimento, entre eles, verifica-se a necessidade de superação da dicotomia desenvolvimento e crescimento, ao passo em que se buscam mecanismos organizacionais que facilitem as relações de integração, fluidez e dinamicidade com as interações rurais. Destaca-se ainda, como principal desafio, a proposição de uma estratégia que viabilize ir além das ações setoriais de promover uma real articulação horizontal nos territórios rurais, ou seja, sair dos limites municipais associa-se com vistas a valorizar o território e compartilhar projetos e recursos necessários aos desencadeamentos do desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 2003; VEIGA, 2003).

Entende-se que para atender, satisfatoriamente, os déficits socioeconômicos no interior do estado, o poder público deverá desempenhar seu papel transformador de maneira integrada, avaliando a infraestrutura atual e concebendo novos caminhos de consolidação da utilização dos recursos naturais, de forma sustentável e bem gerenciada que amplie os fluxos de desenvolvimento, haja vista que em diferentes momentos da história a aplicação de políticas públicas empregadas de maneira isoladas não alcançaram os resultados esperados, nem para as plataformas governamentais que a propuseram nem para os indivíduos ou classes que as adotaram.

A difusão de políticas de públicas setoriais que impliquem na qualidade de vida e no aumento produtivo das famílias rurais, merece destaque e compilações tecnológicas que perpassam pelo o prisma indutor de implementação de infraestrutura, neste caso, de transporte. Entende-se que não haverá crescimento econômico sustentável sem a existência de infraestrutura eficiente. Esta infraestrutura deve ser capaz de viabilizar o produto potencial, integrar toda a população à economia nacional por meio de modais de transportes e sistemas de comunicações que interliguem as regiões do País de forma eficiente (PÊGO FILHO; CÂNDIDO JUNIOR; PEREIRA, 1999).

A necessidade de intervenções profundas para possibilitar a identificação dos entraves e das potencialidades em todos os municípios, sob os aspectos logísticos, demográficos, empresariais, produtivos, territoriais, a fim de oferecer um suporte modal de integração inovadora ao facilitar e induzir ao desenvolvimento do estado. Para que os habitantes tenham o seu sonho concretizado no que tange a dimensão econômica, serão necessários grandes investimentos na área de produção para tornar o território mais independente de outros Estados no que se refere ao setor agrícola. Somente aumentando os rendimentos de produção por hectare, será possível reduzir o preço dos insumos, que atualmente são muito caros em razão dos custos com logística de transporte (WEISS, 2010).

Percebe-se que há a ideia que a sinergia entre as políticas públicas setoriais de fomento a produção, a implantação e gestão logística da infraestrutura, neste caso a malha rodoviária, deveria produzir uma simbiose que

alíe as crescentes demandas por resultados eficazes no meio produtivo, tanto rural quanto urbano. Ao olhar sobre a dinâmica da construção espacial que o Amapá demandou depara-se, sistematicamente, de intervenções institucionais públicas e privadas, e no que concerne ao Estado.

Ao salientar que o impacto sobre o desenvolvimento econômico advindo dos investimentos em transporte não devem ser exagerados, mas é indispensável algum investimento em transporte que proporcione acesso a uma região, antes que outras atividades econômicas possam ali se desenvolver. O grau em que os transportes criam ou impelem novas atividades, dependerá da existência de outras condições dentro da economia, tais como: a qualidade de sua estrutura administrativa e de sua ordem social, o caráter e a diretriz de seu sistema educacional, a natureza das relações jurídicas e de propriedade, e todas as outras dimensões da propensão a crescer de uma nação. Quando essas qualidades são deficientes, nenhuma soma de investimento em transportes será capaz de criar um dinamismo econômico (HEYMANN, 1965).

É nesta inserção estratégica de integração, que se visualiza, como um agente complicador ao processo de transformação do meio socioeconômico, a carência na construção espacial e a consolidação de interações positivas ao âmago das políticas públicas relacionadas ao crescimento ou desenvolvimento dos setores estratégicos, tendo em vista o viés das potencialidades agro produtivas, agro florestais e agroextrativistas presentes no sul do estado do Amapá. Cabe ressaltar que, geralmente, a política de implantação de infraestrutura viária e de mobilidade é feita de forma pontual, fragmentada sem que haja a devida consorciação com outras políticas públicas que busquem as transformações positivas para área de abrangência do empreendimento (CARRIL, 2006).

3.1 Abordagem logística da infraestrutura de transporte ao desenvolvimento

Faz-se necessário compreender que na década de 1990, a implantação das políticas neoliberais trouxe novos desafios para os setores econômicos, logísticos e de transportes, retomando o discurso sobre a necessidade de melhorar a eficiência do sistema logístico brasileiro para integrá-

lo. Com isso identificou-se a necessidade de investir nos eixos viários para atender à demanda do sistema produtivo, na medida em que o transporte tornou-se um instrumento importante na expansão dos eixos de desenvolvimento nacional, regional, e/ou local (BRASIL, 2001).

A logística de transportes tem, portanto, profundas implicações no processo econômico nas dimensões temporal (desenvolvimento) e espacial (organização territorial, regional e urbana) assim, a definição das políticas públicas e a seleção dos instrumentos de planejamento de médio e longo prazo adquire crucial importância nos estágios em que são exigidas reformulações na estratégia e objetivos globais de expansão da economia (BARAT, 2007).

Neste sentido é estabelecido que o conceito de sistema de transporte deverá ser moderno e integrado para atender as distintas necessidades, porém não é a garantia de desenvolvimento e prosperidade econômica. Sem os serviços competitivos de transportes, o potencial econômico de uma região torna-se limitado. Para ter sucesso, uma região deve ser dotada de recursos naturais ou humanos, infraestrutura, capital financeiro, dentre outros. Quando essas condições estiverem adequadas, o crescimento econômico dependerá da qualidade do sistema de transportes interno, que consiste nas rodovias, hidrovias, ferrovias e aeroportos, possibilitando a multimodalidade logística da região. Ressalta-se a perspectiva do planejamento através do cumprimento da legislação em diferentes esferas institucionais (HOEL; GARBER; SADEK, 2011). Para tanto, caberia ao sistema rodoviário, sendo implementado, revelar-se como um importante fator dinâmico para prover, facilitar e impulsionar ao desenvolvimento do interior do estado em escalas institucionais pouco exploradas.

3.2 A rede de infraestrutura

E adentrando nesta ótica de integração, entende-se que o Estado é uma instituição que organiza a ação coletiva dos cidadãos de cada Estado nação, é nessa qualidade que o Estado moderno desempenha o papel econômico fundamental de institucionalizar os mercados e, mais amplamente, de promover o desenvolvimento econômico do país e a segurança econômica de cada um de seus cidadãos. A mobilidade pode ser representada pela

comunicação e pela circulação, que agem sempre de forma complementar entre si. É daí que se classifica as redes em basicamente dois tipos: redes de circulação (fluxo material) e redes de comunicação, fluxos imateriais, dados e informações (RAFFESTIN, 1993).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 BR 156 – trecho sul

De modo geral, os ramais possuem condições de tráfego muito limitadas, principalmente na estação das chuvas, que dura aproximadamente seis meses, quando fica praticamente inviabilizado em alguns trechos. As condições das estradas não pavimentadas em toda a região são extremamente precárias. A BR 156 insere-se neste contexto de precariedade, caracterizado pela presença de poeira e lama ravinhas, atoleiros, buracos, animais na pista, estacionamentos às margens da rodovia, além da falta de sinalização ao longo de todo o trecho (DNIT, 2015).

À precariedade da prestação de serviços públicos some-se a fragilidade institucional dos municípios para realizar a gestão eficaz dos recursos disponíveis e, de outro, para planejar a própria ação governamental nos limites do seu território. Todavia, a ausência de planos estratégicos municipais evidencia, entre outras questões, a falta de perspectiva dos gestores públicos para um horizonte temporal além do mandato eletivo, agravado pelo fato de que em alguns casos, como também revelam dos dados do IBGE, assume as administrações sem possuir sequer um plano de governo consolidado. Tal precariedade pode dar margens a reivindicações fragmentadas, sem maior relevância diante das necessidades estruturais desses municípios (TOSTES, 2011).

A rodovia BR 156 trecho sul é a principal via que compõe a rede rodoviária que interliga microrregião de Mazagão aos outros municípios do estado do Amapá, as outras rodovias que permitem esta formatação são basicamente três: a AP 010, AP 020 e BR 210, conforme estão descritas no quadro 01 estas rodovias conectam também grande parte das comunidades e distritos rurais, quilombos, reservas.

Quadro 01: Rodovias, acessos e destinos

Rodovia	Situação	Acessos	Destinos
BR 210	Trecho pavimentado	Norte, oeste e leste do Estado do Amapá, platô das Guianas.	Macapá, Porto grande, Pedra Branca, Serra do navio.
AP 010 e 020	Parcialmente Pavimentada	Mazagão e Mazagão velho, Macapá e Santana, AP 440.	Porto de Santana, distrito industrial, aeroporto, ALCMS, RMM.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2018.

É interessante ressaltar que a lógica das redes interage com a lógica dos territórios que os definem enquanto arena onde se confrontam o mercado versus as técnicas, organização e geografia da produção e a sociedade civil. Essa lógica territorial, ainda também deve ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos – relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados pelos laços de proximidade espacial – e mecanismos exógenos – que fazem com que um mesmo lugar participe de várias escalas de organização espacial (DIAS, 2007).

Conforme a figura 01, visualiza-se as rodovias AP 010 e AP 020 são coincidentes a partir do trevo (rotatória) Macapá e Santana, localizado próximo à ponte do rio Matapí, e permitem acesso entre os dois maiores centros urbanos do estado do Amapá, as cidades de Macapá e Santana. E as interligações com as BR 156 e BR 210 com as outras rodovias estaduais.

Ilustração 01: BR 156, trecho Sul

FONTE: Google Maps, (2018)

A composição da infraestrutura de transporte rodoviário em quase toda a sua extensão, pode ser caracterizada como precária e incipiente, em detrimento da inexistente falta de manutenção ou péssimas condições das estradas e seus acessos. Da mesma forma, que os serviços de transporte intermunicipal constituem um frágil elo na mobilidade e atendem de forma ineficaz para as principais localidades e cidades da região.

4.2 A atual configuração socioeconômica da região

A região que hoje compreende os municípios de Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí, correspondia anteriormente apenas ao município de Mazagão, que foi instituído pela Lei nº226, de 28 de novembro de 1890, o segundo município criado no Amapá. Posteriormente, este foi desmembrado, dando origem aos demais dois municípios da microrregião. Juntos, apresenta uma área de 46.580 km², o que corresponde a 32,6% da área total do Amapá (IPEA, 2015).

Na tabela 01 está compilada a composição da dinâmica da população dos três municípios que compõe o recorte em estudo, onde se tem o trecho sul da BR 156 como elemento protagonista desta análise, visualiza-se que o município de Mazagão possui cerca de 51,40% de sua população na zona rural, fato que não se repete com os outros municípios que tem sua grande maioria da população concentrada na zona urbana.

Tem-se ainda análise do IDH e dos principais indicadores sociais para cada município, percebe-se que estão todos abaixo da média estadual, o que reflete um grande déficit para a população desta região.

Tabela 01: População total, IDH e indicadores da microrregião sul do Amapá

Cidade	Laranjal do Jari		Mazagão		Vitória do Jari	
Especificação	População	Participação AP%	População	Participação AP%	População	Participação AP%
Total	47.554	6%	20.387	2,60%	14.991	1,90%
Urbana	45.187	95%	9.912	48,60%	12.429	82,90%
Rural	2.367	5%	10.475	51,40%	2.562	17,10%
IDH	0,665	0,708	0,592	0,708	0,619	0,708
Renda	0,641	0,694	0,609	0,694	0,587	0,694
Longevidade	0,801	0,813	0,758	0,813	0,781	0,813
Educação	0,573	0,629	0,449	0,629	0,517	0,629

FONTE: SEPLAN/AMAPÁ, 2017

Para esta análise, levaram-se em consideração as atividades que geram produtos em escalas comerciais nos municípios da região, como a agropecuária, o agro extrativismo e os produtos florestais não madeireiros. Na tabela 02 é apresentada a base da produção agrícola com destaque para a produção de mandioca, banana, abacaxi, melancia e laranja.

Tabela 02: Produção agrícola dos municípios de Mazagão quantidade produzida – 2016

Cidades	Vitória do Jarí	Laranjal do Jarí	Mazagão	Total
Produto	Produção/	Produção/	Produção/	
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	
Banana (t)	910	1.568	1.445	3923
Laranja (t)	387	509	625	1521
Abacaxi (mil frutos)	420	764	760	1944
Arroz (t)	46	66	52	164
Feijão (t)	85	80	86	251
Maracujá (t)	53	113	11.970	12136
Mandioca (t)	7.864	9.871	278	18013
Melancia (t)	198	310	118	626
Milho (t)	45	130	70	245

Fonte: SEPLAN/AMAPÁ, 2017

A formação socioeconômica está intimamente relacionada ao extrativismo vegetal – inicialmente com a extração do látex e da castanha do Brasil, e, posteriormente, com a produção de celulose. A produção de celulose (por meio da derrubada da mata nativa e da substituição por florestas homogêneas), o desenvolvimento da agropecuária (arroz e gado) e a extração de caulim e bauxita (IPEA, 2015).

Por isso há a necessidade de ampliar a avaliação técnica e tecnológica da gestão logística da infraestrutura de transportes do estado, para entender as facetas que envolvem e intervêm nas produções locais e regionais, permitindo aos instrumentos institucionais uma visão diferenciada para que haja a proposição de inovações em condições favoráveis ao desenvolvimento, com alcance sistêmico nas mais variadas potencialidades de produção no estado do Amapá.

Muitas dessas interações ocorrem nestas áreas de preservação, e conforme a tabela 03 visualizam-se as dinâmicas relacionadas aos produtos florestais não madeireiros, geralmente, oriundos do agro extrativismo, devida, a interessante gama de produtos coletados que possui valores comerciais, como: a produção e comercialização de açaí as a castanhal do Brasil e derivados,

cupuaçu, dentre os outros visto na tabela 03, obtiveram valores expressivos dentro do contexto socioeconômico.

Tabela 03: Produção de produtos florestais não madeireiros em campo (2013)

PFNMs	Quantidade	Valor (R\$)
Açaí (fruto) (kg)	4.437.628	6.547.558,10
Castanha do Brasil (amêndoa) (kg)	1.803.662	1.243.450,08
Castanha do Brasil (óleo) (l)	346.925	484.432,48
Castanha do Brasil (biscoito) (kg)	25.496	118.333,40
Cupuaçu (un.)	39.090	88.831,60
Bacaba (kg)	39.944	64.309,84
Pupunha (kg)	7.361	20.919,06
Copaíba (l)	350	14.000,00
Andiroba (l)	260	13.000,00
Mel (l)	390	10.530,00
Arumã (m)	21.120	2.745,60
Cipó-titica (kg)	100	375
Piquiá (kg)	72	23,76
Uxi (kg)	64	16
Total		8.608.524,92

Fonte: IPEA, 2015

Nesta compreensão tem-se que na tabela 04, foram elencados os quantitativos referentes à produção da pecuária dos três municípios estudados, onde se destaca a produção de bubalinos, em Mazagão de 10.387 cabeças, e no total para a região de 17.100 cabeças, observa-se que dentro desta análise sob a ótica da logística, há somente um matadouro no estado, localizado no município de Santana.

Tabela 04: Principais rebanhos do município de Mazagão

Tipo de Rebanho	Vitória do Jarí	Laranjal do Jarí	Mazagão	Total
Bovino	1.489	3.625	2.730	7.844
Bubalino	4.181	2.532	10.387	17.100
Suíno	1.760	1.78	1.828	3.588

FONTE: SEPLAN/AMAPÁ IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal, (2015)

Visualiza-se através das informações como as que foram obtidas e apresentadas no diagnóstico ambiental realizado em conjunto pela a SETRAP e DNIT para melhor compreender as dinâmicas socioeconômicas e socioambientais da BR 156 trecho sul, que há uma situação de crescimento lento da economia, com um crescimento da população urbana e redução da população rural.

Desta forma tal processo encontra-se em andamento e tende a aumentar gradualmente a demanda sobre a infraestrutura por serviços públicos

essenciais para a subsistência, tal como a de abastecimento de água, saneamento, saúde, energia elétrica e rodovias, neste sentido são consideradas pelos próprios organismos públicos como gargalos não só pontuais, mas que imprimam fortes entraves não somente a região de sul, e sim compromete ao desenvolvimento de todo o Estado do Amapá.

Um dos exemplos que ganham forte conotação para ao comprometimento do desenvolvimento da região recorte desde estudo, é dinâmica da cadeia produtiva da castanha e de outros produtos do extrativismo na All que deve permanecer no atual estado de dependência dos trabalhadores em relação aos atravessadores dos produtos. Isso se deve, principalmente, em função da dificuldade logística que envolve principalmente a atividade de escoamento da produção pelas famílias extrativistas, principalmente daquelas que vivem próximas à BR-156 (DNIT, 2015).

4.3 Potencialidades ao desenvolvimento

Evidencia-se que a pavimentação da rodovia BR 156 em toda a sua extensão, trará grandes benefícios, não somente para o estado como um todo, no entanto, para todas as suas meso e microrregiões, se analisadas de forma isoladas. No que tange o trecho sul da BR 156, ou seja, os cerca de 270 quilômetros iniciais revigora a constante promessa de implementação de pavimentação asfáltica, dialogada entre os órgãos como DNIT, Exército e SETRAP, no intuito de encontrar a saída menos burocrática pela a melhor forma orçamentária de projeto e de execução.

Ao visualizar o cenário de completa pavimentação desta rodovia, entende-se a necessidade de promover melhor desenvolvimento entre as atividades socioeconômicas oriundas na região para com o restante do estado, caberia o emprego de políticas públicas setoriais para promover e dinamizar o fluxo no contexto amplo para melhorar a forma de vida da população. Dentre as políticas públicas existentes e que podem interagir com os potenciais regionais contidos no cerne ou à margem do trecho sul da BR 156.

Cabe ressaltar que a avaliação dos gargalos logísticos do Amapá, nesta ótica estabelecida pelo o recorte proposto, onde se visualiza os desafios para o desenvolvimento rural presente no trecho sul da BR 156,

deveria a identificar a utilização exercida pela a população atual e futura, além do viés demandado por infraestrutura de transportes do estado. O propósito da análise é compreender se a oferta atual de infraestrutura está adequada ou não à demanda por transporte existente e esperada para o futuro, fornecendo assim maiores subsídios para a priorização de projetos logísticos do estado (SUDAM, 2014).

4.4 Zona Franca Verde

Dentro de uma concepção física estruturada, como uma rede de fluxos de bens e serviços, oriundos das zonas urbana e rural dos municípios que estão no trecho sul da BR 156, visualiza-se uma vertente modal em expansão, que poderia permitir neste contexto sócio espacial. Desta maneira, entende-se que a implantação e consolidação da Zona Franca Verde é de fundamental importância para esta área e sua forte vocação agroextrativista, tal como a implantação de agroindústrias no Distrito Industrial.

Estes são fatores, que se estiverem aglutinados aos anseios socioeconômicos, assim como, a constante manutenção de incentivos direcionados ao fomento da produção, somado a infraestrutura de transporte, pode reverberar a possibilidade de desenvolvimento, tendo e vista os reais potenciais econômicos que a região oferece.

5 CONSIDERAÇÕES

O reflexo da configuração encontrada no trecho sul da BR 156, ou seja, no principal acesso a zona rural dos municípios de Mazagão, Laranjal do Jarí e de vitória do Jarí, é tida como frágil e deficitária, no que tange a integração da infraestrutura de transportes rodoviários ao contexto regional, visualiza-se o retrospecto apresentado em resposta negativa à iniciativa governamental, que através da mínima conjunção de esforços sociais, concretiza o planejamento e a execução de obras fundamentais para a eventual transformação do desenvolvimento dos potenciais socioeconômicos.

Ressalta-se que a elaboração de um plano promotor de políticas pública, e não somente a pavimentação asfáltica do trecho, com ações de desenvolvimento integrado, que envolva as diferentes demandas locais e

regionais, necessariamente, conduz a uma identificação e possível reprodução de um sistema socioeconômico dinâmico, ou que exerça a função estratégica de distribuir bens e serviços para um determinado espaço de interações entre produtores os consumidores, e de modo geral com a população regional e inter-regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

AMAPÁ, Secretaria de estado do planejamento - SEPLAN. **Síntese de informações socioeconômicas do município Mazagão**. Amapá. 2015.

BARAT, J. **Logística e transporte no processo de globalização: oportunidades para o Brasil**. São Paulo: UNESP, 2007.

BRASIL. EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES – GEIPOP. **Caminhos do Brasil**. Brasília: GEIPOP, 2001.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006.

DNIT, departamento nacional de infraestrutura de transportes. **Diagnóstico BR 156 trecho sul Amapá**. Volume 01. Amapá, Macapá. 2015.

GOOGLE/MAPS. Disponível em:
< <https://www.google.com.br/maps/@0.0502107,-51.4180138,11z> >. Acesso em: 06 de Jan. 2018.

HEYMANN JUNIOR, H. Os objetivos dos transportes. In: FROMM, G. (Comp.). **Transporte e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1965. cap. 2, p. 21-34.

HOEL, L. A.; GARBER, N. J.; SADEK, A. W. **ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES: uma integração multimodal**. São Paulo. 2011.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Cadeias de Comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros na Região Sul do Amapá: Relatório de Pesquisa**. Rio de Janeiro, 2015.

JORNAL A GAZETA AMAPÁ. **Com a ponte, Mazagão, Santana e Macapá formam a região metropolitana do AP**. Publicado no dia 13/09/2015.

PÊGO FILHO, B.; CÂNDIDO JUNIOR, J.O.; PEREIRA, F. **Investimento e financiamento da infraestrutura no Brasil: 1990/2002**. 65 p. (IPEA. Texto para discussão, 680). Brasília: IPEA, out. 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Identificação dos Microeixos de transporte de cargas dos Estados do Amapá, Amazonas e Pará**. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Universidade Federal do Oeste do Pará, Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa, Macrologística Consultoria. – Belém: UFOPA, 2014.

TOSTES, J. **BR 156 no Amapá: É Preciso ir além do asfalto. 2011**. <<http://josealbertotostes.blogspot.com.br.htm>>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

VEIGA, J. E. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores associados. 2003.

WEISS, B. A. O. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do centro oeste do Amapá**. 2010.



A GESTÃO LOGÍSTICA DO TRANSPORTE EM FACE AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO AMAPÁ

*Thiago Dos Santos Damasceno¹⁰⁶
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão¹⁰⁷*

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo realizar a análise na gestão logística de transporte do estado do Amapá, tendo em vista, a proposição do planejamento de políticas públicas e integração multimodal nos diferentes contextos socioeconômicos apresentados nos dezesseis municípios. Realizou-se uma inferência na construção e dinâmica de formação e transformação espacial e socioeconômica, além do processo de implementação das rodovias. Buscou-se, ainda, a compreensão da lógica do sistema rodoviário, que deveria possibilitar o fluxo de bens e serviços otimizado e mais vantajoso, em face às infraestruturas logísticas de transporte. Por fim percebeu-se a importância do objeto em estudo tendo como o viés tecnológico e de inovação, no qual a gestão institucional pública e/ou privada precisam desenvolver, tendo como base o consumo racionalizado das possibilidades e oportunidades dos recursos naturais, com o intuito de se promover o desenvolvimento do estado.

Palavras chave: Infraestrutura, integração, multimodalidade.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, contendo dezesseis municípios, o Estado do Amapá vivencia constantes mudanças espaciais que priorizam, principalmente, os modais rodoviário e hidroviário, em que consiste a principal dinâmica de interações interna e externa de bens e serviços. Esta concepção tem sido acompanhada por movimentos da sociedade, que rapidamente provocaram o surgimento de novas demandas socioeconômicas, em que a necessidade de fluxos de intervenções na gestão da infraestrutura tivesse que ser continuamente otimizada. Percebeu-se que houve a necessidade de investir nos eixos viários para atender à demanda do sistema produtivo, na medida em que o transporte tornou-se um instrumento importante na expansão dos eixos de desenvolvimento nacional, regional, e/ou local. Evidenciou-se também, que o objetivo de transformar o Estado brasileiro de provedor em poder concedente e regulador, aprimorando, em contrapartida, sua capacidade de coordenação, normatização e supervisão. Outra diretriz básica é garantir

¹⁰⁶ Mestrando em desenvolvimento regional - UNIFAP. E-mail: thyo.engprod@hotmail.com.

¹⁰⁷ Doutor, Professor/ coordenador do PPGMDR. E-mail: filoucreao@unifap.br.

eficiência à matriz de transportes e a redução dos custos sistêmicos da economia brasileira, o chamado custo Brasil (BRASIL, 2001).

É nesta inserção estratégica de integração, que se visualiza, como um agente complicador ao processo de transformação do meio socioeconômico, a carência na construção espacial e a consolidação de interações positivas ao âmago das políticas públicas relacionadas ao crescimento ou desenvolvimento dos setores estratégicos, tendo em vista o viés das potencialidades produtivas que o estado do Amapá possui. Para tanto, caberia ao sistema rodoviário, sendo implementado, revelar-se como um importante fator dinâmico para prover, facilitar e impulsionar ao desenvolvimento do interior do estado em escalas institucionais exploradas, até então, de maneira deficitária ou disformes com as principais vocações produtivas de cada local ou região do estado.

Há a ideia que esta sinergia entre as políticas públicas setoriais de fomento a produção, a implantação e gestão logística da infraestrutura, neste caso a malha rodoviária, poderá vir produzir a simbiose que alie as crescentes demandas por resultados eficazes no meio produtivo, tanto rural quanto urbano. Ao olhar sobre dinâmica da construção espacial que o Amapá demandou depara-se, sistematicamente, de intervenções institucionais públicas e privadas, e no que concerne ao Estado. Percebe-se a necessidade de soluções profundas para possibilitar a identificação dos entraves e das potencialidades em todos os municípios, sob os aspectos logísticos, demográficos, empresariais, produtivos, territoriais, a fim de oferecer um suporte modal de integração inovadora ao facilitar e induzir o desenvolvimento do estado.

Neste sentido, este trabalho buscou abordar uma análise logística no emprego da infraestrutura rodoviária do estado do Amapá, perpassando por conceitos de desenvolvimento econômico pertinente ao tema, com intuito de permitir ao alcance de interações, que discuta a possibilidade de uma gestão inovadora e eficaz ao processo de integração multimodal, em face às potencialidades produtivas.

2 METODOLOGIA

A metodologia estabelecida foi à análise da literatura acadêmica e documental de projetos, planos, relatórios, pesquisas e ações propostas pelos os entes públicos e instituições privadas nas mais diversas esferas

governamentais, com o intuito de alavancar ao processo de integração em face às demandas. Observou-se ainda, o papel da infraestrutura no que concerne a abrangência modal e os perfis econômicos praticados no estado do Amapá.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os inúmeros fatores que afetaram a dinâmica urbana e rural, induzindo a construção de novas rodovias no contexto estadual contemporâneo do Amapá, foi a implantação da área de livre comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e a estadualização do Amapá em 1988, com a consequente implantação de novas estruturas administrativas que atraíram um número considerável de pessoas para o Estado, como as ações que mais contribuíram para intensificar a ampliação da população das cidades (SANTOS, 2010). O quadro 01 elenca as principais atividades dos modais de transporte existente no estado do Amapá, onde há um potencial favorável para atender uma dinâmica logística multimodal, frente à posição geográfica estratégica para o mercado nacional e internacional, nesta ótica sistêmica entende-se o importante papel que o setor de infraestrutura pode desempenhar para se promover o dinamismo econômico, ao passo que se possam permitir avanços nas dimensões sociais.

Quadro 01: A caracterização dos modais de transporte do estado Amapá

Rodoviário	O Amapá possui um total de 2.297 km de rodovias implantadas e mais 4.937 km de rodovias ainda planejadas. Do total de rodovias implantadas apenas 473 km são pavimentados, o equivalente a aproximadamente 20% do total das rodovias implantadas.
Hidroviário	O estado do Amapá conta com 4 rios com potencial de exploração hidroviária, sendo eles os rios Amazonas, Oiapoque, Jari e Araguari. No entanto, apenas os rios Amazonas e Jari apresentam condições para navegação em uma extensão total de 1.756 km,
Ferrovário	O Amapá conta com apenas uma ferrovia implantada, a Estrada de Ferro do Amapá (EF Amapá) que faz parte do sistema logístico dedicado da Anglo Ferrous para o transporte de minério de ferro desde Serra do Navio até o terminal de embarque no Porto de Santana. A ferrovia possui um traçado de aproximadamente 194 km em bitola de 1,435 metros e transportou em 2012 6,5 milhões de toneladas de minério de ferro.
Dutoviário	O estado do Amapá conta com apenas uma dutovia implantada que serve ao transporte de minério de caulim da empresa Cadam entre Munguba e o Terminal Caulim da Amazônia. O duto possui uma extensão de 7 km, diâmetro de 10" e capacidade nominal de transporte de aproximadamente 800 mil toneladas anuais.
Aeroportuário	O Amapá conta com apenas um aeroporto localizado em Macapá, que representa o 4º aeroporto mais movimentado da região Norte. O aeroporto possui uma área total de 15,2 milhões de m ² , uma pista de 2.100 metros e um estacionamento para 15 aeronaves. Sua infraestrutura para operação de cargas abrange uma área de armazenagem de cargas aérea (TECA) com 180 m ² que em 2012 movimentou 3,4 mil toneladas de cargas.

Fonte: SUDAM (2014)

Ressalta-se a constante necessidade de se manter o sistema de infraestrutura de transporte conexo e em operação, ao passo que após a queda do porto de embarque de minério, localizado em Santana, houve a gradativa diminuição deste tipo de serviço, uma vez que o porto ainda não foi reconstruído. Cita-se ainda, por conta desta diminuição dos serviços portuários, a ferrovia Serra do Navio/ Santana se encontra inoperante e abandonada tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada. Neste sentido, é estabelecido que o conceito de sistema de transporte devesse abranger as diferentes interações locais e regionais, ao mesmo tempo ser moderno e integrado para atender as distintas necessidades de um planejamento global, ao passo que tal conceito e aplicabilidade não é a garantia de desenvolvimento e prosperidade econômica. Sem os serviços competitivos de transportes, o potencial econômico de uma região torna-se limitado.

4 CONSIDERAÇÕES

É latente a necessidade de ampliar a avaliação técnica e tecnológica da gestão logística da infraestrutura de transportes do estado, para entender as facetas que envolvem e intervêm nas produções locais e regionais, permitindo aos instrumentos institucionais uma visão diferenciada para que haja a proposição de inovações em condições favoráveis ao desenvolvimento, com alcance sistêmico nas mais variadas potencialidades de produção no estado do Amapá.

Entende-se que para atender, satisfatoriamente, os déficits socioeconômicos no interior do estado, o poder público deverá desempenhar seu papel transformador de maneira integrada, avaliando a infraestrutura atual e concebendo novos caminhos de consolidação da utilização dos recursos naturais, de forma sustentável e bem gerenciada que amplie os fluxos de desenvolvimento, haja vista que em diferentes momentos da história a aplicação de políticas públicas empregadas de maneira isoladas não alcançaram os resultados esperados, nem para as plataformas governamentais que a propuseram nem para os indivíduos ou classes que as adotaram.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT. **Caminhos do Brasil**. Brasília: GEIPOT, 2001.

SANTOS, E R C. **Grandes Projetos Amazônicos e Configuração Geográfica do Amapá**. In. PORTO, J L R; NASCIMENTO, D M. **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas**: novas construções, novas territorialidades. (Org.). Série Percepções do Amapá, v. 6. – Macapá: Editora Publit, 2010.

SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Identificação dos Microeixos de transporte de cargas dos Estados do Amapá, Amazonas e Pará**. a, Universidade Federal do Oeste do Pará, Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa, Macrologística Consultoria. – Belém: UFOPA, 2014.



A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AS IMPLICAÇÕES PARA A MANUFATURA E SOCIEDADE

Igor Carvalho Simões Santana¹⁰⁸

Ilana Elen Cavalcante Sampaio¹⁰⁹

Vaner José do Prado¹¹⁰

RESUMO

Este estudo buscou analisar alguns dos aspectos da quarta revolução industrial, seu vetor operacional a indústria 4.0, seu componente a inteligência artificial (IA) e algumas das implicações para a manufatura e para a vida em sociedade. Busca-se especular sobre alguns aspectos das implicações da IA para a sociedade, tanto em seus aspectos de produção de bens e serviços, quanto na convivência (cidadania e trabalho). O objetivo é analisar a inteligência artificial (IA) e seus elementos principais, visando identificar as possíveis implicações para a manufatura e serviços, para a produtividade e para os indivíduos. A pesquisa tem natureza descritiva, construída sobre dados secundários, utilizando publicações de autores, sites e revistas especializados. Os dados analisados remetem as implicações especuladas, sinalizando com alterações significativas na área produtiva, no aumento da produtividade e implicações para o trabalho, com autores divergindo sobre a forma, porém, sabendo-se ser este um caminho sem retorno.

Palavras-Chaves: 4ª Revolução industrial; Indústria 4.0; Inteligência Artificial

1. INTRODUÇÃO

Estudar a quarta revolução industrial e seu vetor principal de aplicação na manufatura e serviços, a indústria 4.0, será de extrema importância, não só para os setores produtivos (manufatura e serviços), mas para as questões sociais de convivência e do trabalho.

Nesse sentido, presume-se que esse movimento trará muitas implicações para a sociedade. Diante disso, especula-se que alguns dos elementos da quarta revolução industrial e, principalmente a inteligência artificial

¹⁰⁸ Graduando em Engenharia de Produção. E-mail: igorcarvalho95@gmail.com.

¹⁰⁹ Graduanda em Engenharia de Produção. E-mail: ilanacavalcantes@gmail.com.

¹¹⁰ Doutor, Professor UNIFACS. E-mail: vaner.prado@unifacs.br.

(IA), com sua trajetória de evolução, irá alterar significativamente alguns aspectos da vida em sociedade. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar a inteligência artificial (IA) e seus elementos principais, visando identificar as possíveis implicações para a manufatura e serviços, para a produtividade e para os indivíduos.

Para Schwab (2016, p. 8), “a *Quarta Revolução Industrial* é diferente de tudo o que a humanidade já experimentou. Novas tecnologias estão fundindo os mundos físico, digital e biológico de forma a criar grandes promessas e possíveis perigos”. Para autores e instituições como, Kagermann, Wahlster e Helbig (2013), Schwab (2016), Bruno (2016) e CNI (2016), a *Quarta Revolução Industrial* está recheada de novidades e ligadas as tecnologias, mas poucas tem tanto poder de impacto quando a IA.

A pesquisa tem natureza descritiva e tem a pretensão de integrar alguns conceitos ainda esparsos em um texto mais compreensível, dentro do escopo indicado. Será desenvolvida sobre dados secundários, consultando autores especialistas na áreas envolvidas, revistas especializadas e sites especializados. Cabe destacar que nesse campo, ainda é muito incipiente a literatura, apesar de todos os meios disponíveis.

2. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Apesar do caráter inovador e protagonista de uma recente explosão, tanto em avanços quanto em disseminação de suas aplicações, a *Inteligência Artificial* está longe de ser uma ideia contemporânea. Segundo McCarthy (2006), o desenvolvimento da área começou logo após a Segunda Guerra Mundial, com o artigo “*Computing Machinery and Intelligence*” do matemático inglês Alan Turing, um dos principais pioneiros do estudo da *Inteligência Artificial* e do desenvolvimento da ciência da computação.

Nesse sentido, podem ser observadas algumas das características da Inteligência Artificial: autoaprendizagem e auto evolução; capacidade de processar grande quantidade de dados; capacidade de processar dados não estruturados; capacidade de processar linguagem natural; visão espacial; análise de dados complexos e; apoio da tomada de decisão. Essa área ou tecnologia é embasada e empoderada pelos estudos de subáreas ou elementos

da IA, como a Computação cognitiva e *Machine Learning*, pela aplicação de técnicas como *Deep Learning* e as *Redes Neurais Artificiais*, e refinada pelos avanços dos estudos na área da *Neurociência*, todos eles de caráter atuais.

3. ELEMENTOS DA IA

A WEF (2015) buscou sintetizar alguns elementos que caracterizam a IA, conforme o quadro 1. Na realidade são as tecnologias advindas desses ou por meio desses elementos que trarão as implicações para a vida em sociedade.

Quadro 1 – Elementos e Características da IA

ELEMENTO	CARACTERÍSTICA
Computação Cognitiva	Produto de uma integração das áreas de ciência cognitiva (o estudo do cérebro humano e como ele funciona) e a ciência da computação, a Computação Cognitiva é uma área de estudo cujo objetivo é simular os processos do pensamento humano em um modelo computadorizado. Utilizando as técnicas de autoaprendizagem que por sua vez usam do reconhecimento de padrões e processamento de linguagem natural e visão espacial, a computação cognitiva busca desenvolver nas máquinas a capacidade emular o pensamento humano.
Machine Learning	Analisar padrões é uma das especialidades das máquinas. <i>Machine Learning</i> ou Aprendizagem de Máquina, em português, é um subcampo da ciência da computação e da Inteligência Artificial que explora essa capacidade, estudando e desenvolvendo técnicas que dão às máquinas a capacidade de apreender, de forma similar aos humanos.
Deep Learning	Enquanto <i>Machine Learning</i> é uma prática dentro do guarda-chuva da Inteligência Artificial, Deep Learning é uma subárea do Machine Learning que se trata basicamente de uma técnica para implementar o processo de aprendizado de máquina.
Redes Neurais Artificiais	Base de aplicação do Deep Learning e uma das principais chaves para o sucesso da IA, as Redes Neurais Artificiais (RNA) são modelos computacionais inspirados no sistema nervoso central do cérebro. Basicamente as RNA são arquiteturas computacionais baseadas em uma estrutura de camadas que são os responsáveis por boa parte das capacidades de leitura de dados não estruturados, processamento de linguagem natural e visão computacional.
Neurociência	Para utilizar com sucesso de técnicas baseadas em arquiteturas computacionais inspiradas na biologia do cérebro, era necessário que primeiramente se conhecesse com maior clareza o funcionamento deste órgão que é a maior máquina que conhecemos.

Fonte: Adaptado da WEF (2015).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Utilizando o trabalho de Schwab (2015), entende-se como importante refletir sobre quais as principais consequências dessa nova configuração tecnológica sobre a sociedade. Para esse autor, no ponto em que a Indústria 4.0 e a Inteligência Artificial se encontram, estão abrangidas um conjunto de tecnologias operacionais (instrumentação e controle) e de tecnologias de informação que – quando utilizadas de forma planejada e coerente – poderão trazer uma revolução na produção. Contudo, não são apenas essas as vantagens da aplicação da **inteligência artificial** na automação de processos industriais.

Outra vantagem são os ganhos de produtividade. Armen Ovanessoff, diretor-executivo da consultoria da Accenture *Research para a America Latina*, em depoimento extraído do relatório da WEF (2015, p. 9), afirmou:

Como novo fator de produção, a Inteligência Artificial pode acelerar o crescimento de pelo menos três maneiras importantes: primeiro, pode criar uma nova força de trabalho virtual, a automação inteligente; depois essa tecnologia pode complementar e intensificar as competências e capacidade da força de trabalho e do capital físico existentes; por fim, a IA pode acelerar inovações na economia, como ocorreram em outros momentos na história com a internet e a eletricidade.

Nesse cenário, a Inteligência Artificial, tende a impulsionar o aumento considerável da produtividade. Além de diminuir consideravelmente os problemas prevendo erros e reduzindo os custos, as máquinas inteligentes são capazes de ler um grande volume de dados e analisá-los para otimizar os processos, podendo se comunicar através de uma nuvem com outras máquinas da rede a fim de aumentar seus níveis de eficiência, ou até mesmo fazer uma pesquisa na internet para melhora de seu desempenho.

No mercado de trabalho, Benzato (2016), Amaral (2016) e Azevedo (2017) trazem em suas opiniões, que as vantagens da quarta revolução industrial e da Inteligência Artificial se dividem, mas em geral o ser humano se preocupa com a possibilidade de ser substituído por máquinas no mercado de trabalho. Segundo a CNI (2016), uma pesquisa da CB Insights, empresa de pesquisa e análise de dados, publicou, um estudo que prevê a extinção de dez milhões de empregos nos próximos cinco a dez anos, a maioria relacionada às áreas de serviços e logística.

Em contra partida, uma outra pesquisa, realizada pela consultoria americana Gartner aponta que o ano de 2020 marcará o crescimento de empregos relacionados à inteligência artificial, com cerca de 2 milhões de novos empregados em cinco anos, dispensando trabalhadores de atividades repetitivas para apostarem em outras tarefas.

Para Coelho (2016), o processo de substituição da mão-de-obra por máquinas nos remete instantaneamente à Inteligência Artificial (IA), que já existe na automação de processos há algum tempo, porém novos métodos estão aparecendo por conta de avanços que apoiam o crescimento desse tipo de Tecnologia como Big Data, Internet das Coisas (IoT), Computação em Nuvem, Impressão 3D e Robótica, abrindo um leque de possibilidades que mostra claramente que a IA é efetivamente importante para a redução de custos, desperdícios e erros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de transcorrer esse pequeno caminho, fica evidente o efeito transformador da 4ª Revolução e a IA. Analisando as implicações sobre a manufatura, a produtividade e o trabalho (emprego), ainda não estão claros o desenrolar dos acontecimentos, mas é perfeitamente possível analisar que as máquinas terão um enorme espaço na produção, gerando maior eficiência e eficácia, que os ganhos de produtividade serão bastante factíveis e que as maiores controvérsias estão recaem sobre o mundo do trabalho.

De um lado estão autores que entendem que abrirão muitas novas oportunidades e, do outro, aqueles que evidenciam a supressão de empregos. Uma questão fica evidente: para não haver perda de empregos existe a evidencia da necessidade de uma maior qualificação e que a tecnologia da IA é um caminho sem volta, para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luís Mira. O Conceito de Reindustrialização, Indústria 4.0 e a Política Industrial Para o Século XXI: o caso português. **Ciclo de Debates da Confederação Empresarial de Portugal – CIP**. Portugal, maio e junho de 2016.

AZEVEDO, Marcelo. **Transformação Digital na Indústria**: indústria 4.0 e a rede de água inteligente no Brasil. Tese de Doutorado. **Escola Politécnica da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2017.

BANZATO, Eduardo. Indústria 4.0: com a IoT (*Internet of Things*) se consolida mais uma nova revolução industrial, que demanda tecnologia e mudança no modelo de negócio. **IMAM Consultoria. Revista LOGÍSTICA**. São Paulo, 2016.

BRUNO, Flavio da Silveira. **A Quarta Revolução Industrial do Setor Têxtil e de Confecção**: a visão de futuro para 2030. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

CNI, Confederação Nacional da Indústria. Desafios para a indústria 4.0 no Brasil. **Confederação Nacional da Indústria**. Brasília: CNI, 2016.

_____. Indústria 4.0: novo desafio para a indústria brasileira. Sondagem Especial. Ano 17. N. 2. Confederação Nacional da Indústria-CNI. Brasília, abril de 2016.

COELHO, Pedro. Miguel. Nogueira. Rumo a Indústria 4.0. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia. **Universidade de Coimbra-PT**: Coimbra 2016.

Fórum Econômico Mundial – FEM ou (*World Economic Forum - WEF*). **Relatório Collaborative Innovation Transforming Business, Driving Growth**. Davos/Suíça, publicado em agosto de 2015.

KAGERMANN, H.; WAHLSTER, W.; HELBIG, J. (eds.). Recommendations for implementing the strategic initiative INDUSTRIE 4.0. **Final report of the**

industrie 4.0 Working Group. National Academy of Science and Engineering. Abril 2013.

Mc CARTHY, John. A ciência e engenharia de produzir máquinas inteligentes. Conferência de especialistas celebrada em Darmouth College Gubern, Román:. O Eros Eletrônico. EUA, 2006.

MORAIS, Roberto Ramos de; MONTEIRO, Rogério. A Indústria 4.0 e o Impacto na Área de Operações: um ensaio. **Anais do V SINGEP**. São Paulo-SP: novembro de 2016.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.



ESCASSEZ DE ÁGUA POTÁVEL NOS CENTROS URBANOS: uma fragilidade para o nosso futuro

Alyne Carneiro Mesquita Siffert Lemos¹¹¹

Ícaro Thiago Andrade Moreira¹¹²

RESUMO

Em termos globais, a oferta de água corre o risco de entrar numa crise profunda, pressionada pelo crescimento demográfico, mudanças climáticas, contaminação de fontes e desperdício. Um exemplo prático já é observado em Salvador, onde medidas emergenciais precisam ser tomadas, para evitar um colapso do sistema que abastece o município. A escassez de água potável nos grandes centros urbanos pode ser apontada menos como uma questão de insuficiência, e mais de mau gerenciamento dos Recursos Hídricos. Fatores naturais limitam o volume de água disponível, mas atualmente, enfrentamos uma ameaça de escassez crônica cuja grande causa é a atividade humana. Outro grande problema é a ineficiência da Empresa de abastecimento, que perde cerca de 50% da água potável durante a sua distribuição. A menos que haja um equilíbrio entre demanda e oferta, haverá um déficit cada vez maior, trazendo como um dos maiores desafios para as cidades o acesso à água.

Palavras-chave: Escassez de Água, Recursos Hídricos, Centros Urbanos.

ABSTRACT

Globally, water supply runs the risk of entering a deep crisis, pressured by population growth, climate change, contamination of sources and waste. A practical example is being observed in Salvador city, where emergency measures need to be taken, to avoid a collapse of the system that supplies the municipality. The shortage of drinking water in large urban centers can be said to be less a matter of inadequacy, and more

¹¹¹ MBA em Planejamento e Gestão Ambiental. Aluna de Pós Graduação em Docência do Ensino Superior. E-mail: alynemesquita@yahoo.com.br.

¹¹² DSc. Pesquisador do Núcleo de Estudos Ambientais. E-mail: icaro.moreira@unifacs.br.

mismanagement of Water Resources. Natural factors limit the volume of water available, but in the current situation, we face a chronic threat of scarcity whose great cause is human activity. Another major problem is the inefficiency of the supply company that loses about 50% of its drinking water in its distribution network. Unless there is a balance between demand and supply, there will be an increasing deficit, bringing one of the biggest challenges for cities to with access of water.

Keywords: Water shortage, Water resources, Urban centers.

1 INTRODUÇÃO

A presente proposta pretende mostrar que em termos globais, a oferta de água corre o risco de entrar numa crise profunda, pressionada cada vez mais pelo crescimento demográfico, pelas mudanças climáticas, pela contaminação de fontes e pelo desperdício e questionar os gestores ambientais sobre a escassez de água potável (numa escala local) nos grandes centros urbanos.

O estado da Bahia é composto por 15 Regiões de Desenvolvimento Econômico, destacando-se a Região Metropolitana de Salvador, tendo a presença importante de suporte comercial e de serviços, sobretudo a capital soteropolitana, que apresenta infraestrutura diferenciada em relação às demais regiões da Bahia. Segundo o IBGE, através do Censo 2010, Salvador apresenta 92.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 39.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 35% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Nesse aspecto, quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição de número 1, já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,759, considerado baixo quando comparado a outras cidades do Brasil (IBGE, 2010).

Segundo o Marco de Gestão Socioambiental de Salvador (MGSA), de 2017, parte integrante do Projeto Salvador Social para contribuir com o enfrentamento dos problemas sociais do município, o modelo atual de urbanização da cidade, cujas características e localização sobre os sistemas naturais geram efeitos importantes sobre a qualidade urbana de Salvador, tem forte impacto sobre os seus moradores, principalmente os de menor renda que habitam em áreas com menos infraestrutura e nas partes altas das bacias

hidrográficas onde se concentram as principais nascentes dos rios da cidade (MGSA – Prefeitura do Salvador; Casa Civil, 2017).

Em relação ao abastecimento de água, o município tem rede de distribuição, cobra pelo serviço, mas não possui um instrumento legal regulador para o manejo de águas pluviais, como determina a Lei Nº 13.308, de 6 de julho de 2016, que no seu Artigo 2º estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, determinando a manutenção preventiva das redes de drenagem pluvial.

Diante do cenário em que a escassez hídrica atinge 13% da população mundial, a UNESCO (entidade da ONU voltada para a educação, a ciência e a cultura) declarou que, desde 2013, as perspectivas são preocupantes e, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2013), se as políticas em relação à água não mudarem, 1,8 bilhão de pessoas estarão vivendo em países ou regiões com escassez absoluta de água em 2025.

Existem fatores naturais que limitam o volume de água disponível para os seres humanos. Muitos povos vivem em zonas áridas, e mesmo regiões ricas em recursos hídricos podem passar esporadicamente por secas que afetam os mananciais. Isso sempre foi assim. A diferença, na situação atual, é que enfrentamos uma ameaça de escassez crônica de proporções globais cuja grande causa é a atividade humana.

1.1. POR QUE FALTA ÁGUA NAS CIDADES?

O problema que motivou a elaboração do presente trabalho está relacionado ao fato de que a água está no centro do desenvolvimento sustentável e não se pode atribuir somente às mudanças climáticas a diminuição de oferta de água potável. Os recursos hídricos e a gama de serviços providos por esses recursos contribuem para a redução da pobreza, para o crescimento econômico e para a sustentabilidade ambiental. E, segundo Juvenal (2011), o mecanismo de mitigação das mudanças climáticas, baseado na redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD), está entre as mais importantes contribuições voluntárias que podem ser oferecidas pelos países em desenvolvimento à estabilização do clima do planeta.

Diante disso pretende-se mostrar porque a oferta de água corre o risco de entrar numa crise profunda e como a crise hídrica virou uma realidade nos

grandes centros urbanos. A hipótese considerada é a de que a crise hídrica nas grandes cidades é menos uma questão de real insuficiência, e mais de mau gerenciamento do uso dos recursos hídricos.

Uma das principais justificativas para a realização deste trabalho é o fato de que a desigualdade de distribuição, as falhas ou ausências de sistemas de coleta e tratamento de esgoto, o desperdício, o não reaproveitamento das águas residuais urbanas e o desmatamento são fortes razões para o aumento das pressões sobre o abastecimento local e mundial de água. Somando-se a isso, a migração adicional para as cidades, o que provavelmente vem aumentando as vulnerabilidades pré-existentes relacionadas à desigualdade, pobreza e informalidade e piorará a situação das pessoas expostas a fatores de risco ambientais.

De acordo com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), em 2016 a seca afetou a vida de 25 milhões de brasileiros em 12 estados e no Distrito Federal e atualmente, há registros de seca em todos os Estados brasileiros. A figura 1 mostra que as capitais do Nordeste já têm ameaça real de racionamento de água.

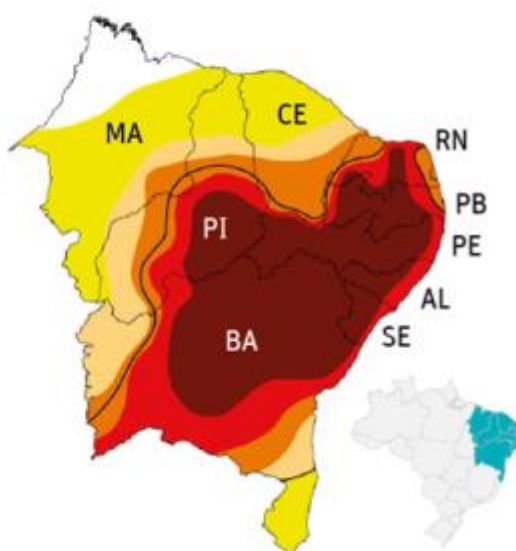
Figura 1 – Crise Hídrica no NE monitorada em abril de 2017

DESABASTECIMENTO NO NORDESTE

Grandes reservatórios como Pedra do Cavalo (BA), Castanhão (CE) e Duas Unas (PE) têm nível baixo de água

MONITOR DE SECAS

- Sem seca relativa
- Fraca
- Moderada
- Grave
- Extrema
- Excepcional



Fontes: FUNCEME/CE e empresas estaduais de água e saneamento

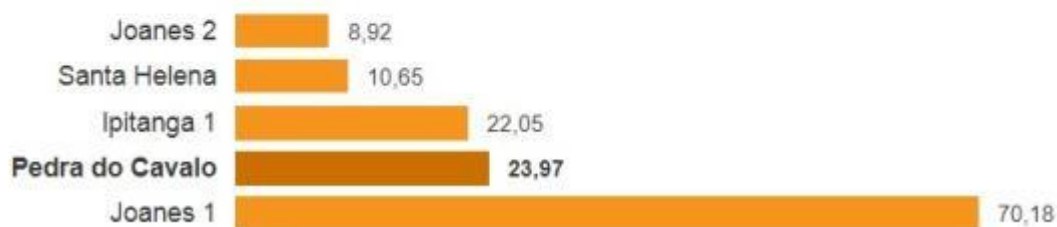
Uma em cada três represas do Nordeste está seca, isso fez com que o Brasil fosse inserido no mapa de eventos climáticos extremos, segundo boletim da Organização Meteorológica Mundial (WMO), divulgado em fevereiro de 2014. Um exemplo prático já pode ser observado em Salvador, onde último racionamento de água ocorreu há 45 anos, mas com o nível crítico nas principais barragens que abastecem o município (figura 2), se medidas emergenciais não forem tomadas governo, não será possível evitar um colapso do sistema.

Figura 2 – Situação das principais barragens que abastecem Salvador e Região Metropolitana

"Estamos avaliando todas as possibilidades, inclusive racionamento", afirma Rogério Cedraz, presidente da Embasa, companhia estadual de água e saneamento.

SALVADOR

Volume útil em cada barragem, em %*



Fonte: EMBASA, 2017

Dados publicados em 2015 pelo Programa de Avaliação Mundial da Água das Nações Unidas apontam que em 2050 haverá um aumento da demanda hídrica mundial de 55%, principalmente devido à dependência do setor industrial, dos sistemas de geração de energia termoelétrica e dos usuários domésticos. Diante disso a gestão sustentável dos recursos hídricos pode ser a força motriz essencial para um crescimento verde consciente e um desenvolvimento urbano sustentável. A gestão sustentável dos recursos hídricos, a infraestrutura hídrica, e o acesso ao abastecimento seguro, confiável e regular de água, bem como serviços adequados de saneamento, melhoram os padrões de vida, expandem as economias locais e levam à criação de empregos mais dignos e à maior inclusão social, afirma o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (UNESCO, 2016).

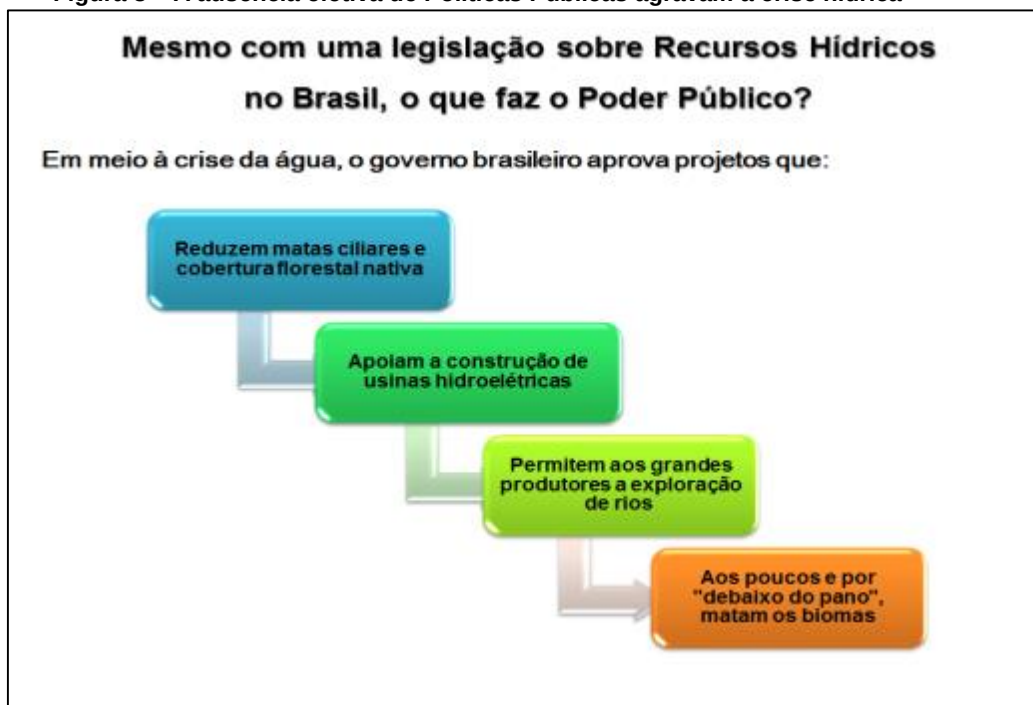
De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), no seu Encarte Especial sobre a Crise Hídrica, apesar de o Brasil possuir 13% da água doce

disponível do planeta, a distribuição é desigual, pois 81% estão concentrados na Região Hidrográfica Amazônica, onde está o menor contingente populacional, cerca de 5% da população brasileira e a menor demanda. Nas regiões hidrográficas banhadas pelo Oceano Atlântico, que concentram 45,5% da população do País estão disponíveis apenas 2,7% dos recursos hídricos do Brasil (ANA, 2015, p.27).

O documento final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio + 20), *O Futuro que Queremos*, reconheceu que “a água está no centro do desenvolvimento sustentável”, mas ao mesmo tempo o desenvolvimento e o crescimento econômico criam pressões sobre esse recurso e desafios à segurança hídrica para os seres humanos e a natureza (UNESCO, 2015).

No Brasil existe o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) que desenvolve atividades desde junho de 1998, ocupando a instância mais alta na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH). Este Conselho, presidido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), orientou a criação de 20 novos Comitês de Bacias Hidrográficas em 2013, contemplando a Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Com isso, o Brasil passou dos 29 em 1997 para 194 comitês. Estes colegiados funcionam como “parlamentos das águas” e atuam na promoção dos usos múltiplos das águas nas bacias e na negociação de conflitos pelo uso das águas. Os comitês instalados atuam sobre uma área equivalente a 30% do território brasileiro (CNRH, 2014). Porém, a figura 3 mostra que mesmo com uma legislação específica para os Recursos Hídricos, o uso não sustentável e a falta de políticas públicas têm contribuído para o agravamento da crise hídrica no país.

Figura 3 – A ausência efetiva de Políticas Públicas agravam a crise hídrica



A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT vem desde o ano 2000, desenvolvendo estudos visando constituir uma norma que possa vir a dar diretrizes para a captação e o uso das águas pluviais. Esta Norma tem por objetivo oferecer diretrizes e técnicas para a captação e uso local de águas pluviais, dentro do objetivo de uso racional de recursos hídricos. Nos locais onde haja sistema local de tratamento de esgotos, é desejável que seja consultada também a Norma sobre o reuso de efluente tratado, de modo a haver maior economia e racionalização de recursos financeiros (ABNT, 2000).

A água, independentemente do reconhecimento jurídico, é um bem de valor ambiental, cujo valor econômico passou a ser reconhecido pelo ordenamento jurídico brasileiro, com o advento da Lei 9.433/97, a qual instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamentou o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal.

Em 2014, a Programa de Avaliação Mundial da Água das Nações Unidas (WWAP) recomendou um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) específico para água, constituído por cinco áreas-alvo: (i) abastecimento de água, saneamento e higiene; (ii) recursos hídricos; (iii) governança dos recursos hídricos; (iv) qualidade da água e gestão de efluentes; e (v) desastres

relacionados a eventos hidrológicos críticos. Tal objetivo específico para os recursos hídricos produziria benefícios sociais, econômicos, financeiros e outros que superam amplamente os seus custos (UNESCO-WWAP, 2015).

No que se refere aos recursos hídricos, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (ODM) ajudaram a intensificar os esforços para melhorar o acesso à água potável e ao saneamento. No entanto, segundo o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, a experiência dos ODM mostra que, para além das questões de abastecimento de água e saneamento, impõe-se um quadro temático mais amplo, mais detalhado e específico do contexto dos recursos hídricos (WWDR, 2015, p. 6).

O aumento da demanda por água já é uma realidade e ocorrerá principalmente em países com economias emergentes ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Isso explica a preocupação das Nações Unidas quando trazem em seu Relatório Mundial sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (WWDR) de 2018, que a segurança hídrica sustentável não será alcançada sem que sejam tomadas soluções inovadoras baseadas na natureza. Pois, segundo ela, trabalhar com a natureza melhora a gestão dos recursos hídricos, ajuda a alcançar a segurança dos recursos hídricos para todos, além de apoiar o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2018).

Diante desta realidade, este trabalho visa apontar/observar a escassez de água potável nos grandes centros urbanos se perguntando o que fazem os gestores ambientais e o Poder Público para resolver/mitigar o problema. Para atingir tal objetivo estão sendo constatadas e desenvolvidas, de forma geral, as variáveis que podem estar causando a crise hídrica nos centros urbanos; identificados os principais fatores que promovem a escassez de água e os impactos ambientais trazidos com isto; e, evidenciados que a gestão e as decisões relacionadas aos recursos hídricos têm um papel-chave na abordagem dos novos desafios para o desenvolvimento.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo desse trabalho a metodologia aplicada foi baseada em i) revisão bibliográfica, ii) pesquisa documental, iii) elaboração de um

questionário direcionado aos concluintes dos cursos de Gestão Ambiental e Engenharia Ambiental da UNIFACS (Salvador) para apontar/identificar o que pensam diante dessa nova realidade.

O levantamento bibliográfico e a pesquisa documental permitiram identificar e selecionar textos compatíveis com o tema escolhido e apoiaram as afirmações e explanações a serem desenvolvidas em diferentes contextos temporais e espaciais. Com a aplicação dos questionários, será possível coletar informações diretamente dos alunos que estão concluindo os cursos voltados para lidar com a problemática da escassez de água e crise hídrica nos grandes centros urbanos, observando como eles se percebem fazendo parte desse contexto. Na organização das informações, atenção especial foi dada aos relatórios das Nações Unidas que perseguem as metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio relacionadas à água, e que buscam trabalhar em parceria com governos, organizações internacionais, organizações não governamentais e grupos de peritos interessados no assunto, analisando dados e tendências que afetam os recursos mundiais de água. Atrelado a isso foram apontadas técnicas que, comprovadamente apresentam baixo custo e elevada eficácia, passíveis de serem apropriadas pelo Poder Público local, comunidades mais pobres, e pequenos produtores de regiões periféricas.

RESULTADOS

Percursos de desenvolvimento insustentável e falhas de governança têm afetado a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos, comprometendo a geração de benefícios sociais e econômicos. Um exemplo prático já é observado em Salvador, onde medidas emergenciais precisam ser tomadas, para evitar um colapso do sistema que abastece o município. Trazendo à luz outro grande problema que se trata da ineficiência da Empresa de abastecimento que na sua rede de distribuição perde cerca de 50% da água potável.

A demanda hídrica global vem sendo fortemente influenciada pelo crescimento da população, pela urbanização, pelas políticas de segurança alimentar e energética, e pelos processos macroeconômicos, tais como a globalização do comércio, as mudanças na dieta e o aumento do consumo. E, a menos que o equilíbrio entre demanda e oferta seja restaurado, o mundo deverá enfrentar um déficit global de água cada vez mais grave.

O acesso e o uso da água provavelmente serão um dos maiores desafios para as cidades da América do Sul. Um maior crescimento urbano implica no aumento do uso da água nas cidades e a possível necessidade de desviar a água para essas cidades para atender às demandas (ADAMO e WARN, 2013).

Uma das soluções para a crise hídrica, já em uso no meio semiárido, são as tecnologias de captação e armazenamento de água. A necessidade de se captar e armazenar água de chuva tem sido algo presente ao longo da história da humanidade, o que evidencia a relação direta entre sobrevivência das populações em zonas áridas e a capacidade de utilizar tecnologias que permitam coexistir em condições de escassez hídrica. Assim, o diretor do Centro de Tecnologias Ambientais do Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas – UNEP, Steve Hall, declarou no 3º Fórum Mundial da Água em Kioto, em 2003 que,

A captação e o armazenamento de água de chuva como água potável ou para o uso na agricultura não é uma ideia nova, mas está sendo largamente ignorada pelos planejadores e a iniciativa privada. Não é tão atraente como os megaprojetos de abastecimento de água. Mesmo assim a captação de água, se introduzida em larga escala, pode aumentar o abastecimento existente de água a um custo relativamente baixo, e passar para as comunidades a responsabilidade de gerenciar seu próprio abastecimento (The Daily Yomiuri, 17-03-2003).

O uso de tecnologias e, sistemas de captação e armazenamento de água, vêm se revelando ao longo dos tempos como fontes de sobrevivência para populações pobres de regiões secas no mundo todo. Para sobreviver e produzir alimentos nestas regiões é necessário armazenar água e estas tecnologias têm esta finalidade. Conforme Gnadlinger (1999), o conceito de tecnologia dos sistemas de captação de água de chuva é tão antigo quanto às montanhas.

Observa-se também que outras medidas não podem ser ignoradas como a recuperação das nascentes em bacias urbanas e de suas matas ciliares, bem como a restauração e a recuperação da qualidade das águas de rios urbanos.

Atualmente já são encontradas algumas soluções baseadas na natureza voltadas para incrementar a disponibilidade hídrica em zonas urbanas. A infraestrutura que inclui prédios e empreendimentos verdes ou sustentáveis é um fenômeno emergente que estabelece novos padrões técnicos e marcos de referência que, quando gerenciados de forma adequada, exercem papéis

importantes na regulação da qualidade da água, na redução e retenção de poluentes, e na reciclagem de materiais que antes eram descartados de forma indiscriminada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias simples e adaptadas às realidades locais ganharam espaço nas discussões sobre o desenvolvimento local sustentável, mostrando formas opcionais de um manejo mais adequado dos recursos escassos, dando prioridade para a água. Conclui-se que, hoje o problema da escassez hídrica nos grandes centros urbanos não é a falta de chuva, mas de políticas de armazenamento, distribuição e gestão, além de tecnologias adequadas para a captação, manejo e distribuição de água.

Bombas d'água populares ou cisternas não trazem os benefícios econômicos e a visibilidade dos megaprojetos de abastecimento de água, que beneficiam na maioria das vezes a agroindústria, como é o caso da polêmica transposição do Rio São Francisco. Em contra partida, para boa parte da população mais carente, as tecnologias para captação de água de chuva podem aumentar o abastecimento de água a um custo relativamente baixo. Além disso, passam para a comunidade a responsabilidade de gerenciar seu próprio abastecimento, contribuindo para a sua organização e gestão social, assim como ocorre em cidades, distritos e vilas do interior, no contexto da convivência com o semiárido. Desta forma é possível alcançar soluções baseadas na natureza, corroborando com o que disse o coordenador e diretor do Programa Mundial de Avaliação dos Recursos Hídricos (WWAP) da UNESCO, Stefan Uhlenbrook, durante o Fórum Mundial da Água em Brasília (DF), ocorrido em março de 2018.

As soluções baseadas na natureza não foram muito adotadas porque são consideradas complicadas e caras. Mas é o contrário. As soluções baseadas na natureza podem ter melhor custo-benefício do que as infraestruturas tradicionais construídas pelos seres humanos.

Como um bom exemplo de grande centro urbano, a cidade de Salvador com sua característica de segregação e alto grau de informalidade, identificada no uso e ocupação do solo, e conseqüentemente no crescimento urbano, vem sofrendo pressão para um processo de sustentabilidade ambiental. Especialmente em comunidades de baixa renda é de suma importância que medidas de proteção, manutenção e reabilitação dos ambientes naturais sejam

tomadas. Por isso, se faz necessária uma avaliação mais aprofundada das questões socioambientais nos centros urbanos, para que se formulem políticas específicas para mitigar a degradação ambiental e fortalecer a responsabilidade social, administrativa e política, no sentido de induzir processos capazes de tornar a cidade mais resiliente e sustentável.

Conhecer a realidade, otimizar as condições ambientais, hídricas e sociais e atuar sobre elas de modo a desenvolver processos sustentáveis e compatíveis com esta realidade é buscar uma convivência harmoniosa com meio ambiente, recuperando-o, preservando-o e conservando-o. E destacando-se, sobretudo, a melhoria na qualidade de vida e respeito ao meio ambiente da população beneficiada.

REFERÊNCIAS

ADAMO, Susana B., WARN, Elisabeth. O impacto da mudança climática: migração e cidades na América do Sul. **Tempo e Clima - Entendendo Riscos e se Preparando para Eventos Climáticos Extremos**. Organização Meteorológica Mundial (OMM)/Nações Unidas. Suíça, v 63 (2), p.5-8, jul. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15527: aproveitamento de água de chuva em áreas urbanas para fins não potáveis – Requisitos**. Rio de Janeiro, 2000.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. Brasília. 22 mar. 2015. Disponível em: < http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=12683 >

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH. Brasília, 2014. Disponível em: < <http://www.cnrh.gov.br/> >. Acesso em: 12 jul. 2017.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS - FUNCEME. Ceará, 2016. Disponível em: <<http://msne.funceme.br/map/mapa-monitor/area>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

GNADLINGER, Johann, **Apresentação Técnica de Vários Tipos de Cisternas para Comunidade Rurais no Semiárido Brasileiro**. 9ª Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, Petrolina, 6-9 jul. 1999.

HALL, S. Rainwater answer to some water needs. **The Daily Yomiuri**. Tóquio, Japão, 17 mar. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/salvador/panorama> >. Acesso em: 02 jul. 2017.

JUVENAL, Thaís Linhares. Redd e o Desafio da Proteção da Cobertura Florestal Global. In: Ronaldo Seroa da Motta... [et al.]. **Mudança do Clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. Brasília, Ipea, p. 378-388, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/alertando-para-escassez-de-agua-doce-onu-pede-esforcos-globais-para-proteger-recursos-naturais/>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR E CASA CIVIL. **Marco de Gestão Socioambiental de Salvador (MGSA) - Projeto Salvador Social**. Salvador, Set. 2017.

UNESCO. **World Water Assessment Programme (WWAP): "Water for People, Water for Life"**, Paris, 2015. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/water/wwap/wwdr/2015-water-for-a-sustainable-world/>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

UNESCO. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (WWDR)**. Escritório Nacional, Brasília. 15 jul. 2015. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/images/WWDR2015ExecutiveSummary_POR_web.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

UNESCO. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (WWDR)**. Escritório Nacional, Brasília. 03 dez. 2016. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/images/WWDR2015ExecutiveSummary_POR_web.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

UNESCO. **World Water Assessment Programme (WWAP)/UN-Water**. The United Nations World Water Development Report 2018: Nature-Based Solutions for Water. Paris, 2018. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002614/261424e.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION - WMO. Bulletin: **Weather & Climate - Understanding Risks and Preparing for Variability and Extremes. The Impact of Climate Change: Migration and Cities in South America**. Volume 63 (2) – Suíça, 2014.



ARQUITETURA SUSTENTÁVEL: direito à cidade a partir da promoção de iniciativas sustentáveis no campo habitacional

Alyne Carneiro Mesquita Siffert Lemos¹¹³

Laumar Neves de Souza¹¹⁴

RESUMO

O déficit habitacional é um problema gritante no Brasil e atinge mais as famílias de baixa renda, àquelas com renda mensal de até três salários mínimos. Segundo a última PNAD/IBGE, Salvador tem um déficit habitacional de pelo menos 106.415 imóveis, mas desde 2013 tem construído em média 2.458 imóveis populares por ano. Esse trabalho visa apontar alternativas e ideias de iniciativas sustentáveis na arquitetura e na construção, mostrando que existem maneiras de minimizar os impactos causados ao Meio Ambiente e promover o desenvolvimento social, com baixo custo e durabilidade dentro dos novos conceitos de habitação. Promover iniciativas concretas voltadas à sustentabilidade nunca foi tão atual e a arquitetura sustentável tem vantagens inúmeras, podendo adequar os serviços básicos de iluminação, abastecimento de água com canalização interna, esgotamento sanitário ou fossa séptica e local adequado para a coleta de lixo, a um custo baixo e acessível à população mais carente.

Palavras-chave: Arquitetura sustentável, Déficit habitacional, Iniciativas sustentáveis.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), instituição mineira de pesquisa, referência na criação de indicadores econômicos, demográficos e sociais, déficit habitacional é uma expressão que se refere à quantidade de cidadãos sem moradia adequada em uma determinada região (FJP, 2018).

¹¹³ MBA em Planejamento e Gestão Ambiental. Aluna de Pós Graduação em Docência do Ensino Superior. E-mail: alynemesquita@yahoo.com.br.

¹¹⁴ Doutor, Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS. E-mail: laumar.souza@unifacs.br.

Segundo estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2015, o Brasil tem um déficit habitacional de 7,757 milhões de moradias. Esse estudo tem como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2015 pelo IBGE. Já para o déficit habitacional estimado apenas por situação de domicílios particulares, segundo regiões geográficas, em 2015, o número chega a 6,355 milhões de domicílios, dos quais 5,572 milhões, ou 87,7%, estão localizados nas áreas urbanas e 783 mil unidades encontram-se na área rural (Fundação João Pinheiro - FJP, 2018; PNAD/IBGE, 2015).

Com um déficit habitacional de pelo menos 106.415 unidades, a cidade de Salvador tem construído em média 2.458 imóveis populares por ano desde 2013 (FJP, 2018; PNAD/IBGE, 2015).

As habitações inadequadas não proporcionam condições desejáveis de moradia, mas essa inadequação poderia ser resolvida se os domicílios tivessem, pelo menos, os serviços básicos de iluminação, abastecimento de água com canalização interna, esgotamento sanitário ou fossa séptica e local adequado para a coleta de lixo, a um custo baixo e acessível à população mais carente. (FJP, 2018). Haja vista a recomendação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), que propõe “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (PNUD/ONU-Habitat, 2015).

Um imóvel sustentável gera uma economia de aproximadamente 30% em sua manutenção, gasta menos água e energia elétrica e pode ter uma boa durabilidade. Escolher técnicas mais sustentáveis garante menor uso de material e desperdício, e utilizar material reciclado também pode trazer economia, de acordo com fonte do Ministério do Meio Ambiente (MMA), publicado em 2013 na *Série Caderno Construções e reformas particulares sustentáveis: Moradias sustentáveis economia e durabilidade* (MMA, 2013).

Esse trabalho visa apontar alternativas e ideias de iniciativas sustentáveis na arquitetura e na construção, mostrando que existem maneiras de minimizar os impactos causados ao Meio Ambiente e promover o desenvolvimento social, com baixo custo e durabilidade dentro dos novos conceitos de habitação.

Ter ações concretas que minimizem os danos causados ao Meio Ambiente nunca foi tão atual e a arquitetura sustentável tem vantagens ambientais e financeiras, com matérias-primas, processos, técnicas e produtos mais acessíveis. Alguns dos principais benefícios em construções sustentáveis são a reutilização de materiais de construção, a construção ecologicamente correta, a diferenciação e valorização do produto, a aposta nas soluções tecnológicas e a mitigação dos impactos ambientais.

A construção sustentável, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, no âmbito da Agenda 21 para a Construção Sustentável em Países em Desenvolvimento, é "um processo holístico que aspira a restauração e manutenção da harmonia entre os ambientes natural e construído, e a criação de assentamentos que afirmem a dignidade humana e encorajem a equidade econômica" (MMA, 2012).

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo desse trabalho a metodologia aplicada foi baseada em i) revisão bibliográfica, ii) pesquisa documental. O levantamento bibliográfico e a pesquisa documental permitiram identificar e selecionar textos compatíveis com o tema escolhido e apoiaram as afirmações e explicações a serem desenvolvidas em diferentes contextos temporais e espaciais.

RESULTADOS

Com iniciativas sustentáveis no campo habitacional se reduz o impacto ambiental, evita-se desperdícios e ainda é possível gerar uma economia financeira, tanto para o cliente quanto para o arquiteto. Uma saída viável para o déficit habitacional pode ser uma construção cada vez mais sustentável, àquela que busca através das iniciativas concretas, minimizar os impactos causados ao meio ambiente e promover o desenvolvimento social, oferecendo condições de conforto e usabilidade aos ambientes projetados.

Mas é preciso ficar atento aos principais erros que são cometidos em construções sustentáveis, pois a falta de planejamento, o não comprometimento, o retrabalho, a discordância entre as partes e o não cumprimento das Leis podem comprometer o resultado do projeto. Por isso avaliar a viabilidade do projeto é fundamental.

CONSIDERAÇÕES

Diante do cenário atual, algumas mudanças já são observadas nos fornecedores, que estão focados cada vez mais em criar produtos e processos menos agressivos ao meio ambiente, apresentando um leque enorme de alternativas de materiais sustentáveis. O mercado das construções sustentáveis, por sua vez, já não se restringe apenas as edificações de alto padrão, ele está presente em residências, escolas, aeroportos, hospitais e museus. O consumidor e os profissionais de arquitetura, design, decoração e construção civil, começaram a tomar consciência da necessidade de substituir materiais nocivos ao Meio Ambiente, seja em sua produção ou uso, por outros de menor impacto. Mas nada disso será suficiente para a redução do déficit habitacional se não houver conscientização, mais diálogo e colaboração entre o governo e o setor privado.

REFERÊNCIAS

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2015.**

Diretoria de Estatística e Informações (DIREI) /Coordenação das Estatísticas Urbano Ambientais. Belo Horizonte, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasília, 2015. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Boas Práticas em Sustentabilidade Ambiental Urbana 2012.** Brasília. 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/cidades-sustentaveis/category/138-geral.html>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cartilha de Construções Sustentáveis. **Série Caderno Construções e reformas particulares sustentáveis: Moradias sustentáveis economia e durabilidade.** Brasília. 08 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/cidades-sustentaveis/category/138-geral.html>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

PNAD/IBGE - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Síntese de indicadores 2015.** Rio de Janeiro, 2015.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_sintese.sh tm>. Acesso em: 05 jul. 2017.

PNUD/ONU-Habitat - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Escritório Nacional, Brasília. 15 jul. 2015. Disponível em:

<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

SESSÃO ESPECIAL
- EXPEDIÇÃO -
CHAPADA DIAMANTINA



ADEQUAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE MUCUGÊ À VISITAÇÃO

PÚBLICA: Avaliação do Risco da Trilha do Tiburtino segundo a NBR 15.505

Lair Oliveira Mendes¹¹⁵

Cesar Aparecido dos Santos¹¹⁶

Carolina de Andrade Spinola¹¹⁷

RESUMO

O Turismo de Natureza é a modalidade de turismo que mais cresce no mundo. Prioritariamente desenvolvida em espaços protegidos, apresenta perigos inerentes à sua prática, demandando uma estrutura mínima que garanta a segurança do visitante. A trilha do Tiburtino é o principal atrativo do Parque Natural Municipal de Mucugê, visitado por turistas e moradores de todas as idades. O objetivo deste artigo é avaliar os riscos existentes no trajeto da trilha, com base na Norma NBR 15.505. Utilizou-se da pesquisa documental, através da leitura das Normas de Segurança disponíveis para a atividade do turismo com atividade de caminhada e sua segunda e da atividade de turismo de aventura e de observação de campo, em vista realizada ao espaço. Conclui-se que o aprimoramento das medidas de segurança para a trilha do Tiburtino são de grande importância devido a participação de um público de todas as idades.

Palavras-chave: NBR 15.505, Trilha do Tiburtino, Parque Natural Municipal de Mucugê

ABSTRACT

Nature Tourism is the fastest growing tourism modality in the world. Primarily developed in protected spaces, presents dangers inherent in its practice, demanding a minimum structure that guarantees the safety of the visitor. The trail of the Tiburtino is the main attraction of the Mucugê Municipal Park, visited by tourists of all ages. The objective of this article is to evaluate the risks incurred in

¹¹⁵ Aluno da Especialização em Desenvolvimento Regional e Urbano. UNIFACS.

Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, FTC. Especialização em Recuperação de Áreas Degradadas, FTC. Arquiteto e Urbanista pela UFBA. E-mail: lairmendes@hotmail.com.

¹¹⁶ Aluno especial da Especialização em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS. Engenheiro de Segurança do Trabalho e Engenheiro Ambiental. Especialização em Gestão de Projetos. MBA em Planejamento e Gestão Estratégica. Especialização em Gestão Pública. Segurança Contra Incêndio, Pânico e Defesa Civil. Defesa Civil de Camaçari. Professor Universitário. E-mail: cesarsaag@gmail.com.

¹¹⁷ Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona - UB. Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), UNIFACS. Email: carolina.spinola@unifacs.br.

its course, based on the norm NBR 15.505. Documentary research was used, through the revision of the safety standards available for the activity of adventure tourism and field observation, during a visit to space. It was concluded that the improvement of the security measures for the Tiburtino trail are of great importance due to the participation of an audience of all ages.

Keywords: NBR 15.505, Tiburtino Trail, Mucugê Municipal Park

INTRODUÇÃO

O Turismo de Natureza é o segmento da atividade turística que mais cresce no mundo, com um incremento médio, anual, de 65% nas Américas e Europa, entre os anos de 2009 e 2012 (CREST, 2016). Entendido como toda modalidade de turismo desenvolvida no meio natural, incluindo os segmentos do ecoturismo e do turismo de aventura, é praticado, preferencialmente, em unidades de conservação como os parques naturais. (SPINOLA, 2005) No Brasil, estima-se que a visitação dos parques nacionais tenha crescido de 5,7 milhões em 2012 para 8 milhões em 2015 (VALENTE, 2017), apenas nas unidades que fazem algum tipo de controle de acesso do público. Nesses espaços, a atividade de caminhada em trilhas é a mais praticada por proporcionar o acesso aos atrativos procurados pelos turistas e por todos os públicos, dependendo do seu nível de dificuldade.

Atentas aos perigos que esta atividade pode trazer para seus praticantes, associações de turismo de aventura e entidades reguladoras como a Associação Nacional de Normas Técnicas (ABNT) desenvolveram um conjunto de normas de segurança que devem ser observados pelas empresas que organizam essas visitas e pelos espaços que recebem os turistas, sejam eles públicos ou privados.

Dentre estas normas, destacam-se a ABNT NBR ISO 21.101- Turismo de Aventura - Sistemas de Gestão da Segurança – Requisitos, que substituiu, em 2014, a NBR 15331:2005, que tratava do mesmo tema e a ABNT NBR 15.505 – Turismo com atividade de caminhada que aborda, em sua primeira parte, os requisitos para o produto e, em sua segunda parte, a classificação dos percursos. Tendo em vista a NBR ISO 21.101 estar muito voltada para atividades do turismo de aventura que apresentam maior risco, optou-se por

trabalhar com a NBR 15.505 por ser mais específica e aplicável à realidade estudada.

O Parque Natural Municipal de Mucugê localiza-se em município de Mucugê, na Chapada Diamantina, Bahia, um dos destinos de turismo de natureza mais famosos do Brasil. Adjacente ao Parque Nacional da Chapada Diamantina, regulamentada pela administração municipal através do Decreto Nº 91.655, de 17 de setembro de 1978, com o objetivo de proteger ecossistemas de domínio rupestre, em especial uma variedade endêmica de sempre-viva (*singonanthus Mucugensis Giulietti*) que se encontrava ameaçada de extinção. (GUIA MUCUGÊ, 2018)

Além do Projeto Sempre Viva, o parque, que se localiza a 5 km da sede municipal, abriga trilhas que conduzem a três cachoeiras muito procuradas por turistas e banhistas locais: Piabinha, Tiburtino e Andorinhas. A cachoeira do Tiburtino é a mais visitada de todas, pois, possui um bom volume de água e é considerada acessível para todos os públicos, podendo ser acessada sem a companhia de um guia, o que pode representar certo nível de risco para a integridade do visitante.

O objetivo do artigo é avaliar a conformidades da trilha da cachoeira do Tiburtino partindo dos requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 15.505 Turismo com atividades de caminhada, que tem a finalidade de estabelecer os requisitos para produtos de turismo com atividades de caminhada que não envolvam pernoite, relativos à segurança dos clientes e condutores. (ABNT, 15.505, 2008)

Um trabalho desta natureza se justifica pela necessidade de se oferecer uma experiência segura de visita aos inúmeros turistas e visitantes locais, de todas as faixas etárias e condições físicas, que procuram o parque para aproveitar a cachoeira do Tiburtino. A importância deste tema é reforçada quando se considera que a região não possui uma estrutura de saúde capaz de lidar com as consequências de eventuais acidentes.

A avaliação foi realizada mediante o mapeamento e a observação de campo, em visita realizada no dia 5 de julho de 2018, no âmbito da I expedição do Projeto Chapada Diamantina, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS.

No primeiro momento foi realizada a análise dos riscos existente na trilha e a classificação qualitativa dos riscos e perigos proposta na NBR, onde foram avaliados alguns pontos: atuação do guia, sinalização, equipamentos de segurança, gestão ambiental e orientações passadas aos visitantes.

O artigo está dividido em quatro seções além desta Introdução. Na primeira, apresentam-se os requisitos exigidos pela norma NBR 15.505. A segunda seção apresenta o Parque Natural Municipal da Sempre Viva e a trilha analisada. A seção seguinte traz os resultados da análise e é complementada pelas considerações finais.

2. SEGURANÇA EM TRILHAS: REQUISITOS PRESENTES NA NORMA NBR 15505

O Turismo com atividades de caminhada está previsto na Norma ABNT NBR 15.505, que é apresentada em duas partes. A primeira compreende os requisitos para o produto e a segunda, trata da classificação dos percursos.

Iniciando pela ABNT NBR 15505-1, esta norma:

Estabelece os requisitos para os elementos críticos relacionados com uma operação segura da atividade de turismo com atividades de caminhada, de maneira que uma organização possa estabelecer parâmetros de controle da qualidade e segurança, incluindo os cuidados com as questões ambientais relacionadas à sua execução, utilizando as técnicas de gestão de riscos e incorporando processos de controle e melhoria contínua do produto. (ABNT NBR 15505-1, 2008, p. V)

Ela traz a definição de alguns termos importantes para a compreensão de seu conteúdo:

- ✓ **Risco:** combinação da probabilidade da ocorrência de determinado evento e da(s) sua(s) consequência(s);
- ✓ **Organização:** companhia, corporação, firma, empresa, autoridade ou instituição, ou parte ou combinação destas, incorporada ou não, pública ou privada, que tem função e estrutura administrativa própria;
- ✓ **Percurso:** trajeto percorrido do início da atividade turística até o seu término;
- ✓ **Trilha:** via estreita, usualmente não-pavimentada e intransitável para veículos de passeio;

- ✓ **Acidente:** evento não planejado que resulta em morte, doença, lesão, dano ou outra perda; e
- ✓ **Incidente:** evento que deu origem a um acidente ou que tinha o potencial de levar a um acidente.

A ABNT NBR 15505-1 estipula em seus requisitos gerais que a trilha seja planejada e que esse produto seja fornecido de modo seguro para todos que utilizem. O responsável pela trilha deve:

- ✓ Assegurar que os condutores atendam aos requisitos de qualificação da Norma;
- ✓ Manter registro da manutenção;
- ✓ Planejamento para a realização das atividades;
- ✓ Respeitar as limitações do ambiente visitado; e
- ✓ Adotar os planos de uso e zoneamento ecológico bem como restrições ambientais.

Além disso, é preciso estabelecer o número máximo de clientes por operação levando em conta a capacidade de carga do atrativo. A idade também é considerada e a norma estabelece como idade mínima, 12 anos, havendo necessidade de planejamento específico caso ela seja aberta ao público infantil ou a pessoas com dificuldades de locomoção.

Para os clientes é feita uma coleta de informações de forma detalhada, como nome, contato, condições de saúde, medicamentos em uso e experiência anterior com a atividade, inclusive informação acerca das habilidades de natação do cliente.

Caso seja necessário, o produto deve assegurar que todos os envolvidos disponham de equipamentos necessários de acordo com os requisitos desta Norma. Também são necessários equipamentos coletivos como equipamentos de orientação, estojo de primeiros-socorros e meios de comunicação.

Para a preparação dos clientes as informações do produto estão definidas na ABNT NBR 15286, que foi substituída pela NBR ISO 21103 “Turismo de aventura - Informações para participantes”. Nela são descritas as características da atividade a ser realizada, procedimentos de impacto relativos à atividade, cuidados com a segurança e medidas de emergência, identificação

dos condutores, regras de uso específico da área, cuidados necessários do vestuário e intempéries, tipo do percurso com pontos de apoio e equipamentos, alimentos e bebidas que o cliente deve levar para a atividade e se o produto inclui seguro para a atividade.

O cliente precisa ter conhecimento, no início do trajeto, dos riscos e das responsabilidades inerentes, bem como devem ser fornecidas instruções sobre a utilização dos equipamentos, comportamento durante a atividade, medidas de segurança e de emergência bem como recomendação de exercício preparatório aos clientes.

Conforme a ABNT NBR 15505-1, no item 9 Exigências de segurança, os condutores e auxiliares devem conhecer previamente as condições gerais e eventuais alterações dos percursos onde será realizada a atividade. É necessário que existam medidas de prevenção e segurança dos condutores e clientes quando existam passagens estreitas, planos inclinados ou desníveis abruptos. Assim como técnicas de condução que garantam a segurança que seja constituída de procedimentos de progressão que misturem grupos distintos, com um condutor, ou auxiliar, no início e no final de cada grupo, estabelecendo cuidados especiais em trechos onde possam ocorrer problemas estabelecidos na norma.

A ABNT NBR 15505-2, por sua vez, determina: "critérios referentes à classificação de percursos utilizados em caminhadas sem pernoite quanto às suas características e severidade. Esta Norma se aplica a percursos utilizados em caminhadas que são ofertadas como produtos turísticos."

Os percursos autoguiados podem ser oferecidos desde que respeitem os limites de classificação existentes na ABNT NBR 15505-2 com os seguintes critérios:

- ✓ Até nível 2 no critério grau de severidade do meio;
- ✓ Nível 1 no critério orientação no percurso; ✓ Até nível 3 no critério grau técnico do percurso; e ✓ Até nível 2 no critério grau de esforço físico.

Mesmo que somente um dos critérios tenha classificação superior, o percurso deve ser conduzido por profissionais conforme os requisitos da Seção 5. O percurso autoguiado deve estar sinalizado com condições de uso e haver registro das verificações efetuadas.

Para a gestão de riscos é necessário um inventário dos perigos e riscos, conforme norma, a análise e a avaliação e o resultado dessa avaliação deve se elaborar um plano de tratamento de risco com revisão anual. Também é preciso um plano de reparação e atendimento a emergências. Conforme a ABNT NBR 15505-1, esse plano deve:

[...]conter as informações necessárias para o acionamento de planos específicos a partir de uma emergência constatada em campo ou um primeiro aviso enviado a uma pessoa designada, conforme estabelecido na ordem de prioridades e acionamentos, de acordo com um planejamento prévio da operação e ações de emergência. Deve ser preparado, para as situações previstas mais críticas, identificadas na avaliação de riscos, plano(s) de ação em emergências, documentada(s). Deve haver uma justificativa técnica documentada para a seleção das situações objeto desse(s) plano(s). (ABNT NBR 15505-1, 2008, p. 11)

Para o controle final do produto da trilha, recomenda-se a realização de uma pesquisa de satisfação com os usuários, com sugestões e críticas, e o registro de eventuais acidentes e incidentes para que possam criar medidas para que sejam mitigadas e compensadas.

A norma ABNT NBR 15505-2: classificação de percursos estabelece os critérios referentes à classificação de percursos utilizados em caminhadas sem pernoite quanto às suas características e severidade. O quadro 1 demonstra a classificação, conforme a severidade do meio, em função do número de fatores identificados para cada trecho.

Quadro 01: Classificação segundo a severidade do meio

Valor	Classificação	Números de fatores
1	Pouco severo	Até 3
2	Moderadamente severo	4 ou 5
3	Severo	6 a 8
4	Bastante severo	9 a 12
5	Muito severo	Pelo menos 13

Fonte: ABNT NBR 15505-2, 2008.

A classificação para orientação no percurso deve ser efetuada avaliando-se as condições do itinerário conforme o quadro 2. A ABNT NBR 15505-2 cita que cada trecho deve ser avaliado em relação à facilidade de orientação para percorrê-lo.

Quadro 02: Classificação segundo a orientação no percurso

Valor	Classificação	Condições de orientação no percurso
1	Caminhos e cruzamentos bem definidos	Caminhos principais bem delimitados ou sinalizados, com cruzamentos claros com indicação explícita ou implícita. Manter-se sobre o caminho não exige esforço de identificação do traçado. Eventualmente, pode ser necessário acompanhar uma linha marcada por um acidente geográfico inconfundível (por exemplo, uma praia ou uma margem de um lago)
2	Caminho ou sinalização que indica a continuidade	Existe um traçado claro do caminho sobre o terreno ou sinalização para a continuidade do percurso. Requer atenção para a continuidade e o cruzamento de outros traçados, mas sem necessidade de uma interpretação precisa dos acidentes geográficos. Esta condição se aplica à maioria dos caminhos sinalizados que utilizam, em um mesmo percurso, distintos tipos de caminhos com numerosos cruzamentos como, por exemplo, trilhos de veículos automotores, trilhas para pedestres, caminhos para montaria, campos assinalados por marcos (bem localizados e bem mantidos)
3	Exige a identificação de acidentes geográficos e de pontos cardeais	Ainda que o itinerário se desenvolva por traçado sobre trilhas, percursos marcados por acidentes geográficos (rios, fundos de vales, costas, cristas, costões de pedras, entre outros) ou marcas de passagem de outras pessoas, a escolha do itinerário adequado depende do reconhecimento dos acidentes geográficos e dos pontos cardeais
4	Exige habilidades de navegação fora do traçado	Não existe traçado sobre o terreno, nem segurança de contar com pontos de referência no horizonte. O itinerário depende da compreensão do terreno e do traçado de rumos
5	Exige navegação para utilizar trajetos alternativos e não conhecidos previamente	O itinerário depende da compreensão do terreno e do traçado de rotas, além de exigir capacidade de navegação para completar o percurso. Os rumos do itinerário

Fonte: ABNT NBR 15505-2, 2008.

Para a classificação das condições do terreno faz-se necessário a avaliação das condições do terreno e cada trecho deve ser avaliado conforme o quadro 3.

Quadro 03: Classificação segundo as condições do terreno

Valor	Classificação	Condições do terreno
1	Percurso em superfícies planas	Estradas e pistas para veículos, independentemente da sua inclinação. Caminhos com degraus com piso plano e regular. Praias (de areia ou de cascalho) com piso nivelado e firme
2	Percurso por caminhos sem obstáculos	Caminhos por diversos terrenos firmes, mas que mantenham a regularidade do piso, trilhas bem marcadas que não apresentem grandes inclinações nem obstáculos que requeiram grande esforço físico para serem ultrapassados. Percursos através de terrenos uniformes como campos e pastagens não muito inclinados
3	Percurso por trilhas escalonadas ou terrenos irregulares	Percurso por trilhas com obstáculos ou degraus irregulares, de tamanho, altura e inclinação diferentes. Percurso fora de trilhas e por terrenos irregulares. Travessias de áreas pedregosas ou com afloramentos rochosos (lajes de pedras). Trechos de pedras soltas, pedreiras instáveis, raízes muito expostas, areões ou grandes erosões
4	Percurso com obstáculos	Caminhos com obstáculos que podem exigir saltos ou a utilização das mãos até I Sup. (graduação UIAA para escalada ou progressão vertical)
5	Percurso que requer técnicas verticais	Trechos que exigem técnicas de escalada do grau II até III Sup. (graduação UIAA para escalada ou progressão vertical). Exige a utilização de equipamentos e técnicas específicas. A existência destes trechos condiciona à menção na seção "Condições específicas", conforme o Anexo B.

Fonte: ABNT NBR 15505-2, 2008.

Para as trilhas também é calculado a intensidade de esforço físico em que cada trecho deve ser avaliado em relação à estimativa do esforço necessário, considerando a distância e os desníveis. O cálculo é estimado conforme as variáveis como o tempo, à distância, a velocidade média, a tipologia do piso e o esforço físico necessário para completar o percurso. Por fim é necessário que exista comunicação da classificação do percurso onde apresentar os quatro critérios unificados e associados ao símbolo respectivo.

Quadro 04: Exemplo de comunicação de classificação de percurso

Classificação de percurso (espaço para nome do percurso)		(Espaço para identificação ou logomarca do local)		
Atividade:				
Trajeto:				
Desníveis de subidas:			Símbolo Condições específicas (se aplicável)	
Desníveis de descidas:				
Distância do percurso:				
Tempo médio de percurso:				
				Condições específicas
				Percorso classificado conforme referência da ABNT NBR 15505-2

Fonte: ABNT NBR 15505-2, 2008.

Sendo analisado o tipo de terreno, severidade do meio ambiente e esforço físico, identificado o perigo e risco, entendo o que é acidente e incidente, para avaliar o planejamento que servira de instrumento para implantação de medidas de segurança, relacionadas ao tipo de trilha e a classificação de risco baixo, médio ou alto, são primordiais para medidas de segurança a serem implementadas, que são influenciados:

Esforço físico: As trilhas possuem diferentes níveis de esforço físico, podendo ser adequados ao perfil de cada público, sendo decido o ritmo da caminhada pelo turista, podendo, em trilhas mais longas, ter contratação de uma pessoa para levar as bagagens.

Conhecimento do guia de turismo: De extrema importância, devido a Chapada Diamantina ter uma enorme área silvestre, a presença de alguém que conheça bem cada lugar e possua treinamento em primeiros socorros e ainda enriquecer a viagem de informações sobre a fauna, flora, geologia e história da região.

Apesar da existência de NBR's e de empresas especializadas em turismo, ocorrem muitos acidentes, onde vamos passar os principais riscos e como evitá-lo na trilha para a cachoeira da Piabinha e cachoeira do Tiburtino, no Parque Sempre Viva no Município de Mucugê, com o objetivo de estabelecer orientações e apresentação de medidas que auxiliaram na segurança dos visitantes, de maneira sadia, segura e responsável.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO EM QUE SE INSERE O PARQUE MUNICIPAL DE MUCUGÊ

A Chapada Diamantina é uma região turística que engloba vários municípios e situa-se no centro do estado da Bahia, com orientação norte-sul, englobando grandes porções da Serra do Sincorá, prolongamento da cadeia do Espinhaço. Seu cenário montanhoso, com picos que atingem os 1700 metros, abriga uma grande variedade de ecossistemas e paisagens naturais que atraem turistas de várias partes do mundo.

Com um passado colonial, expressado na arquitetura das cidades que a compõem, a Chapada Diamantina tem seu nome derivado do seu principal ciclo econômico, a exploração do diamante, que resultou no povoamento, durante o século XIX, de toda a região.

Desde 1985, parte deste raro ecossistema passou a ser protegida pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina, unidade de conservação integral com 152 mil hectares de extensão, criado para proteger além das paisagens naturais, as nascentes de importantes rios, como o Paraguaçu, responsável pelo abastecimento de água de 60% da população de Salvador. (ICMBIO, 2018)

O Município de Mucugê, onde está situado o objeto de estudo, é um dos principais portões de entrada da Chapada Diamantina. Tombado como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi o primeiro local onde se encontrou diamantes na Chapada Diamantina. Com uma população em torno de 10 mil habitantes (IBGE, 2018), distante 469 km de Salvador e tem 52% de seu território, de 2.462.153 km², incluído no perímetro do Parque Nacional.

Com o fim do ciclo do diamante, as sempre vivas, nome popular que se atribui às plantas da espécie *Singonanthus Mucugensis Giuliettique*, possuem

flores pequenas e duradouras, muito valorizadas pelo mercado de decoração, passaram a ser uma das principais fontes de renda locais, tornando-se ameaçadas de extinção. Para evitar este prejuízo para a diversidade local, a Prefeitura de Mucugê criou o Parque Municipal, que abriga o Projeto Sempre Viva, bem sucedida iniciativa de preservação das plantas mencionadas e de desenvolvimento de ações de educação ambiental para toda a região.

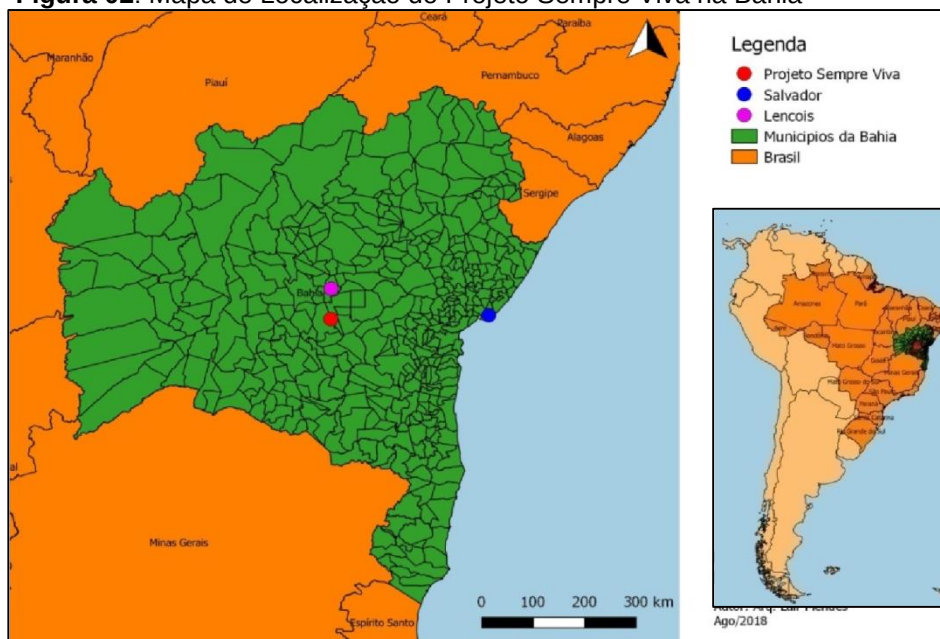
Figura 01: Fotos do Parque Sempre Viva, do centro de apoio do parque e dos artesanatos.



Fonte: Acervo Lair Mendes, julho de 2018.

O Parque Municipal de Mucugê foi criado pelo Decreto Nº235/1999 e ocupa uma área de 5.400.00 km², limítrofe ao Parque Nacional e sua sede e principal acesso localizam-se no Km 93,5 da Rodovia BA-142.

Figura 02: Mapa de Localização do Projeto Sempre Viva na Bahia



Fonte: Lair Mendes, 2018.

A existência e preservação do parque dão acesso às áreas de pesquisas científicas, zoo botânicas e geológicas, gerando informações científicas, que

tem garantido um fluxo crescente de turismo científico e pedagógico na região, além da parte cultural, devido as trilhas e a sempre-viva (*Singonanthus Mucugensis Giulietti*) que se encontrava ameaçada de extinção.

4. RESULTADOS

O Parque Municipal de Mucugê abriga em seu interior, as áreas de preservação das sempre-vivas, três cachoeiras muito visitadas e um centro de visitantes composto por trilha de ida e volta à Cachoeira do Tiburtino, com distância total de 3 km.

O parque funciona de segunda à domingo das 8:30 às 17:30, com acesso aberto para todas as faixas etárias. Suas trilhas são consideradas leves e de fácil acesso, com grande afluência de público, durante o ano todo, sendo mais movimentadas nos meses de janeiro, junho, julho, feriados prolongados e durante os eventos que atraem muitos turistas para a cidade, além de serem bastante frequentadas pelos moradores.

A trilha do Parque Municipal de Mucugê não tem critérios de classificação mas deve seguir os existentes na ABNT NBR 15505-2 como severidade do meio, orientação no percurso, condições do terreno e intensidade de esforço físico. Após a avaliação, essa classificação deve ser informada aos turistas que farão a trilha.

A sinalização da trilha Tiburtino não tem nenhuma indicação de dificuldade, verificou-se que a quantidade de placas que sinalizam as trilhas não é suficiente para facilitar a realização do percurso de forma autoguiada.

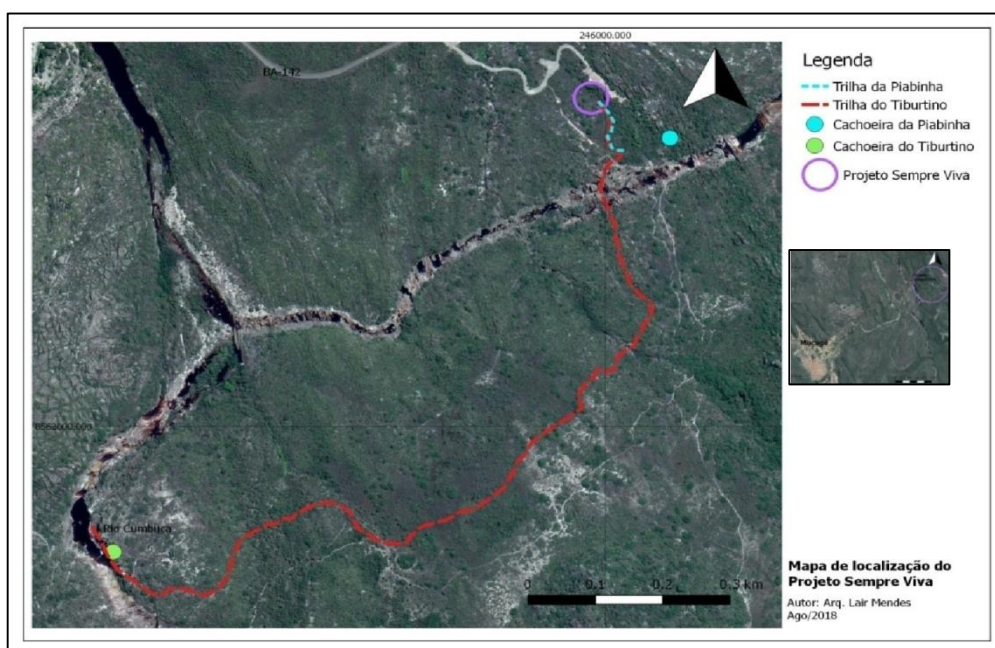
Figura 03: Fotos de placa da trilha, trilha para as cachoeiras e cachoeira do Tiburtino.



Fonte: Acervo Lair Mendes, julho de 2018.

A trilha da Cachoeira do Tiburtino, que passa pela Cachoeira das Piabinhas não há disponibilização de guias para acompanhar os visitantes e nem todos os turistas e visitantes trazem guias da cidade de Mucugê, muitas das vezes por falta de conhecimento.

Figura 04: Vista aérea da trilha com indicação dos atrativos



Fonte: Lair Mendes. Imagem aérea: Google, 2018.

A trilha do Tiburtino tem um tempo médio de percurso em caminhada normal em torno de 25 a 30 minutos tanto a ida quanto à volta, com a extensão de 1,5 km de ida e mesma distância para a volta, informações que não são divulgadas aos visitantes.

Figura 05: Cachoeira do Tiburtino: fotos de placas da trilha, boia de segurança e da trilha.



Fonte: Acervo Lair Mendes, julho de 2018.

No período de chuva, em alguns momentos, a trilha é fechada ou o seu monitoramento é reforçado em função do aumento do volume dos rios e da necessidade de travessias destes corpos d'água durante o trajeto.

Com base na norma NBR ISSO 15505, foi possível identificar uma série de riscos na visita da trilha da Cachoeira do Tiburtino que necessitam ser realizadas por parte da administração do Parque, a exemplo:

1. Ser realizado orientações sobre as dificuldades encontradas no percurso, tempo médio de ida e volta;
2. Inclusão de guarda corpo na travessia do rio. Atualmente a travessia é feita de maneira improvisada, com o auxílio de uma corda;
3. Deve-se ter cuidado com o horário limite de visita, impedindo que as pessoas retornem no escuro. Para utilizar a trilha no período da noite, as pessoas devem ser orientadas a utilizar lanternas, as placas devem ser pintadas em material fluorescente e/ou as pessoas devem usar coletes fluorescentes;
4. É necessário o acompanhamento de um guia com produtos de primeiros socorros e a permanência de Salva Vidas durante todo período de utilização;
- 5 Apesar da existência de trilhas distintas para ida e volta, é comum o encontro entre os dois grupos em trechos estreitos do percurso, em função da sinalização deficiente. Torna-se necessário orientar as pessoas a utilizar um percurso da trilha para ir e outro para voltar, facilitando a caminhada na trilha.

As ações acima sendo corrigidas pela administração do Parque, trarão uma melhor segurança para os turistas e moradores que visitam a trilha do Tiburtino, assim atendo o que está previsto na norma NBR ISSO 15505, parte 1 e parte 2, diminuindo os riscos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de se tratar de uma trilha de baixa dificuldade, foram encontrados riscos agravados pela inexistência de informações precisas quanto ao nível de esforço que será requerido para percorrê-la e pela inexorabilidade do acompanhamento de condutores capacitados. A realização da análise de segurança e risco torna-se uma ação de manejo importante para a prevenção de eventuais acidentes e incidentes, principalmente pelo fato do local estar afastado de grandes centros urbanos e receber todos os perfis de público.

A NBR ISO 15505 de turismo com atividades de caminhada, conduz procedimentos que agreguem segurança na realização das trilhas beneficiando as pessoas que as realizam, sejam turistas ou moradores da região, com a utilização de um referencial internacional.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 15505-1. Turismo com atividades de caminhada Parte 1: Requisitos para produto, 2008.

ABNT NBR 15505-2. Turismo com atividades de caminhada Parte 2: Classificação de percursos, 2008.

ABNT NBR ISO 21101 Turismo de aventura – Sistema de gestão de segurança - Requisitos

ABNT NBR ISO 15331 - Turismo de aventura - Sistema de gestão da segurança – Requisitos

ABNT NBR 15286. Turismo de aventura - Informações mínimas preliminares a clientes, 2005.

BRASIL. Decreto Nº 91.655, de 17 de Setembro de 1978. **Cria o Parque Nacional da Chapada da Diamantina.**

BRASIL. Decreto Nº 7.381 de 02 de dezembro de 2010. **Lei Geral do Turismo.**

BRASIL. Lei Geral do Turismo - Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. **Lei Geral do Turismo.**

CREST, **The Case for: Responsible Travel: Trends & Statistics 2016**, Center for Responsible Travel Washington, D.C. 2016.

DEPOIS DA CURVA. **Guia Mucugê**, 2017. Página Projeto Sempre Viva.

Disponível em: <http://guiamucuge.com.br/chapada-diamantina/mucuge/projeto-sempre-viva/>.

Acesso em: 01 set. 2018.

IBGE, **Panorama da cidade de Mucugê**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mucuge/panorama>. Acesso em: 25 ago. 2018.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade. **Parna da Chapada Diamantina**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/>

portal/unidadesde conservacao/biomasbrasileiros/caatinga/unidades-deconservacao-caatinga/2129-parna-da-chapadadiamantina.html> Acesso em: 20 de jun. 2018.

NBR ISO 21103. Turismo de aventura - Informações para participantes, 2014.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Cenários prospectivos: o turismo brasileiro de 2016 a 2018. Disponível em:

<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3d98ea3e4e49602196a85fd6951faac1/\\$File/7489.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3d98ea3e4e49602196a85fd6951faac1/$File/7489.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2018

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Turismo de aventura: panorama do segmento no Brasil. Disponível em:

<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bd75b9bbfcbdbd3786d7a952a5c4dc2c4/\\$File/5794.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bd75b9bbfcbdbd3786d7a952a5c4dc2c4/$File/5794.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2018

SPINOLA, Carolina de Andrade. **Parques Nacionais, Conservação da Natureza e Inserção Social: Uma Realidade Possível em Quatro Exemplos de Cogestão.** Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, Vol. 15 - nº 1 - p. 71–83 / jan-abr 2013.

VALENTE, Jonas. Turismo em parques nacionais deve crescer 11% neste ano.

04. nov.2017. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/201711/turismo-em-parques-nacionais-deve-crescer-11-neste-ano>. Acesso em: 31 Ago. 2018.



BUSCA RESGATE E SALVAMENTO NOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DOS PLANOS DE MANEJO

Sylvia Dalcom Bastos Barreto¹¹⁸

Dandara Silva França¹¹⁹

Carolina De Andrade Spinola¹²⁰

RESUMO

O crescimento do turismo de natureza nos parques nacionais brasileiros demanda um maior planejamento, por parte destas unidades, para lidar com as eventuais ocorrências de acidentes que são inerentes a esta prática. O presente trabalho constitui-se de uma análise dos planos de manejo dos Parques Nacionais que possuem este documento e que são abertos à visitação pública. O objetivo deste trabalho é identificar em quais planos de manejo desses Parques existem estudos, mesmo que preliminares, sobre estruturas de Busca, Resgate e Salvamento. O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa documental no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Concluiu-se que trata de um tema ainda pouco abordado no planejamento das unidades e que necessita de mais atenção por parte dos gestores das unidades.

Palavras-chave: Parques Nacionais; plano de manejo; busca, resgate e salvamento.

INTRODUÇÃO

A ascensão do movimento ambientalista e a necessidade de fuga do stress das grandes cidades estão entre os principais motivadores do crescimento do turismo de natureza no Brasil. De acordo com Spinola (2005), o turismo de natureza, compreende todas as modalidades de turismo que se desenvolvem no meio natural, incluindo-se neste grupo o ecoturismo e o turismo de aventura, que se constituem nas duas motivações mais importantes dos frequentadores dos parques nacionais.

Conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), os parques nacionais pertencem ao grupo de unidades de conservação de proteção integral, que tem por finalidade a conservação dos ecossistemas

¹¹⁸ Especialista, mestranda PPDRU. E-mail: sylvialdalcom@yahoo.com.br.

¹¹⁹ Graduanda em enfermagem, UNIFACS. E-mail: dands@gmail.com.

¹²⁰ Doutora, professora e coordenadora do PPDRU, UNIFACS. E-mail: carolina.spinola@unifacs.br

naturais, além de possibilitarem a realização de pesquisas científicas, atividades de recreação, turismo e educação ambiental. Estes espaços públicos se constituem no *lócus* ideal para a prática do turismo de natureza, tendo apresentado, nos últimos anos, um grande crescimento em suas taxas de visitação, passando de 5,7 milhões em 2012 para 8 milhões em 2015 (VALENTE, 2017).

O Brasil conta com 73 Parques Nacionais que são administrados, em sua maioria, pelo Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Pelo disposto na lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o SNUC, com o propósito de estipular parâmetros de gestão das unidades de preservação, cada unidade precisa estabelecer normas e restrições à visitação pública, em seus documentos técnicos de planejamento, denominados de Plano de Manejo. Nestes documentos estabelece-se o zoneamento da unidade, as normas que devem regulamentar o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade e à recepção de turistas. (ICMBIO, 2018)

Diante do exposto, faz-se necessário que os Parques Nacionais abertos à visitação tenham em seus documentos de plano de manejo ações voltadas e planejadas para a busca, resgate e salvamento tendo em vista um aumento das visitas e práticas de turismo de aventura nestes locais o que podem implicar em um aumento direto ao risco que são inerentes à estas atividades. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é avaliar em que medida os parques nacionais brasileiros estão preparados para lidar com situações de busca, resgate e salvamento, realizando uma análise comparativa do disposto em seus planos de manejo e suas ações práticas.

2. METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa documental nos planos de manejo dos parques nacionais brasileiros disponíveis na homepage do ICMBIO. Utilizou-se como critério de exclusão os parques que não possuem Plano de Manejo ou que não estão abertos à visitação pública. A busca pela informação iniciou pela identificação de alguma seção específica do documento que

versasse sobre o tema. Na inexistência de um item dedicado à questão, partiu-se para a leitura do capítulo de planejamento de “Uso Público”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

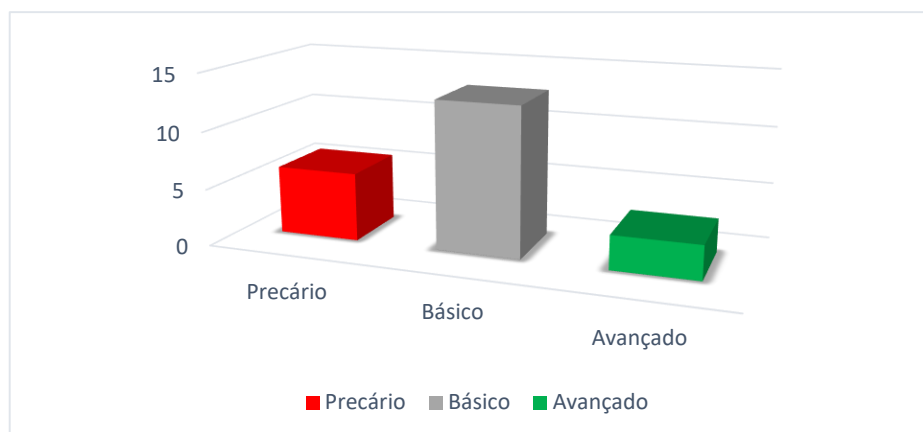
De acordo com a missão do ICMBIO, a qual visa proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental através da gestão de Unidades de Conservação Federais, da promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais naquelas consideradas de uso sustentável, da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico. (ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018). Uma de suas atribuições e competências é monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais de maneira sustentável dentro das Unidades de Conservação, dessa maneira a pesquisa foi realizada seguindo essas premissas apresentadas.

Dentre os 73 Parques Nacionais pesquisados, apenas 52 possuíam plano de manejo elaborado e/ou publicado, no momento da coleta de informações, ainda que este documento seja obrigatório pela Lei nº 9885/00. No quesito que se refere à visitação pública, os números são ainda mais tímidos, visto que somente 45 unidades se encontravam nesta situação, sendo as 28 restantes consideradas como áreas intocadas ou sem estruturas necessárias para a atividades. Partindo deste quantitativo de 45 parques, trabalhou-se com os 84% (38 unidades) que se enquadravam nos dois critérios. Dentre os 38 parques selecionados como amostra da pesquisa, cerca de 58%, ou seja, 22 unidades, abordavam a questão da segurança dos visitantes seja como controle de fluxo, guarda parques ou até mesmo a preocupação em qualificar condutores com primeiros socorros e treinamento de busca, resgate e salvamento.

Três dos Parques pesquisados se destacaram pela atenção que dão à segurança dos visitantes, conforme relatado a seguir: I - O Parque Nacional do Caparaó que define, no seu plano, áreas de risco geológico com a identificação, sinalização e gerenciamento de riscos, estações de monitoramento, acesso a boletins meteorológicos no local e guarda-parques especializados. Quanto ao sistema de busca, resgate e salvamento há treinamentos e capacitação para

todos os funcionários do Parque; II - O Parque Nacional de Brasília, a despeito da idade do plano de manejo, de 1997, destaca os serviços de segurança de visitantes e primeiros socorros, contando com Posto Médico com auxiliares de enfermagem e para os serviços de vigilância e controle das áreas de uso público. Vale ressaltar que conta também com funcionários de empresa prestadora de serviços e III - O Parque da Tijuca cujo plano de manejo, além dos pontos comumente abordados nos outros planos sobre segurança de visitantes, dispõe de normas sobre a distribuição de funcionários contratados para o serviço de vigilância desarmada, no monitoramento e apoio à fiscalização nas áreas de uso público, além de formalizar, por meio de um instrumento legal, o apoio do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do ICMBio. Há ainda ações onde se dá continuidade aos serviços de atendimento aos visitantes, através de recepção especializada, transmissão de vídeo, distribuição de folhetaria, nos três centros de visitantes (Floresta da Tijuca, Espaço Paineiras, Parque Lage e um quarto em estudo para ser implantado na Serra da Carioca).

Por fim, a Figura 1 apresenta o resultado da análise dos planos de manejo, tendo se enquadrado as unidades pesquisadas em três categorias no que tange ao nível de atenção que dedicam para a segurança dos visitantes: Avançado, Básico e Precário. Classificou-se na categoria “Precário” as unidades cujos planos de manejo não possuíam nenhuma menção à questão da segurança; o nível “Básico” corresponde aos parques em que os planos citavam a importância do acompanhamento de guia e sua formação e, por fim, como “Avançado” os que de alguma maneira em seus planos de manejo, possuíam um tópico específico voltado para a questão da segurança dos visitantes.

Figura 1 – Plano de manejo X Segurança dos visitantes

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse estudo, percebe-se que a preocupação com a segurança dos visitantes não é um tema relevante no planejamento e gestão dos parques nacionais brasileiros, uma vez que 16% das unidades abertas à visitação ainda não tem o plano de manejo elaborado e, dentre as que possuem, apenas 58% tratam do tema de alguma forma, em sua maioria dispensando apenas medidas básicas de mitigação de risco. Diante disso, faz-se necessário introduzir nos planos de manejo, principalmente, dos Parques Nacionais que são abertos à visitação pública, a questão sobre busca, resgate e salvamento, para que dessa maneira possam existir recursos ou formas de criar parcerias visando estruturar ações contínuas e concretas que vão desde a educação e conscientização quanto a forma de utilização desses espaços e seus inerentes riscos, como também, a estruturação de ações compartilhadas entre o órgão gestor do Parque e as entidades público e privada.

REFERÊNCIAS

ABNT. Guia de implementação: Turismo de aventura – Sistema de gestão da segurança [recurso eletrônico] / Associação Brasileira de Normas Técnicas, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. – Rio de Janeiro: ABNT; Sebrae, 2016. Disponível em < <http://portalmppe.abnt.org.br/>>. Acesso em 04/08/2018

BRASIL. Lei n 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema de unidade de conservação (SNUC). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em 11/08/2018

BRASIL. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo / Coordenação de Sílvia Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha – Brasília : EMBRATUR, 1994. v, - p. :il.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Legislação ICMBIO: Volume 1 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: [s.n.], 2009. 8 p. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/ran/legislacao.html>>. Acesso em: 11/08/2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **O Instituto**. Disponível em < <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstitut>> Acessado em 16/08/2018

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p. ; 24 cm.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 75 p.; 24 cm.

MINISTÉRIO DO TURISMO, **Regulamentação, Normatização e Certificação em Turismo de Aventura**: Relatório Diagnóstico. Brasília: [s.n.], 2005. 67 p. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/sites/.../turismo/o.../Relatorio_Diagnostico_Turismo_Aventura.pdf>. Acesso em: 18/08/2018.

SPINOLA, Carolina de A. **Ecoturismo em espaços naturais de proteção integral no Brasil** – o caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Bahia.2005. 460f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Barcelona, Espanha.

VALENTE, Jonas. Turismo em parques nacionais deve crescer 11% neste ano. 04.nov.2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/turismo-em-parques-nacionais-deve-crescer-11-neste-ano> Acesso em: 31 Ago. 2018.



DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE AGROTÓXICOS: UMA INVESTIGAÇÃO NAS ÁGUAS DA CHAPADA DIAMANTINA – BA, BRASIL

Letícia Prado Lima¹²¹

Laumar neves de Souza¹²²

Renato Reis Barbosa¹²³

Carolina de Andrade Spinola¹²⁴

Ícaro Thiago Andrade Moreira¹²⁵

RESUMO

Segundo o ministério do meio ambiente, atualmente o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. O elevado uso dessas substâncias é consequência da modernização da agricultura em que consiste em uma elevação da produtividade atrelada a maximização dos lucros. Um aspecto é a sua toxicidade ao meio ambiente e a quem consome produtos com seus resíduos, além de persistentes tendem a acumular-se na biota e em áreas de grande produção agrícola e seus resíduos podem chegar às águas subterrâneas ou superficiais por meio do escoamento e lixiviação de modo mais intenso, propiciando a contaminação do local. Portanto este trabalho tem como objetivo investigar a distribuição espacial de alguns agrotóxicos em águas superficiais da Chapada Diamantina, na região do Polo agrícola Mucugê-Ibicoara e em outras áreas de interesse turístico.

Palavras-chave: Agrotóxicos, Águas superficiais, Chapada Diamantina.

ABSTRACT

According to the ministry of the environment, Brazil is the largest global agrochemical business. The use of high voltages is a consequence of the modernization of agriculture in which it consists of an increase of productivity linked to the maximization of profits. They have their own environmental toxicity and the substances for their waste, as well as persistent, tend to accumulate in

¹²¹ Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária UNIFACS.

¹²² Doutor em Ciências Sociais, Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), UNIFACS. E-mail: laumar.souza@unifacs.br.

¹²³ Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz - Fundação Oswaldo Cruz, Brasil. Docente UNIFACS - Universidade Salvador. E-mail: renato.reis@unifacs.br.

¹²⁴ Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona - UB. Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), UNIFACS. Email: carolina.spinola@unifacs.br.

¹²⁵ Doutor em geologia e dos recursos hídricos pela UFBA. Pesquisador/Colaborador do programa de pós-graduação em energia, e do programa em desenvolvimento regional e urbano (UNIFACS). E-mail: icaro.moreira@unifacs.br.

areas of high production and reduce their ability to become poorer or more demanding. in a more intense way, causing a contamination of the place. This work aims to investigate a spatial distribution of some agrochemicals in surface waters of Chapada Diamantina, in the Mucugê-Ibicoara agricultural region and in other areas of tourist interest.

Keywords:: Agrochemical, surface water, Chapada Diamantina.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos houve uma maior atenção em prol da sustentabilidade, a organização das nações unidas emitiu um documento chamado agenda 21 em setembro de 2015, que consiste em um plano de ação para pessoas, para o planeta e prosperidade, compõe-se de 17 objetos e 169 metas. Dentre eles, o objetivo 6 formado por metas para assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos e o objetivo 12 que consiste em assegurar padrões de produção e consumos sustentáveis até 2030, representam um grande desafio principalmente na vertente agrícola (ONU,2015).

O Brasil é considerado um dos maiores mercados mundiais em consumo de agrotóxicos. Somente em 2016 um total de 551.313,25 toneladas foram vendidos para os estados brasileiros, sendo a Bahia consumidora de 23.099,45 toneladas e maior consumidora de agrotóxicos da classe III conforme (tabela1), Sendo a Classe III referente aos produtos perigosos ao meio ambiente (IBAMA, 2016).

Região	CLASSE I		CLASSE II		CLASSE III		CLASSE IV		TOTAIS	
UF	Qtde (ton. IA)	Part. (%)	Qtde (ton. IA)	Part. (%)	Qtde (ton. IA)	Part. (%)	Qtde (ton. IA)	Part. (%)	Qtde (ton. IA)	Part. (%)
Bahia	514,94	2,23%	7.879,46	34,11%	13.005,02	56,30%	1.700,03	7,36%	23.099,45	100%

Tabela 1. Vendas de agrotóxicos e afins por taxa de periculosidade ambiental– 2016 Fonte: IBAMA / Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002.

Classe I – produto altamente perigoso ao meio ambiente

Classe II – produto muito perigoso ao meio ambiente

Classe III – produto perigoso ao meio ambiente

Classe IV – produto pouco perigoso ao meio ambiente

A toxicidade da maioria dos agrotóxicos é expressa em valores referentes à Dose Média Letal (DL₅₀), por via oral, representada por miligramas do ingrediente ativo do produto por quilograma de peso vivo, necessários para matar 50% da população de ratos ou de outro animal teste. A DL₅₀ é usada para estabelecer as medidas de segurança a serem seguidas para reduzir os riscos que o produto pode apresentar à saúde humana.(EMBRAPA)

Tabela 2 – Classe toxicológica de agrotóxicos com base na quantidade de ingestão.

Classe	Classificação	Cor da faixa no rótulo da embalagem
I	Extremamente tóxico (DL ₅₀ menor que 50 mg/kg de peso vivo)	Vermelho vivo
II	Altamente tóxico (DL ₅₀ de 50 mg a 500 mg/kg de peso vivo)	Amarelo intenso
III	Medianamente tóxico (DL ₅₀ de 500 mg a 5.000 mg/kg de peso vivo)	Azul intenso
IV	Pouco tóxico (DL ₅₀ maior que 5.000 mg/kg de peso vivo)	Verde intenso

Fonte: EMBRAPA

Entretanto a agricultura é muito importante para economia brasileira, pois o seu desenvolvimento beneficia o país na geração de emprego, renda e nas relações internacionais, porém ainda é um desafio o seu enquadramento na ODS, já que a garantia de uma agricultura sustentável está se tornando distante mediante o comportamento do Brasil em relação aos agrotóxicos. Segundo Bombardi (2011), apesar de não ser o maior produtor agrícola, o Brasil ocupa o patamar de maior consumidor mundial dessas substâncias. Ainda assim, existe um projeto de Lei (PL) 6.299/2002, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que segundo relatores da ONU, as referidas alterações enfraquecem significativamente os critérios de aprovação da experiência experimental e uso de pesticidas, representando ameaças a vários direitos humanos (ONU, 2018). Dessa forma resulta em uma pressão maior ao meio ambiente e a saúde humana (Tabela 3).

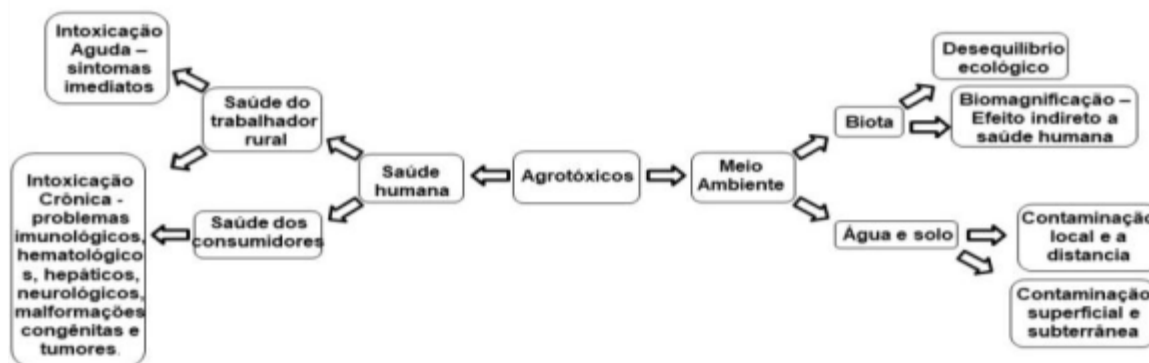


Tabela 3 – Consequência dos agrotóxicos ao meio ambiente e a saúde humana.

Fonte: Elaboração própria

Todavia relatores das Nações Unidas manifestaram preocupação quanto a situação e enviaram em junho de 2018 um comunicado ao governo brasileiro (ONU, 2018), manifestando preocupações com as propostas referente às alterações do projeto de Lei (PL) 6.299/2002. Ainda assim o IBAMA divulgou uma nota técnica da Diretoria de Qualidade Ambiental sobre a última versão do substitutivo da (PL) 6.299/2002, alegando o posicionamento contrário à sua aprovação, justificando que a nova versão não traz alterações significativas em relação à versão anterior do PL, retirando dos órgãos governamentais de meio

ambiente e de saúde, na prática, a atribuição de realizar de forma plena as suas competências legais na avaliação e reavaliação desses produtos (IBAMA, 2018).

Os fatores responsáveis pela contaminação por agrotóxicos atualmente se devem em grande parte pela inexistência de assistência técnica adequada dos órgãos oficiais responsáveis pela orientação agrônômica, além da falta de fiscalização e aplicabilidade das leis, base educacional e campanhas de esclarecimento em relação aos riscos da exposição aos agrotóxicos (MOREIRA et al., 2002; SOARES et al., 2003; SOBREIRA et al., 2003).

Quando introduzidos no ambiente, cerca de 55% do total de agrotóxicos aplicados não atingem o alvo, distribuindo-se para outros compartimentos ambientais como a água, solo e atmosfera (GAVRILESCU, 2005).

Considerando os processos de transporte entre os compartimentos ambientais, a lixiviação e o escoamento superficial merecem destaque. O escoamento superficial favorece a contaminação das águas superficiais, através do transporte do agrotóxico adsorvido às partículas do solo erodido ou dissolvido em água. A lixiviação dos agrotóxicos através do perfil do solo tende a resultar em contaminação das águas subterrâneas, e, nesse caso, as substâncias químicas são carregadas em solução juntamente com a água que alimenta aquíferos. (SPADOTTO et al., 2004). Além disso, tal contaminação pode prejudicar diretamente a saúde humana, principalmente quando esses recursos são utilizados como fonte de água potável para a população. (Ferraz, 1996)

Dessa forma a contaminação as águas é de grande importância, pois atuam como via para o transporte desses contaminantes para fora das áreas fontes. Outro impacto causado por alguns agrotóxicos em coleções d'água diz respeito a modificação da biota com a seleção natural de espécies mais resistentes e à contaminação de peixes, crustáceos, moluscos e outros animais aquáticos e marinhos e assim fornecer uma ameaça à saúde humana através da biomagnificação. (WRI, 1999).

Os agrotóxicos, como visto, são constituídos por uma grande variedade de substâncias químicas ou produtos biológicos. São produtos desenvolvidos para matar, exterminar, combater, dificultar a vida (muitos atuam sobre processos específicos, como os reguladores do crescimento). Assim, por atuarem sobre processos vitais, em sua maioria, esses venenos têm ação sobre a constituição física e a saúde do ser humano (EPA, 1985).

Os efeitos sobre a saúde podem ser de dois tipos: 1) efeitos agudos, capazes de causarem dano efetivo aparente em um período de 24 horas; 2) efeitos crônicos, ou aqueles resultantes de uma exposição continuada a doses relativamente baixas de um ou mais produtos. Os efeitos agudos são aqueles mais visíveis, que aparecem durante ou após o contato da pessoa com o produto e apresentam características bem marcantes. No caso dos agrotóxicos, essas características podem ser espasmos musculares, convulsões, náuseas, desmaios, vômitos e dificuldades respiratórias (OPS, 1996). Já os efeitos de uma exposição crônica podem aparecer semanas, meses, anos ou até mesmo gerações após o período de uso/contato com tais produtos, sendo, portanto, mais difíceis de identificação. Em muitos casos podem até ser confundidos com outros distúrbios, ou simplesmente não relacionados ao agente causador (nexo-causal).

A região da Chapada Diamantina, está localizada na sub-bacia do alto do Paraguaçu, este rio é o mais importante sistema fluvial de domínio inteiramente estadual, que nasce na Serra de Sincorá, no município de Barra da Estiva (BA),

aproximadamente 1.200 metros de altitude em relação ao nível do mar. Esse rio ocupa 10,14% do território baiano, com 55.317 km² de área (SRHSh/SRH, 1996), percorre 520 km e desemboca na Baía de Todos os Santos onde encontra-se com o mar, possui alto potencial hídrico e contribui para que a região apresente como importante pólo de agricultura irrigada entre os municípios de Mucugê e Ibicoara, (SEI, 2000).

Nesse polo agrícola os produtores utilizam a água para irrigação por aspersão através de pivôs centrais, resultando em uma necessidade maior de água na região. Contudo totalizando são 4.380 hectares de área irrigada. Nas lavouras irrigadas, o cultivo sob regime de irrigação por inundação também tem gerado grandes preocupações quanto a possíveis impactos ambientais, segundo a FEPAM (2006). Devido a possibilidade de distribuição dos agrotóxicos pelo sistema atual de irrigação da região, o potencial agrícola e a tendência dessa atividade ser mais intensa devido as condições climáticas favoráveis locais e se tratando de uma área com uma vasta biodiversidade torna-se importante investigar a presença de substancias químicas que pode gerar contaminação.

3. METODOLOGIA

3.1 ESTAÇÕES DE AMOSTRAGENS

Nos dias 05 a 08 de julho de 2018 foram coletadas amostras em 10 estações, em todas elas correm águas do Rio Paraguaçu exceto o poço azul que está instalado no fundo de uma dolina que fica próxima ao rio Paraguaçu. Foram escolhidas regiões caracterizadas pela atividade turística e de recreação e por serem locais de proteção ambiental, como o parque sempre viva. Dentre essas estações de coleta está o parque sempre viva, com dois pontos de coleta, a cachoeira da piabinha e a cachoeira do tiburtino, em Igatu houveram 3 pontos, a ponte na entrada da cidade, o rio Madalena (baixo) e a nascente, em Nova Redenção houveram três pontos de amostragem, O poço azul, a praia da peruca e o balneário, em Mucugê houve a coleta na ponto próximo ao pólo agrícola. Apenas o ponto próximo ao polo agrícola apresentou eutrofização.

3.2 PREPAÇÃO DE AMOSTRAS

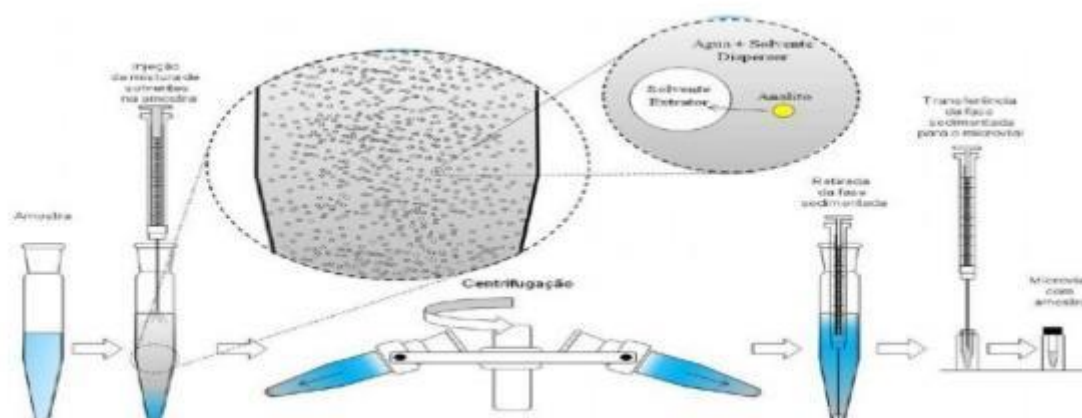
As amostras foram coletadas em garrafas de vidro âmbar de um litro e encaminhadas para o Laboratório de Estudos de Petróleo e Meio Ambiente (LEPETRO/NEA/IGEO/UFBA. As amostras foram colocadas em recipientes de 100 ml para a realização da extração. Para a determinação dos resíduos de agrotóxicos foi utilizada a técnica Microextração Líquido-Líquido Dispersiva (DLLME) e GC-MS/MS. A DLLME foi proposta por *Razaei e colaboradores*, ao qual usa-se um solvente dispersor, miscível no solvente extrator (fase orgânica) e na amostra (fase aquosa), ou seja, os analitos são partidos em duas fases líquidas imiscíveis, a fase aquosa e a fase orgânica. Os resíduos se concentrarão na fase orgânica (sedimentada), sendo necessária a utilização de uma micropipeta para separação das fases. Devido a simplicidade e o baixo

custo pelo uso de pequenas quantidades de solvente, a técnica foi considerada conveniente e eficiente para este tipo de aplicação.

Utilizou-se tubos com base cônica de vidro como recipiente para o procedimento de extração, foi utilizado 5 ml de cada amostras e injetado com uma microseringa 300 μ l de tetracloreto de carbono como solvente extrator e 500 μ l de Acetona como solvente dispersor, logo observou-se a formação de uma fase turva, provocada pela formação de gotas finas que se dispersam em fase aquosa, por seguinte as amostras foram submetidas a 15 segundos de agitação no vortex e logo após encaminhadas para a centrifuga, onde resultou em uma fase sedimentada no fundo do tubo correspondente a concentração dos compostos extraídos.

Com o auxílio de uma micropipeta, a fase sedimentada é então sugada e transferida para microvials e encaminhada para o GC-MS/MS.

Figura 3 – Etapas do procedimento experimental empregando DLLME

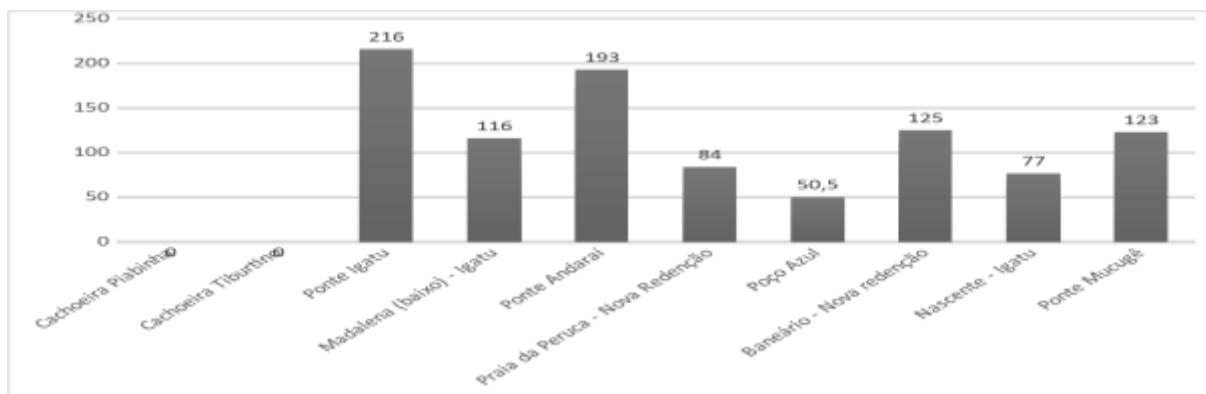


Fonte: Martins, 2010.

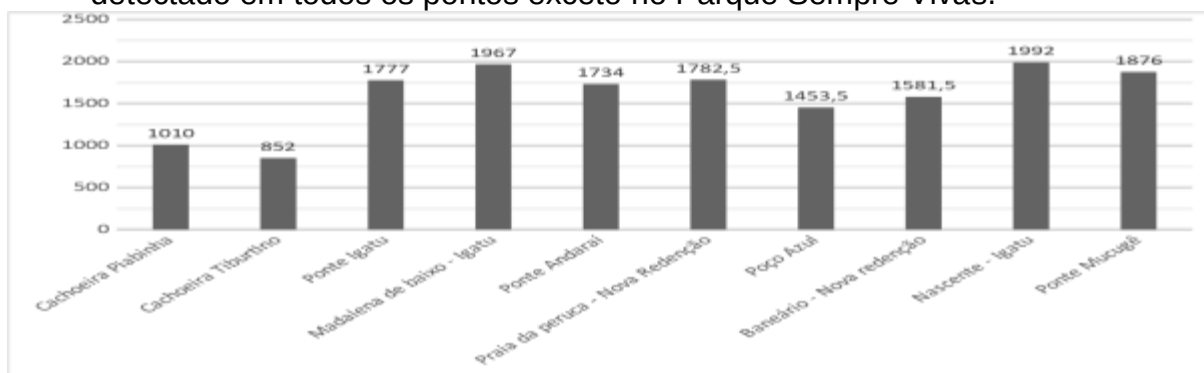
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As amostras foram analisadas pelo aparelho GC/MS Agilente720 B, feita pelo modo de varredura SIM, onde é possível identificar os íons específicos conforme o tempo. O período de tempo escolhido é sempre baseado no tempo de retenção do composto. Dessa forma os íons foram previamente selecionados pelo operador conforme o tempo de retenção, afim de analisar apenas o composto que interessa e tornar a precisão da espectrometria ainda mais. Os tempos de retenção foram baseados em (WylleandAgilent, 2009). Devido indisponibilidade do composto padrão para a análise quantitativa, a presente análise é de cunho qualitativo e os valores demonstrados corresponde a área detectada.

□ Mevinfós

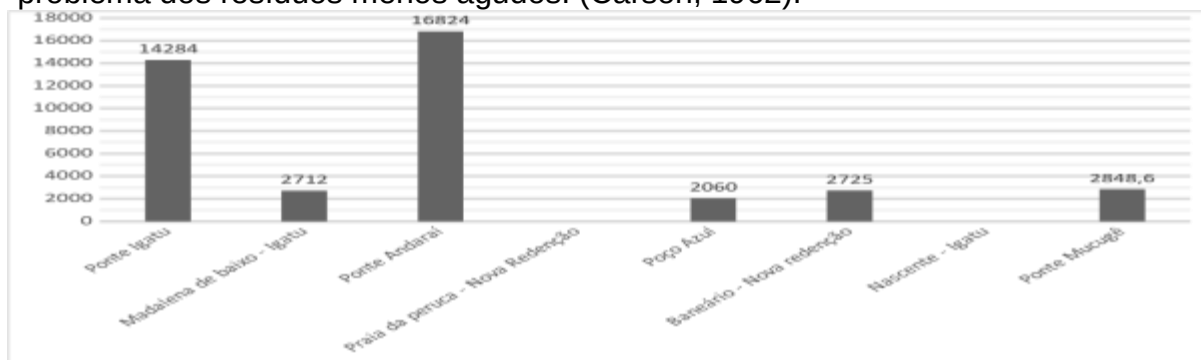


É um pesticida e inseticida da família de agrotóxicos organofosforado, estes atuam no organismo como inibidores da colinesterase, sendo considerado neurotoxina, tendo como ação lesionar o sistema nervoso através da inibição enzimática. Corresponde a classificação toxicológica: I (extremamente tóxico) e classificação de periculosidade ambiental. São utilizados nas culturas de alface, cebola, couve, espinafre, feijão e melão, morando e tomate. Esse composto foi detectado em todos os pontos exceto no Parque Sempre Vivas.



□ Thiometon

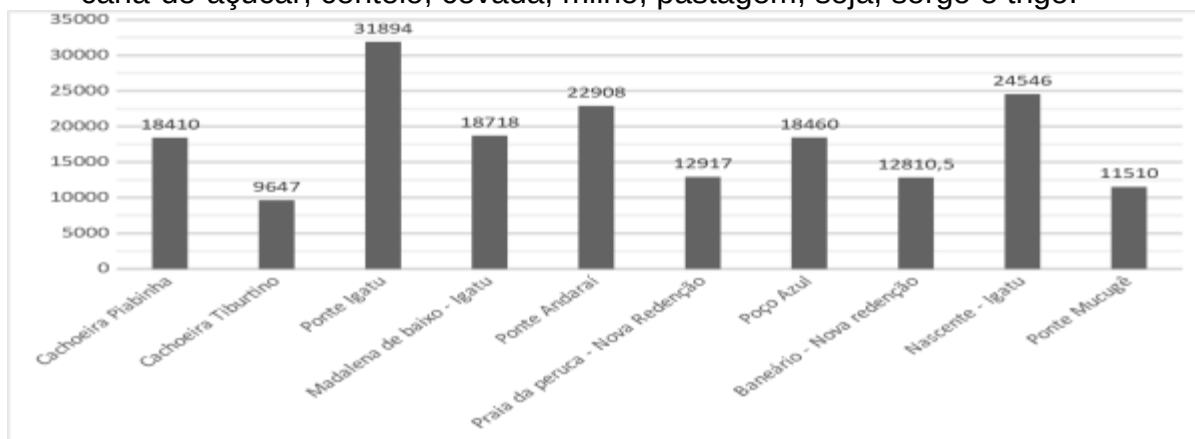
Inseticida grupo químico organofosforado, considerado neurotoxina por comprometer o sistema nervoso como efeito da ingestão em resíduos nos alimentos. É um inseticida sistêmico, uma característica dos organofosforados, isso significa que eles penetram nos tecidos dos seres vivos, o que tornam o problema dos resíduos menos agudos. (Carson, 1962).



□ 2,4D

Conhecido comercialmente como Tordon ($C_6H_3Cl_3N_2O_2$). É um herbicida pertencente ao grupo químico ácido ariloxialcanóico. Segundo a ANVISA possui

toxicologia classe I (extremamente tóxico) e classificação de periculosidade ambiental: III (produto perigoso ao meio ambiente). Utilizado na aplicação em pré e pós-emergência das plantas infestantes nas culturas de arroz, aveia, café, cana-de-açúcar, centeio, cevada, milho, pastagem, soja, sorgo e trigo.



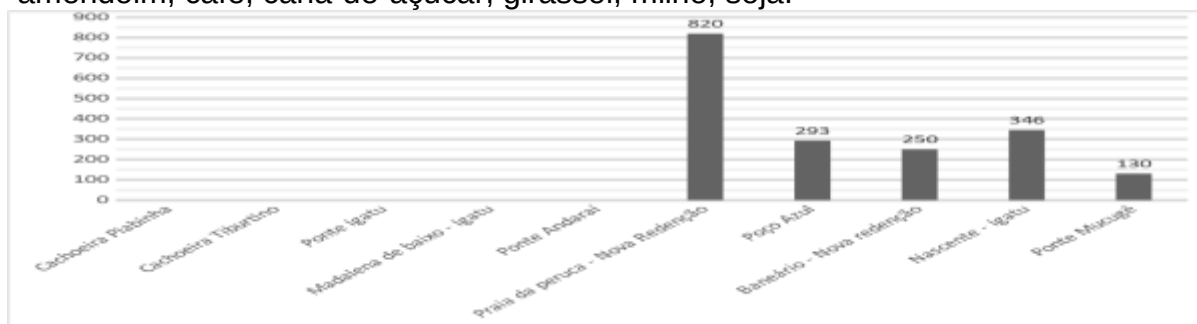
□ Clorpirofós

Inseticida, formicida e acaricida, pertence ao grupo químico organofosforado, segundo a ANVISA possui classificação toxicologia classe II (altamente tóxico) possui classificação de periculosidade ambiental: II (produto muito perigoso). Utilizado na aplicação foliar nas culturas de algodão, batata, café, cevada, citros, feijão, maçã, milho, pastagem, soja, sorgo, tomate e trigo.



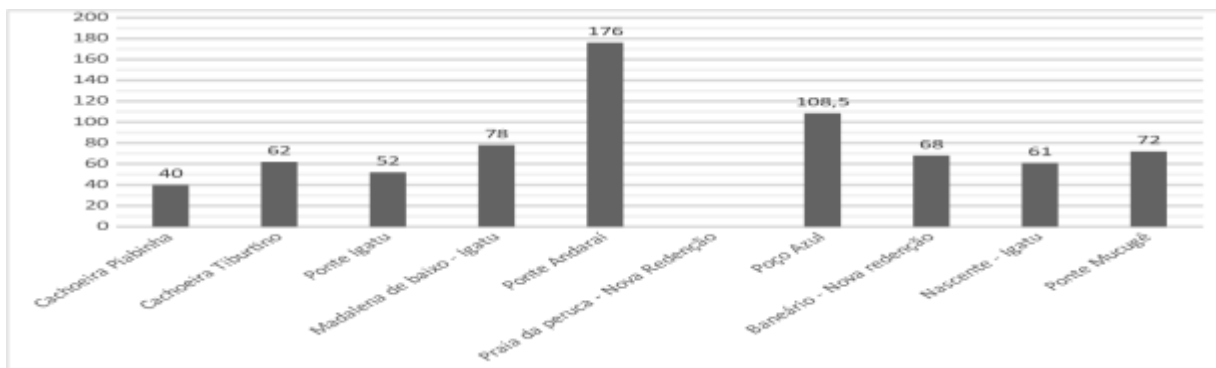
□ Alaclor

É um herbicida pertencente ao grupo químico Cloroacetanilida. Segundo a ANVISA possui uma classificação toxicológica: III (mediamente tóxico) e classificação de periculosidade ambiental: II (muito perigoso). Utilizado na aplicação em pré-emergência das plantas infestantes nas culturas de algodão, amendoim, café, cana-de-açúcar, girassol, milho, soja.



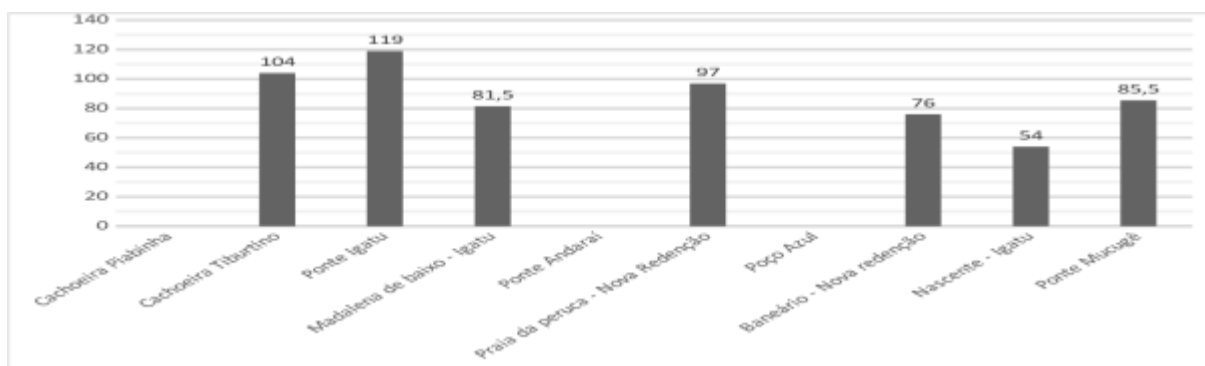
□ Paration Metil

É um inseticida e acaricida ($C_8H_{10}NO_5OS$), da família química organofosforado. Ingrediente ativo proibido no Brasil em decorrência de reavaliação toxicológica realizada pela Anvisa, conforme dispõe a Resolução RDC nº 56, de 11 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2015. Classificação toxicologia: I (extremamente tóxico). Utilizado na aplicação foliar nas culturas de algodão e soja.



□ Endosulfan

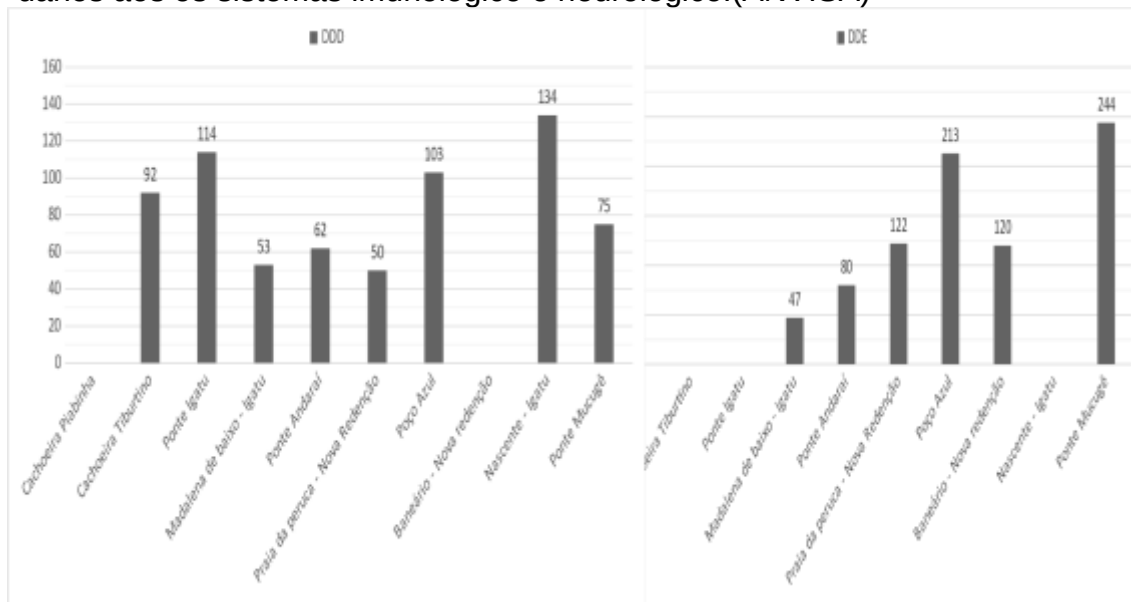
Inseticida proibido no Brasil pela RESOLUÇÃO-RDC Nº 28, DE 9 DE AGOSTO DE 2010. Em Consulta Pública nº 61, de 3 de setembro de 2009, A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) considerou que o ingrediente ativo endossulfam apresenta características genotóxicas, neurotóxicas, imunotóxicas e provoca toxicidade endócrina ou hormonal e toxicidade reprodutiva e sobre o desenvolvimento embrio-fetal. Dessa forma no artigo V - 31 de julho de 2013 – determinou o cancelamento da comercialização de todos os produtos formulados à base de endossulfam e de todos os informes de avaliação toxicológica de produtos técnicos e formulados com o ingrediente ativo endossulfam;



□ DDT

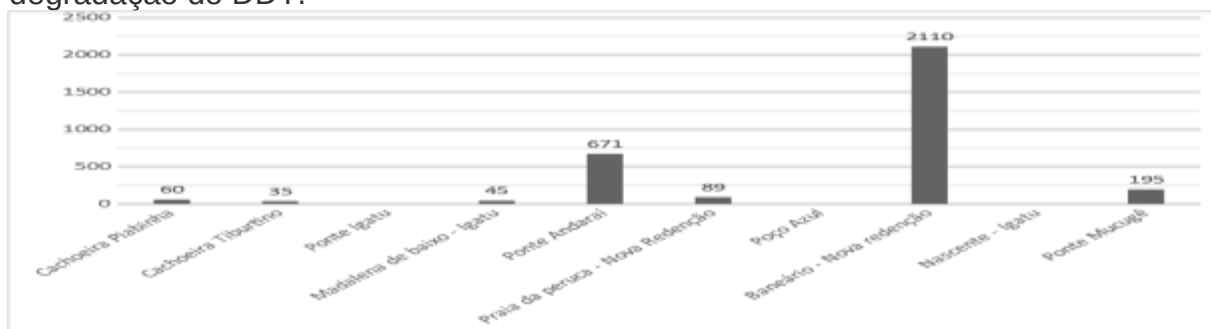
O DDT é um inseticida do grupo químico organoclorados, é uma substância banida mundialmente. Altamente tóxico, o DDT contamina toda a cadeia biológica, principalmente por meio da água atingida pelo produto. No Brasil, esta proibição se deu em três momentos: O produto foi proibido em lavouras, em 1985, pelo Ministério da Agricultura. Em 1998, o produto foi proibido totalmente, pelo Ministério da Saúde, para qualquer tipo de uso. E por

Em fim o Brasil assinou a Convenção de Estocolmo, que baniu uma série de produtos, entre eles o DDT, e passou a valer em 2004. O principal problema da utilização do DDT é a sua ação não-seletiva. Ele destrói as pragas, mas também outras espécies da fauna e da flora. Além disto, consegue permanecer por até 20 anos sem alteração de sua estrutura molecular. Por ser uma substância que apresenta grande poder de diluição na água, a ação imediata e residual do DDT tem o poder de contaminar todo o manancial da região onde é empregado, atingindo o homem, os animais e os vegetais. Em seres humanos, o DDT causa danos aos os sistemas imunológico e neurológico.(ANVISA)



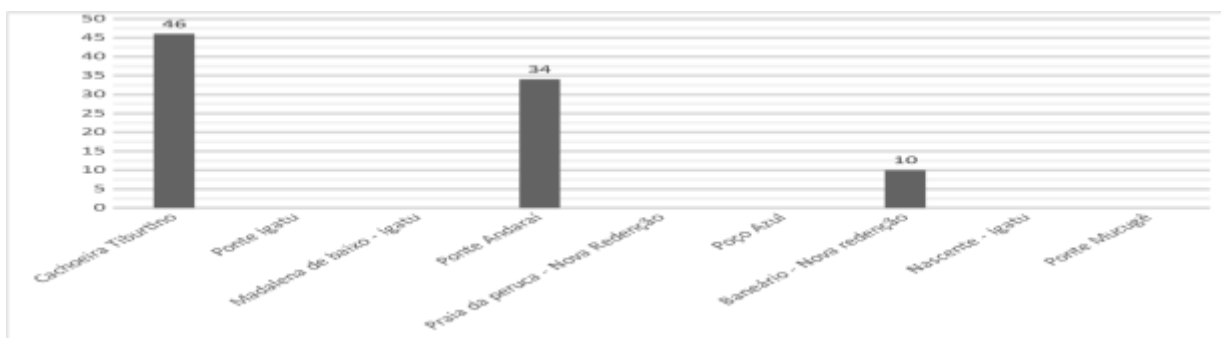
□ DDD e DDE

O DDE e o DDD correspondem aos principais metabolitos e produtos de degradação do DDT.



□ Fention

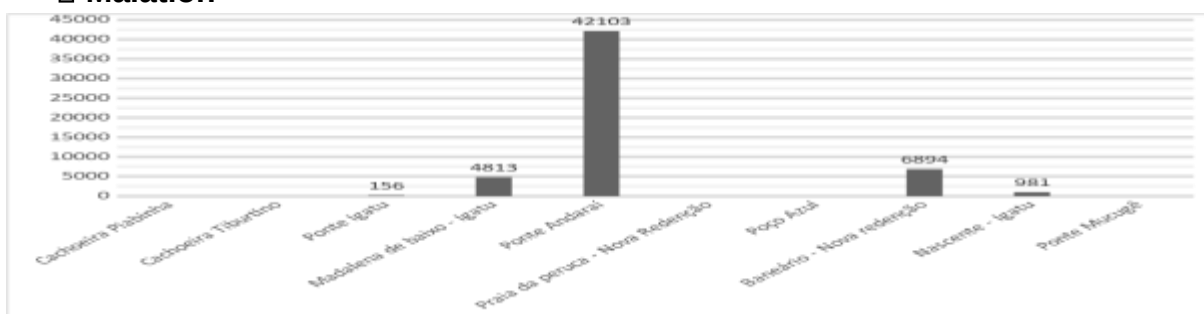
É um Inseticida, formicida, acaricida e cupinicida, do grupo químico do agrotóxicos organofosforado, possui classificação toxicologia: II (altamente tóxico). Classificação de periculosidade ambiental: II (muito perigoso ao meio ambiente). Utilizado na aplicação foliar nas culturas de abóbora, algodão, ameixa, café, caqui, citros, fumo, goiaba, maçã, manga, maracujá, marmelo, melancia, melão, nêspera, noz pecan, pepino, pêra, pêssego e uva.



□ Clordano

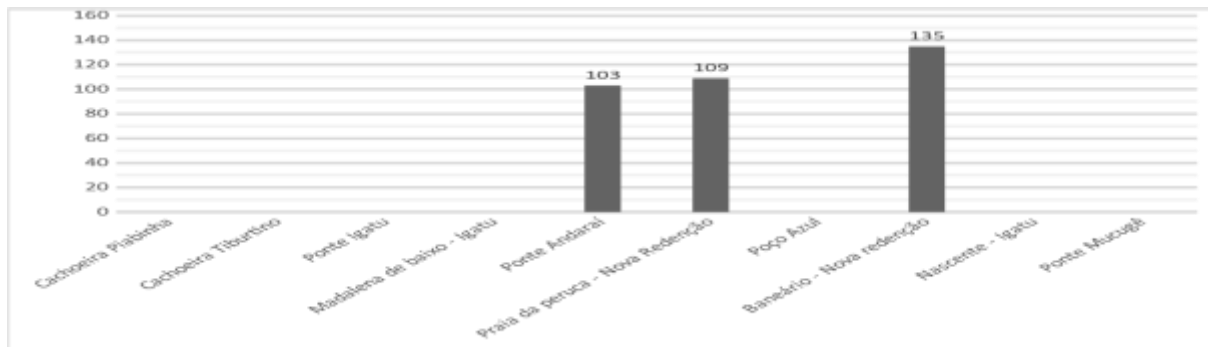
Inseticida correspondente ao grupo de agrotóxicos organoclorados, segundo a RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 34, DE 16 DE AGOSTO DE 2010, o Clordano é um princípio ativo não permitidos em inseticidas. Este composto faz parte da lista de poluentes orgânicos persistentes (POPs) da Convenção de Estocolmo, um tratado internacional para garantir a eliminação segura destes poluentes e limitar sua produção e uso, do qual o Brasil é signatário. A exposição também pode ocorrer por consumo de água e pescados contaminados ou durante o banho com água contaminada, A Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC) classifica o clordano como possível cancerígeno humano (Grupo 2B). (CETESB). É usado em várias culturas, como legumes, milho, cana-de-açúcar, frutas, algodão e juta, e no combate a cupins por meio de injeção do produto na subsuperfície do solo.

□ Malation



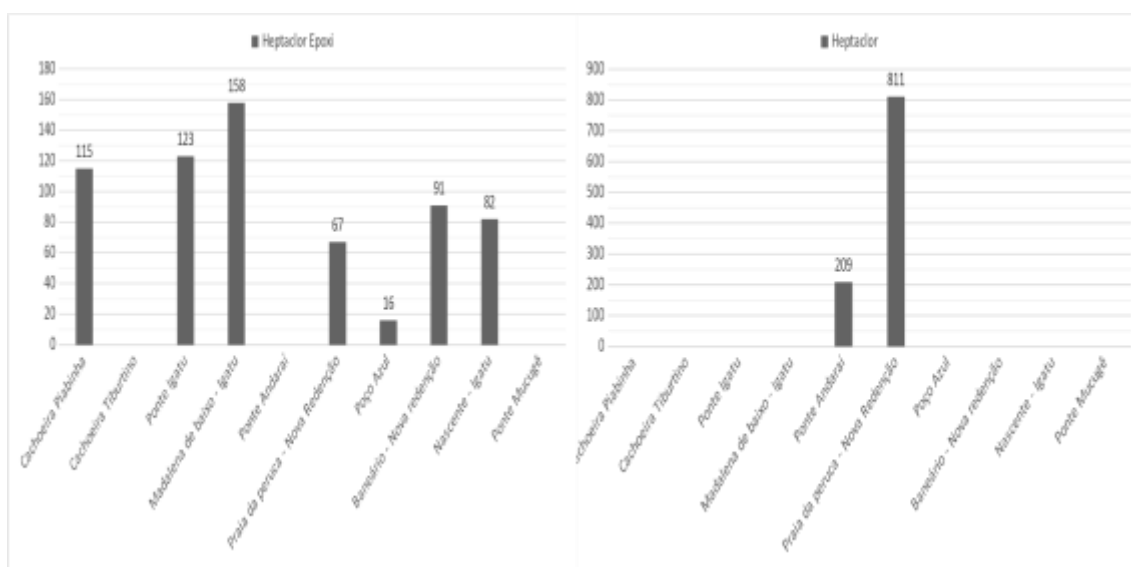
É um inseticida e acaricida do grupo químico organofosforados, possui classificação toxicológica: III (mediamente tóxico), possui classificação de periculosidade ambiental: II (produto muito perigoso ao meio ambiente). Utilizado na aplicação foliar nas culturas de alface, algodão, berinjela, brócolis, cacau, café, citros, couve, couve-flor, feijão, maçã, morango, orquídeas, pastagens, pepino, pêra, pêssego, repolho, rosa, soja e tomate.

□ Diazinon



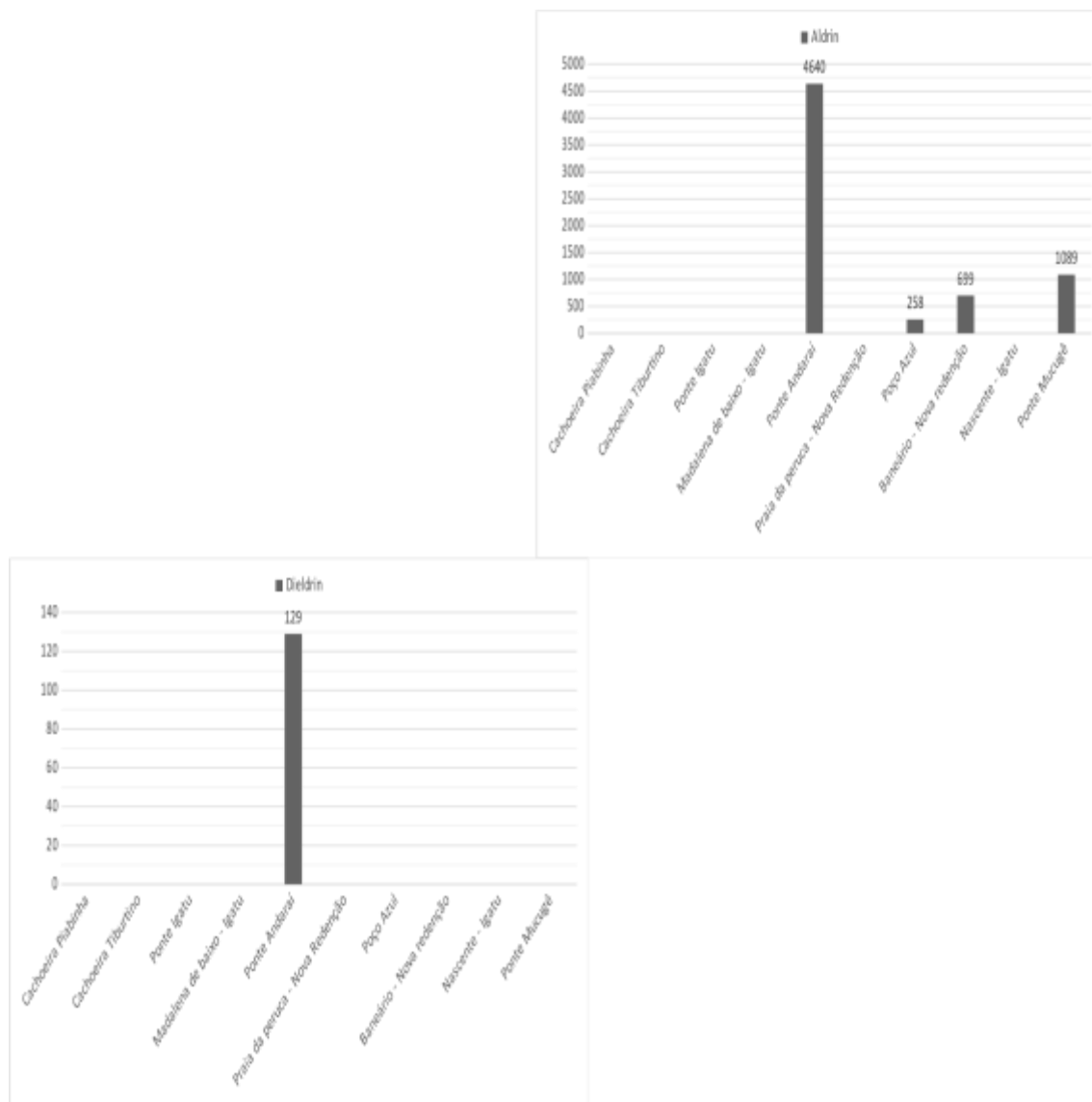
Inseticida e acaricida ($C_{12}H_{21}N_2O_3PS$), pertencente ao grupo químico organofosforados, segundo a ANVISA possui classificação toxicologia: II (altamente tóxico). Utilizado na aplicação foliar nas culturas de citros e maçã.

□ Heptacloro e HeptacloroEpoxi



O heptacloro é um biocida usado no tratamento do solo, para sementes de milho, pequenos grãos e sorgo, ou aplicado diretamente na folhagem. Também é usado no controle de formigas, lagartas, larvas de insetos, cupins, besouros e outros insetos em solos cultivados e não cultivados. Outra utilização é no controle de insetos domésticos. Está presente como impureza no agrotóxico clordano. O heptacloroepóxido não é produzido comercialmente, mas é um produto da oxidação do heptacloro. Este composto tem seu uso restrito em muitos países e até mesmo proibido em outros, como o Brasil. O heptacloro faz parte da lista de poluentes orgânicos persistentes (POPs) da Convenção de Estocolmo, tratado internacional que visa a eliminação segura destes poluentes e a limitação de sua produção e uso, do qual o Brasil é signatário. (CETESB). A Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC) classifica o heptacloro no Grupo 2B - possível cancerígeno humano.

□ Dieldrin e Aldrin



Aldrin e dieldrin são compostos organoclorados sintéticos. Essas substâncias foram muito utilizadas como inseticida entre as décadas de 50 e 70, principalmente nas culturas de algodão e milho, mas seu uso foi banido devido às altas persistência no ambiente e capacidade de bioacumulação. Esses agrotóxicos fazem parte da lista de poluentes orgânicos persistentes (POPs) da Convenção de Estocolmo, um tratado internacional para garantir a eliminação segura desses poluentes e limitar sua produção e uso, do qual o Brasil é signatário. O aldrin e o dieldrin ainda podem ser encontrados no ambiente devido à alta persistência, mesmo que não estejam mais sendo utilizados. O aldrin é convertido em dieldrin sob ação da luz solar e de bactérias. Desse modo, o dieldrin é predominante no ambiente, mesmo quando a substância utilizada foi o aldrin. A Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC) classifica o dieldrin e o aldrin metabolizado a dieldrin como prováveis cancerígenos para o ser humano (Grupo 2A).

Conclusão

De acordo com os resultados, foi significativa a presença de agrotóxicos nos pontos analisados, sendo a região da Chapada Diamantina, uma área com um grande potencial agrícola e grande biodiversidade, a tendência é o crescimento de resíduos dessas substâncias e o aumento do risco de contaminação ambiental. Uma revisão publicada em 2007 sobre Substâncias Tóxicas Persistentes (STP) ou Poluentes Orgânicos Persistentes (POP) no Brasil mostra que, apesar de parcialmente proibidas no país, níveis dessas substâncias proibidas estão presentes em diferentes matrizes ambientais (solo, sedimento, água, ar, biota), atingindo valores muito acima dos limites legislados em áreas consideradas críticas, ocasionando sérios problemas ambientais e riscos à saúde (ANVISA)

Contudo, as medidas restritivas ou proibitivas, impostas nas últimas décadas por governos, são importantes para diminuir a quantidade desses resíduos, porém foi evidenciado que ainda existe o possível uso e comercialização de substâncias proibidas por lei pelo impacto ao meio ambiente e pelo risco causado a várias espécies, vulnerabilizando uma área com uma grande biodiversidade, potencializando a possibilidade de consequentemente gerar graves problemas de saúde aos seres humanos. Dessa forma, é necessário haver um monitoramento e manejo mais eficiente da região, tecnologias que facilitem o monitoramento e gestão desses resíduos é fundamental para identificar o problema e evitar que a contaminação aumente proporcional ao potencial desenvolvimento agrícola da área.

4. CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/>. Acesso em: 31/07/2018

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In: Boletim Dataluta. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, Setembro de 2011, p. 1 – 21.

ONU. Joincommunication from special procedures. OL BRA/2018. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/Issues/ToxicWastes/Communications/OL-BRA-52018.pdf>>. Acesso em 31/07/2018.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA AGROPECUÁRIA (SINDAG). <http://www.sindag.com.br/index.php>. Acesso em julho de 2018

SANTOS, G.R. Características, sistema de registros de Produtos e Concorrência no mercado de agrotóxicos no Brasil. Radar: tecnologia, produção e comércio exterior/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v. 20, jun, 2012.

MOREIRA, J.C. et al. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana numa comunidade agrícola de Nova Friburgo. Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, n. 2, p. 299-311, 2002

SOARES, W.; ALMEIDA, R.M.V.R.; MORO, S. Trabalho rural e fatores de risco associados ao regime de uso de agrotóxicos em Minas Gerais. Caderno de Saúde Pública, v. 19, n. 4, p. 1117-1127, 2003

SOBREIRA, A.E.G.; ADISSI, P.J. Agrotóxicos: falsas premissas e debates. Ciência e Saúde Coletiva, v. 8, n. 4, p. 985-990, 2003.

ONU. Objetivos de desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em

<<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimentosustentavel-da-onu/>>. Acesso em 31/07/2018.

IBAMA.NOTA TÉCNICA Nº 16/2018/CGASQ/DIQUA. 2018. Disponível em:

<http://ibama.gov.br/phocadownload/noticias/noticias2018/SEI_IBAMA-2765952-NotaTecnica.pdf>. Acesso em 31/07/2018.

PERES, F. and MOREIRA, JC., orgs. É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

FERRAZ, E.S.B. A bacia hidrográfica como unidade de estudo, estrutura e processos (apresentação). In: WORKSHOP DO PROJETO PIRACENA, 2., 1966, SP.

Anais...Piracicaba: CENA, 1996.p.7.

SPADOTTO.C.A.et al. Monitoramento do risco ambiental de agrotóxicos: princípios e recomendações. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 29p. (Documentos 42)

WRI (World Resources Institute). Intensification of agriculture: chemical inputs, 1999. Disponível em: <http://www.igc.org/wri/wr-98-99/agrichem.htm>. Acesso em 08 de agosto de 2018.

MARTINS, M.L. Determinação de resíduos de compostos orgânicos em água por micro extração líquido-líquido dispersiva (DLLME) e GC-(TQ)MS/Ms. 2010. F. 161. Tese (Doutorado em Química – Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

RAZEE.M., ASSADI, Y., HOSSEINI, M.R.M., AGHAEE, E., AHMADI, F., BERIJANI, S. Determination of organic compounds in water using dispersive liquid-liquid microextraction. Journal of Chromatography. A, v.1116, p.1-9, 2006.

GAVRILESCU, M. Fate of pesticides in the environment and its bioremediation. Engineering in Life Sciences, v.5, n.6, p.497-526, 2005. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/elsc.200520098/pdf>. Acesso em: 07 de Agosto de 2018.

CETESB. Ficha de Informação Toxicologia: Aldrin e Dieldrin. Disponível em:

<<https://cetesb.sp.gov.br/laboratorios/wp-content/uploads/sites/24/2013/11/Aldrin-eDieldrin.pdf>>. Acesso em 30 de agosto de 2018.

ANVISA. RESOLUÇÃO-RDC Nº 28, DE 9 DE AGOSTO DE 2010. Disponível em:http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/GSV/Agrotoxicos/lf_6_resolucao_RDC_28_de_2010.pdf. Acesso em 30 de agosto de 2018.

ANVISA. Consulta Pública nº 61, de 3 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/CP/CP%5B27695-1-0%5D.PDF>. Acesso em 30 de agosto de 2018.

CETESB. Ficha de Informação toxicológica.
Disponível

<https://www.cetesb.sp.gov.br/laboratorios/wpcontent/uploads/sites/24/2013/11/Clordano.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2018. em: CARSON, Rachel. Primavera silenciosa. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

Anexos

Estações de amostragem.



Estação 1 – Parque sempre viva



Estação 2 – Parque Sempre Viva



Estação 3 – Ponte IgatuEstação



4 – Madalena (baixo), Igatu



Estação 5 – Rio Paraguaçu, Andaraí



Estação 6 – Praia da Peruca

Nova redenção



Estação 7- Poco azul. Nova Redenção



Estação 8 – Balneario. Nova Redenção



Estação 9 – Nascente, Igatu Estação



10 – Ponte Mucugê



INVESTIGAÇÃO DA EFICIÊNCIA NO TRATAMENTO DE EFLUENTES DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MUCUGÊBAHIA, BRASIL

*Adna Caroline de Oliveira*¹²⁶

*Isadora Machado Marques*¹²⁷

*Tuane Nascimento Mendes Aragão*¹²⁸

*Laumar neves de Souza*¹²⁹

*Renato Reis Barbosa*¹³⁰

*Carolina de Andrade Spinola*¹³¹

*Ícaro Thiago Andrade Moreira*¹³²

RESUMO

A eficiência no tratamento de efluentes é uma importante medida para reduzir o comprometimento da qualidade de corpos hídricos receptores. Nesta pesquisa, objetiva-se realizar uma análise investigativa do tratamento de efluentes na ETE do município de Mucugê-Bahia. Foram realizadas duas coletas; a primeira na chegada da ETE (estação 1) e a segunda no rio Mucugê (estação 2) onde há possíveis lançamentos do efluente tratado pela ETE. Na estação 1, o efluente coletado segue as características de esgoto doméstico, constatando-se a necessidade de remoção de nutrientes e impurezas capazes de comprometer a qualidade do rio Mucugê. Para a estação 2, utilizou-se a Resolução CONAMA 357/2005 - água doce de classe 2 para fins de comparação, sendo possível observar que alguns parâmetros apresentaram resultados maiores do que os estabelecidos pela norma, a exemplo nitrogênio amoniacal, clorofila (a) e alumínio. Foi verificado ainda o Índice de Estado Trófico (IET), resultando no nível “eutrófico”.

Palavras-chave: ETE. Efluentes.Mucugê.

ABSTRACT

¹²⁶ Engenheira Ambiental e Sanitarista, Universidade Salvador.

¹²⁷ Engenheira Ambiental e Sanitarista, Universidade Salvador. E-mail: isadoramachado1@hotmail.com

¹²⁸ Engenheira Ambiental e Sanitarista, Universidade Salvador. E-mail: tuane.nms@gmail.com.

¹²⁹ Doutor em Ciências Sociais, Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), UNIFACS. E-mail: laumar.souza@unifacs.br.

¹³⁰ Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz - Fundação Oswaldo Cruz, Brasil. Docente UNIFACS - Universidade Salvador. E-mail: renato.reis@unifacs.br.

¹³¹ Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona - UB. Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), UNIFACS. Email: carolina.spinola@unifacs.br.

¹³² Doutor em geologia e dos recursos hídricos pela UFBA. Pesquisador/Colaborador do programa de pós-graduação em energia, e do programa em desenvolvimento regional e urbano (UNIFACS). E-mail: icaro.moreira@unifacs.br.

Effluent treatment efficiency is an important measure to reduce the impairment of the quality of receiving water bodies. In this research, we intend to carry out an investigative analysis of the treatment of effluents in the TEE of the municipality of Mucugê-Bahia. Two collections were carried out; the first on the arrival of the ETE (station 1) and the second on the Mucugê river (station 2) where there are possible releases of the ETE treated effluent. At station 1, the collected effluent follows the characteristics of domestic sewage, evidencing the need to remove nutrients and impurities capable of compromising the quality of the Mucugê river. For station 2, CONAMA Resolution 357/2005 - freshwater of class 2 was used for comparison purposes, and it was possible to observe that some parameters presented higher results than those established by the norm, for example ammoniacal nitrogen, chlorophyll (a) and aluminum. The Trophic State Index (EIT) was also verified, resulting in the "eutrophic" level.

Keywords: STS. Effluents. Mucugê.

INTRODUÇÃO

Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), acordados por chefes de Governo e Estado em 2015 na sede das Nações Unidas (ONU), pode-se descartar, a tomada de medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos bem como assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. É imprescindível para a sustentabilidade urbana o uso racional dos recursos naturais. Melhorar a educação, aumentar a sensibilização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima é fundamental para que se tenha um ambiente urbano baseado na interação com o clima e os recursos naturais, além das respostas às necessidades urbanas com o mínimo de transferência de dejetos e rejeitos para outros ecossistemas atuais e futuros (ONU, 2015; BARBOSA GISELE, 2008).

No Brasil, onde parte do efluente doméstico não possui uma forma adequada de descarte ou reaproveitamento, possui legislação no que se refere à gestão de recursos hídricos e ao necessário reúso dos efluentes tratados (RAMOS FABRICIA, 2014).

A Chapada Diamantina assume um papel estratégico na abrangência de recursos naturais no Estado da Bahia principalmente devido a sua elevada biodiversidade, presença de espécies raras e por ser a principal provedora de água para do semiárido baiano, que ocupa mais de 50% da área do Estado (MAGALHÃES, 2007).

O município de Mucugê abriga 52% do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), a área de preservação do Parque Municipal de Mucugê (PMM) resultado do Projeto Sempre Viva, é estratégica para o abastecimento hídrico da Bahia, pois há presença de nascentes de duas das mais importantes bacias hidrográficas da Bahia, as dos rios Paraguaçu e de Contas.

O lançamento de efluente doméstico bruto em corpos hídricos altera as características naturais da água, a partir do ponto de lançamento e compromete sua qualidade para consumo humano (RIBAS; FORTES NETO, 2008).

O tratamento de efluentes consiste na remoção física, química e biológica de poluentes e microrganismos atendendo assim os padrões de qualidade da água definidos na Resolução CONAMA nº 357/2005 alterada pela Resolução CONAMA nº 430/2011 que dispõe sobre condições, parâmetros, padrões e diretrizes para gestão do lançamento de efluentes em corpos de água receptores.

A característica dos esgotos é função dos usos a qual a água foi submetida. Esses usos, e a forma com que são exercidos, variam com o clima, situação social e econômica, e hábitos da população (VON SPERLING, 2005).

Diante da importância do tratamento de efluentes, o presente trabalho tem por objetivo caracterizar a eficiência do tratamento de esgoto doméstico do Município de Mucugê -Bahia.

METODOLOGIA

TRABALHO DE CAMPO

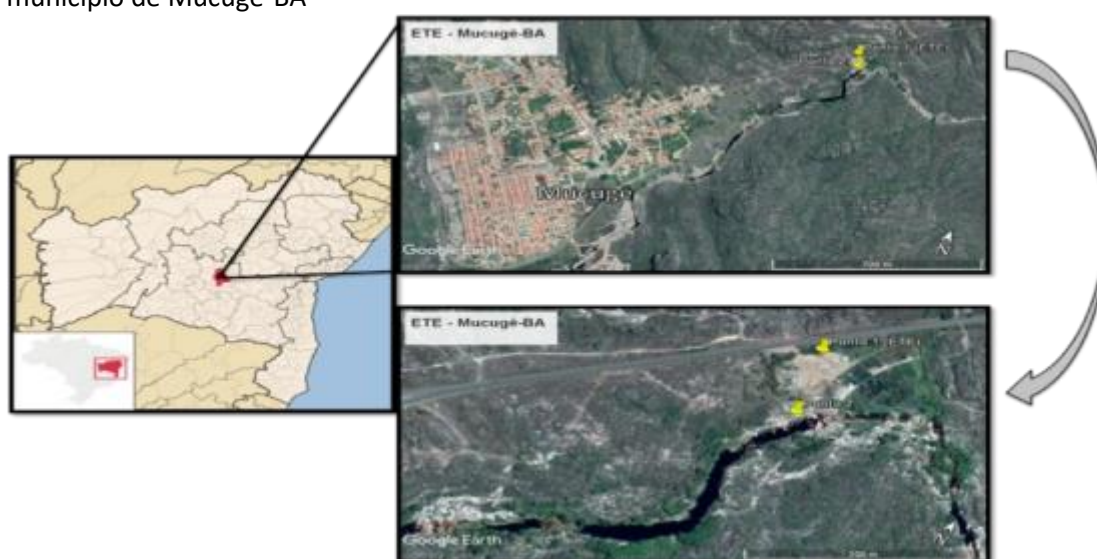
A área proposta para estudo nesta presente pesquisa está localizada no município de Mucugê, no Estado da Bahia, onde foram delimitadas duas estações de coleta para análise da eficiência no tratamento de efluentes domésticos provenientes da cidade. A coleta foi feita à montante da Estação de Tratamento de Esgoto–ETE e à jusante da ETE, onde possivelmente o efluente é lançado no rio Mucugê, cujas coordenadas demarcadas foram: 13.00023°S 041.36330°W e 12.85289°S 041.31099°W respectivamente (Figura 1). A caracterização das condições físicas, químicas e biológicas das

amostras foi realizada com o auxílio de frascos de polietileno específicos para análise de metais em água e frascos de polietileno revestidos com papel *contact* específicos para análise de íons dissolvidos e clorofila *a* em águas.

Foram realizadas coletas em triplicata em todas as estações.

Os parâmetros físico-químicos não conservativos como: Temperatura, pH, eH, salinidade, condutividade, Oxigênio Dissolvido (OD) e Sólidos Totais Dissolvidos (STD), foram medidos *in situ* por meio da sonda multiparâmetros da marca Horiba U-50. Os frascos foram devidamente conservados em caixa térmica e encaminhados para o Laboratório de Estudos do Petróleo e Meio Ambiente LEPETRO/NEA/IGEO/UFBA.

Fig. 1 – Localização da Estação de Tratamento de Efluentes e das estações de coleta no município de Mucugê-BA



Fonte: Google Earth (2018)

2.2. TRABALHOS EM LABORATÓRIO

No laboratório do Núcleo de Estudos Ambientais do Instituto de Geociências (NEA/IGEO/UFBA) as amostras foram filtradas utilizando membrana de fibra de vidro (GF/A 47mm) com tamanho do poro de 0,45 μm e com o auxílio de uma bomba à vácuo e compressor, para a retirada de material particulado em suspensão. A caracterização química das amostras foi feita através da cromatografia iônica seguindo o método da ASTM (2005), onde foram identificados os íons dissolvidos: Nitrogênio amoniacal (NH_4^+), Nitrato (NO_3^-), Nitrito (NO_2^-), Fosfato (PO_4^{3-}), Fluoreto (F^-), Cloreto (Cl^-), Sulfato (SO_4^{2-}), Potássio (K), Cálcio (Ca), Magnésio (Mg) e Brometo (Br^-).

As análises de clorofila (a) foram feitas através da leitura em espectrofotômetro da marca Agilent Technologies, utilizando os comprimentos de onda 630, 647, 664 e 750nm estabelecidos pelo *Standard methods for Examination of Water and Wastewater* (APHA; SMEWW, 2012).

A turbidez foi determinada por meio do equipamento turbidímetro da marca MERCK, modelo Turbiquant 1500T. O preparo das amostras para a extração dos metais dissolvidos em água foi feita seguindo o *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* (SMEWW- 3030D).

Utilizando a técnica de extração por sistema aberto usando o ácido nítrico 65% (HNO₃) como digestor sendo possível determinar os metais (mg/l): Alumínio (Al), arsênio (As), cálcio (Ca), cádmio (Cd), cobalto (Co), cromo (Cr), cobre (Cu), ferro (Fe), manganês (Mn), potássio (K), magnésio (Mg), sódio (Na), molibdênio (Mo), níquel (Ni), chumbo (Pb), vanádio (V), zinco (Z), titânio (Ti). As amostras foram submetidas à temperatura de 170°C, sendo concentradas e quantificadas pelo equipamento de Espectrometria de Emissão Óptica por Plasma Acoplado Indutivo - ICP OES da marca Agilent Technologies (ASTM, 1992).

2.3. ÍNDICE DE ESTADO TRÓFICO (IET)

O Índice de Estado Trófico (IET) tem como objetivo classificar o corpo hídrico em diferentes níveis de trofia, em relação ao enriquecimento por nutrientes como o fosfato e influencia direta no crescimento excessivo de microalgas e cianobactérias (CETESB, 2007).

De acordo com a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), o cálculo do IET é feito com os resultados do Índice do Estado Trófico para a Clorofila (a) e o Índice do Estado Trófico para o Fósforo total. Os cálculos foram realizados seguindo a Equação 1 e 2 modificada por Lamparelli (2004), sendo o resultado final calculado através da média aritmética simples das duas primeiras equações, apresentado na Equação 3 para rios, conforme abaixo:

$$IET (CL) = 10 * \left\{ 6 - \left[\frac{(-0,7 - 0,6 * (\ln CL))}{\ln 2} \right] \right\} - 20 \quad (\text{Equação 1})$$

$$IET (PT) = 10 * \left\{ 6 - \left[\frac{(0,42 - 0,36 * (\ln PT))}{\ln 2} \right] \right\} - 20 \quad (\text{Equação 2})$$

$$IET = \left[\frac{IET(PT) + IET(CL)}{2} \right] \quad (\text{Equação 3})$$

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das coletas realizadas na entrada da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) do município de Mucugê (Estação 1) e no Rio Mucugê, onde supostamente o efluente após tratamento é lançado (Estação 2), foram obtidos resultados para diversos parâmetros através do uso da sonda multiparâmetros e após análises em laboratório, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Parâmetros físico-químicos e biológicos analisados.

DESCRIÇÃO	RESULTADOS ESTAÇÃO 1	RESULTADOS ESTAÇÃO 2
Localização	S 13.00023° W 041.36330°	S 13.00090° W 041.36311°
	955 m	951 m
Temperatura (°C)	23,03	22,26
pH	7,57	6,32
pHmV	-21	44
eH (ORPmV)	-182	43
Condutividade (mS/cm)	0,789	0,768
Turbidez (NTU)	332	19,21
OD (mg/l)	3,39	5,22
OD (%)	40,6	62
TDS (g/L)	0,505	0,492
Salinidade (%)	0,04	0,04
Fluoreto (mg/l)	<LQ	<LQ
Cloreto (mg/l)	84,77	73,82
Fosfato (mg/l)	3,52	0,35
Sulfato (mg/l)	43,85	52,71
Nitrito (mg/l)	<LQ	<LQ
Brometo (mg/l)	<LQ	<LQ
Nitrato (mg/l)	<LQ	0,86
Sódio (mg/l)	68,35	53,13
Nitrogênio amoniacal (mg/l)	18,66	16,73
Potássio (mg/l)	11,78	11,15
Cálcio (mg/l)	5,70	32,55
Magnésio (mg/l)	1,80	4,74
Clorofila "a" (µg/l)	<LQ	424,20

<LQ – Abaixo do limite de quantificação (0,25 mg/l). Fonte: Autoras.

Tendo em vista os resultados apresentados na Tabela 1, foram feitas comparações destes valores com os limites estabelecidos pelas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

A estação 1 (chegada da ETE) é caracterizada pela chegada do efluente bruto da região de Mucugê. O efluente coletado nesta estação possuía cor mais próxima do cinza escuro, odor substancialmente desagradável, turbidez relativamente elevada quando comparada com a estação 2 e presença de nutrientes, a exemplo de nitrogênio amoniacal que resultou em 18,66 mg/l. As características supramencionadas do efluente coletado na estação 1 seguem as principais peculiaridades físicas dos esgotos domésticos determinados por Von Sperling (2005). De acordo com este autor, os esgotos domésticos são constituídos por aproximadamente 99,9% de água e 0,1% de sólidos orgânicos e inorgânicos, suspensos e dissolvidos, além de microrganismos. É justamente devido a esta menor fração que estes efluentes precisam ser submetidos a tratamento antes de serem lançados em corpos hídricos. Desta forma, observa-se a necessidade de um tratamento eficiente do efluente que chega à ETE, para que não haja comprometimento da qualidade da água do rio Mucugê, atual receptor do efluente de saída da referida estação de tratamento.

Os resultados obtidos na estação 2 foram comparados com os limites estabelecidos na Resolução CONAMA nº 357/05, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Para esta resolução, considerou-se os limites estabelecidos para água doce classe 2, que pode ser destinada para consumo humano após tratamento convencional, à proteção das comunidades aquáticas; à recreação de contato primário; irrigação de hortaliças e frutíferas; à criação natural e/ou intensiva de espécies destinadas à alimentação humana. (CONAMA, 2005).

Para a estação 2, os parâmetros analisados com a sonda multiparâmetros atenderam aos limites apresentados pelas Resoluções CONAMA 430/11 e 357/05. Na estação coletada, o parâmetro temperatura representou 22,26 °C, atendendo ao estabelecido pelas referidas resoluções (CONAMA 2011; CONAMA, 2005). A temperatura é o parâmetro que faz a

medição da intensidade de calor e reflete o grau de aquecimento das águas e da radiação solar, sendo dependente de fatores como clima, composição geológica, condutividade elétrica das rochas, dentre outras (MATIC et al., 2013).

A turbidez medida na estação 2 foi de 19,21 NTU, atendendo à Resolução 357/05 (CONAMA, 2005). A turbidez, apesar de ser indicativo de possível contaminação por patógenos, não representa sozinha um forte indicativo de água com qualidade inferior. Este parâmetro representa elevados teores de sedimentos que as águas transportam (FILIZOLA et al., 1999). Altas taxas de turbidez podem estar relacionadas ao lançamento inadequado de efluentes em um rio (VON SPERLING, 2005).

O Oxigênio Dissolvido (OD) resultou em 5,22mg/l, atendendo aos padrões da Resolução CONAMA 357/05, que estabelece que não deve ser inferior a 5mg/l para água doce de classe 2 (CONAMA, 2005).

Os Sólidos Totais Dissolvidos (STD) medido na estação 2 foi de 492 mg/l, sendo muito próximo ao estabelecido pela Resolução CONAMA 357/05 para água doce classe 2, que estabelece a presença de até 500 mg/l de Sólidos Totais Dissolvidos (CONAMA, 2005). Este é um importante parâmetro também utilizado no controle de poluição de corpos hídricos através de esgotos sanitários e efluentes industriais (PIRATOBA et al., 2017).

Em relação ao íon cloreto para os padrões de enquadramento das águas doces no CONAMA nº 357/05, o valor máximo permitido é de 250 mg/l. Na estação 2 coletada, este parâmetro resultou em 73,82 mg/l, atendendo, portanto, a normativa em questão (CONAMA, 2005). O cloreto é um íon cuja importância deve ser destacada tanto para as águas subterrâneas quanto para as superficiais, podendo ter origem antrópica e geológica, sendo a lixiviação de rochas, efluentes domésticos e industriais a sua principal origem (USEPA, 2015).

O nitrogênio amoniacal da estação 2 foi de 16,73 mg/l, resultado muito próximo ao encontrado na estação 1 (18,66 mg/l), podendo-se inferir sobre a baixa eficiência na remoção deste nutriente no processo de tratamento de efluentes da ETE de Mucugê. A Resolução 357/05 estabelece que para pH menor ou igual a 7,5, como é o caso em questão, a concentração de nitrogênio amoniacal não deve ultrapassar 13,3 mg/l. Sendo assim, observa-se que há inconformidade ao analisar a estação 2 sob a ótica da Resolução 357/05.

No que tange ao parâmetro fosfato, a estação 2 apresentou resultado de 0,35 mg/l, representando mais da metade do limite estabelecido, influenciando no processo de eutrofização do rio em questão, além de estar em inconformidade com o estabelecido pela referida resolução. Ressalta-se que a Resolução 357/05 estabelece a concentração máxima de 0,15 mg/l para ambiente lótico e tributários de ambientes intermediários.

O parâmetro clorofila (a), é admitido como uma medida da biomassa de algas (OLIVEIRA, 1996). Na estação 2, o resultado foi de 424,20 µg/l para este parâmetro, estando significativamente superior ao estabelecido na Resolução CONAMA 357/05 para água doce de classe 2, que é de até 10 µg/l (CONAMA, 2005). Este resultado expressivo pode indicar um provável nível de eutrofização. O aumento de clorofila em água é explicado devido ao enriquecimento dos íons, nutrientes, nitrogênio amoniacal e fosfato no corpo hídrico. Estes íons compõem as estruturas celulares de microalgas que se proliferam exponencialmente até a fase de estabilização (ANDRADE, 2014).

A caracterização do estado trófico é quantificada por meio de variáveis que se relacionam diretamente com o processo de eutrofização, em geral, clorofila (a), as espécies algáceas presentes, a transparência das águas e as concentrações de nutrientes e oxigênio dissolvido (OLIVEIRA, 1996). Visando conhecer o nível de eutrofização a partir da concentração de clorofila (a) e fosfato encontrados para a estação 2, utilizou-se o Índice de Estado Trófico (IET), que faz uso de algumas variáveis determinadas através de equações específicas e já declaradas na metodologia deste trabalho, sendo as Equações 1, 2 e 3. Foi possível realizar as interpretações do estado trófico através da Tabela de Classificação do Estado Trófico para rios da CETESB, em que apresenta os valores passíveis de serem obtidos na aplicação das referidas Equações, classificando o grau de trofia, conforme Figura 2:

Quadro 1 - Classificação do Estado Trófico para rios – CETESB

Classificação do Estado Trófico - Rios				
Categoria (Estado Trófico)	Ponderação	Secchi - S (m)	P-total - P (mg.m ⁻³)	Clorofila a (mg.m ⁻³)
Ultraoligotrófico	IET ≤ 47		P ≤ 13	CL ≤ 0,74
Oligotrófico	47 < IET ≤ 52		13 < P ≤ 35	0,74 < CL ≤ 1,31
Mesotrófico	52 < IET ≤ 59		35 < P ≤ 137	1,31 < CL ≤ 2,96
Eutrófico	59 < IET ≤ 63		137 < P ≤ 296	2,96 < CL ≤ 4,70
Supereutrófico	63 < IET ≤ 67		296 < P ≤ 640	4,70 < CL ≤ 7,46
Hipereutrófico	IET > 67		640 < P	7,46 < CL

Fonte: CETESB, 2007.

O resultado obtido após aplicação das Equações 1, 2 e 3 foi de 62,56. De acordo com o Quadro 1, para os casos em que IET está entre 59 e 63, o estado trófico do rio é equivalente a “Eutrófico”, caracterizando-se como um ponto possível de enriquecimento por concentrações de nutrientes (fosfato) e proliferação de algas e microalgas no local, podendo comprometer com a qualidade do recurso hídrico e seu uso, como é o caso do Rio Mucugê, atualmente utilizado para pesca, banho, entre outros fins dados pela população.

Para a estação 2 foram realizadas análises de metais, conforme Tabela 2. Tabela 2 – Resultados de metais.

DESCRIÇÃO	RESULTADOS - ESTAÇÃO 1
Alumínio (mg/ L)	0,21
Arsênio (mg/ L)	< 0,10
Cálcio (mg/ L)	3,85
Cádmio (mg/ L)	< 0,01
Cobalto (mg/ L)	< 0,02
Cromo (mg/ L)	< 0,02
Cobre (mg/ L)	< 0,01
Ferro (mg/ L)	0,32
Manganês (mg/ L)	< 0,01
Potássio (mg/l)	6,31
Magnésio (mg/l)	0,60
Sódio (mg/l)	36,28
Molibdênio (mg/l)	< 0,01
Níquel (mg/l)	< 0,02
Chumbo (mg/l)	< 0,01
Vanádio (mg/l)	< 0,01
Zinco (mg/l)	0,03
Titânio (mg/l)	< 0,01

Fonte: Autoras.

Os resultados obtidos para os elementos cálcio, potássio, magnésio e sódio não estão relacionados na Resolução CONAMA nº 357/2005. Para os metais alumínio, ferro e zinco foram, respectivamente, 0,21 mg/l; 0,32mg/l; 0,03mg/l. Esses metais possuem limites máximos estabelecidos pela Resolução CONAMA 357/05, sendo, respectivamente, 0,1 mg/l; 0,3 mg/l; 0,18 mg/l. Desta forma, observa-se que para alumínio o resultado encontrado está acima do estabelecido pela norma. Ressalta-se que este elemento é prejudicial à saúde humana, podendo provocar, entre outros problemas, distúrbios orgânicos

(MENDES; OLIVEIRA, 2004). Em meio aquoso, o alumínio está em sua forma mais biodisponível para organismo vivos, podendo também causar doenças mentais, representando risco ao desenvolvimento da doença Alzheimer (FERREIRA et al., 2008). Considerando que parte da população da região de Mucugê possui contato com este rio, este resultado pode comprometer a saúde destes indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que no ponto coletado existe a possibilidade de haver lançamento de efluentes domésticos após passar por uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), é possível que tal lançamento esteja comprometendo a qualidade da água do rio Mucugê, impactando neste processo de eutrofização identificado, podendo influenciar negativamente no ecoturismo local e em atividades ribeirinhas. Neste cenário, é possível inferir ainda que possivelmente não esteja havendo eficiência no tratamento de efluentes na ETE de Mucugê, devido às altas concentrações de nutrientes e ao resultado do IET, que indicou o grau de trofia como Eutrófico para a estação 2 (coleta no rio), podendo estar relacionado com o provável lançamento do efluentes tratados pela ETE.

Contudo, a eutrofização de corpos hídricos da região reforça a infraestrutura inadequada e gestão de recursos hídricos ineficiente, principalmente no que tange à prestação de serviços aos turistas, por comprometer a saúde e bem-estar destes.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de haver uma gestão adequada do tratamento de efluentes bem como dos recursos naturais dessa região, sendo fundamental eliminar lançamentos pontuais e difusos de efluentes sem tratamento ou com tratamento precário em corpos hídricos, visando a preservação do meio ambiente e garantia da qualidade dos recursos hídricos da região.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, GISELE. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, 4ª Edição, v1 - Jan/Jun 2008.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (2007).

Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo: 2006.

São Paulo: CETESB, 2007 (Série Relatórios).

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente (2005). Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, nº 53, 2005.

FILIZOLA, N.; GUYOT, J. L.; BOAVENTURA, G. Fluxo de sedimentos em suspensão na Amazônia—uma análise a partir da base de dados da ANEEL. 1999. Disponível em:

<http://www.ana.gov.br/hibam/publicacoes/filizola_1.pdf>

LAMPARELLI, M.C. 2004. **Grau de trofia em corpos d'água do Estado de São Paulo: Avaliação dos métodos de monitoramento.** 2004. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências na área de Ecossistemas Terrestres e Aquáticos) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MAGALHÃES, S. S. **Análise do perfil do estilo de vida por atividade de turismo na natureza: o caso da cidade de Mucugê-Bahia.** 2007. 120 f. Dissertação (Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – Bahia, 2007.

MATIC, N.; MIKLAVCIC, I.; MALDINI, K.; DAMIR, T.; CUCULIC, V.; CARDELLINI, C.; FRANČIŠKOVIĆ-BILINSKI, S. Geochemical and isotopic characteristics of karstic springs in coastal mountains (Southern Croatia). **Journal of Geochemical Exploration**, v. 132, p. 90–110, 2013.

MENDES, B.; OLIVEIRA, J. F.; **Qualidade da água para consumo humano**; LIDEL - Edições Técnicas, Lda., 2004.

OLIVEIRA, H. T. Aplicação de índices de estado trófico e de qualidade da água na avaliação da qualidade ambiental de um reservatório artificial (reservatório de Barra Bonita, estado de São Paulo, Brasil).

In: CONGRESO INTERAMERICANO DE INGENIERÍA SANITARIA Y AMBIENTAL, 25. 1996.

Organização das Nações Unidas- ONU. **Transformando Nosso**

Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

2015. Disponível

em

<<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>.

Acesso em: 14 ago. 2018.

PIRATOBA, A. R. A.; RIBEIRO, H. M. C.; MORALES, G. P.; GONÇALVES, W. Caracterização de parâmetros de qualidade da água na área portuária de Barcarena, PA, Brasil. **Ambiente & Água-An Interdisciplinary Journal of Applied Science**, v. 12, n. 3, p. 435-456, 2017.

RAMOS, FABRICÍ. **Estado da Arte: A importância do Tratamento de Efluentes Domésticos sob a ótica da logística reversa para o controle da qualidade da água**. 2014. 62 f. Monografia (Curso de Engenharia de Produção) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Governador Valadares – Minas Gerais, 2014.

RIBAS, T. B. C.; FORTES NETO, P. Disposição no solo de efluentes de esgoto tratado visando à redução de coliformes termotolerantes. **Revista Ambiente & Água**, v. 3, n. 3, p. 81-94, 2008.

UNITED STATES. Environmental Protection Agency - USEPA. **Secondary maximum contaminant levels: a strategy for drinking water quality and consumer acceptability**. 2015.

Disponível em:

<http://www.waterrf.org/PublicReportLibrary/4537.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.



OS EFEITOS DO GARIMPO SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA: CONCENTRAÇÃO DE METAIS EM SÓLIDOS SUSPENSOS

Winnie Alice Pereira Gomes¹³³

Laumar neves de Souza¹³⁴

Renato Reis Barbosa¹³⁵

Carolina de Andrade Spinola¹³⁶

Icaro Thiago Andrade Moreira¹³⁷

RESUMO

A Chapada Diamantina por muitos anos foi alvo de atenções devido ao seu grande potencial mineral. A exploração garimpeira clandestina trouxe consequências negativas ambiental e socialmente. A qualidade da água da região foi afetada devido ao processo de tratamento de minerais para a comercialização. O material particulado em suspensão pode ser usado para monitorar a disponibilidade de metais na água, que em altas concentrações podem afetar a qualidade da mesma e causar interferências nos organismos vivos que estejam em contato com o corpo hídrico. O presente estudo visa avaliar a relação entre a atividade do garimpo e a concentração de MPS em diferentes pontos da região.

Palavras-chave: MPS, garimpo, metais pesados.

ABSTRACT

The Chapada Diamantina for many years has received attention due to its great mineral potential. Clandestine mining operations have had negative environmental and social consequences. The quality of the region's water was affected due to the mineral treatment process for the commercialization. Suspended particulate material can be used to monitor the availability of metals in water, which in high concentrations can affect the quality of the material and cause interference in living organisms that are in contact with the water body. The present study aims to evaluate the relationship between the garimpo activity and the MPS concentration at different points in the region.

¹³³ Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária, UNIFACS.

¹³⁴ Doutor em Ciências Sociais, Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), UNIFACS. E-mail: laumar.souza@unifacs.br.

¹³⁵ Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz - Fundação Oswaldo Cruz, Brasil. Docente UNIFACS - Universidade Salvador. E-mail: renato.reis@unifacs.br.

¹³⁶ Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona - UB. Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), UNIFACS. Email: carolina.spinola@unifacs.br.

¹³⁷ Doutor em geologia e dos recursos hídricos pela UFBA. Pesquisador/Colaborador do programa de pós-graduação em energia, e do programa em desenvolvimento regional e urbano (UNIFACS). E-mail: icaro.moreira@unifacs.br.

Keywords: MPS, garimpo, metais pesados.

INTRODUÇÃO

O crescimento populacional em demasia acarreta diversas consequências ao meio ambiente. Tendo em vista um cenário de crescente degradação, a Organização das Nações Unidas (ONU), em sua agenda de desenvolvimento sustentável formalizada em 2015, estabeleceu objetivos que devem ser efetivados até o ano de 2030 por todos os países do mundo. Dentre estes, alguns estão relacionados com a conservação dos recursos hídricos, matriz de extrema importância para a manutenção da vida humana (ONU, 2015).

A qualidade da água pode ser determinada por condições naturais ou por intervenção antrópica, de acordo com o uso e a ocupação do solo na bacia hidrográfica. Os componentes presentes na água, capazes de alterar seu grau de pureza, são denominados parâmetros, que podem ser de origem física, química e biológica e são utilizados para monitoramento dessa qualidade, em função do uso de determinada água. Dentre esses parâmetros, destacam-se os sólidos, pois recebem contribuição de todos os possíveis contaminantes da água. Estes podem ser classificados por suas características físicas ou químicas (SPERLING, 1996).

As altas concentrações de sólidos na água interferem diretamente na turbidez, parâmetro que se refere ao grau de atenuação que um feixe de luz sofre ao atravessar a coluna d'água. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA, 2004), a turbidez pode interferir diretamente na vida aquática e no tratamento da água para abastecimento, já que níveis elevados desse parâmetro de qualidade podem elevar os custos do processo.

A presença de metais na água pode originar-se de maneira natural, através do processo de intemperismo de rochas, ou da atividade antropogênica. Dentre as alterações causadas pela atividade humana, destacase a extração e beneficiamento de minerais. Esses metais geralmente são encontrados adsorvidos a sedimentos ou material particulado de origem inclusive atmosférica. Os metais são tidos tóxicos devido às suas propriedades físico-químicas. A biodisponibilidade dos metais em ambiente aquático está correlacionada com a fração dissolvida e material particulado em suspensão.

Esse fator deve ser avaliado em conjunto com parâmetros de qualidade da água como pH, salinidade, sólidos totais dissolvidos, condutividade elétrica e potencial oxirredução (SANTOS, 2015).

A indústria mineral é a maior fornecedora de produtos para utilidades cotidianas do homem. Apesar de sua relevância, esta é uma atividade econômica que causa grandes impactos negativos ao meio. Matta (2006, p. 23) aponta a atividade de exploração mineral como fonte de intensivos impactos negativos que alteram o ambiente, sendo estes de origem física ou química sobre as águas, o solo, a atmosfera, a flora, a fauna, a topografia original dos terrenos e o ambiente urbano.

Ainda que, quando comparada com outras atividades tais como agricultura, a mineração mostre-se inferior no quesito contaminação, o descarte de rejeitos das usinas de beneficiamento de minérios pode se traduzir como fator de poluição ambiental. O beneficiamento é definido para efetivação das Normas Reguladoras de Mineração como sendo o tratamento dado com vistas a preparar granulometricamente, concentrar ou purificar minérios, por métodos físicos ou químicos sem alteração da constituição química dos minerais (CETEM, 2010; DNPM, 2001).

A Chapada Diamantina é uma região de características extremamente particulares. Sua nomenclatura faz jus ao seu potencial mineral, uma vez que a delimitação de seu território se deu pela migração em favor do Ciclo do Diamante, evento que deixou consequências negativas aos recursos naturais locais após o crescimento populacional e econômico conquistados. Com o surgimento de maiores dificuldades no processo de extração mineral, com jazidas cada vez mais profundas e de difícil acesso, a Chapada Diamantina passou a manter-se através do turismo, mas ainda nos dias atuais lida com o garimpo informal (MATTA, 2006; GIUDICE *et al.*, 2009).

As ditas lavras diamantinas viveram o auge e a decadência em um curto período de tempo. Os municípios de Mucugê e Andaraí, em especial o distrito de Igatu, destacaram-se pela exploração aurífera e diamantífera até o ano de 1870, quando a produção começou a decair devido à descoberta de jazidas na África do Sul (IPHAN, 2015).

O Rio Paraguaçu é um importante curso hídrico para abastecimento populacional da Bahia, sendo responsável pela alimentação da Barragem Pedra do Cavalo esomando com seus afluentes 50% da responsabilidade do fornecimento de água em todo o estado. O rio corta importantes municípios para a história mineral da região, tendo sido usado por muito tempo como canal de navegação para transporte de minerais. Hoje, muitos trechos do Paraguaçu encontram-se em processo erosivo devido principalmente à atividade humana (MATTA, 2006).

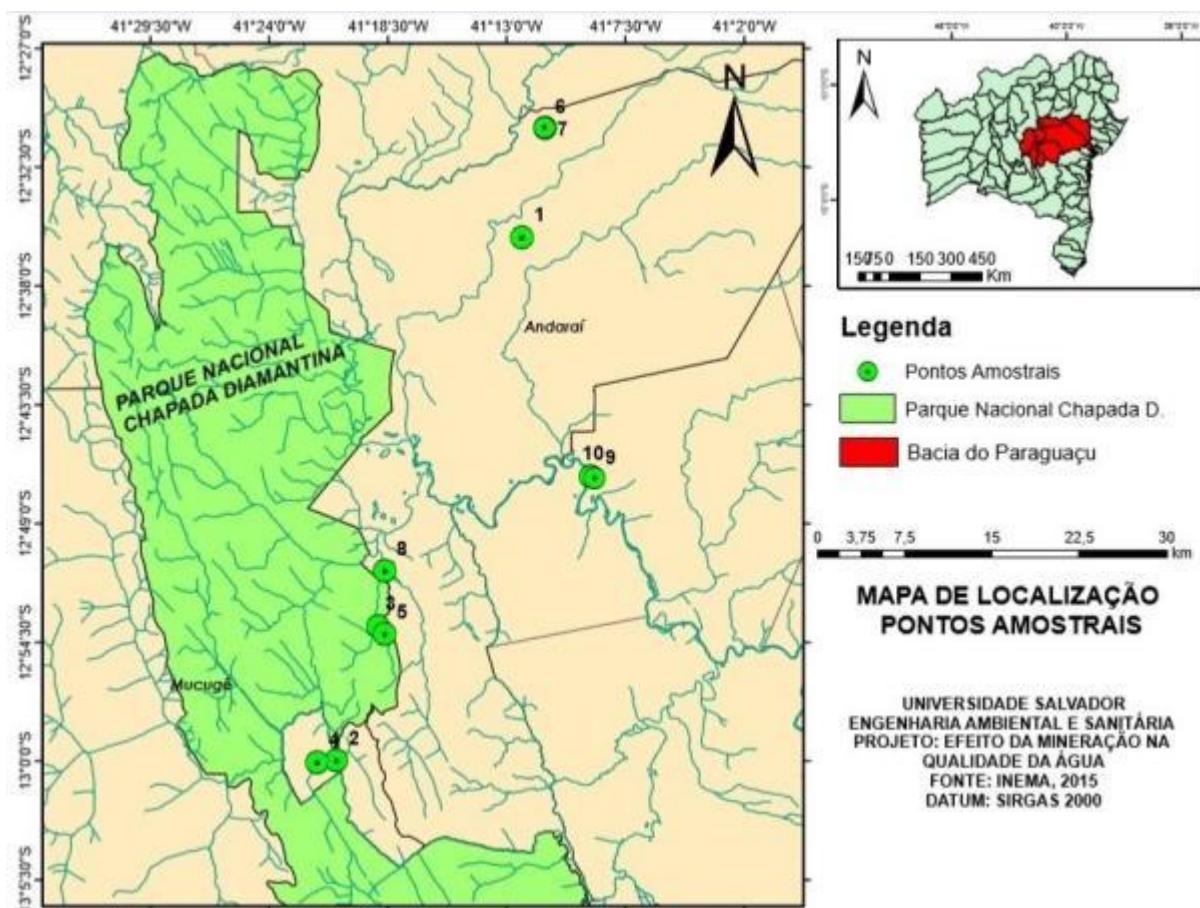
O objetivo deste estudo é avaliar a concentração de metais pesados presentes no material particulado em suspensão na água, correlacionando-os com a atividade de mineração e conseqüentemente com a alteração da qualidade da água em municípios da região da Chapada Diamantina.

METODOLOGIA

2.1 ÁREA DE ESTUDO E AMOSTRAGEM

No início do mês de julho, período seco e frio na região, foi realizada a amostragem de água que possibilitou o presente estudo. As coletas ocorreram entre os municípios de Mucugê e Andaraí, que ainda sofrem grandes impactos provenientes do garimpo. Foram delimitadas 4 estações de coleta, divididas entre 10 pontos, com base na topografia e área de influência, de acordo com o objetivo do trabalho, delimitados conforme o mapa a seguir.

Figura 1 – Mapa de localização dos pontos de amostragem.



Fonte: Elaboração própria.

Cada ponto foi realizado em triplicata de campo. As delimitações das estações e pontos de amostragem e suas respectivas referências seguem no quadro abaixo.

Quadro 1 – Nomenclatura de referência das estações e dos pontos de amostragem.

ESTAÇÃO	PONTO	REFERÊNCIA
1	1	Cachoeira da Piabinha
	2	Cachoeira do Tibertino
2	3	Ponte Igatu
	4	Madalena de Baixo
	5	Nascente Igatu
3	6	Paraguaçu I
	7	Paraguaçu II
4	8	Praia da Peruca
	9	Poço Azul
	10	Balneário Nova Redenção

Fonte: Elaboração própria.

Os pontos de coleta foram georreferenciados com um GPS GarminEtrex 10. Foram utilizados frascos de polietileno com capacidade para 1L previamente lavados e armazenados em caixas térmicas para a coleta das amostras. Todos os frascos foram ambientados em seus pontos, para assegurar a remoção de impurezas não pertencentes ao local de interesse. Para as análises em campo foi utilizada uma sonda multiparâmetros Horiba U50, que determinou alguns parâmetros de extrema importância relacionados à percepção das características do ambiente, como temperatura, pH, oxigênio dissolvido, condutividade e sólidos totais, por exemplo, que serão usados de maneira complementar neste estudo.

2.2 ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS

As amostras foram encaminhadas para o Laboratório de Estudos de Petróleo e Meio Ambiente (LEPETRO/NEA/IGEO/UFBA). A turbidez foi medida utilizando um turbidímetro de bancada, obtendo-se os valores listados no quadro a seguir.

Quadro 2 – Valores obtidos para turbidez.

AMOSTRA	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10
VALOR OBTIDO	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	1,29 UNT
AMOSTRA	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	P20
VALOR OBTIDO	5,74 UNT	3,37 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,91 UNT	0,01 UNT	1,37 UNT	2,53 UNT	4,14 UNT
AMOSTRA	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	P29	P30
VALOR OBTIDO	2,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	0,01 UNT	2,74 UNT	3,36 UNT	2,01 UNT

Fonte: Elaboração própria.

Foi feita a sua filtração utilizando membranas de microfibras de 47mm de diâmetro e porosidade equivalente a 0,45 μm , padrão utilizado para separação entre a fração de sólidos dissolvidos e a fração de sólidos em suspensão. O volume filtrado de cada amostra foi anotado, conforme quadro a seguir.

Quadro 3 – Volume filtrado(VF) em mL.

AMOSTRA	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10
VF (em mL)	250	242	260	260	250	215	190	200	200	270
AMOSTRA	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	P20
VF (em mL)	260	250	225	230	275	255	260	260	270	280
AMOSTRA	P21	P22	P23	P24	P25	P26	P27	P28	P29	P30
VF (em mL)	265	265	255	250	260	275	275	270	305	285

Fonte: Elaboração própria.

Após filtração, as membranas foram transferidas para Placas de Petri previamente descontaminadas e identificadas e posteriormente colocadas em liofilizador para secagem, visando remover o líquido remanescente. Após 24 horas de secagem, foi efetuada a pesagem das membranas filtradas.

Para a extração dos metais, as membranas com o material particulado foram transferidas para béquers com capacidade de 100 mL, e em seguida adicionou-se 3 mL de ácido clorídrico nos mesmos com o auxílio de uma pipeta graduada. Posteriormente, os béquers foram colocados na placa aquecedora a 180°C, com o intuito de extrair os metais presentes no material particulado retido na membrana de filtração para posterior leitura. Quando o ácido entrou em estado de ebulição, fato evidenciado por gás avermelhado, os béquers foram retirados da placa aquecedora e aguardou-se o seu resfriamento natural. Em seguida, o líquido extraído foi transferido para tubos de teflon com capacidade para 15 mL, lavando de maneira uniforme as paredes dos béquers com água ultrapura Milli-Q® até os tubos ficarem completamente cheios. A leitura de metais foi feita através de Espectrometria de Emissão Atômica com Plasma Acoplado ICP-OES.

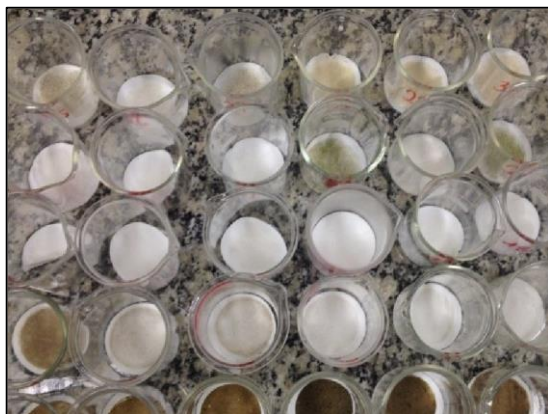


Figura 2 – Béquers com membranas após filtração. Figura 3 – Béquers em placa aquecedora.

Fonte: Elaboração própria. Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 PARÂMETROS DE QUALIDADE DA ÁGUA

Os dados de maior relevância obtidos através da sonda multiparâmetros seguem dispostos no quadro a seguir.

Quadro 4 – Parâmetros físico-químicos obtidos em campo.

ESTAÇÃO	PONTO	Temperatura (°C)	pH	OD (mg/L)	Saturação	Condutividade	SDT
1	1	21,32	3,56	6,79	78,70%	0,051	0,033
	2	21,43	3,66	5,32	61,70%	0,033	0,022
2	3	21,70	4,30	7,87	91,70%	0,049	0,032
	4	23,98	6,12	4,48	54,30%	0,100	0,070
	5	22,94	4,34	6,72	80,10%	0,032	0,021
3	6	23,10	4,11	7,96	95,10%	0,041	0,027

	7	23,87	4,35	5,31	64,20%	0,043	0,028
4	8	25,05	6,55	5,62	69,30%	0,043	0,028
	9	26,42	7,21	5,14	64,80%	0,591	0,378
	10	25,15	7,42	6,32	78,10%	0	0

Fonte: Elaboração própria.

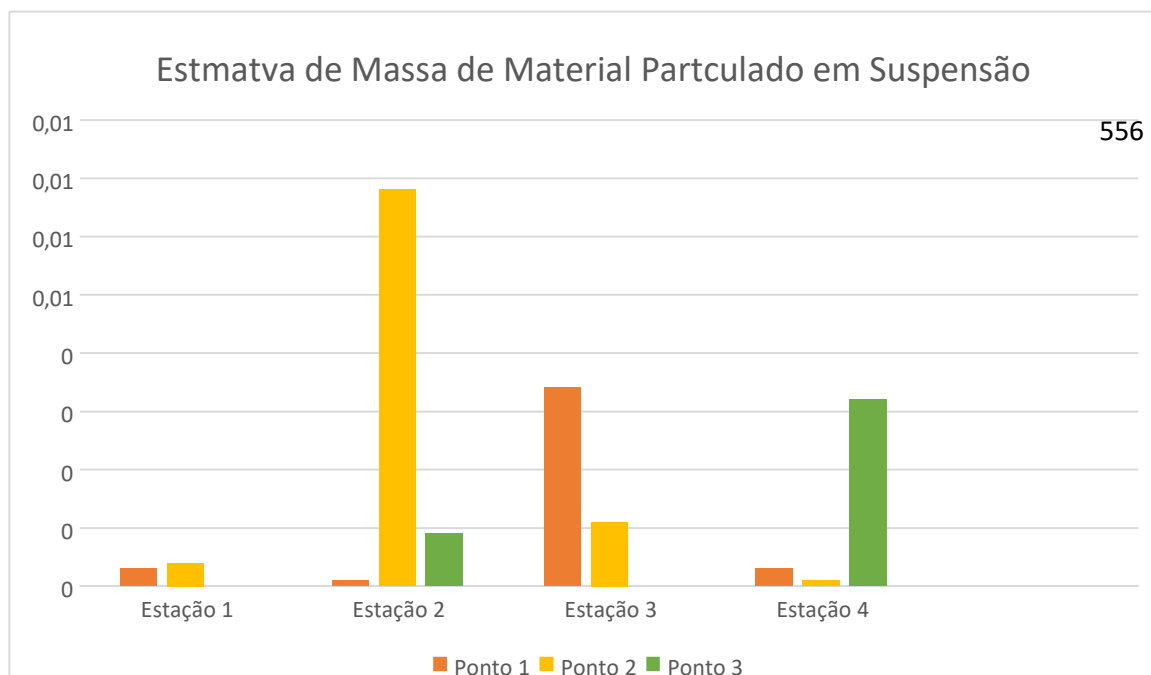
A temperatura é um parâmetro de grande influência, pois está relacionado a outras variáveis físico-químicas nos corpos hídricos, como viscosidade, tensão superficial, condutividade térmica, dentre outros. Em geral, os valores de temperatura da água observados aproximaram-se do valor ambiente (SANTOS, 2015).

Valores de pH de característica ácida foram observados nos pontos 1, 2, 3, 5, 6 e 7, com menor valor observado no ponto 1 (Cachoeira da Piabinha) correspondente a 3,56 e maior valor no ponto 7 (Paraguaçu II) correspondente a 4,35. Os demais pontos aproximaram-se da neutralidade. O potencial hidrogeniônico (pH) quando ácido, faixa entre 0 e 6, contribui para o processo de oxidação dos metais, facilitando a sua biodisponibilidade na água. De forma natural, este parâmetro é proveniente da dissolução de rochas (SANTOS, 2015; SPERLING, 1996).

Os valores de condutividade elétrica podem estar relacionados a presença de sais dissolvidos na água e outras partículas tais como íons e gás carbônico. Em paralelo, o oxigênio dissolvido relaciona-se principalmente com a presença de matéria orgânica, variações de temperatura e consumo dos organismos aeróbicos. Temperaturas mais elevadas da água conferem baixa solubilidade ao oxigênio. O ponto 4 (Madalena de Baixo) mostrou-se com o menor valor de oxigênio dissolvido (SANTOS, 2015).

Gráfico 1 – Média da massa de Material Particulado em Suspensão.

Fonte: Elaboração própria



3.2 MASSA DO MATERIAL PARTICULADO EM SUSPENSÃO

As concentrações de MPS foram estimadas no gráfico a seguir.

Para análise da concentração de MPS é necessário acompanhamento do índice pluviométrico, uma vez que este parâmetro influencia diretamente na incidência de metais e parâmetros físico-químicos (SANTOS, 2015).

A maior média de concentração de material particulado em suspensão (MPS) na água foi observada no ponto 4, localizado em Igatu, Madalena de Baixo, fato relacionado à descarga de efluentes e presença de matéria orgânica em decomposição. Em contrapartida, os menores valores foram observados nos pontos 3 e 9, localizados na Ponte de Igatu e no Poço Azul, respectivamente.

3.3 METAIS

Nos 10 pontos de coleta foram determinadas as concentrações dos seguintes metais no material particulado em suspensão: Al, As, Ca, Cd, Co, Cr, Cu, Fe, Mn, Mg, Na, K, Mo, Ni, Pb, V, Zn e Ti. Os resultados obtidos foram comparados com a Resolução CONAMA 357/05e com a Resolução CONAMA 454/12.

Os metais são facilmente adsorvidos no material particulado em suspensão devido a sua constituição predominante por partículas finas. Os processos erosivos podem atuar na diminuição da concentração de metais no material particulado, através do processo de diluição, efetivado pela introdução de partículas de solo menos contaminado na coluna d'água (SANTOS, 2015).

Os cálculos para a concentração de metais foram efetuados com base no volume de amostras filtrado. Os valores obtidos seguem conforme tabela abaixo.

Quadro 5 – Valores obtidos para metais através de leitura por ICP-OES.

ESTAÇÃO	PONTO	Al	Ca	Fe	Mg	Na	K	Ni	Zn
CONAMA 357/05 (mg/L)		0,1		0,3				0,025	0,18
CONAMA 454/12 (mg/kg)								18	123
1	1	<LQM	0,365	<LQM	<LQM	0,51	0,19	0,905	0,05
	2	<LQM	0,445	<LQM	0,12	0,955	0,22	0,865	0,04
2	3	<LQM	0,58	<LQM	0,15	1,07	0,23	1,13	0,045
	4	<LQM	0,736	0,125	0,17	1,12	0,56	0,84	0,046
	5	<LQM	0,613	<LQM	0,14	1,243	0,225	0,97	0,035
	6	0,17	0,535	0,14	0,11	0,85	0,243	0,86	0,055
3	7	<LQM	0,453	0,12	<LQM	0,72	0,24	0,805	0,03
4	8	<LQM	0,576	<LQM	0,11	0,95	0,15	0,85	0,05
	9	<LQM	0,58	<LQM	0,12	1,17	0,29	0,82	0,03
	10	<LQM	0,563	0,166	<LQM	0,993	0,26	0,77	0,075

Fonte: Elaboração própria.

Os valores obtidos para Ferro e Zinco não ultrapassaram o limite estabelecido pela CONAMA 357/05 em nenhum dos pontos. O Zn é um elemento proveniente principalmente de processos erosivos, naturais ou não, além de atividades como mineração e utilização de fertilizantes (CETESB, 2012).

Valores significativos de Arsênio, Cádmio, Cobalto, Cromo, Cobre, Manganês, Molibdênio, Chumbo, Vanádio e Titânio não foram encontrados em nenhuma das amostras coletadas.

Segundo Santos (2015, p. 27), o As é um elemento químico que pode ser disponibilizado ao ambiente através do processo de lavra na mineração do ouro. Altas concentrações de arsênio podem ser encontradas em água, sedimento e solos em localidades que existam rochas compostas por esse mineral, e sua liberação pode ser proveniente de processos de oxidação provocados por mineração, favorecendo a redução do ambiente. O Arsênio é um elemento natural no meio ambiente e comumente encontrado em depósitos de ouro.

Ainda que alguns metais se enquadrem como benéficos ao metabolismo dos organismos, a exemplo de Cromo, Cobre e Zinco, seus excessos podem causar efeitos controversos. Nenhuma das resoluções base estabelece limites para Cálcio, Magnésio, Sódio e Potássio. O maior valor de Ca foi encontrado no ponto 4.

Todos os valores encontrados para Ni ultrapassaram o limite estabelecido pela Resolução CONAMA 357/05. A presença deste elemento, exceto por origem natural, está relacionada a atividades antrópicas como lançamento de esgotos (lodo), queima de combustíveis fósseis, mineração e fundição de metal, fusão e modelagem de ligas e indústrias de eletrodeposição (CETESB, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da decadência da mineração na região da Chapada Diamantina, ocasionada pela diminuição de áreas úteis para exploração e regulamentação da atividade mineral, o garimpo informal ainda é praticado por muitos moradores da região, como prática de subsistência. Considerando a hidrodinâmica da Bacia do Paraguaçu, bem como a vulnerabilidade do material particulado em suspensão, e tendo em vista que, apesar de sua toxicidade, os metais tem biodisponibilidade

maior em sedimentos, os resultados em relação à concentração de metais em MPS não foram alarmantes. O presente estudo não teve resultados comparativos devido à escassez de pesquisas similares na região da Chapada Diamantina. Faz-se necessário novas amostragens, com a inclusão de novos pontos, e considerando fatores como sazonalidade, além da análise de novos elementos, como o Mercúrio, por exemplo, relacionado ao garimpo de ouro.

REFERÊNCIAS

SPERLING, Marcos Von. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

Tratamento de Minérios – 5ª Edição/Ed. Adão Benvindo da Luz, João Alves Sampaio e Silvia Cristina Alves França - Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2010.

MATTA, Paulo Magno Da. **O garimpo na Chapada Diamantina e seus impactos ambientais: uma visão histórica e suas perspectivas futuras**. Salvador, 2006.

SANTOS, Marcus Vinicius Silva. **Metais Pesados em Sedimentos Superficiais e Material Particulado em Suspensão na Bacia Superior do Rio Itapicuru- Mirim, Jacobina, Bahia, Brasil**. Feira de Santana, 2015.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Portaria Nº 237, de 18 de outubro de 2001. **Aprova as Normas Reguladoras de Mineração – NRM, de que trata o Art. 97 do Decreto-Lei nº227**, de 28 de fevereiro de 1967.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. RESOLUÇÃO Nº 357, de 17 de março de 2005 Publicada no DOU nº 053, de 18/03/2005, págs. 58-63. Alterada pela Resolução 410/2009 e pela 430/2011. **Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências**.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. RESOLUÇÃO Nº 454, de 01 de novembro de 2012. Revoga as Resoluções nº 344 de 2004 e nº 421 de 2010. **Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.**



QUALIDADE DA ÁGUA EM PONTOS TURÍSTICOS DA CHAPADA DIAMANTINA - BA: UMA ANÁLISE DA SAÚDE AMBIENTAL

*Raiany Sandhy Souza Santos*¹³⁸

*Milton Santos Cardoso Filho*¹⁸⁵

*Laumar neves de Souza*¹³⁹

*Renato Reis Barbosa*¹⁸⁷

*Carolina de Andrade Spinola*¹⁴⁰

*Ícaro Thiago Andrade Moreira*¹⁴¹

RESUMO

Cidades ou regiões que possuem economia voltada ao setor turístico, e tem como principal foco atividades em ambientes naturais que possuem recursos hídricos como atrativo, a exemplo de cachoeiras, rios e outros, é sugerido que seja realizado um planejamento adequado para atendimento da população e do público visitante, de forma a não comprometer a qualidade ambiental. Quando não existe um plano de manejo desses locais, esses ambientes naturais podem tornar-se risco à saúde humana. A Chapada Diamantina tem um potencial turístico natural reconhecido mundialmente, alguns dos pontos turísticos da região possuem rios e cachoeiras. Este trabalho teve como objetivo avaliar a qualidade de águas em alguns pontos turísticos da Chapada Diamantina e comparar com as legislações ambientais vigentes, e verificar a presença do caramujo *Biomphalaria Glabrata* (potencial vetor de esquistossomose), podendo assim determinar se esses ambientes representam algum risco à saúde humana.

Palavras-chave: Chapada Diamantina; Qualidade de água; Saúde ambiental.

¹³⁸ Mestranda do programa de pós-graduação em desenvolvimento regional e urbano – PPDRU na Universidade Salvador. Bolsista CAPES. E-mail: raianysantos_2@hotmail.com. ¹⁸⁵ Mestrando do programa de pós-graduação em geoquímica: petróleo e meio ambiente – POSPETRO na Universidade da Bahia. Bolsista FAPESB. E-mail: cardosomilton@gmail.com.

¹³⁹ Doutor em Ciências Sociais, Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), UNIFACS. E-mail: laumar.souza@unifacs.br ¹⁸⁷ Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz - Fundação Oswaldo Cruz, Brasil. Docente UNIFACS - Universidade Salvador. E-mail: renato.reis@unifacs.br

¹⁴⁰ Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona - UB. Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), UNIFACS. Email: carolina.spinola@unifacs.br.

¹⁴¹ Doutor em geologia e dos recursos hídricos pela UFBA. Pesquisador/Colaborador do programa de pós-graduação em energia, e do programa em desenvolvimento regional e urbano (UNIFACS). E-mail: icaro.moreira@unifacs.br.

INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é um assunto pauta de encontros em diversos âmbitos, desde municipal como em Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU), dentro de empresas com as práticas de sustentabilidade empresariais, quanto internacionais como nos 17 objetivos de sustentabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU). Sanches (2002) define desenvolvimento sustentável como a harmonização entre os objetivos sociais, ambientais e econômicos, tendo como seus três pilares atender os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica.

O princípio 1 da declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento (1992) – PDRMAD – diz que os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável, tendo direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza. O que foi reafirmado em 2015 no terceiro objetivo para o desenvolvimento sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas) – ODS – ONU, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, o que leva em consideração que uma boa qualidade ambiental é um fator que assegura um aumento na saúde da população. Fazendo assim uma relação entre qualidade ambiental e saúde humana, isso porque muitas doenças humanas são transmitidas a partir de uma matriz ambiental que tenha sido comprometida anteriormente por fontes de contaminações antropogênicas, como exemplos os efluentes industriais, domésticos e orgânicos oriundos de fertilização na agricultura lançados em corpos hídricos, deficiências no saneamento básico ou disposição irregular de resíduos sólidos.

A qualidade das águas de corpos hídricos é como fator condicionante para a saúde ambiental, por desta ter diversas funções humanas, como por exemplo ingestão direta por comunidades que não contam com o tratamento e distribuição de água de forma adequada, ou outro exemplo é o lazer em pontos turísticos que tem como foco meios naturais como rios, lagos e cachoeiras. O sexto ODS ONU visa assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, e o princípio 4 da PDRMAD que diz que para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste. Logo, o desenvolvimento de uma região deve ser atrelado a uma série de medidas

preventivas e realizado através de um planejamento adequado que leve em consideração a preservação ambiental.

A região da Chapada Diamantina localizada no estado da Bahia, Brasil, de acordo com Pereira (2010) representa atualmente um dos principais destinos ecoturísticos do país, tendo nos elementos da geodiversidade o seu principal apelo turístico. Atualmente possui um imenso potencial turístico sendo o setor de comércio e serviço correspondente a 65,8% do PIB da região seguido pela agropecuária, com 20,7%, e pela indústria, com 13,5%. (PTIB, 2015), pois parte dos municípios possuem sua economia voltada para esse setor, sendo um grande percentual voltado ao ecoturismo, por conta de ser uma região que possui diversidade em atrativos naturais, em termos de recursos hídricos, tem uma quantidade significativa de cachoeiras, rios, lagoas e áreas alagadiças que recebem turistas de várias partes do mundo (PTDRS, 2010). Isso porque a região comporta algumas nascentes de rios, como exemplo do rio Paraguaçu, responsável pelo abastecimento de Salvador, além de afluentes importantes de outros rios como o rio São Francisco.

Nos últimos anos tem se intensificado a preocupação quanto à qualidade ambiental das águas dos rios do parque nacional da Chapada Diamantina, principalmente após a grande repercussão da mídia quanto a casos de pessoas contaminadas por doenças de veiculação hídrica (G1, 2017; METRO 1, 2017), como o caso do grupo de turistas do estado de Minas Gerais que contraíram esquistossomose após visitarem a Cachoeira do Poção que fica localizada em Lençóis, Chapada Diamantina, Bahia Brasil. Segundo a secretaria de turismo de Lençóis, essa contaminação pode estar associada ao Rio Santo Antônio, que atravessa alguns municípios do parque nacional da Chapada Diamantina que possui população ribeirinha sem saneamento básico, sendo assim os desejos humanos brutos são lançados no rio sem tratamento, podendo assim ser risco a saúde pública por conta de favorecer a veiculação de doenças hídricas, como por exemplo a esquistossomose.

Por conta da grande divulgação desses outros casos, o turismo da cidade sofreu baixas, fazendo com que a prefeitura de Lençóis, BA, em 10 de abril de 2018 criasse um comitê interinstitucional de mobilização, prevenção e controle da esquistossomose no município de Lençóis. (CORREIOS, 2017; LENÇÓIS, 2018). Cidades que têm sua economia principal focada no setor turístico, é aconselhável

que possuam políticas públicas com programas voltados para atender primeiramente necessidades essenciais de condições estruturais como: saneamento, saúde, transporte, distribuição de renda, lugares para lazer, infraestrutura de moradia, conservação de recursos naturais. Com isso o turismo pode ser uma ferramenta utilizada por governos para atingir metas de reestruturação e crescimento econômico, geração de empregos e desenvolvimento, e assim contribuir de forma positiva no equilíbrio econômico (MARQUES, 2014).

A poluição de ecossistemas aquáticos pode afetar o habitat e a qualidade de vida dos peixes e de outros animais selvagens da região, inclusive o homem, porque depois que a água é contaminada remover esses contaminantes é difícil e caro, e muitas vezes impossível. A contaminação de água doce pode incluir patógenos, nutrientes, como o nitrogênio, salinidade, que pode estar associada a atividades agropecuária, efluente doméstico ou escoamentos de minas em rios (UNEP, 2018).

A região da Chapada Diamantina ainda sofre com problemas relacionados ao tratamento do esgoto e distribuição de água potável, em 2010 apenas 75,6% dos seus municípios eram atendidos com um sistema de abastecimento de água adequado e apenas 16,9% das casas da região eram atendidas com um sistema de esgotamento sanitário, podendo ser rede geral ou fossa séptica (SEI, 2016).

O enquadramento de corpos hídricos no Brasil pode ser realizado com base na resolução CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) 357, que estabelece limites máximos para parâmetros necessários de detecção de qualidade de água, alguns desses são: parâmetros físico-químicos, íons dissolvidos, clorofila e metais, que são indicam se a água possui contaminantes oriundos de fontes antropogênicas e também caracterizam o meio em que a água está presente, como os minerais dispersos no meio por conta do tipo de rocha, entre outras características.

A chapada diamantina representa um setor importante no ecoturismo e na diversidade ecológica do estado da Bahia, apresenta diversas áreas com potencial turístico que são afetadas diretamente por questões de deficiência nos sistemas de esgotamento sanitário ou até mesmo por falta de gestão dessas áreas. Tendo em vista a problemática envolvida na importância da qualidade ambiental da região reflete no setor turístico do parque, esse trabalho vem como

objetivo de identificar a presença ou ausência de contaminantes provenientes de atividades antropogênicas em pontos turísticos importantes da região da Chapada Diamantina.

METODOLOGIA

1.1 ÁREA DE ESTUDO

O Parque Nacional da Chapada Diamantina possui 152.000 hectares, tem grande diversidade ecológica e ambiental em seu território, abrangendo, por exemplo, três biomas brasileiros: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. O Parque está inserido nas Reservas da Biosfera (RB) da Caatinga e da Mata Atlântica (ICMBIO, 2018). Faz parte da área de abrangência do Semiárido, e todos os municípios se enquadram na Região Semiárida. Predomina o clima sub-úmido a seco, com ocorrência do clima semiárido, nas extremidades e área de Boninal, e clima úmido a sub-úmido, na porção sul. Existindo muitas culturas irrigadas nesse trecho mais úmido (PTIB, 2015). Tem sua economia voltada para o setor de turismo, ecoturismo e agronegócio correspondendo a 1,3% do PIB do estado da Bahia (SEI, 2017).

Figura 1 - Limite do Parque Nacional da Chapada Diamantina

1.2 PROCEDIMENTO DE AMOSTRAGEM

Para coleta da matriz ambiental água, foi feito um levantamento de pontos turísticos com característica predominante de uso recreativo das águas, e a partir desse foram determinadas as estações de coleta.

Todos os recipientes para coleta foram descontaminados seguindo o protocolo estabelecido pelo Núcleo de Estudos Ambientais – NEA.

As coletas ocorreram em triplicata para garantir a qualidade dos dados e foram realizadas entre os dias 05 de julho de 2018 a 08 de julho de 2018. Todas as amostras foram conservadas de forma a manter as características de acordo com os parâmetros que seriam analisados, para que em laboratório as amostras pudessem ser submetidas à métodos de determinação e quantificação destes contaminantes.

Tabela 01 – Coordenadas das estações de coleta

Cidade	Local	Coordenadas
Mucugê	Piabinha	- 12.993201S - 041.341432W
Mucugê	Rio Tiburtino	- 12.999438S - 041.348082W
Mucugê	Ponte Mucugê	- 13.01183S - 041.25890W
Igatu	Ponte Igatu	- 12.89592S - 041.31593W
Igatu	Madalena de Baixo	- 12.89252S - 041.31672W
Igatu	Nascente	- 12.54066S - 41.18396W
Andaraí	Balneário do Rio Paraguaçu 01	- 12.85333S - 041.31087W
Andaraí	Balneário do Rio Paraguaçu 02	- 12.51050S - 41.18439W
Nova Redenção	Praia da Peruca	- 12.769889S - 041.165670W
Nova Redenção	Poço Azul	- 12.46'558S - 41.08569W
Nova Redenção	Rio Paraguaçu	- 12.46484S - 41.09064W

1.3 MÉTODOS ANALÍTICOS

Todas as coletas foram realizadas em triplicata para todos os analitos, os parâmetros físico-químicos não conservativos como temperatura, pH, potencial redox, condutividade elétrica, turbidez, oxigênio dissolvido, sólidos totais dissolvidos e salinidade foram medidos em campo com a sonda multiparâmetros da marca HORIBA, modelo U50. Todas as amostras foram águas superficiais da margem dos rios.

Tabela 02 – Métodos analíticos utilizados na caracterização físico-química da água.

Análise	Método
Clorofila a	APAH (2012)
Metais	ASTM(1992)
Íons Dissolvidos	STANDARD METHODS 4110

1.4 MÉTODOS ESTATÍSTICOS

As análises estatísticas dessa pesquisa foram feitas a partir do software Microsoft Excel 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segue a discussão dos dados obtidos através das análises físico-químicas feitas em campo e no LEPETRO Excelência em Geoquímica – Petróleo, Energia e Meio ambiente.

1.5 PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICO

A maior temperatura registrada foi no Poço Azul com 26,42°C, que pode ser justificado devido a ser um ambiente lântico e a constante entrada de pessoas no ambiente. As estações que apresentaram maior acidez foram as estações Piabinha e rio Tiburtino na cidade de Mucugê, BA - Brasil, com pH 3,56 e 3,66, a CONAMA 357, 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de águas e diretrizes ambientais para o seu enquadramento estabelece que para águas doce de classe 1 o pH tem que ser entre 6,0 e 9,0, sendo todas as estações estando a baixo do valor máximo permitido pela legislação, mas esses valores podem ser considerados naturais, já que a Chapada Diamantina apresenta um grande número de nascentes e rios com pH naturalmente ácido e são características por apresentarem cor escura que é resultado da presença de compostos húmicos (VIANA, J. C. C. 2013).

A condutividade elétrica da água indica a sua capacidade de transmitir a corrente elétrica em função da presença de substâncias dissolvidas, que se dissociam em ânions e cátions, ou seja, quanto maior a capacidade de conduzir corrente elétrica maior será maior a associação de íons da solução (FUNASA

2014), na estação de Madalena de baixo da cidade de Igatu, BA, Brasil, teve o maior valor de condutividade 0,1 mS/cm, que pode ser justificado com a afirmação anterior, já que é a estação que apresenta as maiores concentrações de íons em relação as outras estudadas.

A turbidez é um bom indicador para constatar alterações na dinâmica hidrossedimentar de uma bacia por consequência de erosão acelerada, descarga de efluentes domésticos e presença de microrganismos, sendo muito útil em análises ambientais, já que pode ser facilmente correlacionado o aumento de turbidez com as características da região (RAPOSO, A. A; BARROS, L. f. P; JÚNIOR, A. P. M. 2009). Os maiores valores registrado de Turbidez foi na estação Balneário localizado no município de Nova Redenção, BA – Brasil, com 122 NTU, a CONAMA 357, 2005, estabelece que para águas doces de classe 1 a turbidez tem que ser inferior a 40 NTU, sendo a única estação fora do parâmetro turbidez.

O oxigênio dissolvido (OD) é essencial para todas as formas de vida aquática, a quantidade de oxigênio em águas naturais pode variar, como em águas mais frias onde as concentrações de oxigênio tendem a ser maiores enquanto em águas salinas menores, as concentrações de oxigênio também pode ser influenciada devido a altitude com a diminuição da pressão atmosférica que diminui a interface água-ar, exposição prolongada a concentrações abaixo de 5 mg/L de oxigênio dissolvido pode causar estresse as microrganismos presentes, enquanto a exposições abaixo de 2 mg/ L pode levar a morte da maioria dos organismos (EMBRAPA, 2018).

A CONAMA 357, 2005, estabelece que para águas doces de classe 1 a concentração de OD tem que ser não inferior a 6mg/L, a única estação que teve valor muito abaixo, considerando as condições da estação, do que é permitido pela legislação foi a estação de Madalena de Baixo do município de Igatu, BA, com 4,48 mg/ L, já sendo possível afirmar que já existe uma perturbação na biota daquela região quanto ao parâmetro oxigênio dissolvido.

Em nenhuma das estações os valores de Sólidos totais dissolvidos (STD) tiveram valores a cima do valor máximo permitido pela CONAMA 357, 2005, de 500 mg/L, tendo o maior valor registrado na estação do Poço Azul de 378 mg/L.

Em todas as estações a salinidade das águas de igual a 0, sendo todas classificadas como água doce de classe 1 no parâmetro salinidade segundo a legislação CONAMA 357, 2005.

1.6 CLOROFILA

Quanto ao parâmetro Clorofila a CONAMA 357/2005 estabelece que para água doce de Classe 1 a concentração de clorofila não pode ser superior a 0,01mg/L a única estação que apresentou valores acima do permitido foi a estação de Madalena de baixo, com 129,55 mg/L de Clorofila a que pode ser justificado devido a ser a única estação onde teve as maiores concentrações de nitrogênio.

1.7 ÍONS DISSOLVIDOS

Quanto ao parâmetro Cloreto total, todas as estações encontram-se enquadradas na legislação, sendo o valor máximo permitido pela CONAMA 357/2005 de 250mg/L, sendo o maior valor registrado na estação do Poço Azul de 30, mg/L.

Quanto aos parâmetros Fluoreto, Cloreto, Fosfato, Sulfato, Nitrito, Brometo, Sódio, Amônio, Potássio e Magnésio, todas as estações encontra-se enquadradas na CONAMA 357/2005.

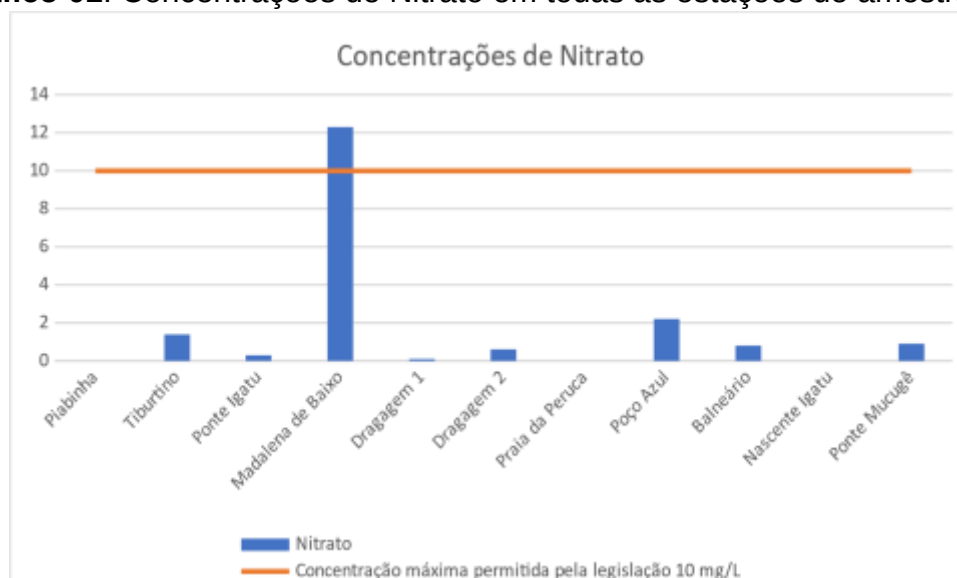
A estação de Madalena de baixo, Igatu – BA, é a única estação que se encontra comprometida quanto ao parâmetro nitrato. O nitrato concentrações superiores à 3 mg/L de nitrato em águas subterrâneas e superficiais já é um indicador de deterioração da qualidade natural devido a atividades antropogênicas (PASTÉNZAPATA, 2014; ANORNU, 2017). O nitrato é um contaminante preocupante, pois sua natureza é carcinogênica a saúde humana e sua ingestão frequente pode causar doenças como o câncer colorretal, que é um dos cânceres mais frequentes no mundo, representando cerca de 10% da incidência global de câncer (HERRERA et al., 2016), câncer de ovário, que detém a maior taxa de mortalidade dentre todos os cânceres do sistema reprodutivo feminino (INOUE-CHOI et al., 2014) e câncer de pâncreas (ASCHEBROOK-KILFOI et al., 2011).

A contaminação das águas por nitrato pode ocorrer devido ao uso de fertilizantes agrícolas e criação de animais próximo a rios e aquíferos, os sistemas de saneamento mais rudimentares como tanques sépticos ou fossas, constituem outra importante fonte de nitrato nas águas (VARNIER; HIRATA, 2000).

A legislação brasileira permite concentração máxima de Nitrato em águas para o consumo de 10mg/L pois em concentrações superiores já é considera tóxico para a natureza humana, até mesmo em ambientes recreacionais os

valores não podem ser superiores a 10 mg/L (CONSOLIDAÇÃO Nº5; CONAMA 357).

Gráfico 01: Concentrações de Nitrato em todas as estações de amostragem



1.8 METAIS

Os metais analisados em água foram: Alumínio (Al), Arsênio (As), Cálcio (Ca), Cádmiio (Cd), Cobalto (Co), Cromo (Cr), Cobre (Cu), Ferro (Fe), Manganês (Mn), Potássio (K), Magnésio (Mg), Sódio (Na), Níquel (Ni), Chumbo (Pb), Vanádio (V) e Zinco (Zn).

Tabela 03 – Descrição dos dados de metais analisados.

PARÂMETRO		DESCRIÇÃO										NORMATIVAS		
	Unidade	Valores médios											Resolução	
	mg L ⁻¹	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11		
Metais														
Alumínio (Al)	mg L ⁻¹	<0,10	<0,10	<0,10	<0,10	0,13	<0,10	0,14	<0,10	<0,10	0,11	<0,10	^d 0,1	
Arsênio (As)	mg L ⁻¹	<0,10	<0,10	<0,10	<0,10	<0,10	<0,10	<0,10	<0,10	<0,10	<0,10	<0,10	^a 0,5	
Cálcio (Ca)	mg L ⁻¹	0,20	0,14	0,17	3,74	0,17	3,87	0,39	23,50	3,93	0,33	1,41	^b 75,0	

Cádmio (Cd)	mg L ⁻¹	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	^a 0,2
Cobalto (Co)	mg L ⁻¹	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	^d 0,05
Cromo (Cr)	mg L ⁻¹	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	^d 0,05
Cobre (Cu)	mg L ⁻¹	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	^a 2,0
Ferro (Fe)	mg L ⁻¹	<0,10	0,14	0,42	0,22	0,73	0,61	0,33	<0,10	0,55	0,33	0,31	^d 0,3
Manganês (Mn)	mg L ⁻¹	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	^d 0,1
Potássio (K)	mg L ⁻¹	0,17	0,11	0,35	1,75	0,11	0,41	0,11	4,45	0,41	0,13	0,17	^b 55,0
Magnésio (Mg)	mg L ⁻¹	0,29	0,45	0,29	1,09	0,30	2,62	0,44	29,59	2,57	0,45	1,27	^b 50,0
Sódio (Na)	mg L ⁻¹	1,22	1,53	1,36	9,15	1,41	2,20	1,29	10,06	2,03	1,44	5,42	^d 200,0
Níquel (Ni)	mg L ⁻¹	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	^a 2,0
Chumbo (Pb)	mg L ⁻¹	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	^a 0,5
Vanádio (V)	mg L ⁻¹	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	^a 0,1
Zinco (Zn)	mg L ⁻¹	0,03	0,02	0,03	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	^a 5,0

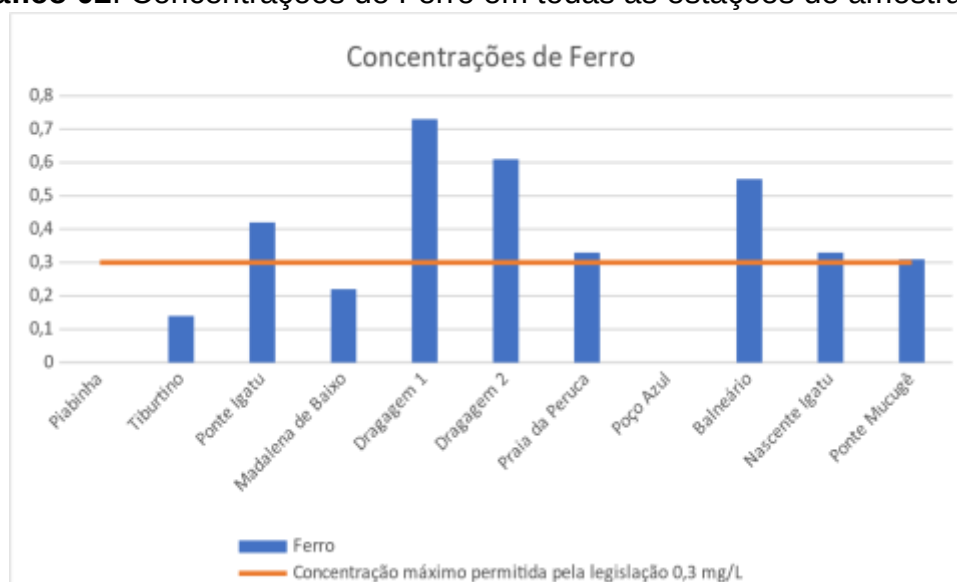
^aClassificação segundo a Resolução CONAMA 397 (2008); ^bClassificação segundo WHO (2006); ^cClassificação segundo WHO (2009). *EPA - United States Environmental Protection Agency. ^dClassificação segundo a Resolução CONAMA 357 (2005)

Os dados foram comparados com as resoluções do CONAMA 397 (2008), CONAMA 357 (2005), EPA 2009 e 2006. A tabela 03 mostra que os parâmetros alumínio, arsênio, cálcio, cádmio, cobalto, cromo, cobre, manganês, potássio, magnésio, sódio, níquel, chumbo, vanádio e zinco, em todas as campanhas estiveram dentro dos limites estabelecidos pelas legislações vigentes.

Apenas o ferro esteve fora do limite máximo permitido nas estações 3, 5, 6 e 9. Segundo Freitas (2001), presença de concentrações de alguns metais como o ferro em água com valores acima das portarias, pode ser entendida como tendo origem natural. Quando se trata da formação da Chapada, Pereira (2010) fala que a evolução da paisagem dessa área no período terciário caracterizado pela elaboração de superfícies de erosão, onde as superfícies se desenvolveram em condições de clima chuvoso com estação seca, o que favoreceu a formação de couraças e cangas pela precipitação de sílica e hidróxidos de ferro, sobre materiais detríticos previamente acumulados. Sendo assim, a região da chapada tem formação rochosa rica em ferro, o que pode indicar que as concentrações

superiores aos limites estipulados pelas legislações devam-se a esse fator, mas também pode estar sendo provocada pela poluição antropogênica em consequência da presença de resíduos sólidos acumulados sem manejo adequado, fossas sépticas ou lançamento de efluentes domésticos em estado bruto nos rios na região (FREITAS, 2001).

Gráfico 02: Concentrações de Ferro em todas as estações de amostragem



1.9 CARAMUJO *BiophalariaGlabrata*

Não foram encontrados caramujos do tipo *BiophalariaGlabrata* em nenhuma das estações analisadas. O *Biomphalaria glabrata* é uma espécie nativa e o padrão de distribuição da espécie pode estar correlacionada com sua preferência por habitats antropogênicos, ricos em matéria orgânica (Tuan, 2009). Pointier em 1989 disse que a sobrevivência desses caramujos é favorecida pela presença de habitats permanentes e estáveis, preferencialmente rasos, com plantas emergentes e bem oxigenados. O que pode sugerir que não foram encontrados caramujos nas estações de amostragem por conta de serem pontos de turbulência (cachoeiras) e correnteza, portanto ambientes não estáticos, o que desfavorecem a sobrevivência e reprodução do *BiophalariaGlabrata* nos pontos estudados.

CONCLUSÃO

Entre todas as estações estudadas, Madalena de baixo foi a única que se encontra comprometida devido a atividades antropogênicas, sendo a única não enquadrada como água doce de classe 1 pela resolução CONAMA 357/2005.

A chapada diamantina ainda possui diversas áreas com potencial turístico não explorados, e a sua preservação é necessária, não só por um contexto ambiental, mas também econômico, pois é uma região que tem um percentual de sua economia voltada ao ecoturismo, logo, o comprometimento dos rios que atravessam a região através de poluição em seus rios por compostos, o que pode tornar esses locais favoráveis a doenças de veiculação hídrica e comprometer o setor turístico.

Se faz necessário um planejamento adequado para que essas estações estudadas não se tornem um risco à saúde humana, e isso acarrete em consequências como a desvalorização do turismo local, danos à saúde das moradores, visitantes e turistas, e queda da economia das vilas e cidades que dependem do fator turismo para movimentação financeira.

É sugerido a continuação do estudo com o intuito de monitorar temporalmente a qualidade desses corpos hídricos, com o objetivo de observar se existe variações na contribuição dos contaminantes por conta da sazonalidade e/ou avaliar se as concentrações irão aumentar com o tempo ou não.

REFERÊNCIAS

ANA - Agência Nacional das Águas: Portal da qualidade das águas. **Indicadores de qualidade - Índice do Estado Trófico (IET)**. 2018. Disponível em: <pnqa.ana.gov.br/indicadores-estado-trofico.aspx>. Acesso em 16 Jul. 2018.

ANORNU, Geophrey; GIBRILLA, Abass; ADOMAKO, Dickson. Tracking nitrate sources in groundwater and associated health risk for rural communities in the White Volta River basin of Ghana using isotopic approach ($\delta^{15}\text{N}$, $\delta^{18}\text{O}$ NO_3 and 3H). **Science of The Total Environment**, v. 603, p. 687-698, 2017.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Oxigênio Dissolvido**. 2018. Disponível em: <www.cnpma.embrapa.br/projetos/ecoagua/eco/oxigdiss.html>. Acesso em: 15 Jul. 2018.

FREITAS, Marcelo Bessa de; BRILHANTE, Ogenis Magno; ALMEIDA, Liz Maria de. Importância da análise de água para a saúde pública em duas regiões do

Estado do Rio de Janeiro: enfoque para coliformes fecais, nitrato e alumínio. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, p. 651-660, 2001.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Ministério do Meio Ambiente. **Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/9396parque-nacional-da-chapada-da-diamantina>. Acesso em: 31 Jul 2018

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo Parque Nacional Chapada Diamantina**. Parte 1. 2007. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_chapada_diamantina.pdf>. Acesso em: Ago 2018.

MARQUES, Cláudia B.. A política pública e a economia do turismo local. 2014.

MOHAMED, A. J; RAHMAN, I. A; LIM, L. H. Groundwater quality assessment in the urban-west region of Zanzibar Island. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 186, n. 10, p. 6287-6300, 2014.

ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização da Nações Unidas. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: Jul 2018.

PASTÉN-ZAPATA, Ernesto, LEDESMA-RUIZ, Rogelio, HARTER, Thomas, RAMÍREZ, Aldo I., MAHLKNECHT, Jürgen. Assessment of sources and fate of nitrate in shallow groundwater of an agricultural area by using a multi-tracer approach. **Science of The Total Environment**, 470–471 (2014), 1, Pp. 855864.

PEREIRA, Galeno Fraga de Araújo Pereira, **Geoconservação e desenvolvimento sustentável na Chapada Diamantina (Bahia - Brasil)**. 2010.

POINTIER, Jean-Pierre; MCCULLOUGH, Fergus. Biological control of the snail hosts of *Schistosoma mansoni* in the Caribbean area using *Thiara* spp. *Acta Tropica*, v. 46, n. 3, p. 147-155, 1989.

Princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: Ago 2018.

PTIB – Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia. Volume 1: Chapada Diamantina. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia, v. 1, p. 113-145, 2015

RAPOSO, A.A.; BARROS, L.F.P; MAGALHÃES JÚNIOR, A.P. **O parâmetro de turbidez das águas como indicador de impactos humanos na dinâmica fluvial da bacia do Rio Maracujá – Quadrilátero**. In: XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. 13, 2009, Viçosa. Trabalho completo. Disponível em: <<http://www.geo.ufv.br/simposio>>. Acesso em 15 Jul. 2018.

Resolução 357 do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente **Classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu**

enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. 2005.

SANCHS, Ignacy. **Caminhos Para o Desenvolvimento Sustentável** - Col. Ideias Sustentáveis. 2002. Edição 2. p. 35-54.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Territórios de Identidade.** Disponível em: www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2289&Itemid=265. Acesso em: 01 Jul 2018.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia. **Indicadores Territoriais:** Território de Identidade Chapada Diamantina. Disponível em: www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/chapadadiamantina.pdf. Acesso em: 31 Jul 2018.

TUAN, R. i. Distribuição e diversidade de espécies do gênero *Biomphalaria* em microrregiões localizadas no Médio Paranapanema, São Paulo, SP, Brasil. **Biota Neotropica**, v. 9, n. 1, 2009.

UNEP - United Nations Environment Programme. **Monitoring water quality.** Disponível em: <https://www.unenvironment.org/explore-topics/water/what-we-do/monitoring-water-quality>. Acesso em: 30 Jul 2018.

VARNIER, C; IRITANI, M. A; VIOTTI, M; ODA, G, H; FERREIRA, L. M. R. Nitrato nas águas subterrâneas do sistema aquífero Bauru, área urbana do município de Marília (SP). **Revista do Instituto Geológico**, v. 31, p. 1-21, 2010.

VARNIER, C; HIRATA, R. Contaminação da água subterrânea por nitrato no parque ecológico do Tietê-São Paulo, Brasil. **Águas Subterrâneas**, n. 16, 2000.

VIANA, J. C. C. **Diatomáceas (Bacillariophyceae) epilíticas como biomonitores da qualidade de águas dos rios Cumbuca, Mucugê e Piabinha (Chapada Diamantina - Ba).** Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Instituto de Biologia, Mestrado em Ecologia e Biomonitoramento, Salvador - BA, 2007.

HERRERA, N. E., et al. Colorectal cancer risk and nitrate exposure through drinking water and diet. **Cancer Epidemiology**, v. 139, n. 2, 2016.

INOUE-CHOIE, M.; JONES, R. R.; ANDERSON, K. E.; CANTOR, K. P.; CERHAN, J. R.; KRASNER, S.; ROBIEN, K.; WEYER, P. J.; WARD, M. H. Nitrate and nitrite ingestion and risk of ovarian cancer among postmenopausal women in Iowa. **International Journal of Cancer**, v. 137, n. 1, 2015.

ASCHEBROOK-KILFOI, B.; CROSS, A. J.; STOLZENBERG-SOLOMON, R. Z.; SCHATZKIN, A.; HOLLENBECK, A. R.; SINHA, R.; WARD, M. H.

Pancreatic Cancer and Exposure to Dietary Nitrate and Nitrite in the NIH-AARP Diet and Health Study. **American Journal Epidemiology**, v. 174, n. 3, 2011.



UNIDADES DE SAÚDE DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA E SUAS REDES DE APOIO: UM DIAGNÓSTICO DOS MUNICÍPIOS DE LENÇÓIS, PALMEIRAS E MUCUGÊ

Sylvia Dalcom Bastos Barreto¹⁴²

Brenda Laudano Lima¹⁴³

Edenita Souza¹⁴⁴

RESUMO

O aumento do fluxo turístico no Parque Nacional da Chapada Diamantina e os riscos associados à prática do turismo de natureza requerem, dos municípios de seu entorno uma estrutura de saúde apropriada. O objetivo deste trabalho é analisar se as unidades de saúde existentes estão adequadas para atender à demanda da população local dos visitantes. Utilizou-se como parâmetro de análise o preconizado pela Lei nº 8080, que normatiza o funcionamento dos serviços de saúde no Brasil. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa documental nos protocolos do Sistema Único de Saúde – SUS e os dados obtidos em pesquisa de campo nos municípios estudados. Concluiu-se que o sistema de saúde existente não atende às necessidades da demanda local.

Palavras-chave: Unidades de Saúde; Parque Nacional da Chapada Diamantina; Lei nº 8080

INTRODUÇÃO

O Parque Nacional da Chapada Diamantina é uma unidade de conservação de proteção integral que ocupa uma área de aproximadamente 152 mil ha, na encosta Leste da Chapada Diamantina, entre os municípios de Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí, Itaetê e Ibicoara. Ele atrai visitantes de várias partes do Brasil e também de outros países, interessados em conhecer as paisagens da Serra do Sincorá e seus atrativos turísticos naturais, distribuídos entre quedas d'água, morros, planícies, rios, poços, grutas e pântanos, interligados por uma rede de

¹⁴² Especialista, mestranda PPDRU. E-mail: sylviadalcom@yahoo.com.br.

¹⁴³ Graduanda em enfermagem, UNIFACS. E-mail: brendallaudano@gmail.com.

¹⁴⁴ Graduanda em enfermagem, UNIFACS. E-mail: edenitaneta@gmail.com.

trilhas e picadas que atravessam a sua área em todas as direções. (SPINOLA, 2005)

A quantidade de turistas que visita a unidade não é conhecida, uma vez que inexistente qualquer tipo de controle de acesso à unidade, contudo a quantidade de acidentes e ocorrências envolvendo os visitantes tem crescido nos últimos anos, sendo cada vez mais constantes os casos de picadas de animais peçonhentos, traumas diversos e óbitos decorrentes de eventos climáticos súbitos ou de acidentes relacionados com a prática do turismo de natureza. (g1.globo.com, 2016) (Jornal da Chapada, 2018) (correio24horas, 2017)

A Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em consonância com a Constituição Federal de 1988, regula em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde sejam eles públicos ou privados e as diretrizes de estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda de acordo com as diretrizes da nossa Constituição e como forma de definir estratégias e movimentos táticos, que orientam a operacionalidade deste Sistema Único de Saúde – SUS, em 1996 são editadas as Normas Operacionais Básicas (NOB). Essas normas têm por finalidade primordial promover e consolidar o pleno exercício, por parte do poder público municipal e do Distrito Federal, da função de gestor da atenção à saúde dos seus municípios integralizando assim as estruturas da atenção básica.

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, a atenção básica à saúde, compreende três grandes campos: o da assistência; o das intervenções ambientais e o das políticas externas ao setor saúde. O que vamos nos ater nesta pesquisa é o da assistência, em que as atividades são prestadas no âmbito ambulatorial e hospitalar, bem como em outros espaços, (NOB-SUS/96), conforme o quadro 1 seguinte.

Quadro 1: Características das Estruturas de Saúde

TIPOS	CONCEITO	HABITANTES	SUPORTE	LEGISLAÇÃO
Unidade Básica de Saúde (UBS)	Unidade destinada para oferta de atendimento básico e integral, programado ou não. Assistência prestada por profissionais de nível superior incluindo médicos generalistas e especialistas. Sendo o atendimento	Instituída em municípios ou microrregiões com até 30.000 hab. e que possuem cobertura da Estratégia de Saúde da Família igual ou superior a 70%	Consultas médicas; Inalações; Injeções; Curativos; Vacinas; Exames laboratoriais; Tratamento odontológico.	PT SAS 511 DE 29/12/2000
Hospital Geral	Unidade estruturada para execução de atendimentos por especialistas. Podendo oferecer serviço de urgência e emergência. Devendo dispor do serviço de apoio a diagnose e terapia (SADT)	Hospital de referência para, no mínimo, uma Região de Saúde conforme Plano Diretor Regional (PDR). Com cobertura populacional de até 200 mil habitantes. São estabelecimentos que possuem estrutura para realização de média	Deve contar com equipe 24 horas composta por clínico geral, pediatra, cirurgião, anestesiológico, enfermeiros, técnicos e equipes para manejo de pacientes críticos.	PORTARIA Nº 2.395, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011
Unidade Móvel	Compreende um veículo exclusivo, equipado para servir ao paciente. Podendo ser terrestre, aéreo ou hidroviário considerando os níveis de agravo a saúde.	Para o planejamento, implantação e implementação da regionalização, interiorização e ampliação do acesso ao SAMU 192, deverá ser utilizado prioritariamente, o parâmetro de tempo-resposta, ou seja, o tempo adequado tecnicamente transcorrido entre a ocorrência do evento de urgência e emergência e a intervenção necessária.	Unidade de Suporte Básico de Vida Terrestre: tripulada por no mínimo 2 (dois) profissionais, sendo um condutor de veículo de urgência e um técnico ou auxiliar de enfermagem.	PORTARIA Nº 1.010, DE 21 DE MAIO DE 2012

Fonte: DATASUS/2018

Este trabalho traz uma análise preliminar da composição e atendimento da estrutura de saúde dos municípios de Lençóis, Mucugê e Palmeiras, principais portões de entrada e núcleos urbanos de apoio do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou a pesquisa bibliográfica a partir do disposto na Lei nº 8080, como também, realizou um levantamento dos dados disponíveis eletronicamente no Departamento de Informática do SUS (DATASUS) e no Ministério de Saúde (MS), além da verificação das informações no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CANES) para que dessa maneira pudesse obter o embasamento para o aprofundamento nas pesquisas de campo. Posteriormente, foi coletada junto aos órgãos de saúde dos municípios envolvidos, documentos utilizados nas unidades de saúde, além da realização de entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelas unidades desses municípios estabelecendo assim uma pesquisa de campo. Por fim, foi feita uma análise do material coletado e do que está disposto no material bibliográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A composição da estrutura de saúde dos municípios do entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina estudados, está descrita no Quadro 2, seguinte.

Quadro 2 - Aspectos das unidades de saúde nas sedes dos municípios específicos do entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

MUNICÍPIO	HAB	UNIDADE	TIPO	SUPORTE
Palmeiras	8.410	Unidade Básica de Saúde	UBS	Ambulatório
Mucugê	10.545	Augusta Medrado Matos	Hospital Geral	Raio x; Laboratório; Enfermaria; Ambulância; Eletrocardiógrafo; Eletroencefalógrafo; Assistência médica: clínico geral; neurologista; ginecologista; cardiologia e pediatria)
Lençóis	10.368	Hospital Municipal Sebastião Martins Alves	Hospital Geral	Assistência médica: clínico geral; Raio x; Ambulância; Ambulatório e Enfermaria.

Fonte: IBGE; Pesquisa de campo

Nota: Ressalto que as unidades de saúde aqui listadas não são as únicas dos Municípios, porém são as mais importantes e as que recebem de fato turistas.

Estabelecendo uma análise comparativa entre os quadros 1 e 2, constando as características das unidades de saúde segundo preconiza o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde e os aspectos das unidades de saúde em municípios específicos localizados próximo ao Parque Nacional da Chapada Diamantina, respectivamente, podemos observar que a sede de Mucugê é aquela que apresenta-se mais adequada aos padrões exigidos, sendo contemplada com um Hospital Geral, denominado Augusta Medrado Matos que possibilita a realização de uma assistência de média complexidade e funcionamento por 24hs. Lençóis que apresenta um quantitativo de habitantes muito próximo ao número expresso por Mucugê, possui um serviço de Hospital Geral denominado Municipal Sebastião Martins Alves. Entretanto, fornece uma assistência de baixa complexidade, não fazendo adesão de protocolos base para os atendimentos traumatológicos, mesmo tendo a denominação de Hospital e tendo o funcionamento por 24hs. Todas as demandas de vítimas de acidentes são automaticamente encaminhadas para outra unidade que consiga oferecer o suporte adequado, tendo apenas uma unidade móvel de nível básico que também

pode ser considerado um indicativo para uma aplicação de uma assistência inadequada aos casos de urgência e emergência.

A respeito das Unidades Básicas de Saúde (UBS), o Manual de Estrutura Física relacionado a esse perfil de estabelecimento, afirma ser inerente aos padrões de gestão, o desenvolvimento das ações de uma Equipe de Saúde da Família (ESF) sendo capaz de abranger uma população de 2.400 até 4.000 pessoas tendo a capacidade de promover um ambiente apropriado para a execução dos procedimentos de saúde, consultório odontológico, área para compressor de bomba a vácuo, profissionais generalistas e especialistas sem a necessidade de consulta programada. Contudo, em observância ao Quadro 2, percebe-se que a UBS de Palmeiras não possui coerência com o perfil destinado a esse tipo de estabelecimento, e conseqüentemente insuficiente para atender plenamente a sua população e aos demais visitantes. Além disso, é a única unidade de saúde presente na sede municipal, que também atende à vila do Capão, e mesmo tendo funcionamento de 24h, sua estrutura depende 80% de apoio em outras unidades de saúde, como é o caso do Hospital Regional da Chapada Diamantina, localizado no município de Seabra.

CONCLUSÃO

Em uma análise geral das estruturas de saúde estabelecidas pelo SUS nas sedes municipais de Mucugê, Palmeiras e Lençóis, percebe-se a discrepância entre o que está preconizado na Lei ao que realmente existe. Tendo como primeiro relato de caso o município de Palmeiras, percebe-se que as unidades básicas de saúde que deveriam atender a população, não têm estrutura e nem profissionais suficientes para demanda geral, tanto para os habitantes locais como para os turistas. No município de Lençóis encontramos um Hospital Geral que não tem estrutura para demandas mais complexas como fraturas, cirurgias, etc. e não possui unidades móveis de modelo avançado para encaminhamento de vítimas mais graves, além de não trabalhar com protocolos de atendimentos. Já no Município de Mucugê, encontramos uma estrutura de saúde mais condizente com o que está preconizado nos protocolos de assistência à atenção saúde do SUS, mas encontra uma dificuldade na sua localização, que o distancia dos principais centros receptores de uma maior complexidade. Por fim, ainda há muito o que se

estruturar dentro das normas de atenção básica à saúde para a comunidade local e uma adequação para o atendimento de visitantes que utilizam essas localidades como polo receptor para a prática de turismo de natureza.

REFERÊNCIAS

Biblioteca virtual em saúde. Disponível em:

<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2395_11_10_2011.html >
Acesso: 28/09/2018

BRASIL. Lei 8080, de 19 de setembro de 1990. Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm >. Acesso em 25/08/2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 72p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, de 06 de novembro de 1996. Disponível em < <http://conselho.saude.gov.br/legislacao/nobsus96.htm> >. Acesso em 25/08/2018

correio24horas. (14 de 9 de 2017). correio24horas. Acesso em 25 de 9 de 2017, disponível em <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/restos-mortais-de-mochileiro-sao-achados-na-chapada-diamantina/>

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Disponível em: <

http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cnes/tipo_estabelecimento.htm >. Acesso: 21/08/2018

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Cadastro dos estabelecimentos de saúde. Disponível em:<http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/10_02_2010_9.51.16.41f407d83e652672c75ce698959edca9.pdf >. Acesso:05/08/2018

g1.globo.com. (29 de 6 de 2016). g1.globo.com. Acesso em 18 de 11 de 2017, disponível em g1.globo.com: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/06/garoto-picado-por-cobra-em-trilha-na-bahia-recebe-alta-de-hospital.html>

IBGE. (2017). IBGE- BRASIL EM SINTESES. Acesso em 21 de 8 de 2018, disponível em cidades.ibge: <http://cidades.ibge.gov.br>

Jornal da Chapada. (6 de 1 de 2018). jornaldachapada. Acesso em 8 de 1 de 2018, disponível em [jornaldachapada.:](https://jornaldachapada.com.br/2018/01/06/chapada-turista-escorrega-bate-a-cabeca-e-morre-na-cachoeira-do-roncador-na-regiao-de-andaraí/)
<https://jornaldachapada.com.br/2018/01/06/chapada-turista-escorrega-bate-a-cabeca-e-morre-na-cachoeira-do-roncador-na-regiao-de-andaraí/>

Manual técnico de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças na saúde suplementar / Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). – 3. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: ANS, 2009.

Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://maismedicos.gov.br/o-que-tem-na-ubs>>. Acesso:21/08/2018

SECRETARIA DE POLITICAS DE SAUDE. Departamento de Atenção Básica. Programa Saúde da Família. *Rev. Saúde Pública*[online]. 2000, vol.34, n.3, pp.316-319.

SPINOLA, Carolina de A. Ecoturismo em espaços naturais de proteção integral no Brasil – o caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Bahia.2005. 460f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Barcelona, Espanha.



INVESTIGAÇÃO DA QUALIDADE DO SEDIMENTO POR METAIS PROVENIENTE DA ATIVIDADE MINERADORA NA BACIA DO PARAGUAÇU, CHAPADA DIAMANTINA – BA

Sâmara Matos¹⁴⁵

Guilherme Silva Mesquita¹⁴⁶

Laumar Neves de Souza¹⁴⁷

Renato Barbosa Reis¹⁴⁸

Carolina de Andrade Spinola¹⁴⁹

Ícaro Thiago Andrade Moreira¹⁵⁰

RESUMO

A Chapada Diamantina – BA é conhecida por belas paisagens naturais, biodiversidade e ecoturismo. Porém esta região tem destaque na história da atividade mineradora brasileira, inicialmente com a exploração de ouro e posteriormente dos diamantes. Esse trabalho teve por objetivo a investigação de metais em amostras de sedimento nos municípios de Andaraí e Nova Redenção, assim como a caracterização físico-química do sedimento trabalhado, como pH, carbono orgânico total (COT), nitrogênio total (NT), fósforo total (PT) e granulometria e análise das concentrações de metais. Para isso, foram estabelecidas 3 (três) estações de amostragem, ocorrendo coleta com o auxílio do equipamento Van Veen. Os resultados da caracterização mostram que as concentrações encontradas nas análises de COT, NT e PT estão abaixo dos valores de referência da Resolução Conama nº 454/12, sendo esse o mesmo resultado para as amostras de metais, exceto pelas concentrações de Ferro e Alumínio, que não possuem valores de referência.

Palavras-chave (obrigatórias): Sedimento. Metais. Chapada Diamantina.

ABSTRACT

¹⁴⁵ Engenheira ambiental e sanitária – UNIFACS. E-mail: smatos.eng@gmail.com

¹⁴⁶ Graduando em Engenharia Ambiental e Sanitária. E-mail: mesquitagui@hotmail.com

¹⁴⁷ Doutor em Ciências Sociais, Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), UNIFACS. E-mail: laumar.souza@unifacs.br

¹⁴⁸ Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz - Fundação Oswaldo Cruz, Brasil. Docente UNIFACS - Universidade Salvador. E-mail: renato.reis@unifacs.br

¹⁴⁹ Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona - UB. Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), UNIFACS. Email: carolina.spinola@unifacs.br.

¹⁵⁰ Doutor em geologia e dos recursos hídricos pela UFBA. Pesquisador/Colaborador do programa de pós-graduação em energia, e do programa em desenvolvimento regional e urbano (UNIFACS). E-mail: icaro.moreira@unifacs.br.

Chapada Diamantina - BA is known for its wildlife, biodiversity and ecotourism. This region is highlighted in the history of the Brazilian mining company, initially with the exploration of gold and diamond poster. This work had the effect of investigating the sediment samples at pH, DNA, Neuronal, pH, pH, NO, Total Nitrogen Total (NT), total phosphorus E and granulometry and analysis of metal concentrations. For this purpose, 3 samples were sampled, and the collection was carried out with the aid of the Van Veen equipment. The results of the characterization show that, since they have been included in the TOC, NT and PT analyzes, the reference values of Conama Resolution No. 454/12 are below, and the same result for metals samples, for example ,Iron and Aluminum. which do not have reference values.

Keywords (obrigatórias): Sediment. Metals. Chapada Diamantina

1 INTRODUÇÃO

A Chapada Diamantina ocupa uma posição central no Estado da Bahia e inclui 58 municípios. Essa região é a parte setentrional da Cadeia do Espinhaço, um conjunto de montanhas disjuntas, que se estende desde o Estado de Minas Gerais, em direção ao Norte, até alcançar a calha do Rio São Francisco (Misi & Silva, 1994).

É uma região apresentada como extremamente desconhecida pelo Ministério de Meio Ambiente e prioritária para investigação científica (MMA, 2002). Está inserida no contexto do bioma Caatinga, sendo considerada atualmente uma das oito ecorregiões que o constitui (Velloso., 2002). Localizada no centro-sul do bioma Caatinga, a ecorregião Chapada Diamantina engloba uma área de 50.610 km, é alongada no sentido N-S e em forma de "Y", seguindo o alinhamento dos divisores de águas (Figura 1). É inteiramente circundada pela ecorregião da Depressão Sertaneja Meridional. Seus limites são explicados principalmente pelas mudanças de relevo, altitude e tipo de solo.

De modo geral, devido às condições especiais de altitude, o clima é mesotérmico, do tipo Cwb da classificação de Köppen (1923), com temperaturas mais amenas do que nas regiões circundantes, apresentando médias anuais inferiores a 22 C e temperaturas baixas no inverno.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina foi criado em 16 de setembro de 1985 através de um decreto federal, com uma área de 152 mil hectares, distribuído pelos municípios de Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Itaetê, Lençóis,

Mucugê e Palmeiras e é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O turismo ecológico consciente dá à Chapada as melhores características de um polo de lazer que preserva a natureza. O acesso é feito por diversas entradas sem registros precisos sobre visitas. Ainda assim o ICMBio afirma que a Cachoeira da Fumaça e a Trilha dos Aleixos, onde há controle de acesso, superem os 25 mil e 15 mil visitantes anuais, respectivamente. Destacam-se também a visita pela Trilha do Pati e em direção à Cachoeira do Sossego.

O parque é classificado como categoria de área protegida II (parque nacional) da IUCN e tem o objetivo de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a pesquisa científica, educação ambiental, lazer ao ar livre e ecoturismo. Os principais problemas da administração do parque são os incêndios florestais, a regularização fundiária e o controle de visitantes, uma vez que põem em risco a diversidade biológica, atração turística e o abastecimento de água de Salvador por meio do Rio Paraguaçu.

Na região estão situadas as maiores altitudes da Região Nordeste do Brasil: o Pico do Barbado, com 2033 metros, Pico do Itobira e o Pico das Almas. A formação geográfica faz parte do conjunto de serras e planaltos do Leste e do Sudeste do relevo brasileiro e constitui-se como prolongamento da Serra do Espinhaço, portanto, é um escudo cristalino formado no Pré-Cambriano.

É composta por 24 municípios: Abaíra (juntamente com seu distrito Catolés e seu povoado de Ouro Verde), Andaraí, Barra da Estiva, Ibityara, Iramaia, Itaetê, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Novo Horizonte, Palmeiras, Rio de Contas e seus distritos Arapiranga e Marcolino Moura, Seabra, Souto Soares, Tapiramutá, Utinga, Wagner, Boninal, Bonito, Ibicoara e seus distrito Cascavel, Iraquara e seu distrito Iraporanga, Jussipe e seu distrito Caraguataí, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção e Piatã e seus distritos Cabralia e Inúbia.

É um destaque referente a biodiversidade, riquezas geológicas e até plantas medicinais, recebendo visitantes durante todo o ano. Seja os turistas para desfrutar das cachoeiras e belezas que a região proporciona ou pesquisadores para realizarem estudos em distintas áreas.

Apesar de sua singularidade geológica, biológica e ecológica, e sua extensão que atinge cerca de 50.000 km, até o presente foram delimitadas apenas nove unidades de conservação, representando 8,1% de sua área. Destas,

somente três são de proteção integral, equivalente a 3,9% do total de sua extensão. Dentre estas unidades destacam-se o Parque Nacional da Chapada Diamantina, o Parque Estadual de Morro do Chapéu, a Área de Proteção Ambiental estadual (APA Marimbus-Iraquara). Mesmo estando regulamentadas, muitas destas áreas encontram-se desprotegidas e constantemente depredadas por ações antrópicas severas.

Além dos recursos de biodiversidade, a Chapada Diamantina possui recursos minerais, destacando-se o diamante, cuja atividade garimpeira foi responsável pelo surgimento das principais cidades da região, incluindo três cidades tombadas como Patrimônio Histórico Nacional (Lençóis, Mucugê e Igatu).

O garimpo começou oficialmente na cidade onde hoje é conhecida como Mucugê, por volta de 1844. No início, essa atividade ocorria de forma rudimentar, exigindo um grande esforço dos garimpeiros para extração dos minérios e os diamantes mais fáceis de serem retirados foram diminuindo (SANTOS, 2010).

Com o intuito de diminuir a exaustão dos diamantes da serra e explorar outras reservas, fez-se necessária a utilização de um mecanismo mais desenvolvido que chegou por volta de 1979. Com a chegada das dragas era possível extrair os diamantes aluvionares, gerando uma maior produção, porém causando danos violentos ao meio natural. (MATTA, 2006).

Atualmente, o sedimento faz-se importante para o estudo de impacto, pois nele que ocorre os processos físicos, químicos e microbiológicos, tendo uma influência significativa no ecossistema.

Diferente do solo, até o momento não existe uma legislação específica, com valores orientadores referente a qualidade do sedimento. Porém existe o CONAMA 454, de novembro de 2012, sendo a resolução mais atualizada que estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional. Foi utilizada, também, para efeito de comparação, a Lista Holandesa de Valores que estabelecem valores baseado numa matriz STI: valor de referência (S), valor de alerta (T) e valor de investigação (I), levando em consideração a granulometria e o teor de matéria orgânica do sedimento estudado.

Este estudo tem como objetivo investigar a possível contaminação do sedimento por metais, devido a atividade garimpeira que ocorreu na região. Esta matriz é reconhecida como importante repositório de poluentes em ambientes

aquáticos, sendo assim, é um indicador ambiental para poluição por atividades antrópicas bem como um potencial poluídos dos recursos hídricos. (MOURA, 2013).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de estudo e amostragem

Durante da expedição Chapada Diamantina, nos dias 05 a 08 de julho de 2018, período frio na região. Para o estudo, foi realizada a amostragem de sedimento para identificar possível contaminação por metais, sendo feitas coletas em sete pontos distribuídas em três estações nos municípios de Nova Redenção e Andaraí. Sendo três pontos em Madalena de baixo - Iguatu, três próximos das cabeceiras do rio Paraguaçu e um ponto na praia da peruca, todos georreferenciados com um GPS Garmin Etrex 10.

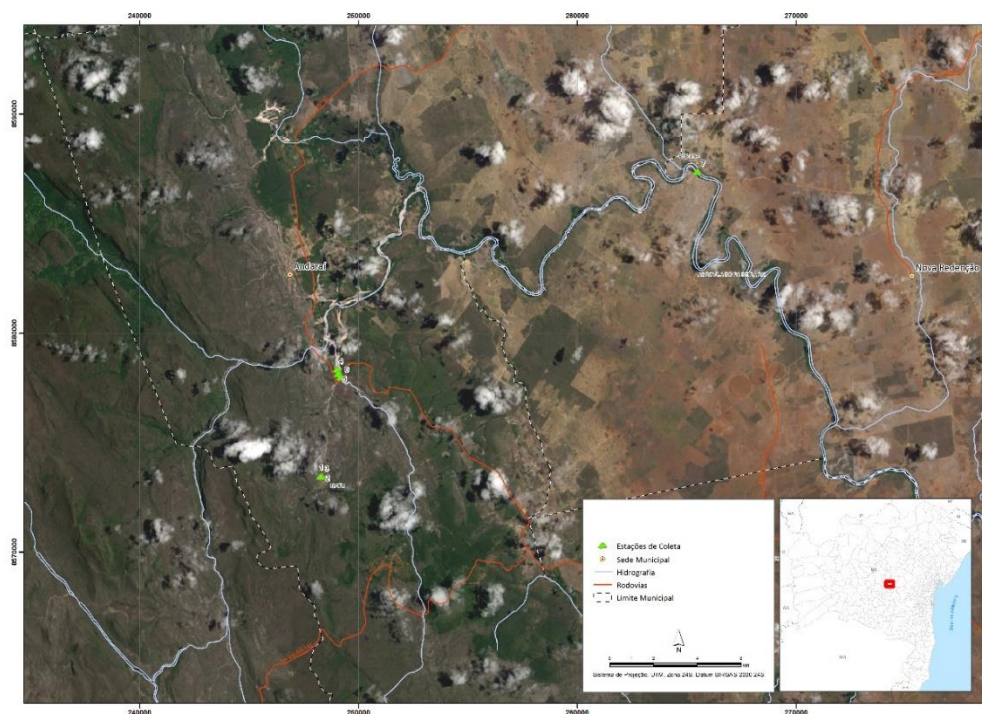
Quadro 1 – Distribuição das estações de amostragem

Andaraí – Iguatu	Estação 1	P1
		P2
		P3
Andaraí	Estação 2	P4
		P5
		P6
Nova Redenção – Praia da Peruca	Estação 3	P7

Fonte: Elaboração própria

Na Estação 1 (Andaraí – Iguatu) o acesso aos pontos onde ocorreu a coleta foi feito com o auxílio de um guia local, já os demais pontos, por serem mais fácil acesso, não foi necessário o auxílio de guia.

Figura 1- Mapa de localização dos pontos de amostragem.



Fonte: Elaboração própria

A coleta foi realizada com a draga Van Veen, acondicionadas em quentinhas de isopor e alumínio, embaladas em sacos plásticos e levadas para a realização dos procedimentos de tratamento das amostras para posteriormente serem encaminhadas para as análises.

2.2. PREPARAÇÃO DAS AMOSTRAS

As amostras coletadas do sedimento foram levadas para o Núcleo de Estudos Ambientais (NEA/IGEO/UFBA) onde foram congelados, e posteriormente liofilizadas, desagregadas, passadas na peneira 2 mm para retirada de pedras e outros resíduos maiores, quarteadas, acondicionadas em novos recipientes, identificadas e encaminhadas para realização das análises.

Figura 2 – Quarteamento



Fonte: Elaboração própria

2.3 ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS

A determinação do potencial hidrogeniônico (pH) do sedimento foi realizado por suspensão aquosa de 10g da amostra para 25 ml de água deionizada, sendo agitada por 5 minutos e em repouso por 1 hora. Logo após foi feita a leitura através do potenciômetro de eletrodo combinado - WTW digital pH meter. Já a granulometria do sedimento foi realizada por difratometria a laser seguindo o método da Embrapa.

Os metais foram determinados pelo método EPA 3051A, através de extração por micro-ondas com solução de metais 10% HNO_3 . Após obtenção das concentrações de arsênio, cádmio, chumbo, cobre, cromo, mercúrio, níquel e zinco, as mesmas foram comparadas com os valores listados no quadro 3, referentes aos níveis de classificação do material a ser dragado dispostos no CONAMA 454/2012, na lista holandesa e na lista da Nação das Organizações das Agências Ambientais – NOAA.

Para as análises de carbono orgânico total e nitrogênio total foi utilizada a metodologia de descarbonatação seguindo o método da EPA-NCEA-C1282/2002. Já a análise de fósforo assimilável, foi de acordo com método de ASPILA et al (1976), e fosforo total por EPA 3051A, contribuindo para a caracterização do sedimento.

Figura 4 – Descarbonatação



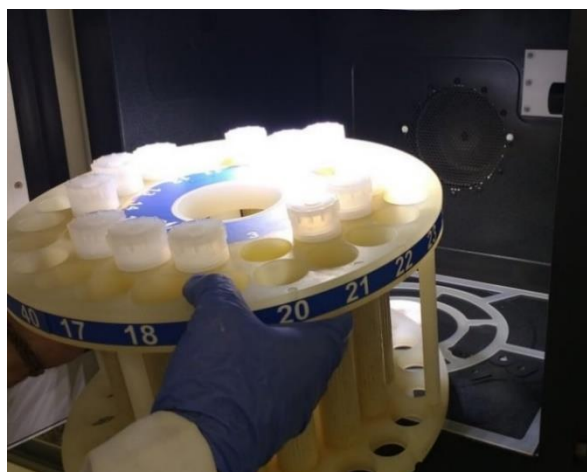
Fonte: Elaboração própria

Figura 5 – Leitura de pH



Fonte: Elaboração própria

Figura 6 – Extração por micro-ondas



Fonte: Elaboração própria

Figura 7 – Mesa agitadora



Fonte: Elaboração própria

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO SEDIMENTO

Quadro 3 – Caracterização físico-química das amostras de sedimento da Chapada Diamantina.

AMOSTRAS	COT (mg/Kg)	pH	P _T (mg/Kg)	N _T (mg/Kg)	Areia muito fina (%)	Areia fina (%)	Areia média (%)	Areia grossa (%)
P1	0,96	5,18	45,43	<	0,83	7,19	8,37	80,83
P2	<	5,29	8,36	<	0,62	6,815	3,95	85,70
P3	0,04	5,52	10,80	<	0,69	7,34	12,21	79,76
P4	0,285	5,5	9,99	<	1,71	6,21	9,75	75,88
P5	<	5,72	10,74	<	1,74	2,87	9,16	88,64
P6	0,04	5,55	12,71	<	0,83	5,35	5,90	84,35
P7	1,66	6,07	14,37	1.200	3,47	20,3	27,44	48,76
CONAMA n° 454/12	10%	-	2000	4800	-	-	-	-

(<) – Valores abaixo do LQM – Limite de Quantificação do Método

Fonte: Elaboração própria

Os valores de Carbono Orgânico Total (COT) que estiveram acima do Limite de Quantificação da Método – LQM, quando comparados com a legislação, ficaram dentro do limite estabelecido que é de 10%. Não foi necessário realizar o cálculo de teor de matéria orgânica que é ($\% \text{ MO} = \% \text{ C} \times 1,725$), pois o CONAMA utilizado já estabelece o valor do COT. Os valores baixos deste parâmetro estão relacionados ao sedimento de origem mineral, com características de areia, com menor presença de matéria orgânica (BELO, 2010).

O pH é considerado um dos mais importantes parâmetros que influencia no comportamento dos metais no meio, devido sua influência nos processos químicos como precipitação, ou no balanço de cargas nas superfícies dos coloidais. Os resultados encontrados foram abaixo de 7, variando de 5,18 a 6,07, sendo os valores referentes ao P1 e P7, respectivamente. Caracterizando um ambiente mais ácido, os metais tendem a estar mais biodisponíveis (Pierangeli, 2005).

Os sedimentos apresentaram valores com pouca variação de P_T, com exceção o P1 que apresentou o valor de 45,43 mg/kg. Essa discrepância em relação os demais pontos, já era esperada, devido ao lançamento de efluentes

domésticos que ocorre no local de coleta deste ponto. Ainda assim, todos os pontos estão dentro do permitido pelo CONAMA 454/2012, que é 2000 mg/kg.

Bem como o fosforo, o nitrogênio é fundamental para o desenvolvimento dos organismos, porém quando em excesso pode contribuir para um ambiente eutrofizado. Para este parâmetro, a maioria dos resultados estão abaixo do limite de quantificação do método, exceto o P7 onde foi encontrado o valor de 1200 mg/kg que ao comparado com o CONAMA 454/2012, está dentro do estabelecido pela resolução que é de 4800 mg/kg.

Sedimentos de granulometria mais fina tendem a apresentar teores de metais relativamente mais elevados, em parte devido à elevada superfície específica das partículas, que aumenta a adsorção superficial no mineral e na matéria orgânica (Rubio *et al.* 2000).

De forma geral, o material analisado é caracterizado como arenoso, pois apresentou em sua composição uma maior presença de areia, mais especificamente areia fina, media e grossa. Com porcentagens baixas, e em alguns pontos, até ausência de areia muito fina, argila e silte.

Nessas condições, entende-se que a biodisponibilidade dos metais nas amostras foi afetada pelo tamanho dos grãos, que por serem maiores, apresentaram teores de metais mais baixos, exceto Ferro (Fe) e Alumínio (Al), como pode ser observado no quadro 3.

3.2 CONCENTRAÇÃO DOS METAIS

Quadro 3 – Resultados das concentrações de metais (em mg/Kg) nos sedimentos coletados.

AMOSTRAS	Al	Fe	Cu	Cr	Zn	Pb	Mn
P1	1.020,24	3.202,29	<	3,44	<	<	1,33
P2	772,285	3.648,82	<	2,23	<	<	1,615
P3	1.163,14	797,34	<	0,50	<	8,16	0,965
P4	447,625	993,55	<	1,23	<	<	1,01
P5	909,635	749,06	<	1,95	<	<	1,26
P6	191,585	300	<	1,60	<	<	0,61
P7	265,96	154,945	0,865	<	5,83	3,05	1,625
LHV (valor alerta)	-	-	15	50	50	50	-
CONAMA nº 454/12	-	-	197	90	315	91,3	-

Fonte: Elaboração própria

Os valores de Arsênio, Bário, Cadmio, Cobalto, Níquel encontram-se abaixo do Limite de Quantificação do Método (LQM) das análises feitas em laboratório. Sendo assim, não foi realizada a comparação com nenhuma das referências utilizadas. Os demais metais, Alumínio (Al), Ferro (F), Cobre (Cu), Cromo (Cr), Zinco (Zn), Chumbo (Pb) e Manganês (Mn), que tiveram resultados detectados pelo equipamento, em pelo menos um de seus pontos, foram comparados com o CONAMA 454/2012 e a lista holandesa. Para o cobre e zinco, apenas no ponto P7 foram detectados valores, com 0,865 mg/kg e 5,83 mg/kg, respectivamente, que estão dentro do limite para ambas referências utilizadas. Contrário aos anteriores metais citados, o cromo teve apenas o ponto 7 com um valor abaixo do limite de quantificação do método, tendo os demais pontos uma pequena variação, de 0,50 mg/kg a 3,44 mg/kg. Já para o chumbo, apenas dois pontos apresentaram valor acima do LQM, sendo o ponto 3 com 8,16 mg/kg e o ponto 7 com 3,05. O manganês apresentou valores similares ou menores quando comparados a outros metais analisados. Assim como para o manganês, não foi encontrada uma referência estabelecido por legislação ou documento oficial para ferro e alumínio, porém ambos apresentam resultados bem elevados quando comparados com os demais metais estudados.

Os resultados mostram que a maior parte dos metais analisados não possuem níveis significativos biodisponíveis no sedimento da região. Como a fonte principal de contaminação, que seria o garimpo, encerrou suas atividades no ano de 1996, os metais mais disponíveis podem ter sido levados e depositados em outros locais ou estão em ligações químicas fortes com o sedimento estudado, que não é possível ser detectado nesse tipo a análise.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existem muitos estudos na área da chapada diamantina referente a sedimento, sendo fundamental pesquisas voltadas a qualidade ambiental da região. Como o estudo mostrou baixa disponibilidade da maioria dos metais, é

sugerido uma análise total dos metais para identificar a possível presença de maiores concentrações de metais.

A falta de uma legislação referente a contaminação em sedimento prejudica a investigação da qualidade desta matriz, pois não há comparativo para uma grande qualidade de metais que quando em níveis elevados podem ser prejudiciais à saúde humana e ao equilíbrio ambiental. Contudo, dos metais analisados e comparados, não há uma disponibilidade significativa que seja uma ameaça para a qualidade do corpo hídrico e da saúde da população.

REFERÊNCIAS

MATTA, P. O garimpo na chapada diamantina e seus impactos ambientais: uma visão histórica e suas perspectivas futuras. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SANTOS, L; VASCONCELOS, M. Consequências da atividade garimpeira de diamante na Bacia do rio Coisa Boa, vila de Igatu - Andaraí – BA. Revista de Biologia e Ciências da Terra, Volume 10, Nº 1 2, 2010.

MOURA, L. O papel do sedimento na qualidade da água de abastecimento urbano: uma revisão dos trabalhos publicados entre 2001 e 2011. Revista Eletrônica de Engenharia Civil, Volume 7, Nº 1, 2013

CAMPOS, M.; OCCO, P. Diagnóstico da qualidade do sedimento na avaliação de impactos antrópicos em bacias hidrográficas. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011

Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 454. de 01 de novembro de 2012.

BELO, A.; QUINÁIA, S.; PLETSCH, A. Assessment of contamination of metals in sediment surface of the beaches from the Itaipu lake. Quím. Nova vol.33. São Paulo, 2010.

Projeto CETESB – GTZ. Lista holandesa de valores de qualidade do solo e da água subterrânea – Valores STI , 1999.

Loureiro, D.; Fernandez, M.; Herms, F.; Araújo, C.; Lacerda, L. D. 2012. Distribuição dos metais pesados em sedimentos da Lagoa Rodrigo de Freitas. Oecologia Australis, 16:353-364.

Farkas, A.; Erratico, C.; Vigano, L., 2009. Assessment of the environmental significance of heavy metal pollution in surficial sediments of the River Po. *Chemosphere*, 68:761-768.

Bartoli, G.; Papa, S.; Sagnella, E.; Fioretto, A. 2012. Heavy metal content in sediments along the Calore river: Relationships with physicochemical characteristics. *Journal of Environmental Management*, 95: S9-S14.

Leite, M. (2007): Brasil, Paisagens Naturais. São Paulo: Editora Ática. ISBN 978850810863-3

Pierangeli, M. A. P.; Guilherme, L. R. G.; Curi, N.; Silva, M. L. N.; Lima, J. M.; Costa, E. T. S.; Efeito do pH na adsorção e dessorção de cádmio em Latossolos brasileiros. *Rev. Bras. Ciênc. Solo* 2005, 29, 523.

Rubio, B.; Nombela, M.A.; Vilas, F. 2000. Elements in sediments of the Ria de Vigo (NW Spain): an assessment of metal pollution. *Marine Pollution Bulletin*, 40:968-980.

MMA. 2002. *Biodiversidade Brasileira: Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros.* Brasília, MMA/SBF, 404 p.

VELLOSO, A.L., E. V.S. B SAMPAIO, & F.G.C. PAREYN. 2002. Ecorregiões propostas para o bioma Caatinga. Recife. Associação Plantas do Nordeste, Instituto de Conservação Ambiental, The Nature Conservancy do Brasil, 76 p.